ÉDER DA SILVA NOVAK

OS KAINGANG DO APUCARANA, O ÓRGÃO INDIGENISTA E A USINA HIDRELÉTRICA DO APUCARANINHA

DOURADOS – 2017

ÉDER DA SILVA NOVAK
OS KAINGANG DO APUCARANA, O ÓRGÃO INDIGENISTA E A USINA HIDRELÉTRICA DO APUCARANINHA

ÉDER DA SILVA NOVAK

OS KAINGANG DO APUCARANA, O ÓRGÃO INDIGENISTA E A USINA HIDRELÉTRICA DO APUCARANINHA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em História.
Área de concentração: História, Região e Identidades.
Orientador: Prof. Dr. **Lúcio Tadeu Mota.**

DOURADOS – 2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

N935k	Novak, Éder da Silva. Os Kaingang do Apucarana, o órgão indigenista e a usina hidrelétrica do Apucaraninha. / Éder da Silva Novak. – Dourados, MS : UFGD, 2017. 438f. Orientador: Prof. Dr. Lúcio Tadeu Mota. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados. 1. Território Indígena Apucarana. 2. Política indigenista. 3. Protagonismo Indígena. 4. Usina Hidrelétrica do Apucaraninha. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.

ÉDER DA SILVA NOVAK

OS KAINGANG DO APUCARANA, O ÓRGÃO INDIGENISTA E A USINA HIDRELÉTRICA DO APUCARANINHA

TESE PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovada em _____de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador:
Lúcio Tadeu Mota (Dr., UFGD) _____

2º Examinador:
João Pacheco de Oliveira (Dr., UFRJ) _____

3º Examinador:
José Henrique Rollo Gonçalves (Dr., UEM) _____

4º Examinador:
Thiago Leandro Vieira Cavalcante (Dr., UFGD) _____

5º Examinador:
Levi Marques Pereira (Dr., UFGD) _____

À Simone, Lívia e Laís (meus amores);
Aos meus pais: Elza e Evaldo;
Aos Kaingang da Terra Indígena Apucaraninha.

AGRADECIMENTOS

Porque d'Ele e por Ele, para Ele são todas as coisas! A Ele, a glória, Amém!

Agradeço à minha família: Simone, Lívia e Laís. São meu porto seguro. Obrigado meus amores!

À minha mãe Elza e ao meu pai Evaldo, por toda a luta e dedicação aos filhos. Minha eterna gratidão.

Um obrigado especial aos meu irmãos Evandro, Evânia e Elaine e aos agregados (rs) Alessandro, Fabiana e Juliano e todos(as) os(as) sobrinhos(as). Família crescendo! Também à Dona Maria, ao Seu Délio (*in memoriam*), Altieres, Mayara e Gustavinho.

Agradeço ao meu orientador professor Dr. Lúcio Tadeu Mota, que tem grande responsabilidade pela minha carreira acadêmica e desde meu primeiro ano de graduação, em 1999, vem me orientando nas atividades e nos trabalhos acadêmicos.

Aos integrantes da banca de qualificação: professores Dr. Thiago Cavalcante e Dr. Protásio Langer, ambos da UFGD, e Dr. Gilmar Arruda da UEL, por todos os apontamentos e sugestões, que foram essenciais para a elaboração deste texto.

A todos os docentes do PPGH/UFGD e a todos aqueles que foram meus professores no PPH/UEM e DHI/UEM, pois todos foram importantes na minha formação acadêmica.

Aos camaradas do Colegiado de História da UNESPAR (Paranavaí). Valeu pelo apoio!

Aos companheiros da TULHA/UEM, especialmente às professoras Rosângela e Isabel e ao professor Zé Henrique. Aos colegas do doutorado, mestrado e graduação, aos(às) amigos(as) de Altônia, Umuarama, Maringá e de tantas outras cidades. Aos alunos(as) que tiveram aulas comigo na FANP, UEM e UNESPAR, especialmente à turma de História, formandos de 2016. Aos demais familiares de Umuarama e Minas Gerais e de outras localidades. Aos integrantes do Coral da Capela São Jerônimo. Cada um tem sua parte neste trabalho. Obrigado!

Agradeço aos copelianos da Biblioteca da COPEL, do Polo Atuba, em Curitiba, pela disponibilidade no atendimento e auxílio no acesso à documentação.

Obrigado ao Marcelo Chicati pela colaboração nos mapas desta tese. À Akisnelen pela correção de Língua Portuguesa e ao Keros pelo auxílio na formatação do texto final.

Um agradecimento especial aos indígenas participantes da pesquisa (Gilda Kuitá, José Bonifácio, Tapixi, Elói Zacarias, João Cardoso, Raul Pereira, Pedro Almeida) e a toda a comunidade da Terra Indígena Apucaraninha.

Os brancos, ao porem um obstáculo no nosso caminho para o passado,
bloqueiam o nosso caminho para o futuro.

Ramiro Reynaga Wankar
(Intelectual indígena boliviano)

Reconstruir a história para construir o futuro é algo que está, sem dúvida, na agenda de uma parte expressiva do movimento indígena atual; porém, é uma tarefa que exige uma reconfiguração radical das noções ainda prevalecentes na história que se ensina hoje. Assim, o caminho pela frente ainda é longo, até porque [...] o caminho para o passado também está cheio de obstáculos.

John Manuel Monteiro

RESUMO

A atual Terra Indígena Apucaraninha, situada no município de Tamarana (PR), possui uma extensão territorial de 5.574 hectares e uma população com mais de 1.700 indígenas, a maioria da etnia Kaingang. Localizada na bacia hidrográfica do rio Tibagi, a citada área tem como um dos seus limites o rio Apucaraninha, cuja margem direita se localiza a Usina Hidrelétrica do Apucaraninha, pertencente a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL). Incorporada por esta concessionária em 1974, durante o processo de estatização do setor elétrico no Brasil, a usina foi construída a partir de 1946 pela Empresa Elétrica Londrina S/A (EELSA), que era responsável pelo fornecimento de energia elétrica para Londrina e região até a data da encampação. Simultaneamente à construção da hidrelétrica, ocorriam as negociações do Acordo de 1949, entre a União, o Governo do Paraná e o órgão indigenista para a reestruturação do Território Indígena Apucarana, reservado aos índios ainda em 1900. O presente estudo visa à compreensão das relações socioculturais estabelecidas entre os indígenas, os representantes do órgão indigenista e os agentes da EELSA e empregados da usina. A proposição é entender esse processo histórico, a participação de cada grupo envolvido, os diferentes projetos existentes, as conjunturas locais e os múltiplos interesses envolvidos, enfatizando o papel estabelecido pela comunidade Kaingang frente à presença do empreendimento hidrelétrico e do processo de reestruturação dos seus territórios. A metodologia da pesquisa consistiu na análise do acervo documental da concessionária de eletricidade, do órgão indigenista, da legislação do setor elétrico e dos depoimentos orais dos indígenas, entrevistados durante a pesquisa de campo na Terra Indígena Apucaraninha. A combinação das fontes documentais e da oralidade permitiu evidenciar os indígenas enquanto sujeitos históricos, desenvolvedores de políticas na defesa dos seus interesses e de sua continuidade, enquanto populações diferenciadas, reelaborando sua concepção de sociedade e de mundo a cada novo contexto histórico. Nesse caso, a ação dos Kaingang do Apucarana em se aproximar da usina assegurou a demarcação da área como território indígena, influenciando a decisão do órgão indigenista na definição da sede do Posto. Além disso, as relações com os empregados da hidrelétrica e com os agentes da EELSA despertaram na comunidade indígena o sentimento de apropriação da usina, fundamentando as reivindicações e as negociações dos Kaingang junto à concessionária de energia elétrica.

Palavras-Chave: Território Indígena Apucarana; Política Indigenista; Protagonismo Indígena; Usina Hidrelétrica do Apucaraninha.

ABSTRACT

The actual Apucaraninha Indigenous Land, located in the city of Tamarana (PR), has a territorial extension of 5,574 hectares and a population of more than 1,700 indigenous people, most of the Kaingang ethnic group. Situated in the Tibagi river basin, this area has as one of its borders the Apucaraninha River, and on its right margin is the Apucaraninha Hydroelectric Power Plant, owned by Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL). Incorporated by this company in 1974, during the process of nationalization of the electric sector in Brazil, the plant was built in 1946 by Empresa Elétrica Londrina S/A (EELSA), that was responsible for supplying electric power to Londrina and region until the date of the expropriation. Simultaneously with the construction of the hydroelectric plant, the negotiations of the Agreement of 1949 between the Union, the Government of Paraná and the indigenous organization for the restructuring of the Apucarana Indigenous Territory, reserved for the Indigenous in 1900, took place. The present study aims at the understanding of socio-cultural relations among Indigenous people, the representatives of the indigenous organization and the EELSA agents and employees of the plant. The proposal is to understand this historical process, the participation of each group involved, the different existing projects, the local conjunctures and the multiple interests involved, emphasizing the role established by the Kaingang community in the presence of the hydroelectric project and the restructuring process of its territories. The research methodology consisted of an analysis of the documentary collection of the electricity company, the indigenous organization, the electric sector legislation and the oral testimonies of the Indigenous people interviewed during the field research in the Apucaraninha Indigenous Land. The combination of documentary sources and orality has made it possible to highlight indigenous people as historical subjects, policy makers in the defense of their interests and their continuity, as distinct populations, re-elaborating their conception of society and world in each new historical context. In this case, the action of the Kaingang of Apucarana of approaching the plant ensured the demarcation of the area as indigenous territory, influencing the decision of the indigenous organization in the definition of the headquarters of the Indigenous Land. In addition, relations with employees of the hydroelectric plant and with the agents of EELSA have awakened in the indigenous community the sense of ownership of the plant, grounding the demands and negotiations of the Kaingang with the electric company.

Keywords: Apucarana Indigenous Territory; Indigenist Policy; Indigenous Protagonism; Apucaraninha Hydroelectric Power Plant.

RESUMEN

La actual Tierra Indígena Apucaraniña, situada en el municipio de Tamarana (Estado de Paraná), posee una extensión territorial de 5.574 hectáreas y una población de más de 1.700 indígenas, en su mayoría de la etnia Kaingang. El área, ubicada en la cuenca del río Tibagi, está limitada por el río Apucaraniña, en cuya margen derecha se encuentra la Usina Hidroeléctrica de Apucaraniña, perteneciente a la Compañía Paranaense de Energía Eléctrica (COPEL). La usina, adquirida por esta concesionaria en 1974 durante el proceso de estatización del sector eléctrico en Brasil, había sido construída em 1946 por la Empresa Eléctrica Londrina S.A. (EELSA), responsable del suministro de energía eléctrica de Londrina y región hasta el momento de su estatización. Al mismo tiempo que se construía la hidroeléctrica, se entablaron las negociaciones del Acuerdo de 1949 – entre la Unión, el Gobierno del Estado de Paraná y el órgano indigenista – para la reestructuración del Territorio Indígena Apucarana que, ya en 1900, estaba reservado para los indígenas. Este estudio se enfoca en comprender las relaciones socioculturales establecidas entre los indígenas, los representantes del órgano indigenista, los agentes de la EELSA y los empleados de la usina. Se pretende entender el proceso histórico, la participación de cada grupo involucrado, los diferentes proyectos existentes, las coyunturas locales y los múltiples intereses en juego, enfatizando el rol de la comunidad Kaingang frente a la presencia del emprendimiento eléctrico y del proceso de reestructuración de sus territorios. La metodología de investigación consistió en el análisis del acervo documental de la concesionaria de electricidad, del órgano indigenista, de la legislación del sector eléctrico y de los testimonios orales de los indígenas, entrevistados durante la investigación de campo en la Tierra Indígena Apucaraniña. La combinación de fuentes documentales y orales permitió identificar a los indígenas como sujetos históricos, capaces de emprender políticas de defensa de sus intereses y de su continuidad como comunidad diferenciada, reelaborando su concepción de sociedad y de mundo a cada nuevo contexto histórico. En este caso, la iniciativa de los Kaingang de Apucarana en acercarse a la usina, les aseguró la demarcación del área como territorio indígena, influenciando en la decisión del órgano indigenista para definir el lugar del Puesto Indígena (oficina administrativa de protección de los indios). Por otro lado, las relaciones con los empleados de la hidroeléctrica y con los agentes de la EELSA despertaron el sentimiento de apropiación de la usina por parte de la comunidad indígena, fundamentando las reivindicaciones y las negociaciones de los Kaingang con la concesionaria de energía eléctrica.

Palabras Clave: Territorio Indígena Apucarana; Política Indigenista; Protagonismo Indígena; Usina Hidroelétrica de Apucaraniña.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Territórios indígenas na bacia do rio Tibagi no início do século XX.....125
Mapa 2 – Bacia do rio Tibagi com os Toldos indígenas em 1910 127
Mapa 3 – Atuais Terras Indígenas na bacia do rio Tibagi.....133
Mapa 4 – Território Indígena Apucarana reservado em 1900 e classes de solo 136
Mapa 5 – O processo de desterritorialização da Terra Indígena Apucaraninha.....139
Mapa 6 – Território Indígena Apucarana em 1943 (Toldos e sede do Posto).....148
Mapa 7 – Os Toldos do Território Indígena Apucarana.....311
Mapa 8 – Os pontos de travessia e as festas dos Kaingang do Apucarana.....318
Mapa 9 – As serrarias e as sedes do Posto Indígena Apucarana 354

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Salto Apucaraninha 102
Fotografia 2 – Barragem da Usina do Apucaraninha 105
Fotografia 3 – Salto Apucaraninha (final dos anos 1940) 219
Fotografia 4 – Instalações técnicas, área de residência e duto em construção da Usina do Apucaraninha 230
Fotografia 5 – Construção da barragem do Apucaraninha 231
Fotografia 6 – Caminhões sobre a ponte do rio Apucaraninha 231
Fotografia 7 – Área de alojamento da construção da Usina do Apucaraninha 232
Fotografia 8 – Índios Kaingang na barragem da Usina do Apucaraninha 249
Fotografia 9 – Ponte do rio Apucaraninha (próximo à barragem do Fihú) 250
Fotografia 10 – Obras de construção da represa do Fihú no rio Apucaraninha 253
Fotografia 11 – Construção da barragem do Fihú 253
Fotografia 12 – Antigo local do Toldo Campininha 300
Fotografia 13 – Sr. José Bonifácio apontando o antigo local do Toldo Campininha 301
Fotografia 14 – Dona Gilda e Sr. José apontando o antigo local da primeira sede do Posto 301
Fotografia 15 – Construção no local da primeira sede do PI Apucarana 302
Fotografia 16 – Raul Pereira (centro), João Cardoso (esquerda) e Éder Novak (direita) 303
Fotografia 17 – Antigo local do Toldo dos Moreiras com João Cardoso e Éder Novak 303
Fotografia 18 – Local do antigo Toldo Serra do Arreio 304
Fotografia 19 – Antigo local do Toldo Arroio Grande 305
Fotografia 20 – Cemitério Indígena do Toldo Rio Preto 306
Fotografia 21 – Igrejinha no local do antigo Toldo Rio Preto 306
Fotografia 22 – Rio Apucarana e o antigo Toldo Apucarana Grande 307
Fotografia 23 – Residência da neta do antigo Cacique Gregório no Posto Velho 308
Fotografia 24 – Antigo *Pari* no rio Taquara e Toldo Taquara 309
Fotografia 25 – Sepultura no cemitério do antigo Toldo Apucaraninha 310
Fotografia 26 – Água do Encontro 313
Fotografia 27 – Equipe de pesquisa e os guias indígenas na Água do Encontro 313

Fotografia 28 – Sr. José Bonifácio contando suas histórias na margem do rio Apucarana ..315
Fotografia 29 – Local da antiga Serraria do Moacir Vianna demonstrado pelo Sr. José Bonifácio 324
Fotografia 30 – Antigas instalações da Serraria do Moacir Viana.....324
Fotografia 31 – Entrevista com o Sr. Tapixi (à direita) 334
Fotografia 32 – Sr. Elói Zacarias (centro), José Bonifácio (à direita) e Éder Novak (à esquerda).....336
Fotografia 33 – Entrevista com o Sr. Pedro de Almeida.....340
Fotografia 34 – Estrada de acesso à Usina do Apucaraninha ligando a Tamarana - PR 347
Fotografia 35 – Sr. José Bonifácio apontando o antigo local da Serraria na Represa do Fihú 351
Fotografia 36 – Local da serraria após a enchente da Represa do Fihú.....352
Fotografia 37 – Estrutura da serraria instalada na sede do PI Apucarana no final dos anos 1960.....353
Fotografia 38 – Pequena área de pinheiros plantada próximo à Aldeia Água Branca.....353
Fotografia 39 – Casa de força e subestação em território indígena no Salto Apucaraninha.355
Fotografia 40 – Barragem da represa da Usina do Apucaraninha.....357
Fotografia 41 – Vazão da água na barragem da represa do Fihú 357
Fotografia 42 – Salto Apucaraninha 359
Fotografia 43 – Lago da represa do Fihú 360
Fotografia 44 – Indígenas e empregados da usina em dia de festa no Posto Indígena Apucarana.....361
Fotografia 45 – Ponte sobre o rio Apucaraninha 384

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Mapa do Plano Hidro Elétrico Paranaense (1948) 71
Imagem 2 – Mapa do Sistema Elétrico do Paraná (1960) 78
Imagem 3 – Mapa do Sistema Elétrico do Paraná (1975) 89
Imagem 4 – Mapa da Zona de Concessão da EELSA em 1965 110
Imagem 5 – Planta da área reservada aos índios da região do Apucarana (1940)..... 135
Imagem 6 – Empregados do PI Apucarana em maio de 1948..... 142
Imagem 7 – Croqui da viagem do inspetor Nenê ao PI Apucarana em julho de 1943..... 147
Imagem 8 – Animais do PI Apucarana ao final de 1942 161
Imagem 9 – Plantações do PI Apucarana ao final de 1942 161
Imagem 10 – Pagamentos aos índios do PI Apucarana em junho de 1943 182
Imagem 11 – Folha de pagamento de agosto de 1943 do PI Apucarana..... 182
Imagem 12 – Venda realizada pelos índios do PI Apucarana em março de 1948..... 185
Imagem 13 – Croqui das áreas delimitadas aos índios do PI Apucarana em 14/03/1950 234
Imagem 14 – Croqui das áreas delimitadas aos índios do PI Apucarana em 12/10/1950 236
Imagem 15 – Relatório mensal de novembro de 1951 do PI Apucarana 243
Imagem 16 – Recibo de pagamento da EELSA assinado por Alan Cardec em 02/01/1955 . 256
Imagem 17 – Recibo de pagamento da EELSA assinado por Alan Cardec em 30/01/1955 . 256
Imagem 18 – Movimento da renda indígena: primeiro semestre de 1955 (parte I) 257
Imagem 19 – Movimento da renda indígena: primeiro semestre de 1955 (parte II) 258
Imagem 20 – Recibo de pagamento do SPI datado em 30/06/1955..... 259
Imagem 21 – Recibo de pagamento do SPI datado em 31/12/1955..... 260
Imagem 22 – Recibo de pagamento da EELSA (julho/1966 a junho/1967) 262
Imagem 23 – Recibo de pagamento do SPI em 31/12/1967..... 263
Imagem 24 – Recibo de pagamento da EELSA em 31/12/1967 264
Imagem 25 – Croqui com o desenho do mapa da área indígena do PI Apucarana em 1962 270
Imagem 26 – Croqui com o desenho do mapa do Território Indígena Apucarana em 1962 . 270
Imagem 27 – Telegrama nº 621 de 21 de junho de 1963 272
Imagem 28 – Telegrama nº 759 de 24 de julho de 1963 273

Imagem 29 – Relação dos contratos de arrendamentos do PI Apucarana em 1967 275
Imagem 30 – Plantas da área utilizada pela Usina do Apucaraninha (1968) 277
Imagem 31 - Imagem orbital das represas da usina e aldeia sede da TI Apucaraninha (2008) 278
Imagem 32 – Croqui dos Toldos e das áreas propostas ao PI Apucarana em 14/03/1950 292
Imagem 33 – Croqui dos Toldos e das áreas propostas ao PI Apucarana em 12/10/1950 294
Imagem 34 – Imagem orbital das barragens, da aldeia sede e do Salto Apucaraninha 365

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Capacidade instalada de energia elétrica no Brasil da *Era Vargas* 52
Tabela 2 – Capacidade instalada de energia elétrica no Brasil por categoria (em MW).....57
Tabela 3 – Aumento da capacidade instalada de energia elétrica no Brasil (1963-1975).....61
Tabela 4 – Principais empresas de energia elétrica no Paraná em 1945 66
Tabela 5 – Ligações e realizações da EELSA entre 1961 a 1971 109
Tabela 6 – Recenseamento dos índios do PI Apucarana em julho de 1943 156
Tabela 7 – Recenseamentos dos índios do PI Apucarana.....159
Tabela 8 – Prestações de contas entre a EELSA e o PI Apucarana (1957-1967).....261
Tabela 9 – Total da área indígena utilizada pela Usina do Apucaraninha.....276

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Decretos reservando terras aos índios em várias partes do Paraná 124
Quadro 2 – Fotografias da vista e da casa da administração do PI Apucarana 140
Quadro 3 – Encarregados do PI Apucarana entre 1942 a 1967 142
Quadro 4 – Fotografias de estradas e pontes do PI Apucarana 145
Quadro 5 – Fotografias de máquinas e olaria no PI Apucarana 150
Quadro 6 – Fotografias de índias e índios Kaingang no PI Apucarana 157
Quadro 7 – Fotografias do gado e das plantações no PI Apucarana 163
Quadro 8 – Fotografias da escola e dos alunos no PI Apucarana 166
Quadro 9 – Fotografias da mata, campos e serraria no PI Apucarana 173
Quadro 10 – Fotografias de indígenas trabalhando no PI Apucarana 183
Quadro 11 – Fotografias de índias preparando farinha de milho e índios na atividade com suínos no PI Apucarana 184
Quadro 12 – Fotografia de casas dos índios no PI Apucarana 188
Quadro 13 – Contrato de arrendamento entre a EELSA e o SPI (06/11/1954) 252

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abbink – Comissão Mista Brasileiro Americana de Estudos Econômicos

Amforp – American & Foreign Power Company

ANDE – Administración Nacional de Electricidad

BADEP – Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

CANAMBRA – Consórcio Canadense Americano Brasileiro

CEEE – Comissão Estadual de Energia Elétrica

CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A

CEMIG – Centrais Elétricas de Minas Gerais

CESP – Centrais Elétricas de São Paulo

CFLO – Companhia Força e Luz do Oeste

CFLPR – Companhia Força e Luz do Paraná

CHESF – Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

CIME – Comissão de Indústria de Material Elétrico

CMNP – Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná

CNAE – Conselho Nacional de Águas e Energia

CNAEE – Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica

CNI – Confederação Nacional da Indústria

COCEL – Companhia Campolarguense de Energia

Codepar – Companhia de Desenvolvimento do Paraná

CONESP – Comissão de Nacionalização de Serviços Públicos

COPEL – Companhia Paranaense de Energia Elétrica

CPFL SANTA CRUZ – Companhia Luz e Força Santa Cruz

CTNP – Companhia de Terras Norte do Paraná

DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica

DAEE-PR – Departamento de Águas e Energia Elétrica do Paraná

DNAE – Departamento Nacional de Águas e Energia

DNAEE – Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica

DNIC – Departamento Nacional da Indústria e Comércio

DOU – Diário Oficial da União

DR – Delegacia Regional

DR4 – Quarta Delegacia Regional

DRs – Delegacias Regionais

EELSA - Empresa Elétrica Londrina Sociedade Anônima

EFE – Empresa Fluminense de Energia Elétrica S/A

Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S/A

Empresul – Empresa Sul Brasileira de Eletricidade

EUA – Estados Unidos da América

FDE – Fundo de Desenvolvimento do Estado

FFE – Fundo Federal de Eletrificação

FORCEL – Força e Luz Coronel Vivida Ltda

FPCI – Fundação Paranaense de Colonização e Imigração

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

Fundepar – Fundação Educacional do Paraná

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Especiais

IR7 – Sétima Inspetoria Regional

IRs – Inspetorias Regionais

JK – Juscelino Kubistchek

KVA – Kilovoltampere

kW – Kilowatt

kWh – Kilowatt hora

Light – Light and Power Company

MME – Ministério das Minas e Energia

MPF – Ministério Público Federal

MTPS – Ministério do Trabalho e Previdência Social

MW – Mega Watt

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PI – Posto Indígena

PIs – Postos Indígenas

PL – Projeto de Lei

SALTE – Saúde, Alimentação, Transporte e Energia

Sanepar – Companhia de Saneamento do Paraná

SOA – Seção de Orientação e Assistência

SPI – Serviço de Proteção aos Índios

SPILTN – Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais)

TACs – Termos de Ajustamento de Conduta

Telepar – Companhia de Telecomunicações do Paraná

TI – Terra Indígena

TIs – Terras Indígenas

UHE – Usina Hidrelétrica

USAID – Agência de Desenvolvimento Internacional

USELPA – Usinas Elétricas do Paranapanema

SUMÁRIO

LISTA DE MAPAS 9
LISTA DE FOTOGRAFIAS 10
LISTA DE IMAGENS 12
LISTA DE TABELAS 14
LISTA DE QUADROS 15
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS 16

INTRODUÇÃO 22

CAPÍTULO 1 43
O processo de estatização da energia elétrica no Brasil: a eletricidade no Paraná e a Empresa Elétrica de Londrina S/A (EELSA) 43
1.1 Histórico da energia elétrica no Brasil: das iniciativas privadas ao controle estatal 43
1.1.1 A regulamentação e a situação do setor elétrico brasileiro na chamada *Era Vargas* 45
1.1.2 O desenvolvimento das empresas estatais no setor elétrico nacional 52
1.1.3 A consolidação da estatização do setor elétrico no Brasil 58
1.2 A energia elétrica no Paraná: da precariedade da ação privada ao controle estatal 61
1.2.1 A escassez de energia elétrica no Paraná e as empresas privadas 62
1.2.2 O planejamento estatal para suprir a escassez da energia elétrica no Paraná e a criação da COPEL 66
1.2.3 A consolidação da COPEL e a incorporação das empresas privadas no Paraná 79
1.3 Histórico da Empresa Elétrica de Londrina S/A e seus empreendimentos no Norte do Paraná 90
1.3.1 O surgimento da EELSA e suas primeiras ações 91
1.3.2 A Usina do Apucaraninha e a consolidação e expansão da EELSA 99
1.3.3 O processo de incorporação da EELSA pela COPEL 111

CAPÍTULO 2 118
O Posto Indígena Apucarana: história, política indigenista e ação indígena 118
2.1 A presença dos Kaingang na bacia do rio Tibagi no Estado do Paraná 118
2.2 O Posto Indígena Apucarana, o SPI e a política indigenista 134
2.2.1 Estrutura Administrativa do PI Apucarana 140
2.2.2 Obras de infraestruturas 144
2.2.3 Dados Demográficos 155
2.2.4 Dados da produção do Posto Indígena 161
2.2.5 Dados da escola 165
2.2.6 Os arrendamentos de terras e os contratos de madeiras e demais recursos 169
2.3 Os Kaingang do PI Apucarana e a política indígena 181
2.3.1 Trabalho e pagamento aos índios 181
2.3.2 Alimentos e objetos aos índios 187
2.3.3 Deslocamentos, tradições e reivindicações 191
2.3.4 As tensões, os conflitos e as relações acirradas no PI Apucarana 194

CAPÍTULO 3 210
O órgão indigenista e a EELSA: os interesses na construção da UHE do Apucaraninha 210
3.1 As primeiras negociações entre o órgão indigenista e a empresa elétrica 211
3.1.1 O exemplo da Usina Hidrelétrica do rio Tigres no PI Barão de Antonina 211
3.1.2 O início das obras da Usina do Apucaraninha e as tentativas de acordo entre o SPI e a EELSA 215
3.2 A reorganização do PI Apucarana nas proximidades da Usina do Apucaraninha 227
3.2.1 A primeira proposta de reestruturação do PI Apucarana e sua relação com a Usina do Apucaraninha 229
3.2.2 Os debates em torno da reestruturação da área indígena e a nova localidade da sede do PI Apucarana 239
3.3 A celebração do contrato de arrendamento e novas questões entre o órgão indigenista e a empresa de eletricidade 250
3.3.1 As prestações de contas do PI Apucarana e o fornecimento de energia elétrica ao Posto 255
3.3.2 Questionamentos sobre o contrato de arrendamento entre EELSA e SPI 265
3.3.3 As negociações entre COPEL e FUNAI: apontamentos para novos estudos 279

CAPÍTULO 4 286
O protagonismo indígena diante da presença da Usina do Apucaraninha e do processo de reestruturação dos seus territórios 286
4.1 O processo de reestruturação do Território Indígena Apucarana: a Usina do Apucaraninha e os deslocamentos dos índios 290
4.1.1 O que dizem os documentos? 291
4.1.2 A memória e os relatos dos indígenas 296
4.2 A política dos indígenas em relação à Usina do Apucaraninha 341
4.2.1 A mão de obra indígena na construção da Usina do Apucaraninha e outros trabalhos. 343
4.2.2 As relações socioculturais entre os indígenas e os empregados da usina e o cotidiano na nova sede do PI Apucarana 358
4.2.3 O sentimento de apropriação da usina e as reivindicações junto à concessionária de energia elétrica 371

CONSIDERAÇÕES FINAIS 386
REFERÊNCIAS 393
FONTES 403
ENTREVISTAS 438

INTRODUÇÃO

O atual cenário envolvendo os povos indígenas e os agentes das usinas hidrelétricas no Brasil chama a atenção de todos, em virtude das repercussões e conflitos intensos entre os sujeitos envolvidos. De um lado, os indígenas buscando a defesa dos seus interesses, devido a transformação de seus territórios tradicionais e de graves impactos em suas formas de vida. Do outro lado, as grandes empresas do setor elétrico, representadas por poderosos grupos econômicos, que contam, na maioria das vezes, com apoio político e capital estrangeiro e buscam aumentar a capacidade instalada de energia elétrica, por meio da construção de grandes empreendimentos hidrelétricos. Isso leva ao alagamento de extensas áreas ocupadas por populações ribeirinhas e atinge também as Terras Indígenas. Justifica-se esses empreendimentos em nome do progresso e do desenvolvimento, configurando mais uma etapa do avanço das frentes colonizadoras pelo país.

Um dos exemplos é a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, em construção no rio Xingu, no Estado do Pará. Há mais de 20 anos, quando foram iniciados os estudos de viabilidade para o aproveitamento hidrelétrico da bacia hidrográfica do rio Xingu, os conflitos entre grupos indígenas e representantes da chamada sociedade nacional são noticiados nos meios de comunicação, inclusive, internacionalmente. A ação de cada sujeito social envolvido é anunciada conforme interesses econômicos, políticos e sociais. Dessa forma, ambientalistas, congressistas, empresários, fazendeiros, ribeirinhos, indígenas etc. entrecruzam seus discursos e suas estratégias frente ao projeto de grande porte.[1]

Notadamente, o conteúdo divulgado visa à despolitização dos indígenas, ainda caracterizado como o *índio mau*, violento, que corta o braço e que agride o representante político ou o empresário do consórcio energético, responsável pela hidrelétrica. Também se reproduz a ideia do índio apenas vitimizado, que perde terras e precisa mudar de local, alterando drasticamente suas formas de vida. Essas interpretações presentes na análise dos atuais conflitos entre indígenas e representantes da sociedade envolvente seguem as abordagens históricas do Brasil, que tratam das questões em torno do contato entre índios e não-índios, retirando os primeiros da história ou classificando-os como bons ou maus, não revelando todas as suas historicidades e as complexidades de suas relações socioculturais e de suas ações enquanto

[1] Uma análise detalhada de Belo Monte e a questão indígena está presente em: Oliveira; Cohn (2014). Os debates atuais em torno do projeto do Complexo Hidrelétrico de Tapajós também podem ser citados como exemplo dessas discussões.

sujeitos históricos. Como afirma Almeida (2010), não se trata de negar os processos de esbulhos dos territórios indígenas, a exploração e a dizimação de centenas de etnias, mas compreender e evidenciar a política indígena, presente não somente nos bastidores, mas também no palco da história do Brasil.

Desde meados da década de 1970, grandes projetos hidrelétricos vêm atingindo populações indígenas no Brasil, como os casos de Tucuruí no Pará, Balbina no Amazonas e Itaipu no Paraná.[2] O caso de Itaipu provocou graves danos aos indígenas Guarani Mbyá e Nandeva, que habitavam áreas próximas aos rios Jacutinga e Ocoí e que lutaram, desde então, para a obtenção de uma nova área que foi demarcada apenas em 1997, no município de Diamante do Oeste (PR).[3] Naquele contexto, também se formou o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que em muitas oportunidades contou com representantes dos grupos indígenas, como na Usina de Tucuruí.[4]

A Constituição Federal de 1988 não apenas reconheceu a alteridade dos grupos indígenas no Brasil, buscando um ponto final no âmbito jurídico na política integracionista desenvolvida até então, como também impôs limites à exploração dos recursos hídricos presentes nas áreas indígenas. Dessa forma, todo empreendimento hidrelétrico que afete um território indígena somente pode ser autorizado pelo Congresso Nacional, após ouvir em audiência, as comunidades indígenas atingidas. No entanto, inúmeras vezes essas questões são abordadas por pessoas que desconhecem a história específica da etnia indígena envolvida e sua relação com o território. Segundo Lisboa (2008), em muitos casos, as cifras dos empreendimentos impressionam juízes e demais envolvidos nos processos judiciais, que parecem ignorar os problemas ambientais e sociais decorrentes da instalação de uma usina hidrelétrica. A política neoliberal e o processo de privatização do setor elétrico nacional, iniciados no final dos anos 1980, representaram uma continuação da ideia de que os indígenas são entraves ao progresso e ao desenvolvimento do país e as prioridades do setor estão longe de considerar os direitos indígenas.

Inserido nesse contexto, o Paraná, por meio da Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), responsável pela concessão do serviço de eletricidade em praticamente todo

[2] Alguns estudos já analisaram esses grandes empreendimentos e sua relação com os grupos indígenas atingidos pelas represas das usinas hidrelétricas. Como exemplo, ver: Santos; Nacke (2003).

[3] Esta nova área foi chamada de Terra Indígena Tekoha Anetete e possui 1.744ha. Para maiores detalhes da relação Itaipu e os Guarani do Ocoí, ver os estudos de Thomaz de Almeida (1995); Santos; Nacke (1994); Deprá (2006), entre outros.

[4] Maiores detalhes sobre o MAB ver: Corrêa (2009) e Santos; Nacke (2003).

o Estado, nas áreas de geração, de transmissão e de distribuição de energia elétrica, tem realizado, nas últimas décadas, uma série de estudos de viabilidade para a construção de usinas hidrelétricas nos grandes rios que cortam o Paraná. Entre esses rios está o Tibagi, cuja nascente se localiza nos chamados Campos Gerais, cortando a região central e todo o Norte do Estado, até desaguar no rio Paranapanema, na divisa com o Estado de São Paulo.

Na bacia do rio Tibagi, existem cinco Terras Indígenas: Apucaraninha, São Jerônimo, Barão de Antonina, Mococa e Queimadas. A maior parte dos indígenas que vive nessas áreas é da etnia Kaingang, mas também há Guarani, Xokleng e Xetá. Há três décadas, a COPEL iniciou os estudos para a instalação de sete usinas hidrelétricas no rio Tibagi: Jataizinho, Cebolão, São Jerônimo, Mauá, Telêmaco Borba, Tibagi e Santa Branca. Todas com planejamento inicial de afetar as comunidades indígenas, que ocupam parte dos seus antigos territórios, em áreas já demarcadas. A maior parte das usinas ainda não saiu do papel, com inúmeras discussões sobre licenças ambientais e atritos com moradores locais e comunidades indígenas. Apenas a de Mauá encontra-se em funcionamento, cuja construção iniciou em 2008, depois de longa e tensa negociação com os indígenas e demais ribeirinhos, com a participação do Ministério Público Federal.[5]

Os conflitos e as negociações se espalharam por todo o vale do rio Tibagi e reacenderam a luta Kaingang da TI Apucaraninha pelos seus direitos diante da Usina Hidrelétrica do Apucaraninha, instalada na segunda metade da década de 1940, dentro do território indígena, na margem direita do rio Apucaraninha. Após o processo de redemocratização e da nova Constituição de 1988, a comunidade indígena local passou a adotar diferentes estratégias para pressionar a COPEL a rever o contrato de arrendamento da área indígena utilizada pela usina. Sem grandes retornos da concessionária, os Kaingang articularam uma série de medidas ostensivas: bloqueio da estrada que liga à hidrelétrica, manutenção de funcionários como reféns e outros atos de protestos. O clima tenso tomou conta da região.

Esse processo culminou na assinatura de dois Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), com participação da COPEL, da FUNAI, do Ministério Público Federal e da comunidade indígena do Apucaraninha. O primeiro deles, assinado em 2002, alterou o contrato de arrendamento, determinando os valores do MegaWatt/hora produzido e pago aos indígenas. O segundo TAC, assinado somente em 2006, resultou em uma indenização de R$ 14 milhões

[5] Há toda uma documentação composta de laudos antropológicos, estudos dos grupos indígenas, diagnósticos socioambientais etc. encomendados pela COPEL, em virtude da obrigatoriedade constante na CF de 1988. Esses documentos estão presentes na Biblioteca da COPEL, no Polo Atuba, em Curitiba-Pr.

de reais à comunidade indígena, pelos impactos ambientais, sociais, culturais e morais provocados pela construção, instalação e operação da usina, no período de 1946 a 2002.

No entanto, a forma como tudo foi divulgado pelos meios de comunicação locais assemelha-se ao que foi citado acima no caso de Belo Monte. Atribuiu-se ao grupo indígena a pecha de oportunistas, agressivos, violentos, como se não tivessem direitos às reivindicações. Ao final, ficou a impressão que a COPEL realizou uma boa ação, pagando um valor extraordinário aos indígenas, que não teriam motivos para receber qualquer indenização ou compensação financeira. Por outro lado, interpretações do tipo *coitado dos indígenas*, sempre explorados, também foram comuns naquele momento. Novamente, teve-se a ideia do indígena despolitizado, sem história, sem resistência, como um mero figurante, assistindo a tudo de maneira passiva e pacata. Essas formas extremas de pensar as sociedades indígenas – *bom ou mau selvagem* – marcam presença constante nas abordagens históricas quando tratam a relação entre indígenas e não-indígenas no Brasil. A proposta aqui é trazer os indígenas como sujeitos históricos, protagonistas de suas ações, elaboradores de estratégias políticas, frente a cada novo contexto histórico, como de forma precursora demostraram Cunha (1992), Oliveira (1988; 1999) e Monteiro (1994).

O caso Apucaraninha exige uma análise apurada dos acontecimentos desde o contexto de construção da usina hidrelétrica em 1946. A resistência indígena e suas políticas estratégicas não surgiram apenas às vésperas das assinaturas dos TACs, como procuram afirmar alguns meios de comunicação e a própria COPEL, em clara tentativa de descaracterizar a luta histórica dos Kaingang daquela localidade. Torna-se essencial evidenciar o papel desenvolvido pelos indígenas durante o contexto de construção e instalação da Usina do Apucaraninha, suas articulações com os representantes do órgão indigenista e com as autoridades políticas do Estado do Paraná naquele momento. Importante também demonstrar as relações da comunidade indígena com os empregados da usina e os representantes da Empresa Elétrica de Londrina S/A (EELSA), concessionária responsável pelo empreendimento hidrelétrico até 1974, quando foi incorporada pela COPEL.

> Não basta mais caracterizar o índio histórico simplesmente como vítima que assistiu passivamente à sua destruição ou, numa vertente mais militante, como valente guerreiro que reagiu brava porém irracionalmente à invasão europeia. Importa recuperar o sujeito histórico que agia de acordo com a sua leitura do mundo ao seu redor, leitura esta informada tanto pelos códigos culturais da sua sociedade como pela percepção e interpretação dos eventos que se desenrolavam (MONTEIRO, 1999, p. 248).

Torna-se mister compreender a história dos Kaingang do Apucaraninha, suas relações com outros grupos indígenas e com os não indígenas, sua ideia de *Territorialidade* (OLIVEIRA, 1998), seu histórico de lutas em defesa dos seus interesses e todas as suas ações estabelecidas perante a construção, instalação e o funcionamento da usina hidrelétrica no território indígena. É justamente essa história conturbada, recheada de conflitos, de interesses convergentes e divergentes, que precisa ser detalhada de forma minuciosa, articulando todos os sujeitos históricos envolvidos, pois a preocupação não pode ser a de:

> [...] delimitar unicamente uma história dos indígenas, mas sim, em refletir sobre conjuntos de relações estabelecidas entre os indígenas e os demais atores e forças sociais que com eles interagiam. Não é possível defender as estratégias e performances indígenas ignorando as interações que mantêm com os contextos reais em que vivem – ou seja, as relações interétnicas na escala local, a inserção dentro de um Estado-Nação, bem como as redes e fluxos transnacionais. A história, em suas múltiplas escalas e temporalidades, não pode ser concebida como algo exterior e acidental, mas um fato constitutivo, que preside à própria organização interna e ao estabelecimento da identidade de um grupo étnico (OLIVEIRA, 2016, p.7).

Diante disso, é preciso questionar: como foi a relação entre a comunidade indígena Kaingang e os agentes do setor elétrico e da EELSA, responsáveis pelo empreendimento hidrelétrico? Como se deram as situações cotidianas entre os índios e os empregados da usina? Quais as articulações dos indígenas com o órgão indigenista e a concessionária de energia elétrica durante a construção, instalação e operação da usina? Quais os interesses constantes entre os sujeitos históricos presentes naquele contexto? Quais os projetos, ações e estratégias desse sujeitos durante aquele momento? São as problemáticas elencadas para esta pesquisa.

Os acontecimentos apontam para uma história complexa, com diversos sujeitos sociais, portadores de projetos políticos antagônicos, com interesses divergentes e, dessa forma, um cenário de tensões, conflitos e jogo de ideias. Mas também momentos de convergências de interesses, em que se definem alianças, acordos e aproximações. O desafio será evidenciar a participação do sujeito histórico tradicionalmente omitido das histórias que retratam o Norte do Paraná: os indígenas. Nesse caso, muito bem identificados e situados: os Kaingang do Território Indígena Apucarana.[6]

[6] É preciso distinguir Território Indígena Apucarana, Terra Indígena Apucaraninha e Posto Indígena Apucarana. Este último é a estrutura administrativa do órgão indigenista, que buscou desempenhar o papel de tutela junto aos Kaingang daquela localidade. Terra Indígena é a denominação atribuída posteriormente a Constituição Federal de 1988 as áreas legalmente medidas, demarcadas e destinadas aos índios. Território Indígena Apucarana era a porção de terras reservadas aos índios desde o ano de 1900 e que passou pelo processo de expropriação devido ao avanço das frentes colonizadoras. Dessa forma, para questões atuais, será utilizado Terra Indígena Apucaraninha ou os

Essa história não pode ser construída sem a devida conexão com os processos históricos mais amplos, relacionando com as políticas econômicas nacionais e estaduais e seus respectivos contextos em meados do século XX. Toda a centralização de poder pretendida pelo Governo Vargas refletiu nas políticas do setor energético, com a criação do Código das Águas em 1934, o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica em 1939, o Plano Nacional de Eletrificação em 1943-46. Essas questões são contemporâneas ao início da construção da Usina do Apucaraninha e influenciam sua instalação. Após a *Era Vargas*, o Plano SALTE, o segundo Plano Nacional de Eletrificação, o Plano de METAS e a criação da Eletrobrás e do Ministério de Minas e Energia (MME) revelam toda a preocupação das autoridades políticas em aumentar a capacidade instalada de energia elétrica, para acelerar a industrialização e o processo de urbanização, como também de modernização do campo. Essa contextualização segue com a política das grandes usinas hidrelétricas nos anos 1970, momento da quase completa estatização do setor elétrico brasileiro, no qual justamente a EELSA foi incorporada pela COPEL.

No Paraná, durante aquele momento, as frentes colonizadoras agiam com toda intensidade no Norte do Estado, por meio das companhias de colonização, abrindo estradas, criando povoados, formando cidades, exigindo uma maior demanda de energia elétrica. A construção da UHE do Apucaraninha precisa ser abordada, considerando tais apontamentos. Nesse sentido, busca-se elaborar uma história que destaque as ações do grupo indígena do Apucaraninha, perante a usina e todos os demais sujeitos sociais envolvidos, mas que não seja fragmentada e desarticulada dos macro processos históricos.

- Periodização: os marcos temporais

Essa pesquisa concentra suas abordagens no período entre 1946 a 1974. A primeira data está associada ao ano em que iniciaram as obras para a construção da Usina do Apucaraninha. A segunda data corresponde ao ano em que a EELSA foi incorporada pela COPEL, no contexto da quase completa estatização do setor elétrico em todo o Brasil. De toda forma, esses marcos temporais não podem restringir que a pesquisa trabalhe com fatos ocorridos fora deste período proposto.

Exemplificando, o contexto das iniciais tentativas de estatização do setor elétrico no Brasil durante a *Era Vargas*, a constituição da EELSA, enquanto concessionária de energia

Kaingang do Apucaraninha. Para o contexto de construção da usina, será usado Território Indígena Apucarana ou os Kaingang do Apucarana. E, quando se tratar da organização administrativa do SPI, utilizar-se-á Posto Indígena Apucarana.

elétrica, a colonização do Norte do Paraná, a criação do Posto Indígena Apucarana e a política indigenista, o histórico dos Kaingang da bacia do rio Tibagi e suas ações políticas, entre outros, são questões fundamentais para se compreender a decisão de se construir uma usina na margem direita do rio Apucaraninha, em território reservado aos índios. Essa historicidade será retomada no texto toda vez que for necessária, tanto com acontecimentos em datas anteriores e próximas a 1946, quanto com fatos mais antigos.

Da mesma forma, alguns acontecimentos são elucidativos para os objetivos desta pesquisa, mesmo sendo posteriores a 1974, pois revelam uma historicidade e serão interpretados e conectados com o período proposto, durante a elaboração desta narrativa.[7]

- Pressupostos teóricos

A abordagem utilizada nesta pesquisa busca a superação do viés etnocêntrico desenvolvido por uma história dita tradicional, que mantém uma visão colonialista dos acontecimentos históricos (LANDER, 2005). Destarte, é necessário destacar a pluralidade das sociedades humanas, trazendo como protagonistas sociedades excluídas pelo colonialismo. Nessa perspectiva, os Kaingang do Apucarana, enfatizando suas estratégias políticas, suas ações e toda sua dinâmica frente a cada novo contexto histórico. É necessário considerar as ações das sociedades indígenas como ações políticas, inseridas em uma perspectiva antropológica, que demonstre as formas de luta e toda resistência elaborada pelos indígenas em defesa dos seus interesses.

Assim, os Kaingang formularam seus projetos políticos diante do avanço da sociedade nacional, estabelecendo um processo de relações socioculturais com os representantes desta sociedade. Entretanto, essas relações não podem ser entendidas por uma história polarizada, simplificadora, que salienta a imposição cultural da sociedade envolvente sobre os grupos indígenas e que reproduz a ideia de dominação colonial, na qual o colonizador tem o papel do dominante e o indígena é o dominado. As relações foram (e ainda são) muito mais complexas que essa visão dicotômica e dualista e precisam ser norteadas dentro de cada contexto histórico, observando toda forma de resistência e os conflitos envolvendo os povos indígenas.

[7] O ano de 1974 não representou o fim da história nas relações entre os Kaingang e os empregados da usina e os representantes da concessionária de energia elétrica. Trata-se de uma delimitação temporal em virtude da extensão da pesquisa e da vasta quantidade de fonte documental para ser analisada. Os acontecimentos posteriores a 1974 serão analisados em estudos futuros, para auxiliar na compreensão das atuais negociações, acordos e conflitos entre os indígenas e agentes do órgão indigenista, da COPEL, entre outros.

Dessa forma, esta pesquisa adota esses pressupostos e assume novas perspectivas em relação à história indígena no Brasil. História esta que ganhou nova interpretação com Cunha (1992), ao abordar o índio como protagonista, sujeito de sua própria história; que contou com mudanças da antropologia, com novos princípios teóricos e metodológicos, permitindo uma compreensão histórica dos grupos indígenas como em Oliveira (1988; 1998; 1999) e Monteiro (1994). Em perspectivas historiográficas, a aproximação com o campo antropológico e o destaque a história vista de baixo e dos grupos minoritários, como em Thompson (1998), Wolf (2003); (2005), Hobsbawm (1998), entre outros. Nesse viés, o destaque é para os povos indígenas que sobrevivem há mais de cinco séculos às tentativas para sua eliminação, seja física ou culturalmente.

> Durante quase cinco séculos, os índios foram pensados como seres efêmeros, em transição: transição para a cristandade, a civilização, a assimilação, o desaparecimento. Hoje se sabe que as sociedades indígenas são parte de nosso futuro e não só de nosso passado (CUNHA, 1992, p. 22).

Essa presença indígena demarcou não apenas novas fronteiras geográficas, em relação aos seus territórios, mas também novas fronteiras sociais. As construções linguísticas, culturais, econômicas e religiosas dos indígenas foram confrontadas com as dos colonos que ocupavam suas terras. Foi nesse embate entre índios e não-índios que novos espaços foram definidos, ocupados e reocupados, marcados por uma resistência contínua dos povos indígenas contra a sua dominação pelos não-indígenas.

Torna-se essencial a apresentação de alguns conceitos e definições presentes, enquanto pressupostos teóricos e metodológicos, neste estudo, bem como a discussão sobre a interpretação das fontes utilizadas para o desenvolvimento desta pesquisa. Conceitos como o de *Situação Colonial,* de Georges Balandier; *Situação Histórica*, de João Pacheco de Oliveira; *Guerra de Conquista*, de Antonio Carlos de Souza Lima; definições de *Fronteiras, Cultura, Relações Socioculturais, Grupos Étnicos*, entre outros, fundamentam essa abordagem histórica. Além disso, as formas de interpretação das fontes, que consideram o papel do *Discurso,* a hermenêutica, a polifonia e a linguística, contribuem para a análise e a formulação desta narrativa.

Georges Balandier (1972) definiu como S*ituação Colonial* o conjunto das relações entre civilização europeia e sociedades autóctones. Para o autor, uma minoria estrangeira com pretensa superioridade racial pretendeu dominar a maioria da população local, seja por meio da força ou de um conjunto de valores, normas e comportamentos. Em outro trabalho, Balandier

(1987) demonstrou a dinâmica interna das sociedades ditas tradicionais, afirmando que todas as sociedades humanas produzem políticas que assimilam as transformações de um novo contexto histórico. Balandier (1976) ainda diz que nenhuma sociedade pode ser definida e determinada apenas por suas características internas. Tanto a dinâmica de suas especificidades internas quanto aquela provocada externamente, devido ao contato com as sociedades vizinhas, são elementos que compõem as características de certa sociedade.

Destarte, a ideia de *Situação Colonial* fica mais contundente quando se valoriza a historicidade de cada sociedade. Assim, o conceito de *Situação Histórica,* de João Pacheco de Oliveira, auxilia a formulação de teorias que criticam a desintegração cultural, a aculturação, assimilação, ou mesmo, a extinção das sociedades indígenas, e percebem as mudanças no contato índio/branco, como ações estratégicas enquanto sujeitos que formulam e estabelecem políticas próprias para o relacionamento com o outro. Para Oliveira (1988), o conceito de *Situação Colonial* não pode ficar aprisionado ou restrito a análises e a descrições polarizadas e simplificadoras, que mostram a imposição dos valores culturais de um grupo sobre o outro, como se um lado estivesse fora do campo de ação e não tomasse nenhuma atitude e nem estabelecesse resistência. Assim, o autor propõe a ideia de *Situação Histórica*, revelando as relações entre os diversos sujeitos presentes em cada contexto histórico, inclusive os indígenas, pois são povos que não possuem uma cultura imutável, mas que se transformam de acordo com as *Situações Históricas* advindas do contato com os não-indígenas.

Também é necessário demonstrar a ideia de *Guerra de Conquista* formulada por Antônio Carlos de Souza Lima, criticando os clássicos trabalhos que fazem apologia ao órgão indigenista e à política indigenista oficial. Souza Lima (1995) revela que o Estado tem a intencionalidade de conquistar territórios e de inserir as populações indígenas na sociedade nacional. Os índios são pensados como efêmeros, pois, ou se sujeitam e assimilam os novos padrões culturais impostos pelos brancos, ou são exterminados. Indigenismo e política indigenista são termos usados pelo Estado que o autor considera como ações no âmbito das estruturas administrativas, desenvolvidas pelo conquistador para abordar os povos conquistados. É a luta estatal para centralizar e manter o monopólio do controle de diversos poderes sobre os povos indígenas. Sai de cena aquela ideia de conquista pacífica e harmoniosa e entram os interesses conflitantes, que inúmeras vezes promoveram episódios violentos entre indígenas e não-indígenas.

> O operador da paz é aqui a potência da guerra, soberana no assenhoreamento de povos e terras, capaz de engendrar hierarquias, posições em sistemas de

> estratificação, dispor de espaços colocando-os sob controle centralizado, cotidianizar estes processos em múltiplos e sutis dispositivos de poder. Sobretudo para a tutela sob os índios, agenciá-los, codificá-los em lei, é demonstrar o quanto os poderes de Estado constroem categorias sociais simultaneamente se construindo e formando Estado. O monopólio progressivo da violência teve, porém, que ser negociado: uma pesquisa mais ampla poderia estabelecer as pontes entre a máxima abrangência de agenciamentos de poder, a ficção de seu poderio, e a concessão do "direito" à violência (SOUZA LIMA, 1995, p. 310).

Não resta dúvida que o conquistador tem seus objetivos traçados e planejados. No entanto, a *Guerra de Conquista* precisa revelar ao mesmo tempo os objetivos daqueles que deveriam ser conquistados, ou seja, os interesses dos povos indígenas também estão em jogo. Estes promovem uma reação à conquista, com estratégias de informação do outro e desinformação de si, alianças e subordinações intencionais, demonstrando permeabilidade diante de novos contextos históricos.

Dessa forma, a sociedade nacional tentou impor modelos econômicos, sociais e culturais, caracterizando o que Souza Lima (1995) chamou *o grande cerco de paz* em torno dos povos indígenas. Mesmo obtendo êxitos em alguns momentos, este *cerco* não conseguiu a dissolução e homogeneização das culturas indígenas. Dadas às novas condições históricas, estes programaram mudanças na sua forma de vida, mas continuaram a produzir sua cultura, gestada e redimensionada no interior do novo contexto e reinterpretada segundo seus objetivos e necessidades, adotando medidas para abrir brechas e encontrar saídas frente ao *cerco*.

O Brasil atual é o resultado de processos históricos complexos de encontros e desencontros de diferentes povos, com objetivos antagônicos, envolvendo conflitos armados, negociações, fissões entre grupos e povos e alianças políticas. Nesse complexo processo sociocultural, as populações indígenas precisam ser apresentadas enquanto sujeitos ativos da história, participantes da formação sócio-histórica brasileira, como propôs de forma precursora Cunha (1992) e Monteiro (1994). É mister enfatizar as estratégias dos grupos indígenas para contrapor a política oficial, revelando que as populações indígenas não eram atrasadas e nem primitivas como aparecem na visão simplista do colonizador e dos representantes da sociedade envolvente, mas detentoras de especificidades culturais distintas, quando comparadas com a cultura de origem europeia e cristã. Torna-se interessante produzir um conhecimento mais amplo do tecido social que foi historicamente construído por populações que foram ocultadas e apagadas nas versões consagradas e canônicas da história do Brasil, nas quais somente destacam os míticos pioneiros.

Nessa perspectiva, é essencial desenvolver uma pesquisa com pressupostos teóricos e metodológicos que não hierarquizem os diferentes grupos étnicos, ou seja, que não caracterizem um grupo mais desenvolvido que o outro ou em estágio superior ao outro, mas que sejam reveladores do desenvolvimento histórico de cada um, conhecendo suas particularidades e universos próprios. Essa interpretação se contrapõe a história que situou os grupos indígenas somente como vítimas da colonização e do avanço das frentes de expansão. Trata-se de um trabalho que incorpora elementos importantes de conhecimento etnográfico, colocando o indígena como sujeito de sua própria história.

Faz-se importante apresentar também o conceito de *Fronteiras*. Muito mais que linhas geográficas que separam países, estados, cidades, fronteiras será aqui utilizada como espaço de relação entre dois grupos com culturas e modos de vida distintos, que entram em contato e entrecruzam seus projetos para tentar impor, um sobre o outro, a sua forma de pensar e agir. Portanto, *Fronteiras* é o local em que se quebram e trocam costumes, em que surgem novas atividades e linhas de crescimento, onde emergem novos ideais e são criadas novas instituições. Apesar das sociedades ditas primitivas assimilarem novos valores, ao entrarem em contato com os responsáveis pelas frentes colonizadoras, elas mantêm aspectos tradicionais, que são duradouros e distintos de sua experiência primitiva, mesmo num contexto de trocas e de relações entre os grupos envolventes na colonização.

Além disso, para o debate proposto, é necessário compreender como se dá a formação das comunidades e grupos étnicos. Muito se fala dos fatores herdados e transmitidos para essa formação. As heranças, a posição e a posse adquiridas por determinado grupo étnico são tratadas como responsáveis pela agregação de pessoas, constituindo assim um grupo com as mesmas características e tradições. A ideia de definição de comunidade étnica está geralmente voltada à intenção de formação da nação, definindo os povos, os grupos, estabelecendo as divisões políticas artificiais, pregando a homogeneização dos grupos separados por essas fronteiras políticas, sem considerar suas divisões internas, suas rachaduras e fragmentação, ou seja, não consideram as fronteiras sociais, religiosas, linguísticas, políticas etc. que influenciam a forma de vida das pessoas que integram uma comunidade étnica.

Max Weber mostra que as comunidades étnicas são formadas por processos históricos, que vão caracterizando-as, diferenciando-as umas das outras. Segundo o autor, não se pode definir uma comunidade étnica pelos costumes tradicionais de origem religiosa e/ou econômica ou política. É necessário observar as transações de costumes, as diferenças espaciais promovidas pelas *Fronteiras Étnicas*, isto é, o contato com grupos vizinhos, em espaços

diferentes, provoca as adaptações, as remodelações, devido às condições heterogêneas enfrentadas por cada grupo. Muito mais importante que as origens e tradições de determinado grupo, para defini-lo enquanto uma comunidade étnica, são as interações com outros grupos, ou seja, suas relações interétnicas, promovidas pela *Situação de Fronteiras* (WEBER, 1944).

Frederik Barth, ao analisar o que são grupos étnicos, mostra que geralmente a antropologia parte do pressuposto de relacionar as unidades étnicas a cada cultura, ou mais claramente, que há grupos humanos que têm o mesmo comportamento descrito pela mesma cultura. As diferenças entre culturas, assim como suas fronteiras e vínculos históricos, receberam muita atenção, diz Barth (1976). Contudo, a constituição dos grupos étnicos e a natureza de suas fronteiras não foram examinadas de maneira tão sistemática. Dessa forma, prevaleceram os estudos de grupos isolados, como se vivessem numa ilha e não entrassem em contato com outras pessoas. Esse olhar simplificador sobre os grupos étnicos, tão criticado por Barth, demonstra que o isolamento geográfico e social é o responsável pela manutenção da diversidade cultural. Uma análise tão superficial que não deixa vir à tona os elementos complexos das relações interétnicas promovidos pelo contato nas regiões de *Fronteiras*.

Assim, Barth (1976) defende uma investigação empírica do caráter das *Fronteiras Étnicas*, capaz de revelar que elas persistem, apesar do fluxo de pessoas que as atravessam, e também de descobrir relações estáveis, de uma importância social vital, mantidas nas *Fronteiras*, mesmo entre grupos com estatutos étnicos dicotomizados. A interação entre os grupos étnicos no sistema social não leva ao desaparecimento de um dos grupos, devido às mudanças e/ou aculturação. As diferenças culturais podem permanecer, apesar do contato interétnico e da interdependência dos grupos. Todas essas relações não poderiam ser retratadas se assumissem a posição de analisar cada grupo étnico de uma forma isolada, enfatizando as diferenças raciais, culturais, separando socialmente o grupo étnico, por meio de barreiras linguísticas, hostilidades espontânea e organizada. Essa visão impede a explicação da diversidade cultural, como se cada grupo desenvolvesse sua forma cultural e social de uma maneira isolada.

Por meio de uma perspectiva antropológica, Ulf Hannerz considera que é nas *Fronteiras* que realmente as coisas acontecem, sendo um local de fluxos e interfluxos de diferentes grupos étnicos, que, ao entrarem em contato, causam ambiguidades, incertezas e transformações.

> Hoje procuramos locais para testar nossas teorias onde pelo menos alguns dos seus habitantes são crioulos, cosmopolitas ou cyborgs, onde as comunidades são diásporas e as fronteiras na realidade não imobilizam, mas, curiosamente, são atravessadas. Freqüentemente é nas regiões fronteiriças que as coisas

> acontecem, e hibridez e colagem são algumas de nossas expressões preferidas por identificar qualidades nas pessoas e em suas produções (HANNERZ, 2001, p. 8).

A questão é analisar *Fronteiras* não como algo definido, absoluto e natural, mas com caráter artificial, problemático e que incide na vida das pessoas. E com essa abordagem entender as descontinuidades e as diferenças entre os grupos que se encontram, demonstrando a problemática dos estudos culturais e sociais. Assim, nessa nova perspectiva, *Cultura* é vista como um fluxo contraditório, incoerente nos diferentes grupos étnicos, que atuam em uma mesma zona fronteiriça. Hannerz (1997) ainda diz que a *Cultura* deve ser vista como um fluxo contraditório e incoerente, no qual a diversidade cultural não tende a desaparecer, mas se entrelaçar num complexo relacionamento entre os diferentes grupos.

Dessa forma, *Fronteiras* não é um local de imposição de valores culturais, no qual uma cultura está destinada a desaparecer devido à assimilação de outros padrões de sobrevivência. Nem mesmo um local de divisão, onde um grupo não interage com o outro, mas um local de conflito, de desafios e de estratégias. Assim, conforme Wegner (2000), é necessário buscar a compreensão da dinâmica transformadora na *Fronteiras*, que provoca mudanças não apenas valorativas, mas também materiais e tecnológicas.

Poutignat e Streiff-Fenart (1998) afirmam que não se pode atestar a existência de grupos étnicos e defini-los como grupo A ou B, mas entender a problemática e os processos de construção desses grupos e perceber as contradições internas de um mesmo grupo. Segundo os autores, teorizar a etnicidade não significa fundar o pluralismo étnico como modelo de organização sociopolítica, mas examinar as modalidades segundo as quais uma visão de mundo étnica é tornada pertinente para os sujeitos envolvidos em um mesmo espaço e um mesmo momento histórico. Dessa forma, não se pode generalizar o termo etnicidade ou buscar a homogeneização de um grupo étnico, mas entender suas especificidades, considerando as conjunturas diferenciadas, o tempo e o contexto histórico.

É necessário compreender como ocorrem a unidade e a integração de um grupo étnico, suas circunstâncias e seu grau de uniformidade ou diferenciação. É preciso substituir a visão superficial da homogeneidade cultural por uma perspectiva muito mais organizacional, que veja a construção e a reconstrução da *Cultura* em termos de processos particulares, especificáveis, de organização e comunicação, sempre desenvolvidos em contextos de diferentes interesses, oposições e contradições. Conforme Wolf (2003), o desafio é compreender a *Cultura* sempre em formação, aprender a entender como os protagonistas combinam práticas velhas e novas e figurações sempre novas e renovadas, em uma ação em andamento.

Conforme Bensa (1998), a busca de certa objetividade determina que o contexto seja portador de uma *Cultura* única, na qual a realidade normativa impõe as decisões e as escolhas das pessoas, de uma forma manipuladora. No entanto, embora essa realidade normativa se faça presente, nem por isso ela deixa de oferecer amplas possibilidades às interpretações e às liberdades pessoais. Estas possibilidades permitem as diferentes manobras dos sujeitos presentes em um determinado contexto, cujas estratégias e ações reconstroem seus sentidos e revelam a diversificação e a heterogeneidade cultural.

Bensa (1998) critica a ideia de sobrecarregar de significações gerais e de regras simbólicas certas sociedades, generalizando-as, homogeneizando-as, dentro de uma perspectiva estruturalista, que abandona o individual e tenta apreender as realidades apenas numa escala, a mais global possível, confundindo o particular com o geral. Assim, o autor questiona: onde ficam as clivagens internas, os espaços sociais diferentes, as rupturas, as intermediações presentes nas relações dos atores de um mesmo contexto histórico? As sociedades não constituem blocos compactos, mas são tecidas com múltiplas estratégias que se entrecruzam num espaço de interlocuções, confrontos e desafios.

As atitudes, os pensamentos e as declarações dos sujeitos históricos devem ser vistas como os elementos complexos de um sistema de significações, de um código, cuja análise estrutural, em uma escala global, não consegue revelar. É necessária uma diversificação das escalas de análises, uma observação etnológica mais densa e minuciosa, um exame de situações particulares e locais, de individualidades concretas, retratando não apenas as práticas cotidianas comuns, mas também as excepcionais, não apenas as permanentes, mas também as temporárias, não somente as situações centrais, mas inclusive as periféricas, demonstrando todos os redutos da realidade social gerada no e pelo contexto histórico, *descobrindo a ordem secreta das coisas* (BENSA, 1998).

Wolf (2005) enfatiza que as sociedades estão em rede, conectadas, não vivem isoladas. E as conexões entre o macronível e o micronível precisam ser estabelecidas, para entender a constituição e transformação das culturas, enquanto processos de negociações entre contextos, estruturas e relações sociais. Entretanto, o autor explica porque as visões de sociedades compactadas insistem em permanecer, demonstrando que as categorias explicativas ocidentais têm grande influência nas explicações históricas das sociedades.

> Se existem conexões em todos os lugares, por que insistimos em transformar fenômenos dinâmicos, interligados, em coisas estáticas, desligadas? Parte disso, se deve talvez, ao modo como aprendemos nossa própria história. Fomos ensinados, nas salas de aula e fora delas, que existe uma entidade

> chamada Ocidente e que se pode pensar nesse Ocidente como uma sociedade e uma civilização independentes e em oposição a outras sociedades e civilizações (WOLF, 2005, p. 27).

É preciso entender que essas categorias explicativas ocidentais, vinculadas às teorias de modernização, bloqueiam os relacionamentos entre diferentes sociedades e retiram a historicidade de tantas outras sociedades.

- Aportes metodológicos

No que tange aos povos indígenas, essa historicidade pode ser melhor revelada quando o pesquisador se utiliza da etno-história, enquanto um método transdisciplinar da história dos povos indígenas (MOTA, 2014a). Essa história é contada, na maioria das vezes, por documentação escrita por não-índios. Entretanto, "[...] na perspectiva dos fundadores da etno-história nos EUA não as invalidavam enquanto fontes documentais para o estudo da história dos indígenas" (MOTA, 2014a, p. 10). Não obstante, os métodos da etno-história, por meio da análise de uma diversidade de fontes (oralidade, etno-conhecimentos, cultura material, dados linguísticos e etnográficos e evidência documental), possibilitam resultados mais significativos do que a história apenas ancorada em fontes documentais (MOTA, 2014a, p. 14).

> Um regime de memória propicia relatar uma história; mas, para compreender a organização e o funcionamento de tais sociedades, o pesquisador não pode fixar-se em um só ponto de vista: deve buscar as muitas histórias e o seu entrelaçamento. Por isso, o investigador não deve se limitar a uma documentação produzida por fonte oficial e que reflita uma perspectiva supostamente canônica em relação àquele assunto: precisa explorar a diversidade de fontes e a multiplicidade de relatos possíveis, beneficiando-se do resultado de pesquisas antropológicas e históricas atuais. Estas frequentemente revelam instituições e significados desconhecidos das fontes não indígenas da época e que, mediante uma leitura crítica e numa perspectiva descolonizadora, muitas vezes permite construir interpretações novas nas entrelinhas de registros do passado (OLIVEIRA, 2016, p. 29).

Segundo Cavalcante (2011, p. 359), "[...] a etno-história, como método interdisciplinar, é o melhor caminho para se compreender os povos de culturas não-ocidentais a partir de uma perspectiva histórica". O autor destaca a importância das tradições orais, da linguística e das fontes arqueológicas, assim como a documentação escrita por indígenas e não-indígenas. De toda forma, ao defender que o método etno-histórico apresenta meios contundentes para revelar o protagonismo indígena, Cavalcante alerta sobre os cuidados de se utilizar apenas as fontes

indígenas e de se enfatizar sobremaneira a participação indígena na história, omitindo a relação colonial, prejudicando a história indígena no pós-conquista (CAVALCANTE, 2011, p. 367).

Esta pesquisa teve o propósito do uso da etno-história, valorizando os saberes de várias disciplinas e também o conhecimento dos índios. Se por um lado utilizou-se da história, antropologia, geografia, arqueologia, enfim, agrupando diversas disciplinas, por outro, também deu ênfase aos etno-conhecimentos, em que os indígenas apresentaram os locais antigos de suas moradias e das sedes do Posto Indígena, evidenciados pela presença de cultura material, cemitérios, *Pari* (armadilhas de pesca), antigas construções e por toda a narrativa apresentada pelos Kaingang entrevistados, durante as atividades da pesquisa de campo, trabalhando lado a lado com os indígenas, que lembraram histórias diversas do seu passado, suas festas, seus deslocamentos, seus rituais de canto e de dança, suas pescas e caças.

O aspecto primordial foi associar esse conhecimento indígena com as informações constantes nas fontes documentais escritas. Dessa forma, os aportes metodológicos são essenciais para a interpretação da diversidade de fontes utilizadas nesta pesquisa. Grande parte das fontes são documentos escritos produzidos pela União, Governo do Paraná, órgãos indigenistas, concessionárias de energia elétrica, jornais, entre outros. Desde as Constituições Federais, Leis e Decretos do setor elétrico no Brasil, Mensagens e Relatórios do Governo do Paraná, Relatórios e documentos diversos do órgão indigenista e das empresas de eletricidade. Além disso, os depoimentos orais dos Kaingang da Terra Indígena Apucaraninha foram fundamentais para auxiliar na análise e interpretação de toda a documentação estudada.

Conforme Hobsbawm (1998), o estudo da *História de baixo para cima* enfrenta alguns problemas técnicos, como a falta de fontes que dificulta a análise da história dos movimentos populares. Os historiadores desse campo não podem agir como positivistas, acreditando que perguntas e respostas surgem naturalmente do estudo material. Segundo o autor, é necessário um quadro coerente, um modelo bem elaborado. Para entender o passado, o historiador não pode apenas descobrir o passado, mas deve procurar explicá-lo.

Dessa forma, é preciso um método em que as perguntas do historiador encontrem respostas evidentes, evitando que se faça uma história fabricada. Recursos como o da *Polifonia*, em que diversas vozes das fontes falam lado a lado com o autor, e do uso da *Linguística*, permitem afirmar que um documento é sempre portador de um *Discurso*, não podendo ser visto como algo transparente, devendo ser relacionado com o contexto em que foi formulado.

A *Hermenêutica* e a *Interpretação* apresentadas nos estudos de Paul Ricoeur colaboram na análise das fontes. Paul Ricoeur (1988) afirma que a *Hermenêutica* é a teoria das operações

da compreensão em sua relação com a interpretação dos textos. O autor expõe que ler um documento exige um trabalho específico de interpretação, mediante um jogo de questão e de resposta, por meio do diálogo. "São necessárias, então, técnicas específicas para se elevar ao nível do discurso a cadeia dos sinais escritos e discernir a mensagem através das codificações superpostas, próprias à efetuação do discurso como texto" (RICOEUR, 1988, p. 19).

Foucault (1996) analisa a questão do *Discurso* presente em qualquer documento. O autor considera que é necessário projetar uma análise do discurso no interior de processos históricos reais e importantes, "[...] não tanto como processo de desvendamento, mas ao contrário, como jogo estratégico entre dois indivíduos falantes, onde um se cala, mas cujo silêncio estratégico é pelo menos tão importante quanto o discurso" (FOUCAULT, 1996, p. 139). Trata-se de introduzir a luta do *Discurso* no interior do campo da análise, não apenas como uma análise sistemática de procedimentos retóricos, mas "[...] estudar o discurso como procedimentos retóricos, maneiras de vencer, de produzir acontecimentos, de produzir decisões, de produzir batalhas, de produzir vitórias" (FOUCAULT, 1996, p. 142).

O texto documental revela as posições de seu autor, que podem diferir devido às controversas interpretações dos seus receptores. Ao analisar o texto produzido, liberado e publicado, é necessário descobrir para quem ele foi direcionado, pois ele sempre tem um sentido a um determinado público alvo, ou seja, não existe documento ingênuo, todos têm uma intencionalidade, uma lógica, cujas ideias e opiniões são estratégias para convencer o interlocutor, visando estabelecer similaridades, consenso e laços de união.

Assim, não basta descrever a fonte, pois tudo o que tem produzido nela é determinado por uma conjuntura política, social e econômica do sujeito que produziu o documento. Por isso, é necessário prestar atenção no sujeito que escreveu a fonte, suas intenções e subjetividades, para que a análise documental não seja simplificadora. Ter o pressuposto de que não há fonte primária, pois tudo o que é feito já vem de uma *Interpretação*. Dessa forma, há a necessidade de ser intenso com o texto presente no documento, procurar abrir brechas em seu meio, mesmo que pareça ser algo completo, complexo e verdadeiro.

Essas questões abordadas são válidas também para os depoimentos orais dos indígenas, porque a entrevista é uma forma de produção de documento, que permite conectar a pesquisa empírica e a reflexão teórico-metodológico (AMADO; FERREIRA, 2005, p. 11). Além disso:

> Na história oral, existe a geração de documentos (entrevistas) que possuem uma característica singular: são resultado do diálogo entre entrevistador e entrevistado, entre sujeito e objeto de estudo; isso leva o historiador a afastar-se de interpretações fundadas numa rígida separação entre sujeito/objeto de

> pesquisa e buscar caminhos alternativos de interpretação (AMADO; FERREIRA, 2005, p. XIV).

Obviamente, a história oral é significativa para pesquisas como esta. Contudo, é preciso ter inúmeros cuidados e desafios para se fazer uso dela. Conforme Lozano (2005), as experiências de vida reproduzidas pelos sujeitos entrevistados permitem discutir as questões histórico-sociais, com análises quantitativas, mas que precisam ser analisadas detalhadamente, considerando os condicionamentos políticos, econômicos, sociais, culturais que influenciam os entrevistados, assim como o entrevistador.

Thompson (1992) alerta para a criticidade da fonte documental gerada pelos depoimentos. Assim, os conteúdos nas entrevistas não podem ser adotados como verdades absolutas, não considerando ou relativizando suas intencionalidades e seus condicionamentos. Segundo o autor, é preciso relacionar os depoimentos com as outras fontes utilizadas, considerando os contextos em que foram produzidos. Alberti (2005) também enfatiza essa relação entre as informações contidas nas entrevistas e as demais fontes documentais. De toda forma, ele destaca a importância da história oral, afirmando que os depoimentos possibilitam incluir novos elementos que os demais documentos utilizados não permitiram.

Oliveira (2006) também destaca a importância da articulação da pesquisa empírica com a interpretação dos resultados por ela apresentados. Segundo ele, essa interpretação do pesquisador está sujeita as categorias ou conceitos básicos por ele adotados, que influenciam a forma de olhar os dados coletados no campo, como por exemplo as entrevistas.

> Portanto, sistema conceitual, de um lado, e, de outro, os dados – nunca puros, pois, já em uma primeira instancia, construídos pelo observador, desde o momento de sua descrição, guardam entre si uma relação dialética. São inter-influenciáveis (OLIVEIRA, 2006, p. 27).

Nesse sentido, é necessário consolidar argumentos, melhorar a veracidade das descrições contidas nos depoimentos e interpretar todos os dados e informações de forma crítica, sabendo que não há uma imparcialidade por parte do entrevistado e também do entrevistador. “Isto significa que o olhar, ouvir e escrever devem ser sempre tematizados ou, em outras palavras, questionados enquanto etapas de constituição do conhecimento pela pesquisa empírica” (OLIVEIRA, 2006, p. 35).

Considera-se relevante tais pressupostos para evitar cair em verdades e totalidades universais, excluindo fenômenos e particularidades que também fizeram parte do contexto histórico analisado, concluindo com uma simples realidade conceitual. Frente àquilo que parece

ser estabelecido – ou pelo menos tenta ser – como realidade conceitual, há as particularidades e demais fenômenos que apresentam os conflitos e as complexidades de determinada realidade. Diante das totalidades universais se rompem as ações de grupos locais e, nesse campo de luta, de contato e de estratégias, percebe-se o intercâmbio de valores, padrões e bens culturais, de uma forma ativa e consciente, em que todos têm seu devido papel de atuação.

Resumindo, a interpretação dos documentos não pode ser realizada de uma forma unilateral, ou seja, ora sendo analisados apenas como *Discurso* dos representantes da sociedade envolvente e seus projetos colonizadores, ora considerados apenas como documentos que contêm as ações dos povos indígenas. Não podem ser desconsideradas as articulações de todos os participantes envolvidos no processo histórico que será analisado. Assim, os documentos são resultados de uma luta política com interesses diversos, fruto de projetos políticos antagônicos, de sociedades diferenciadas que se relacionam. Essas contradições devem ser consideradas ao analisar a documentação.

- Apresentação da tese e seus capítulos

A tese central desta pesquisa é a participação dos Kaingang do Território Indígena Apucarana no processo de construção e instalação da Usina do Apucaraninha em área reservada aos índios pelo Governo do Paraná. Essa ação indígena não pode ser tratada de forma desconecta do processo de reestruturação dos seus territórios, que estava em andamento, concomitantemente às obras do empreendimento hidrelétrico. Nesse contexto, os deslocamentos de parte da comunidade indígena para próximo da usina, assim que as obras iniciaram em 1946, devem ser tratados como ação estratégica dos índios, para ocupar postos de trabalho e estabelecer demais relações com os novos sujeitos históricos presentes em seus tradicionais territórios. Essas ações e relações asseguraram a posse das áreas adjacentes à usina como território indígena, influenciando as decisões do órgão indigenista e da concessionária de energia elétrica, além de despertar na comunidade indígena local o sentimento de apropriação da usina, que passou a fundamentar as reivindicações dos Kaingang nas negociações com a empresa de eletricidade.

Obviamente, como foi expresso nos pressupostos teóricos e metodológicos, não se pode narrar essa história considerando apenas o protagonismo indígena, ignorando os interesses dos demais envolvidos no contexto pesquisado. Torna-se mister analisar os interesses dos agentes da União, do Governo do Estado, da companhia colonizadora, das prefeituras locais, da empresa de eletricidade, do órgão indigenista, dos moradores não indígenas presentes no interior e fora

do território indígena, dos madeireiros, dos arrendatários, além da própria comunidade Kaingang do Apucarana.

Nesse intuito, a tese está dividida em quatro capítulos. O primeiro aborda a regulamentação do setor elétrico brasileiro e seu processo de estatização, iniciado na década de 1930, na chamada *Era Vargas*, culminando com a quase completa nacionalização das concessionárias de energia elétrica em meados dos anos 1970, após intensos debates entre os setores privatistas e nacionalistas. Ainda traz as repercussões dessa regulamentação do setor elétrico no Paraná, com a construção das primeiras usinas, os planos de eletrificação e a criação da COPEL e sua expansão no processo de incorporação das concessionárias privadas. Por último, demonstra o contexto de criação da EELSA, seus empreendimentos, entre eles a Usina do Apucaraninha, sua área de concessão e os motivos que levaram à sua extinção em 1974, sendo encampada pela COPEL. O objetivo deste capítulo é demonstrar que não havia uma tratativa legal para o tema *Hidrelétrica e Povos Indígenas* como se tem na atualidade, além de contextualizar a Usina do Apucaraninha junto a política do setor elétrico no Brasil e no Paraná, auxiliando na compreensão de sua construção por um empresa privada, sua incorporação por uma concessionária estatal.

O capítulo 2 elabora uma análise da política indigenista e da ação Kaingang desenvolvidas no PI Apucarana. Nesse intuito, primeiramente se narra a histórica presença dos Kaingang na bacia do rio Tibagi, considerando a bibliografia pertinente para a elaboração desta narrativa. Na sequência, demonstra-se a presença do órgão indigenista e seus projetos e ações desenvolvidos no cotidiano do PI Apucarana, vinculados às ideias assimilacionista e integracionista da política indigenista do período. E, por fim, evidencia-se que frente à política indigenista se desenvolve também a política indígena, com as ações dos índios da comunidade local, que faziam sua própria leitura dos acontecimentos, estabelecendo estratégias para a defesa dos seus interesses. O objetivo é descrever as relações dos indígenas com os demais sujeitos históricos ali presentes, como os representantes do órgão indigenista, os arrendatários, madeireiros, camponeses etc., permitindo melhores condições de compreensão da construção e instalação da hidrelétrica no território indígena e da chegada de novos sujeitos – os representantes da EELSA e empregados da Usina do Apucaraninha.

Os interesses do órgão indigenista com a presença da usina e suas negociações com a EELSA são os temas centrais do capítulo 3. Os representantes do SPI vislumbraram ganhos financeiros com a presença do empreendimento hidrelétrico em território indígena, além da possibilidade de obter o fornecimento de energia elétrica nas instalações do PI Apucarana,

facilitando as atividades cotidianas na sede do Posto, na escola, no postinho de saúde, nos serviços de rádios, nas serrarias etc. Já os agentes da EELSA, procuravam entender o andamento do processo de reestruturação do Território Indígena Apucarana, para ter certeza se a área utilizada pela usina era realmente pertencente aos índios. Nesse sentido, as negociações entre o SPI e a EELSA não podem ser dissociadas do Acordo de 1949, que tornou ainda mais complexas as relações entre os representantes do órgão indigenista e da empresa de eletricidade.

Da mesma forma se deve compreender as ações dos indígenas do Apucarana após a presença da Usina do Apucaraninha em seus territórios. Essas ações são descritas e analisadas no último capítulo desta pesquisa, que evidencia os deslocamentos de alguns índios para próximo do empreendimento hidrelétrico, estabelecendo novas moradias (Toldos) no local, constituindo relações com os empregados da EELSA, trabalhando nas obras para a construção da usina, permitindo as trocas comerciais e outras atividades. Novamente, o Acordo de 1949 e o processo de reestruturação do Território Indígena Apucarana foram considerados para entender as ações dos indígenas e suas relações com o órgão indigenista e com a EELSA e seu empreendimento hidrelétrico. O capítulo finaliza demonstrando o sentimento de apropriação da usina pela comunidade indígena local, em virtude de suas ações históricas e suas relações com os sujeitos envolvidos no primeiro empreendimento hidrelétrico, no Brasil, construído no interior de uma área de terras legalmente reservada aos índios.

CAPÍTULO 1

O processo de estatização da energia elétrica no Brasil: a eletricidade no Paraná e a Empresa Elétrica de Londrina S/A (EELSA)

A partir dos anos 1930, o governo federal buscou centralizar o poder político em todos os setores, inclusive, o setor elétrico. Um emaranhado de Leis e Decretos foi elaborado no sentido de obter o controle das concessionárias privadas de energia elétrica, criando condições para o surgimento das empresas públicas federais e estaduais, que aos poucos foram tomando conta dos serviços de geração, transmissão e distribuição de eletricidade, culminando com o processo de estatização do setor elétrico em meados da década de 1970.

Esse processo promoveu transformações no Estado do Paraná, com a criação da estatal Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), em 1954, que acabou incorporando as empresas privadas de eletricidade daquele Estado. Uma dessas empresas era a Empresa Elétrica Londrina S/A (EELSA), encampada em 1974, com atuação no Norte do Paraná, cujo maior empreendimento hidrelétrico tratava-se da Usina do Apucaraninha.

Dessa forma, este capítulo tem como foco entender o contexto histórico em que foi planejada e construída a Usina do Apucaraninha, na margem direita do rio homônimo, no interior das terras reservadas aos indígenas do Posto Apucarana. As conexões das políticas do setor elétrico no âmbito federal, estadual e regional são importantes para a compreensão da ação indigenista e da política indígena desenvolvidas a partir da presença da Usina, durante a gestão da EELSA.

1.1 Histórico da energia elétrica no Brasil: das iniciativas privadas ao controle estatal

A chegada da eletricidade no Brasil, nos últimos anos do Período Imperial apresentou grandes mudanças nos maiores centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro, por meio da iluminação de vias públicas, dos chamados bondes elétricos, mas também despertou interesses de proprietários rurais, que, aproveitando pequenas quedas d'água, instalaram micro unidades para geração de energia elétrica na busca de melhores resultados e mais facilidade em suas atividades. Tais atividades despertaram interesse também nos grupos estrangeiros que, durante a Primeira República, instalaram-se no Brasil e praticamente monopolizaram a geração e distribuição de eletricidade nas regiões com maior densidade demográfica, com destaque para as empresas *Light and Power Company* (*Light* – canadense) e *American & Foreign Power*

Company (*Amforp* – norte-americana).[8] Conforme Siqueira (1994, p. 63), "[...] o exercício da fiscalização das atividades dessas empresas estava a cargo dos poderes concedentes, isto é, as municipalidades locais".

Fora dos escassos grandes centros, a energia elétrica chegava em condições muito limitadas: ou com pequenas empresas locais, sem grande infraestrutura e sem capacidade de investimentos; ou com ações das Prefeituras Municipais, por meio da instalação de geradores, normalmente movidos a diesel, cujos contratos eram estabelecidos com particulares para a execução dos serviços (BRITO, 2001). Além dessas alternativas existiam os autoprodutores, geralmente empresários, que por conta própria buscavam resolver o problema da falta de energia elétrica, cuja solução mais comum era a utilização de motores a diesel para a geração de eletricidade (CACHAPUZ, 2006).

Algumas ações do governo federal, visando regulamentar o setor elétrico, não alcançavam resultados, em virtude da própria Constituição Federal da Primeira República, marcada pela descentralização e autonomia aos Estados. Considerado o embrião da legislação da energia elétrica no Brasil, o Decreto nº 5.407, de 1904 buscou estabelecer regras para os contratos de concessão de aproveitamento hidrelétrico, não permitindo a concessão com exclusividade, determinando um prazo máximo de concessão de noventa anos, fixando a reversão para a União do patrimônio constituído pela concessionária ao final da concessão, sem direito a indenizações (BRASIL, 1904).

Restrito às atividades desenvolvidas pelo governo federal, o Decreto não tinha validade para Estados e Municípios. Nesse tocante, um emaranhado de contratos com empresas exploradoras de energia elétrica foi celebrado, em sua grande maioria, controlado pelas Prefeituras Municipais em suas relações com as concessionárias locais. Apadrinhados pelos prefeitos e sem uma legislação federal a obedecer, as empresas privadas de eletricidade forneciam péssimos serviços e ainda cobravam altos valores, gerando revolta dos consumidores. Sem contar que a oferta de energia elétrica era muito menor que a demanda (CACHAPUZ, 2006).

[8] Sobre a história da energia elétrica no Brasil ver: Brito (2001); Leite (1997); Lima (1984); Eletrobrás (1977); Cachapuz (2006); entre outros. As obras que tratam da história da eletricidade no país normalmente apresentam tons apologéticos e de exaltação às ações adotadas pelos representantes políticos e das empresas de energia elétrica, até porque muitas vezes são obras encomendadas pelas próprias concessionárias ou pela Eletrobrás. Esta pesquisa privilegiou a análise da legislação do setor elétrico (Códigos, Leis, Decretos, Resoluções, Portarias), além das próprias Constituições, Planos Políticos e Econômicos, Relatórios e demais documentos produzidos no período proposto para estudo.

Nessa perspectiva, a União buscou sanar essa demanda com a intensificação no aproveitamento da energia hidráulica, que, consequentemente, exigiu uma regulamentação no que tange à propriedade e à utilização das águas e da força hidráulica. Durante o Governo de Afonso Pena, em 1906, buscou-se a elaboração do Código de Águas da República, apresentado ao Congresso para apreciação em dezembro de 1907. Segundo Brito (2001), limitado pela descentralização política, o Código de Águas ficou parado na Câmara dos Deputados sem grandes tratativas.

O Brasil chegava em 1930 sem um regulamento específico sobre os serviços de energia elétrica e sobre a utilização das quedas d´água para a geração de energia elétrica. A falta de uma legislação e de maior controle sobre o setor elétrico eram apontados como fatores para as crises de fornecimento e precariedade dos sistemas elétricos.

> Os sistemas de distribuição eram locais ou regionais. Não havia nada que se aproximasse do sistema interligado que conhecemos hoje. Esta situação impunha limitações forte a cada uma das empresas, caracterizadas pela precariedade dos serviços oferecidos. Os cortes (apagões) era frequentes, gerando inúmeras reclamações às empresas e críticas aos governantes (SANTOS, 2002, p. 26).

A partir de 1930, o setor elétrico brasileiro passaria por significativas mudanças, que levariam ao completo processo de estatização das empresas de eletricidade em meados da década de 1970, ou seja, em aproximadamente quatro décadas a geração de energia elétrica, bem como os serviços de transmissão e distribuição de eletricidade estavam sob o controle da União e dos Estados com a criação das concessionárias federais e estaduais (CACHAPUZ, 2006).

1.1.1 A regulamentação e a situação do setor elétrico brasileiro na chamada *Era Vargas*

As mudanças iniciadas a partir de 1930 e desenvolvidas nas décadas seguintes promoveram alterações significativas no setor elétrico brasileiro.[9] O caráter nacionalista e centralizador do período denominado *Era Vargas* apresentou transformações institucionais na política econômica do país. Influenciado pelas ações intervencionistas dos países capitalistas, decorrentes da Crise de 1929 e também do período entre guerras, o governo federal passou a criar Leis e Decretos que garantissem a sua supremacia política, em relação aos Estados e

[9] Sobre a chamada *Revolução de 30* ver: Decca (1981); Fausto (1983).

Municípios, inclusive, no setor elétrico. Conforme Bosi (1992, p. 291), toda atividade industrial de iniciativa privada passava por grandes limitações, não atendendo as demandas da coletividade. Dessa forma, o Governo Vargas defendia a realização de tais atividades por ação direta da União e dos Estados, justificando o intervencionismo.

Nesse intuito, como destacou Bielschowsky (2000, p. 250), foi adotada uma série de medidas políticas para impulsionar a modernização do país, por meio da industrialização, pensada por uma nova elite técnica, civil e militar, que tomou os principais postos do Estado centralizador. Segundo Bielschowsky (2000, p. 253), os altos investimentos nos setores de transportes, mineração, indústria de base e energia promoveram um crescimento industrial no Brasil. As novas indústrias e o processo de urbanização dos maiores centros brasileiros promoveram um cenário de demanda de energia elétrica, maior do que a capacidade geradora, exigindo do governo federal medidas para o incentivo da geração de eletricidade (LIMA, 1995).

Assim, a União procurou regulamentar as atividades da indústria de energia elétrica, criando uma legislação específica para a exploração das quedas d'água e da energia hidráulica, bem como de todos os demais recursos naturais. Obviamente, tais regulamentação e legislação foram marcadas por um forte sentimento nacionalista e intervencionista, mas que não se desenvolveu de forma consensual e harmoniosa, marcadas por calorosos debates entre grupos opositores: nacionalistas *versus* privatistas.

Como exemplo, o Decreto nº 20.395, de 15 de setembro de 1931, que suspendeu "[...] todos os atos de alienação, oneração, promessa ou começo de alienação ou transferencia de qualquer curso perene ou quéda dagua" (BRASIL, 1931), impedindo também que os proprietários de terras repassassem estes recursos naturais a qualquer pessoa física ou jurídica, vinculadas às empresas privadas de energia elétrica. Também foi criada a Diretoria de Águas, em 1933, subordinada ao Ministério da Agricultura, responsável pelos setores de Energia Hidráulica, Irrigação, Concessões e Legislação de Águas (BRASIL, 1933a). Além disso, foram revogados os pagamentos contratados em ouro, que garantiam vultuosos lucros as companhias de eletricidade, fixando tarifas elevadas aos consumidores, que muitas vezes se revoltavam contra as concessionárias (BRASIL, 1933b).

Todavia, a principal ação do Governo Vargas para regulamentar o setor elétrico foi a criação do Código de Águas, em 10 de julho de 1934, com o Decreto nº 24.643. Justificado pelas críticas às legislações anteriores e pela necessidade de intervenção do Poder Público, o Código de Águas passou a ser considerado o instrumento legal básico da regulamentação do setor de águas e energia elétrica no Brasil, cuja competência de execução ficou a cargo do

Ministério da Agricultura, por meio da Diretoria de Águas (BRASIL, 1934a). Conforme Lima (1984), tratava-se do marco inicial do processo de estatização do setor elétrico no Brasil.

As medidas presentes no Código de Águas tinham o objetivo de nacionalizar o uso das águas, estabelecendo a obrigatoriedade da autorização e concessão do governo federal para todo aproveitamento hidrelétrico. Além disso, o Código de Águas definiu regras para as empresas e particulares, que já realizavam o aproveitamento de quedas d'água e outras fontes de energia hidráulica, obtendo maior controle sobre as concessionárias privadas. O citado Código também estipulou a possibilidade de encampação pela União, "[...] em qualquer tempo ou em ephoca que ficarem determinadas no contracto [...] quando interesses publicos relevantes o exigirem" (BRASIL, 1934a), bem como estabeleceu que as concessões e autorizações para aproveitamento hidráulico poderiam ser "[...] conferidas exclusivamente a brasileiros ou a emprezas organizadas no Brasil" (BRASIL, 1934a).

Conforme Santos (2002, p. 26), "[...] definiram-se, assim, pela primeira vez regras a serem observadas pelas empresas hidrelétricas, estimulando-se os Estados a organizar serviços técnicos e administrativos pertinentes ao setor". Exatamente naquele contexto, os Estados passaram a criar suas diretorias e serviços de energia elétrica, conforme apontados mais adiante.

Concomitantemente, estava em reta final a elaboração da Constituição, publicada em 16 de julho de 1934. Invocando o interesse nacional, ela seguiu as diretrizes do Código de Águas, na tratativa da exploração das quedas d'água e do aproveitamento hidrelétrico, atribuindo competência privativa à União para legislar sobre "[...] bens do dominio federal, riquezas do sub-solo, mineração, metallurgia, aguas, energia hydro-ellectrica, florestas, caça e pesca e a sua exploração" (BRASIL, 1934b).

Caracterizada pelo espírito nacionalista, a Constituição de 1934 reforçou as determinações do Código de Águas, buscando a nacionalização das fontes geradoras de energia elétrica, afirmando que "[...] a lei regulará a nacionalização progressiva das minas, jazidas mineraes e quedas dagua ou outras fontes de energia hydraulica, julgadas basicas ou essenciaes á defesa economica ou militar do paiz" (BRASIL, 1934b).

Durante os quatros primeiros anos, o Governo Vargas buscou assegurar o controle do setor elétrico, considerado essencial para o desenvolvimento econômico do Brasil. "Todas essas iniciativas, em âmbito federal, demonstravam a vontade política do novo governo de intervir no setor, centralizando as decisões sobre a produção e o fornecimento de energia elétrica" (SANTOS, 2002, p. 27). Entretanto, essas ações provocaram insatisfação nas empresas elétricas privadas, que contavam com o apoio de alguns representantes políticos, fazendo acirrada

oposição ao Governo Vargas. *Light* e *Amforp*, que dominavam a produção, transmissão e distribuição de energia elétrica no Brasil, não aceitavam a imposição da União (CACHAPUZ, 2006).

O Estado Novo e a Constituição de 1937 buscaram eliminar os desacordos e as desavenças entre os oposicionistas do Governo Vargas, acelerando a centralização do poder político.[10] No setor elétrico, a luta era para a regularização e aplicabilidade do Código de Águas, superando a insatisfação das empresas estrangeiras, nacionalizando tal setor, visando ao aumento da geração de energia elétrica para o crescimento econômico do país e seu desenvolvimento industrial (BRITO, 2001).

A Constituição Federal de 1937, em geral, manteve as determinações relacionadas ao setor elétrico, estabelecidas no Código de Águas e na Constituição de 1934, corroborando o caráter nacionalista, proibindo qualquer novo aproveitamento hidráulico por companhias estrangeiras, estabelecendo que o aproveitamento das águas só seria concedido a brasileiros ou empresas constituídas por acionistas brasileiros, além de estipular a criação das empresas públicas de eletricidade federais, estaduais e municipais. A citada Constituição estabeleceu um maior controle das tarifas dos serviços públicos explorados por meio de concessão, para que garantisse o interesse coletivo, sem valores abusivos, mas também condições financeiras para as empresas garantirem novos investimentos na expansão e melhoria dos seus parques geradores e seus sistemas elétricos (BRASIL, 1937).

Conforme destaca Cachapuz (2006), o objetivo do governo federal era garantir a aplicabilidade do Código de Águas, assegurando a participação do Poder Público no setor elétrico, mesmo com toda a insatisfação das concessionárias privadas e estrangeiras, que deveriam se enquadrar na nova legislação. Contudo, a falta de recursos e a crescente demanda de energia elétrica pesavam nas decisões governamentais que, somadas às pressões dos políticos representantes do poder econômico das empresas privadas, acabariam cedendo às algumas solicitações das concessionárias de capital estrangeiro. Como exemplo, o Decreto Lei nº 852, de 11 de novembro de 1938, entre suas medidas, estendeu o prazo para a revisão dos contratos das empresas que já realizavam o aproveitamento industrial de quedas d'água e ainda não tinham procedido tal revisão, solicitada pelo Código de Águas (BRASIL, 1938a).

O Governo Vargas continuou com suas medidas intervencionistas, visando a nacionalização do setor elétrico. Primeiramente, estipulou a necessidade de autorização do governo federal para a constituição e o funcionamento de qualquer sociedade para fins de

[10] Sobre o Estado Novo ver: Capelato (1998); D'araújo (2000); Oliveira (1982).

aproveitamento das águas e energia hidráulica (BRASIL, 1938b). Logo após, criou o Conselho Nacional de Águas e Energia – CNAE (BRASIL, 1939a), que passou a denominar-se Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica – CNAEE (BRASIL, 1939c). Também estabeleceu que o aproveitamento termelétrico estaria subordinado ao governo federal, definindo regras de tributação para as empresas de energia elétrica (BRASIL, 1940b). Ainda procurou definir os valores das tarifas cobradas pelas concessionárias, buscando mitigar as revoltas dos consumidores frente aos altos custos das tarifas (BRASIL, 1941). Além disso, proibiu a transferência de bens das empresas de energia elétrica sem a prévia autorização do poder concedente (BRASIL, 1943c); definiu que os bens e as instalações das concessionárias não poderiam ser desmembrados, vendidos ou cedidos sem a autorização do poder concedente (BRASIL, 1944c); e criou a Comissão de Indústria de Material Elétrico (CIME) para o desenvolvimento da fabricação de material elétrico no Brasil, já que sua importação estava comprometida desde o início da Segunda Guerra Mundial (BRASIL, 1944b).

Segundo Cachapuz (2006), o CNAEE deu um novo passo para a centralização e normatização do setor elétrico. No cenário de demandas por energia elétrica, o CNAEE buscou assegurar a expansão das empresas geradoras de eletricidade, inclusive abrindo mão de algumas normas estabelecidas pelo Código de Águas, bem como definindo regras para impulsionar a interligação dos sistemas elétricos e assim colaborar para uma questão problemática no país daquele momento: suprir a necessidade de energia elétrica.

Entretanto, a insatisfação e a força política e econômica das empresas privadas de energia elétrica colocaram uma série de obstáculos ao processo de nacionalização do setor elétrico, gerando acirrados debates entre nacionalistas e privatistas. Dessa forma, o governo federal acabava revendo algumas determinações, enfrentando dificuldades para aplicar o Código de Águas, concedendo algumas aberturas na legislação, como a possibilidade de expansão dos sistemas elétricos das empresas privadas, mesmo que ainda não tivessem passado pela revisão de contratos (BRASIL, 1940a).

De acordo com Lima (1995), a geração de energia elétrica dependia das empresas estrangeiras, pois o Estado não tinha ainda recursos financeiros e técnicos para garantir produção de eletricidade necessária. Assim, o Código de Águas sofria algumas postergações e flexibilizações com dificuldades para ser colocado em prática. A falta de materiais elétricos – impedidos de serem importados devido a Segunda Guerra Mundial – mais à retirada dos investimentos estrangeiros no setor elétrico brasileiro promoveram uma grave crise de abastecimento de energia elétrica, em 1942. Para Brito (2001), os representantes das empresas

de eletricidade colocaram a culpa na forma como o Governo Vargas conduziu a política do setor elétrico nos anos 1930, com restrições às empresas estrangeiras e rígido controle às tarifas de energia, não permitindo a expansão do setor de geração de energia elétrica, bem como seus sistemas de transmissão e distribuição.

Assim, o governo federal almejou medidas mais eficazes para atender a demanda de energia elétrica, concedendo novas aberturas às empresas estrangeiras, como a Lei Constitucional nº 6, de 12 de maio de 1942, alterando o texto da Constituição de 1937, sob alegação de conveniência pública, autorizando que empresas estrangeiras atuantes no país ou organizadas como sociedades nacionais poderiam aproveitar de novas quedas d'água para o aproveitamento hidráulico (BRASIL, 1942a).

As regulamentações e as ações durante a *Era Vargas* promoveram o surgimento de algumas empresas estaduais, que assumiram algumas localidades em seus Estados, na geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica, mesmo que ainda de forma incipiente, como a criação da Empresa Fluminense de Energia Elétrica, em 1945, no Rio de Janeiro; a constituição da Comissão Estadual de Energia Elétrica (CEEE), em 1943, no Rio Grande do Sul; e ainda o caso de várias usinas hidrelétricas, em Minas Gerais, que passaram para o controle do Governo do Estado (CABRAL, 2005).

No que tange ao governo federal, destaca-se o processo de encampação da Empresa Sul Brasileira de Eletricidade (Empresul), de capital estrangeiro (alemão), em 1945, e transferida em 1948 para o Governo de Santa Catarina. Também a criação da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), objetivando a ampliação da geração de energia elétrica para atender a região nordeste do Brasil, com a construção da usina hidrelétrica na cachoeira de Paulo Afonso, no rio São Francisco, na divisa entre os Estados da Bahia e Alagoas (BRASIL, 1945). A CHESF se tornou a primeira empresa de eletricidade sob o comando do governo federal, como mais uma etapa no processo de estatização do setor elétrico.

Além disso, em 1943, o governo federal constituiu a Comissão Técnica Especial, com membros do CNAEE e da Diretoria de Águas, para analisar a situação do setor elétrico brasileiro e elaborar um relatório apontando sugestões para o atendimento a demanda de energia elétrica no país. Os trabalhos iniciaram em 1944 e foram concluídos com a publicação do Relatório Final em 1946, ano também da criação do Plano Nacional de Eletrificação,[11]

[11] O Plano Nacional de Eletrificação de 1946 será mais detalhado à frente.

considerando não apenas os trabalhos da Comissão Técnica Especial,[12] como também da Missão Cooke,[13] ocorrida em 1942/1943. Essa Missão era composta por técnicos norte-americanos e brasileiros, apontando que o setor de energia elétrica era um dos principais entraves ao crescimento industrial no Brasil.[14]

Ambos os Relatórios recomendaram a criação de sistemas interligados regionais, utilizando a malha ferroviária, levando a eletricidade dos centros geradores diretamente aos centros de consumo, aproveitando as linhas das ferrovias. Também a construção de hidrelétricas de pequeno e médio porte, aproveitando o farto potencial hidráulico do país, limitando as ações do Estado – responsável pela elaboração de Leis – a fiscalização e a racionalização dos serviços, deixando os custos das obras para o capital privado, já que os recursos públicos eram escassos (CACHAPUZ, 2003). Essa orientações passaram a reger as ações do governo federal a partir pós *Era Vargas*.

Os números do Censo Demográfico do IBGE de 1940 revelaram um Brasil predominantemente rural, vivendo praticamente às escuras, sem energia elétrica, com pouco mais de 2% dos domicílios rurais com eletricidade. Indicaram também a presença de 1.617 empresas de energia elétrica e 1.914 usinas geradoras, entre hidrelétricas e termelétricas, com predomínio das empresas privadas de capital estrangeiro.[15]

Como exemplo, em 1940, a *Light* era responsável por 53,7% da capacidade instalada de energia elétrica no Brasil. Em 1945, a produção de eletricidade da *Light*, nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, era equivalente a 61% de toda a energia elétrica produzida no país. O grupo *Amforp*, com área de atuação em diversos Estados brasileiros, era responsável, em 1945, por 12,6% da capacidade instalada de energia elétrica no país e por 17,5% da eletricidade produzida em todo o Brasil (CAPACHUZ, 2006).

A contribuição das empresas estatais no parque gerador de eletricidade era praticamente nula. A Tabela 1 demonstra que durante toda a *Era Vargas* não foi possível sequer a duplicação da capacidade instalada de energia elétrica no Brasil. Do total, 80% da capacidade instalada era oriunda da fonte hidráulica e 20% de origem térmica. O maior aumento da capacidade instalada

[12] Maiores detalhes sobre a Comissão Técnica Especial formada em 1943 e o próprio Plano Nacional de Eletrificação de 1946 ver: CNAEE (1951).

[13] Para maiores detalhes sobre a Missão Cooke consultar: Abreu (2001).

[14] O relatório da Missão Cooke tem 460 páginas e somente foi publicado em 1948. Ver: Missão Cooke (1948).

[15] Mais detalhes sobre esses dados podem ser encontrados em: Capachuz (2006, p. 149).

ocorreu nos grandes centros do país, sobretudo São Paulo e Rio de Janeiro, onde o processo de industrialização e urbanização demandava maior geração de energia elétrica (LIMA, 1995).

Tabela 1 – Capacidade instalada de energia elétrica no Brasil da *Era Vargas*

Ano	Capacidade Instalada em kW
1930	778.772
1940	1.243.877
1945	1.341.633

Fonte: Cachapuz, 2006. p.130.

Ao final da *Era Vargas*, estava explícito o processo de transferência do poder concedente e fiscalizatório do setor elétrico para o governo federal, apesar de toda a resistência das empresas privadas e dos representantes políticos atrelados aos grupos privatistas. Da mesma forma, ficava evidente a dependência do capital estrangeiro e das empresas privadas para a concretização da expansão dos sistemas elétricos e a maior oferta de eletricidade. Contudo, esse contexto sofreria alterações com a criação e a consolidação das empresas estatais de energia elétrica.

1.1.2 O desenvolvimento das empresas estatais no setor elétrico nacional

Após a Segunda Guerra Mundial, intervencionistas e liberais continuavam seus debates sobre a influência estatal na política econômica do Brasil.[16] Esses debates influenciaram a política do setor elétrico no Brasil, com duas posições divergentes: a primeira defendia a permanência das empresas privadas no campo da eletricidade, pregando revisões no Código de Águas, na política tarifária e na regulamentação do serviços de energia elétrica, que, somados à política cambial e às taxas de infração do período, impediam grandes investimentos das concessionárias na expansão e ampliação das fontes geradoras e das linhas distribuidoras de energia elétrica (LIMA, 1984).

Do outro lado, os chamados nacionalistas, que criticavam a atuação das concessionárias privadas, seus péssimos serviços prestados aos consumidores, a falta de investimentos na expansão e na ampliação da geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Segundo Lima (1984), esses defendiam a encampação das empresas privadas pelo Estado e projetos para

[16] Esta pesquisa não tem como objetivo aprofundar esse debate entre liberais e intervencionistas durante o chamado *Populismo*, mas apenas demonstrar sua relação com o desenvolvimento da regulamentação e normatização do setor elétrico. Para mais detalhes ver: Abreu (1992); Ferreira (2001); Skidmore (1975); Gomes (1994).

a construção de grandes usinas hidrelétricas para aumentar a capacidade instalada e atender a demanda de eletricidade, favorecendo o crescimento industrial e dando condições para a urbanização do país.

Destarte, havia a necessidade de expandir os projetos de instalação de novas usinas hidrelétricas, ampliar as linhas de transmissão e de distribuição e interligar os sistemas elétricos, ofertando mais energia elétrica e cobrindo novos e amplos espaços com o serviço da eletricidade; condições consideradas essenciais ao desenvolvimento dos setores de bens de consumo duráveis e de bens de capital e insumos básicos, que consumiam muito mais energia elétrica que o setor de bens de consumo não duráveis (CACHAPUZ, 2006).

A criação da CHESF, em 1945, representou um novo marco para o setor elétrico no Brasil, influenciando as ações adotadas pelo Estado nos anos seguintes, que definiu uma maior participação na geração de eletricidade, o planejamento de construção de usinas de grande porte e a divisão entre geração e distribuição de energia elétrica, com empresas destinadas a apenas gerar e outras concessionárias a distribuir a eletricidade.

A Constituição Federal de 1946 assegurou a participação estatal na ordem econômica e abriu espaços para medidas intervencionistas. Porém, com ampla maioria de congressistas vinculados e apoiadores dos ideais liberais, a nova Constituição permitiu a exploração dos recursos naturais, como as quedas d'água, por acionistas estrangeiros, desde que a empresa fosse nacional, alterando o constante na Constituição de 1937. Além disso, promoveu a revisão da política tarifária e tributária do setor elétrico para dar maiores condições de investimento para a ampliação dos sistemas elétricos (BRASIL, 1946c).

O Governo Dutra encaminhou o Plano SALTE para análise do Congresso Nacional, em 1948, para tratar, entre outros assuntos, da energia elétrica, citando a necessidade de "[...] exploração intensiva de recursos hidráulicos" (BRASIL, 1948, p.23) e que a industrialização precisava ser acompanhada pela eletrificação do país. Entretanto, o Plano Nacional de Eletrificação elencado pelo Plano Salte, receberia "[...] investimentos [...] pelo capital particular" (BRASIL, 1948, p.23). Aprovado em 1950, o Plano SALTE enfrentou graves problemas financeiros (BRASIL, 1950), sendo deixado de lado, em 1952, pelo Governo Vargas.

Simultaneamente ao Plano SALTE, organizou-se a Comissão Mista Brasileiro Americana de Estudos Econômicos (Missão Abbink), a fim de elaborar estudos para o desenvolvimento econômico do Brasil. Com orientação liberal, o Relatório da Missão Abbink, divulgado em fevereiro de 1949, priorizou a abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro, tanto no setor elétrico, quanto aos demais, além de propor revisões às ações do

CNAEE e Diretoria de Águas, dando mais liberdade às empresas privadas com a finalidade de aumentar a capacidade instalada de energia elétrica em 1.350.000 kW no prazo de 6 anos.[17]

> As sugestões de interligação dos diferentes sistemas e de aproveitamento preferencial do potencial hidráulico foram destacadas como opções importantes e aceitas. As indicações referentes à implantação de pequenas e médias hidrelétricas, através de empresas privadas, porém, não prevaleceram no modelo que aos poucos tomava forma definitiva. [...] O grupo privatista acabou perdendo espaço em relação aos nacionalistas, que defendiam a intervenção crescente do Estado (SANTOS, 2002, p. 30).

De volta à presidência, Vargas aprofundou essa relação público/privado, buscando a centralização política, de caráter nacionalista e intervencionista, porém aberta aos investimentos do capital estrangeiro (D'ARAÚJO, 1982). Em 1951, criou a Assessoria Econômica do Gabinete Civil da Presidência da República com a missão de estabelecer projetos para a política nacional de energia, tanto no que se refere ao carvão e petróleo, quanto à energia elétrica.

Em Mensagem ao Congresso Nacional, em 15 de março de 1951, Vargas falou em superar a *civilização da lenha*, aumentando a produção de energia elétrica para anteceder e estimular sua demanda, reforçando a participação estatal nessa questão, além da necessidade da regulamentação do Código de Águas e a gradual nacionalização das fontes hidráulicas, com a criação de empresas públicas, a exemplo da CHESF (BRASIL, 1951).

Algumas ações do novo Governo Vargas merecem ser destacadas: a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1952; a aprovação do Plano do Carvão Nacional, em 1953 (BRASIL, 1953a); a criação da Petrobrás, também em 1953 (BRASIL, 1953b); a proposta de criação do Fundo Federal de Eletrificação (FFE), aprovada no Governo Café Filho (BRASIL, 1954a);[18] e a proposta de repasse de parte dos recursos do imposto único sobre energia elétrica para regiões menos desenvolvidas do país, aprovada apenas em 1956, no Governo JK (BRASIL, 1956b).

Em 1954, foram elaborados dois novos Projetos de Lei (PL) para o setor de energia elétrica. O primeiro era o PL nº 4.277, que consistia no Plano Nacional de Eletrificação (BRASIL, 1954b). Este tinha o objetivo de aumentar a capacidade instalada de energia elétrica

[17] O Relatório Abbink está disponível integralmente na Biblioteca do Ministério da Fazenda, no centro do Rio de Janeiro. Maiores informações sobre a Missão Abbink podem ser encontradas em: Ribeiro (2011).

[18] Essa medida acelerou o processo de constituição das empresas públicas nos Estados da federação, como a criação da COPEL, no Paraná, em 1954, detalhada mais adiante.

no Brasil em 8 milhões de kW, no prazo de 10 anos, principalmente para a região sudeste do país, onde havia maior demanda, interligando e criando novos sistemas elétricos, além de repassar o controle das usinas geradoras para as empresas estatais (BRASIL, 1954b). Embora não aprovado pelo Congresso, as diretrizes do Plano Nacional de Eletrificação nortearam as ações governamentais, em relação ao setor elétrico, que passou a ter maior intervenção estatal.

O segundo PL era o de nº 4.280, referente a criação da Eletrobrás. A crescente participação estatal na produção de energia elétrica esteve diretamente ligada com este PL, já que o CNAEE e a Divisão de Águas não davam conta de suas atribuições. Conforme o contexto de debates entre representantes do setor público e privado, o projeto de criação da Eletrobrás, com forte oposição das empresas estrangeiras, tramitou durante sete anos até a sua transformação em Lei, em 1961, no Governo Jânio Quadros (BRASIL, 1954c). O objetivo principal era a reestruturação do setor elétrico, com ênfase na participação estatal, principalmente nas áreas de geração e transmissão de energia elétrica, intensificando a exploração do grande potencial hidráulico do país (ELETROBRÁS, 1977).

Por outro lado, os privatistas também agiam para garantir sua participação no setor elétrico. Em 1950, foi criada a Comissão Mista Brasil/Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico, que utilizou da propaganda do Governo Truman, com o slogan *a assistência técnica para a América Latina* (RIBEIRO, 2011). Após as Missões Cooke e Abbink, os Estados Unidos buscavam novamente estabelecer relações com o Brasil, fornecendo vultosos empréstimos para a construção de obras públicas em solo brasileiro (SKIDMORE, 1975). Conforme Lopes (2009), o Relatório da Comissão Mista criticou a estatização do setor elétrico, defendendo a permanência das empresas privadas. A Comissão Mista foi destituída em 1953 e muitos dos seus funcionários voltariam a atuar em projetos semelhantes, durante o Governo JK.[19]

O Governo JK foi marcado pela utilização crescente de capital estrangeiro, que financiou o processo de industrialização do Brasil, alcançando patamares nunca registrados no país, sobretudo nos setores de transportes, energia elétrica, comunicações, mecânica e siderurgia. Com o Plano de Metas, elaborado em 1956, que tinha como slogan *50 anos em cinco*, foi realizado um forte investimento em indústria de base e de bens de consumo duráveis, com estímulo à livre iniciativa para o aumento dos investimentos particulares.[20] Isso promoveu

[19] Mais detalhes sobre a Comissão Mista ver: Lopes (2009).

[20] Sobre o Governo JK e o Plano de Metas ver: Lafer (2002); Benevides (1976); Ferreira (2003); Skidmore (1998).

altos investimentos no setor de energia, cuja capacidade instalada cresceu 10% ao ano, durante a vigência do Plano de Metas (LAFER, 2002).

Conforme Brito (2001), estudos demonstravam um vertiginoso crescimento da demanda por eletricidade e, por isso, a ampliação dos sistemas elétricos e das fontes geradoras de eletricidade era primordial para a política desenvolvimentista adotada. Nesse intuito, JK apresentou ao Congresso o PL nº 1.898, em 1956, com a proposta de tarifas mais flexíveis, novas taxas de remuneração e novas condições de caducidade das concessões, privilegiando os interesses dos investidores privados (BRASIL, 1956c). No Congresso, a proposta acabou sendo reprovada, com a vitória dos nacionalistas, que enfatizaram maior atenção às empresas estatais, à manutenção e regulamentação do Código de Águas e ao andamento do projeto de criação da Eletrobrás. O Governo JK normatizou o processo de encampação das empresas privadas pelo Poder Público, estabelecendo que "[...] a qualquer tempo da concessão, ou nas épocas que ficarem determinadas no contrato, e quando interêsses públicos relevantes o exigirem, a União poderá encampar a concessão, mediante prévia indenização em moeda corrente" (BRASIL, 1957).

Essas medidas em favor dos nacionalistas desagradavam setores vinculados às empresas privadas, como o Instituto de Engenharia de São Paulo e a Confederação Nacional da Indústria (CNI), contrários ao projeto de criação da Eletrobrás e defensores de uma política mais flexível com o setor privado (CACHAPUZ, 2006). Entretanto, a importância do setor elétrico para o país e seu crescente processo de estatização conduziram a criação do Ministério das Minas e Energia (MME), em 1960, incorporando o CNAEE e outros órgãos e companhias vinculados ao setor de energia (BRASIL, 1960).

Um novo passo para garantir a intervenção estatal no setor elétrico foi a autorização para a constituição da Eletrobrás. Esta, criada em 1961, no Governo Jânio Quadros, assumiu a responsabilidade para "[...] a realização de estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras e linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como a celebração dos atos de comércio decorrentes dessas atividades" (BRASIL, 1961a). Após mais de sete anos do PL, o Estatuto da Eletrobrás foi concluído e publicado no *Diário Oficial* da União, em 1962 (BRASIL, 1962b).

Duas consequências dessas ações podem ser assim resumidas: primeiramente, a criação e o crescimento das empresas estatais de energia elétrica; e, segundo, o crescimento da capacidade instalada de energia elétrica, ainda dependente das empresas privadas.

No que tange à primeira, os governos dos Estados passaram a criar as empresas estatais, como a Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG), em 1952; a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), em 1954; a Empresa Fluminense de Energia Elétrica S/A (EFE), em 1954; a Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A (CELESC), em 1955; entre outras. Dessa forma, todos os Estados foram criando seus Departamentos de Águas e Energia Elétrica (DAEE), suas concessionárias, seus Planos de Eletrificação, movidos pela política de estatização do governo federal. Isso acabou conduzindo ao processo de encampação das empresas privadas pelas estatais, como no Rio Grande do Sul, em 1959, onde a empresa Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense, de propriedade da *Amforp*, foi encampada pelo Governo do Estado (CABRAL, 2005).[21]

Em relação à capacidade instalada de energia elétrica, a Tabela 2 evidencia o aumento e a participação das empresas estatais e privadas. A intervenção estatal foi decisiva para o crescimento da geração de eletricidade no Brasil, não apenas atuando de forma direta nos empreendimentos hidrelétricos, mas também regulamentando e fiscalizando as empresas de capital privado (LIMA, 1984). Não obstante, se por um lado as estatais cada vez mais aumentavam sua participação na geração de eletricidade, por outro, as empresas privadas ainda eram responsáveis por 55% da energia elétrica produzido no país, em 1962.

Tabela 2 – Capacidade instalada de energia elétrica no Brasil por categoria (em MW)

Ano	Empresa Pública	Empresa Privada	Autoprodutor	Total
1952	135,6	1.635,5	213,7	1.984,8
1955	538,5	2.248,4	361,6	3.148,5
1957	681,0	2.696,2	390,2	3.767,4
1960	1.098,9	3.182,2	519,0	4.800,1
1962	1.791,9	3.161,4	775,5	5.728,2

Fonte: Cachapuz, 2006, p. 198.

Os dados dos Censos Demográficos do IBGE, em 1950 e 1960, revelam um crescimento da população urbana no Brasil, embora o número de domicílios rurais ainda era maior que o de domicílios urbanos. Em 1960, nos espaços urbanos, a iluminação elétrica chegava a 72% dos 6.350.126 domicílios, enquanto na área rural predominava o lampião e a querosene, em meio à escuridão, já que apenas 8% dos domicílios contava com iluminação elétrica (IBGE, 1950; 1960).

[21] A encampação da EELSA pela COPEL, em 1974, também foi consequência desse processo de estatização.

1.1.3 A consolidação da estatização do setor elétrico no Brasil

Após a constituição do MME e da Eletrobrás, o governo federal buscou intensificar as ações para a interligação do sistemas elétricos e acelerar as obras em andamento de usinas geradoras e de redes de transmissão de eletricidade, ao mesmo tempo que repassou aos governos estaduais a responsabilidade do serviço de distribuição de energia elétrica.

Segundo Cachapuz (2003), tratava-se de um processo de reordenamento institucional do setor elétrico no Brasil, que no âmbito federal, culminou com a consolidação da estatização do setor, ficando as grandes obras de geração e transmissão a cargo da Eletrobrás; enquanto na esfera estadual, ocorreu o crescimento das empresas estaduais, que incorporaram as privadas, como foi o caso da COPEL, no Estado do Paraná. Em todo esse contexto, ocorreu volumosas entradas de capital estrangeiro para bancar a expansão dos sistemas elétricos e as obras de geração de eletricidade, já que a União e os Estados contavam com escassos recursos.

> De uma maneira geral, os serviços de eletricidade do país melhoram nos últimos anos, não só pela expansão da área servida, como pela elevação dos padrões de serviços. São, porém, insuficientes para atender às necessidades mínimas do desenvolvimento nacional. Um dos problemas mais graves no setor, atualmente, é volume de recursos necessários para aumentar e melhorar essas instalações. Não só nos grandes centros urbanos as rêdes não são adequadas às necessidades: muitas são as cidades do país que não dispõem de serviços de eletricidade por deficiência de rêde de subtransmissão e distribuição (BRASIL, 1961c).

Nesse sentido, uma série de projetos e relatórios – contando com apoio estrangeiro, sobretudo, dos EUA – foi debatido no Brasil, buscando formas de integrar os sistemas elétricos e também prover os recursos necessários para as obras demandadas, geralmente provenientes do Banco Mundial. Como exemplo, o Plano Trienal, em 1962, no Governo João Goulart, visando contornar a crise financeira no Brasil, combater a alta da inflação e obter o auxílio de capital internacional para, entre outros objetivos, colocar o programa de obras do setor elétrico em execução.[22]

Os debates entre nacionalistas e privatistas continuavam marcando presença nas questões do setor elétrico no Brasil. Exemplificando, a criação da Comissão de Nacionalização de Serviços Públicos (CONESP), em 1962, vinculada à Eletrobrás, com a missão de conduzir

[22] Com o acirramento político e o Golpe Militar em 1964, o Plano Trienal acabou sendo deixado de lado. Para maiores detalhes ver: Loureiro (2013); Abreu (1992); Toledo (1982).

a nacionalização das empresas dos serviços públicos, sem implicar "[...] em redução das aplicações estrangeiras no país, nem determinar a criação de um clima de desestímulo aos novos investimentos" (BRASIL, 1962a).

Durante o Regime Militar,[23] o MME procurou dar condições técnicas para assegurar a interligação dos sistemas elétricos, estabelecendo a uniformização da frequência da corrente elétrica (BRASIL, 1964b). O MME também criou a Comissão de Tombamento para ter o controle de todos os bens móveis e imóveis, empreendimentos concluídos e em andamento e todos os sistemas elétricos de cada uma das empresas de energia elétrica (BRASIL, 1964a). Além disso, o governo federal criou o Departamento Nacional de Águas e Energia (DNAE), visando "[...] promover e desenvolver a produção de energia elétrica, bem como de assegurar a execução do Código de Águas e leis subsequentes" (BRASIL, 1965), organizando todo o aparato institucional do MME.[24] Ainda merece destaque, a criação da Eletrosul Centrais Elétricas S/A, em 1968, e da Eletronorte Centrais Elétricas S/A, em 1973; e a constituição da Itaipu Binacional, em 1974.

Esse aparato institucional assegurou o avanço completo em direção à nacionalização do setor de energia elétrica no país. Embasada no Relatório do Consórcio Canadense Americano Brasileiro (Canambra), que realizou estudos para aproveitamento hidráulico na bacia do rio Uruguai, entre 1965 a 1969, a Eletrobrás elaborou seus projetos de expansão dos sistemas elétricos e incremento das unidades geradoras de eletricidade, primeiramente para a região sudeste, em 1966; em seguida para o sul do país, em 1969; e na década de 1970, nas demais regiões brasileiras (CACHAPUZ, 2002).

Entretanto, a centralização dos projetos de geração e transmissão de energia elétrica no sistema Eletrobrás provocou desavenças entre a União e os governos estaduais, intensificadas durante a própria Constituição de 1967, devido ao seu caráter centralizador, em que estabeleceu um Estado intervencionista, reduzindo os tributos repassados aos Estados e Municípios. No que tange ao setor elétrico, a Constituição de 1967 estabeleceu que cabia à União explorar, diretamente ou mediante autorização ou concessão, os serviços e as instalações de energia elétrica de qualquer origem ou natureza. O principal objetivo era superar aquela ideia que a iniciativa pública ficaria apenas com a geração e a transmissão de energia elétrica, mas também

[23] Esta pesquisa não objetivou aprofundar questões em torno do Golpe Militar de 1964, que podem ser melhor analisadas nas seguintes obras, entre outras: Fico (2004); Reis (2004); Skidmore (1994); Alves (2005); D'araújo (1994).

[24] Em dezembro de 1968, o DNAE foi alterado para DNAEE (Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica), durante o Governo Costa e Silva. Em julho de 1969, foram extintos o CNAEE e a Divisão de Águas.

atuaria na distribuição de eletricidade, sob rígido controle do governo federal. Todo e qualquer aproveitamento ou exploração dos potenciais de energia hidráulica dependeriam da autorização ou concessão da União, dada apenas a brasileiros ou a sociedades organizadas no país (BRASIL, 1967a).

Dessa forma, o governo federal recomendou a existência de apenas uma concessionária, operando os serviços de energia elétrica em cada Estado, incentivando a empresa estatal e dificultando a sobrevivência do setor privado (BRASIL, 1967b). A União definiu normas gerais de tarifação, conforme as classes, grupos e subgrupos de consumidores para todas as concessionárias de eletricidade (BRASIL, 1968). Além disso, estipulou a remuneração legal do investimento das empresas de energia elétrica, entre 10 a 12%, com um criterioso controle contábil-financeiro das concessionárias pelo DNAEE, aumentando ainda os impostos sobre energia elétrica em todas as classes de consumo com a finalidade, entre outras, de garantir os processos de reversão e encampação dos serviços de eletricidade das empresas privadas pelo sistema Eletrobrás e concessionárias estaduais (BRASIL, 1971). Por último, o governo federal formalizou a atuação da Eletrobrás e suas subsidiárias na questão da geração e da transmissão de energia em aproveitamentos energéticos binacionais (BRASIL, 1973). Era uma forma de concretizar a interligação dos sistemas elétricos, otimizando a energia que seria produzida pela Usina de Itaipu, já que em 26 de abril, tinha sido assinado o Tratado de Itaipu, que acordou a participação do Brasil e do Paraguai na construção da citada Usina.[25]

A crise do petróleo de 1973 – combustível ainda muito utilizado nas unidades diesel-elétricas para produzir eletricidade no Brasil – reforçou as ações do governo federal pela intensificação da estatização e nacionalização do setor elétrico com projetos de construção de grandes usinas hidrelétricas (Itaipu, Tucuruí, Balbina), por meio da Eletrobrás e das concessionárias estaduais, que expandiram seus parques geradores, avançaram na interligação dos sistemas elétricos e aumentaram a capacidade instalada de eletricidade (Tabela 3), visando atender a demanda crescente de energia elétrica, em virtude do processo de urbanização e industrialização do país (CACHAPUZ, 2006).[26]

[25] Em 1962, João Goulart solicitou estudos para o aproveitamento hidrelétrico de Sete Quedas com protestos do Paraguai. Depois o governo militar fez nova proposta em 1966, aceita pelo Paraguai para a construção da Usina Binacional de Itaipu. O Tratado de Itaipu, de 1973, definiu a participação igualitária do Brasil e do Paraguai na construção da Usina, cujo capital de investimento caberia 50% a Eletrobrás e 50% a ANDE, empresa de eletricidade do Paraguai. Também a produção de energia elétrica seria dividida em partes iguais para ambos os países. Em 17 de maio de 1974, foi constituída a entidade Itaipu Binacional e as obras iniciaram em 1975.

[26] Vale destacar a participação de empresas privadas, em parceria com o poder público, na elaboração e execução de projetos dos empreendimentos hidrelétricos e demais obras do setor elétrico. Empresas como a Andrade

Tabela 3 – Aumento da capacidade instalada de energia elétrica no Brasil (1963-1975)

Ano	Térmica (MW)	Hidráulica (MW)	Total (MW)
1963	1.212	4.312	5.525
1965	1.304	5.132	6.436
1970	1.686	8.689	10.376
1975	2.502	15.991	18.494

Fonte: Cachapuz, 2006, p. 344.

Em suma, chegava-se a meados da década de 1970 com a quase completa nacionalização do setor elétrico. O poder público, por meio da Eletrobrás e das concessionárias estaduais de energia elétrica, detinha praticamente a totalidade das obras já concluídas e em andamento para o aumento da capacidade instalada no período. As empresas de capital privado passaram a dispor de parques geradores diminutos, sem grandes recursos para ampliação dos seus sistemas elétricos, sendo incorporadas pelas estatais.[27]

Os dados do Censo Demográfico do IBGE, em 1970, apontavam os números da eletrificação no Brasil. Pela primeira vez, o número de domicílios urbanos era maior que o de rurais. Enquanto 75% dos 10.276.729 domicílios urbanos possuíam iluminação elétrica, apenas 8% dos 9.279.630 domicílios rurais possuíam energia elétrica (IBGE, 1970). Conforme Cachapuz (2016), a escuridão do campo foi um dos motivos do êxodo rural e da concentração populacional nos centros urbanos, sobretudo, a partir dos anos 1960.

1.2 A energia elétrica no Paraná: da precariedade da ação privada ao controle estatal

Todo o contexto nacional demonstrado influenciou nas ações tomadas pelos Estados em relação ao setor elétrico. No Paraná, não poderia ser diferente. Como o governo paranaense lidou com a questão da energia elétrica no Estado entre 1930 à meados da década de 1970? Qual a participação das empresas privadas de eletricidade? Quais as ações estatais para buscar superar as crises de fornecimento de energia elétrica e atender a demanda cada vez mais crescente por eletricidade? Como se deu a estatização do setor elétrico no Paraná, encampando,

Gutierrez, Odebrecht, Camargo Correia, Mendes Júnior, entre outras, consolidaram suas participações nas obras públicas, desde a década de 1960, até a atualidade.

[27] A consolidação da estatização do setor elétrico nacional ocorreu no momento da elaboração dos projetos de construção de grandes usinas hidrelétricas, como já citado, no qual a União e os Estados tomaram conta dos serviços de geração, transmissão e distribuição de eletricidade. No entanto, poucos anos duraria a supremacia estatal no setor elétrico, já que a década de 1990 levaria a privatização da maioria das concessionárias de energia elétrica. Sobrevivem às investidas privadas, o sistema Eletrobrás, com suas subsidiárias, concentrado na geração e transmissão de energia elétrica e algumas poucas empresas de economia mista, como COPEL e CEMIG.

inclusive, a EELSA e seus empreendimentos, como a Usina do Apucaraninha? São questões elucidadas abaixo.28

1.2.1 A escassez de energia elétrica no Paraná e as empresas privadas

A partir de 1930, as frentes colonizadoras atingiram grande parte das terras no Paraná. Na região Norte do Estado, elas avançaram sobre a margem ocidental do rio Tibagi, formando núcleos populacionais, constituindo cidades como Londrina, impulsionadas pela atividade cafeeira. Algo semelhante se acenava em direção ao oeste e sudoeste do Estado, cujos agentes da colonização passaram a organizar os povoados na região.[29]

Nessas novas regiões, a energia elétrica praticamente não existia. No chamado Paraná Tradicional e Norte Velho, empresas privadas, normalmente contratadas pelos municípios, ofertavam uma quantidade incipiente de eletricidade, em sistemas elétricos precários e com valores abusivos, gerando revoltas na população. A maior dessas empresas era a Companhia Força e Luz do Paraná (CFLPR), integrante do grupo *Amforp*, que tinha estabelecido um contrato com o Governo do Estado, em 1928, para fornecer energia elétrica na região de Curitiba e algumas localidades do litoral paranaense.

Durante toda a *Era Vargas*, a insatisfação marcaria presença constante entre os paranaenses, devido à falta de eletricidade, aos serviços precários de fornecimento e aos valores elevados. Conforme Santos (2002), ações limitadas das empresas privadas não foram suficientes para suprir a demanda de energia elétrica. O Governo do Estado praticamente nada fez, naquele período, para expandir a geração e distribuição de eletricidade.

> Nos Estados do Paraná e de Santa Catarina a situação não era diferente. O racionamento se fez presente e a expansão industrial ficou comprometida. Este quadro se agravou com as necessidades impostas ao país pela ocorrência da Segunda Guerra Mundial – 1939/45 (SANTOS, 2002, p. 28).

[28] A história da energia elétrica no Paraná ainda está por ser elaborada. Poucas obras tratam desse assunto e normalmente são obras encomendadas pelo governo estadual ou pela própria COPEL, que de forma apologética, exaltam as ações e iniciativas dos representantes da classe política e da própria empresa. Assim, além de utilizar essas escassas obras existentes, deu-se preferência às fontes documentais, como Jornais e Mensagens, Leis e Decretos do Estado do Paraná.

[29] Não se pretende aprofundar sobre a expansão das frentes colonizadoras e imigratórias no Paraná. São temas abordados por diferentes gerações de historiadores, conforme seus condicionamentos, suas questões e demandas do seu tempo histórico, seus aportes teóricos e metodológicos, como demonstrou Arruda; Proença (2013). Dessa forma, desde as obras clássicas sobre estes temas da história do Paraná – entre as quais: Balhana (1989); Cancian (1981); Wachowicz (1988; 1987; 1985); Westphalen (1968); Padis (1981) – até as novas interpretações produzidas por novas gerações de historiadores – como em Mota (1994); Tomazi (1997); Arruda (2000); Gregory (2002); Novak (2006); entre outros.

O primeiro grande projeto hidrelétrico no Paraná foi inaugurado em maio de 1931 pela CFLPR. Tratava-se da Usina de Chaminé, no rio São João, em São José dos Pinhais, com potência instalada de 8.170 kW. Anteriormente, conforme Siqueira (1994), alguns empreendimentos bem menores haviam sido instalados em Ponta Grossa e localidades do litoral paranaense. A inauguração da Usina Hidrelétrica de Chaminé foi assunto na Mensagem enviada pelo Interventor Federal do Paraná, general Mario Tourinho, à Getúlio Vargas, em 1931, quando informou que o contrato celebrado pela empresa de energia elétrica com o Governo do Estado, em 1928, permitia a cobrança do fornecimento aos consumidores, conforme o valor do ouro e dólar dos EUA, encarecendo os preços da energia elétrica, gerando protestos dos consumidores (PARANÁ, 1931, p. 23).

O Interventor Mourinho fez menção ao Decreto nº 1.273, de 1931, que nomeou representantes do governo "[...] para constituírem uma comissão especial encarregada de estudar o contrato relativo aos serviços de Força e Luz no Município de Curitiba" (PARANÁ, 1931, p. 24), propondo soluções para conciliar os interesses da empresa e dos consumidores. Enquanto essa Comissão não entrasse em acordo com os representantes da CFLPR, o Decreto considerava "[...] suspensa [...] a aplicação das novas tarifas às contas de fornecimento de força e luz" (PARANÁ, 1931, p. 24).

Os manifestos populares foram noticiados por alguns Jornais da época, como a *Gazeta do Povo*, de Curitiba, em 1º de junho de 1932, em que os consumidores da CFLPR organizaram um boicote contra a empresa, devido às altas tarifas cobradas pelo fornecimento de energia elétrica. O objetivo era promover "[...] a mais exagerada economia no consumo, evitando-se, tanto quanto possível a utilização de luz elétrica, de ferros elétricos, rádios, enfim, de todo e qualquer aparelho que se utilizasse de energia" (GAZETA DO POVO, 1932), com intuito de prejudicar as receitas da empresa.

Entretanto, um ano após, o mesmo *Jornal* publicava nova notícia, revelando que a CFLPR ainda cometia seus abusos nas tarifas empregadas aos consumidores:

> Uma das grandes queixas da maioria dos consumidores de luz elétrica tem sido sempre esta: a excessiva conta de todo fim de mês. As donas de casa, os proprietários de pensões, hotéis, restaurantes, fábricas, usinas, colégios, etc., procuram inutilmente explicar o porque desses excessos, que suplantam mesmo os cálculos mais pessimistas (GAZETA DO POVO, 1933a).

Também não faltavam críticas aos serviços de iluminação pública da CFLPR, como na reportagem do *Gazeta do Povo*, de 10 de novembro de 1933:

> Si fosse cousa de uma noite, passava. Já estamos habituados a isto. Mas, a cousa já vem de várias noites [...] Não sabem o que é? Nós explicamos. É um fato muito comum na capital da terra dos pinheirais: ruas que permanecem, noites inteiras, sem iluminação pública [...] O motivo? Isto sim, não podemos explicar. Mas, quem sabe se a Comp. Força e Luz, ou então, a Prefeitura o conhecem. Si o conhecem, porém, devem explicar ao público (GAZETA DO POVO, 1933b).

Em outras regiões do Estado, a situação não era distinta. Em Ponta Grossa, por exemplo, os moradores chegaram a comemorar a extinção do contrato de fornecimento de energia elétrica, em 1931, entre a Prefeitura Municipal e a Companhia Prada de Eletricidade, empresa privada.[30] O fim do contrato e a comemoração dos munícipes foram amplamente divulgados pelos Jornais da época:

> [...] desde 13 do corrente que está caduco o contracto de LUZ E FORÇA desta cidade, explorado pela CIA. PRADA DE ELECTRICIDADE. Logo que a população teve conhecimento da atitude do Sr. Jorge Becher, intensa alegria dominou a todos, estrugindo em diversos recantos da cidade dezenas de foguetões [...] A Banda de Musica [...] tocava marchas enthusiamadas. Rojões cortavam o espaço (GAZETA DO POVO, 1931, p. 7).

Outro exemplo ocorreu em Tomazina, no Norte do Paraná, em 1933. A população se revoltou contra a empresa de energia Norte do Paraná Ltda, quebrando postes e máquinas, reclamando do valor das faturas, deixando quase todos os moradores sem eletricidade. Episódio somente resolvido em 1941, quando o Interventor Manoel Ribas recebeu um relatório do Prefeito da cidade, Avelino A. Vieira, transferindo a concessão para a empresa Companhia Sul Paulista (SIQUEIRA, 1994).

Esse contexto paranaense colaborava na legitimação das medidas adotadas pelo governo federal. Em Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em 16 de maio de 1935, o Governador Manoel Ribas citou o Decreto Federal nº 23.501, que vetou a cláusula ouro dos contratos com as empresas privadas, de todos os setores, inclusive, o elétrico. Esse Decreto promoveu uma rápida ação da CFLPR, que procurou o Governo do Estado e:

[30] Ver mais detalhes em: Silva (1994).

> [...] está cobrando a taxa de 900 reis por klw-hora, a titulo provisório, até que, na conformidade com a Constituição Federal e Codigo de Aguas, o Governo da União se manifeste a respeito das medidas a serem postas em pratica, para revisão, reforma e consolidação dos contractos que a mesma Cia. mantém com o Estado. A cobrança dessa taxa de 900 reis, até o fim deste anno, resultou de pareceres e relatórios apresentados pelos consultores jurídicos do Estado e commissões especiaes (PARANÁ, 1935, p. 46).

Entretanto, como já abordado, o início das ações da União, na tentativa de maior controle sobre o setor elétrico, durante toda a *Era Vargas*, esbarrava no histórico domínio das empresas privadas de eletricidade. Conforme Reis e Bloemer (2002), mesmo com uma geração escassa e fornecimento precário, as empresas privadas tinham grande influência nas decisões políticas do Estado do Paraná.

Contudo, os descontentamentos em relação aos constantes apagões e a falta de energia elétrica para atender a demanda, nos maiores centros do Paraná, eram comuns nos finais dos anos 1930:

> Manifestações populares neste sentido foram registradas em jornais de diferentes cidades sulistas, servindo como fonte de pressão para que se iniciasse o processo de intervenção das administrações estaduais no setor, originando as respectivas empresas estaduais de energia elétrica (REIS; BLOEMER, 2002, p. 92).

O descaso do governo estadual e das empresas de energia elétrica às regiões consideradas novas, como o Norte do Paraná, também gerava revoltas na população local.

> Uma das razões dessa insatisfação era a inexistência de energia elétrica abundante, situação que se agravaria com o advento da Segunda Guerra Mundial, quando, na realidade, começou a faltar combustíveis e gêneros alimentícios. Muitas das famílias que tinham se mudado para o Paraná eram provenientes de regiões do país onde já estavam habituadas a esse conforto. Por isso, para chamar a atenção dos governantes, os mais exaltados falavam até em desfechar um movimento para anexar o norte paranaense ao Estado de São Paulo (RECCO, 2007, p. 45).

Esse contexto dificultava o processo de modernização e constituição dos centros populacionais no Paraná, que possuía, conforme Censo Demográfico do IBGE, de 1940, uma população de 1.236.276 habitantes, representando uma densidade demográfica de 6,5 habitantes por km^2. Dados desse Censo revelam um Estado praticamente rural, com 212.262 domicílios rurais, sendo que apenas 3.339 possuíam energia elétrica, equivalente a 1,57% do total. Era um Estado vivendo às escuras, sobretudo, o meio rural.

Além disso, o Censo continha informações sobre a indústria da eletricidade no Paraná. Ao todo, eram 38 empresas de energia elétrica no Estado, com 48 fontes geradoras, sendo 24 hidrelétricas, 23 termelétricas e uma mista. Segundo Siqueira (1994), a capacidade instalada no Paraná era de apenas 17.819 kW, sendo 14.703 kW de origem hidráulica e 3.116 kW de origem térmica. Considerando que a Usina de Chaminé, da CFLPR, continha uma capacidade de mais de 8 mil kW, conclui-se que praticamente 50% da capacidade instalada em todo o Estado, era dessa usina controlada pelo grupo *Amforp*.

Tabela 4 – Principais empresas de energia elétrica no Paraná em 1945

Empresa	Área de concessão	Informações
Companhia Força e Luz do Paraná	Curitiba e cidades vizinhas	Subsidiária do Grupo Amforp
Empresa de Eletricidade Alexandre Schlemm	Municípios da região sul do Paraná	
Empresa Sul Brasileira de Eletricidade	Municípios da região sul do Paraná	Sediada em Santa Catarina
Companhia Prada de Eletricidade	Ponta Grossa, Castro e Piraí do Sul e localidades próximas	
Empresa Elétrica de Londrina S/A	Londrina e região	Sediada em São Paulo, com escritório em Londrina
Companhia Hidrelétrica do Paranapanema	Vinte municípios do Norte Velho paranaense	Sediada em São Paulo

Fonte: Siqueira, 1994, p. 95.

Outras empresas bem menores estabeleciam seus contratos com as Prefeituras Municipais, que, muitas vezes, buscavam fornecer energia elétrica aos seus moradores, por meio de motores a diesel-elétricos. Ao chegar em 1945, o Paraná continha uma população predominantemente rural, praticamente vivendo às escuras ou com precárias formas de possuir energia elétrica, com combustíveis, lenha, carvão ou pequenas unidades geradoras. O fogo, o lampião e a querosene eram alternativas mais comuns para a obtenção de iluminação. Conforme Andreoli (2004), o Governo do Estado não tinha qualquer iniciativa na geração e distribuição de energia elétrica até aquele momento.

1.2.2 O planejamento estatal para suprir a escassez da energia elétrica no Paraná e a criação da COPEL

O Estado do Paraná, após a Segunda Guerra, apresentou um aumento demográfico significativo, exigindo novas infraestruturas, como os serviços de energia elétrica. O aumento dos núcleos populacionais, o surgimento e o interesse por bens de consumo duráveis, como os eletrodomésticos, em contraste aos baixos investimentos na geração e distribuição de

eletricidade, promoveram uma escassez de energia elétrica, que não atendia a demanda, gerando insatisfação da população e incidentes cobranças às concessionárias de eletricidade. Na cidade de Castro, em 26 de janeiro de 1946, o *Jornal* local tecia críticas aos serviços prestados pela Companhia Prada de Eletricidade.

> Seria engraçado, se não fosse irritante, a maneira como a direção desta companhia vem tratando os consumidores desta cidade, que em última análise são seus fornecedores. Basta lançar os olhos para o aviso e as publicidades feitas neste sentido pela dita emprêsa. Até com o Código Penal são ameaçados os desamparados consumidores [...]. Como poderá o infortunado consumidor furtar uma coisa que praticamente não existe? Se há alguém prejudicado é o consumidor que paga por preço maior uma luz em trajes menores, e uma corrente que se arrasta com grilhões forçado. Não podemos permitir tanto rigor, tanta intolerância por parte de quem dá muita pouca coisa e quer tudo (CASTRO JORNAL, 1946, p. 1).

No Censo Demográfico de 1950, do IBGE, o Paraná contava com uma população de 2.115.547 pessoas, com uma densidade de pouco mais de 10 habitantes por km^2. De toda forma, embora o aumento dos núcleos urbanos, o Estado era praticamente rural, com 308.781 domicílios rurais existentes, sendo que apenas 12.196 possuíam energia elétrica, equivalente a 3,95% do total.

As empresas privadas de energia elétrica, com limitados projetos de expansão de suas unidades geradoras e dos seus sistemas elétricos, não correspondiam às demandas daquele contexto. Dessa forma, influenciado pelas ações nacionais, o governo estadual buscou intervir no setor elétrico, que passou a ser tratado como uma questão pública para favorecer e intensificar o processo de urbanização e industrialização do Paraná.

> Pequenas e médias cidades que, a exemplo de suas congêneres em todo o país, irão se engajar de imediato na questão de obtenção de suprimento regular de energia elétrica destinado, primeiro, à iluminação pública, depois à difusão do uso dos eletrodomésticos e finalmente, à transformação da base econômica no sentido da industrialização e terceirização da economia (SIQUEIRA, 1994, p. 84).

Nesse contexto, em 7 de agosto de 1947, o Governo do Paraná instalou o Serviço de Energia Elétrica do Estado, subordinado à Secretaria de Viação e Obras Públicas, pelo Decreto Lei nº 664. Em 15 de outubro de 1948, esse Serviço foi transformado no Departamento de Águas e Energia Elétrica do Paraná (DAEE-PR), por meio da Lei nº 113. Esse Departamento tinha a incumbência de apoiar as ações de particulares e municípios destinadas a eletrificação e nas áreas onde essas ações não ocorriam, o Governo do Estado, por meio do DAEE ou de

empresas de economias mistas, deveria intervir para a solução do fornecimento de energia elétrica.

Durante o Governo Moisés Lupion, em 1948, foi elaborado o Plano Hidrelétrico Paranaense para a Eletrificação do Estado. Proposto pelo DAEE, o Plano consistia num conjunto de obras para a construção de usinas hidrelétricas, subestações e linhas de transmissão e distribuição. O litoral, a capital e as regiões norte e sul seriam as áreas privilegiadas, enquanto o oeste do Estado ficaria "[...] inteiramente a descoberto [...] sob a alegação de que tal área compreende apenas centros isolados [...] não se justificava economicamente ali a realização de um investimento como o pretendido" (SIQUEIRA, 1994, p. 98).

Em Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado, em 1948, Lupion citou a precariedade em que se encontrava o setor elétrico no Paraná, obrigando as indústrias a fazer um regime de trabalho de tempo parcial, devido à crise de energia.

> No que à energia elétrica se refere, não são menos clamantes as nossas necessidades. Como todas as soluções anteriores se fizeram sem obedecer a nenhum esquema de conjunto, a nenhum encaminhamento de sentido orgânico, e foram antes iniciativas dispersas de municípios que, sem maiores recursos, foram aceitando soluções quase sempre precaríssimas de emergência, com o aproveitamento de elementos insuficientes e as mais das vezes inadequados, de ordinário mal satisfazendo, no próprio momento em que eram adotadas, às exigências mínimas que deveriam cobrir, - ocorreu que, ao termo desse processo, se chegou à situação atual, em que os mais sérios descontentamentos e os mais urgentes problemas estão semeados praticamente por toda a parte. É evidente que a marcha normal das cousas, neste domínio, dificilmente poderia ter sido outra, mas não é menos certo que chegamos a um momento em que nos é forçoso mudar de direção. E não é mais o caso de nos contentarmos com pequenos remendos à situação atual, com novas pequenas soluções provisórias, que não seria isso mais do que adiar de mais um dia a solução efetiva do problema (PARANÁ, 1948, p. 8).

Elencando comparações com os maiores centros urbanos no Brasil e até com outros países e reconhecendo a grave situação do Estado, o Governador projetou números ambiciosos para o Paraná, no que tange ao setor elétrico.

> Desejando-se elevar o Paraná, pelo menos ao nível da zona central do Brasil, teremos, porém, de duplicar de imediato a potência disponível, para triplicá-la dentro do período próximo de dez anos. Precisamos elevar os nossos 35.000 kW à altura dos 130.000 kW, nos próximos dez anos (PARANÁ, 1948, p. 9).

O grande enfoque do Plano era o aproveitamento hidráulico para a geração de eletricidade. Como destaca Arruda (2012), a política do Estado do Paraná, que nas décadas

iniciais do século XX objetivava aproveitar o potencial de navegação dos rios, durante as décadas de 1940 e 1950, procurou o aproveitamento dos rios para a geração de energia elétrica, num constante processo de transformação dos recursos hídricos em mercadoria. Dessa forma, outros estudos e levantamentos realizados pelo DAEE, publicados em forma de Relatórios técnicos, demonstraram o potencial hídrico do Estado. O Governador Lupion mostrou ter conhecimento desses dados ao afirmar que:

> [...] paralelamente a esses fatos, ponhamos o outro de que o Paraná é o primeiro Estado do Brasil em fôrça hidráulica, podendo contar com 350 quedas de água de uma certa importância. Considerando isso tudo é que fizemos estudar os planos de uma política de soluções por estruturas, com a tendência de uma centralização reguladora e de inter-ligação e coordenação das operações de geração e transmissão de energia elétrica para o suprimento em grosso às mesmas emprezas que as redistribuiriam diretamente aos consumidores (PARANÁ, 1948, p. 9).

Seguindo as orientações do âmbito federal, o Governo do Paraná direcionava suas ações para a geração e transmissão de eletricidade, deixando a distribuição nas mãos das empresas privadas de energia elétrica. O Plano dividia o território do Estado do Paraná em três sistemas elétricos: o sul (I); o norte (II); e o oeste (III). Também citou as ações que estavam em andamento para a ampliação da oferta de energia elétrica no Estado, como a construção da Usina do Apucaraninha, pela EELSA, além de outras obras das demais concessionárias privadas. Além disso, demonstrou algumas ações de iniciativa pública que já estavam em andamento para colaborar na geração de eletricidade, sobretudo no litoral e na região de Curitiba – como a construção da Usina Capivari/Cachoeira, no município de Antonina e o aproveitamento do Salto Grande, no rio Iguaçu – e no Norte do Estado – com a previsão do aproveitamento do Salto Capivara, no rio Paranapanema, município de Porecatu – áreas consideradas pelo governo como mais importantes economicamente.[31]

O Governador Lupion voltou a destacar o Plano Hidrelétrico do Paraná em Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado, em 1950. Lupion enfatizou que a partir das três maiores Usinas planejadas (Capivari/Cachoeira, Salto Grande e Salto Capivara) seria interligado menores unidades geradoras, por meio de redes de transmissão, promovendo a interligação dos sistemas norte e sul do Estado (PARANÁ, 1950). A Imagem 1 demonstra como

[31] Como dito, o Plano não contemplava a região oeste do Estado do Paraná. Ações das prefeituras municipais tentaram criar condições para a geração de eletricidade, como em Francisco Beltrão, que se responsabilizou pela construção da usina do Rio Santana, iniciada em 1955. Mas no ano seguinte foi vendida ao DAEE e em 1971 incorporada a Copel, que desativou a usina naquele mesmo ano.

seriam os sistemas elétricos no Paraná, após a execução do Plano Hidrelétrico, com destaques as usinas públicas e particulares, porém ainda não evidenciando a presença da Usina do Apucaraninha.

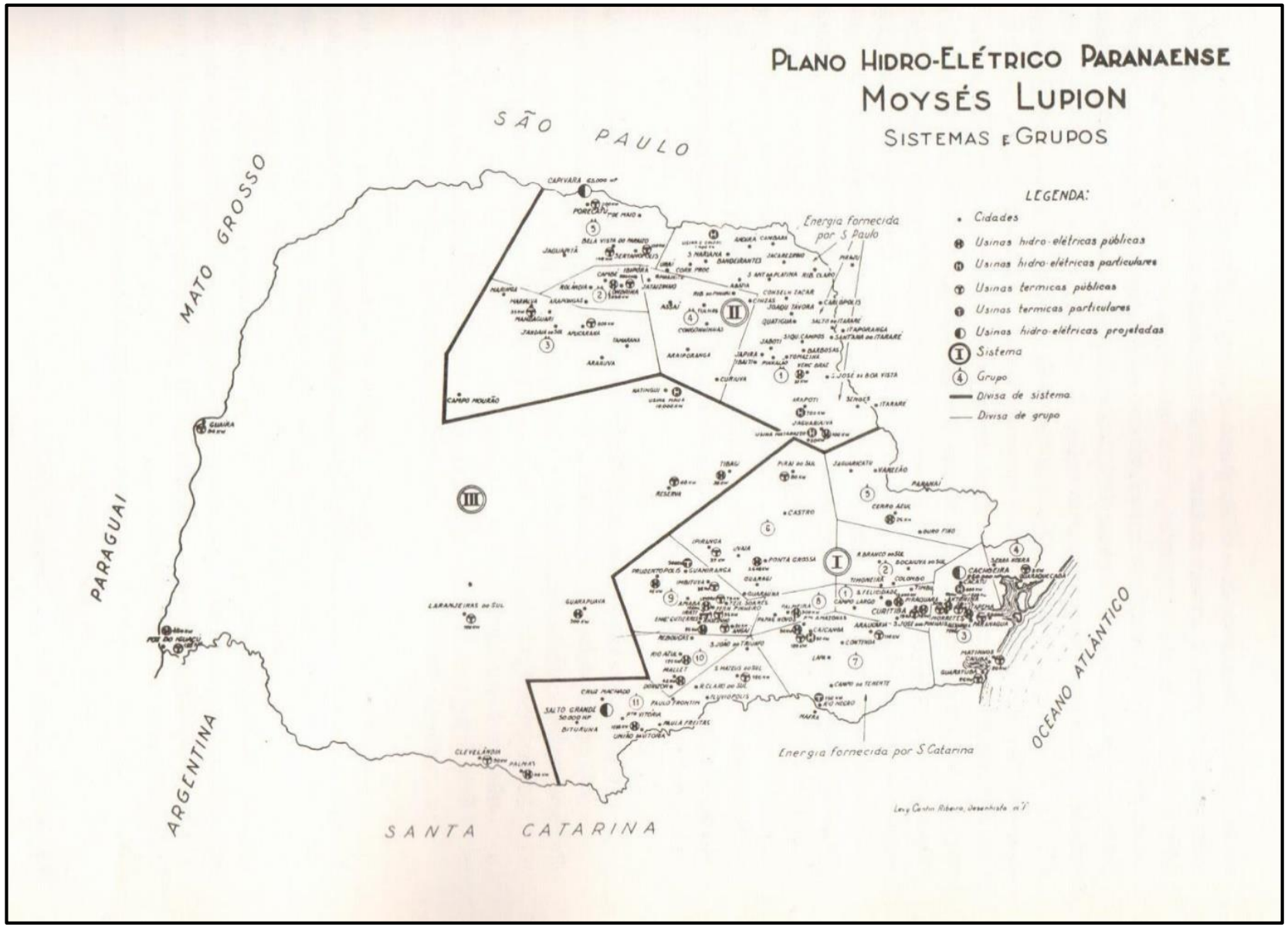
Entretanto, do planejamento à execução havia uma enorme distância, principalmente, devido aos problemas financeiros. Conforme Reichmann Neto (2002), o Plano Elétrico do Paraná contava com recursos do Plano SALTE, do governo federal, que acabou não sendo aprovado, comprometendo as metas de eletrificação do Estado. A capacidade geradora de energia elétrica do Paraná, em 1950, era de 41.347 kW, demonstrando um aumento de menos de 5.000 kW durante todo o Governo Lupion. Se apenas a Usina de Chaminé aumentou sua capacidade em 4.000 kW, fica evidente a participação quase nula da iniciativa pública na geração de eletricidade no Paraná.

Contudo, o Governo do Paraná encampou algumas empresas privadas e criou empresas de energia elétrica estatal ou de economia mista. O próprio Plano de Eletrificação Estadual dava orientação para a encampação das Usinas esparsas, normalmente de pequena potência. Como exemplo, o DAEE-PR incorporou a Luz e Força de Antonina, Força e Luz de Imbituva, Empresa Elétrica de Foz do Iguaçu e parte da rede de Apucarana, que pertencia a EELSA. Além disso, conforme Siqueira (1994), o governo estadual ainda participou da constituição de outras empresas de economias mistas como a Hidro-Elétrica do Vale do Ivaí, Hidro-Elétrica de Laranjinha e Hidro-Elétrica de Mallet.

Não obstante, essas ações inaugurais do Governo do Paraná não foram suficientes para evitar o clima de insatisfação e as críticas ao setor elétrico do Estado, colocando barreiras ao crescimento econômico paranaense, conforme Mensagem do Governador Bento Munhoz da Rocha Neto, em 1951, apresentada à Assembleia Legislativa do Estado:

> O setor da energia elétrica, em que repercute em cheio a nossa crise de crescimento, e onde o Govêrno deparou contratos de uma contradição gritante, merece as melhores atenções da administração estadual, nesta fase de decisiva transição para o Paraná. Estou estudando várias possibilidades de financiamento que, concretizadas, abrirão ao Estado uma perspectiva animadora para o seu desenvolvimento industrial (PARANÁ, 1951, p. 7).

Imagem 1 – Mapa do Plano Hidro Elétrico Paranaense (1948)



Fonte: PARANÁ, 01/05/1948, p. 45.

Bento Munhoz também teceu comentários às atividades do DAEE, citando a ineficácia das empresas privadas de energia elétrica, muitas já encampadas pelo Estado "[...] em função de imediata necessidade de atender o clamor das populações, no intuito de fazer faze ao progresso vertiginoso das zonas de produção intensiva" (PARANÁ, 1951, p. 89).

Além disso, o Governador destacou a região Norte do Estado, que apresentava um crescimento demográfico vertiginoso e, consequentemente, uma demanda por eletricidade cada vez maior e até mesmo incapaz de se prever.

> É oportuno salientar aqui, as exigências sempre crescentes e sem bases de previsão do consumo de energia na região Norte do Estado. Como exemplo dessa afirmativa, poderemos mencionar o caso de Apucarana, onde iniciou o DAEE, há dois anos, com 150 KWA e hoje tem 3.000 KWA instalados, com 11 conjuntos diesel-elétricos e, no entanto, o fornecimento de energia que também atinge a cidade de Mandaguari, torna-se deficiente dia a dia pelo volume de novas ligações (PARANÁ, 1951, p. 89).

Bento Munhoz citou a compra de novos geradores diesel-elétricos, mas que a solução definitiva seria a execução do planejamento de eletrificação do Estado, que necessitava de grande monta de recursos externos, pois "[...] o volume de obras planejadas determina o investimento de recursos muito além das possibilidades do erário estadual" (PARANÁ, 1951, p. 89).

Enquanto procurava formas de executar o Plano de Eletrificação, o Governo do Paraná sofria com as crises constantes no fornecimento de energia elétrica em quase todo o Estado. Conforme Dias (1996), as empresas privadas, por meio de propagandas, buscavam demonstrar suas ações para superar a crise de abastecimento, os cortes e os racionamentos. Como exemplo, o texto publicado pela CFLPR, em 19 de dezembro de 1953, nos 100 anos da Emancipação Política do Paraná, no *Jornal Gazeta do Povo*:

> Dentre as muitas e operosas superintendências da CFLPR [...] caracterizada por uma orientação segura e consentânea com as reais necessidades de progresso de nosso Estado tendo vencido, com galhardia, o período crucial de fornecimento de energia elétrica à cidade, através de medidas de caráter provisório, como seja a instalação de novos grupos geradores diesel e de outras de maior envergadura, que resolveram o problema, garantindo abastecimento perfeito de energia, com a construção, já em fase inicial, da moderna e grande usina de Guaricana (GAZETA DO POVO, 1953b, p. 11).[32]

[32] Em 1954, a CLFPR iniciou a construção da Usina de Guaricana, no rio Arraial, em Guaratuba, que ficou pronta apenas em 1961, com 22.800 kW de capacidade instalada.

No entanto, a orientação contida no Plano de Eletrificação do Estado não era mais a instalação de novas centrais diesel-elétricas, mas o aproveitamento hidráulico para a geração de eletricidade, principalmente nas regiões onde "[...] as solicitações de energia podem justificar uma grande produção – a Zona Norte, o Planalto de Ponta Grossa, a Estrada de Ferro Central do PR, a região de Curitiba e Litoral" (PARANÁ, 1953). As demais áreas, por serem "[...] pequenos centros de consumo separados por longas distâncias, não permitindo no momento, a instalação de grandes centrais geradoras" (PARANÁ, 1953).

Além da falta de recursos para a execução do Plano, uma extensa estiagem e falta de chuvas agravaram ainda mais a situação, colocando em riscos as represas das Usinas existentes, conforme reportagem do *Gazeta do Povo*, em 29 de agosto de 1953:

> Dentro dessa fórmula vamos encontrar as explicações para as recentes majorações do custo da luz e da força. Estamos atravessando uma época de secas. Depois de quase quarenta dias se ausência de chuvas, tivemos nestes últimos dias uma precipitação pluvial insuficiente para modificar a vazão dos cursos d'água que servem à usina de Castelhanos. Naturalmente, o bom senso teria indicado aos responsáveis pelo fornecimento de energia elétrica da cidade, um rigoroso controle no consumo do líquido contido em Vossoroca (GAZETA DO POVO, 1953a, p. 7).

Em 1953, o Governo do Paraná assegurou formas de receber verbas do FFE, criado pelo governo federal para o financiamento da construção, ampliação e conservação de obras de eletrificação próprias do Estado, autorizando a criação de uma empresa mista para planejar, construir e explorar sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica e serviços correlatos, por si e por sociedades que organizar ou que vier a participar (ANDREOLI, 2004).

Como consequência dessa ação, foi criada a Companhia Paranaense de Eletricidade (COPEL),[33] em 26 de outubro de 1954, por meio do Decreto nº 14.947, para, junto com o DAEE, conduzir o Plano Hidroelétrico do Paraná, como forma de mitigar os problemas da falta de energia elétrica no Estado. Como uma sociedade de economia mista, a COPEL foi criada para a exploração dos serviços de energia elétrica, com sede inicial em Maringá, que ainda não tinha nenhuma empresa do setor instalada, embora apresentasse um grande contingente populacional e local atrativo de novas migrações, demandando grande produção de eletricidade. A COPEL foi reconhecida pelo governo federal, por meio do Decreto nº 37.399, de 27 de maio

[33] Hoje com o nome Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL).

de 1955, como empresa de energia elétrica nos moldes da legislação federal vigente (BRASIL, 1955).

Na Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 1955, o Governador Bento Munhoz destacou a COPEL como "[...] a grande companhia mista em organização, que abrangerá todo o Estado, com um capital de 800 milhões de cruzeiros, representando um novo marco no caminho da industrialização do Paraná" (PARANÁ, 1955). O governo estadual tinha planos ambiciosos para a empresa recém criada:

> O fim a que se entrega a Copel não é outro senão o de fornecer elementos para essa nova etapa histórica. O problema que ela tem a resolver não se restringe apenas a construir usinas. Consiste, também, no lançamento de uma vasta rede básica de linhas de transmissão e subestações, de modo a permitir o fornecimento de energia gerado a todos os consumidores nos vários núcleos de industrialização indicados no mapa do Paraná (RECCO, 2007, p. 73).

A Copel surgiu no contexto das iniciativas pela estatização do setor elétrico. Entretanto, as limitações de recursos impediam a execução das obras das usinas e redes projetadas, avivando, regionalmente, o debate nacional entre privatistas e nacionalistas.

> Todos os discursos e projeto oficiais, tanto federal quanto estadual, previam a coexistência – ao que tudo indica, em caráter permanente e definitivo – da iniciativa estatal (gerando e interligando) e privada (distribuindo). Isso, evidentemente, não satisfazia nem a ala nacionalista radical, a qual preparava o projeto de uma futura Eletrobrás que erradicaria o capital estrangeiro do setor, nem os privatistas, que continuavam a se ressentir das limitações impostas ao funcionamento da empresa privada (SIQUEIRA, 1994, p. 80).

Devido as dificuldades financeiras, a COPEL buscou parcerias com outras empresas para garantir a construção de Usinas e expansão dos seus sistemas elétricos. Como exemplo, em 1955, a parceria se deu com uma firma de engenharia do Rio de Janeiro para estudos e planos de usinas no rio Paranapanema e uma termelétrica em Curiúva, próximo das jazidas de carvão do rio do Peixe. Em 1956, o Governo do Paraná assinou um convênio com o de São Paulo, passando a integrar o capital da USELPA, assegurando o fornecimento de parte da energia elétrica gerada pelas Usinas dessa empresa.

Ainda em 1956, por meio do Decreto nº 1.412, o governo estadual centralizou na COPEL todas as ações governamentais de planejamento, construção e exploração do sistema de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica e serviços correlatos. As grandes obras previstas nos sistemas hidroelétricos seriam de responsabilidade

da COPEL, recebendo a concessão dos rios São João e Mourão, Tibagi, Capivari e Cachoeira, Alto e Baixo Iguaçu e a Usina Termelétrica de Figueira. No planejamento, a produção e transmissão de energia ficaria a cargo da COPEL e a distribuição caberia às privadas, enquanto as concessões para novos aproveitamentos hidráulicos passaram a ser atribuídas à COPEL.

Em 1956, Moisés Lupion retornou ao Governo do Estado, para um novo mandato. Em Mensagem à Assembleia Legislativa, o Governador citou a criação da COPEL, enfatizando a necessidade de liberação de recursos para que a empresa pudesse concretizar o Plano Hidroelétrico (PARANÁ, 1956, p. 12). Além disso, demonstrou as limitações do DAEE e de toda a iniciativa pública até aquele momento, porque:

> Devido ao atraso da construção das diversas centrais hidro-elétricas, se viu a contingência de manter um grande número de usinas de emergência, com motores, em sua maioria inadequadas para o trabalho contínuo e prolongado. Exerceu suas atividades quase que exclusivamente na repartição de máquinas apresentando um serviço precaríssimo de caríssima e dificílima manutenção (PARANÁ, 1956, p. 106).

Em nova Mensagem aos deputados, em 1957, Lupion informou que ações estavam sendo tomadas para que em cinco anos o Estado conseguisse atingir 400.000 kW de potência instalada, com as Usinas Capivari/Cachoeira, Campo Mourão, Marumbi e no rio Itararé, em conjunto com o Governo de São Paulo, além da Termelétrica de Figueira e as outras unidades geradoras de eletricidade existentes (PARANÁ, 1957, p. 12).

Lupion também definiu as atividades da COPEL e do DAEE. A primeira assumiu as Usinas de grande porte, enquanto o DAEE:

> Ficou com a responsabilidade da administração e construção de usinas de pequeno porte, em numerosas localidades, a construção de usinas termo-elétricas em zonas pioneiras [...] estudos de projetos de usinas e pequenas sistemas em áreas nas quais o suprimento de energia só é possível por meio de sistemas isolados e serviço locais; auxílio às Prefeituras, e aos particulares que o solicitarem (PARANÁ, 1957, p. 113).

Em 1958, novamente se reportando aos deputados do Paraná, Lupion afirmou que as providências estavam sendo tomadas para elevar a potência instalada do Estado, que era aproximadamente 100.000 kW, para 300.000 kW em 1960, quando encerrava seu mandato. Para tanto, o Governador citou todas os grandes empreendimentos em andamento sob

responsabilidade da COPEL e as obras de pequeno porte, acompanhadas pelo DAEE, que havia beneficiado muitos municípios de todo o Estado (PARANÁ, 1958, p. 8-9).[34]

Nesse contexto, a COPEL foi se consolidando na região Norte do Paraná, bem como se instalando também no litoral do Estado e áreas adjacentes. No final da década de 1950, recebeu várias concessões para o aproveitamento hidráulico em diversos municípios.

> Ao final de 1959, a Copel já detinha os sistemas de força e luz de Maringá, Apucarana, Pirapá, Cambira, Campo Mourão, Loanda, Mandaguari, Marialva, Jandaia do Sul, Mandaguaçu, Paranaguá, Matinho, Caiobá e Santa Isabel do Ivaí. As solicitações de melhoria no fornecimento de energia para essas regiões, especialmente no Norte do Paraná, eram constantes e somente foram atendidas de maneira definitiva a partir de 1961, quando começaram a ser repassadas as cotas de energia da usina de Salto Rio Grande do Rio Paranapanema construída pela USELPA (SIQUEIRA, 1994, p. 127).

O Governador Lupion, em 1960, destacava o papel da COPEL:

> O desenvolvimento da política de energia elétrica do estado é incumbência, no setor de empreendimentos fundamentais, da Copel e, no setor dos empreendimentos pioneiros do DAEE [...]. Entretanto, coube a Copel assumir a responsabilidade da transferência e operação de vários serviços de luz e força do interior do estado, que até então estavam a cargo do DAEE [...]. Isto devido a tais localidades estarem em municípios dentro da zona de influência dos nossos futuros grandes sistemas hidroelétricos (PARANÁ, 1960a).

Apesar da criação da COPEL, a década de 1950 ainda foi marcada pelo domínio das empresas privadas na geração e distribuição de eletricidade. Conforme Siqueira (1994, p. 80), "em áreas marginais como o Paraná, as iniciativas também se dirigiam à construção de novas usinas, mas através da iniciativa privada sujeita à legislação federal, caso da usina de Guaricana". Exemplo também da Usina do Apucaraninha, construída pela EELSA.

Os números mostram o domínio das empresas privadas. Em 1960, a capacidade instalada de energia elétrica no Paraná era 147.714 kW, dos quais apenas 4.724 kW era oriundo da COPEL e mais 5.869 kW do DAEE, ou seja, apenas 7% da capacidade instalada provinham de iniciativa estadual. Como comparação, a CFLPR detinha uma capacidade de 41.000 kW e a

[34] Essa Mensagem do Governador Lupion descreve com detalhes todas as obras em andamento e projetadas para a áreas Sul e Norte do Paraná (I e II) do Plano Hidroelétrico elaborado em seu governo anterior, em 1948, destacando as usinas hidrelétricas, as termelétricas, a construção de redes, a interligação dos sistemas, bem como as ações na área do sistema isolado (III), atendendo às Prefeituras e pedidos de particulares.

EELSA 9.120 kW, ou seja, as empresas privadas eram essenciais na produção de energia elétrica no Paraná.[35]

O aumento da capacidade instalada era ainda menor que a demanda de eletricidade, já que a população do Estado atingiu 4.263.721 habitantes, em 1960, com uma densidade demográfica de mais de 21 pessoa por Km^2, ou seja, mais que duplicou em relação aos dados do Censo Demográfico de 1950. Esse aumento populacional refletiu também no número de domicílios rurais, que em 1960, já somavam 546.856, sendo que apenas 31.699 possuíam energia elétrica, correspondente a 5,8% do total.

Como demonstrado, a grande justificativa era a falta de recursos para colocar em prática o Plano Hidroelétrico do Paraná. Além disso, as empresas privadas anunciavam constantemente suas dificuldades para manter ou expandir seus serviços de eletricidade, como fez a CFLPR em 1º de junho de 1959, no *Jornal Correio da Noite*.

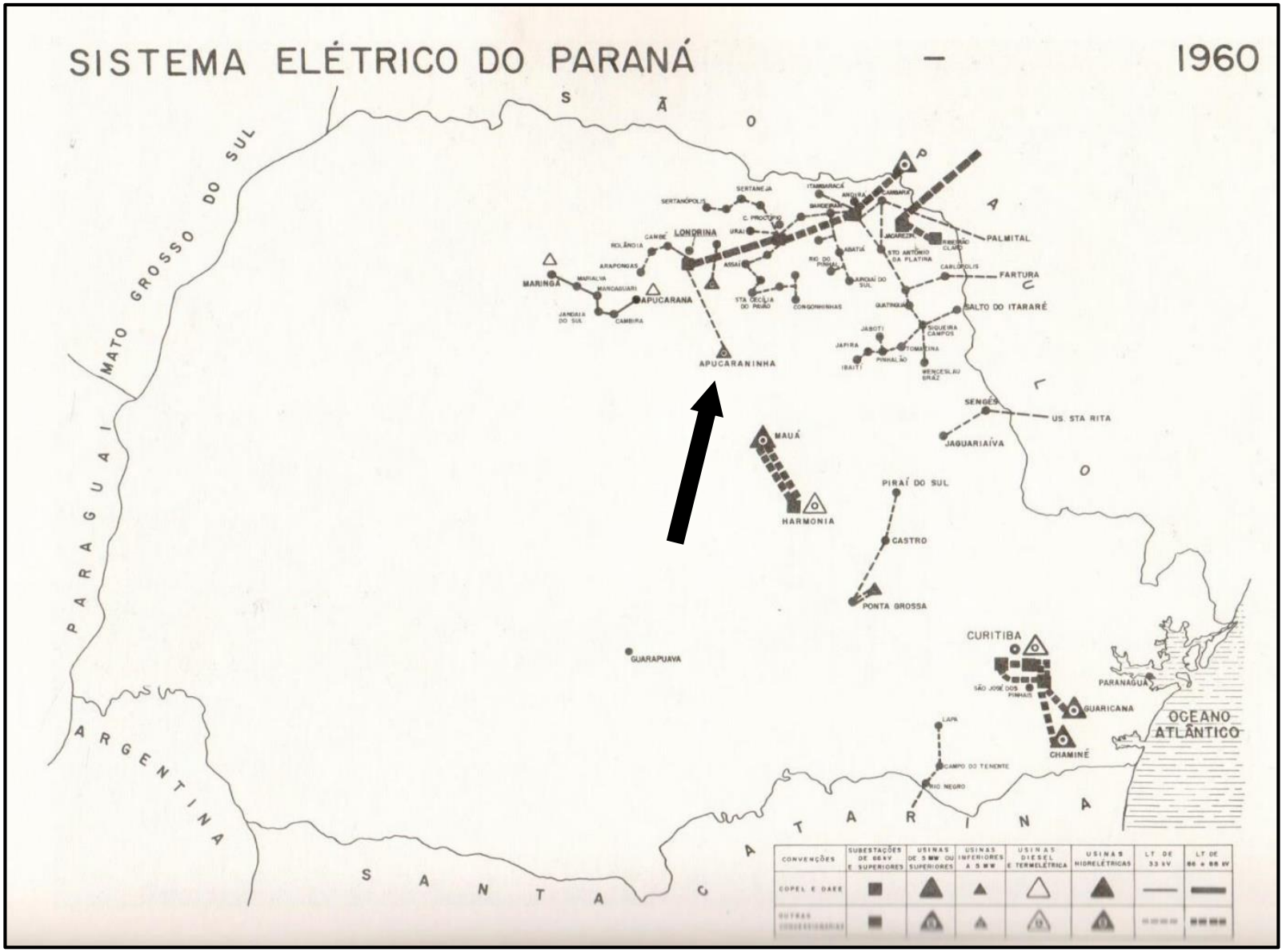
> Minhas despesas não param de subir. Cada dia que passa, aumenta o custo de manter os meus serviço (sic) de eletricidade em perfeito estado. Veja os caminhões [...] subiram 756% de preço nos últimos 10 anos. [...] a gasolina subiu 361% e os pneumáticos, 132%. [...] os postes sofreram um aumento de preço de 234% e o fio de cobre, de que preciso de quilômetros e quilômetros, um aumento de 1.300%! Naturalmente, o meu pessoal também teve aumentadas as suas despesas particulares e é justo que seus vencimentos também tenham sido melhorados substancialmente [...]. Assim, é fácil verificar-se [...] que o meu custo de vida tem subido de forma realmente assustadora. Nada vale mais, nem custa menos, do que a eletricidade (CORREIO DA NOITE, 1959, p. 11).[36]

Dessa forma, como demonstra Reichmann Neto (2002), devido as limitadas ações estatais e as dificuldades das empresas privadas, a energia elétrica no Paraná, no início da década de 1960, ainda era precária e insuficiente, principalmente num contexto de aumento demográfico, formação de novos núcleos coloniais e propagandas de incentivo a compra de bens de consumo duráveis. Empresários, comerciantes e produtores rurais buscavam alternativas para a produção de energia elétrica necessária para suas atividades, por meio de parcerias com as Prefeituras Municipais e a utilização de motores a diesel, sobretudo, nas localidades do Estado em que as empresas de energia elétrica não se faziam presentes.

[35] Os dados informados revelam números muito aquém do constante nas Mensagens do governador Moisés Lupion, que esperava uma capacidade instalada de 300.000 kW ao final do seu segundo mandato em 1960. Na verdade, não foi atingido nem 50% do esperado (147.714 kW) e uma mínima parte pertencia ao Estado do Paraná.

[36] Essa reportagem da CFLPR mostra os rumos do setor elétrico no Estado do Paraná, com a crise das empresas privadas e o processo de encampação destas pelo governo estadual, com a COPEL, como descrito adiante.

Imagem 2 – Mapa do Sistema Elétrico do Paraná (1960)



Fonte: Siqueira, 1994, p. 134.

> Concluindo, a eletrificação foi um problema privado, que cabia a cada empresário resolver. No Paraná das décadas de 1940 a 1960, esse princípio era fundamentalmente verdadeiro; uma região e uma época onde os núcleos urbanos eram de reduzidas dimensões, com precárias comunicações entre si e, muito provavelmente, com um reduzido consumo de bens duráveis, precisamente os que consomem energia (SIQUEIRA, 1994, p. 91).

A Imagem 2 apresenta os sistemas elétricos do Paraná no ano de 1960, muito distante daquele previsto pelo Plano Hidroelétrico do Governo Lupion, em 1948 (Imagem 1). Em destaque, a Usina do Apucaraninha, que abastecia a energia elétrica do município de Londrina e estava interligada com o sistema elétrico do chamado Norte Velho.

A partir do início da década de 1960, a COPEL passou a ter maior destaque no setor elétrico do Estado, iniciando a construção de Usinas. "A superação da situação só ocorreu com a intervenção do governo estadual, através da implementação, pela COPEL, do I Programa Estadual de Eletrificação, iniciado em 1961" (REIS, BLOEMER, NACKE; 2002, p. 68). Essas ações do Governo do Paraná, com a COPEL, levariam a monopolização estatal dos serviços de energia elétrica no Estado nos anos seguintes.

1.2.3 A consolidação da COPEL e a incorporação das empresas privadas no Paraná

Além da criação da COPEL, a década de 1950 ficou marcada pelos vultosos orçamentos para a Secretaria de Obras Públicas do Paraná, principalmente para a construção de um sistema viário. Além disso, foi criado o Departamento Estadual de Estatística, em 1951. Nos anos 1960, se intensificou a intervenção estatal com a criação da Fundepar, Sanepar, Telepar e Codepar. Esta última foi substituída pelo Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná (BADEP), voltado para fomentar economicamente o Estado do Paraná, principalmente no setor agroindustrial (CASTRO, LEÃO; 1997; TRINTIN, 2006; LEÃO, 1989).

Essas ações promoveram um aumento no número de estabelecimentos industriais no Paraná, de 1.832, em 1939, para 10.855 em 1970. Nesse mesmo período, o número de postos de trabalhos no setor industrial saltou de 21.898 para 114.344 pessoas (SIQUEIRA, 1994, p. 87-88). No entanto, conforme análise do Governo do Estado, a falta de energia elétrica dificultava a expansão das indústrias e quase todas produziam sua própria eletricidade, os chamados autoprodutores, como a Klabin de Celulose S/A.

O Governador Ney Braga, em 1960, na Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado, citou o problema ainda existente da escassez de energia elétrica: "[...] os graves prejuízos

impostos à indústria, vítima por sucessivas interrupções no abastecimento, bem como os riscos impostos à ordem social, ocasionados pela precariedade da iluminação pública" (PARANÁ, 1960b).

No ano seguinte, Ney Braga destacou as condições favoráveis para o crescimento da produção de energia elétrica no Estado.

> Dispõe o Paraná de condições excepcionais para o fornecimento de energia elétrica abundante e barata. É esta uma das maiores vantagens comparativas que possue para o processo de industrialização. O potencial hidráulico das bacias fluviais do Paraná é um dos maiores do Brasil. [...] Se passamos da possibilidades para a realidade, o quadro muda inteiramente. (PARANÁ, 1961, p. 17).

Tecendo críticas ao governo anterior, Ney Braga apontou a falta de eletricidade como obstáculo ao desenvolvimento industrial no Estado e que crises de fornecimento de energia elétrica eram muito comuns nas regiões mais densamente povoadas, como no Norte do Paraná. Dessa forma, o Governador prometeu colocar o Paraná no caminho certo em relação à eletricidade, dividindo as funções do DAEE e da COPEL:

> A execução dos planos e programas passará a cargo da sociedade de economia mista especializada, a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), aliviando assim o DAEE para as funções de planejamento e coordenação. Para dar ao DAEE capacidade real para coordenar e fiscalizar toda a política de energia no Paraná, é necessário que possa exercer também a fiscalização sobre as empresas privadas que operam no setor. O Governo já está providenciando junto à União nesse sentido (PARANÁ, 1961, p. 18).

Ney Braga ainda destacou as obras em andamento para a conclusão das Usinas Capivari/Cachoeira e do Rio Mourão e da termelétrica de Figueira, além do convênio com a USELPA para aproveitar da energia elétrica gerada no vale do Paranapanema, bem como dos estudos do Salto Grande do rio Iguaçu e das Sete Quedas no rio Paraná. Todas ações para aumentar a capacidade instalada de energia elétrica, com maior participação estatal.

Nesse contexto, em 1961, após estudos e análises dos planos de eletrificação existentes para o Estado, o Governo do Paraná elaborou um novo Plano de Eletrificação, priorizando a interligação dos sistemas elétricos com os Estados vizinhos, cuja proposta seguia a orientação do Plano Nacional de Eletrificação. Tal plano considerava como obra de urgência a conclusão da Usina Termelétrica do Figueira e a construção dos projetos hidrelétricos de Capivari-

Cachoeira, Campo Mourão e de Usinas hidrelétricas de pequeno porte na região oeste do Estado (BRASIL, 1961c).[37]

Em 1961, a COPEL atendia apenas 14 localidades com potência instalada de 10 mil kW, com sistemas isolados e ainda precários. Instalada em Maringá, região sem muita eletricidade, a COPEL, até início dos anos 1960, "[...] passou por um período de estruturação organizacional, quando, então, iniciou um programa de obras fundamentais para o cumprimento dos objetivos básicos de uma empresa concessionária de energia elétrica" (REICHMANN NETO, 2002, p. 186). A falta de recursos e de repasse pelo governo estadual à empresa de economia mista resultaram em atrasos nos projetos e na falta de energia para atender a demanda nos anos iniciais da década de 1960. "Encontrar uma solução definitiva para o abastecimento de energia elétrica em larga escala seria o maior desafio para a Copel durante a década de 1960" (RECCO, 2007, p. 96).

Em 1962, em nova Mensagem à Assembleia Legislativa, Ney Braga destacou a participação da COPEL na política governamental do Estado, citando o Plano de Eletrificação recentemente aprovado, com o objetivo de elevar a capacidade instalada para 350.000 kW até 1965, além de promover a interligação dos sistemas elétricos até então independentes (PARANÁ, 1962).

O Governador enfatizou que pouco a pouco a COPEL superaria as dificuldades financeiras, contando com financiamentos junto aos órgãos federais (BNDE e Eletrobrás), aos órgãos internacionais (BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento e a USAID – Agência de Desenvolvimento Internacional), à Codepar e aos recursos estaduais (Taxa de Eletrificação e o recém criado FDE – Fundo de Desenvolvimento do Estado) essenciais para a execução das obras em andamento de usinas e redes elétricas. "Essa participação do Estado, assim como a rentabilidade operacional que a COPEL obterá a medida que ampliar suas atividades, é a maior garantia de obtenção dos financiamentos necessários" (PARANÁ, 1962, p. 27).

Mantendo as críticas aos antecessores, Ney Braga se dirigiu novamente aos deputados em 1963, indicando as mudanças realizadas em seu governo, no que tange ao setor elétrico.

> A política governamental no setor dirigiu os esforços para o atendimento às regiões críticas, onde existia racionamento virtual, assim como para a substituição da energia de origem diesel pela hidráulica, visando a redução do custo de operação. Foi simultaneamente elaborado o Plano de Eletrificação,

[37] O Plano de Eletrificação do Paraná estava em conjunto com o Plano Nacional de Eletrificação, de 26 de julho de 1961.

> cuja execução dará ao Paraná, em 1965, 350.000 kW disponíveis, ou seja, três vezes o que existia em 1960 (PARANÁ, 1963, p. 19).

Durante a Mensagem, Ney Braga destacou a ação da COPEL como responsável pela execução do Plano de Eletrificação, com obras na região litorânea e nas cidades de Paranaguá, Morretes e Antonina, como a Usina de Marumbi. Também a continuação dos serviços na linha de transmissão Londrina-Alto Paraná, quase concluída, para otimizar o fornecimento de energia elétrica na região Norte do Estado, além de subestações e redes de distribuição em andamento. O Governador destacou ainda a Usina de Mourão, cujas obras foram retomadas, no intuito de atender demandas na região oeste e citou ainda os estudos para o início da construção da Usina do Salto Chopim e do Salto Grande do Iguaçu, no sudoeste e sul do Paraná, respectivamente.

> Os maiores problemas de escassez de energia estão localizados na área de Curitiba-Ponta Grossa. Não apenas pelo fato da demanda existente atualmente já ser muito superior à oferta, como principalmente por ser esta região que apresenta melhores condições para a industrialização, dependendo exatamente da disponibilidade de energia para poder desenvolver-se. As duas obras destinadas à solução desse problema são a Usina Termoelétrica de Figueira [...] e a Usina Hidrelétrica de Capiva-Cachoeira (PARANÁ, 1963, p. 22).

Tais obras estavam nos planos há mais de uma década, mas ainda distantes de serem concretizadas. Enquanto isso, o Governo do Estado amenizava a crise de fornecimento com as usinas a diesel de emergência e contava ainda com ações isoladas do DAEE nas regiões mais longínquas do Paraná. Segundo Andreoli (2004), esse contexto fez com que a COPEL expandisse seus serviços e duplicasse seu número de consumidores em apenas dois anos, aumentando sua receita e dando mais condições de investimentos em novas obras, inclusive assumindo os sistemas elétricos de algumas empresas privadas.

> Resumidamente, a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL) aumentou extraordinariamente a potência instalada no Estado e superou de maneira significativa a média dos acréscimos verificadas nos anos anteriores, que atingiu em 1963 a 14.471 kW, ou seja: de 30.708 kW em 1962, passou a 45.439 kW em dezembro de 1963 (PARANÁ, 1964, p. 29-30).

Ao final do ano de 1963, a participação estatal na geração de energia elétrica já era maior que das empresas privadas. Dos 190.100 kW de capacidade instalada no Estado, 122.600 kW eram de responsabilidade do setor público, entre órgãos estaduais – COPEL e DAEE – e municipais. Na última Mensagem aos deputados, em maio de 1965, Ney Braga fez questão de

relembrar a precariedade em que se encontravam os sistemas elétricos no Estado, exaltando a atuação do seu governo.

> Os planos existentes foram revistos, reformulados e complementados no sentido de proporcionar, dentro das diretrizes da política econômica que o Governo se propôs a seguir, o desenvolvimento da capacidade de geração e distribuição de energia. O objetivo principal é a interligação de todos os sistemas do Estado entre si, bem como aos sistemas dos Estados vizinhos, de sorte a levar o Paraná a integrar-se no grande sistema Centro-Sul, para maiores volumes de intercâmbio energético e cooperação financeira, conforme as linhas da política nacional de eletrificação (PARANÁ, 1965, p. 36).

O governador ainda destacou as obras realizadas e finalizadas durante seu mandato, como usinas, extensão de redes elétricas, aumentando a capacidade instalada de 128.183 kW, no início de seu governo, para 221.956 kW ao final do mandato. De toda forma, esse resultado era muito inferior aos 350.000 kW, previstos para o ano de 1965, pelo Plano de Eletrificação, elaborado pela COPEL em 1961. Com justificativas em torno da falta de recursos, o governo ajustou o Plano, prorrogando a meta para o final de 1967. As prorrogações das metas, bem como da conclusão das obras de usinas e sistemas elétricos e sua interligação continuavam comuns.

O interesse em expandir os serviços elétricos no Estado, com a COPEL, também se dava pelas constantes críticas às companhias privadas situadas no Paraná, como mostra a reportagem do *Jornal Castro*, de 22 de abril de 1962, referindo-se à Companhia Prada:

> Seguindo seu destino de arrasar cidades, servindo-lhes de encalço ao progresso a PRADA marca mais um tento na história do Paraná: reduz fantasticamente a voltagem e aumenta em mais de 50% as taxas de consumo. Era só o que faltava!!! Onde estão as autoridades responsáveis? Bem... aí a coisa piora: Vamos deixar que a famigerada companhia continue fazendo das suas e aguentemos firmes, já que aceitamos tudo o que nos impõem e ninguém toma providências. Esse negócio de combater a Prada já está se tornando monótono e todos sabem que a danada é insensível; indiferente a tudo e a todos. O melhor é tratarmos de recolocar os lampiões nas ruas e pronto! (CASTRO JORNAL, 1962, p. 1).

Alguns conflitos entre populares e representantes das concessionárias privadas foram marcados por grave violência, inclusive com mortes, como o ocorrido em Paranaguá, em 1959 (CASTRO JORNAL, 1959, p. 1). Tensões em todas as regiões do Estado, atendidas por companhias particulares, como mostra a matéria do *Jornal Castro*, de 29 de abril de 1961, no

episódio em que o Governador Ney Braga barrou o aumento de 57,56% das tarifas de energia elétrica da Companhia Prada, na região de Ponta Grossa.

> A anulação foi feita em consequência do telegrama do governador manifestando a inquietação do povo que estava pronto a começar a agitação. Um comício monstro foi realizado em Ponta Grossa, com a presença de mais de duas mil pessoas. Juntando-se ao protesto geral [...]. (CASTRO JORNAL, 1961, p. 1).

A insatisfação com as concessionárias privadas aumentava a cada dia. Os Jornais da época demonstravam a possibilidade das encampações e o desinteresse das empresas particulares em ampliar seus sistemas elétricos, como revelou a matéria do *Jornal O Tibagi*, de 21 de junho de 1962, ao tratar da Companhia Força e Luz, que atendia Curitiba e região.

> Esta capital vive o drama da falta de energia elétrica, sem que se tenha esperança para um desfecho favorável dentro de poucos dias. Isto porque a companhia concessionária, diante das ameaças das encampações, parece que não está nada interessada em melhorar seus serviços. A falta de energia vem causando grandes transtornos à vida da Cidade (O TIBAGI, 1962).

Dessa forma, além das áreas de geração e transmissão, as iniciativas estatais também se dedicaram a distribuição de energia elétrica, promovendo o crescimento da COPEL, que passou a receber concessões de áreas novas, devido ao processo de urbanização do Estado, bem como encampar as pequenas empresas privadas, que enfrentavam dificuldades e muitas reclamações de seus consumidores. Conforme narrativas apologéticas à COPEL:

> A partir daí, assistiu-se ao deslanche da Copel que, rapidamente, passou a atender quantidade cada vez maior de municípios; tirou da gaveta ambiciosos e bem-sucedidos projetos de construção de usinas hidrelétricas e termelétricas e chegou, finalmente, a absorver as outras empresas privadas de energia (SIQUEIRA, 1994, p. 111).

Em 1966, durante o Governo Paulo Pimentel, organizou-se o II Programa Estadual de Eletrificação. Os dados de 1965 apontavam um consumo de energia elétrica no Estado de 1 milhão de kWh e a previsão era de 2 milhões de kWh em 1970. O novo Programa enfatizava a construção de novas subestações, com ampliação das linhas de transmissão e redes de distribuição. As atividades do setor elétrico também continuavam sendo exercidas pelo DAEE, que em 1965, enviou material de rede de distribuição para 116 localidades e grupos diesel elétricos para outras 125 (PARANÁ, 1967, p. XVII-XVIII).

Em Mensagem aos deputados, o Governador Paulo Pimentel citou a materialização da ação governamental no setor elétrico do Paraná, por meio da COPEL, que constituiu-se como um instrumento do poder público estadual, contando com auxílio econômico da Codepar, do governo federal e de organismos internacionais, participando do quadro societário das Usinas do Paranapanema, da termelétrica de Figueira e executando os projetos de construção de novas usinas no Estado, aumentando a capacidade de fornecimento de energia elétrica (PARANÁ, 1967, p. 17-18).

> [...] a COPEL contribuiu de modo significativo, direta e indiretamente, para o incremento do consumo total de eletricidade no Paraná. A empresa consolidou, assim, o processo de contínua ampliação de sua importância no quadro da indústria paranaense de energia elétrica e, pois, no panorama sócio-econômico do Estado (PARANÁ, 1967, p. 18).

O II Programa Estadual de Eletrificação seria executado pela COPEL, como uma ação de emergência, buscando amenizar a crise energética no Paraná, com empreendimentos de maiores proporções, tanto na geração, como transmissão e também distribuição de eletricidade. No discurso de Paulo Pimentel:

> Dotar o Paraná com adequada oferta de eletricidade, em todos os quadrantes de seu território, consiste, realmente, em objetivo ambicioso, a exigir ingente esforço na efetivação de uma multiplicidade de empreendimentos. Urge ampliar a potência de geração, estruturando um adequado sistema de transporte e transformação que conduza a energia aos centros de consumo. Ao mesmo tempo, impõe-se, implantar redes de distribuição, sem as quais não se torna efetiva e adequadamente disponível para consumo a eletricidade gerada e transportada (PARANÁ, 1967, p. 23).

Nesse objetivo, o Governo do Estado ainda contaria com o DAEE, como um órgão regulador na esfera estadual, mas que também colaboraria com a COPEL na execução do II Programa Estadual de Eletrificação.

> O DAEE desenvolveu, no exercício, em consequência, atividades mais compatíveis com a sua estrutura, desde os trabalhos técnicos de coleta de dado nos setores de hidrografia e levantamentos topográficos, com a instalação de novos postos fluvio e pluviométricos, medições de descarga, etc., até a execução de usinas, linhas de transmissão e redes de distribuição. [...] como órgão auxiliar do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, do Ministério das Minas e Energia, atuou junto às prefeituras e concessionárias, prestando orientação com vistas ao cumprimento da legislação federal relativa aos serviços de eletricidade (PARANÁ, 1967, p. 29).

Paulo Pimentel voltou a destacar o crescimento da COPEL, durante sua Mensagem aos deputados em 1968:

> Durante 1967, a COPEL passou a efetuar a distribuição de energia elétrica em mais 40 localidades do Paraná, elevando o respectivo total para 178. Deste, centro e trinta são sedes municipais. Assim sendo, como outros 124 municípios são atendidos pelas demais empresas de eletricidade do Estado, o total de unidades político administrativas que já contam com serviços públicos de energia elétrica se eleva a 254. Isso quer dizer que apenas restam 31 municípios paranaenses para serem ligados, até 1970, conforme uma das metas do II Programa Estadual de Eletrificação (PARANÁ, 1968, p. 22).

Em sua última Mensagem à Assembleia Legislativa do Paraná, em 1970, Paulo Pimentel exaltou em tons apologéticos a atuação do seu governo no que tange ao setor elétrico, afirmando que o Estado vivia na escuridão até o início de seu mandato, com constantes crises de fornecimento, entravando o desenvolvimento do Paraná. Enfatizou o II Programa Estadual de Eletrificação, a atuação da política governamental com a COPEL e os altos investimentos, que levaram a mais que duplicar a capacidade instalada de energia elétrica, que até final de 1970, chegaria muito perto dos 700.000 kW. Destacou ainda as obras de interligação dos sistemas elétricos em todo o Estado, inclusive, com os Estados vizinhos – São Paulo e Santa Catarina – além do próprio Paraguai (PARANÁ, 1970, p. XIII-XIV).

Além de situar-se como a principal empresa distribuidora de energia elétrica, quanto ao número de localidades atendidas (duzentas e trinta e cinco), e a segunda no tocante à quantidade de quilowatts-hora fornecida diretamente a consumidores, a COPEL passou a assegurar, por meio de suas usinas geradoras e da compra de energia de outros Estados, atendimento à crescente demanda das diversas regiões do Paraná (PARANÁ, 1970, p. 19).

A COPEL iniciava 1970 com o número de 116.375 ligações, atendendo 235 localidades, sendo 158 sedes municipais. Naquele momento, outros 115 municípios eram atendidos por demais concessionárias de energia elétrica e 15 ainda não possuíam eletricidade (PARANÁ, 1970, p. 19-20).

Embora os governos Ney Braga e Paulo Pimentel tenham se voltado com tanto elogios à COPEL e à expansão dos sistemas elétricos no Paraná, ficava claro que as condições de fornecimento de energia elétrica ainda eram precárias, prevalecendo as unidades geradoras de origem térmica, com a COPEL ainda distante de ter o domínio da capacidade instalada de energia elétrica no Estado. A precariedade dos sistemas elétricos esteve narrada em reportagem do *Jornal Diário dos Campos*, de Ponta Grossa, em 7 de dezembro de 1968.

> Vários descontentamentos tem se registrado ultimamente no meio industrial princesino quanto às grandes oscilações de voltagem, sem aviso prévio, no fornecimento de energia elétrica à cidade. [...] A quem cabe estas responsabilidades, ou à Copel, ou a Cia Prada de Eletricidade. [...] Nessas condições, tem ocorrido que, não resistindo às bruscas baixas de voltagem, os motores elétricos queimam, advindo daí grandes prejuízos para nossa indústria e tantas outras aqui estabelecidas e que infelizmente dependem da energia elétrica local (DIÁRIO DOS CAMPOS, 1968).

Em 1970, a população do Paraná atingia quase 7 milhões de habitantes, com uma densidade demográfica em torno de 35 por km^2. Um Estado ainda muito caracterizado pela vida no campo, que possuía apenas 6,51% dos domicílios rurais com iluminação elétrica, ou seja, 64.683 dos quase 10 milhões de domicílios rurais, conforme dados do Censo Demográfico. A capacidade instalada de energia elétrica atingia os 354.000 kW, ou seja, era a metade daquela apresentada por Paulo Pimentel em sua Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa, em 1970.

Destarte, não se pode negar a importância da COPEL para o Estado do Paraná. Parigot de Souza, Governador entre 1971 a 1973, havia sido presidente da COPEL entre 1961 a 1970. Durante seu governo, elaborou-se o I Programa de Eletrificação do Estado para atender a demanda de energia elétrica e promover a interligação gradual dos sistemas elétricos do Paraná e também com Estados vizinhos.

Os anos iniciais da década de 1970 foram decisivos para o avanço da estatização do setor elétrico no Paraná e a quase completa monopolização pela COPEL das áreas de concessão no Estado. A conclusão de algumas usinas que estavam em construção e o início de suas operações, como a Capivari Cachoeira em 1971, naquele momento a principal geradora de eletricidade da COPEL (252 MW) e a maior de todo o sul do Brasil, permitiu ao Paraná reduzir a compra de energia dos Estados vizinhos e interligar sua produção com outras áreas do Estado com as linhas de transmissão. Além disso, destaca-se a conclusão e operação da Usina Foz do Chopim, no rio Iguaçu, em 1970; a construção da Usina de Salto Osório, no rio Iguaçu, iniciada em 1970 e em operação a partir de 1975; e a obtenção pela COPEL da concessão da Usina de Foz do Areia, em 1973. A partir daquele momento, outros grandes empreendimentos hidrelétricos, sobretudo nos rios Paranapanema, Iguaçu e Paraná, colocariam a COPEL entre as três maiores empresas de geração de energia elétrica na década de 1980. O acordo para a construção de Itaipu também favoreceria a expansão dos sistemas elétricos no Paraná.[38]

[38] A COPEL, em 1961, atendia apenas 14 localidades do Paraná, com uma capacidade que não chegava a 10MW, iniciando naquele ano um Programa de muitas obras para expansão dos seus sistemas de geração e transmissão de energia elétrica. Em 1981, atingiu os 2 milhões de MW de capacidade instalada, tornando-se a terceira empresa

O contexto de crescimento da COPEL no Paraná era um reflexo da política de nacionalização do setor elétrico que o governo federal buscava concretizar. "A partir da década de setenta o governo federal iniciou o processo de encampação das empresas privadas e de transferência das respectivas concessões para as empresas estaduais" (REICHMANN NETO, 2002, p. 190).

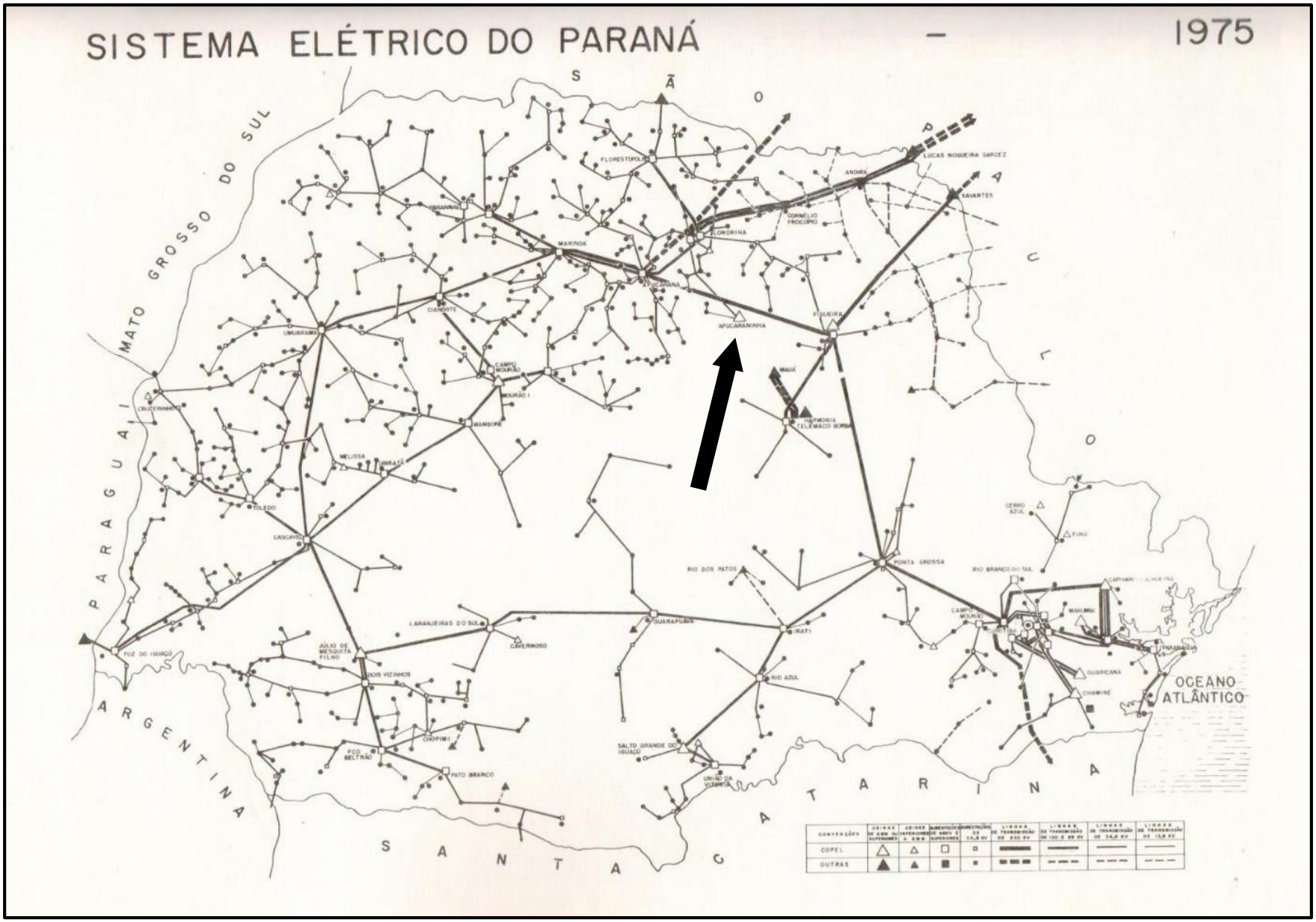
É justamente nesse contexto que as principais empresas privadas de energia elétrica do Paraná foram encampadas pela COPEL: em 01/01/1972, a Hidrelétrica Vale do Ivaí; em 01/09/1973, a Companhia Força e Luz; em 17/10/1973, a Companhia Prada de Eletricidade; em 31/10/1973, a Empresa de Eletricidade Alexandre Schelemm; e, em 01/06/1974, a Empresa Elétrica Londrina S/A. Dessa forma, a COPEL passou a distribuir diretamente ao consumidor final a maior parte da eletricidade gerada, monopolizando os setores de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica no Paraná.[39]

A Imagem 3 apresenta os sistemas elétricos do Estado do Paraná, com suas usinas, subestações e redes de transmissão e distribuição, no ano de 1975. A comparação com a Imagem 2, dos sistemas elétricos em 1960, revela o quanto a política do setor elétrico, durante aqueles 15 anos, foi prioridade para o governo estadual, que procurou garantir a atuação da COPEL e as incorporações das empresas privadas. Destaque para a Usina do Apucaraninha, que em 1975, já fazia parte do quadro de usinas da COPEL.

pública estadual do país na geração de eletricidade, ficando atrás apenas da CESP e CEMIG, com uma área de atuação que abrangia quase todo o Estado, após incorporações e encampações de diversas concessionárias e órgãos municipais fornecedores de energia elétrica. Em 1989, a COPEL contava com 16 hidrelétricas com capacidade total de 2.058 MW e duas termelétricas com 20,4 MW, destaques para a usina de Foz do Areia, entre os municípios de Pinhão e Bitura, no rio Iguaçu, com operação final em 1982 de 1.676 MW de capacidade, maior potência unitária até aquele momento instalada no país.

[39] Atualmente, ainda são quatro pequenas concessionárias privadas em todo o Estado do Paraná: 1) Companhia Campolarguense de Energia (COCEL), que atende a cidade de Campo Largo e alguns distritos vizinhos; 2) Força e Luz Coronel Vivida Ltda (FORCEL), que fornece energia elétrica para o município de Coronel Vivida; 3) Companhia Força e Luz do Oeste (CFLO), que atende a cidade de Guarapuava e o Distrito de Guará; 4) Companhia Luz e Força Santa Cruz (CPFL SANTA CRUZ), que fornece eletricidade para Jacarezinho, Ribeirão Claro, Barra do Jacaré. Com exceção dessas localidades, todas as demais áreas do Estado do Paraná são atendidas pela COPEL.

Imagem 3 – Mapa do Sistema Elétrico do Paraná (1975)



Fonte: Siqueira, 1994, p. 135.

1.3 Histórico da Empresa Elétrica de Londrina S/A e seus empreendimentos no Norte do Paraná

A história da Empresa Elétrica Londrina S/A (EELSA) precisa ser entendida no contexto das alterações na política do setor elétrico a partir da chamada *Era Vargas* – momento de constituição da EELSA – até meados da década de 1970, quando foi incorporada pela COPEL. Tratada, até então, de forma bastante superficial, a história da EELSA aparece apenas citada pontualmente em algumas obras, que tratam a história de Londrina e do Norte do Paraná, de maneira apologética, exaltando seus líderes e empreendimentos.[40] O objetivo aqui é descrever a história da EELSA, devidamente contextualizada, considerando, principalmente, a legislação do setor elétrico e a documentação produzida pela empresa, que se encontra na Biblioteca da COPEL, do Polo Atuba, em Curitiba, Paraná.

Dessa forma, esse item está organizado em três subitens: primeiro, a constituição da EELSA e suas primeiras ações no Norte do Paraná, buscando se ajustar às novas condições determinadas pela política nacionalista de Vargas; segundo, a construção da Usina do Apucaraninha, que favoreceu a expansão dos sistemas elétricos da EELSA e de sua área de concessão; e, terceiro, o processo de sua incorporação pela COPEL, quando a estatização do setor elétrico atingiu seu auge em todo país.

Importante enfatizar as relações da EELSA com a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), cujos representantes tinham grandes afinidades ou figuravam como integrantes das duas empresas, como o Engenheiro Gastão de Mesquita Filho, que além de membro da Missão Montagu, em 1924, tornou-se um dos sócios fundadores da EELSA.[41] As imbricações com o capital inglês e com as forças econômicas do Estado de São Paulo também merecem ser destacadas, uma vez que a CTNP, que havia adquirido uma área de 515 mil alqueires de terras, em 1925, do Governo do Paraná, acabou vendendo estas terras, em 1944, para um grupo controlador do Banco Mercantil de São Paulo (CNTP, 1975).[42] A sede da EELSA, durante toda sua existência, estava situada na cidade de São Paulo, onde seus maiores representantes se encontravam, mantendo um escritório local em Londrina e pequenas estruturas em outras cidades do Norte do Paraná. Além disso, a maior parte das operações financeiras da EELSA se dava no Banco Mercantil de São Paulo.

[40] Obras como as de Boni (2004; 2009; 2013); Recco (2007); entre outras.

[41] Maiores detalhes sobre a Missão Montagu e a participação do engenheiro Gastão de Mesquita Filho no processo de colonização do Norte do Paraná com a CTNP, ver: Wachowicz (1987).

[42] Mais informações sobre a venda de terras da CTNP ao Banco Mercantil ver: CTNP (1975).

1.3.1 O surgimento da EELSA e suas primeiras ações

Segundo Boni (2004, p.75), em 1936, Gastão de Mesquita Filho e Rolando Davids fundaram a EELSA com o objetivo de garantir o fornecimento de energia elétrica para o município de Londrina. Em outra obra, Boni (2009, p.25) afirma que em 1938 foi inaugurada a iluminação pública de Londrina, com energia gerada por motores a vapor, despertando a atenção de muitos habitantes da cidade.

Mas essa história necessita ser contada a partir de 1925, quando se deu, pelo Estado do Paraná, a concessão de uma área de 515 mil alqueires à CTNP. Entre os representantes da empresa colonizadora estava Antonio Moraes de Barros,[43] que mediou a aquisição das terras junto ao Governador do Paraná, Caetano Munhoz da Rocha.[44] Na verdade, a Lei nº 2.691, de 23 de abril de 1929, do Governo do Estado, concedeu à CTNP, o direito exclusivo para instalações e explorações dos serviços de força e luz na área concedida a companhia, constituída de capital inglês (PARANÁ, 1929).

> Nos primeiros anos de Londrina, a Companhia de Terras Norte do Paraná se responsabilizou por praticamente todas as obras de infraestrutura e serviços de interesse coletivo da região, inclusive a geração de energia elétrica. [...] Em 1936, na gestão do prefeito Willie Davids, os srs. Gastão de Mesquita Filho e Rolando Davids, ligados à CTNP, conseguiram a concessão para explorar a "prestação de serviços de força e luz elétrica à cidade e município de Londrina" [...] e fundaram a Empresa Elétrica de Londrina Sociedade Anônima (EELSA), que começou a planejar e construir usinas para a geração e fornecimento de energia (BONI, 2013, p. 107-108).

Entretanto, um contrato de concessão lavrado no Cartório do Tabelião de Londrina, em 11 de fevereiro de 1938, entre a Prefeitura Municipal de Londrina e a CTNP, assegurava à última o direito exclusivo de fornecer energia elétrica àquele município. Tais acontecimentos precisam ser tratados a partir dos debates nacionais em torno da política de Vargas para o setor elétrico. Embora o Código de Águas de 1934 e a legislação subsequente do setor elétrico, bem como as Constituições da *Era Vargas*, buscassem assegurar a centralização das ações em torno da União, dos empreendimentos hidrelétricos e das áreas de concessão das empresas, as

[43] Os Moraes de Barros foram personagens constantes no quadro societário da Empresa Elétrica Londrina S/A.

[44] Não é objetivo aprofundar aqui o processo de colonização de Londrina e todo o Norte do Paraná. Para maiores detalhes sobre esse processo consultar: Adum (1991); Arias Neto (1998); Tomazi (1989; 1997; 1999); Dias; Gonçalves (1999).

municipalidades e as decisões locais ainda marcavam presença, no que tange aos acertos para o fornecimento de eletricidade. Mesmo porque, conforme já visto, o governo federal enfrentava grandes resistências para a regulamentação do Código de Águas, já que as empresas privadas, notadamente constituídas por capital estrangeiro, tinham o domínio da produção de energia elétrica.

De toda forma, as decisões Varguistas chegaram ao Norte do Paraná no final da década de 1930. O contrato de concessão, acima citado, entre a Prefeitura Municipal de Londrina e a CTNP, passou por alterações, sendo sub-rogado por um novo contrato de cessão de direitos e obrigações, lavrado no Cartório do 6º Tabelião, entre a CTNP e a Empresa Elétrica Londrina – Mesquita & Davids. Ou seja, a produção e o fornecimento de energia elétrica à cidade de Londrina caberia à empresa concessionária constituída por Gastão de Mesquita Filho e Rolando Davids. Não se tratava ainda da EELSA, enquanto sociedade anônima, cuja constituição só ocorreria em 1941, conforme abordado abaixo.

A maneira como se deram tais contratos aparece resumidamente no *Diário Oficial* do Estado de São Paulo, em 21 de agosto de 1942:

> Por este contrato lavrado no Sexto Tabelião a 11 de agosto de 1938, na cláusula I a Companhia de Terras Norte do Paraná; transferiu à atual Empresa Elétrica de Londrina todos os direitos de concessão que obteve para o serviço luz e força elétricas no município de Londrina; pela lei do Estado do Paraná nº 2.691, de 23 de abril de 1929, e consequente contrato assinado com a Municipalidade, que regula a mesma concessão. Outrossim, pela cláusula II, do mesmo contrato de 11 de agosto de 1938, a Companhia de Terras Norte do Paraná doará por escritura ou escrituras, as quedas dágua e terras de sua propriedade, na data em que a Empresa as solicitar e que forem necessárias 'a construção 'de barragem, usinas, dependências, canais, aquedutos e as que por ventura devam ser inundadas, e ainda mais, garantirá, a faculdade de travessia de linhas ou canalizações por qualquer parte dos seus domínios, ou mesmo das terras já vendidas, condição esta que faz parte, de toda escritura passada pela Companhia em favor dos compradores de suas terras (DOU, 1942, p. 12.901).

Essa passagem revela as relações entre a CTNP e a Empresa Elétrica Londrina com sede em São Paulo, podendo afirmar que eram do mesmo grupo empresarial. Enquanto o acordo se ajustava, a CTNP, buscando amenizar o problema da falta de eletricidade, que provocava revoltas e conflitos entre os moradores da região, planejou a construção de uma pequena usina hidrelétrica no Ribeirão Cambé, município de Londrina, aproveitando a existência de uma queda d'água de 50 metros. Tal planejamento se constituía justamente durante o processo de transferência da cessão dos direitos e obrigações entre a CTNP e a Empresa Elétrica Londrina,

tanto que o Engenheiro responsável pelo projeto da usina era Gastão de Mesquita Filho. A Usina Cambezinho foi inaugurada em 8 de fevereiro de 1939, com capacidade instalada de aproximadamente 200 kW, o suficiente para atender uma cidade com seis mil habitantes (BONI, 2013, p. 108).

Recco (2007) também se confunde em relação a constituição da EELSA, quando aborda a inauguração da Usina Cambezinho afirmando que:

> Produzia uma média de 200 kW de energia, juntamente com alguns motores à diesel para a galeria técnica, capazes de atender uma população de apenas 6 a 7 mil habitantes, cerca de 5 quarteirões médios residenciais na época. Nascia, então, a Empresa Elétrica de Londrina S.A. – Eelsa (RECCO, 2007, p. 46).

Interessante notar que a autorização do governo federal para o aproveitamento hidráulico do Salto Cambé ocorreu após a inauguração da Usina Cambezinho, por meio do Decreto nº 4.253, de 14 de junho de 1939. Portanto, quatro meses após a inauguração. Assim dizia o Art. 1º do referido Decreto:

> É outorgada a Empresa Elétrica Londrina, constituida pela firma Mesquita & Davids, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, respeitados os direitos de terceiros anteriormente adquiridos, concessão para o aproveitamento de energia hidro-elétrica do Salto do Cambé, situado no rio Cambé, no distrito da sede do Município e Comarca de Londrina, Estado do Paraná, correspondente a altura de queda de cincoenta (50) metros e a descarga de quatrocentos decímetros cúbicos (0,m3 400), produzindo a potência de 196 Kw (BRASIL, 1939b).

São duas questões a relatar: primeiro, a tentativa do governo federal em enquadrar o empreendimento hidrelétrico do Salto Cambé na regulamentação do Código de Águas; segundo, a Empresa Elétrica Londrina ainda não era a sociedade anônima, mas constituída pela firma dos proprietários Gastão de Mesquita Filho e Rolando Davids, que acabava de receber da CTNP a concessão para fornecer energia elétrica no município de Londrina. Sobre a Usina Cambezinho, o Decreto ainda afirmava:

> Parágrafo único. O aproveitamento destina-se à produção, transmissão, transformação e distribuição de energia hidro-elétrica, para serviços públicos federais, estaduais e municipais, para serviços de utilidade pública e para comércio de energia elétrica ao Município de Londrina, Estado do Paraná (BRASIL, 1939b).

A Divisão de Águas, situada no Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, ficaria responsável para o controle do empreendimento hidrelétrico da Usina de Cambezinho, como regia o Código de Águas. A concessão era para 30 anos, sendo revertida ao Estado do Paraná, ao final do prazo, mediante indenização à concessionária.[45]

Articulada com a CTNP, que controlava as terras e o poder político e econômico da região, a Empresa Elétrica Londrina iniciou a expansão dos seus sistemas elétricos, conforme evidencia o Decreto da União, nº 5.874, de 26 de junho de 1940:

> Art. 1º É outorgada à Empresa Elétrica de Londrina, com sede em S. Paulo, Estado de S. Paulo, autorização para o estabelecimento de linhas de transmissão e de energia elétrica às vilas de Nova Dantzig, Rolândia e Arapongas, situadas no Município de Londrina, Estado do Paraná. (BRASIL, 1940c).

Entretanto, a Empresa Elétrica Londrina de Mesquita & Davids precisava se ajustar à regulamentação do Código de Águas e à toda legislação do setor elétrico em vigor. O Processo nº 2.054, de 1941, tratado no Departamento Nacional da Indústria e Comércio (DNIC), demonstra a necessidade da transformação da empresa em sociedade anônima para obter novas concessões de serviços de eletricidade, legalizando seu funcionamento (DOU, 1942).[46] Dessa forma, as negociações para esses ajustes foram agilizadas por Gastão de Mesquita Filho e Rolando Davids que convocaram uma Assembleia Geral com a participação de vários nomes que comporiam o quadro societário da Sociedade Anônima, conforme Ata da Assembleia de Transformação da Firma Mesquita & Davids em Sociedade Anônima, com a constituição da Empresa Elétrica de Londrina S/A, realizada em 31 de maio de 1941.

> Que a presente reunião tinha por finalidade transformar a firma solidária Mesquita & Davids, com sede nesta Capital, à rua Benjamim Constant, número, cento e setenta e um, terceiro andar, constituida pelos únicos sócios, Dr. Gastão de Mesquita Filho e Rolando da Fonseca Brabazon Davids, e concessionária do serviço de produção e distribuição de energia elétrica, no município de Londrina, no Estado do Paraná, numa sociedade anônima; que para se poder efetuar essa transformação, como era desejo de todos os subscritores presentes, em obediência à lei, necessário, se torna fazer a constituição da nova sociedade; que, para esse efeito, foram dados pelos encorporadores os necessários passos tendo tudo por eles organizada a

[45] A Usina Cambezinho foi desativada em 10 de outubro de 1967. Em 1969, ela foi desmontada e seus equipamentos transferidos para outro local (BONI, 2013, p. 108).

[46] Processo citado no *Diário Oficial* da União (DOU) – Ano LXXXI, nº 195 – 21/08/1942, Página 12.897-12.903. Essa edição do DOU traz as Atas de todo o processo de constituição da EELSA, as convocações para os sócios, os laudos dos bens da empresa de Mesquita & Davids, entre outros documentos.

> subscrição do capital, que foi totalmente coberto pelos subscritores presentes, acima designados e qualificados; que dentre os subscritores do capital se acham, entretanto, os sócios da firma Mesquita & Davids, Dr. Gastão de Mesquita Filho e Rolando da Fonseca Brabazon Davids que subscreveram, cada um, cinco mil setecentas e cinquenta (5.750) ações, no Valor nominal de duzentos mil reis, cada uma, ou seja o valor total de dois mil e trezentos contos de reis, que pretendem realizar, em parte, com os direitos e haveres de cada um, na firma por eles constituída, pelo que necessário se toma fazer a avaliação dos bens desta (DOU, 1942, p. 12.899).

Durante a Assembleia, foram indicados três membros para a avaliação dos bens da empresa Mesquita & Davids, que seriam incorporados pela Empresa Elétrica Londrina S/A: Jorge Dias Oliva, Flavio Itapura de Miranda e Antônio de Salles Penteado. Os trabalhos foram realizados em dez dias, sendo que no dia 11 de junho de 1941, estavam novamente em Assembleia Geral, dando prosseguimento a constituição da nova sociedade anônima. Na oportunidade, foi realizada a leitura do laudo dos avaliadores.

> Os abaixo assinados, peritos avaliadores dos bens que a Empresa Elétrica de Londrina, com sede nesta Capital de São Paulo, incorpora à sua nova organização, depois de bem examinarem todo o seu patrimônio atual constante -de usina com dois conjuntos geradores em pleno funcionamento, máquina para nova unidade produtora de energia, linhas transmissores próprias para 20.000 volts, barragens, canais, redes distribuído, nas com sub-estação, materiais de estoque e de reserva, e bem assim tudo quanto pertence ao mesmo e que detalhadamente se discrimina nas folhas juntas a este e rubricadas, avaliam em 3.100 contos de reis todos os bens nelas descritos e direitos assinalados; por estarem de acordo com os preços normais dos mercados e porque ainda representam organização capaz de proporcionar renda superior a que ora desfruta a aludida empresa com reais vantagens para todos os que cooperarem no empreendimento que resolverá e fornecimento de luz e força a Londrina, Rolândia e Nova Dantzig, e outras localidades circunvizinhas, todas no Estado do Paraná (DOU, 1942, p. 12.899).

O laudo foi aprovado unanimemente pelos participantes da Assembleia Geral, que também aprovaram a constituição da Empresa Elétrica Londrina S/A (EELSA), a partir de 31 de maio de 1941, assumindo todas as obrigações e direitos da firma Mesquita & Davids. Gastão de Mesquita Filho e Rolando Davids também compuseram o quadro societário na nova empresa, que ainda contava com nomes como Joaquim Mario de Souza Meirelles, Joaquina de Castro Mello Peixoto, Oscar Teixeira Guimarães, J. C. Alvares Junior, Antonio de Almeida Prado, Francisco N. da Fonseca Telles, Francisco de Moraes Barros, Hermann de Moraes Barros, Manoel de Moraes Barros, Gastão Vidigal, Willie Davids, entre outros.

Durante a Assembleia de 11 de junho de 1941, foi lido um informativo do Banco Mercantil de São Paulo, que teria recebido das mãos de Mesquita e Davids, em 9 de junho, a

importância de 400:000$000 contos de réis, referentes a décima parte do capital social da EELSA.47 Além disso, a Assembleia aprovou o Estatuto Social da nova sociedade, a composição da diretoria e do conselho fiscal, suas atribuições, honorários, eleições, periodicidade das reuniões e operações financeiras. Rolando Davids foi eleito diretor presidente; Gastão de Mesquita Filho o diretor superintendente; Francisco Moraes de Barros o diretor secretário. Para o Conselho Fiscal, foram eleitos Antonio de Almeida Prado, Gastão Vidigal e Joaquim Mario de Souza Meirelles.

> Finalmente, [...] se achavam cumpridos todos os requisitos legais para a transformação da firma Mesquita & Davids em sociedade anônima, pelo que, submetia à deliberação da assembléia a constituição definitiva da sociedade, nos termos acima aprovados, a sua instalação e a investidura dos diretores e fiscais eleitos nos seus respectivos cargos. A assembléia, por unanimidade de votos, deu por definitivamente constituída e instalada a Empresa Elétrica de Londrina, S.A., assim como, por investidos de suas respectivas atribuições os diretores, fiscais e suplentes, para todos os efeitos de direito (DOU, 1942, p. 12.902).

Em 23 de março de 1942, os diretores da EELSA apresentaram aos seus acionistas o Balanço Geral até 31 de dezembro de 1941. Nele citaram a inauguração da iluminação pública e particular na cidade de Nova Dantzig e o desejo de inaugurar uma nova usina (Três Bocas já estava nos planos certamente) e as redes nas cidades de Rolândia e Arapongas. Informava ainda, que desde meados de 1941, "[...] foi traçado e atacado um programa de obras para o desenvolvimento dos negócios da empresa, tanto da usina nova como da ampliação da rede para o aumento do mercado consumidor" (EELSA, 1942). Os diretores acreditavam que o programa traria resultados imediatos.

Um ano após a constituição da EELSA realizou-se uma Assembleia Geral Extraordinária, em 11 de junho de 1942, para alguns ajustes no Estatuto Social, obedecendo a legislação do setor elétrico e, assim, obter aval do governo federal para funcionar enquanto empresa de eletricidade. Na oportunidade, foi criado um novo cargo, o de diretor adjunto, preenchido por Ricardo de Mello Peixoto Davids (DOU, 1942, p. 12.902-12.903). Esses acertos no Estatuto Social da EELSA foram essenciais para a conclusão do Processo nº 2.054/41, sob

[47] Interessante observar que três anos mais tarde, em 1944, o Banco Mercantil compraria a área de terras da CTNP. Durante toda a existência da EELSA, suas contas com maiores valores se concentravam no Banco Mercantil de São Paulo e nas novas agências que este banco abriria no Norte do Paraná, principalmente após adquirir as terras da CNTP.

comando do DNIC, no qual a nova empresa solicitava a autorização da União para funcionamento. Isso acabou ocorrendo em 24 de julho de 1942, por meio do Decreto nº 10.077.

> Artigo único. É concedida à Sociedade Anônima Empresa Elétrica de Londrina S. A. autorização para funcionar de acordo com o que prescreve o decreto-lei n.º 938, de 8 de dezembro de 1938, obrigando-se a mesma sociedade a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da referida autorização (BRASIL, 1942b).[48]

Em 22 de fevereiro de 1943, os diretores da EELSA apresentaram o Balanço Geral referente ao ano de 1942. Enfatizaram a importância da autorização do governo federal, com o CNAEE, aprovando a transformação da empresa em sociedade anônima. O Balanço Geral informou que a construção da Usina de Três Bocas estava muito adiantada, que a inauguração da iluminação particular na cidade de Rolândia e na vila de Arapongas estava para acontecer e também que houve expansão nas redes de Londrina para atender novos consumidores. Além disso, dizia que os estudos para a extensão da linhas às vilas de Apucarana, Lovat e Ibiporã já estavam em fase final e que seriam submetidos à aprovação da Divisão de Águas do Ministério da Agricultura (EELSA, 1943).

A partir da regularização e aprovação, enquanto sociedade anônima, a EELSA passou a obter autorizações para novos empreendimentos hidrelétricos, bem como para expansão de suas áreas de concessão e seus sistemas elétricos. Em 5 de março de 1943, por meio do Decreto nº 11.805, o governo federal concedeu à EELSA o aproveitamento hidrelétrico do rio Três Bocas, situado em Londrina, que já estava em construção.

> É outorgada à Empresa Elétrica de Londrina, Sociedade Anônima, respeitados os direitos de terceiros anteriormente adquiridos, concessão o aproveitamento da energia hidráulica de um desnível existente no rio Três Bocas, no distrito de Londrina, município do mesmo nome, Estado do Paraná. O aproveitamento destina-se a produção, transmissão, transformação e distribuição de energia elétrica, para serviços públicos, para serviços de utilidade pública e para comércio de energia, na zona da concessionária (BRASIL, 1943a).

A Usina Hidrelétrica Três Bocas foi inaugurada em 19 de abril de 1943, com a presença do Interventor do Paraná, Manoel Ribas, do Prefeito de Londrina, autoridades e muitos populares, conforme consta no Balanço Geral de 1943, publicado em 20 de fevereiro de 1944 (EELSA, 1944). Com potência de 600 kW, a Usina Três Bocas abastecia o fornecimento de

[48] Decreto também presente no *Jornal Correio da Manhã*, 1942, p. 5.

energia elétrica em Londrina e localidades próximas, com uma parceria entre a EELSA e a CTNP. Conforme Boni (2013), em março de 1944, a CTNP foi vendida ao Banco Mercantil de São Paulo, que deu continuidade na parceria com a EELSA, no que tange ao aproveitamento da geração da Usina do Ribeirão Três Bocas.

Em 13 de agosto de 1943, por meio do Decreto nº 13.168, o governo federal concedeu à EELSA uma nova área para a distribuição de energia elétrica.

> À Empresa Elétrica de Londrina, Sociedade Anônima, com sede na Capital do Estado de São Paulo e zona de operação no município de Londrina, Estado do Paraná, é outorgada concessão para distribuir energia elétrica no distrito de Ibiporã, município de Sertanópolis, Estado do Paraná. [...] a referida emprêsa fica autorizada a construir uma linha de transmissão, sob a tensão nominal de 11.000 volts, entre a sua usina Cambê e a vila de Ibiporã, sede do mencionado distrito. À Emprêsa Elétrica de Londrina, Sociedade Anônima, é outorgada também autorização para o estabelecimento de uma linha de transmissão, sob tensão nominal de 11.000 volts, entre os povoados de Arapongas e Lovat, e de redes de distribuição no último dêsses povoados e nos de Aricanduva, Apucaranã, Pirapó e Jandaia, todos no referido município de Londrina (BRASIL, 1943b).[49]

Dessa forma, a EELSA expandia seus sistemas elétricos para novas localidades do Norte do Paraná, ampliando sua área de concessão, suas linhas de transmissão e de distribuição, inclusive incorporando pequenas concessionárias, como a Empresa de Eletricidade de Avaré S.A, conforme Balanço Geral de 1944. Este ainda fazia menção a uma seca prolongada que acabou prejudicando as atividades da EELSA e de outras concessionárias de energia elétrica (EELSA, 1945).

Além disso, a EELSA buscava assegurar a concessão de novos empreendimentos hidrelétricos para aumentar seu parque gerador e ter maiores condições de fornecimento de energia elétrica, como mostra o *Jornal Correio da Manhã*, de 2 de março de 1945.

> Aproveitamento da Cachoeira de Salto Grande – A Empresa Elétrica Londrina requereu ao Ministério da Agricultura concessão para exploração da cachoeira Salto Grande, no rio Paranapanema. Entretanto, a Divisão de Águas do Ministério, à vista das comunicações do Governo do Estado de São Paulo de estar o mesmo interessado no aproveitamento da dita queda dagua para produção de energia elétrica destinada à eletrificação da E. F. Sorocabana, foi sustado o andamento do pedido da Empresa. O ministro da agricultura aprovou parecer nesse sentido emitido pela Divisão de Águas (CORREIO DA MANHÃ, 1945, p. 3).

[49] Decreto também presente no *Jornal Correio da Manhã*, 1943, p. 4.

Como já demonstrado, o aproveitamento hidráulico do Salto Grande foi concedido à USELPA, pertencente ao Governo de São Paulo. Tal empreendimento forneceria, a partir do final da década de 1950 e nos anos 1960, parte de sua energia elétrica gerada para a COPEL, mas também para a EELSA, como evidenciado adiante. Apesar da ação frustrada quanto a Cachoeira do Salto Grande, no rio Paranapanema, a EELSA detinha uma posição de destaque no Norte do Paraná, no final da década de 1940, no processo de geração e distribuição de eletricidade. Conforme Recco (2007, p. 47), "[...] em 1948, além de Londrina, as cidades de Arapongas, Cambé, Ibiporã, Rolândia e Jataizinho já estavam sendo abastecidas pela Empresa Elétrica de Londrina S.A.".[50] No entanto, a Usina do Apucaraninha traria à EELSA uma situação ainda mais consolidada no setor elétrico do Paraná, especialmente na região Norte do Estado.

1.3.2 A Usina do Apucaraninha e a consolidação e expansão da EELSA

O primeiro ato legal em relação à Usina do Apucaraninha data de 9 de agosto de 1944, por meio do Decreto nº 16.313, do governo federal, atendendo ao pedido da empresa Stahlke Irmãos, situada na localidade de Apucaranã, distrito de São Roque, município de Londrina.

> Art. 1º Respeitados os direitos de terceiros anteriormente adquiridos, é outorgado a Stahlke Irmãos, com sede em Apucaranã, distrito de São Roque, município de Londrina, Estado do Paraná, concessão para aproveitamento da energia hidráulica do Salto de Apucaraninha, situado no rio Apucaraninha, no distrito de São Roque, do mesmo município, com a potência de dois mil duzentos e noventa e cinco quilowatts (2.295 kw), correspondente à altura da queda de cento e setenta e quatro metros (174 m) e à descarga de mil trezentos e quarenta e seis litros por segundo (1.346 1/seg.).
> Parágrafo único. O aproveitamento se destina à produção de energia elétrica para uso exclusivo da concessionária, em sua fábrica de celulose, pasta mecânica e compensados (BRASIL, 1944a).

Tratava-se, então, de uma empresa que desejava ser autoprodutora de energia elétrica, ou seja, usar a eletricidade gerada exclusivamente em sua própria indústria. Para a concretização do projeto da Usina do Apucaraninha, a empresa Stahlke Irmãos deveria cumprir todas as exigências conforme o Código de Águas e a legislação subsequente, protocolando a documentação de constituição da empresa, o projeto hidrelétrico, as plantas do local do empreendimento, entre outros documentos, junto à Divisão de Águas.

[50] Na verdade, o município de Jataizinho constaria dentro da zona de concessão da EELSA apenas a partir de 7 de novembro de 1959, por meio do Decreto nº 47.205, conforme será demonstrado.

Entretanto, um possível acordo entre a Stahlke Irmãos e a EELSA deve ter ocorrido naquele momento. A inviabilidade do cumprimento das obrigações pela primeira, a posição mais consolidada da segunda, enquanto concessionária do setor elétrico, entre outros motivos, podem ter colaborado na transferência da concessão outorgada aos irmãos Stahlke para a EELSA.[51]

O Decreto nº 20.418, de 17 de janeiro de 1946, justificou a autorização da transferência "[...] tendo em vista o requerimento pelas firmas Stahlke Irmãos e Emprêsas Elétricas Londrina S.A. e considerando o interesse não só das referidas firmas como do público" (BRASIL, 1946a).[52]

> Art. 1º Fica transferida á Emprêsa Elétrica Londrina S. A. a concessão para o aproveitamento de energia hidráulica do salto Apucaraninha situado no rio igual nome município de Londrina, Estado do Paraná anteriormente outorgada à firma Stahlke Irmãos pelo decreto número 16.313 de 9 de agôsto de 1944.
> § 1º Por portaria do Ministro da Agricultura na ocasião da aprovação dos projetos serão determinados a altura de queda e a descarga a aproveitar bem como a potência concedida.
> § 2º O aproveitamento destinam-se a produção, transmissão, distribuição de energia para serviços públicos federais estaduais e municipais serviços de utilidades públicas e comércio de energia na zona da concessionária (BRASIL, 1946a).

Em tempos, esse Decreto autorizava a EELSA a utilizar a energia elétrica produzida pelo empreendimento hidráulico do Apucaraninha, em toda sua área de concessão, não apenas como autoprodutora, como na outorga de 1944. Também definiu que o prazo de concessão seria de 30 anos a partir da assinatura do contrato.

A autorização quanto ao aproveitamento do Salto Apucaraninha foi muito comemorada pelos diretores da EELSA, conforme mostra o Balanço Geral de 1945. Apesar de relatarem uma longa seca, com duração de quatro meses, comprometendo a oferta de energia elétrica na área de concessão da empresa, que precisou adquirir novos conjuntos diesel elétricos para atender a demanda dos consumidores, os diretores estavam otimistas em relação a Usina do Apucaraninha, cujos trabalhos de planejamento da construção já estavam em andamento e que

[51] Não foi possível detalhar a relação EELSA e Stahlke Irmãos. Um estudo mais detalhado sobre estas duas empresas poderá revelar o interesse de ambas na transferência da outorga à primeira, para o aproveitamento hidráulico do Salto Apucaraninha. Como será demonstrado a família Stalque (ou Stahlke) se apossaram de terras no interior do Território Indígena Apucarana, a partir dos anos 1930, vendendo parte das terras e madeira para outros colonos e serrarias.

[52] Decreto também presente no *Jornal Correio da Manhã*, 1947, p. 2.

com o início da sua operação, a situação do fornecimento de eletricidade normalizaria por muito tempo (EELSA, 1946).

Na sequência, a Diretoria da EELSA apresentou uma proposta ao Conselho Fiscal para o aumento do capital social da empresa em 6 milhões de cruzeiros, com a finalidade de colocar em prática a construção da Usina do Apucaraninha. Em 10 de junho de 1947, os conselheiros fiscais emitiram um parecer aprovando tal proposta "[...] para a realização do plano de aproveitamento do Salto do Rio Apucaraninha" (EELSA, 1947b), recomendando a aprovação dos acionistas, o que ocorreu de forma unânime.

No ano seguinte, o Governo Eurico Gaspar Dutra revalidou o Decreto nº 20.418, procedendo alguns ajustes em relação à legislação do setor elétrico. Esse ato se deu pelo Decreto nº 23.491, de 9 de agosto de 1947, que assim estabelecia:

> Art. 1º Fica revalidado o Decreto nº 20.418, de 17 de janeiro de 1946, que transferiu à Emprêsa Elétrica de Londrina S.A. a concessão para o aproveitamento, da energia hidráulica do salto de Apucaraninha, no rio do mesmo nome, município de Londrina, Estado do Paraná (BRASIL, 1947).

Restava aguardar a Portaria do Ministério da Agricultura, para a definição dos últimos detalhes para a construção da Usina do Apucaraninha e o início de sua operação. Tal publicação ocorreu em 4 de janeiro de 1949, por meio da Portaria nº 11, assinada por Daniel Carvalho, então Ministro da Agricultura, aprovando o projeto apresentado pela EELSA para o aproveitamento da energia hidráulica do Salto Apucaraninha (BRASIL, 1949). Também determinou que a altura de queda do aproveitamento era de 153 metros; que a descarga a aproveitar era de 1.800 m^3/s; e que a potência concedida era de 2.699 kW. Além disso, estipulou o seguinte:

> Estabelecer o prazo para execução de tôdas as obras e instalações para o aproveitamento hidro elétrico, em dois anos, a contar da data da publicação da presente portaria. Determinar a obrigatoriedade, por parte da Emprésa Elétrica Londrina S. A. de comunicar à Divisão de Aguas, o início e o término das obras, considerando-se estas divididas em quatro (4) etapas seguintes: barragem e obras de alvenaria, conduto forçado, montagem da maquinaria e linhas de transmissão (BRASIL, 1949).

O Balanço Geral da EELSA de 1946 e 1947 demonstram que as obras já estavam em andamento nas margens do rio Apucaraninha (EELSA, 1947a). Isso revela que a empresa realizava a construção da Usina antes mesmo da aprovação do governo federal, ou pelo menos,

antes da formalização da autorização para a concessão e da definição da altura da queda e potência da usina (EELSA, 1948).[53]

Fotografia 1 – Salto Apucaraninha

Fonte: Foto de Éder da Silva Novak.

No Balanço Geral de 1948, os diretores da EELSA comunicaram que foram encerradas as obras do Usina do Apucaraninha e que dentro de poucos dias ela seria inaugurada e entraria em operação (EELSA, 1949). No Balanço Geral de 1949, os diretores informaram que a Usina tinha sido inaugurada em 6 de abril de 1949, normalizando o fornecimento de energia elétrica na área de concessão da EELSA e que uma nova turbina já tinha sido encomendada da Suíça para uma segunda unidade geradora no mesmo aproveitamento hidrelétrico do Salto Apucaraninha (EELSA, 1950).

Como demonstrado, o Governador Lupion também citou a Usina do Apucaraninha em sua Mensagem à Assembleia Legislativa do Paraná, em 1950, afirmando que a Usina colaborava com a implementação do Plano Hidroelétrico do Estado do Paraná, lançado em sua gestão. Lupion disse ainda que a Usina se localizava no afluente da margem esquerda do rio

[53] O Balanço Geral referente ao ano de 1946 e de 1947 revelam o ânimo dos diretores com os trabalhos adiantados da construção da Usina do Apucaraninha.

Tibagi, distante 70 km de Londrina, com aproveitamento de um desnível de 153 m, com instalação de uma turbina capaz de gerar 2.860 kW de eletricidade e a construção de uma linha de transmissão de 53 km, até Londrina, utilizando postes de madeira de lei, em concreto armado (PARANÁ, 1950, p. 106). Além disso, Lupion apontou os estudos em andamento:

> a) Ampliação da Usina do Apucaraninha com a instalação de segundo grupo igual ao primeiro de 2.860 kW, sendo que a tubulação forçada foi prevista para duas unidades; b) Aproveitamento de um salto de 14 mts., no mesmo Rio Apucaraninha logo a jusante da usina em construção, com uma potência instalada de 400 HP; c) Aproveitamento do Salto Fiú a 4 Km a montante da usina com 15 mts. Com adequada barragem será a construção de importante bacia de acumulação, podendo-se prever uma potência instalada de cerca de 3.000 HP (PARANÁ, 1950, p.107).

Os estudos apontados por Lupion foram levados adiante, tanto que em 2 de outubro de 1952, o Decreto nº 31.515, assinado pelo presidente Getúlio Vargas, permitiu à EELSA que providenciasse a instalação de mais uma turbina geradora na Usina do Apucaraninha.

> Fica autorizado a Emprêsa Elétrica de Londrina S. A. a instalar um grupo gerados em sua usina de Apucaraninha, município de Londrina, estado do Paraná, com potência de 2.167 KW, junto ao grupo existente. Este grupo gerador se destina a reforçar o sistema de produção da interessada (BRASIL, 1952).[54]

Novamente, a ideia de reforço aos sistemas elétricos da EELSA, como justificativa para a autorização do aumento da capacidade geradora na Usina do Apucaraninha, já que a concessionária expandia sua área de concessão, sem contar as novas ligações de consumidores que todos os dias buscavam ter acesso à energia elétrica.

É importante observar que, no Balanço Geral de 1951, os diretores da EELSA informaram que a inauguração da segunda turbina tinha ocorrido em maio de 1951, ou seja, um ano e cinco meses antes do Decreto que autorizou sua instalação. Os diretores também comunicaram que "[...] já adquirimos as máquinas para instalação da terceira unidade dessa usina, porém agora para potência igual às primeiras duas juntas, isto é, para 6.500 HP" (EELSA, 1952).

Todavia, no ano seguinte ocorreu um contratempo, pois a EELSA ainda não tinha obtido a licença para a importação da turbina que seria utilizada na terceira unidade geradora da Usina do Apucaraninha e que a empresa contava com o auxílio do Governador do Paraná, Bento

[54] Decreto também presente no *Jornal Correio da Manhã*, 1952, p. 5.

Munhoz, para resolver rapidamente o problema (EELSA, 1953). Problema que persistiu durante todo o ano de 1953, conforme Balanço Geral publicado em 31 de março de 1954, afirmando que apesar da mudança da orientação financeira governamental, a licença para a importação da turbina ainda não havia sido adquirida pela EELSA, sendo que as obras para receber a terceira unidade ficariam prontas durante o segundo semestre daquele ano (EELSA, 1954).

O Balanço Geral do ano seguinte informou que a licença para a aquisição da turbina havia sido obtida e a pretensão era que a terceira unidade entrasse em operação no primeiro semestre de 1956, pois as obras de construção da Usina estavam praticamente encerradas (EELSA, 1955). Com a informação das obras prontas e mantendo a previsão do funcionamento da terceira unidade para a primeira metade de 1956, os diretores comunicaram que a turbina finalmente estava em Londrina, aguardando a chegada do gerador e outros acessórios para a instalação na Usina do Apucaraninha (EELSA, 1956).

Em 13 de março de 1956, por meio do Decreto nº 38.856, assinado por JK, a EELSA recebeu a autorização para ampliar suas instalações hidroelétricas na Usina do Apucaraninha, considerando que tal solicitação havia sido apresentada ao CNAEE, que por intermédio da Resolução nº 110, julgou conveniente tal ampliação.

> Art. 1º Fica autorizada a Emprêsa de Londrina S. A. a ampliar a usina hidroelétrica de Apucaraninha, município de Londrina, Estado do Paraná e a modificar a linha de transmissão, de acôrdo com os projetos aprovados (BRASIL, 1956a).[55]

Entretanto, um novo contratempo atrasou a inauguração da terceira unidade por mais alguns meses. No Balanço Geral de 1956, publicado em 7 de março de 1957, os diretores da EELSA comunicaram o atraso no recebimento dos transformadores e do quadro de comando da terceira unidade da usina, que somente aportaram em Santos no mês anterior, mas que em poucos dias chegariam em Londrina, para finalmente entrar em operação (EELSA, 1957). Isso aconteceu em 27 de maio de 1957, conforme Balanço Geral daquele ano (EELSA, 1958).

Essa nova ampliação da Usina do Apucaraninha elevou sua capacidade geradora para aproximadamente 10 MW, tornando a principal usina hidrelétrica do Norte do Paraná ao final dos anos 1950. Em todo o Estado, apenas a Usina de Chaminé, situada em São José dos Pinhais (CFLPR) possuía maior capacidade geradora de eletricidade. O início da operação desta nova

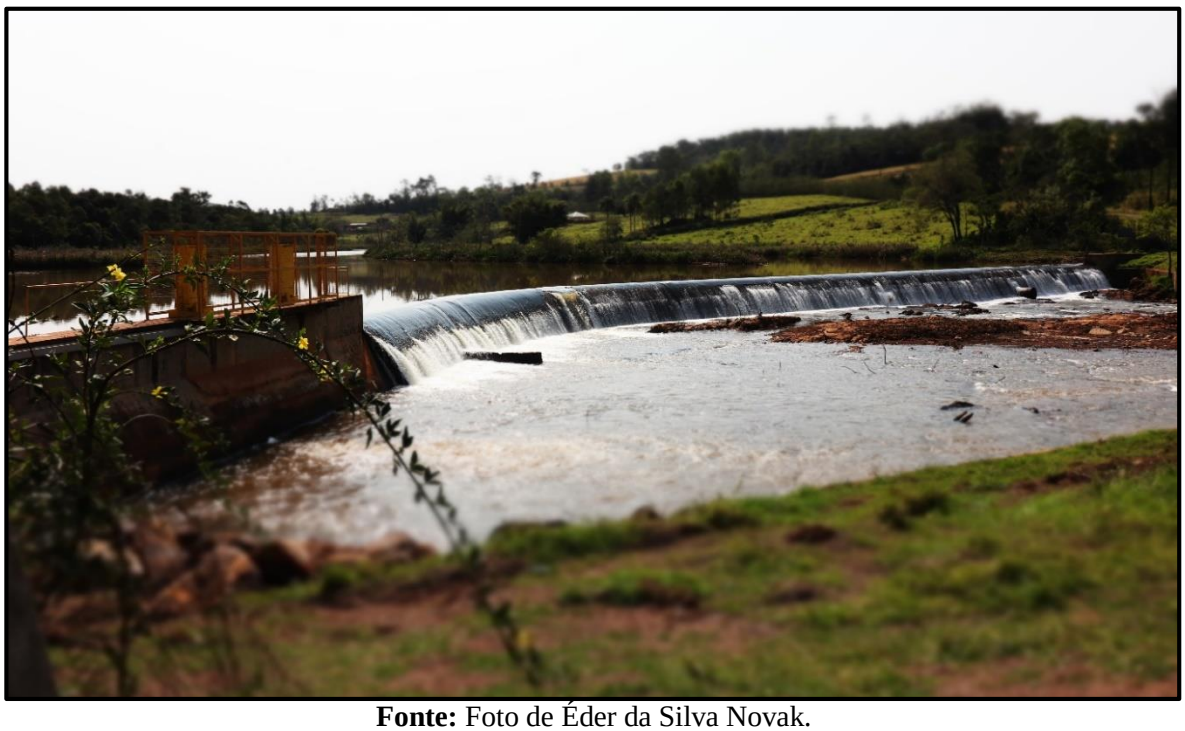
[55] Decreto também presente no *Jornal Correio da Manhã*, 1956, p. 6.

fase do empreendimento no rio Apucaraninha foi noticiado pelo *Jornal Correio da Manhã*, com a manchete *Luz e Força para o Norte do Paraná*.

> Entrou recentemente em atividades a principal usina da Empresa Elétrica de Londrina, S/A, sediada nessa cidade norte-paranaense. O ato inaugural foi motivo de justo regozijo na região, uma vez que os benefícios de luz e força elétricas constituem fator de produção poderosa, para as atividades regionais e conforto da população. A usina instalada tem potência de 14.000 KVA e abastecerá não apenas a cidade de Londrina mas também o Norte do Estado do Paraná (CORREIO DA MANHÃ, 1957, p. 9).

A reportagem dizia ainda que estavam presentes na inauguração o presidente da EELSA, Rolando Davids, o diretor técnico, Ricardo D. de Melo Peixoto e o diretor Nelson de Godoi Pereira, além do engenheiro e técnicos da empresa Sécheron Sprecher & Schuh S/A, que auxiliaram na construção da Usina do Apucaraninha.

Fotografia 2 – Barragem da Usina do Apucaraninha



Fonte: Foto de Éder da Silva Novak.

Enquanto negociava a construção e ampliação da Usina do Apucaraninha, a EELSA buscava outras formas de expandir seus sistemas elétricos e ampliar seu parque gerador, também com opção por usina termoelétrica, como mostra o Decreto nº 21.724, de 23 de agosto de 1946, assinado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra.

> Fica autorizada a Emprêsa Elétrica de Londrina S. A., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a ampliar suas instalações mediante o estabelecimento de uma usina termoelétrica na cidade de Londrina, Estado do Paraná, com a capacidade de seiscentos e vinte (620) Kw. A energia produzida destina-se a reforçar os serviços de energia elétrica a cargo da autorizada (BRASIL, 1946b).

Nota-se que a capacidade autorizada para essa termoelétrica (620 kW) era maior que a Usina Hidrelétrica de Três Bocas (600 kW). O aumento da demanda por eletricidade no Norte do Paraná, em meados do século XX, especialmente na região de Londrina, conforme dados demográficos já apresentados, exigia o reforço dos serviços de energia elétrica.[56] A ampliação da área de concessão e o incremento de seu parque gerador fez com que a EELSA almejasse a interligação de seus sistemas elétricos, buscando junto ao governo federal, a autorização para a construção de linhas de transmissão entre as localidades pertencentes à concessionária. Um êxito, nesse sentido, foi a obtenção do direito de construir uma linha de transmissão entre Londrina e Arapongas.

> Fica a Emprêsa de Londrina S.A, autorizada a construir uma linha de transmisão entre Londrina e Arapongas, com a extensão de 37.200 metros, capacidade de 2860 KVA, tensão nominal de 44.000 volts e freqüência de 50 ciclos, provida de sub-estação baixadora em Arapongas (BRASIL, 1953c).

A EELSA se consolidava no Norte do Paraná, aumentando sua área de concessão e expandindo seus sistemas elétricos, sobretudo, suas redes de distribuição, como fica claro pelo Decreto nº 45.014, de 4 de dezembro de 1958, em que o governo federal autorizou a concessionária a ampliar suas instalações de distribuição na cidade de Londrina. Apesar do aumento da capacidade geradora, devido a Usina do Apucaraninha, a EELSA passou a atuar com mais veemência nos serviços de distribuição de energia elétrica, conforme política da União para o setor elétrico, em que a geração e transmissão ficassem com as concessionárias estatais.

> Fica a Emprêsa Elétrica de Londrina S.A., autorizada a ampliar suas instalações de distribuição de energia elétrica na cidade de londrina, Estado do Paraná, mediante a montagem de uma subestação abaixadora a ser localizada na extremidade da linha de transmissão "Usina Lucas Nogueira Garcez - Londrina" da Usinas Elétricas do Paranapanema S.A. A ampliação, ora autorizada, destina-se ao recebimento e distribuição, na zona da

[56] Bartlo (2015) é um dos trabalhos que cita a importância da energia elétrica para o desenvolvimento de Londrina nas décadas de 1940 e 1950.

> concessionária do suprimento a lhe ser feito pela Usinas Elétricas do Paranapanema S.A. (BRASIL, 1958).

Mesmo com a Usina do Apucaraninha, a EELSA não tinha energia suficiente para atender toda sua área de concessão, necessitando do fornecimento de energia elétrica gerada pela USELPA, no rio Paranapanema. Essa relação com a USELPA apareceu no Balanço Geral de 1952, em que os diretores afirmaram que estavam em constante contato com a Comissão de Construção da Usina do Salto Grande, no rio Paranapanema, citando um acordo com o Governo de São Paulo para a aquisição de 15 MW e que a previsão deste fornecimento era para o ano de 1956 (EELSA, 1953).

Essa previsão não foi cumprida, pois no Balanço Geral de 1957 os diretores da EELSA comunicaram que a USELPA disponibilizaria a energia elétrica produzida em Salto Grande apenas em meados de 1958. Contudo, os sistemas elétricos da EELSA já estavam prontos para receber esta eletricidade (EELSA, 1958). Essa conexão ocorreu em 28 de junho de 1958, conforme Relatório da Diretoria.

> Em cumprimento do programa de aumento de produção para atendimento das exigências do mercado consumidor, foi feita, conforme previsto no Relatório referente ao exercício de 1957, em 28 de junho de 1958, a ligação provisória do nosso sistema com o da "Usinas Elétricas do Paranapanema S.A.". Estamos assim, desde aquela data, recebendo um suprimento de energia elétrica da Usina Lucas Nogueira Garcez. A ligação definitiva está, no entanto, dependendo da conclusão da nossa subestação de Londrina, o que deverá se dar em maio próximo. Por outro lado, além das grandes reformas e ampliações no nosso sistema de distribuição, estamos construindo uma nova linha da usina do Apucaraninha à Londrina, para aumentar a capacidade de transmissão, cujo término está previsto para o fim do corrente ano (EELSA, 1959).

A ligação definitiva com a USELPA ocorreu em 6 de junho de 1959. Também ocorreram as ligações do povoado de Paiquerê em 23 de fevereiro, cidade de Jataizinho em 30 de setembro, povoado de Tamarana em 19 de dezembro e Warta em 28 de dezembro, tendo ainda substituído várias linhas de transmissão, dobrado a área de distribuição, ligado a subestação de 44 KV em Rolândia, assim como ampliado todos os demais serviços (EELSA, 1960).

A EELSA, além de adquirir energia elétrica da empresa do Estado vizinho, buscava otimizar a eletricidade gerada na Usina do Apucaraninha, construindo uma nova linha de transmissão, ligando a usina à cidade de Londrina, cuja obra ficou pronta em 1960 (EELSA, 1961). Com maior capacidade instalada e melhores sistemas elétricos, a EELSA obteve a

inclusão de novas localidades em sua zona de concessão, como o município de Jataizinho, por meio do Decreto nº 47.205, de 7 de novembro de 1959, assinado por JK.

> Fica ampliada a zona de concessão da Emprêsa Elétrica de londrina S.A., com a inclusão do município de Jataizinho, Estado do Paraná. Fica a Emprêsa Elétrica de Londrina S.A. autorizada a construir, para atender ao fornecimento de energia elétrica ao município ora incorporado à sua zona, uma linha de transmissão entre a sede do município de Ibiporã e a do município de Jataizinho, bem como a subestação abaixadora e rêde de distribuição nesta última cidade (BRASIL, 1959).[57]

Todas as concessões regulamentadas pela legislação do setor elétrico, cuja fiscalização e cobrança passaram a ser mais acirradas com a criação do MME e da Eletrobrás. Nesse contexto, em 31 de maio de 1961, por meio do Decreto nº 50.719, assinado por Jânio Quadros, a EELSA recebeu sua última autorização para ampliar seus sistemas de transmissão de energia elétrica, levando energia elétrica para novas localidades em sua área de concessão.

> Fica autorizada a Emprêsa Elétrica de Londrina S.A. a ampliar suas instalações, mediante a construção de uma linha de transmissão, com aproximadamente 5km de extensão, partindo da subestação de Irerê da concessionária, até o povoado de Paiquerê, no município de Londrina, no Estado do Paraná (BRASIL, 1961b).

A partir de 1961, a EELSA ligou apenas localidades e povoados dentro da área já concedida até aquele momento, não aumentando mais sua zona de concessão. Conforme dados extraídos do seus Relatórios de Diretoria, melhor detalhados na Tabela 5, a concessionária tinha 18.338 consumidores ligados ao final de 1960. Quando encerrou o ano de 1971, a EELSA possuía em total de 47.032 consumidores ligados, ou seja, durante esses onze anos, foram realizadas 28.694 novas ligações, com outras ações colocadas em prática para garantir o fornecimento de energia elétrica dentro das condições estabelecidas pelo MME. A área de concessão da EELSA em 1965 está apresentada na Imagem 4.

Não obstante, essa expansão da EELSA ficou restrita aos sistemas de distribuição de energia elétrica, dependendo cada vez mais do suprimento de eletricidade de outras concessionárias, como a USELPA e a COPEL. Esta última acabaria incorporando a EELSA, seu parque gerador e seus sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica em 1974.

[57] Decreto também presente no *Jornal Correio da Manhã*, 1959, p. 6.

Tabela 5 – Ligações e realizações da EELSA entre 1961 a 1971

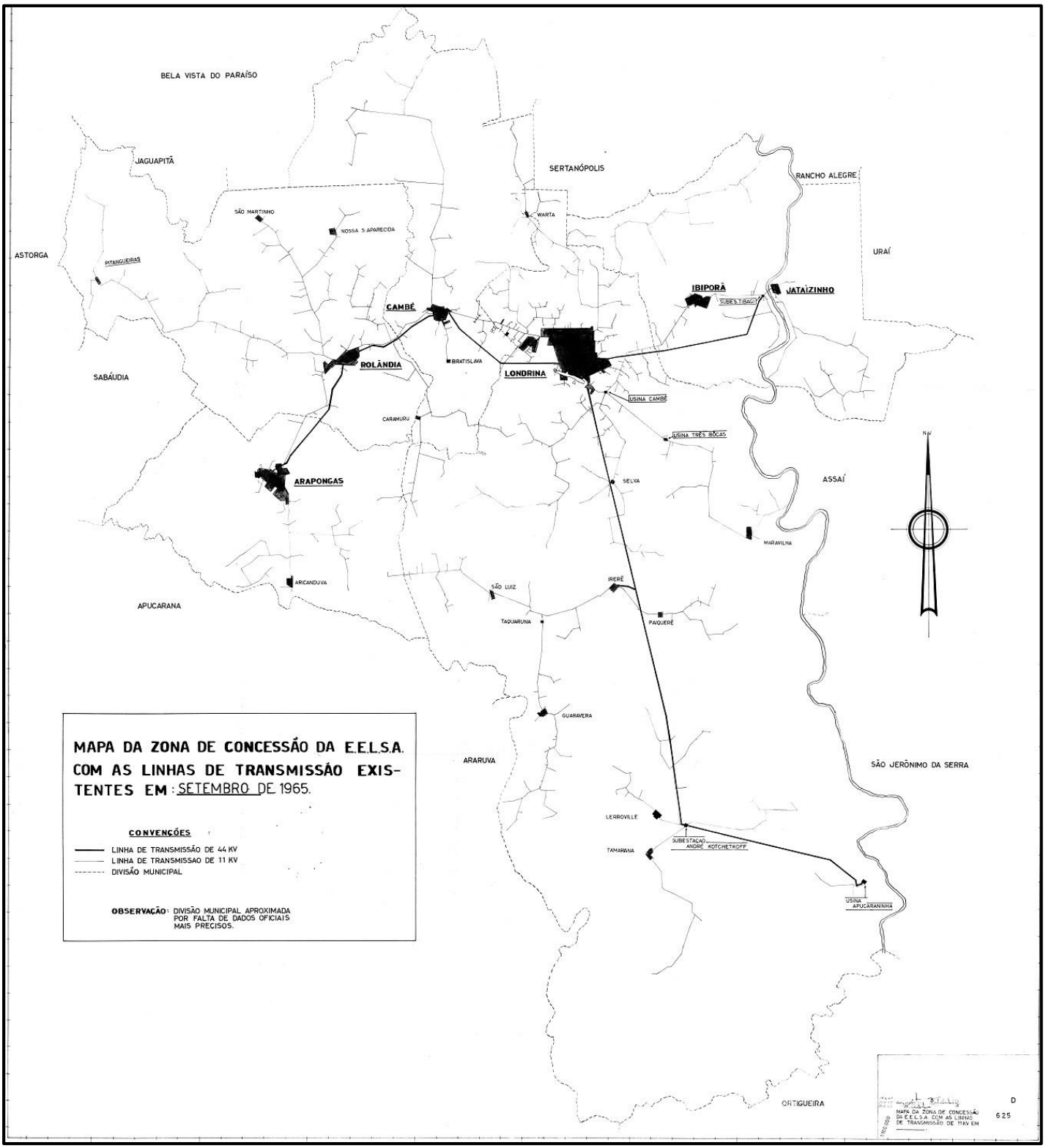
Ano	Ligações	Outras realizações
1961	2.092	Ligação da linha de transmissão Londrina a Cambé; Construção de 95 km de linhas rurais; Ligação do patrimônio de Maravilha.
1962	2.537	Ligação da linha de transmissão Cambé a Rolândia; Expansão e ampliação de redes; Ligação dos patrimônios de Selvai, São Martinho e Aricanduva.
1963	3.077	Ligação da linha de transmissão Rolândia a Arapongas; Ampliação de redes e novas subestações.
1964	2.603	Novas subestações; Ampliação de redes; Ligação dos patrimônios de Pitangueiras e Nossa Senhora Aparecida.
1965	1.803	Novas redes e linhas de transmissão; Escritório em Jataizinho; Ligação do patrimônio em Lerroville.
1966	2.211	Aquisição de frota de veículo; Novas instalações em Arapongas; Almoxarifado em Londrina.
1967	2.848	Almoxarifado e escritório em Arapongas; Iniciada a subestação de Rolândia.
1968	2.806	Melhoria nos sistemas elétricos e de iluminação pública.
1969	2.686	Subestação abaixadora em Arapongas e Rolândia.
1970	2.675	Ampliação de redes de distribuição e linhas de transmissão.
1971	3.356	Subestação abaixadora em Londrina no Jardim Bandeirantes; Substituição de postes de madeira por concretos em parte dos sistemas elétricos.

Fonte: Elaborada pelo autor.[58]

.

[58] Tabela elaborada a partir dos dados encontrados nos Relatórios da Diretoria e Balanço Geral da EELSA entre 1961 a 1971.

Imagem 4 – Mapa da Zona de Concessão da EELSA em 1965



Fonte: EELSA, 1966.

1.3.3 O processo de incorporação da EELSA pela COPEL

Torna-se mister relembrar que o processo de estatização das empresas privadas de energia elétrica era dificultado devido à falta de recursos para a concretização dos Projetos de Eletrificação. Apesar da criação e expansão das empresas controladas pelo poder público, permaneceu a dependência do capital privado, com volumosos recursos financeiros advindos de fora do Brasil, com os organismos e bancos internacionais.

Exemplificando, a reportagem do *Jornal Correio da Manhã*, de 19 de dezembro de 1953, intitulada *O Banco Internacional aprovou dois créditos ao Brasil para empreendimentos de transporte ferroviário e hidrelétrico*, na capa daquele edição, que assim dizia:

> Um empréstimo de 10 milhões de dólares foi também aprovado para as Usinas Elétricas do Paranapanema, para a construção de uma represa, usina de força, linhas de transmissão e subestações para o projeto hidroelétrico da companhia em Salto Grande. Cerca de 360 quilômetros de linhas de transmissão serão instaladas para ligar a usina de força com as linhas de força da Estrada de Ferro Sorocabana e as subestações das seguintes companhias, cujo sistema de distribuição elétrica será expandido: Empresa de Eletricidade Vale do Paranapanema SA; Companhia Electrica Caiua; Compahia Luz e Força de Santa Cruz; Companhia Hidro-elétrica Paranapanema; Empresa Elétrica de Londrina S.A. (CORREIO DA MANHÃ, 1953, p. 1).

Como demonstrado, a EELSA tinha manifestado interesse no aproveitamento hidrelétrico do Salto Grande, no rio Paranapanema, em 1945, mas tinha recebido uma negativa do CNAEE e do Ministério da Agricultura. Pela reportagem acima, oito anos após, a USELPA, controlada pelo Estado de São Paulo, conseguiu o recurso financeiro e a autorização do governo federal para iniciar a execução da usina, que, anos mais tarde, forneceria energia elétrica para a EELSA e para outras concessionárias, além da Estrada de Ferro Sorocabana.

Em 21 de outubro de 1962, o *Jornal Correio da Manhã* ratificava a colocação acima, ao trazer uma reportagem sobre a USELPA.

> As Usinas Elétricas do Paranapanema (USELPA) formam uma grande empresa controlada pelo Governo do Estado de São Paulo. Vende energia elétrica para cinco empresas de eletricidade que são: Companhia Elétrica Caiuá, Empresa de Eletricidade Vale do Paranapanema, Companhia Luz e Força Santa Cruz, Companhia Hidrelétrica do Paranapanema e Empresa Elétrica de Londrina (CORREIO DA MANHÃ, 1962, p. 7).

Em 1964, a EELSA iniciou novas obras em sua subestação de Londrina, para receber mais energia elétrica da USELPA (EELSA, 1965). Antes disso, ocorreu uma série de debates

entre seus membros diretores e acionistas, devido à dívida já existente com a concessionária paulista pelo suprimento à EELSA desde 1958, ao que se soma a busca por novo acordo para receber mais eletricidade. O Conselho Fiscal aprovou a proposta dos diretores para a empresa realizar um empréstimo de 300 milhões de cruzeiros (EELSA, 1964a).

Essa decisão parece não ter agradado todo o quadro de acionistas, que acharam arriscados um empréstimo daquele montante, já que o capital social da EELSA, naquele instante, era de 250 milhões de cruzeiros, ou seja, menor que o valor do empréstimo. Dessa forma, em 31 de março de 1964, os diretores da empresa lançaram mão de um Manifesto para esclarecimento e tentativa de convencimento dos acionistas da importância de tal aprovação para cumprir as obrigações junto à USELPA e ainda obter maior quantidade de energia elétrica para melhorar as condições do serviço ao qual a EELSA era concessionária (EELSA, 1964b). O empréstimo acabou sendo aprovado em Assembleia Geral realizada no dia 4 de abril de 1964 (EELSA, 1964c).

Além da Usina de Salto Grande, a EELSA buscou garantir energia elétrica produzida por outras usinas no rio Paranapanema. Em 23 de julho de 1967, o *Jornal Correio da Manhã* noticiava a construção da Usina de Xavantes, no rio Paranapanema, pela CESP, que havia incorporado a USELPA no ano anterior. Essa hidrelétrica garantiria o fornecimento de eletricidade de uma vasta área nos Estados de São Paulo e Paraná.

> Xavantes vai aumentar o potencial energético do sistema Paranapanema, que fornece energia a todo um importante mercado constituído pelas empresas: Cia. Hidrelétrica do Paranapanema, Empresa de Eletricidade do Vale do Paranapanema, Cia. Luz e Força Santa Cruz, Cia. Elétrica Caiuá, Empresa Elétrica de Londrina S.A., além da Estrada de Ferro Sorocabana, e a Sociedade Anônima Empresa de Eletricidade Sul Paulista e a própria CESP. São 68 municípios de nosso Estado e 22 do Paraná, cobrindo uma área de 63.358 km2, e servindo a uma população de mais de 2.500.00 habitantes (CORREIO DA MANHÃ, 1967, p. 2).

Em 1968, a EELSA recebeu autorização dos órgãos competentes para proceder a interligação com a COPEL, na linha de transmissão entre Arapongas e Apucarana, para receber eletricidade do sistema elétrico da COPEL (EELSA, 1969). Essa interligação ocorreria apenas em 1970 e seria um passo fundamental para o processo de extinção da EELSA e sua incorporação pela COPEL (EELSA, 1970).

Além desse fator de dependência da eletricidade gerada pelas concessionárias estaduais e a consequente contração de grandes dívidas, a EELSA sentia o rígido controle do governo federal sobre as empresas privadas. Como exemplo, o Ministério do Trabalho e Previdência

Social (MTPS), atento às políticas salariais e, obviamente o próprio MME, com minucioso controle sobre todas as concessionárias de energia elétrica.

Em relação ao primeiro, em 28 de novembro de 1964, o *Jornal Correio da Manhã* anunciava a autorização do reajuste dos salários dos empregados da EELSA, deixando claro a interferência da União na aprovação dos reajustes.

> Reunido ontem pela manhã, no MTPS, sob a presidência do titular da pasta, o Conselho Nacional de Política Salarial autorizou o reajustamento de salários de diversas categorias profissionais. [...] empregados da Empresa Elétrica Londrina e Cia Luz e Força de Santa Cruz – aumento de 31% de 1-11-64 a 31-10-65 (CORREIO DA MANHÃ, 1964, p. 11).

No que tange ao MME, as empresas de eletricidade sujeitavam-se ao controle e regulação da legislação do setor elétrico, inclusive, obrigando todas as concessionárias no tombamento dos seus bens: móveis e imóveis, usinas, subestações, linhas de transmissão, redes de distribuição e equipamentos dos seus sistemas elétricos. No Relatório da Diretoria, referente ao ano de 1969, há a informação de que a Comissão de Tombamento do MME esteve na zona de concessão da EELSA para analisar seus investimentos, pensando na exploração da concessão (EELSA, 1970).

E, por último, outros casos fortuitos que acabavam provocando prejuízos para a empresa, como os assaltos. O *Jornal Correio da Manhã*, em 19 de dezembro de 1970, trouxe uma reportagem intitulada *Mascarados assaltaram em Londrina*, tratando exatamente de um assalto à funcionários da EELSA.

> Por volta das 16 horas de ontem, três homens mascarados realizaram o maior assalto a mão armada já ocorrido em Londrina; arrebataram das mãos de dois funcionários da Empresa Elétrica de Londrina uma mala contendo 76 mil cruzeiros, importância destinada ao pagamento do 13º salário dos empregados (CORREIO DA MANHÃ, 1970, p. 14).

Dependendo do fornecimento de energia de outras concessionárias, controlada e fiscalizada pelos agentes do MME e da Eletrobrás, cobrada pelos consumidores e pressionada pelas autoridades locais por melhor qualidade no fornecimento de energia elétrica, além das exigências dos empregados e do MTPS quanto à política salarial, ameaçada pelos assaltos e pelas investidas da COPEL; a EELSA acabou aprovando o processo de encampação, no contexto em que a maior parte das empresas privadas do Paraná e de todo o país foi incorporada pelas concessionárias controladas pelos Estados.

O primeiro passo formal para a encampação ocorreu em 14 de dezembro de 1973, por meio do Protocolo de Intenções entre a COPEL e a EELSA, no qual representantes da primeira estiveram reunidos com o grupo detentor do controle acionário da segunda, com a interveniência da Eletrobrás, para "[...] orientar, basicamente, os atos de negociação para compra do controle acionário da Empresa Elétrica de Londrina (COPEL, 1973a, p. 2).

O Protocolo de Intenções enumerava quatro motivos justificando a incorporação: primeiro, o Decreto Federal nº 60.824, de 7 de junho de 1967, que recomendava a existência de apenas uma concessionária, operando os serviços de energia elétrica em cada unidade federativa e que tal política vinha sendo seguida por outros Estados; segundo, as características do mercado consumidor das empresas envolvidas são complementares, proporcionando um equilíbrio desejável após a unificação; terceiro, uma única concessionária reforçaria a posição econômica financeira do Paraná, facilitando o recebimento de mais recursos de entidades financeiras nacionais e estrangeiras; e, por último, a redução do custo dos serviços devido às vantagens administrativas da unificação (COPEL, 1973a, p. 1-2).

No que tange ao valor da EELSA para incorporação, o Protocolo de Intenções assim estabelecia:

> [...] Será determinado por levantamento do patrimônio líquido, apurado com base no balanço de 31.12.1973 da EELSA e corrigido pelos índices de correção monetária do ativo imobilizado a serrem estabelecidos para o ano fiscal de 1973. Tal levantamento será efetuado por uma comissão de peritos integrada por um membro indicado pela COPEL, outro pela EELSA e outro pela Eletrobrás, que observarão sempre os valores do tombamento realizado pelo DNAEE (COPEL, 1973a, p. 3).

O Protocolo de Intenções definia que até 15 de fevereiro de 1974 a EELSA deveria promover a Assembleia Geral Ordinária para discutir e aprovar o Balanço Geral de 1973. Em sua cláusula quarta, citava o compromisso da COPEL em arcar com as despesas pela rescisão dos contratos dos empregados da EELSA lotados no escritório de São Paulo e do engenheiro Fernando de Barros Pinto que era gerente da empresa em Londrina. E, que na área de concessão da EELSA não transferiria nenhum empregado de localidade, caso não houvesse o consentimento do mesmo (COPEL, 1973a, p. 3-4). E, por fim, apontava que os recursos destinados à compra da EELSA seriam colocados à disposição da COPEL por meio da Eletrobrás (COPEL, 1973a, p. 5).

No dia 21 de dezembro de 1973, em Assembleia Geral Extraordinária, presidida pelo presidente Arturo Andreoli, a COPEL autorizou a compra do controle acionário da EELSA

(COPEL, 1973b). E, na última data prevista pelo Protocolo de Intenções – 15.02.1974 –, ocorreu a Assembleia Geral Ordinária da EELSA, que realizou a aprovação do Balanço Geral referente ao ano de 1973, bem como realizou novas eleições para o Conselho Fiscal da empresa, ainda com representantes dos acionistas da própria EELSA (EELSA, 1974a).

Em 21 de fevereiro de 1974, em Assembleia Geral Extraordinária, os diretores da EELSA e seus membros do Conselho Fiscal renunciaram, sendo realizada nova eleição da Diretoria, cujo presidente eleito foi Arturo Andreoli, acumulando a presidência da COPEL (EELSA, 1974b). Tratava-se dos últimos encaminhamentos para o processo de incorporação da EELSA.

O *Jornal Correio da Manhã* trouxe detalhes dessa incorporação em sua edição do dia 20 de fevereiro de 1974.

> A Eletrobrás concedeu, ontem, financiamento de Cr$ 55 milhões à Companhia Paranaense de Energia Elétrica, que aplicará os recursos na compra da Empresa Elétrica de Londrina, concessionária dos serviços de eletricidade de Londrina e diversos outras cidades do noroeste paranaense. O crédito foi dado tendo em vista as novas diretrizes da política de energia elétrica do Ministério das Minas e Energia, no sentido de que as concessionárias controladas pelos governos estaduais assumam progressivamente a distribuição de energia nos respectivos Estados, incorporando as empresas menores que atuam localmente. [...] A transferência das ações da EELSA para a COPEL foi acertada em protocolo de intenções assinados pelas duas empresas, com a interveniência da Eletrobrás (CORREIO DA MANHÃ, 1974, p. 4).

A matéria informava ainda que o objetivo do MME era melhorar a qualidade no fornecimento de energia elétrica aos consumidores, como também tornar os preços mais acessíveis a maior parte dos brasileiros, com maior eficiência técnica e administrativa, controlada por uma empresa de grande porte. As empresas federais, integrantes do sistema Eletrobrás ficariam responsáveis pela geração e grandes linhas de transmissão de energia elétrica e as estaduais diretamente executoras dos serviços de distribuição de eletricidade.

Dessa forma, em 20 de março de 1974, a COPEL realizou nova Assembleia Geral Extraordinária para apresentar a proposta da Diretoria e o Parecer do Conselho Fiscal, sobre a incorporação da EELSA, ficando definida uma comissão de peritos para avaliar o patrimônio líquido da incorporada (COPEL, 1974a).

No dia seguinte, foi a vez dos acionistas da EELSA se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, para tomar conhecimento das decisões tomadas pela COPEL e das ações a serem realizadas para a concretização da encampação, nomeando o contador Claudenor

Paschoa para acompanhar os trâmites e praticar todos os atos necessários à incorporação (EELSA, 1974c).

Em 30 de maio de 1974, a COPEL aprovou o Laudo apresentado pela Comissão de Avaliação do Patrimônio Líquido da EELSA e sua incorporação (COPEL, 1974b). E, no dia seguinte – 31.05.1974 –, foi declarada extinta a Empresa Elétrica de Londrina S/A (EELSA, 1974d).

O processo de incorporação da EELSA pela COPEL foi finalmente aprovado em 13 de outubro de 1975, por meio de Decreto do governo federal nº 76.432, assinado pelo presidente Ernesto Geisel, após parecer favorável do MME no processo nº 701.597-74, que analisava a encampação.

> Fica aprovada a incorporação da Empresa Elétrica de Londrina S.A. pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, com sede no Estado do Paraná, procedida em Assembléias Gerais Extraordinárias dessas Empresas, realizadas, respectivamente, em 31 de maio de 1974, e 30 de maio de 1974, conforme consta do processo nº MME 701.597-74. Fica transferida para a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, a concessão para o aproveitamento hidrelétrico de um desnível existente no rio Três Bocas, na sede do Município de Londrina, Estado do Paraná, de que era titular a Empresa Elétrica de Londrina S.A., em virtude do Decreto nº 11.805, de 5 março de 1943. Art. 3º. Fica transferida para a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, a concessão para o aproveitamento hidrelétrico do Salto de Apucaraninha, situado no rio Apucaraninha, no Município de Londrina, Estado do Paraná, de que era titular a Empresa Elétrica de Londrina S.A., em virtude do Decreto número 20.418, de 17 de janeiro de 1946, revalidado pelo Decreto número 23.491, de 9 de agosto de 1947. Fica transferida para a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, a concessão para transmitir e distribuir energia elétrica nos Municípios de Jataizinho e de Ibiporã, no Estado do Paraná, de que era titular a Empresa Elétrica de Londrina S.A., em virtude do Decreto número 47.205, de 07 de novembro de 1959, e nº 13.168 de 13 de agosto de 1943, respectivamente. Fica outorgada à Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, concessão para transmitir e distribuir energia elétrica nos Municípios de Arapongas, Cambé, Londrina e Rolândia, no Estado do Paraná (BRASIL, 1975).

Dessa forma, o Decreto transferia toda a área de concessão da EELSA para a COPEL, bem como suas usinas e sistemas elétricos, que comportavam subestações, linhas de transmissão e de distribuição e equipamentos em geral para o fornecimento de eletricidade.[59] O prazo da concessão para a COPEL era de 30 anos, podendo ela requerer sua renovação.

[59] A Usina do Apucaraninha continua sob propriedade da COPEL até os dias atuais. Toda a sua história, a partir de 1974, quando incorporada pela COPEL, com suas relações junto à comunidade Kaingang da Terra Indígena Apucaraninha, ainda precisa ser elaborada. Este trabalho analisou estas relações durante a gestão da EELSA.

Essa contextualização histórica da eletricidade no Brasil e a análise da legislação do setor elétrico, entre a década de 1930 até meados dos anos 1970, exemplificando com o histórico da energia elétrica no Paraná e a história da EELSA e do seu principal empreendimento hidrelétrico – a Usina do Apucaraninha – revelaram a ausência de qualquer tratativa na questão envolvendo hidrelétricas e povos indígenas. Tanto os atos legais da União e as próprias Constituições analisadas, quanto a política adotada pelo Estado do Paraná, não indicam qualquer menção aos indígenas da área utilizada para a construção e instalação do principal empreendimento hidrelétrico da EELSA e do Norte do Paraná naquele período.

Entretanto, essa omissão não significou a ausência de relações entre os representantes da União, Estado do Paraná, EELSA, SPI e Comunidade Indígena do Apucarana. O histórico dos Kaingang da bacia do rio Tibagi, descrito no próximo capítulo, é fundamental para entender as ações e os interesses de todos os sujeitos presentes naquele contexto histórico, possibilitando a compreensão da política indigenista e indígena, desenvolvidas a partir da presença do empreendimento hidrelétrico, construído pela EELSA, no Salto Apucaraninha, em território do Posto Indígena Apucarana.

CAPÍTULO 2

O Posto Indígena Apucarana: história, política indigenista e ação indígena

Este capítulo demonstrará a presença histórica dos povos indígenas na bacia do rio Tibagi, especialmente os Kaingang do Apucarana, por meio dos estudos já realizados e que revelam essa historicidade. Além disso, evidenciará a política indigenista desenvolvida pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) no Posto Indígena Apucarana, a partir da sua criação, em 1942, até momentos da transição SPI/Fundação Nacional do Índio (FUNAI). E, por último, analisará a política indígena desenvolvida naquele Posto e suas relações com o órgão indigenista e os demais não índios, diante do contexto de avanço das frentes colonizadoras.

A Terra Indígena Apucaraninha, situada no município de Tamarana (Paraná), possui atualmente mais de 1.700 indígenas, a maioria da etnia Kaingang. A extensão territorial da área é de 5.574 hectares (ha) de terras, compreendida na bacia hidrográfica do rio Tibagi, limitada por esse rio e pelos seus afluentes Apucarana e Apucaraninha.

A sobrevivência da comunidade da TI Apucaraninha está baseada no cultivo de terras com as roças familiares e coletivas, na venda do artesanato nas cidades próximas, no trabalho em fazendas da região e nos programas sociais desenvolvidos pelos governos federal e estadual. Além disso, os contratos de arrendamento de parte de suas terras constituem outra forma de renda para a comunidade indígena do Apucaraninha, como o realizado com a COPEL, em virtude da presença da UHE Apucaraninha no interior da Terra Indígena.

2.1 A presença dos Kaingang na bacia do rio Tibagi no Estado do Paraná

Os Kaingang do Apucaraninha, bem como das demais Terras Indígenas, mesmo com todo o processo histórico de contato e de tentativas de dominação, por parte das frentes colonizadoras,[60] mantiveram formas e conteúdo específicos de sociabilidade, portando-se enquanto populações diferenciadas em relação às demais etnias indígenas e à sociedade dita envolvente, produzindo uma identidade étnico-cultural singular (TOMMASINO, 1995); (MOTA, 2009).

Há mais de 2.000 anos, os Kaingang ocupam terras no sul do Brasil e parte da região sudeste. Seus territórios vão desde o rio Tietê em São Paulo, até as terras ao sul do rio Uruguai

[60] É importante enfatizar que os contatos e os conflitos não iniciaram apenas com a chegada dos brancos europeus no início do século XVI. Os Kaingang historicamente travaram duras batalhas com os Guarani em disputa por territórios em grande parte do sul do Brasil, como mostram Noelli; Mota (1999).

no Rio Grande do Sul. No Paraná, as pesquisas arqueológicas evidenciam a presença desses grupos nos vales dos grandes rios como o Paranapanema, Ivaí, Piquiri e Tibagi, onde viviam em constante disputa de territórios com os índios Guarani (NOELLI; MOTA, 1999).[61]

A partir da chegada dos europeus na América, iniciou-se a *Guerra de Conquista* (SOUZA LIMA, 1995) contra os povos indígenas que viviam no interior do território do Guairá, cuja maior parte das terras se tornou o Estado do Paraná. Entre estes estavam os Kaingang, que atentos às mudanças ao seu redor, elaboraram suas estratégias para a defesa dos seus interesses, sobretudo, dos seus territórios (MOTA, 2009).

Primeiramente, no século XVI, os Kaingang fizeram frente às ações das expedições dos portugueses e dos espanhóis, que atravessaram a região em busca de escravos, metais e também para o reconhecimento dos territórios e sua conquista e exploração. Estas expedições não ocorreram de forma pacífica e sem conflitos com os povos indígenas, que habitavam seus tradicionais territórios e estabeleceram uma forte resistência, com rompimento de alianças, traições planejadas, guerras sangrentas, num constante clima de tensão entre os expedicionários e os indígenas (MOTA; NOELLI, 1999).

No final do século XVI e nas primeiras décadas do XVII, destaca-se a atuação dos jesuítas e a criação das reduções, como tentativa de catequização dos indígenas. No território do Guairá, foram 17 reduções construídas nos vales dos rios Paraná, Iguaçu, Piquiri, Ivaí, Paranapanema e Tibagi. Neste último, eram quatro reduções: São José, São Francisco Xavier, Encarnación e São Miguel. Os jesuítas tentavam de todas as formas agrupar os indígenas nas reduções, mas raramente conseguiam tal feito, pois os índios não se submetiam aos mandos e desmandos dos padres espanhóis, a não ser quando tinham interesses em objetos, brindes, ferramentas, alimentos fornecidos nas reduções, ou quando necessitavam de refúgio, devido às brigas com outros grupos indígenas. Em especial os Kaingang, que dificilmente permaneciam nas reduções (MOTA, 2009).

Naquele momento, ocorreu a atuação dos bandeirantes paulistas, que organizaram uma série de expedições com destino ao território do Guairá, na tentativa de aprisionar índios para o trabalho nas lavouras paulistas. Os bandeirantes destruíram todas essas reduções e foram os responsáveis pela primeira construção militar na margem esquerda do rio Tibagi, em 1628, sob

[61] Mota; Noelli (1999) também afirmam que há fortes indícios de que os Kaingang tenham chegado aos vales do baixo rio Tibagi, antes mesmo dos Guarani. Devido às disputas intensas com os Guarani, os Kaingang migraram em direção ao sul, onde hoje são os chamados Campos Gerais e região sul e central do Paraná. Com a destruição das reduções jesuíticas no século XVII e a retirada dos Guarani, os Kaingang voltaram a ocupar seus antigos territórios.

o comando de Raposo Tavares e Manoel Preto. Tratava-se de um forte ou campo entrincheirado, que serviria de ponto de apoio para novas expedições dos bandeirantes (MOTA, 1997).

Com a destruição das reduções, os povos indígenas tomaram direções variadas. Os Kaingang, que haviam se deslocados mais ao sul do território do Guairá, voltaram a reocupar seus tradicionais territórios nas margens do rio Tibagi. Neste local, em meados do século XVII, o bandeirante Fernão Dias Paes Leme permaneceu mais de três anos próximo a Serra da Apucarana, na tentativa de aprisionar índios Kaingang para levá-los até São Paulo (MOTA, 1997).

No século XVIII, a descoberta de ouro e de diamantes no rio Tibagi despertou interesses de autoridades de Paranaguá e grandes donos de lavras de Minas Gerais, que se direcionaram aos territórios indígenas nas margens daquele rio.

> A serra da Apucarana e o vale do Tibagi continuou sendo um atrativo para os aventureiros, e uma esperança de riquezas para os governos de plantão. Em meados do século XVIII Francisco Tosi Colombina apresentou aos governantes um plano de ocupação dos territórios indígenas do Tibagi, para ele rico em ouro (MOTA, 1997, p. 194).

Também, nesse período, várias expedições militares cruzaram a região com objetivo de chegar ao Forte Militar de Iguatemi, no Mato Grosso e também de reconhecer territórios e encontrar locais para estabelecer postos de suprimentos para novas expedições, como as lideradas por Afonso Botelho na década de 1770.[62] Esses postos tinham características militares, com construções fortificadas, na rota de passagem das expedições, cujas tropas ficavam alojadas para depois seguir viagem rumo ao Mato Grosso. Representavam toda uma ação política dos governantes na busca incessante de conquistar os territórios indígenas do vale do Tibagi (MOTA, 1997).

No século XIX, as expedições militares continuaram trilhando os caminhos em torno do rio Tibagi. Na segunda parte do XIX, as expedições se intensificaram em direção as terras ocidentais – na margem esquerda do rio Tibagi, em direção aos vales do rio Ivaí e Piquiri – como as lideradas pelos engenheiros Franz Joseph Keller e por Thomas Bigg-Wither, promovendo o processo de reocupação dos territórios Kaingang nos vales do rio Tibagi e acirrando as relações entre os sujeitos envolvidos naquele contexto histórico; em um constante entrecruzamento de estratégias políticas, com objetivos divergentes e que, na maioria das vezes,

[62] Mota (2009) revela constantes derrotas impostas pelos Kaingang aos comandados de Botelho, dificultando e retardando a conquista dos territórios indígenas.

acabou em guerras renhidas e sangrentas. Na década de 1850, foi criada a colônia militar do Jataí, com objetivos de controlar os conflitos em toda a região e garantir o avanço das expedições militares e das frentes colonizadoras.

Dessa forma, iniciou-se o estabelecimento de fazendas, num processo de ocupação das terras dos índios Kaingang, como os territórios do Cacique Inhoó. Um desses fazendeiros foi o Barão de Antonina, que consolidou sua propriedade no coração do território Kaingang, na localidade de São Jerônimo. Além da fazenda, também se formou um entreposto comercial, para as expedições com destino ao Mato Grosso (MOTA; NOELLI, 1999).

Mota (1997) revela que os grandes fazendeiros dos Campos Gerais, em meados do século XIX, buscaram a expansão de suas propriedades. O Barão de Antonina, por exemplo, organizou uma série de expedições de reconhecimento da região do médio e baixo rio Tibagi, encarregando José Francisco Lopes e John Henrique Elliot para liderar as viagens. Passados alguns anos, o Barão de Antonina já possuía uma grande quantidade de terras, sendo que parte destas ele *doaria* para a o estabelecimento do Aldeamento Indígena de São Jerônimo em 1859.[63]

Entretanto, essa *doação* não pode ser entendida como uma boa ação do fazendeiro. Em 1858, os Kaingang organizaram um ataque à fazenda São Jerônimo, obtendo ferramentas e armas que ali existiam e provocando a fuga do administrador da fazenda e a participação do Governo Provincial do Paraná, que enviou guardas na tentativa de acalmar os ânimos na região. Também foram providenciados brindes, objetos, presentes aos Kaingang para amenizar a tensão no local. Após o levante, tramitaram as discussões envolvendo o Governo Imperial e Provincial, autoridades religiosas, fazendeiros, decidindo pela criação do citado aldeamento, justamente nas terras da fazenda do Barão de Antonina (MOTA; NOELLI, 1999); (MOTA, 1997).

A criação do citado aldeamento não representou o fim das tentativas de conquista do Território Indígena de São Jerônimo. Em 1875, o Governo da Província do Paraná autorizou a concessão de títulos às famílias não indígenas que viviam no aldeamento. Mota (1997) demonstra que as tentativas de ocupação do território Kaingang do Inhoó permaneceram em São Jerônimo. Em 1882, Telêmaco Borba, líder da Câmara Municipal de Tibagi, propôs a mudança do aldeamento de São Jerônimo para a margem esquerda do Tibagi, para deixar livres as terras da margem direita, provocando inúmeros embates entre brancos e índios na região.

[63] A segunda metade do século XIX é marcada pela criação das colônias indígenas por toda a Província do Paraná. Na bacia do rio Tibagi, além de São Jerônimo, foi criado também o Aldeamento de São Pedro de Alcântara. Para maiores detalhes, consultar Mota (2000).

> As tensões entre os Kaingang e as populações brancas que circulavam na região eram constantes e em 7/4/1891, os Kaingang atacaram viajantes no caminho de São Jerônimo, nesse ataque morreu o Kaingang Gaspar. Os Kaingang de São Jerônimo revidaram incendiando o acampamento dos brancos nas margens do rio Congonha. Dessa forma chegamos ao fim do século XIX, os Kaingang defendendo seus territórios ancestrais da invasão branca, e estes utilizando todas as formas possíveis para expandir suas conquistas nos territórios Kaingang do Tibagi (MOTA, 1997, p. 201-202).

Os aldeamentos de São Jerônimo e São Pedro de Alcântara, ambos nas margens do rio Tibagi, foram os mais duradouros do Serviço de Catequese Indígena do Governo Provincial do Paraná. O primeiro, desde sua criação em 1859, foi administrado pelo Frei Luis de Cimitille, que saiu do cargo em 1881, momento em que as atividades do aldeamento começaram a entrar em decadência (Mota, 2000). O segundo foi administrado pelo Frei Timóteo de Castelnuovo até 1895, ano de sua morte, quando o Serviço de Catequese já recebia inúmeras críticas, devido a própria mudança de regime político no Brasil e uma nova forma de pensar a política indigenista no país, agora mais laica e humanista, de caráter assistencialista, influenciada pelo pensamento positivista.[64]

Dessa forma, no final do século XIX, os aldeamentos indígenas foram desmantelados. Pesaram a falta de recursos, a mudança política (Monarquia/República e Província/Estado) e principalmente o desinteresse dos indígenas em permanecerem aldeados. Mota (2000) revela com detalhes a política dos índios em relação aos aldeamentos, aproveitando os recursos, obtendo brindes, ferramentas e demais objetos, local de refúgio, mas que não ficavam aldeados por muito tempo, como pretendiam as autoridades políticas e seus representantes locais, bem como os administradores dos aldeamentos.

Em virtude disso, como a política indigenista estava descentralizada desde a primeira Constituição Republicana, o Governo do Paraná encerrou de vez o Serviço de Catequese Indígena, dispensando os diretores e extinguindo as atividades dos aldeamentos, por meio do Decreto nº 5, de 3 de julho de 1900 (NOVAK; MOTA, 2016).

Com o fim dos aldeamentos às margens do rio Tibagi, os grupos Kaingang que estavam aldeados se juntaram aos demais, que viviam nas regiões de florestas e de serras, entre os rios Tibagi e Cinzas (TOMMASINO, 1995) e na região da Fazenda Apucaraninha (MOTA, 1997), onde foi reservada uma área de terras aos índios, no ano de 1900, pelo Governo do Paraná.[65]

[64] Sobre a política indigenista após a Proclamação da República ver: Oliveira; Freire (2006); Souza Lima (1992).

[65] Esta área reservada trata-se justamente da origem da Terra Indígena Apucaraninha e mais detalhes serão descritos no item a seguir.

Fernandes (2003a) destaca que foi no final do século XIX que se deu a efetiva colonização da região ocupada pelos Kaingang do sul do Brasil, momento da política de demarcação de terras pelos governos estaduais. No entanto, essas não podem ser tratadas apenas como um projeto político das autoridades, representantes das frentes colonizadoras, com a intenção de confinar os povos indígenas em determinados territórios e liberar espaços para serem ocupados pelos colonizadores. Conforme Novak (2006), as solicitações de demarcações partiram também dos próprios grupos indígenas, que percebendo o contexto ao seu redor, passaram a reivindicar a propriedade de suas terras.

Para Mota (2014b, p. 360), a partir da República "[...] as populações indígenas tiveram que reformular suas ações e reinventar novas formas de lidar com o poder do Estado," não mais o Império com sua política de catequese, mas o poder republicano, com suas estruturas laicas e militares, e lidar com o Governo do Paraná, que tinha a prerrogativa, desde a Constituição de 1891, de definir a política de terras no Estado.

> As ações do governo estadual do Paraná e do governo federal confiscavam os territórios indígenas para distribuição em projetos de colonização, estabelecimentos de cidades e vilas. Esse confisco, somado às invasões implementadas pelas populações não indígenas que chegavam às áreas de fronteiras, fez com os povos indígenas implementassem estratégias de sobrevivência e defesa do que restava de seus territórios (MOTA, 2014b, p. 360-361).

Uma das ações indígenas foi solicitar, junto ao Governo do Paraná, a demarcação de seus territórios. O Quadro 1 apresenta cinco Decretos que reservaram terras aos indígenas, em várias regiões do Estado, por reivindicações de algumas lideranças indígenas. Duas dessas áreas reservadas se situavam na bacia hidrográfica do rio Tibagi, justamente a primeira e a última descritas no Quadro 1, que constituiriam o Território Indígena Apucarana, com mais de 68.000ha de área, e o Território Indígena Queimadas, com mais de 22.00ha. Não obstante, na margem direita do rio Tibagi, no início do século XX, ainda existia o Território Indígena de São Jerônimo, com mais de 37.000ha de terras *doadas* aos índios no Paraná Provincial. Além disso, uma área de terras pertencente ao Cacique Timotheo, denominado Território Indígena Mococa, com 859ha, adquirido por compra junto ao Governo do Estado, em 1903.[66] Todos esses territórios estão representados no Mapa 1.

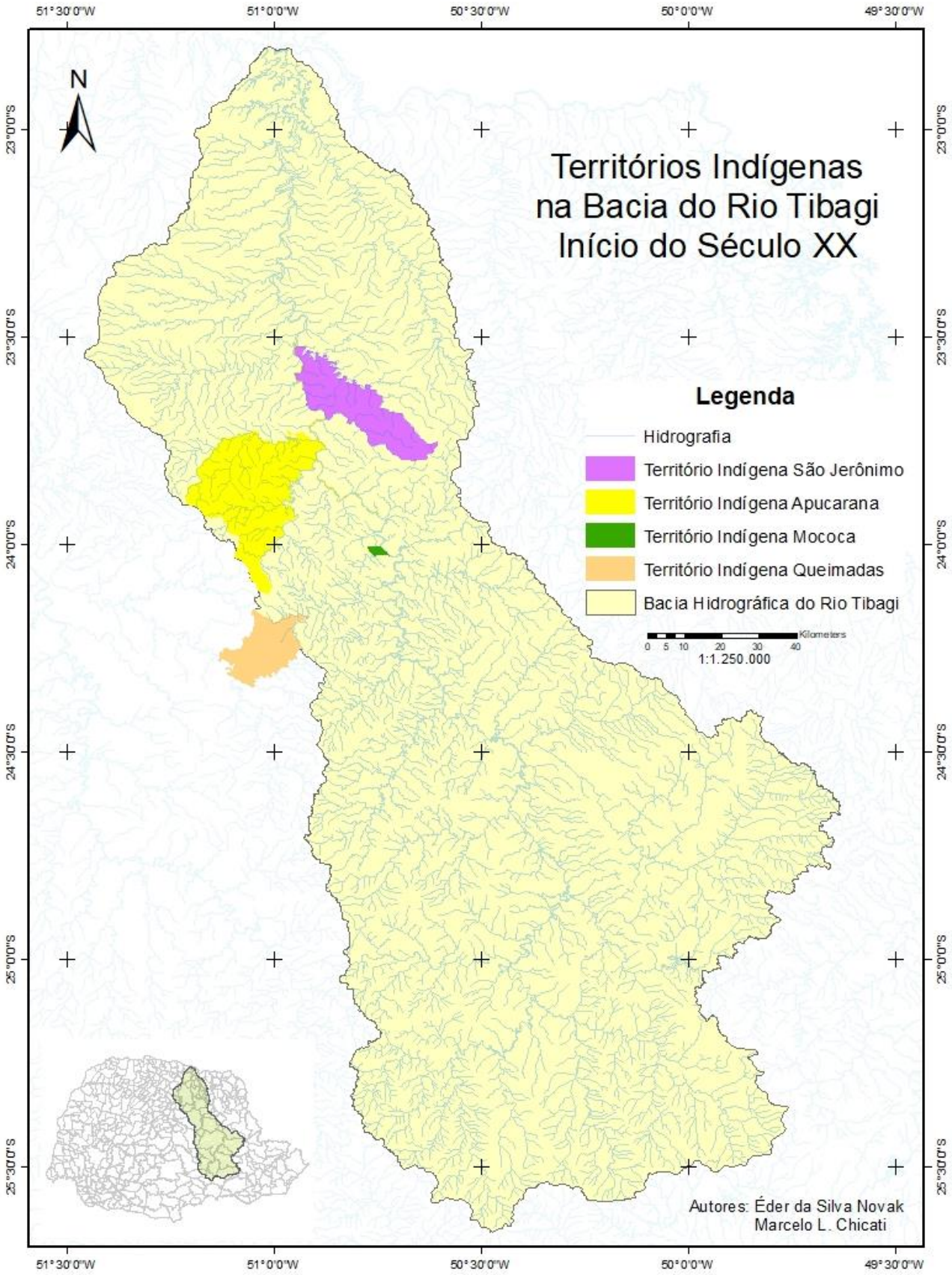
[66] Sobre estas ações do Cacique Timotheo e seu grupo ver: Mota (2014b) e Novak (2006).

Quadro 1 – Decretos reservando terras aos índios em várias partes do Paraná

Decreto	Data	Descrição
Decreto nº 6	05/07/1900	Ficam reservadas, para estabelecimento de colônias indígenas, as terras devolutas sitas entre os rios Tibagy, Apucarana, Apucaraninha e a Serra do Apucarana, no município de Tibagy.
Decreto nº 6	31/07/1901	Fica reservada para o estabelecimento da tribu indígena de Coroados, ao mando do Cacique Jembrê e à outras tribus que quiserem alli se estabelecer, uma área de terras comprehendida nos limites seguintes: a Este o rio das Cobras, a oeste o rio União, ao sul a picada velha, que do Xagú vae á colonia da Foz do Iguassú e ao norte a picada nova que demanda a mesma colonia.
Decreto nº 8	09/09/1901	Ficam reservadas para estabelecimento de indígenas da tribu Coroados, sob o mando de Paulino de Arak-xó e Pedro dos Santos e de outras tribus, as terras devolutas sitas entre os rios do Peixe, ou Ubásinho, desde a sua cabeceira até sua fóz no rio Ivahy, este rio até a fóz do ribeirão do Jacaré, este à sua cabeceira e o cume da Serra da Apucarana no município de Guarapuava.
Decreto nº 64	02/03/1903	Fica reservada para estabelecimento de tribus indígenas as terras ocupadas pelas Cabildas do Cacique Cretan, com as seguintes divisas: a partir da cabeceira do ribeirão do Lageado Grande à cabeceira do ribeirão Palmeirinha e por estes dois rios, abaixo até ao Iguaçu que será a divisa norte, respeitando os direitos de terceiros.
Decreto nº 591	17/08/1915	Fica reservada para o estabelecimento dos indios Caingangs dos toldos denominados Faxinalsinho, Palmital e Faxinal do Cambará, no município de Tibagy, salvo direito de terceiros, uma área de terras comprehendidas nos seguintes limites: principiando na barra do rio do Rosario no rio Alonza, por este acima até a barra do Arroio Bonito, por este acima até a primeira vertente acima da Pedra Branca, por esta vertente acima até a serra a procura de uma vertente que desagua ao lado esquerdo do arroio dos Poços, por este abaixo até o ribeirão das Formigas, e por este abaixo até o rio Barra Grande, por este acima até as cabeceiras, d'ali pela divisa da fazenda Apucarana até a cabeceira do rio Rosario e por este abaixo até a sua fóz onde começou.

Fonte: Novak (2006).

Mapa 1 – Territórios indígenas na bacia do rio Tibagi no início do século XX



Autores: Éder da Silva Novak e Marcelo L. Chicati.

Entretanto, os territórios tradicionais dos indígenas não se situavam apenas nessas áreas reservadas pelo Estado do Paraná. Mota (2014b) evidencia as diferentes ações dos grupos indígenas do Tibagi a partir do advento da República, afirmando que:

> Os indígenas fizeram a leitura dessa nova conjuntura política, estabeleceram estratégias e pontuaram demandas para defesa de seus territórios e daquilo que eles entendiam ser significativo em suas sociedades (MOTA, 2014b, 384).

Dessa forma, estabeleceram alianças com os agentes da República na esfera estadual, para a solicitação da demarcação de seus territórios; aproximaram-se das comitivas do órgão indigenista criado em 1910 – Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) e ainda viviam em locais "[...] fora dos limites demarcados pelos decretos estaduais do início do século XX" (MOTA, 2014b, 386). Eram áreas de ocupação tradicional e que os povos indígenas resistiam a abandonar mesmo com a criação dos territórios indígenas pelos Decretos. O Mapa 2 revela essa resistência com os Toldos indígenas distribuídos também fora das áreas reservadas.

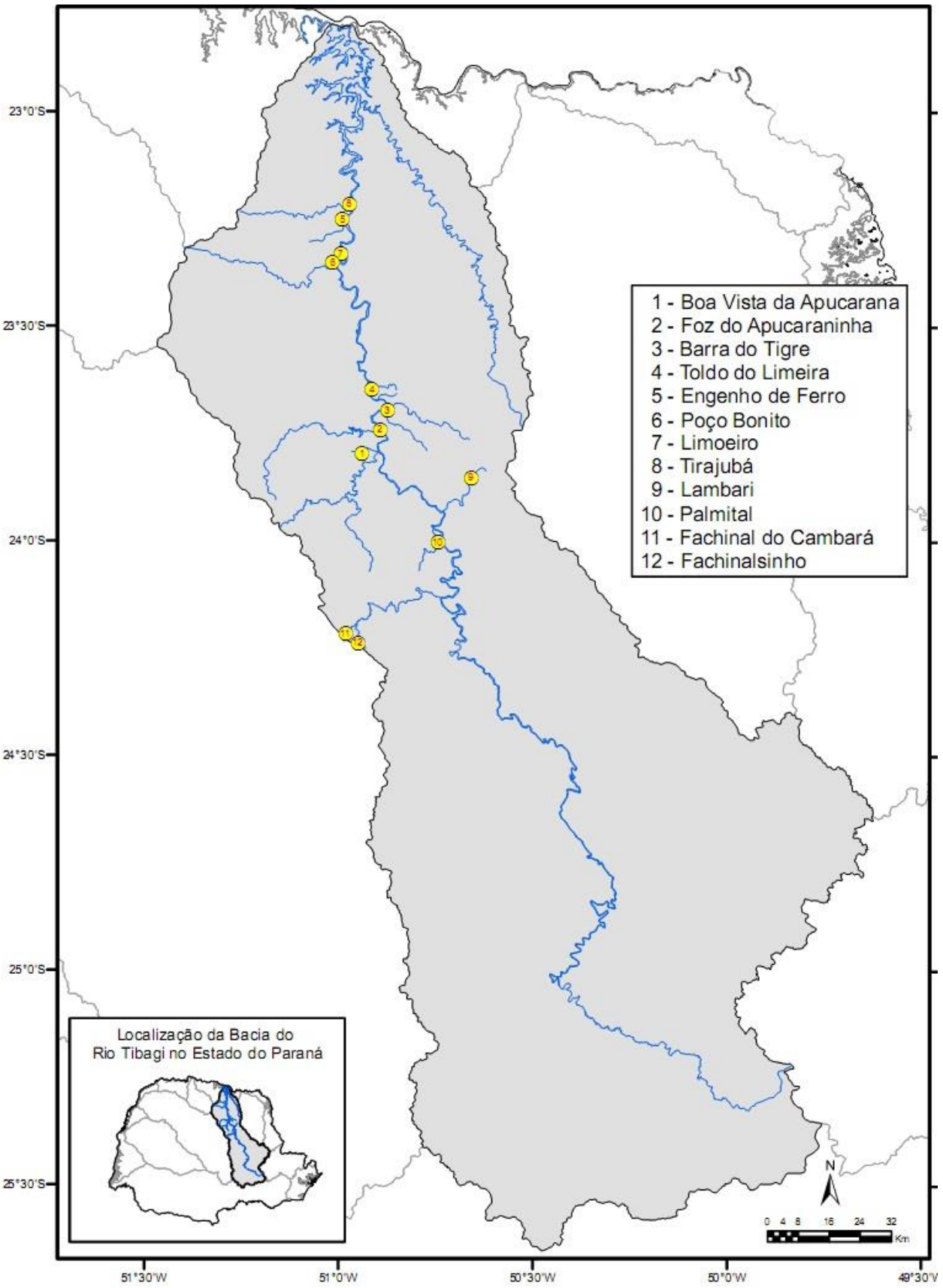
Dessa forma, conclui Mota (2014b):

> Apesar desse gradiente de situações que mostra a complexidade das relações em torno da defesa de parcelas de seus territórios, havia uma ação comum em todos os grupos indígenas: todos eles manejavam territórios que iam muito além dos definidos pelo Estado (MOTA, 2014b, 386).

A política indigenista foi novamente centralizada na União, por meio do Decreto nº 1.606, de 29 de dezembro de 1906, que criou o Ministério da Agricultura, que passou a ser o responsável pela questão indígena em todo o país. A criação do SPILTN, em 1910, deu novos rumos a política indigenista, com ações inclusive na bacia do rio Tibagi, como a criação da Povoação Indígena de São Jerônimo em 1911. Mais de uma década após a extinção do aldeamento e após tentativas frustradas do governo estadual de levar os indígenas para a outra margem do rio Tibagi, nas terras reservadas próximas à Serra do Apucarana, os Kaingang conseguiram se manter em seus territórios antigos, na margem direita daquele rio, amparados por uma estrutura oficial da União.[67]

[67] Mais informações sobre a criação da Povoação Indígena de São Jerônimo ver: Novak (2016).

Mapa 2 – Bacia do rio Tibagi com os Toldos indígenas em 1910



Fonte: Mota (2014b, p. 383).

Entretanto, o avanço das frentes colonizadoras se intensificava cada vez mais nas margens do rio Tibagi, ameaçando os territórios indígenas, com a abertura de estradas, construção de pontes, formação de povoados, vilas e cidades, desmatamento, entre outros. Soma-se a tudo isto o agravante das áreas reservadas aos indígenas não serem medidas e demarcadas como prometera o Governo do Estado no momento da aprovação dos Decretos.

Na primeira metade do século XX, a luta foi pela manutenção dos seus tradicionais territórios, alguns já reservados e outros em processos de solicitações por parte dos indígenas. Vale ressaltar que a política de imigração, desenvolvida pelo Governo do Estado, atraiu número cada vez maior de imigrantes para o Paraná, assim como migrantes, em grandes contingentes populacionais, como por exemplo, para a região Norte do Estado. Núcleos de povoamento eram criados por todos os cantos para cumprir o grande desejo das autoridades políticas naquele contexto: *povoar* todo o território paranaense e garantir suas fronteiras, além de desenvolver a agricultura, abrir estradas e ferrovias, construir pontes e cidades (NOVAK, 2006).

E para tal missão o Estado contou com a ajuda das companhias de colonização, responsáveis pelo loteamento de ocupação de vastas áreas (FERNANDES, 2003a). Intensificaram-se as relações socioculturais entre os indígenas e a sociedade dita envolvente, num processo dinâmico de mudanças nos modos de vida dos índios (MOTA, 2009). Na região Norte do Paraná, o processo de colonização, que tinha atuado de maneira mais intensa na parte oriental do rio Tibagi, até final do século XIX, e ali provocado intensos conflitos com grupos Kaingang, ultrapassou as margens daquele rio e avançou às terras na margem ocidental, atingindo os territórios de outros grupos Kaingang, entre eles os do Apucarana.

Destarte, os grupos indígenas não estavam vivendo apenas nas áreas reservadas, conforme já abordado. Mota (2009) indica a presença de grupos Kaingang na região Norte do Paraná em elevado número ainda na década de 1930. Demonstra a mobilidade desses índios, seus caminhos pelas florestas, não permanecendo em moradias fixas, visando se distanciar das frentes colonizadoras, na região entre os rios Tibagi e Ivaí. Embora com áreas reservadas, os Kaingang continuavam com suas andanças pelos campos e matas, muitas vezes, em relações conflituosas com os recém-chegados *brancos* da sociedade envolvente, pois tinham suas estreitas ligações com os territórios que estavam em processo de ocupação pelo processo de colonização.

Essas ações dos Kaingang no Norte do Paraná chamavam a atenção das autoridades políticas estaduais que classificavam os indígenas como arredios e que viviam de forma isolada.

Em 1924, o deputado Arthur Martins Franco criticou severamente a atuação do SPI, durante uma audiência na Câmara Federal, informando que os índios do Norte ameaçavam a população daquele local. Franco desejava a extinção do SPI, argumentando que defendia uma minoria de índios e colocava em risco a vida da maioria dos *brancos*, afirmando que os Kaingang já dominavam a língua portuguesa, conheciam a moeda e poderiam se virar sozinhos, sem o órgão tutelar (MOTA, 2009); (TOMMASINO, 1995).

Tommasino (1995) ressalta porque o SPI tinha atuações muito limitadas em relação ao avanço da colonização sobre os territórios indígenas. Interesses políticos locais e estaduais impediam ações mais concretas do órgão indigenista. Assim, as terras reservadas aos indígenas foram constantemente invadidas, provocando cenas de conflitos violentos e inúmeras mortes, tanto de indígenas, quanto de não índios.

A história das terras indígenas no Paraná ainda ganharia novos episódios. Em 1945, por meio do Decreto de Lei nº 7.692, o presidente Getúlio Vargas determinou que as reservas indígenas do sul do Brasil fossem reduzidas e, dessa forma, assegurasse o desenvolvimento da região. O Estado do Paraná aproveitou a ocasião e reduziu o Território Indígena de São Jerônimo, dividindo-o em duas pequenas áreas, que constituiriam as Terras Indígenas São Jerônimo e Barão de Antonina.

Outrossim, em 1949, durante o Governo Moisés Lupion, articulou-se um Acordo entre a União e o Estado do Paraná, para a reestruturação dos territórios indígenas outrora reservados pelos Decretos no início do século XX. Nesse Acordo, o critério utilizado era o cálculo de 100ha de terras para cada família indígena de cinco pessoas, mais 500ha para o Posto Indígena – sede administrativa do SPI constante em cada área. No total, foram seis áreas atingidas pelo Acordo de 1949: Apucarana e Queimadas na bacia do rio Tibagi; Ivaí e Faxinal na bacia do rio Ivaí, Rio das Cobras na bacia do rio Piquiri; e Mangueirinha na bacia do rio Iguaçu.[68]

E mesmo após essa redução, a exploração das terras indígenas continuou em grandes proporções, apesar de algumas determinações do SPI, como em 1957, quando ordenou que todos os Postos Indígenas não realizassem mais novos contratos de arrendamento com terceiros. Essas medidas não foram suficientes para evitar a exploração de madeiras e outros recursos naturais das áreas indígenas, bem como não foram capazes de retirar os não índios do interior

[68] Para mais detalhes sobre o Acordo de 1949 ver: Novak; Mota (2016). Esse Acordo será retomado em vários momentos neste estudo, pois tem relação direta com a constituição da área que veio ser a Terra Indígena Apucaraninha e com as negociações entre o SPI e a EELSA referente ao arrendamento das terras para a construção da UHE Apucaraninha. Um estudo detalhado de cada área indígena afetada pelo Acordo de 1949 ainda precisa ser elaborado, para entender as negociações, resistências, ações e reações dos sujeitos históricos envolvidos.

dos territórios indígenas. Em 1976, com um levantamento do INCRA, foi contabilizado um total de 24 famílias de não índios dentro da Terra Indígena Apucaraninha, totalizando 163 pessoas. Algumas com contratos de arrendamento realizados junto à FUNAI, outros como subarrendatários e alguns intrusos, ocupando um total de mais de 300ha das terras dos Kaingang do Apucaraninha (TOMMASINO, 1995).

Tommasino (1995) demonstra também que toda essa situação provocou grande irritação nos índios Kaingang do Apucaraninha e de toda a bacia do rio Tibagi. Uma série de manifestações, revoltas e protestos foi organizada para exigir mudanças na FUNAI, como a saída de funcionários, exercendo forte pressão ao órgão tutelar. Esse movimento se iniciou em 1979 e se prolongou por quase toda a década de 1980.

As novas formas de produção e as transformações implementadas pelas frentes colonizadoras no Paraná promoveram mudanças no espaço geográfico, que passou atender aos anseios dos representantes da sociedade envolvente, alterando o local tradicional dos povos indígenas. A terra passou a ter a função de produzir mercadorias e juntar riquezas, concepção distinta dos índios, que viam no território um lugar de conteúdo histórico, social e religioso. Fica evidente o processo de empobrecimento cultural e trágica redução dos territórios indígenas, entre eles, os Kaingang do Apucaraninha. Contudo, a colonização não se deu de forma pacífica, em momento algum. Duras batalhas foram travadas para a conquista de cada metro de terra obtido pelos fazendeiros, pois os grupos indígenas atuaram enquanto sujeitos históricos, protagonistas na luta dos seus interesses, territórios e de sua liberdade (MOTA, 2009).

Enfatiza-se também a capacidade intelectual dos Kaingang em formular discursos muito bem fundamentados e convincentes, buscando alcançar seus objetivos, sabendo se afastar e/ou buscar refúgio quando se sentiam ameaçados, intercalando relações pacíficas e conflituosas com a sociedade envolvente e com os próprios órgãos tutelares, elaborando práticas para a defesa constante dos seus remanescentes territórios e lutando de forma desafiadora para a manutenção de suas práticas culturais e de sua identidade étnica, não aceitando serem chamados ou confundidos com outras etnias (MOTA, 2009).

Tommasino (2002) afirma que as mudanças no modo de vida dos Kaingang do rio Tibagi foram radicais e ainda perderam grande parte dos seus tradicionais territórios. De toda forma, ainda se auto-definem como descendentes daqueles que marcavam presença em toda a região, antes mesmo dos não indígenas ali chegarem.

> Interessa-nos apreender esta dinâmica sociocultural que a história Kaingang percorreu da conquista aos dias atuais. Tiveram de adotar padrões de subsistência alienígenas e se subordinaram ao mercado regional. Mesmo adotando padrões ocidentais, estes foram reinterpretados segundo seus objetivos e necessidades. Nos conflitos sociais, ficou claro que o passado continua um elemento ativo na produção cultural do presente. No processo permanente de produção de novos significados e valores, os Kaingang, conscientemente, recriaram o passado para afirmarem a sua identidade indígena e assim reivindicarem os seus direitos constitucionais (TOMMASINO, 2002, p.19).[69]

Saber recuar e ficar fora do alvo das frentes colonizadoras, aceitar se submeter de forma planejada e com traições meticulosamente elaboradas, partir para cima dos não índios em oportunidades que sentiam poder sair vitoriosos, travando verdadeiras batalhas violentas, com seus arcos e flechas, lanças e varapaus e até armas de fogo obtidas no contato com os não indígenas, foram ações dos Kaingang que resultaram em mortes de muitos índios e não-índios. Tais estratégias políticas possibilitaram a sua sobrevivência, com modo próprio de ser, em áreas que representam parte dos seus antigos territórios, vivendo enquanto populações diferenciadas entre as demais etnias indígenas e a sociedade não-indígena (MOTA, 2009).

Não se trata de negar toda a expropriação das terras e o empobrecimento cultural enfrentado pelos grupos indígenas em análise:

> Com isso não queremos afirmar a inexistência de um processo homogeneizante. Ao contrário, as políticas públicas adotadas oficialmente revelam claramente que o Estado brasileiro sempre preconizou a homogeneização cultural e racial através dos intercasamentos e do modelo único de cultura, através da 'civilização' dos índios e africanos. O que pretendemos é mostrar que, apesar das políticas assimilacionistas, os Kaingang, enquanto sujeitos de sua história, não se conformaram ao modelo imposto. Ao contrário, produziram um espaço próprio, resultado da interação e da troca com os brancos; portanto, a situação de contato constituiu-se como um espaço de negociação das novas estruturas e padrões sociais indígenas (TOMMASINO, 1995, p. 43).

O processo de conquista dos territórios e dos grupos indígenas na bacia do rio Tibagi completa mais de 500 anos e eles estão aí presentes, enquanto populações diferenciadas, com culturas próprias e com a manutenção de parte dos seus tradicionais territórios.[70] Durante os séculos XVI, XVII e XVIII, a conquista era legitimada em nome do *Rei*, fosse ele de Portugal

[69] Ver mais detalhes em Tommasino (2004).

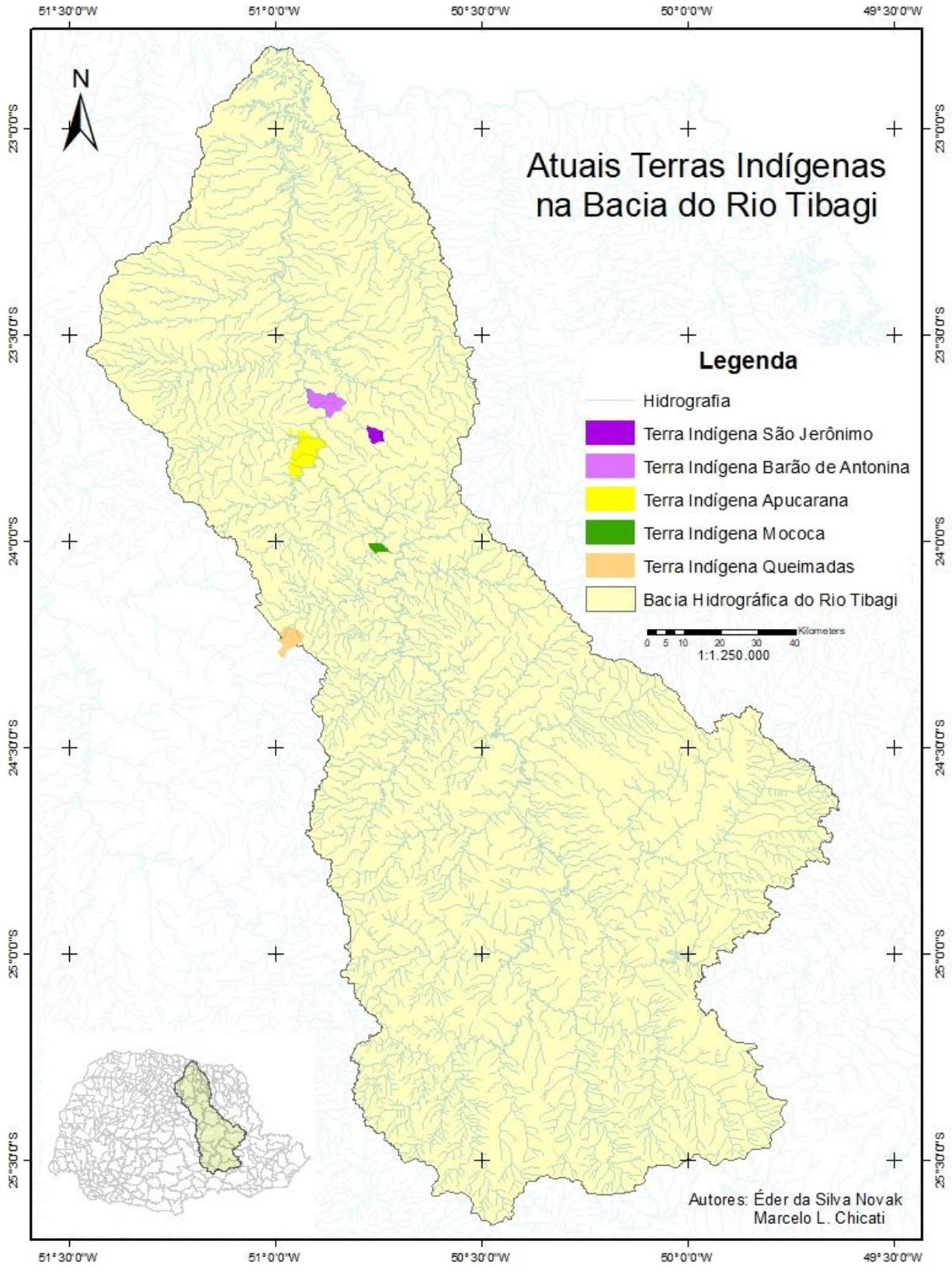
[70] Para mais detalhes sobre a ideia de territórios e territorialidades Kaingang ver também: Tommasino (2000); Tommasino; Almeida (2014); Tuani Filho; Wiik (2016).

ou da Espanha, e em nome de *Deus*, como nas reduções jesuíticas. No século XIX, a justificativa se deu em nome da *nação brasileira* em plena formação, buscando agrupar os indígenas em aldeamentos. Já no XX, o discurso utilizado é em nome do *progresso* e do *desenvolvimento*, abrindo estradas, promovendo o desmatamento sem controle, formando os núcleos coloniais, destruindo os espaços tradicionais de convívio dos índios. E, nas últimas décadas, ainda sob a ideia progressista e desenvolvimentista, uma nova frente de conquista se formou para a construção de grandes barragens e a instalação de usinas hidrelétricas, que vem atingindo os remanescentes territórios indígenas, incluindo os Kaingang do rio Tibagi, que buscam agir em defesa dos seus interesses e de suas terras, entrando em conflito com a companhia de energia elétrica, que em nome do *progresso* legítima os impactos ambientais e sociais, decorrentes dos seus empreendimentos (MOTA, 1997).

Atualmente, os Kaingang do rio Tibagi vivem em cinco Terras Indígenas demarcadas: Apucaraninha (5.574ha), Barão de Antonina (3.751ha), São Jerônimo (1.339ha), Mococa (859ha) e Queimadas (3.078ha) – Ver Mapa 3. Eles e seus antecedentes vivenciaram toda a expropriação de terras e a devastação de seus recursos naturais. Hoje, ao seu redor, existem as propriedades da sociedade envolvente, normalmente usadas como fonte de renda pelos Kaingang, que trabalham nas fazendas da região, mais próximas das Terras Indígenas, já que essas não oferecem as condições mínimas de sobrevivência, pois as reservas de mata foram se acabando e reduzindo os recursos naturais usados na alimentação do dia a dia. Segundo Tommasino (2002), a própria atuação dos órgãos tutelares (SPI e FUNAI) promoveu uma intensa degradação ambiental no interior das áreas indígenas. As roças provocaram o desgaste do solo que já não se encontra mais apto à produção dos gêneros alimentícios para as comunidades indígenas presentes na bacia do rio Tibagi.

Outrossim, cabe destacar que em 1949, momento do Acordo que reduziu as áreas indígenas, o número de índios no Território Indígena Apucarana era em torno de 250 e pelos critérios do Acordo essa terra foi remarcada para 6.300ha. Atualmente a Terra Indígena Apucaraninha tem 5.574ha, onde vivem mais de 1.700 índios, ou seja, quase seis vezes mais que em 1949. Utilizando-se os mesmos critérios do Acordo de 1949, a atual Terra Indígena do

Mapa 3 – Atuais Terras Indígenas na bacia do rio Tibagi



Autores: Éder da Silva Novak e Marcelo L. Chicati.

Apucaraninha deveria ter em torno de 30.000ha, sem considerar os 500ha da sede administrativa do órgão tutelar. Vale ressaltar ainda, que na época, os critérios foram definidos conforme o modo de vida do não-índio, de acordo com sua visão sobre terra, trabalho, renda e sobrevida, não considerando os modos tradicionais de vida dos grupos indígenas, bem como a sua relação com os territórios e o meio ambiente.

Ao finalizar esta abordagem histórica dos Kaingang do Tibagi, na região Norte do Paraná, em especial os da Terra Indígena Apucaraninha, torna-se fundamental afirmar que não se pode mais desenvolver uma história dessa região, que adote os discursos de colonização pacífica e harmoniosa, com apologias às companhias de colonização e ao papel dos *pioneiros brancos*. Tampouco, uma história que atribua à região como um espaço de vazio demográfico, florestas virgens, sertões despovoados, prontas a serem ocupadas por hábeis *desbravadores*.[71]

O histórico dos Kaingang do rio Tibagi evidencia que a história que considera os jargões descritos acima é simplificadora e superficial, omitindo a presença dos grupos indígenas ou a descaracterizando. A história dos povos indígenas do rio Tibagi revela as diferentes formas de ações e estratégias elaboradas pelos Kaingang para resistir e colocar obstáculos às frentes colonizadoras, revelando um projeto político ordenado, consciente, fruto de uma comunidade que luta para a manutenção de sua autonomia. Como diz Balandier (1987), toda sociedade humana produz políticas, não sendo necessárias as instituições políticas como tradicionalmente são conhecidas pelo viés explicativo das categorias ocidentais. E essas políticas se modificam a cada novo contexto histórico, a cada novo acontecimento, como por exemplo, com a chegada de uma UHE na localidade.

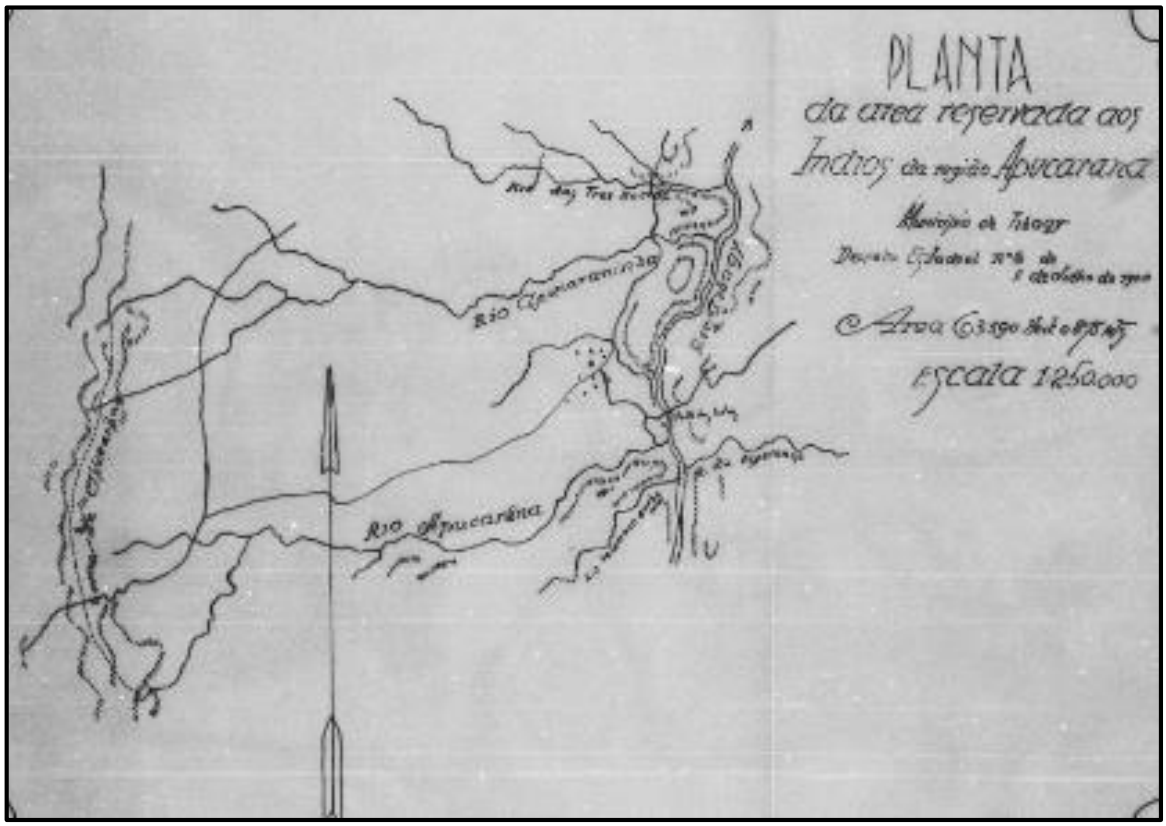
2.2 O Posto Indígena Apucarana, o SPI e a política indigenista

Como visto, no início da República e após a extinção das Colônias Indígenas implementadas pela Província do Paraná, o Governo do Estado reservou alguns territórios aos índios. Especificamente aos índios Kaingang, próximos à Serra do Apucarana, foi reservada uma área com mais de 68.000ha de terras, conforme o Decreto nº 6, de 5 de julho de 1900, com as seguintes limitações: "[...] ficam reservadas, para estabelecimento de colonias indígenas, as terras devolutas sitas entre os rios Tibagy, Apucarana, Apucaraninha e a serra do Apucarana, no município de Tibagy" (PARANÁ, 05/07/1900).

[71] Ver mais detalhes em Mota (2009).

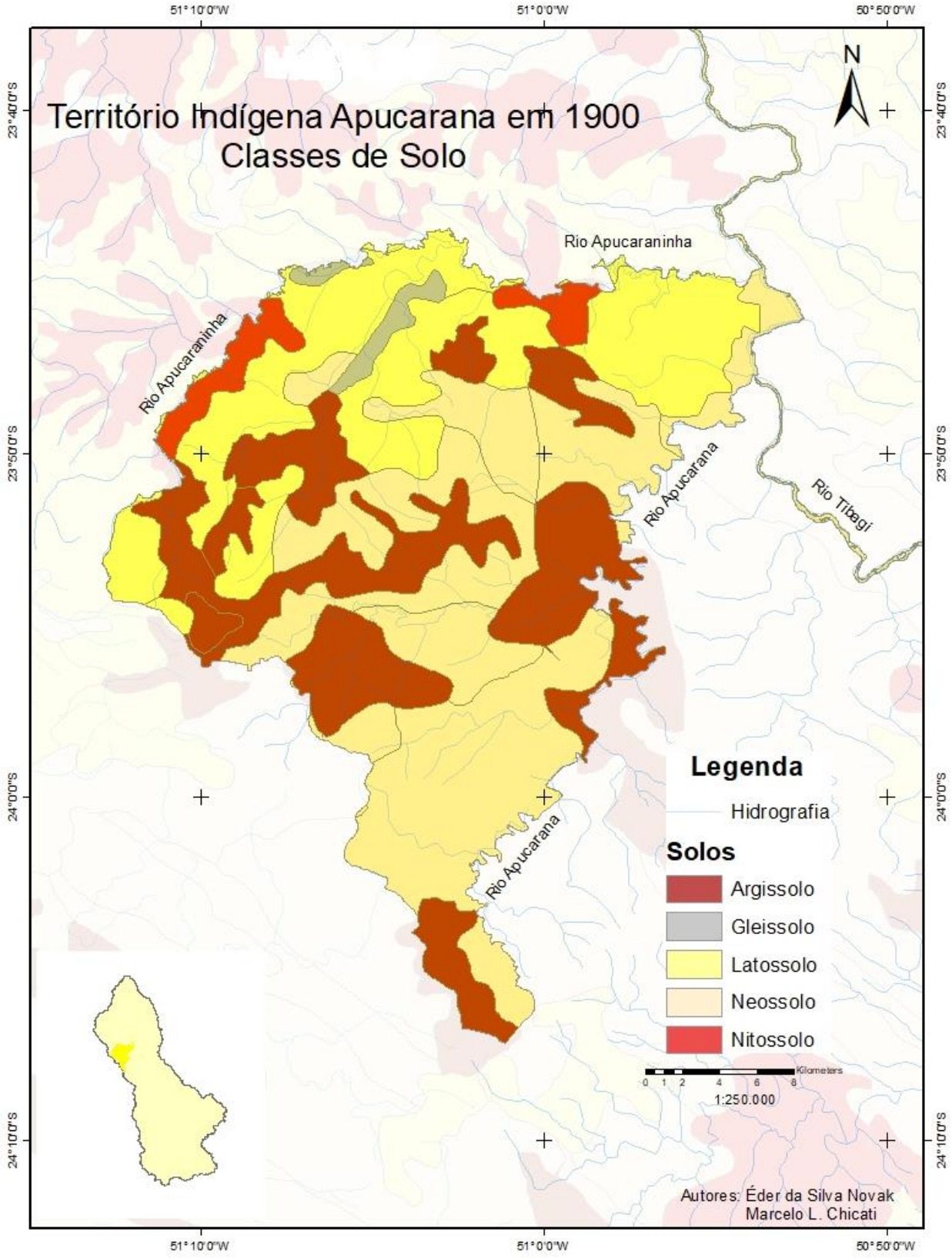
O Mapa 4 apresenta essa área permitindo estabelecer comparações com a Imagem 5, cuja planta da área reservada aos índios da região do Apucarana, elaborada pelo SPI, em 1940, indica uma área de 63.590ha, cujos limites eram os rios Apucaraninha ao norte, Apucarana ao sul, Tibagi a leste e a Serra do Cadeado a oeste. O Mapa 4 também evidencia as classes de solo presentes na área, em sua grande parte, propícios para o desenvolvimento da agricultura, como o plantio do café, por exemplo. Dessa forma, durante o transcorrer da primeira metade do século XX, essa área despertou o interesse dos colonizadores e muitos não-índios invadiram o território indígena ou passaram a arrendar estas terras junto ao órgão indigenista.

Imagem 5 – Planta da área reservada aos índios da região do Apucarana (1940).



Fonte: SPI, 1940, Filme 75, Fotograma 1466.

Mapa 4 – Território Indígena Apucarana reservado em 1900 e classes de solo



Autores: Éder da Silva Novak e Marcelo L. Chicati.

Entretanto, os anos foram passando e o governo estadual não mandou medir e demarcar a área destinada aos indígenas. Assim, com o avanço das frentes colonizadoras, muitos não índios adentraram à área reservada, constituindo moradias e fazendo roças, estabelecendo relações junto à comunidade indígena. Destarte, muitos colonos obtiveram títulos de propriedade de terras dentro da área indígena, reduzindo o território reservado aos índios. Isso é comprovado quando se analisa a Correspondência enviada pelo PI Apucarana à Diretoria do SPI, no Rio de Janeiro, em 7 de junho de 1948, tratando de questões sobre as áreas de terras reservadas aos índios.

> PI de Apucarana, já foi mudada a linha sul da área, que segundo o Decreto era pelo Rio Apucarana Grande, e no entanto está pelo Rio Preto, ficando fora mais de 4 mil alqueires, sendo também mudado a cabeceira do Rio Apucaraninha (lado noroeste) por um outro que antes se denominava Rio do Meio, e assim segue o caso das terras neste Estado (SPI, 07/06/1948, Filme 69, Fotograma 2043).

Em relação ao limite sul, o Ofício nº 190/24, de 10 de outubro de 1950, enviado pelo inspetor Deocleciano de Souza Nenê, ao diretor do Departamento de Geografia, Terras e Colonização, Almir Miró Carneiro, do Estado do Paraná, esclarece como se deu a redução da área de mais de 4 mil alqueires:

> Os limites das terras reservada aos índios do Posto Apucarana, município de Londrina, e deste serviço, estavam tendo as divisas como segue; a leste, o rio Tibagi; ao norte o rio Apucaraninha; a oeste, a Serra da Apucarana, e ao Sul, o rio Preto, desde sua cabeceira, até sua foz no Apucarana Grande, e por esta abaixo, até o rio Tibagi. O primitivo limite desta linha sul, era pelo rio Apucarana Grande, conforme se vê pelo Decreto Estadual n. 6, de 5 de julho de 1900, entretanto, não sabemos como, desde 1929 que passou a ser a divisa pelo rio Preto, desde sua cabeceira, até a barra no Apucarana, invasão esta pelos supostos proprietários da fazenda Apucarana Grande, mas que não foi protestado em tempo por esta Inspetoria (SPI, 10/10/1950, Filme 70, Fotograma 176).[72]

Nesse tocante deve ser compreendido o Acordo de 1949, quando o Governo do Estado pretendeu reestruturar os territórios indígenas, entre eles o PI Apucarana, reduzindo-os consideravelmente e regularizando a posse dos colonos que se instalaram no interior da área destinada aos índios, legitimando a titulação das terras invadidas naquele período de quase

[72] O Mapa 6 retrata exatamente essas perdas territoriais nas nascentes dos rios Apucarana e Apucaraninha.

cinco décadas. Como será demonstrando, o número de não-índios era muito maior que o de indígenas no território do Apucarana no momento da criação deste Posto em 1942.

Obviamente o Acordo de 1949 gerou grande insatisfação do órgão indigenista e intensa resistência dos povos indígenas, promovendo debates tensos e relações acirradas entre os sujeitos envolvidos, que perpassaram toda a gestão do SPI.[73] Como exemplo, o Telegrama nº 376, de 7 de abril de 1965, quando a Diretoria do SPI solicitou a 7ª Inspetoria Regional (IR7) que "[...] informe-nos, imediatamente, nome exato e completo advogados dessa Inspetoria. Determinamos, outrossim, trazer todos processos relativos problemas terra, fim equacionamento respectiva solução" (SPI, 07/04/1965, Filme 70, Fotograma 1590).

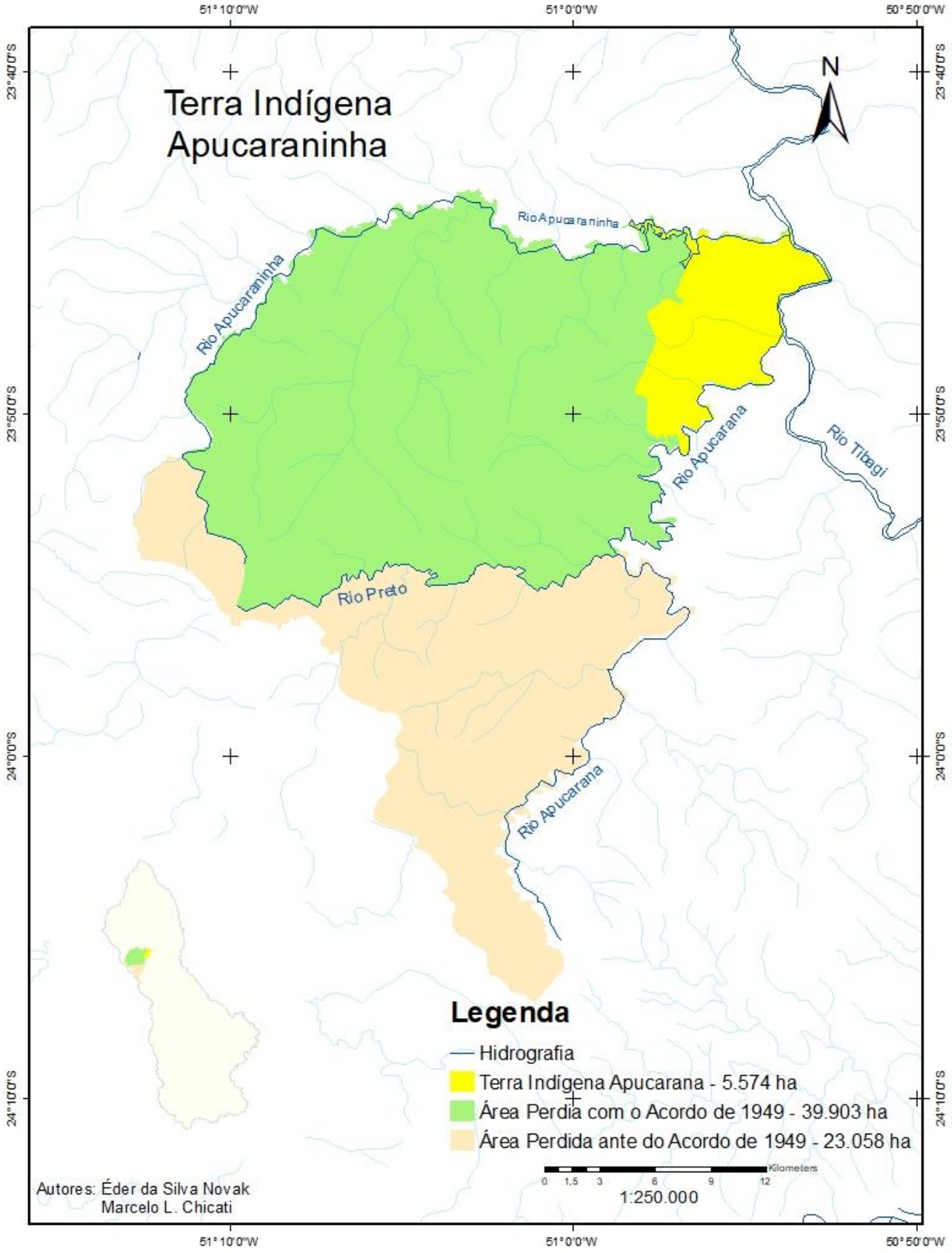
Após um período de quase duas décadas de embates, a área do PI Apucarana, no final de 1967, estava regularizada com seus 6.300ha, seguindo o estipulado pelos critérios do Acordo de 1949. Conforme Relatório Mensal, em 7 de dezembro de 1967, a área situava-se no Município de Londrina, Distrito de Tamarana, com Certificado de Escritura Pública, registrada no 5º Tabelião, em Curitiba (SPI, 07/12/1967, Filme 71, Fotograma 1720).

De toda forma, a atual Terra Indígena Apucaraninha, que em 1900, foi reservada aos índios com mais de 68.000ha, passou pela reestruturação do Acordo de 1949 ficando com 6.300ha e por outros processos de esbulhos durante o século XX, perdendo mais de 700ha nos anos 1970 e 1980, ficando reduzida aos seus atuais 5.574ha, situada no município de Tamarana, no Estado do Paraná. O Mapa 5 representa a atual Terra Indígena Apucaraninha, revelando a perda substancial de terras no processo de esbulho dos territórios indígenas durante o século XX.

Após essas considerações, a proposta aqui é apresentar e contextualizar a presença do órgão indigenista no Posto Indígena Apucarana, desde sua criação em 1942, até o período de transição SPI/FUNAI, demonstrando as ações, estratégias e atividades cotidianas desenvolvidas pelos agentes do SPI, ou seja, a política indigenista. Nesse intuito, serão demonstrados a estrutura administrativa do Posto, as obras de infraestrutura, os dados demográficos e escolares, bem como informações da sua produção e dos seus arrendamentos.

[73] Questões do Acordo de 1949 serão retomadas neste texto devido suas relações com a mudança da Sede do PI Apucarana e a construção e instalação da Usina do Apucaraninha.

Mapa 5 – O processo de desterritorialização da Terra Indígena Apucaraninha



Autores: Éder da Silva Novak e Marcelo L. Chicati.

2.2.1 Estrutura Administrativa do PI Apucarana

A Diretoria do SPI ficava centralizada no Rio de Janeiro e depois foi para Brasília com a mudança da capital nacional. Regionalmente existiam as Inspetorias Regionais (IRs), como a Sétima Inspetoria Regional (IR7), que cuidava dos Postos Indígenas situados nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Ao todo, após a criação do PI Apucarana, eram 11 PIs sob jurisdição da IR7. Conforme Oliveira e Freire (2006), com a criação da FUNAI, as IRs passaram a ser denominadas Delegacias Regionais (DRs).[74]

Quadro 2 – Fotografias da vista e da casa da administração do PI Apucarana

Fonte: SPI, 1942-1967.

[74] Para mais detalhes dessa estrutura administrativa do SPI e FUNAI e sobre a política indigenista na República ver: Oliveira e Freire (2006); Souza Lima (1998); Rocha (2003); Gagliardi (1989).

O PI Apucarana foi criado no início de janeiro de 1942. O Memorando no 1, de 6 de janeiro daquele ano, foi enviado pela IR7 ao primeiro encarregado do Posto – Francisco Gracia – dando as orientações para as atividades iniciais a serem realizadas. O encarregado, por meio do Relatório Anual de 1942, enviado à IR7, apresentou a Folha de Pagamento do PI Apucarana, com a existência de 3 funcionários: Francisco Gracia, como encarregado; Cristina Vulcanis Gracia, como auxiliar de ensino, esposa do encarregado; e o índio Luiz Pereira, como aprendiz (SPI, 01/01/1943, Filme 47, Fotogramas 27-28).

Em 17 de fevereiro de 1943, uma Correspondência da Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública do Paraná, enviada à Paulino de Almeida, chefe da IR7, naquele momento, comunicou a morte de Francisco Gracia, encarregado do PI Apucarana, no Distrito de São Roque, município de Londrina (SPI, 17/02/1943, Filme 69, Fotograma 1398). O secretário, Fernando Flores, tomou essa providência, após ter recebido o Telegrama no 112, enviado pelo delegado regional Milton Menezes, informando que Gracia havia sido assassinado pelo policial Afonso Gonçalves Cordeiro no dia 12 de fevereiro de 1943 (SPI, 13/02/1943, Filme 69, Fotograma 1399).

Um dia após a data do assassinato, João Martins Neto enviou uma Carta ao seu parente e amigo Alvaro Albuquerque, solicitando que este lhe apoiasse e lhe indicasse como novo encarregado do PI Apucarana (SPI, 13/02/1943, Filme 69, Fotograma 1401). Alvaro Albuquerque era funcionário da 15ª Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em Curitiba, e no dia 17 de fevereiro de 1943 encaminhou uma Correspondência ao chefe da IR7, solicitando a vaga aberta com a morte de Gracia, para João Martins Neto (SPI, 17/02/1943, Filme 69, Fotograma 1400).

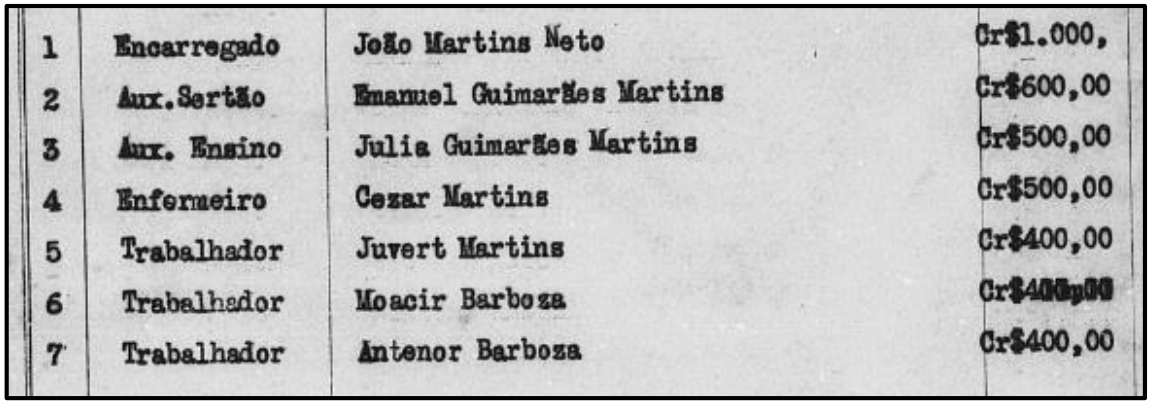
Dessa forma, ocorreu a nomeação do novo encarregado do PI Apucarana, com a posse de João Martins Neto, assim como sua esposa Julia Guimarães Martins, que ocupou a função de auxiliar de ensino (SPI, 01/03/1943, Filme 47, Fotogramas 33-34). Os conchavos e as indicações eram decisivos para ocupar os cargos em aberto do órgão indigenista, até porque possibilitava empregar também os familiares.

Em 13 de julho de 1944, por meio do Ofício no 14, encaminhado por João Martins Neto à IR7, foi informado a morte do aprendiz indígena Capitão Luiz Pereira e a nomeação de um novo aprendiz, o Índio Tenente Gregório, "[...] visto ser este o que trabalhava e ser respeitado por todos os mais [...] este é o no 1 de todos os que aqui vivem" (SPI, 13/07/1944, Filme 47, Fotograma 586). O índio Gregório mantinha estreitas relações com o órgão indigenista, recebendo, inclusive alguns presentes, conforme será apresentado. Em 17 de fevereiro de 1946,

uma nova alteração no aprendiz do PI Apucarana, com a ficha de admissão do indígena Kaingang Joaquim dos Santos (SPI, 17/02/1946, Filme 47, Fotograma 1707).

Aos poucos, o número de empregados do Posto foi aumentando, como demonstra a Folha de Pagamento de 31 de maio de 1948, conforme Imagem 6. Não consta o nome do jovem aprendiz indígena e ainda evidencia o nepotismo dos Martins nos cargos daquele PI.

Imagem 6 – Empregados do PI Apucarana em maio de 1948



1	Encarregado	João Martins Neto	Cr$1.000,
2	Aux.Sertão	Emanuel Guimarães Martins	Cr$600,00
3	Aux. Ensino	Julia Guimarães Martins	Cr$500,00
4	Enfermeiro	Cezar Martins	Cr$500,00
5	Trabalhador	Juvert Martins	Cr$400,00
6	Trabalhador	Moacir Barboza	Cr$400,00
7	Trabalhador	Antenor Barboza	Cr$400,00

Fonte: SPI, 31/05/1948, Filme 48, Fotograma 715.

Também existia a possibilidade de transferência do encarregado para outro Posto Indígena. O Ofício nº 102, da IR7, em 13 de abril de 1956, comunicou Alan Cardec sobre sua transferência para o PI Laranjinha (SPI, 13/04/1956, Filme 48, Fotograma 1972). De toda forma, tal transferência parece não se ter concretizado, já que Alan Cardec continuou no PI Apucarana até início dos anos 1960, conforme Quadro 3.

Quadro 3 – Encarregados do PI Apucarana entre 1942 a 1967

Ano	Nome do Encarregado
1942	Francisco Gracia
1943	João Martins Neto
1951	Alan Cardec Martins Pedrosa
1964	João Garcia de Lima
1967	Jonas Batista de Carvalho

Fonte: Elaborado pelo autor.

No que tange a estrutura administrativa dos PIs, em 23 de março de 1960, através da Ordem de Serviço Interna nº 62, a IR7 alterou os nomes dos PIs, homenageando alguns políticos

ou agentes do órgão indigenista. Como exemplo, o PI Apucarana passou a se chamar PI Dr. Xavier da Silva (SPI, 23/03/1960, Filme 76, Fotograma 2166).[75]

Com o Golpe Civil Militar de 1964, os aparatos estatais passaram por reformulações, inclusive do órgão indigenista.[76] A IR7, por exemplo, passou por uma intervenção, como demonstra o Ofício nº 18, em 8 de abril de 1964, do general Dário Coelho, comandante da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Infantaria, ao inspetor do SPI em Curitiba, comunicando que, por ordem do Ministro da Guerra, "[...] designei, nesta data, o Sr. Cap. da Polícia Militar do Estado do Paraná – Vevongel da Silva para, na qualidade de interventor, assumir a direção dessa repartição" (SPI, 08/04/1964, Filme 70, Fotograma 1510).

Na mesma data, foi lavrado o Termo de Intervenção na sede da IR7, assinado pelo novo interventor Vevongel da Silva e por Dival José de Souza, além de outros inspetores e testemunhas, medida esta "[...] em face das atuais circunstancias político-militares em que se encontra o país" (SPI, 08/04/1964, Filme 70, Fotograma 1512). Rapidamente, a intervenção apresentou consequências, como demonstra o Ofício nº 129, de 27 de maio de 1964, do general Dário Coelho, à Vevongel da Silva, com o assunto *Informação sobre Intervenção*.

> Em atenção ao constante do Ofício de referência, informo-vos que este comando determinou a intervenção nesta Inspetoria Regional, na presunção da existência de elementos comunistas e falta de probidade administrativa. Esclareço-vos que nada tendo se positivado contra o funcionário Dival José de Souza [...] convindo entretanto informar [...] no que se relaciona aos funcionários Francisco Tavares e Nereu Moreira da Costa (SPI, 27/05/1964, Filme 70, Fotograma 1516).

Como se observa, instalou-se um rígido controle sobre as atividades dos PIs e seus agentes. Além disso, o governo militar procurou obter informações sobre aqueles que praticavam crimes contra os indígenas, como mostra o Ofício nº 43, em 1º de dezembro de 1965, do chefe do Serviço de Repressão ao Tráfico de Pessoas, Hilton Brandão, ao Sr. Major Aviador Luis Vinhas Neves, diretor do SPI, determinando que seja:

> Prevenido e reprimido os ilícitos penais que de modo direto ou indireto atentarem contra a vida ou incolumidade física dos silvícolas e suas comunidades, ou que violarem as normas previstas na legislação especial de proteção aos indígenas, solicito a V.Sª nos fornecer uma relação de todos os individuos que hajam praticado ou sejam suspeitos de práticas criminosas

[75] Apesar da mudança de nome, para mais fácil compreensão, este trabalho manterá o uso do nome PI Apucarana, mesmo após 1960.

[76] Ver detalhes em Lima (2001) e Oliveira; Freire (2006).

> contra a vida ou incolumidade dos silvícolas e suas comunidades, informando, se possivel, a qualificação completa dos acusados, suas residências, local do crime praticado e espécie de delito. [...] a fim de, facilitar futuras investigações (SPI, 01/12/1965, Filme 70, Fotograma 1710).

Dessa forma, as atividades nas IRs e PIs passaram a ser intensamente fiscalizadas, assim como seus funcionários, para assegurar a política indigenista planejada pelas autoridades políticas daquele contexto.[77]

2.2.2 Obras de infraestruturas

Imediatamente após a criação do PI Apucarana, a IR7 encaminhou o Memorando nº 1, solicitando que o encarregado Francisco Gracia se dedicasse a construção da escola, da enfermaria, à criação de gado, porcos e aves e que desse alimentos, roupas e comida aos alunos indígenas, dando andamento às obras necessárias para a estruturação do PI Apucarana (SPI, 06/01/1942, Filme 73, Fotograma 1512). Essa infraestrutura era essencial, conforme Oliveira e Freire (2006), para garantir o sucesso da política indigenista, que visava a assimilação e integração do índio à sociedade nacional.

Outrossim, o encarregado do Posto procurou seguir as orientações e enviava a IR7 as informações dos serviços realizados e em andamento, como no Relatório Anual de 1943, em seu item *Construções*, tratando da localização da sede do PI, dos Toldos e das obras:

> Foi construída para a sede provisória deste posto uma casa de madeira lascada [...]; um paiol de taboa lascada para cereais [...]; um forno de pedra para assar pão, um coberto de madeira para o mesmo; uma privada [...]; um coxo de cerne para por milho de molho [...]; treis quilômetros de estrada carroçável com 5,00 de largura, compreendido do Rio Apucaraninha a sede deste Posto; uma ponte sobre o rio Apucaraninha medindo 15,00 de comprimento por treis de largura; quatro pontilhões [...]; 1500 metros de cerca [...] de invernada; um pilão de peroba [...]; uma picada na extensão de 8 quilometros por 3,00 de largura, ligando o toldo de Apucarana ao toldo do Rio Preto, para transito de tropa (SPI, 01/01/1943, Filme 47, Fotograma 135).

O Demonstrativo da Renda Indígena de julho de 1943 revela a utilização de serviços de terceiros para a construção das obras pertinentes a infraestrutura do PI Apucarana: primeiramente um pagamento de Cr$ 450,00 para Ernesto Machado dos Santos, por serviços em construção de estradas; também um pagamento a Otavio Lima de Cr$ 100,00 por abrir

[77] Ainda é necessário um estudo mais detalhado sobre as ações no PI Apucarana após o Golpe Civil Militar e após a criação da FUNAI, não abordado neste trabalho.

picadas no interior da reserva indígena; e outro pagamento a Eduardo Stein de Cr$ 199,00 pelos serviços de construção da estrada, que ligava o PI à vila de São Roque (SPI, 31/07/1943, Filme 47, Fotograma 48).

Quadro 4 – Fotografias de estradas e pontes do PI Apucarana

Fonte: SPI, 1942-1967.

As obras de infraestrutura do novo Posto eram observadas de perto pela IR7, conforme Relatório apresentado ao Snr. Paulino de Almeida, por Deocleciano de Souza Nenê, inspetor do SPI, dos trabalhos efetuados no PI Apucarana, em 20 de julho de 1943. Nenê procedeu a análise da construção de estradas, pontes, caminhos, monjolos, invernadas, tendo passado por todos os Toldos para o recenseamento dos indígenas. Quando citou as estradas e os caminhos, enfatizou a ligação do PI com a vila de São Roque e abertura de picadas no interior da reserva para a interligação dos Toldos indígenas (SPI, 20/07/1943, Filme 47, Fotograma 159).

O inspetor Nenê também descreveu a localização e situação do Posto Indígena:

> A Séde está situada no extremo norte da reserva indígena, e localizada a margem esquerda do Rio Apucaraninha, distante deste um quilometro pouco mais ou menos, n´uma Campina que se compõe uma parte de samambaia, e

> outra parte de gramados nativos, próprio para a criação de Equinos Asininos e Suinos, porque também é coberta de pinheiral e palmeiral, e bastante banhados, cuja Campina é calculada em uns 150 a 200 alqueires, com possibilidade de se aumentar, separada das terras de planta por uma cerca de madeira que, partindo do Rio Apucaraninha, a Oeste da casa da Séde, vindo essa cerca em direção a mesma casa, passa pelos fundos distante uns 100 metros, contorna e ruma mais ou menos a nordeste da séde, vindo novamente encostar no Rio Apucaraninha, a uns 4 ou 5 quilometros abaixo da mesma margem esquerda desse Rio (SPI, 20/07/1943, Filme 47, Fotograma 161).

O Relatório do inspetor Nenê também apontava que as obras realizadas na sede do PI Apucarana ainda eram escassas:

> É dessa gleba que tem os alqueires calculados acima, ali morando mais de 10 moradores, não podendo precisar e dizer neste o numero exato desses moradores, mas será isso logo feito, porque o Snr. Encarregado ficou também tratando disso e enviará a Inspetoria. Esses moradores possuem criações de toda espécie, e alguns relativamente em regular escala, e a cerca acima mencionada foi construída por esses moradores, antes de existir o Posto, sendo que pelo Posto pouca coisa foi ainda feita (SPI, 20/07/1943, Filme 47, Fotograma 161).

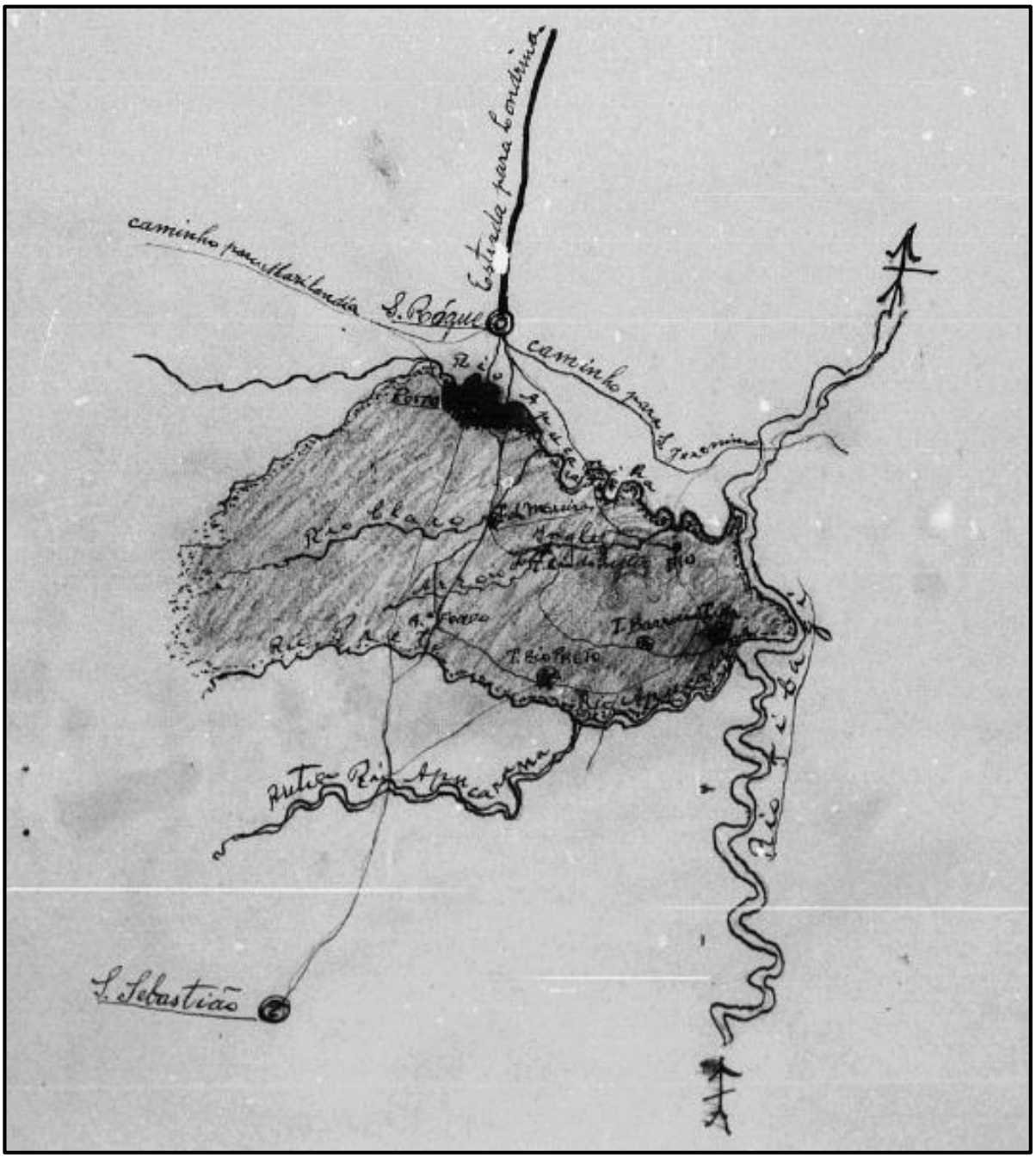
Como será demonstrado pelos dados demográficos e escolares o número de indígenas no Toldo da Campina, o mais próximo da sede do PI, era pequeno.

Mas a partir da instalação da sede do Posto e com a presença de um encarregado, passaram a ocorrer as comunicações com os agentes da colonização, intensificada na região naquele momento. Isso fica evidente pelo Telegrama de João Martins Neto para a IR7, notificando o interesse do Prefeito de Londrina, no traçado de uma estrada em direção a São Sebastião, aproveitando o caminho já existente constante na Imagem 7 (SPI, 07/02/1944, Filme 47, Fotograma 582).[78]

Imagem 7 permite a visualização do local da sede do PI e dos Toldos indígenas situados na reserva indígena em questão, conforme levantamento do órgão indigenista. Ela demonstra também as duas áreas perdidas pelos índios: a primeira ao norte, na nascente do rio Apucaraninha; a segunda ao sul, na nascente do rio Apucarana. O Mapa 6 destaca a posição dos Toldos Indígenas e da sede do PI Apucarana em 1943, assim como evidencia as áreas que não mais faziam parte do Território Indígena Apucarana.

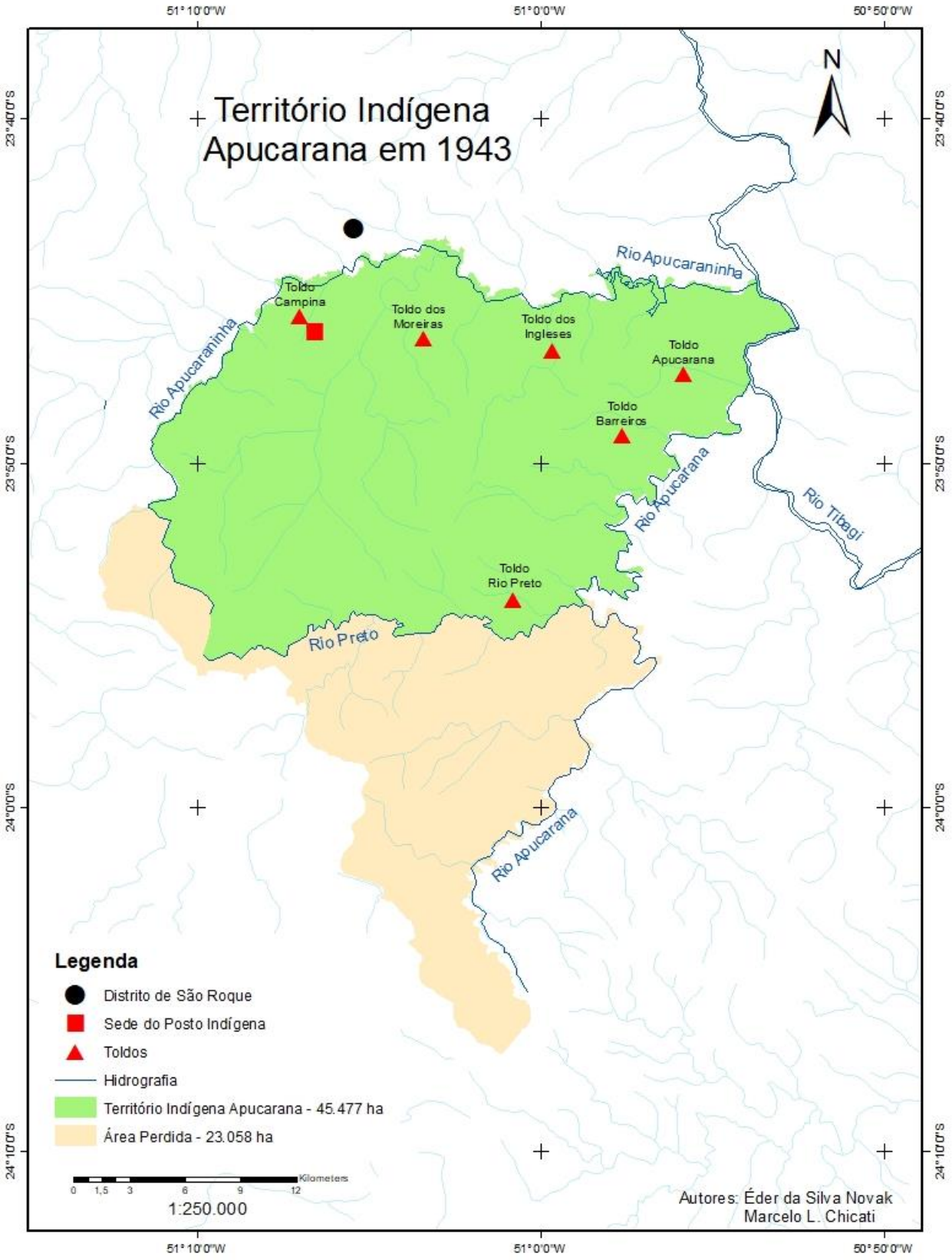
[78] Trata-se da PR 445, que hoje liga Londrina a Mauá da Serra, passando ao lado de Tamarana.

Imagem 7 – Croqui da viagem do inspetor Nenê ao PI Apucarana em julho de 1943



Fonte: SPI, 20/07/1943, Filme 47, Fotograma 165.

Mapa 6 – Território Indígena Apucarana em 1943 (Toldos e sede do Posto)



Autores: Éder da Silva Novak e Marcelo L. Chicati.

Ao final de 1944, o encarregado do PI Apucarana, enviou ao chefe da IR7, Paulino de Almeida, o Relatório Anual das ocorrências e serviços do Posto, informando a existência de "[...] 30 predios construídos [...] e coberto também com taboinhas de pinho lascasdo e que estão servindo para Casa da Administração, casa para empregados, galpão para arames e ferramentas, estrebaria, paiol para cereais e casa para moradia de índios" (SPI, 16/12/1944, Filme 47, Fotogramas 591-592).

Além disso, João Martins Neto informou a construção de pontes e cercas para invernadas entre os rios Apucaraninha e Rio Claro. Essas obras foram novamente mencionadas no Relatório Mensal, em 23 de fevereiro de 1945, enviado à IR7, quando o encarregado listou a relação das pontes, cercas, paiol e estradas que foram construídos para estruturação do Posto (SPI, 23/02/1945, Filme 47, Fotogramas 901-902).

Um ano após, o Relatório Mensal encaminhado por Martins Neto ao diretor do SPI, José Maria de Paula, no Rio de Janeiro, continha informações da continuidade das obras da ponte sobre o rio Apucaraninha e da estrada que ligaria a sede do PI Apucarana à Vila de Tamarana, obras atrapalhadas pelas chuvas constantes na região há mais de trinta dias (SPI, 31/01/1946, Filme 47, Fotogramas 1694-1696). Obras que conforme o Ofício nº 11, de 4 de março de 1946, enviado pelo encarregado à IR7, estavam quase prontas (SPI, 04/03/1946, Filme 47, Fotogramas 1722-1723).

Além disso, outras obras de interesse regional passavam pela reserva indígena, conforme Ofício nº 8, de 25 de março de 1946, enviado por Martins Neto à Paulino de Almeida, que comunicava a "[...] construção da estrada de Ponta Grossa a Araruva, ex-Marilândia, que vai estragar uma grande quantidade de pinheiros na margem da referida estrada dentro desta fazenda" (SPI, 25/03/1946, Filme 47, Fotograma 1766). Segundo o encarregado, os estudos já estavam realizados e a estrada passaria pela Cordilheira da Serra dos Mulatos, com 60 metros de largura, sendo que 30 metros adentraria a reserva indígena, com uma extensão de sete quilômetros cortando no meio do pinhal.[79]

Para o órgão indigenista, a preocupação principal era quanto aos pinheirais, pela possibilidade de lucros com sua venda.[80]

> Seria bom [...] entender-se diretamente com os proprietários de uma serraria que acha-se situada junto com aquele pinhal, entrando em negócio dos pinheiros, que serão fatalmente derrubados e isto é já por estes dias, a turma

[79] Trata-se da BR 376, que no trecho do Paraná é conhecida como Rodovia do Café, ligando Maringá a Curitiba.

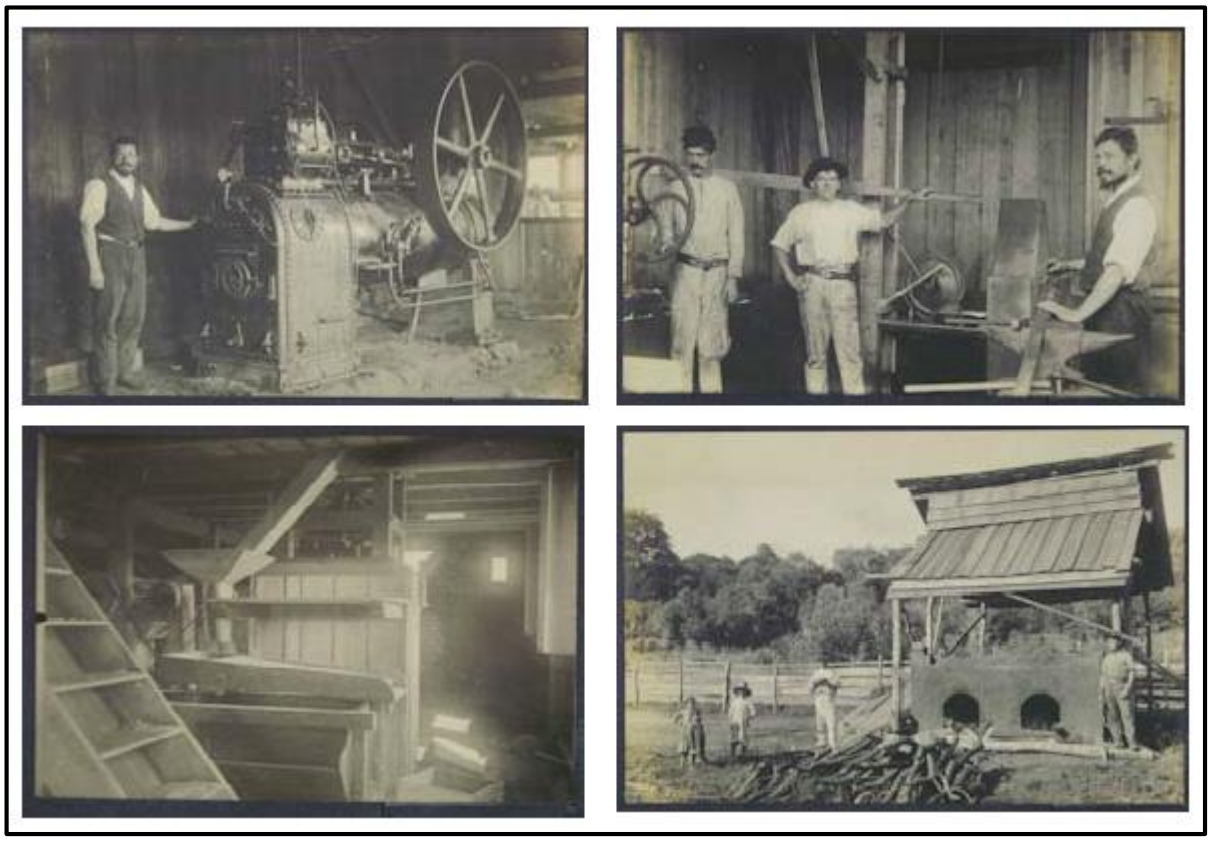
[80] Essa questão econômica, a presença de serrarias e a extração de madeiras serão debatidas adiante.

> de desmatação tanto vem uma de lá de Queimadas como vai outra de Araruva, de modo que estão muito perto de nossa deviza. O pinhal junto da serraria é aproximadamente de 10 a 12 mil pinheiros em condições de negócio (SPI, 25/03/1946, Filme 47, Fotograma 1766).

Em 1948, um Recibo de Pagamento indicava a construção de uma nova estrada no interior do PI Apucarana:

> Recebi [...] a quantia de quatorze mil e quatrocentos cruzeiros (Cr$ 14.400,00), proveniente de serviços por mim prestados na abertura de uma estrada carroçável ligando a Sede do Posto ao bairro do Rio Branco, dentro da área indígena, numa extensão de vinte e quatro mil metros, a razão de seis cruzeiros (Cr$ 6,00) cada metro (SPI, 06/01/1948, Filme 48, Fotograma 544).

Quadro 5 – Fotografias de máquinas e olaria no PI Apucarana



Fonte: SPI, 1942-1967.

Além das estradas, havia a preocupação de estruturar a sede do Posto, com edificações e invernadas para assegurar as demandas do PI Apucarana, sua subsistência e seu

desenvolvimento econômico.[81] Para isso, retirava-se da própria área os recursos necessários, como mostra o Recibo de Pagamento de 31 de outubro de 1948:

> Recebi [...] a quantia de oitocentos e cinquenta e cinco cruzeiros (Cr$ 855,00), proveniente dos seguintes serviços: extração de 45 dúzias de madeira, digo de tábuas de pinho farquejada, medindo 6x1 polegada, com 2,20 metros de comprimento a razão de 15 cruzeiros cada dúzia e mais 13 dúzias de palanques de cérne de 12 palmos de cérne de peroba a Cr$ 10,00 cruzeiro cada dúzia e um carro de mão pelo preço de Cr$ 50,00 (SPI, 31/10/1948, Filme 48, Fotograma 782).

As reformas e reparos nas estradas já construídas eram constantes, principalmente nos períodos chuvosos, como demonstra o Relatório Mensal do PI Apucarana, em 31 de janeiro de 1950. Este trouxe a informação que foram realizados os serviços de reparo na estrada de rodagem que ligava a sede do Posto à vila de Tamarana, em virtude das fortes chuvas no período, num percurso de 3.800 metros (SPI, 31/01/1950, Filme 48, Fotograma 1388).

É importante ressaltar que os trabalhos no PI Apucarana eram acompanhados pela IR7, situada em Curitiba, e pela direção do SPI, no Rio de Janeiro, seja por contínuas trocas de Correspondências, como os Relatórios Mensais, Anuais, Ofícios, Cartas, Memorandos, entre outros, seja por visitas ao citado Posto, como a que ocorreu no dia 10 de abril de 1950, com a presença do Dr. Modesto Donatini Dias da Cruz (diretor do SPI), Lourival da Mota Cabral (chefe da IR7), Dival José de Souza (inspetor da IR7) e Nilo Veloso (cinegrafista do SPI) (SPI, 30/04/1950, Filme 48, Fotograma 1395).

Apesar das negociações sobre a mudança de local da nova área destinada aos índios do Apucarana estarem em andamento, decorrentes do Acordo de 1949, havia a intenção do órgão indigenista em permanecer com sua sede já construída, reconstruindo, inclusive, a estrada de rodagem que ligava a sede do Posto à Vila de Tamarana, conforme mostra o Recibo de Pagamento, de 14 de novembro de 1950, reforçando a tese de não sair daquele local (SPI, 14/11/1950, Filme 73, Fotograma 1731).

Praticamente dois anos após a assinatura do Acordo de 1949, a sede do Posto ainda se mantinha no antigo local, conforme Relatório Mensal de 30 de abril de 1951, demonstrando a preocupação do encarregado Alan Cardec com as cercas das invernadas:

> [...] as quais são feitas de madeira de pinho lascado, estão todas caídas, em face de já estarem com mais de 5 anos de construídas, e a duração deste tipo

[81] Conforme Souza Lima (1992), a Diretoria do SPI e as IRs cobravam a *autonomização econômica* dos PIs.

> ser apenas de 4 anos. Este é um dos serviços que não podemos esperar para ser feito mais tarde (SPI, 30/04/1951, Filme 48, Fotograma 1478).

Certamente esse serviço com as cercas não foi executado, porque por meio do Relatório Mensal de novembro de 1951, Alan Cardec comunicou a construção da nova sede do PI Apucarana no Toldo do Capitão Luiz, na Água do Gregório e também a conclusão da estrada que ligava a nova sede ao Bairro da Usina (SPI, 30/11/1951, Filme 48, Fotogramas 1492-1493). Ou seja, a usina influenciava a toponímia local e também despertava o interesse do órgão indigenista, que teve como preocupação inicial, abrir uma estrada entre o local da nova sede até as proximidades da Usina do Apucaraninha. A sede do PI Apucarana mudaria novamente de local a partir de outubro de 1952, influenciada pela presença da Usina do Apucaraninha, como será demonstrado no próximo capítulo. Primeiramente, porque o órgão indigenista vislumbrou possibilidades de rendimento e, sobretudo, ter energia elétrica para suas atividades.[82] Segundo, os indígenas tiveram a leitura da presença da usina e das negociações em virtude do Acordo de 1949 e o deslocamento da sede do PI.[83]

Com a mudança para a nova sede Alan Cardec enviou o Ofício nº 13, em 8 de outubro de 1951, à IR7, solicitando, entre outras coisas, cem rolos de arame farpado, para a construção de invernadas e piquetes, e um trator para o trabalho nas lavouras e na abertura e conservação de estradas.

> São estas as perspectivas que temos de enfrentar ao iniciarmos os trabalhos de reorganização deste Posto, agora em terras definitivamente regularizadas e tituladas e em local previamente estabelecido. Esperamos, dentro de poucos meses estar com todos os serviços concluídos e o Posto em pleno funcionamento, para atender as nossas finalidades neste setor (SPI, 08/10/1951, Filme 48, Fotograma 1582).

A partir da escolha do local da nova sede do Posto, o órgão indigenista procurou retirar os moradores não-índios da área delimitada para os indígenas. Uma estratégia era a emissão de Aviso Interno, como o que ocorreu em 15 de janeiro de 1952, em que Alan Cardec explicitou o Acordo de 1949 e que a partir desta data, não poderiam mais fazer roças, nem construir cercas, casas, estradas e caminhos, paiol, entre outras benfeitorias (SPI, 15/01/1952, Filme 48, Fotograma 1603). Iniciava a ação de retirar os intrusos da área pertencente ao Patrimônio Indígena, caracterizando o *paradoxo da tutela* apresentado por Oliveira (1988). Nesse sentido,

[82] Estas discussões serão apresentadas no capítulo 3.

[83] Este debate será proporcionado no capítulo 4.

o encarregado emitiu novo Aviso Interno, exatamente um mês após o primeiro, com os seguintes dizeres:

> Em virtude de o Governo deste Estado do Paraná ter dividido esta Fazenda em duas glebas distintas, sendo uma para a Fazenda do Serviço de Proteção aos Índios, e a outra para a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração, a Administração deste Posto Indígena de Apucarana, resolve levar ao conhecimento de todos os senhores moradores desta reserva indígena: [...] os senhores proprietários de bodegas [...] poderão permanecer com seus negócios abertos até o dia 30 de maio do ano em curso; [...] os demais moradores da área que ficou reservada para o uso fruto dos índios, colhendo suas roças e liquidando suas safras, só poderão permanecer nesta reserva, até o dia 31 de dezembro do corrente ano; [...] todas as demais criações que se encontrarem fora, ou seja, em criadores antigos, serão recolhidos para a invernada do Posto, em face de no local dos antigos criadores, irmos aproveitar para o reflorestamento da fazenda (SPI, 15/02/1952, Filme 48, Fotograma 1604).

Entre outras ações, o órgão indigenista teve a preocupação de trazer água para a sede do PI Apucarana. Conforme Relatório Mensal, de 28 de fevereiro de 1954, ocorreu a canalização de água, trazida de uma distância de 450 metros à sede do Posto, com bicas de madeiras correndo por gravidade (SPI, 28/02/1954, Filme 48, Fotograma 1752).

No ano seguinte, conforme Relatório Mensal de outubro de 1955, foi construído um poço na sede do PI Apucarana, para o fornecimento de água aos seus moradores. Nesse mesmo Relatório, o encarregado informou uma série de conservação de estradas, ligando pontos estratégicos para as atividades cotidianas daquele Posto (SPI, 31/10/1955, Filme 48, Fotograma 1859).

O SPI buscou também a interligação mais próxima entre os PIs. O relatório Mensal de 30 de junho de 1956 revela construção de uma estrada de rodagem:

> Da sede deste Posto, até a margem do rio Tibagi, inteiramente dentro de nossa reserva, a qual destina-se ao Posto Indígena Barão de Antonina, no Município de São Jerônimo da Serra. Distancia deste PI ao PI Barão de Antonina, via Londrina, estrada usada atualmente, 170.000 metros [...] Distancia pela nossa futura estrada, 35.000 metros. Todos os trabalhos estão sendo feitos com os recursos deste PI (SPI, 30/06/1956, Filme 49, Fotograma 11).

E os trabalhos se intensificavam no novo PI Apucarana. Um mês após a informação da construção da estrada acima, o encarregado elaborou novo Relatório Mensal, citando a realização das seguintes benfeitorias:

> Reconstrução de uma ponte na estrada da sede do Posto, reforma de 950 vãos de cerca nas invernadas do PI, limpeza da picada da postiação da rede de alta tensão, limpeza de 10 alqueires de invernada, a preparação de 5 alqueires de terra para formação de pasto do capim colonião; cada alqueire compreende 24.200 metros quadrado (SPI, 31/07/1956, Filme 49, Fotograma 13).

É importante destacar que essa rede de alta tensão era a que conduzia a energia elétrica da usina até a sede do Posto. Como será demonstrado, grande parte dessas tarefas era realizada por mão de obra indígena, que recebiam determinado valor por dia de trabalho ou por atividade realizada. Atividades como a "[...] abertura de bueiros em nossa estrada, no trecho compreendido entre a Serraria São José e a sede deste PI" (SPI, 31/07/1958, Filme 49, Fotograma 171), informada por Alan Cardec no Relatório Mensal de Julho de 1958, deixando claro a existência de uma serraria dentro da área destinada aos índios.

Naquele momento, estava em andamento a construção de uma ponte, conforme Ofício nº 379, de 9 de dezembro de 1957, considerada um "[...] empreendimento de indiscutível utilidade à vida daquela unidade de Serviço" (SPI, 09/12/1957, Filme 73, Fotograma 1940). Segundo o documento, essa obra contava com a colaboração do Prefeito de Londrina, Antonio Fernandes Sobrinho, mas o madeiramento seria fornecido pelo PI Apucarana.

Muitas das realizações desse Posto foram atingidas pelo grande incêndio de 1963, que provocou danos em muitas regiões do Estado do Paraná.[84] Por meio do Ofício nº 2, de 28 de agosto de 1963, o encarregado do PI Apucarana comunicou sobre o incêndio.

> Proveniente da grande estiagem que se veem registrando em nossa Região, aproximadamente a quase seis meses, e agravada a situação por fortes geadas nestes últimos meses, veio ocasionar grandes incêndios em nossas capoeiras, matas e até algumas roças de milho que ainda não achavam-se concluídas suas colheitas, bem assim, nossas invernadas (SPI, 28/08/1963, Filme 68, Fotograma 2163).

Além disso, Alan Cardec informou sobre a queima de pinheiros nativos e plantados e mil alqueires de terras devastados pelo fogo. Em 13 de setembro de 1963, por meio do Ofício nº 5, o encarregado trouxe as *Últimas ocorrências sobre o incêndio*, relatando várias localidades afetadas no interior e imediação da área de terras destinada aos indígenas do PI Apucarana, como nas margens do rio Tibagi; na barra do Apucarana Grande; subindo o rio Apucarana, na barra do Barreiro; na zona do Barreiro; e na Zona do Apucaraninha, onde estava instalada a sede do PI e a usina da EELSA; locais totalmente incendiados, com vários ranchos queimados,

[84] Ver a dissertação Paixão (2014) para maiores detalhes sobre o incêndio de 1963.

pertencentes aos índios e mil e duzentos metros de cerca destruída (SPI, 13/09/1963, Filme 68, Fotogramas 2165-2166).

Buscando diferentes formas de se reestruturar e de aumentar a renda, o PI Apucarana iniciou a construção de uma olaria, como demonstra o Ofício nº 24, de 7 de junho de 1966, que funcionaria dentro da área indígena, com boas perspectivas de renda para o SPI e aos índios, mas que necessitava de autorização e liberação dos recursos para o pagamento dos custos necessários para a instalação da citada olaria (SPI, 07/06/1966, Filme 49, Fotogramas 150-151). A olaria e também um engenho de serra horizontal, ambos no interior da área indígena, foram assuntos do Ofício nº 31, de 21 de agosto de 1967, que, conforme o encarregado, precisavam ser ampliados (SPI, 21/08/1967, Filme 69, Fotogramas 295-297).

2.2.3 Dados Demográficos

Mesmo antes de se tornar PI Apucarana, ocorriam as visitas dos inspetores do SPI, lotados na IR7, com a finalidade, entre outras, de realizar os recenseamentos dos índios domiciliados nos Toldos daquela localidade. Como, por exemplo, o realizado em 1937, nos Toldos do Apucarana e Rio Preto, situados no Distrito de São Roque, município de Tibagi, que contabilizou a presença de 148 índios no Toldo do Apucarana e 92 no Rio Preto, ou seja, 240 no total, apenas nesses dois Toldos (SPI, 1937, Filme 47, Fotogramas 13-17).

Após a criação do PI Apucarana, os recenseamentos passaram a ser mais assíduos, praticamente mensais. Em 1º de janeiro de 1943, o encarregado Francisco Gracia relatou a existência de uma população de 400 índios em toda a área reservada aos índios, distribuídos pelos Toldos, além de 312 famílias de intrusos (SPI, 01/01/1943, Filme 47, Fotogramas 136-137). Como se viu, desde a reserva da área em 1900, não-indígenas passaram a morar no interior do território indígena, relacionando-se com estes das mais variadas formas, sendo que seu número já era muito superior ao de indígenas no contexto de criação do PI Apucarana.

No Relatório apresentado à IR7, em 20 de julho de 1943, o inspetor Deocleciano de Souza Nenê, após visita ao PI Apucarana, comunicou que realizou um novo recenseamento (Tabela 6) dos indígenas ali presentes, mas citou inúmeras dificuldades da viagem pela área, como chuvas, desencontros com as lideranças indígenas, entre outras, o que comprometeu o resultado do recenseamento (SPI, 20/07/1943, Filme 47, Fotogramas 159-161).

Tabela 6 – Recenseamento dos índios do PI Apucarana em julho de 1943

Toldo	Total de indígenas
Campina – Sede do Posto	19
Bairro dos Moreiras	17
Ribeirão do Inglês	17
Barreiro	15
Apucarana	61
Rio Preto	55
TOTAL	184

Fonte: SPI, 20/07/1943, Filme 47, Fotogramas 168-187.

Em relação ao Toldo Campina, o mais próximo da sede do Posto, Nenê relatou:

> Os índios apenas encontram-se morando nas proximidades do Posto só 5 famílias, isso mesmo 2 casaes não são moradores efetivos, eu recenciei eles como sendo moradores, porem estão ali provisoriamente, mas, dos moradores quase efetivos possuem 9 suinos e 5 equinos. As aguas são boas, tendo nessa área alguns arroios que correm pelo centro (SPI, 20/07/1943, Filme 47, Fotograma 161).

De um total de 19 índios no Toldo Campina, dois casais, provavelmente com filhos, não eram moradores efetivos, ou seja, um número pequeno de indígenas habitava perto do local onde se erguia a estrutura da sede do PI Apucarana. Por outro lado, a presença dos índios no local, de forma provisória, também apontava o interesse destes nas possiblidades e benefícios que o Posto poderia lhes oferecer e que serão analisadas mais adiante.

Além dos censos dos indígenas, o SPI procedia o recenseamento dos intrusos da reserva indígena, como aponta o Demonstrativo da Renda Indígena de julho de 1943, trazendo um pagamento a Eduardo Torres Bitencourt, de Cr$ 700,00, pelos serviços prestados por ocasião do recenseamento dos intrusos (SPI, 31/07/1943, Filme 47, Fotograma 48).

Ao final do ano de 1943, João Martins Neto apresentou o Relatório Anual do Serviços do PI Apucarana, ao chefe da IR7, relatando o total de 283 índios, sendo 100 homens, 89 mulheres e 94 crianças, e que do total 10 homens eram Guarani, sendo todos os demais Kaingang (SPI, 31/12/1943, Filme 47, Fotograma 221).

Quadro 6 – Fotografias de índias e índios Kaingang no PI Apucarana

Fonte: SPI, 1942-1967.

Um ano após, o encarregado afirmou a existência de 246 Kaingang, conforme Relatório anual das ocorrências e serviços do PI Apucarana (SPI, 16/12/1944, Filme 47, Fotograma 589). Nesse mesmo Relatório, Martins Neto fez a seguinte observação:

> Terra Reservadas aos Indios: Hoje, estão melhores zeladas mas, mesmo bem atendidas, ultimamente, com a grande estiagem houve um grande incêndio, o qual, inutilizou alguns milhares de pinheiros. Parte dos intrusos que vivem na reserva, com o serem contrariados, em seus interesses, sendo obrigado a obedecerem a nova orientação dada pela a administração, ultimamente, tem procurado ostiliza-la, veses propalando boatos e veses insinuando os índios se revoltarem ou então mandam se queixarem aos Chefes do administrador (SPI, 16/12/1944, Filme 47, Fotograma 590).

A presença dos intrusos gerava conflitos com os representantes do órgão indigenista, em que os primeiros buscavam estabelecer alianças com os indígenas para reduzir a força dos agentes do SPI. Por outro lado, como será demonstrado, os índios faziam sua leitura dos

acontecimentos e também tinham seus interesses em jogo, provocando um campo de dúvidas e incertezas, muito além da visão simplista e polarizada índios *versus* não-índios.

Em 31 de agosto de 1945, o total de índios era 240, conforme Relatório mensal encaminhado por João Martins Neto ao diretor do SPI, José Maria de Paula, no Rio de Janeiro (SPI, 04/09/1945, Filme 47, Fotogramas 937-940). Já no Relatório Mensal das atividades no PI Apucarana, apresentado a IR7, em 28 de fevereiro de 1946, registrou-se um total de 243 índios (SPI, 28/02/1946, Filme 47, Fotogramas 1719-1721).

Entremeio a esses Relatórios, Martins Neto enviou ao diretor do SPI, José Maria de Paula, no Rio de Janeiro, os dados do arrendamento de terras do PI Apucarana, constando um número total de 569 foreiros, também chamados de *fogões* (SPI, 31/01/1946, Filme 47, Fotogramas 1694-1696). Novamente, fica evidente um número muito maior de não-índios vivendo no território reservado aos indígenas.

Os dados demográficos da área indígena era algo muito valorizado pelo órgão indigenista. O Ofício nº 14, de 30 de abril de 1946, enviado pelo encarregado do PI Apucarana ao diretor do SPI, Dr. José Maria de Paula, comunicou a realização, em breve, de um recenseamento de todos os indígenas do PI Apucarana, a pedido da IR7, levantando informações sobre as roças, criação de animais, saúde dos indígenas e dados escolares (SPI, 30/04/1946, Filme 47, Fotograma 1830).

Recenseamento que foi encerrado em junho de 1946, com os resultados enviados a Diretoria do SPI, por meio do Ofício nº 22, que entre outras informações apresentou o resultado final do recenseamento da área indígena do Posto Apucarana, totalizando 288 índios, entre homens, mulheres e crianças, demonstrando a idade, sexo, etnia, Toldo, nome em português, indígena etc. (SPI, 30/06/1946, Filme 47, Fotograma 1838).

Como já visto, além do recenseamento dos indígenas, o órgão indigenista também procedia a contagem dos não-índios. Em 15 de dezembro de 1950, por exemplo, o PI Apucarana enviou uma Relação dos Intrusos Domiciliados na Reserva Indígena Apucarana, com os nomes de 367 foreiros (Filme 48, Fotogramas 1465-1467). Era o contexto de negociações da nova área destinada aos índios, decorrente do Acordo de 1949, e mais uma vez o número de não-índios era muito maior que a população indígena daquele Posto. Novamente, nesse momento pode se utilizar do *paradoxo de tutela* de Oliveira (1988), em que o SPI estava para defender o índio ou a sociedade junto ao índio?

Tabela 7 – Recenseamentos dos índios do PI Apucarana

Data	Total de Índios	Fonte
31/12/1943	283	SPI, 31/12/1943, Filme 47, Fotograma 221
16/12/1944	246	SPI, 16/12/1944, Filme 47, Fotograma 589
31/08/1945	240	SPI, 04/09/1945, Filme 47, Fotogramas 937-940
28/02/1946	243	SPI, 28/02/1946, Filme 47, Fotogramas 1719-1721
30/06/1946	288	SPI, 30/06/1946, Filme 47, Fotograma 1838
31/03/1948	305	SPI, 31/03/1948, Filme 48, Fotograma 807
31/01/1950	293	SPI, 31/01/1950, Filme 48, Fotograma 1388
31/01/1951	296	SPI, 31/01/1951, Filme 48, Fotograma 1471
31/01/1952	296	SPI, 31/01/1952, Filme 48, Fotograma 1622
31/01/1953	276	SPI, 31/01/1953, Filme 48, Fotograma 1694
31/01/1954	283	SPI, 31/01/1954, Filme 48, Fotograma 1754
31/01/1955	282	SPI, 31/01/1955, Filme 48, Fotograma 1840
04/08/1956	236	SPI, 04/08/1956, Filme 48, Fotograma 1977
31/01/1957	238	SPI, 31/01/1957, Filme 49, Fotograma 102
28/02/1958	227	SPI, 28/02/1958, Filme 49, Fotograma 161
31/01/1959	221	SPI, 31/01/1959, Filme 49, Fotograma 310
31/05/1960	225	SPI, 31/05/1960, Filme 68, Fotograma 1941
31/01/1961	224	SPI, 31/01/1961, Filme 68, Fotograma 1962
15/06/1961	281	SPI, 15/06/1961, Filme 68, Fotograma 1994
31/01/1962	285	SPI, 31/01/1962, Filme 68, Fotograma 2000
28/02/1963	297	SPI, 28/02/1963, Filme 68, Fotograma 2066
31/01/1964	300	SPI, 31/01/1964, Filme 68, Fotograma 2167
31/01/1965	216	SPI, 31/01/1965, Filme 68, Fotograma 2227
31/01/1966	225	SPI, 31/01/1966, Filme 69, Fotograma 32
31/01/1967	227	SPI, 31/01/1967, Filme 69, Fotograma 178
21/08/1967	229	SPI, 29/08/1967, Filme 69, Fotogramas 295-297

Fonte: Elaborada pelo autor.

A Tabela 7 apresenta momentos de decréscimo da população indígena do PI Apucarana. Os mais marcantes se concentram no período de 1955/1956 e 1964/1965. Em relação ao primeiro período, o Ofício nº 9, de 4 de agosto de 1956, enviado por Alan Cardec à IR7, traz a explicação para o decréscimo do número de índios do Posto, quando comparado aos dados demográficos anteriores.

> Como é de conhecimento de V.S., os nossos índios conservando os seus velhos e tradicionais costumes, continuam desta forma, deixando os encarregados de Postos em eterna dificuldade, visto os mesmos, dado o seu estado nómade, viverem sempre em mudanças de um Posto para outro, razão porque dificilmente podemos fornecer o numero exato da população de cada PI; no entretanto, mas dificel se tornaria a situação, se privasse-mos os mesmos de seus velhos hábitos. Não obstante todos os factos, passo a vossas mãos, o resultado final deste pequeno trabalho, o qual a primeira vista, irá surpreender-lhe, dado o pequeno descréscimo havido; mas, é a verdade (SPI, 04/08/1956, Filme 48, Fotograma 1977).

A política indígena em relação aos seus constantes deslocamentos será retomada no próximo item. Conforme Oliveira e Freire (2006), o SPI praticamente copiou as ideias das reduções jesuítas dos séculos XVI/XVII e dos aldeamentos indígenas do XIX, no sentido de querer agrupar os indígenas em pequenas áreas de terras que "[...] funcionaram mais como reserva de mão de obra do que favoreciam a reprodução socioeconômica dos índios" (OLIVEIRA & FREIRE, 2006, p. 122). Entretanto, como demonstrou Cunha (1992), frente a política indigenista se tem também a política indígena e esta, muitas vezes, não eram convergentes com o planejamento do órgão indigenista, como os deslocamentos para outros PIs e mesmo para fora das áreas reservadas.[85]

Alguns recenseamentos eram mais detalhados e apresentavam à população indígena do PI Apucarana com informações diversas, como o de 15 de maio de 1961, que contabilizou 281 índios, divididos em 83 homens, 83 mulheres, 56 crianças de zero a 5 anos e 59 crianças de 5 a 12 anos (SPI, 15/05/1961, Filme 68, Fotograma 1994).

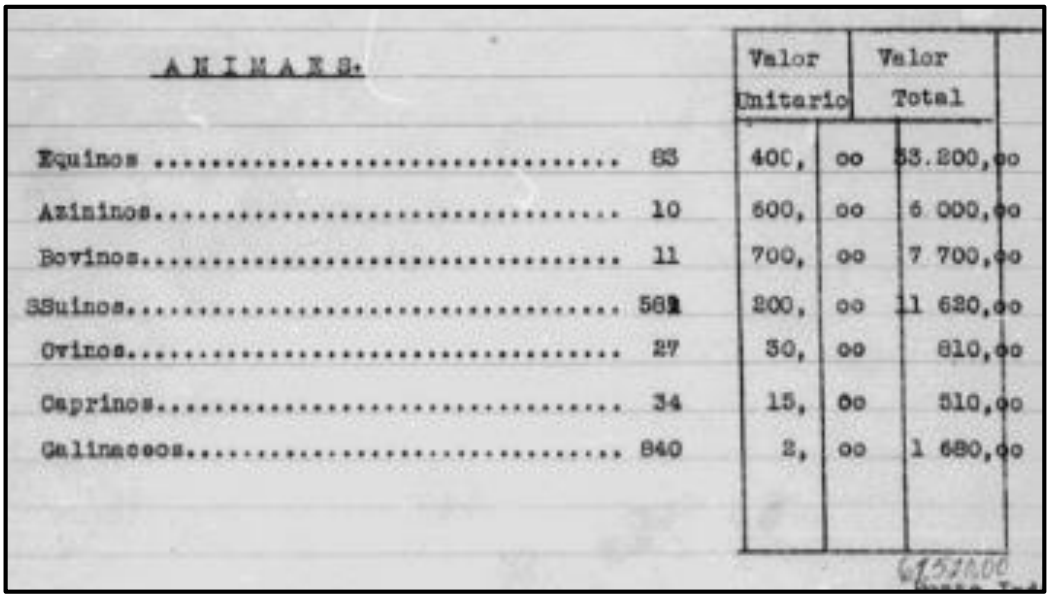
Por último, o Ofício nº 31, de 21 de agosto de 1967, comunicou que a área indígena estava legalizada e demarcada, sem litígios, com 6.300ha, totalizando 229 índios, sendo 218 Kaingang, 5 Botocudo e 6 Carijó, todos *pacificados* (SPI, 21/08/1967, Filme 69, Fotogramas 295-297). Durante toda a gestão do SPI – e até os dias atuais –, os Kaingang foram a grande maioria da população indígena do Posto Apucarana. A ideia de *índio pacificado*, explica Souza Lima (1992), era o pensamento do órgão indigenista em transformar o *silvícola* em trabalhador nacional, sujeito engajado e produtivo, na perspectiva de homogeneização e assimilação cultural. Para tanto, os PIs deviam encontrar meios de elevar a sua produção, contando com o trabalho dos indígenas.

[85] O decréscimo populacional dos índios do PI Apucarana entre 1964/1965 deve estar associado também com as práticas adotadas pelo órgão indigenista a partir do Golpe Civil Militar, necessitando um estudo a parte.

2.2.4 Dados da produção do Posto Indígena

Definido a criação do PI Apucarana, atentou-se para as estatísticas dos animais e das lavouras existentes naquele Posto, como as elaboradas pelo encarregado Francisco Gracia, em 1º de janeiro de 1943, que apresentou a quantidade de animais e plantações, além dos seus respectivos valores.

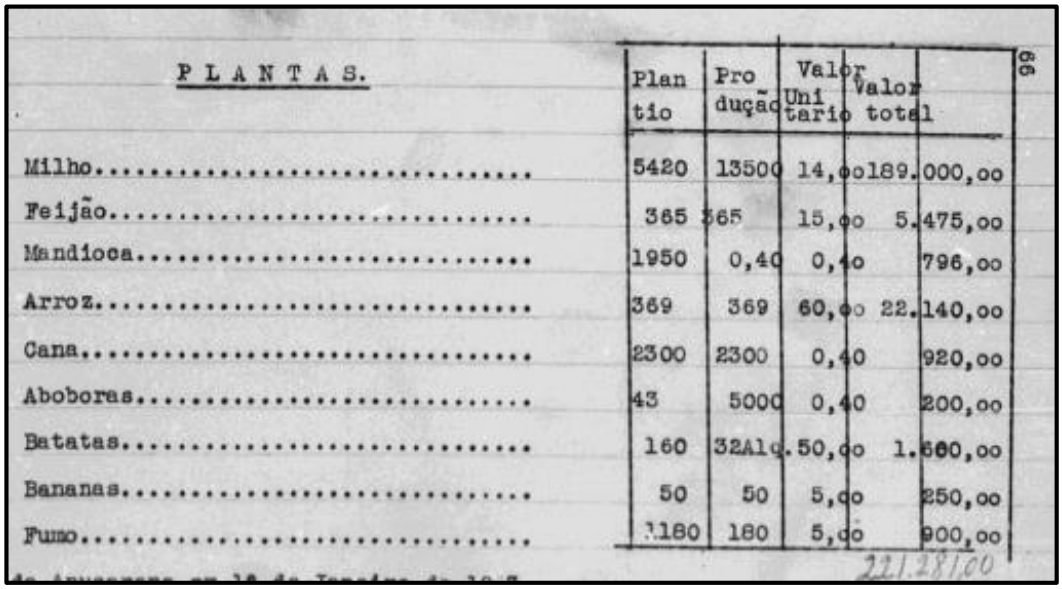
Imagem 8 – Animais do PI Apucarana ao final de 1942



ANIMAES.		Valor Unitario	Valor Total
Equinos	83	400,oo	33.200,oo
Asininos	10	600,oo	6 000,oo
Bovinos	11	700,oo	7 700,oo
Suinos	56	200,oo	11 620,oo
Ovinos	27	30,oo	810,oo
Caprinos	34	15,oo	510,oo
Galinaceos	840	2,oo	1 680,oo

Fonte: SPI, 01/01/1943, Filme 47, Fotograma 23.

Imagem 9 – Plantações do PI Apucarana ao final de 1942



PLANTAS.	Plantio	Produção	Valor Unitario	Valor total
Milho	5420	13500	14,oo	189.000,oo
Feijão	365	365	15,oo	5.475,oo
Mandioca	1950	0,40	0,40	796,oo
Arroz	369	369	60,oo	22.140,oo
Cana	2300	2300	0,40	920,oo
Aboboras	43	5000	0,40	200,oo
Batatas	160	32Alq.	50,oo	1.600,oo
Bananas	50	50	5,oo	250,oo
Fumo	180	180	5,oo	900,oo

Fonte: SPI, 01/01/1943, Filme 47, Fotograma 24.

Francisco Gracia relatou que 16 alqueires de roça haviam sido preparados no PI Apucarana, onde foram plantados milho, arroz e feijão, além de uma grande horta. Narrou também a compra de animais para o Posto, como porcos, aves, cabra, cavalos, touro e vacas. O encarregado ainda assinalou a presença de uma invernada para a criação de animais, próximo ao rio Apucaraninha, além de outras providências para o desenvolvimento da agricultura, já que as terras eram magníficas, com pinheirais gigantescos e madeira de lei de várias espécies (SPI, 01/01/1943, Filme 47, Fotogramas 136-137). Como visto, já se vislumbrava a possibilidade de extração da madeira para ganhos econômicos.

Quase dois anos após, em 16 de dezembro de 1944, João Martins Neto apresentou o Relatório Anual das ocorrências e serviços do PI Apucarana à IR7, com a informação de uma área de 125 alqueires de terras com plantações de milho, feijão, arroz, mandioca e abóbora e que os índios que mais plantaram foram Gregório, com 15 alqueires, e Antonio com 5, além do total de criações de animais (SPI, 16/12/1944, Filme 47, Fotograma 589). Destarte, as terras eram cultivadas pelos próprios indígenas, que trabalhavam nas roças do Posto e recebiam por tal trabalho.

A cada novo Relatório Anual o total de roças aumentava, como mostrou João Martins Neto, em 31 de janeiro de 1946, informando uma área de 1.556 alqueires de terras plantadas e prontas para a colheita no início do ano de 1946 (SPI, 31/01/1946, Filme 47, Fotogramas 1694-1696). O Ofício nº 10, de 31 de março de 1946, enviado por João Martins Neto ao diretor do SPI, no Rio de Janeiro, relatou a boa colheita de milho, que estava prestes a acontecer, cerca de 600 sacos de 60 Kg, além da preparação em andamento para 40 alqueires de roça para o PI, sendo 30 para engorda de porcos e 10 para plantação de lavoura, principalmente milho e feijão (SPI, 31/03/1946, Filme 47, Fotograma 1709).

O Relatório Mensal do PI Apucarana, em 31 de janeiro de 1950, trouxe informações de uma grande colheita de milho e feijão, descrevendo aquilo que foi consumido desses produtos, bem como de leite, ovos, entre outros e a criação de animais do Posto, com o total de equinos, bovinos, asininos, galináceos, suínos etc. (SPI, 31/01/1950, Filme 48, Fotograma 1388-1389).

Já após a mudança de local da sede do PI Apucarana, o encarregado Alan Cardec enviou o Relatório Mensal de Junho de 1952, descrevendo a realização de roçadas, já na nova área reservada ao SPI. Essas áreas roçadas somavam um total de 26.100m^2, sendo 12.100m^2 para o plantio de milho e 14.000m^2 para a plantação de café, passando a ser altamente valorizada pelo

encarregado, que durante anos insistiu na destinação de recursos do SPI, sem grande sucesso, para o plantio dos cafezais (SPI, 30/06/1952, Filme 48, Fotograma 1634).

Quadro 7 – Fotografias do gado e das plantações no PI Apucarana

Fonte: SPI, 1942-1967.

Em 25 de janeiro de 1954, por meio do Ofício nº 1, Alan Cardec fez nova solicitação a IR7 para a obtenção de recursos junto ao órgão indigenista para o início da plantação de café na área indígena, que possui "[...] uma faixa de terras de primeiríssima qualidade para o cultivo da citada lavoura [...] garantir o futuro de nossa emancipação" (SPI, 25/01/1954, Filme 48, Fotograma 1838). O encarregado demonstrava empolgação com a possibilidade da plantação do café, vislumbrando altas rendas para o Posto e aos indígenas. Essa ação se encaixava na política indigenista do SPI, que cobrava dos PIs a sua *autonomização econômica* (SOUZA LIMA, 1992, p. 164).

Mais de três anos se passaram e Alan Cardec continuava com as solicitações para o plantio do café, conforme Ofício nº 14, de 31 de julho de 1957, afirmando que:

> As terras deste PI prestam-se sobremodo ao cultivo do café; está ele situado dentro de um conjunto opulento, as terras roxas do Norte deste Estado, nas quais é aquela rubiácea a cultura primordial. Precisa o Posto garantir sua emancipação, [...] de sorte que ao apresentar a essa Chefia um plano de trabalho para este PI, outro melhor se não nos afigura qual este de que nos sejam dados os necessários recursos durante 4 anos, [...] a fim de que assim seja implantada neste PI a cultura cafeeira (SPI, 31/07/1957, Filme 49, Fotograma 78).

Alan Cardec expôs a obtenção de ajuda dos proprietários vizinhos da área indígena para o plantio do café, além de sua formação em agronomia para a cooperação no cultivo dos cafezais. O encarregado encerrou o Ofício tratando do fim dos arrendamentos com particulares, definido pelo SPI, por meio da Circular nº 159, de 13 de maio de 1957, que dificultava ainda mais os ganhos para a renda do Posto, afirmando que "[...] trata-se agora de levar a efeito através de recursos próprios, a exploração racional do patrimônio indígena sem outras interferências que não sejam as dos próprios índios e a do Estado que os tutela" (SPI, 31/07/1957, Filme 49, Fotograma 80).

As solicitações do encarregado do PI Apucarana passaram por todas as instâncias do SPI, chegando até ao Ministro da Agricultura, com muitas trocas de correspondências, sempre buscando mais e mais informações junto ao Posto, até que em 13 de janeiro de 1958, Alan Cardec enviou uma Correspondência a IR7, mencionando os processos SPI nº 4.623/57 e IR7 nº 1.214/57, desistindo da plantação de café naquele momento, aguardando recursos próprios futuros, porque não era possível contar com a presença de não-indígenas no interior das terras pertencentes ao PI Apucarana, sobretudo, pelos conflitos entre índios e não-índios (SPI, 13/01/1958, Filme 49, Fotograma 83).

Dois anos depois, Alan Cardec retomou o plano da plantação de café, enviando o Ofício nº 33, em 30 de janeiro de 1960, à IR7. A preocupação era achar *alguém de confiança* e cujos familiares poderiam viver em paz com os índios, para não provocar conflitos.

> Já temos entre nós o elemento que naquela ocasião não havia. A fórmula de compensação será assinada pelo empreiteiro no prazo de 6 anos. O Serviço apenas fornecerá a semente para a planta, correndo todas as despesas por conta do empreiteiro. O contratante terá direito a todos os mantimentos que plantar dentro da área do café, bem assim as safras produzidas dentre o prazo constante do contrato, o qual será de 6 anos. Concluído o prazo, será a lavoura entregue ao Serviço, devidamente limpa e desbrotada (SPI, 30/01/1960, Filme 49, Fotograma 394-395).

Entretanto, mais uma vez o plano não foi levado adiante. Sem café e em terras reduzidas, após a definição dos 6.300ha destinados ao PI Apucarana, o encarregado Jonas Batista

Carvalho, por meio do Ofício nº 13, de 5 de dezembro de 1967, relatou as plantações e lavouras do Posto, mas afirmou que "[...] as possibilidades de rendas só com funcionamento da serraria e olaria, ou madeiras brutas e beneficiadas" (SPI, 05/12/1967, Filme 69, Fotograma 324). Dessa forma, fica claro que as lavouras e as plantações já não tinham a mesma importância de quando a área indígena era maior e possuía maior quantidade de solos apropriados para a agricultura.

2.2.5 Dados da escola

Com o início das atividades no PI Apucarana, também se estruturou a escola do Posto, a partir de dezembro de 1942, ainda em prédio provisório, mas que já contava com a participação de 24 alunos, sendo 15 estudantes indígenas e os demais não-indígenas (SPI, 01/01/1943, Filme 47, Fotogramas 136-137). Essas informações repassadas pelo encarregado Francisco Gracia não foram confirmadas pelo inspetor do SPI, Deocleciano de Souza Nenê, meses após. Em visita ao PI Apucarana, o inspetor Nenê verificou "[...] ser pouca a frequência de alunos, especialmente de indinhos, que é, pode se dizer: nula, pois encontrei no livro de matrícula 9 índios matriculados" (SPI, 20/07/1943, Filme 47, Fotograma 162).

O inspetor informou que apenas duas meninas indígenas frequentavam as aulas e a distância da escola para os Toldos e a própria resistência dos indígenas eram os principais motivos da baixa frequência. Nenê ainda citou o exemplo que os alunos indígenas não gostavam do leite de vaca ofertado na escola, bem como de um aluno matriculado que não frequentava porque estava com reumatismo, mas seus pais não aceitavam ir ao médico em Londrina para se curar. E, por último, que os Toldos com mais indígenas – Apucarana e Rio Preto – eram muito distantes da escola e que o certo era pensar em construir escolas nesses locais (SPI, 20/07/1943, Filme 47, Fotograma 163).

Independente da adesão dos alunos indígenas, o SPI buscou mobiliar a escola, conforme demonstra o Demonstrativo da Renda Indígena de Julho de 1943, que contava com um pagamento a Bento Soares Machado, de Cr$368,00, pela confecção de diversos móveis para a escola do Posto (SPI, 31/07/1943, Filme 47, Fotograma 48). Ao final de 1943, João Martins Neto prestou a informação de que a escola "funcionou durante o ano, com 12 alunos índios, 11 nacionaes, sob a regência da auxiliar de ensino Julia Guimarães Martins. Média de frequência 15" (SPI, 31/12/1943, Filme 47, Fotograma 224). O encarregado afirmou ainda que *fartas refeições* foram servidas aos alunos indígenas.

Quadro 8 – Fotografias da escola e dos alunos no PI Apucarana

Fonte: SPI, 1942-1967.

No ano seguinte, João Martins Neto trouxe novos dados sobre a escola:

> Funcionou durante o ano com pequena matrícula, frequentando assiduamente os alunos que residem próximo ao Posto, a matrícula e frequência são pequenas porque a maioria dos índios residem muito distante do Posto (alguns até a 40 quilometros), os alunos estão dispostos e são alimentados (um almoço) pelo Posto (SPI, 16/12/1944, Filme 47, Fotograma 592).

No Relatório Mensal de Novembro de 1945, João Martins Neto informou que a escola funcionou com baixo número de alunos matriculados, com frequência apenas daqueles que moravam próximo à sede do Posto. Segundo o encarregado, "[...] a matrícula e frequência são pequenas devido a maioria dos índios residirem muito distante deste PI. Alguns até 40 quilometros. Os alunos são alimentados e vestidos pelo Posto" (SPI, 30/11/1945, Filme 49, Fotograma 417).

No Ofício nº 10, de 31 de março de 1946, João Martins Neto informou ao diretor do SPI que a escola do PI Apucarana contava com 14 matriculados, com frequência média e todos recebendo alimentações na escola (SPI, 31/03/1946, Filme 47, Fotograma 1759). Dois meses

depois, o encarregado, por meio do Ofício nº 17, comunicou que a escola continha 17 matriculados e frequência média de 11,5 (SPI, 31/05/1946, Filme 47, Fotograma 1834). Nota-se que nestes últimos documentos não houve a distinção entre alunos indígenas e não-indígenas.

Como a frequência escolar era mínima por parte dos estudantes indígenas, o encarregado do Posto enviou duas propostas para a construção de uma escola no Toldo Rio Preto, que possuía um número maior de crianças indígenas (SPI, 23/02/1946, Filme 47, Fotogramas 1714-1717). De toda forma, essas escolas não saíram do papel, permanecendo a baixa frequência, como mostra o Ofício nº 7, de 31 de março de 1948, com total de 11 alunos matriculados na escola (SPI, 31/03/1948, Filme 48, Fotograma 807), e nos Relatórios Mensais de janeiro a dezembro de 1950, que apresentaram a informação de 11 alunos matriculados, sendo apenas 3 indígenas (SPI, 1950, Filme 48, Fotogramas 1495-1515).

A mudança da sede do Posto também significou a construção de uma nova escola, que ficou pronta no final do ano de 1952, conforme Relatório Mensal de Dezembro daquele ano. Segundo Alan Cardec, as aulas iniciariam em janeiro de 1953, mas que ainda necessitava a nomeação de uma professora, pois estava sem no PI. Além disso, solicitou "[...] verba para 25 refeições das crianças, (um almoço) em face de a maioria, morar distante do Posto" (SPI, 31/12/1952, Filme 48, Fotograma 1646).

Uma prática também comum do SPI era as aulas para toda a comunidade indígena. Eram chamados todos da área indígena, para a organização de uma reunião, para uma aula de civilização, conforme mostrou o Relatório Mensal de 31 de março de 1953 (SPI, 31/03/1953, Filme 48, Fotograma 1699). Essa prática ia ao encontro da política planejada pelo órgão indigenista, utilizando-se da *pedagogia da nacionalidade* e do *civismo*, como afirma Souza Lima (1995), na perspectiva de transformar o índio em trabalhador nacional.

Entretanto, a dificuldade era trazer os indígenas para a escola. No Relatório Mensal de dezembro de 1953, Alan Cardec indicou a frequência escolar com 10 alunos indígenas participando das aulas e mais 12 não-indígenas (SPI, 31/12/1953, Filme 48, Fotograma 1740).

Por meio do Ofício nº 10, de 25 de maio de 1957, Alan Cardec informou que a escola encontrava-se na sede do PI Apucarana, funcionando normalmente nos dias úteis, com horário sazonal: durante o inverno as aulas eram a tarde e no verão de manhã, comandadas pela auxiliar de ensino Ivete Maria da Encarnação Barbosa. O documento demonstra a matrícula de 8 alunos indígenas e outros 8 não-índios, mas indica que no segundo semestre outras 6 crianças indígenas estudariam na escola, "[...] cujas famílias virão residir nas proximidades de nossa sede" (SPI, 25/05/1957, Filme 49, Fotograma 73).

O encarregado ainda apontou os conteúdos ministrados na escola durante as aulas: "[...] aulas preliminares sobre português, aritmética, pequenas noções sobre a descoberta do Brasil, hino nacional, hino a bandeira, uma vez por semana uma aula de costura para as meninas; e para os meninos, noções sobre lavouras, etc." (SPI, 25/05/1957, Filme 49, Fotograma 73). Conforme Oliveira e Freire (2006), a escola, com os rituais cívicos, do aprendizado de trabalhos manuais, de lições sobre pecuária e práticas agrícolas, buscava preparar o índio para o mercado de trabalho regional, ou seja, os métodos pedagógicos utilizados, caracterizava a escola como formadora de trabalhadores rurais, misturando as crianças indígenas com os filhos dos colonos na mesma sala de aula.

Como será analisado, é interessante perceber o deslocamento de novas famílias indígenas para a proximidade da sede do PI Apucarana. Isso já ocorria a partir do início da construção da Usina do Apucaraninha – um dos temas centrais deste texto – e se intensificou com a estruturação do PI e as vantagens que isso proporcionou aos índios, sem, contudo, abandonar por completo suas antigas moradias, onde ficavam alguns membros da família, já que ainda hoje há indígenas vivendo distante da aldeia central na Terra Indígena Apucaraninha.

Os números da frequência escolar variam bastante nos documentos produzidos pelo órgão indigenista no PI Apucarana. Obviamente, essa variação contínua era devido também às dinâmicas internas e às migrações dos indígenas entre os PIs. Como exemplo, entre janeiro e maio de 1957, eram 8 alunos indígenas, sendo 6 Kaingang e 2 Xetá. Entre junho a outubro, eram 16 alunos, sendo 11 Kaingang, 2 Xetá, um Guarani e 2 não-índios, mas em agosto um aluno indígena, de nome João, deixou de ir à escola, pois sua família saiu cladestinamente do Posto durante aquele mês. Já no mês de novembro, eram 10 alunos, sendo 8 Kaingang e 2 Xetá (SPI, 1957, Filme 49, Fotogramas 135-158).

Com o passar dos anos, houve uma concentração maior da comunidade indígena do PI Apucarana nas proximidades na sede e da Usina do Apucaraninha. Em maio de 1965, a professora de ensino, Amélia Tracz, deu informações de 40 alunos índios na escola do Posto (SPI, 31/05/1965, Filme 69, Fotogramas 20-21). Nesse mesmo sentido, o Ofício nº 46, de 10 de outubro de 1966, comunicou a frequência de 21 alunos indígenas, mas que precisava ser construída outra sala de aula, porque tinha 54 crianças com idade escolar na área indígena, que só não frequentavam porque a sala existente já estava lotada (SPI, 10/10/1966, Filme 69,

Fotograma 162-163).[86] Como enfatizou Oliveira (1985), a política indigenista tinha a ideia de *transitoriedade do índio* e o SPI via a escola como a principal forma de transformar os *silvícolas* em *civilizados*, homogeneizando-os à sociedade nacional.

2.2.6 Os arrendamentos de terras e os contratos de madeiras e demais recursos

A partir da criação do PI Apucarana, o órgão indigenista procurou controlar o arrendamento de terras da área, habitada por muitos não índios, chamados de intrusos. Uma das medidas iniciais se deu pelo Telegrama nº 76, de 21 de maio de 1942, enviado pela Diretoria do SPI, autorizando a cobrança de arrendamento das terras dos intrusos na área do PI Apucarana (SPI, 21/05/1942, Filme 73, Fotograma 1516).

Um mês após, a IR7 encaminhou o Ofício nº 73 ao encarregado Francisco Gracia, determinando os valores e as condições dos arrendamentos de todos os agregados habitantes da área indígena daquele Posto, cuja cobrança era de 40$00 por alqueire de terra cultivada anualmente. Além disso, havia as cobranças por área ocupada com pequenas moradias e de maior escala e ainda das invernadas fechadas de maior quantidade de terras. O citado Ofício ainda estabelecia também que "[...] podeis receber o pagamento relativo ao referido arrendamento, em produtos de lavoura, em animais e em trabalhos, tudo em benefício do Posto e dos índios" (SPI, 22/06/1942, Filme 73, Fotograma 1518).

Essa fiscalização do SPI passou a ser mais intensa, inclusive, com a vinda dos inspetores de Curitiba até ao PI Apucarana. O número de intrusos na área destinada aos índios era cada vez maior e muitos não pagavam os chamados foros, como foi observado pelo inspetor Deocleciano de Souza Nenê, quando de sua visita ao PI Apucarana, em 1943, em que encontrou problemas nas cobranças do arrendamento, já que "[...] estava sendo cobrado somente dos que faziam roças, isto é, não se cobrava dos moradores, mesmo que seja ele criador em escala, nem que desfrute a posse de uma gleba grande de terras, tenha invernadas" (SPI, 20/07/1943, Filme 47, Fotograma 163).

Outro problema era o valor dos arrendamentos que não acompanhava a valorização das terras na região do PI Apucarana e o encarregado sugeriu o aumento do arrendamento de Cr$ 40,00 para Cr$ 80,00.

[86] A documentação do SPI revela que alguns indígenas entrevistados para esta pesquisa estudaram na escola do PI Apucarana, durante a década de 1960. Casos como de Gilda Kuitá, Pedro de Almeida e João Cardoso, cujas entrevistas serão analisadas no capítulo 4.

> Em virtude da alta de preço das roças, nesta região, as quais subiram 50%, pois que de Cr.$ 500,00 que cobravam antes passaram a cobrar agora Cr.$ 1.000,00 por alqueire, acho de bom alvitre elevar também o foro da Fazenda para Cr.$ 80,00 por alqueire, cuja sugestão submeto à apreciação de V.S. (SPI, 04/02/1945, Filme 47, Fotograma 900).

Essa proposta acabou sendo aceita pela IR7, pois os avisos de lançamentos dos foros de arrendamento de terras no final de 1945 já estavam como Cr$ 80,00 o alqueire. As irregularidades quanto aos arrendamentos também ocorriam no que tange às informações falsas repassadas pelos foreiros, conforme Ofício nº 4, de 25 de fevereiro de 1946.

> Aproveito o ensejo para comunicar-lhe que estou com ideias de mandar medir as roças de todos os foreiros desta reserva, visto já ter vindo diversas denúncias de certos foreiros que deram uma quantidade de roças lançadas e tem o dobro de alqueires (SPI, 25/02/1946, Filme 47, Fotogramas 1718).

O SPI enfrentava também a dificuldade em receber os arrendamentos, como mostra o Ofício nº 8, de 25 de março de 1946.

> Neste ano temos lutado com grande dificuldades para conseguir a receber a importância dos fôros; primeiramente, uma grande parte dos intrusos estavam sendo aconselhados pelo Índio João Braz, para não pagarem e revoltarem-se, porém, com muita habilidade e diplomacia estou conseguindo a cobrar (SPI, 25/03/1946, Filme 47, Fotogramas 1764-1765).

O caso envolvendo o índio João Braz será detalhado no próximo item. João Martins Neto, em virtude das dificuldades acima, adotou a medida de lançar editais convidando os foreiros em dívida a comparecerem à sede do Posto, para explicar os motivos do não pagamento. Cerca de 70 foreiros foram ao encontro do encarregado, pedindo maior prazo para o pagamento dos fôros, devido ainda não terem realizado a colheita de suas lavouras e estarem sem recursos.

> Em vista disso, dei prazo para fim de maio próximo, e aquele que não vier naquele prazo, será cobrado judicialmente e despedido desta reserva indígena. [...] porque precisamos dar duro nos intrusos senão para o ano que vem muita pouca gente é que vai pagar; a falta de dinheiro aqui está sendo muito grande (SPI, 25/03/1946, Filme 47, Fotograma 1765).

João Martins Neto ainda enviou o Ofício nº 10, em 31 de março de 1946, ao diretor do SPI, no Rio de Janeiro, Dr. José Maria de Paula, relatando novamente o problema do recebimento dos foreiros com dívidas atrasadas e quais medidas por ele adotadas.

> Consedi o praso pedido porém aquele que deixar de satisfazer o pagamento até o último dia do mês de maio próximo, será cobrado judicialmente e despachado desta reserva. Precisamos dar uma lição nos cabeças, maus conselheiros, para evitar mal maior, senão fizermos assim quando for para o ano que vem muita pouca gente pagará fôro espontaneamente (SPI, 31/03/1946, Filme 47, Fotograma 1769).

As relações colonos, índios e agentes do órgão indigenista eram muito mais complexas do que as versões polarizadas da história que colocam índios de um lado e não-índios de outro. Essa complexidade assinalada caracteriza a ideia de *Situação Colonial* de Balandier (1972), em que jogos de interesses são intercruzados com alianças estabelecidas, traições planejadas e clivagens entre os sujeitos históricos envolvidos.

Aparentemente, os problemas de pagamento dos foros de arrendamento tinham sido normalizados em 1949. Em Correspondência de 20 de outubro de 1949, João Martins Neto afirmou que estava para proceder os lançamentos dos foros e que o foreiros estavam em pleno acordo do pagamento. Entretanto, propôs um aumento de Cr$ 80,00 para Cr$ 120,00 por alqueire de roça e a moradia de Cr$ 40,00 para Cr$ 80,00. Além disso, fez uma ressalva: "[...] o que será necessário é o Snr. falar com o Snr. Bittencourt para o mesmo não vir atrapalhar a marcha do serviço referente a cobrança, conforme ele fez o ano passado, assim sendo, nós fazemos uma boa arrecadação este ano" (SPI, 20/10/1949, Filme 48, Fotograma 1383).

Entretanto, menos de um após, novamente estava o encarregado relatando as dificuldades para o recebimento dos arrendamentos, conforme Ofício nº 11, de 12 de julho de 1950.

> Havendo dificuldade em proceder à cobrança de fôro à alguns intrusos que se mostram rebeldes, opino para ser procedida à uma cobrança judicial, como corretivo aos mesmos a fim de moralizar os demais foreiros. Os intrusos em questão são os seguintes: João Gaucho, José Vitorino, José Constantino de Souza, José Maria Bueno, Nenê Duete e João Barboza (SPI, 12/07/1950, Filme 48, Fotograma 1462).

A realidade apontava diversas situações nas relações entre o órgão indigenista e os foreiros, também chamados de intrusos que, ao final de 1950, chegavam a um total de 367, todos moradores, junto com seus familiares, no território pertencente aos índios (SPI, 15/12/1950, Filme 48, Fotogramas 1465-1467).[87] Dessa forma, geralmente as questões não se

[87] Relação dos Intrusos (foreiros) domiciliados na reserva indígena Apucarana.

resolviam de forma harmoniosa. Eram constantes as divergências de interesses e muitas vezes se pendeu para relações conflituosas, caracterizando a *dinâmica de fronteiras étnicas* e a interação de diferentes grupos étnicos, como demonstrou Barth (1976).

No entanto, a situação econômica do PI Apucarana se agravou. Em virtude do Acordo de 1949, "[...] as atividades deste Posto tiveram paralisação quase que completa, precipuamente com a extinção de sua maior fonte de renda: cobrança de foro aos intrusos que habitavam a área indígena" (SPI, 08/10/1951, Filme 48, Fotograma 1582). Nesse documento, Alan Cardec ainda citou o atraso no pagamento dos funcionários do Posto, que há mais de um ano não recebiam e a dívida era de Cr$ 24.500,00 com os comerciantes da localidade.

> Como o Posto pode dispor de recursos próprios, com o aproveitamento a ser feito pelo SPI das madeiras desvitalizadas (em condições de corte) existentes na atual área indígena, solicito-vos autorização para efetuar em primeiro lugar o pagamento das despesas acima, para então serem tratadas outras inadiáveis, de que vos apresentarei orçamento em tempo oportuno (SPI, 08/10/1951, Filme 48, Fotograma 1583).

Esse era o contexto em que a sede do PI Apucarana mudava de local, em decorrência do Acordo de 1949. No que tange à exploração de madeiras, citadas por Alan Cardec como a solução para os problemas econômicos do Posto, ela já vinha sendo executada pelo órgão indigenista desde a criação do PI Apucarana, cerceada pelo jogo de interesses, clima de hostilidades e relações conflituosas.

O Ofício nº 46, de 24 de abril de 1942, continha a solicitação de corte de pinheiros no PI Apucarana. Conforme o encarregado, o pedido era de Heli de Almeida, que contava com o aval da diretoria do SPI (SPI, 24/04/1942, Filme 73, Fotogramas 1514-1515). Em 1944, duas novas propostas das madeireiras Agostinho Zarpellon & Filhos e Sociedade Mercantil Ltda, situadas em Irati, para cortar pinheiros na área do PI Apucarana, inclusive, montando uma serraria no Distrito de São Roque, "[...] nos pinheirais do patrimônio dos índios" (SPI, 20/12/1944, Filme 73, Fotograma 1588). E também a empresa Santos Aleixo Ltda estabeleceu proposta semelhante, em 20 de dezembro de 1944, para a retirada de pinheiros do PI Apucarana (SPI, 20/12/1944, Filme 73, Fotogramas 1590-1591).

Quadro 9 – Fotografias da mata, campos e serraria no PI Apucarana

Fonte: SPI, 1942-1967.

Dessa forma, existiam muitas interessados na exploração da madeira do PI Apucarana e seus interesses eram convergentes com o órgão indigenista, que cobrava dos PIs a sua *autonomização econômica* (SOUZA LIMA, 1992). Vale relembrar, as negociações para a venda dos pinheirais, em virtude da construção da estrada entre Ponta Grossa e Araruva, em 1946, já citadas. Outrossim, o PI Apucarana publicava os Editais de Concorrência Pública para a venda de pinheiros, com o objetivo de atrair novas propostas, como demonstra o Telegrama nº 168, de 22 de julho de 1947, enviado pela IR7 à Diretoria do SPI, informando que as publicações ocorreriam nos "[...] Jornais O Dia e a Gazeta do Povo desta Capital e Gazeta de Londrina e Paraná Norte da cidade de Londrina neste Estado" (SPI, 22/07/1947, Filme 73, Fotograma 1651).

Entretanto, as relações entre os agentes das madeireiras e do órgão indigenista não eram sempre harmoniosas. O Ofício nº 95, de 11 de maio de 1948, enviado pela IR7 à Diretoria do SPI, revela um desses momentos de acirramento:

> Junto a este vos remeto cópia do Ofício no 94, de 11 do corrente, desta Chefia, solicitando proibição de derrubada de pinheiros dentro de uma certa área de

> terras anexa à reserva indígena de Apucarana, da qual a firma madeireira J. Sguario & Cia, se intitula com direito de posse (SPI, 11/05/1948, Filme 73, Fotograma 1670).

Meses após, a IR7 enviou o Ofício nº 213, em 21 de outubro de 1948, diretamente a empresa J. Sguario & Cia, comunicando que:

> Esta Inspetoria dirigiu-se ao Snr. Procurador Regional da República no Paraná, solicitando-lhe embargar os serviços de corte de pinheiros que vem sendo praticado pela firma de V.Sa., na área do Posto Indígena de Apucarana, no município de Londrina, neste Estado. [...] Não temos dúvida sobre os limites da área já citada [...] estamos tomando as medidas necessárias para regularizar, dentro em breve, os limites da área em questão (SPI, 21/10/1948, Filme 69, Fotograma 2126).

Essa situação gerou desentendimentos entre os agentes do SPI. No tocante a retirada destes pinheirais pela J. Sguario, Brasilio Neto escreveu uma carta à João Martins Neto, em 17 de junho de 1949, comentando da insatisfação da chefia da IR7, com os trabalhos do encarregado do PI Apucarana, "[...] porque não tem comunicado nada a respeito da derrubada dos pinheiros ahi dos Snrs. Sguario, e que o senhor não tem feito nada para impedir" (SPI, 17/06/1949, Filme 69, Fotograma 2275).

Essa Carta fez com que João Martins Neto tomasse a ação de ir até a sede da Serraria Sguario, conforme demonstra o Ofício nº 11, de 22 de junho de 1949, enviado pelo encarregado ao chefe da IR7, Lourival da Mota Cabral.

> Cumpre-me comunicar a V.S. que estive na Serraria do Sguario, onde fui falar com o gerente da mesma sobre o corte de pinheiros que estão cortando em grande quantidade, no terreno em questão. Respondeu-me o gerente que só deixa de cortar com embargo do Juiz de Direito, porquanto compraram do Snr. Stalque, com devisa e tem escritura etc. Naquela ocasião que o Snr. esteve aqui com o Dr. Nazareno, o Snr. dissera que esse processo estava entregue ao Juiz Federal, de maneira que o Snr. deve mandar sem perca de tempo requerer o embargo do corte no referido pinhal, até que seja resolvido o assunto (SPI, 22/06/1949, Filme 48, Fotograma 1378).

No que tange a esse assunto, João Martins Neto também enviou uma Carta aos inspetores lotados na IR7, Deocleciano de Souza Nenê e Dival José de Souza, comunicando a resposta do gerente da Serraria Sguario, que somente parava de cortar a madeira com o embargo do Juiz Federal, "[...] fora disso é inútil estarmos perdendo tempo. Em vista dessa resposta o que é que poderia fazer?" (SPI, 27/06/1949, Filme 48, Fotograma 1379). O encarregado demonstrou desentendimentos no interior do órgão indigenista, citando uma provável

perseguição do chefe da IR7, Lourival da Mota Cabral, com relação aos seus trabalhos, como se ele fosse o responsável e tivesse com negociatas junto a Serraria Sguario, favorecendo a retirada dos pinheiros. Defendendo-se, diz o encarregado sobre o local do corte do pinhal:

> [...] não sabem que é em um terreno que está em duvida dependendo de verificação si é ou não dos índios. Este corte de pinheiros que tanto barulho estão fazendo não é de hoje, antes de minha vinda para este Posto já estava sendo cortados pelos Stalques, para isso existem la carreadores antigos e vestígios de onde foi cortado o pinhal, nunca ninguém fez questão, logo agora que Seu Mota quer fazer a bomba explodir em minhas mãos (SPI, 27/06/1949, Filme 48, Fotograma 1379).

As clivagens entre os sujeitos históricos, presentes na realidade do PI Apucarana, estavam presentes no próprio órgão indigenista e precisam ser consideradas nessa abordagem. Estas revelam o debate apresentado por Poutignat & Streiff-Fenart (1998), quando demonstram que não se trata de atestar a existência de grupos A ou B, mas problematizar os processos de construção desses grupos, percebendo suas contradições internas. A Carta de João Martins Neto revela também a presença há muitos anos de não-índios na área reservada, se apropriando do território e dos seus recursos naturais e, inclusive, vendendo áreas de terras a outros, como, supostamente, foi o caso dos Stalques à Serraria Sguario.[88]

Com o tempo, a exploração de madeira na área indígena se intensificou. A notícia do Acordo de 1949 e a possível perda da maior parte das terras pertencentes aos índios para o governo estadual, fez com que o SPI acelerasse alguns contratos para venda de madeiras, sobretudo, de pinheiros. O Movimento da Renda Indígena de Janeiro de 1950 listou dois recibos de extração de madeira pela empresa SIAM Brasselva S/A, com valores de Cr$ 14.000,00 e Cr$ 5.600,00, somando um total de 245 metros cúbicos de madeira de pinho (SPI, 31/01/1950, Filme 48, Fotograma 1518).

O SPI procurou colaborar com o processo de extração de madeiras, pagando pela construção de estradas para facilitar o transporte dos pinheirais cortados, mesmo com os debates sobre a mudança de local da sede do Posto em virtude do Acordo de 1949.

> Recebi do Snr. Lourival da Mota Cabral [...] a importância de Cr$ 10.400,00, provenientes da construção de uma estrada no Posto Indígena de Apucarana,

[88] É interessante observar que a empresa Stahlke Irmãos foi a primeira a receber do governo federal a autorização para exploração da energia elétrica no Salto Apucaraninha, em 9 de agosto de 1944, por meio do Decreto nº 16.313. Somente após esta concessão foi transferida para a EELSA. Como se percebe, a família Stalque apossou de terras pertencentes aos indígenas do Apucarana e depois comercializava com outros interessados, inclusive, as madeireiras.

> destinada a extração de madeiras e outros produtos, medindo a mesma 8.000 metros de extenção, por 3 metros de largura, partindo a mesma do Posto, até os limites do Rio Claro, a razão de Cr$ 1.300,00 por quilômetro (SPI, 17/01/1951, Filme 48, Fotograma 1519).

O órgão indigenista também estabeleceu novas tomadas de preços com as madeireiras da região, recebendo propostas para a aquisição de 100.000 pinheiros em condições de corte, situados no interior da área indígena, conforme Ofício Circular nº 2, de 27 de setembro de 1951, enviado por Lourival da Mota Cabral ao PI Apucarana (SPI, 27/09/1951, Filme 70, Fotograma 337).

O Movimento da Renda Indígena, de novembro de 1951, revelou novos contratos para a extração de madeiras, com valores elevados, conforme recibos de Cr$ 1.500.000,00 pagos pela Serraria Moacir Vianna (SPI, 07/11/1951, Filme 48, Fotograma 1555) e de Cr$ 300.000,00 pagos por Jorge Constantino Miguel (SPI, 10/11/1951, Filme 48, Fotograma 1557). Nesse período, já estava em construção a nova sede do PI Apucarana, porém, o órgão indigenista não deixou de celebrar novos contratos de corte de madeiras, enquanto permaneciam as negociações decorrentes do Acordo de 1949.

Se por um lado o órgão indigenista buscou lucrar com a venda de madeira, por outro, o Governo do Paraná procurou obter o controle da extração, sabendo que estava em jogo áreas que, pelo Acordo de 1949, pertenceriam agora ao Estado. Isso fica evidente pelo conteúdo do Ofício nº 30/51, de 6 de junho de 1951, enviado pelo subdelegado de polícia de Tamarana, Antonio Farias Ferreira, ao PI Apucarana.

> Venho pelo presente comunicar a V.S. que de acordo com a ordem recebida do Governo do Estado, devo nesta data proceder o levantamento, e contagens de madeiras já derrubadas existentes nessa fazenda, sendo que para esse fim, venho solicitar de V.S. as necessárias providências para que essa incumbência seja no máximo possível facilitada por parte desta chefia (SPI, 06/06/1951, Filme 48, Fotograma 1567).

No dia seguinte, Alan Cardec enviou o Ofício nº 5 à IR7, informando sobre o Ofício nº 30/51, afirmando que autorizou a ação solicitada pelo subdelegado, por ser uma ordem emanada pelo Governador do Estado. O encarregado disse ainda que aguardava "[...] instruções dessa chefia, em torno dos factos" (SPI, 07/06/1951, Filme 48, Fotograma 1566).

A IR7 deve ter enviado uma ordem para o encarregado do PI Apucarana para contabilizar os pinheiros dos contratos com as empresas de Moacir Vianna e Jorge Constantino Miguel, atendendo à solicitação do Governo do Estado. Alan Cardec encerrou tal atividade em

novembro de 1952 e por meio do Ofício nº 29, informou à Cabral a "[...] quantidade é de 43.275 arvores, na bitola de 45cm acima, não entrando portanto na referida contagem, pinheiros inferior a aludida bitola, cumprindo vossas instruções com relação ao Código Florestal" (SPI, 30/11/1952, Filme 48, Fotograma 1615).

O Acordo de 1949 transformou os contratos com as madeireiras num caso de polícia, devido aos novos limites em questão da área indígena. Como exemplo, a empresa José Volpato & Cia solicitou a devolução da cautela paga ao SPI, conforme Ofício nº 49, de 15 de março de 1951, enviado pela IR7 ao diretor do SPI (SPI, 15/03/1951, Filme 73, Fotograma 1739).

Nos embates com o Governo do Estado, a IR7 enviou o Ofício nº 145 ao PI Apucarana, em 15 de junho de 1951, comunicando ter recebido um Ofício da Fundação Paranaense de Colonização e Imigração e que:

> Tendo em vista as denúncias prestadas sobre a extração de madeiras feita por terceiros não prepostos do SPI, nessa reserva indígena, solicito prestar irrestrito apoio e cooperação à autoridade policial encarregada de apurar a veracidade dos fatos, facilitando todos os meios ao seu alcance, que se tornaram necessários, dentro das normas e regulamento que regem o nosso Serviço (SPI, 15/06/1951, Filme 73, Fotograma 1752).

Entretanto, essa tentativa de controle do Estado do Paraná não inviabilizou novos contratos para a exploração da madeira na área indígena do Apucarana. Em 1954, o Recibo de Pagamento da empresa de Moacyr Vianna, no valor de Cr$ 300.000,00, indicou um novo contrato dessa Serraria firmado com o SPI, para a extração de madeiras (SPI, 15/12/1954, Filme 48, Fotograma 1837). Durante todo o ano de 1955, o Movimento da Renda Indígena apresentou constantes pagamentos da Serraria Moacyr Vianna e Cia Ltda ao SPI, em diversos contratos de exploração de madeiras (SPI, 1955, Filme 48, Fotogramas 1910-1933). Em 30 de junho de 1957, um novo Recibo, da mesma serraria, no valor de Cr$ 5.300,00, evidenciou a continuidade do corte dos pinheirais nas terras do Posto (SPI, 30/06/1957, Filme 49, Fotograma 74).

As questões conflituosas, muitas vezes, envolvendo também membros da comunidade indígena, como analisado mais adiante, promoveram algumas mudanças na regulamentação do órgão indigenista, proibindo, em alguns momentos, os contratos de arrendamento com particulares, como pela Circular nº 159, de 13 de maio de 1957 (SPI, 31/07/1957, Filme 49, Fotograma 80). Entretanto, parece que muitos contratos de arrendamento permaneciam vigentes, como os das Serraria São Roque e São José, instaladas no interior da área indígena, pertencentes a Moacyr Vianna, pois conforme o Mapa Demonstrativo de Extração e Produção de Madeiras, de 31 de dezembro de 1958, as citadas Serrarias pagaram ao SPI Cr$ 46.060,00,

fruto do corte de 184 pinheiros e produção de 658 tábuas, somente naquele mês (SPI, 31/12/1958, Filme 49, Fotograma 91).

Dessa forma, os arrendamentos e contratos com terceiros foram questionados e suspensos algumas vezes pelo órgão indigenista, demonstrando a falta de consenso sobre o assunto entre os membros do SPI. Em 22 de julho de 1963, o chefe da IR7, Dival José de Souza, encaminhou uma Correspondência ao diretor do SPI, afirmando que:

> Não acha aconselhável a liberação de pinheiro, tendo em vista, infelizmente, que surgem os "defensores" do patrimônio indígena, que criam com seus comentários nem sempre bem intencionados, situações embaraçosas tanto no seio da comunidade indígena como perante a opinião pública, toda a sorte de mal intendidos que acarretam dissabores para todos aqueles que diretamente são responsáveis pela administração dos bens pertencentes aos índios (SPI, 22/07/1963, Filme 70, Fotograma 1470).

Fica claro que as atividades exercidas pelo órgão indigenista eram acompanhadas de perto pela comunidade indígena e também por não-índios, que criticavam determinadas ações do SPI, principalmente no que tange aos arrendamentos e contratos de exploração de madeiras. De toda forma, os interesses econômicos pareciam determinar os meios de encaminhar a celebração de novos contratos. A Ordem de Serviço Interna nº 11, de 28 de maio de 1965, designou aos agentes de proteção aos índios Alan Cardec e João Garcia de Lima para comporem uma comissão de coleta de preços para a venda de 500 pinheiros do PI Apucarana, assinada pelo chefe da Inspetoria Aloisio de Carvalho (SPI, 28/05/1965, Filme 71, Fotograma 1691).

Meses depois uma nova Ordem de serviço Interna, a nº 41, de 9 de julho de 1965, assinado por José Fernando da Cruz, chefe da IR7, suspendeu o corte de pinheiros no PI Apucarana (SPI, 09/07/1965, Filme 71, Fotograma 1693). Nesse sentido, ocorreram novos embargos ao corte de madeiras naquele Posto, como mostra o Ofício nº 2, de 17 de julho de 1965, do agente de proteção aos índios, Durval Antunes Machado, ao chefe da IR7, com assunto *Retirada de pinheiros (suspende)*.

> [...] comunico-vos que, foi suspenso a retirada de pinheiros da área do Posto Dr. Xavier da Silva, sito no Distrito de Tamarana Município de Londrina, Estado do Paraná. Esclareço-vos ainda, que foi procedida a contagem dos pinheiros abatidos [...] um total de 85 pinheiros de 50 cm acima, e 49 toras extraídas dos mesmos. As referidas toras, encontram-se nos locais e no interior da citada área (SPI, 17/07/1965, Filme 70, Fotograma 1639).

Em contrapartida, o Memorando nº 83, de 6 de agosto de 1965, enviado por José Fernando da Cruz, para Durval Antunes Machado, comunicava:

> Autorizo terminar a contagem dos pinheiros dessa área, assim, feita fica liberada a firma Kantor & Franco Ltda., proceder a retirada, de conformidade com o contrato existente. Outrossim, a suspensão foi de ordem geral, não havendo nada contra a referida firma (SPI, 06/08/1965, Filme 71, Fotograma 1694).

A partir desses acontecimentos, o novo chefe da IR7, Dival José de Souza, enviou um Telegrama Circular a todos os encarregados dos PIs do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, afirmando que estava "[...] terminantemente proibido celebração novos contratos de qualquer natureza, inclusive arrendamentos, continuando vigor proibição já existente no tocante exploração de madeiras, qualquer espécie" (SPI, 02/05/1966, Filme 70, Fotograma 1852).

Entretanto, essas práticas continuavam ocorrendo no PI Apucarana, como demonstra o Ofício nº 40, de 8 de setembro de 1966, informando a existência de 303 toras contadas no mato da área indígena do PI Apucarana, pertencentes à firma Kantor e Franco, mas que estavam embargadas por ordem da chefia da IR7 (SPI, 08/09/1966, Filme 69, Fotograma 159).

Uma das críticas estava associada às supostas irregularidades nos arrendamentos e contratos. Como visto, a partir do Golpe Civil Militar de 1964, o SPI passou a ser ferrenhamente fiscalizado e substituído pela FUNAI, com novos chefes, que buscaram investigar as citadas irregularidades. Conforme Souza Lima (2001), a extinção do SPI e a criação da FUNAI devem ser compreendidas no contexto de um Plano Internacional, em que a União buscava uma visibilidade positiva dos aparelhos de poder estatais, para garantir financiamentos externos e a expansão das fronteiras agrícolas do país.

Destarte, os citados órgãos indigenistas passaram por algumas sindicâncias. A Correspondência do advogado da Quarta Delegacia Regional (DR4), de Porto Alegre, em 12 de fevereiro de 1969, ao chefe de ajudância da DR4, em Curitiba, caracteriza o que vem sendo dito.

> Convém também fizesse referência ao constante no Proc. n. FNI/BSB/1.496/68, que trata de possíveis irregularidades havidas no Posto Indígena de Dr. Xavier da Silva no recebimento de arrendamentos, na gestão do Sr. Jonas Batista de Carvalho. O Processo neste item referido, está sendo encaminhado a V.S. na mesma data e mesma remessa (FUNAI, 12/02/1969, Filme 70, Fotograma 1534).

De toda forma, tais sindicâncias não representavam o fim dos contratos de exploração de madeiras dos PIs. Desde que assumiu a chefia da DR4, Aloisio de Carvalho, havia autorizado várias retiradas de pinheiros das áreas indígenas (FUNAI, 1969, Filme 70, Fotograma 1573-1588).

Além da madeira, a nova estrutura do SPI, após o Golpe Civil Militar, procurou regularizar os arrendamentos de terras nos Postos Indígenas, como mostra o Memorando nº 137, de 27 de outubro de 1965, de José Fernando da Cruz, da IR7, para o encarregado do PI Apucarana, solicitando "[...] proceder a um completo levantamento dos arrendatários para que sejam efetuados os contratos, já que com ausência destes instrumentos, não haverá segurança legal" (SPI, 27/10/1965, Filme 71, Fotograma 1700).

Além dos arredamentos de terras e dos contratos de exploração da madeira, outro recurso também foi extraído da área do PI Apucarana. Trata-se da extração de pedras, como revela o Ofício nº 84, de 21 de maio de 1947, enviado pela IR7 à Diretoria do SPI, informando que a Prefeitura Municipal de Apucarana estava:

> Solicitando permissão para extrair pedras da área do Posto Indígena de Apucarana. Como existe na referida área pedra em grande quantidade, julgo não haver nenhum inconveniente em que seja concedida a permissão solicitada. O Posto de Apucarana será beneficiado com a estrada que a aludida Prefeitura terá que construir para retirar as pedras da reserva indígena. Aguardo instruções dessa Diretoria para responder a interessada, si devemos cobrar as pedras ou fornece-las gratuitamente (SPI, 21/05/1947, Filme 73, Fotograma 1645).

Dessa forma, as relações do órgão indigenista com a sociedade envolvente eram mediadas pelo jogo de interesses, apresentando-se em alguns momentos de forma conciliável, com interesses convergentes, e em outros momentos de forma mais acirrada, em virtude das divergências de objetivos, caracterizando a *dinâmica das fronteiras*, como argumenta Wegner (2000). Essa dinâmica influenciou as ideias e as estratégias na elaboração da política indigenista no Brasil, no caso especial, colocadas em prática no PI Apucarana. Soma-se a isso, as estratégias políticas dos indígenas, que, enquanto sujeitos históricos, também se posicionaram e souberam lidar com as circunstâncias apresentadas em cada nova *Situação Histórica* (OLIVEIRA, 1988).

2.3 Os Kaingang do PI Apucarana e a política indígena

As informações constantes nos documentos analisados permitem também revelar as ações da comunidade indígena do PI Apucarana, suas estratégias em defesa dos seus objetivos e seus territórios, evidenciando a política indígena em contraponto à política indigenista. Política de aproximação ao órgão indigenista, com relações amistosas, de aproveitamento da estrutura do Posto, benefícios financeiros, privilégios, aquisição de objetos, alimentos, entre outros. Mas também de distanciamento, fugas, enfrentamentos e conflitos, perante a situações cujos interesses eram divergentes aos dos representantes do SPI. Política de alianças com os arrendatários, os colonos em geral, não se submetendo aos mandos do encarregado do PI, até mesmo desafiando-o. Além disso, relações conturbadas e tensas com a presença do sujeito externo à comunidade indígena, gerando conflitos sangrentos, mortes e ameaças. São situações históricas que inviabilizam as abordagens dualistas da história entre indígenas e não indígenas, retratando a complexidade das relações entre os sujeitos históricos envolvidos, demonstrando que, se por um lado, o órgão indigenista estruturou suas ações de criação e desenvolvimento do PI Apucarana, por outro, os índios elaboraram estratégias para fazer frente à política indigenista.

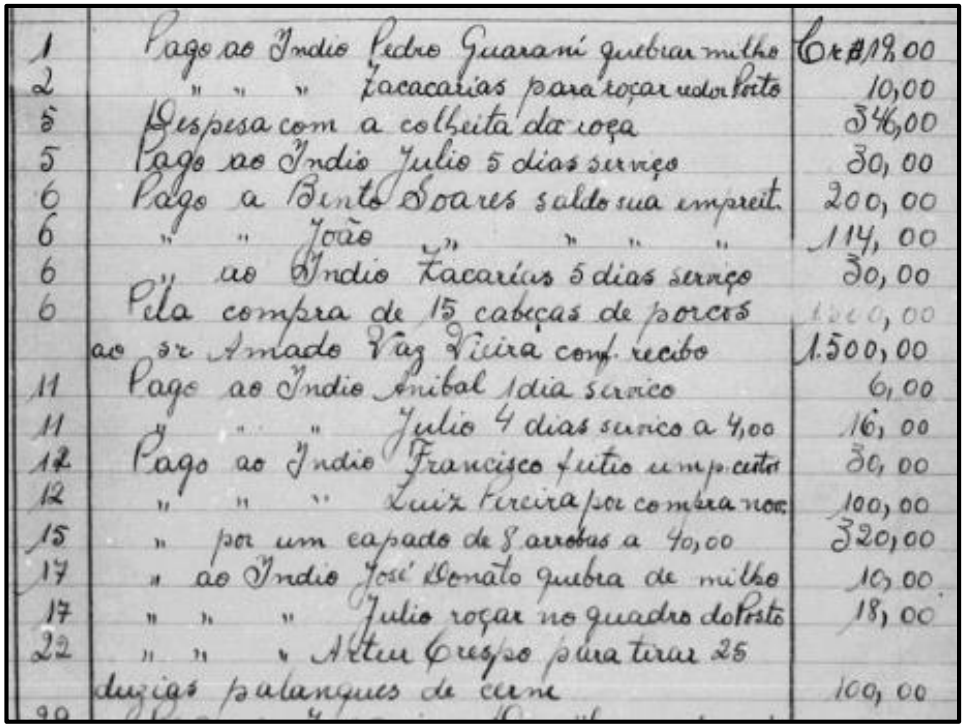
2.3.1 Trabalho e pagamento aos índios

O encarregado João Martins Neto, por meio do Demonstrativo de Renda Indígena do mês de maio de 1943, demonstrou pagamentos a alguns índios do PI Apucarana, pelo serviço de quebrar milho. Entre eles, os índios Lindolfo, Tunico, Arlindo e Arthur Crespo, respectivamente 20, 15, 25 e 20 Cr$ (SPI, 30/05/1943, Filme 47, Fotograma 38). No mês seguinte, novos pagamentos aos indígenas do Posto, como mostra a Imagem 10.

Como se vê, as atividades realizadas pelos indígenas eram diversas, de quebra de milho, roçadas, retiradas de palanques para cercas, entre outros serviços. Em 24 de julho de 1943, o então chamado Feitor Eduardo Stein apresentou a *Relação nominal dos trabalhadores na construção da estrada de rodagem da séde do Posto em Campinas à Vila de São Roque*, com o nome de 5 índios (Arthur Crespo, Anibal, João, Benedicto, Joaquim Rocha), cada um recebendo Cr$ 6,00 por dia de serviço. Como cada indígena trabalhou uma quantidade de dias diferentes, os valores pagos, a cada um, foram diversos, totalizando Cr$ 144,00 (SPI, 24/07/1943, Filme 47, Fotograma 55). Em 31/08/1943, o encarregado do PI Apucarana pagou ao índio Arthur, por doze dúzias de palanques de cérne, no total de Cr$ 50,00 (SPI, 31/08/1943,

Filme 47, Fotograma 68). Esses trabalhos no Posto contando com a mão de obra indígena eram muito comuns, como demonstra a Folha de Pagamento da Imagem 11.

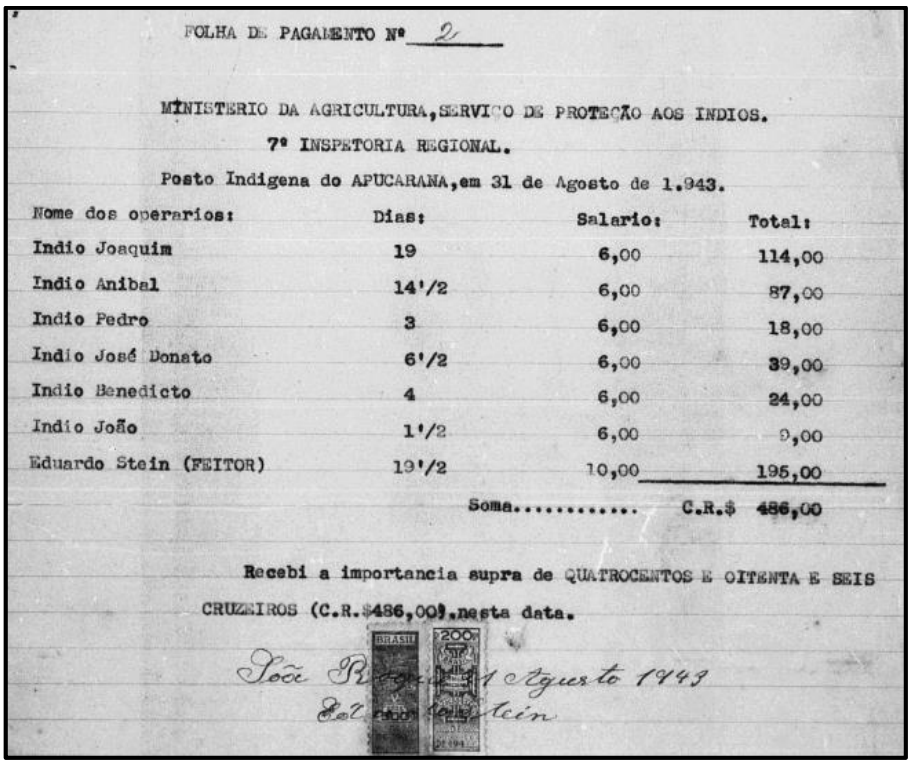
Imagem 10 – Pagamentos aos índios do PI Apucarana em junho de 1943



1	Pago ao Indio Pedro Guarani quebrar milho	Cr$ 18,00
2	" " " Tacacalias para roçar redor Posto	10,00
5	Despesa com a colheita da roça	346,00
5	Pago ao Indio Julio 5 dias serviço	30,00
6	Pago a Bento Soares saldo sua empreit.	200,00
6	" " João " " " "	114,00
6	" ao Indio Tacarias 5 dias serviço	30,00
6	Pela compra de 15 cabeças de porcos	1.500,00
	ao sr Amado Vaz Vieira conf. recibo	
11	Pago ao Indio Anibal 1 dia serviço	6,00
11	" " " Julio 4 dias serviço a 4,00	16,00
12	Pago ao Indio Francisco Julio um porcato	30,00
12	" " " Luiz Pereira por combra nos	100,00
15	" por um capado de 8 arrobas a 40,00	320,00
17	" ao Indio José Donato quebra de milho	10,00
17	" " " Julio roçar no quadro do Posto	18,00
22	" " " Artur Crespo para tirar 25	
	duzias palanques de cerne	100,00

Fonte: SPI, 30/06/1943, Filme 47, Fotograma 44.

Imagem 11 – Folha de pagamento de agosto de 1943 do PI Apucarana



FOLHA DE PAGAMENTO Nº 2

MINISTERIO DA AGRICULTURA, SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS.

7ª INSPETORIA REGIONAL.

Posto Indigena do APUCARANA, em 31 de Agosto de 1.943.

Nome dos operarios:	Dias:	Salario:	Total:
Indio Joaquim	19	6,00	114,00
Indio Anibal	14'/2	6,00	87,00
Indio Pedro	3	6,00	18,00
Indio José Donato	6'/2	6,00	39,00
Indio Benedicto	4	6,00	24,00
Indio João	1'/2	6,00	9,00
Eduardo Stein (FEITOR)	19'/2	10,00	195,00
		Soma..... C.R.$	486,00

Recebi a importancia supra de QUATROCENTOS E OITENTA E SEIS CRUZEIROS (C.R.$486,00) nesta data.

São [illegible] 1 Agosto 1943

Ed. [illegible] Stein

Fonte: SPI, 31/08/1943, Filme 47, Fotograma 69.

Novamente, os indígenas recebendo pelo intermédio do Feitor Eduardo Stein pelos trabalhos nas atividades do Posto. O fato é que os índios já eram listados na Folha de Pagamento como operários, com valor da diária definido e recebiam conforme a quantidade de dias trabalhados no mês. Também recebiam por tarefas esporádicas como o pagamento ao Índio Joaquim, em 10 de setembro de 1943, pelo transporte de palanques até a sede do PI Apucarana, no valor de Cr$ 27,00. No dia seguinte, o pagamento foi ao índio Anibal, por serviços na lavoura, no valor de Cr$ 35,00. E, no dia 30 de setembro, o índio Arthur recebeu Cr$ 85,00 por transportar palanques e rachões para a sede do Posto (SPI, 30/09/1943, Filme 47, Fotograma 91).

No Relatório Anual dos serviços prestados no PI Apucarana, durante o ano de 1943, João Martins Neto apresentou os dados da produção do Posto, enfatizando a mão de obra dos indígenas, que "[...] roçaram e plantaram 200 hectares de terra, para o plantio de milho, arrôs e feijão" (SPI, 31/12/1943, Filme 47, Fotograma 221).

Quadro 10– Fotografias de indígenas trabalhando no PI Apucarana

Fonte: SPI, 1942-1967.

Quadro 11 – Fotografias de índias preparando farinha de milho e índios na atividade com suínos no PI Apucarana

Fonte: SPI, 1942-1967.

Em visita ao PI Apucarana, em 1948, o inspetor Nenê elaborou seu Relatório e enviou à IR7, observando sobre as atividades realizadas pelos índios:

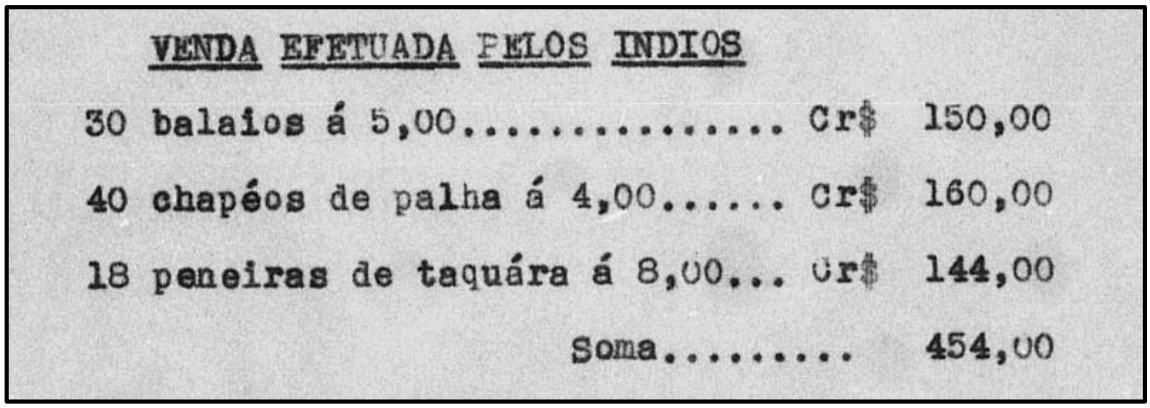
> Sobre o trabalho dos índios e feitio de roças [...] os índios não trabalham de graça, nem seria licito se aproveitar o serviço deles e não pagar seus serviços, quando a finalidade do SPI é ensinar, orientar e assistir os índios, motivos que em todos os Postos desta IR adota-se o feitio de roças para dar ganho aos índios, despertar neles o interesse de trabalhar para ganhar, a fim de não se tornarem parasitas, nem mendigos injustificáveis, sendo com são, homens fortes e sadios, e portanto aproveitáveis. As roças dos Postos servem, assim, para manutenção dos PI, dar renda, e principalmente dar serviços aos índios (SPI, 18/02/1948, Filme 71, Fotogramas 312-313).

Nas relações estabelecidas entre o SPI e a comunidade indígena local, interesses convergentes poderiam coexistir nas atividades realizadas no PI Apucarana. Entretanto, tais convergências não imperavam no cotidiano do Posto, como será demonstrado mais à frente. Essa análise só pode ser realizada se reduzir as escalas de abordagem, como orienta Bensa (1998), percebendo que as sociedades não constituem blocos compactos, mas regimentadas com múltiplas estratégias que se entrecruzam nos locais de interlocução, desafios e tensões. Contudo, é necessário estabelecer conexões entre as diferentes escalas de abordagem, ou, como argumenta Wolf (2005), relacionar o macro e o micro-nível, compreendendo as transformações nas sociedades e suas culturas, seu processo de negociações em cada contexto e como estabelecem suas relações sociais.

Nessa perspectiva, além dos trabalhos no Posto, os indígenas produziam alguns objetos para a venda, como mostra o Ofício nº 7, de 31 de março de 1948, enviado pelo encarregado

do PI Apucarana, ao diretor do SPI, apresentando uma planilha de vendas realizadas pelos índios daquele Posto, revelando uma prática tradicional e ainda atual: a venda de artesanato.

Imagem 12 – Venda realizada pelos índios do PI Apucarana em março de 1948



VENDA EFETUADA PELOS INDIOS

30 balaios á 5,00..... Cr$ 150,00

40 chapéos de palha á 4,00..... Cr$ 160,00

18 peneiras de taquára á 8,00... Cr$ 144,00

Soma..... 454,00

Fonte: SPI, 31/03/1948, Filme 48, Fotograma 807.

Além dos serviços e atividades realizados no interior da área pertencente ao PI, alguns Kaingang realizavam trabalhos fora do território destinado a eles, em propriedades rurais vizinhas, como mostra a Correspondência enviada por Alan Cardec à IR7.

> Em se tratando da foto que aparece uma índia junto com sua filhinha, encontra-se a mesma colhendo algodão, e não dentro das matas a procura de alimento, conforme cita o referido jornal. Esta índia pertence a tribo Guarany, natural do Estado de São Paulo, que aqui chegou no mez de abril a procura de uns parentes de seu marido, o qual pertence a tribo Caingang; como não encontrou os parentes, foi acolhida por esta administração, e dado licença para que trabalhe na colheta de algodão do Snr. Lindo, morador visinho deste Posto (SPI, 30/07/1951, Filme 48, Fotograma 1572).

Os índios também prestavam serviços às serrarias instaladas no interior ou nas proximidades da área indígena, desde serviços diretamente associados ao corte e retirada da madeira, como ainda na conservação de estradas para o transporte das madeiras extraídas do PI Apucarana. O Recibo de Pagamento executado pela Serraria Moacyr Vianna e Cia Ltda, no valor de Cr$ 5.000,00, datado em 31 de agosto de 1955, era proveniente de "[...] serviços prestados pelos índios na conserva de estradas as serrarias S. Roque e S. José, no corrente mez de Agosto" (SPI, 31/08/1955, Filme 48, Fotograma 1919).

Isso demonstra uma série de atividades realizadas pelos indígenas do PI Apucarana, para o órgão indigenista, para as serrarias, nas propriedades vizinhas da área indígena e em seus próprios pedaços de terras. Em muitas dessas atividades, os índios utilizavam ferramentas

próprias e requisitavam novas junto ao SPI, conforme demonstra o Relatório Mensal de 31 de outubro de 1957.

> Nos trabalhos de roçadas no corrente mez, serviços este que vem sendo feito pelos índios deste PI, verificou-se a quebra de 11 foices, as quais pertenciam aos índios. Como este Posto não dispõe de ferramentas para indenizar os índios prejudicados, solicito nos seja remetido com uma certa urgência duas dúzias de foices afim de não sofrermos solução de continuidade na boa marcha de nossos trabalhos (SPI, 31/10/1957, Filme 49, Fotograma 122).

Quatro meses depois, continuava o encarregado do Posto com suas reivindicações de ferramentas para os serviços do PI Apucarana, "[...] visto o Posto não dispor de recursos para compra das mesmas, e os nossos índios não querer trabalhar com as ferramentas deles, e que aliaz, acho muito justo" (SPI, 28/02/1958, Filme 49, Fotograma 162).

Dessa forma, se por um lado o órgão indigenista buscava colocar em prática a ideia de transformar o índio em trabalhador rural, por outro lado, os indígenas interpretavam essas ações à sua maneira, aproveitando a estrutura do Posto, para obter vantagens, desde objetos, ferramentas, alimentos e ganhos financeiros.

O Plano de Assistência Agrícola para a Comunidade Indígena do PI Apucarana, apresentando pelo encarregado Alan Cardec à IR7, em 14 de agosto de 1962, por meio do Ofício nº 7, o que evidencia a complexidade dos interesses entre o SPI e os índios. O Plano solicitou a compra de maquinário e ferramentas para o Posto, além do "[...] financiamento ou fornecimento de alimentação para 40 famílias indígenas de no mínimo CR$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) para cada família" (SPI, 14/08/1962, Filme 68, Fotograma 2060).

Alan Cardec seguiu descrevendo seu Plano:

> Não obstante o alto custo de vida que atravessamos, era de se esperar que nossa tribo viesse a melhorar um pouco mais o seu padrão de vida, e a Administração deste Posto adquirisse com tais medidas, maiores e melhores possibilidades de manter os seus índios dentro de sua área, evitando que os mesmos saíssem a procura de trabalho em fazendas visinhas, o que nos acarreta sérios problemas (SPI, 14/08/1962, Filme 68, Fotograma 2061).

O fato é que o órgão indigenista não conseguia manter os índios apenas no interior da área indígena, mesmo ofertando possibilidades de ganhos com os trabalhos no Posto. Destarte, o encarregado sugeriu tal Plano seguindo os princípios de tutela que caracterizavam a política indigenista do SPI.

> Seria interessante frisar que a Administração deste PI se limitaria apenas a supervisionar e orientar o plano de trabalho agrícola dos citados índios, desde a planta as colheitas, fiscalização de vendas, liquidação de débitos oriundos de fornecimento ou financiamento das lavouras. Quanto ao saldo líquido, seria pertencente exclusivamente a família indígena e não ao Posto. [...] não seria justo tomar como Renda Indígena, aquilo que foi produzido pelo índio (SPI, 14/08/1962, Filme 68, Fotograma 2061).

Alan Cardec sabia que, de outra forma, não conseguiria executar o Plano Agrícola, pois os indígenas não aceitariam trabalhar com parte da produção destinada ao Posto. Era preciso alimentos, ferramentas e produção para o próprio indígena. Desse modo, pode-se afirmar que o PI Apucarana foi sendo estruturado com o trabalho da mão de obra indígena, que realizava atividades diversas, como demonstra o Ofício nº 35, de 22 de novembro de 1965, quando diz que "[...] os últimos dois índios, Lidio Mariano Martins e Osvaldo Pereira Gomes, continuam trabalhando na limpa da lavoura do Posto, atendem criações, etc., a fim de não paralisar os serviços diários do Posto" (SPI, 22/11/1965, Filme 69, Fotograma 31).

2.3.2 Alimentos e objetos aos índios

Como já demonstrado, além das atividades remuneradas realizadas no PI Apucarana e das vendas de produtos, os indígenas recebiam alimentos, ferramentas e demais objetos do órgão indigenista. O Demonstrativo da Renda Indígena, de julho de 1943, apresentou um pagamento a Ernesto Machado dos Santos, "[...] pela compra de três sacos de arroz, destinados à manutenção de escolares indígenas e índios necessitados" (SPI, 31/07/1943, Filme 47, Fotograma 48). Também um pagamento a Araújo & Cia, "pelo fornecimento de mantimentos aos índios necessitados e aos escolares" (SPI, 31/07/1943, Filme 47, Fotograma 48). Neste mesmo mês, um Recibo de Pagamento de Cr$ 700,00, do PI Apucarana, pela aquisição de roupas, cobertores e ferramentas aos índios necessitados (SPI, 19/07/1943, Filme 47, Fotograma 52).

Em novembro de 1943, um novo Recibo de Pagamento, realizado ao comerciante Otavio Lima, pelo fornecimento feito a diversos índios velhos no período de março a novembro de 1943, no valor total de Cr$ 920,50 (SPI, 30/11/1943, Filme 47, Fotograma 127). Esses objetos e alimentos aos índios, por meio do PI, constaram no Relatório Anual de 1943, que apontou auxílios prestados aos indígenas, totalizando Cr$ 2.338,50, uma "[...] importância dispensada com mantimentos, roupas, etc. aos índios deste Posto" (SPI, 31/12/1943, Filme 47, Fotograma 221).

Apesar da maioria dos Toldos estar distante do local onde se construía e se estruturava a Sede do PI, muitos indígenas se aproximavam dos representantes do órgão indigenista e buscaram se beneficiar daquilo que o Posto podia lhes oferecer. Na citada visita do inspetor Deocleciano de Souza Nenê ao PI Apucarana, ele descreveu que havia "[...] um monjolo mandado fazer para o índio Paulino Rodrigues dos Santos (Garãm)" (SPI, 20/07/1943, Filme 47, Fotograma 164).

Casas também foram construídas aos índios, conforme a Relação dos Imóveis existentes no PI Apucarana, em 1945. Segundo este documento, 26 casas foram construídas de madeira lascada, de diversos tamanhos, e entregues aos índios, a Cr$ 800,00 cada uma, pagos pelo órgão indigenista, totalizando Cr$ 20.800,00 (SPI, 23/02/1945, Filme 47, Fotogramas 901-902).

Em 30 de junho de 1946, João Martins Neto enviou o Ofício nº 22 ao Dr. José Maria de Paula, diretor do SPI, informando que deu um presente ao índio Gregório: "[...] mandei fazer uma cangalha e dei ao índio acima referido, pois aquele índio merece é muito trabalhador e presta bons serviços como Capitão do Toldo Apucarana" (SPI, 30/06/1946, Filme 47, Fotograma 1838).

Quadro 12 – Fotografia de casas dos índios no PI Apucarana

Fonte: SPI, 1942-1967.

Os objetos e mercadorias eram fornecidas aos índios de forma contínua. Esses fornecimentos continuavam no ano de 1948, como mostra um Recibo de Pagamento na "[...] importância supra de quatrocentos cruzeiros, proveniente de fornecimentos feitos em mercadorias diversas aos índios escolares e a diversos índios velhos" (SPI, 29/02/1948, Filme 48, Fotograma 628).

Há ainda uma Nota Fiscal emitida pela empresa Casa São Paulo, de Curitiba, em nome do SPI, que comprova os "[...] fornecimentos feitos de fazendas em geral para os índios velhos e inválidos do Posto Indígena Apucarana" (SPI, 31/03/1948, Filme 48, Fotograma 634), no valor total de Cr$ 2.587,50. Entre os itens da Nota Fiscal, estavam cobertores, tecidos diversos, botões, carreteis de linhas, pares de sapatos, camisas etc.

Os deslocamentos dos indígenas, mesmo que provisório, até próximo à sede do Posto, despertava a preocupação do encarregado em construir casas aos índios. Esses saíam de seus Toldos em busca de alguns recursos disponíveis na sede do PI Apucarana.

> Temos também o problema de habitação para os índios, em consequência de termos mais de dez famílias que estão morando quase ao relento. Afim de que esta administração possa tomar uma iniciativa, solicito de V.S. instruções em torno destas necessidades (SPI, 30/04/1951, Filme 48, Fotograma 1478).

Quando ocorreu a mudança da sede do Posto para o novo local, o encarregado Alan Cardec fez uma série de solicitações junto a IR7. Entre os itens, estavam "[...] roupas e medicamentos para os índios" (SPI, 08/10/1951, Filme 48, Fotograma 1583).

No Relatório Mensal de outubro de 1955, o encarregado do Posto informou sobre problemas de saúde dos indígenas, que cobravam por medicamentos do Posto.

> Necessitamos de medicamentos para atender o estado de saúde dos nossos índios, visto a renda que este PI vem tendo, nestes últimos ser muito precária, deixando desta maneira o encarregado do Posto em situação bastante delicada diante da gravidade dos factos. Estão os índios sendo vitimados de grandes infecções em geral. Com uma boa partida de penicilina, enterro-vioformio e sulfa-guanidine, possivelmente resolveremos a situação (SPI, 31/10/1955, Filme 48, Fotograma 1859-1960).

Entretanto, se alguns membros da comunidade indígena cobravam os medicamentos junto ao encarregado do Posto, para solucionar seus problemas de saúde, outros índios acabavam se esquivando da ação indigenista, quando das vacinas e aplicação de remédios, sobretudo, ao tratar de crianças indígenas.

> Tendo este PI dado início a uma espécie de assistência social nos aldeamentos de toda esta reserva indígena, verifiquei a grande avitaminose existente no seio da infância indígena, muito especialmente, aquelas famílias que procuram esconder os filhos da assistência da Administração do Posto, (motivo medo de ingeção e de produtos farmacêuticos). No entanto, sugiro a V.S. remeter uma certa quantidade de vitaminas e cálcio via oral, tenho certeza que resolverei a situação destas crianças (SPI, 31/07/1956, Filme 49, Fotograma 14).

Em novembro de 1958, Alan Cardec comunicou novamente a IR7, sobre uma epidemia de fortes gripes seguida de pneumonia, gerando mortes de indígenas e transtornos para a administração do Posto, solicitando penicilina e demais medicamentos para uso adulto e infantil, porque já tinham muitos doentes. Mais uma vez o encarregado solicitou os remédios em gota, "[...] afim de facilitar aplicação nas crianças de um a 12 anos de idade" (SPI, 30/11/1958, Filme 49, Fotograma 180).

No que tange a saúde, além dos medicamentos, os indígenas utilizavam da estrutura do SPI para as viagens até as cidades com mais recursos para alguns específicos tratamentos. O Ofício nº 35, em 18 de março de 1960, demonstra a preocupação de Alan Cardec com uma criança indígena que sofreu *mordedura de cão louco*. Tratava-se de Sebastião Cardoso, filho do índio Rozendo Cardoso, que foi acompanhado do enfermeiro do PI Apucarana, Delfino Coutinho Costa, para Curitiba, conforme acerto via Serviço de Rádio entre o encarregado e o chefe da IR7, "[...] por motivo de em Londrina os recursos para o referido caso serem muito precários, tomei a liberdade de encaminha-los diretamente a essa chefia, visto dessa capital existir maiores possibilidade para salvar a nossa criança" (SPI, 18/03/1960, Filme 49, Fotograma 396).

Mesmo após o Golpe Civil Militar, a política indígena de se aproximar do órgão indigenista e de obter algumas vantagens proporcionadas por essa relação continuou. O Ofício nº 23, de 31 de agosto de 1965, revelou a doação de alimentos, cobertores e tecidos aos índios.

> Outrossim, conforme solicitação feita a essa Chefia, através do Rádio, o Sr. Chefe autorizou esta Administração contrair débitos no comercio, a fim de atender os índios que encontram-se no acampamento com a finalidade de fazerem roça coletiva, assim como também para adquirir cobertores e tecidos. Comunico a V.Sa., que até o presente momento adquirimos 11 sacos de feijão para alimentação dos índios no acampamento (SPI, 31/08/1965, Filme 69, Fotograma 027).

Novamente, a prerrogativa da alimentação, vestimentas e demais objetos para os índios trabalharem em suas roças individuais e coletivas. Além disso, o Relatório Mensal de 30 de setembro de 1965, demonstra a reivindicação dos indígenas por casas.

> Sr. Chefe da IR7, o problema habitacional desta área indígena agrava-se cada vês mais, todavia, os índios aguardam com fé e esperança no Sr. Chefe da IR7 e no Sr. diretor do SPI, na concretização do Plano de Trabalho apresentado por esta Administração, em 12/7/65, assim sendo, serão sanados todos os

> problemas existentes neste Poind (SPI, 30/09/1965, Filme 68, Fotograma 2244).

Outrossim, se por um lado o órgão indigenista tinha a intenção de atrair e aproximar os indígenas junto à sede do Posto e, com as atividades propostas, transformá-los em trabalhadores rurais, assimilando-os à sociedade nacional, por outro lado, os índios procuravam obter vantagens com a estrutura criada pelo SPI naquela localidade, reinventando novas formas de vida, como grupo que não se configura por uma cultura imutável e que produz estratégias políticas, pois, conforme Balandier (1987), não existe sociedade apolítica, já que todas são capazes de assimilar as transformações de um dado contexto histórico e planejar suas ações.

2.3.3 Deslocamentos, tradições e reivindicações

Como já abordado, os Kaingang mantinham seus deslocamentos constantes por toda a região do PI Apucarana e migrando para outros PIs e seus Toldos tradicionais, conforme a situação lhes proporcionava, dificultando, inclusive, as atividades dos encarregados, como os recenseamentos do Posto e as tentativas de mantê-los restritos as áreas a si destinadas. Eram idas e vindas pelos territórios não apenas reservados aos índios, mas por toda a região adjacente, visitando seus parentes nos Toldos de outras localidades. Como exemplo, o Memorando nº 4, de 18 de janeiro de 1943, da IR7 ao PI Apucarana, quando abordou as solicitações referente a escola e ao trato com os índios, orientou ao encarregado: "[...] deveis providenciar para recolher a essa área indígena os índios que estão em terra alheia, entre Londrina e São Roque, nas imediações da ponte sobre o rio Taquara" (SPI, 18/01/1943, Filme 73, Fotograma 1524).

Também o Ofício nº 10, de 31 de março de 1946, enviado por João Martins Neto ao diretor do SPI, no Rio de Janeiro, abordou o estado sanitário dos indígenas do PI Apucarana, informando a relação destes com os do PI Barão de Antonina, na outra margem do rio Tibagi.

> [...] é aquele vai e vem para o PI Barão de Antonina. Quando vão para aquele Posto, tem por hábito de pernoitarem na barranca do rio, com o fito de pescarem, nessa pesca nas condições que está as margens do rio, que formou aqueles alagadiços e com este grandes calorão que tem havido estes últimos dias, está desenvolvendo uma febre terrível (SPI, 31/03/1946, Filme 47, Fotograma 1770).

É importante perceber esses deslocamentos, sobretudo, nas proximidades do rio Tibagi, porque estava prestes a iniciar a construção da Usina do Apucaraninha e os índios ficariam

sabendo imediatamente dessa ocorrência e também estabeleceriam ações no processo de relacionamento com os novos representantes ali presentes.

Esses deslocamentos também podem ser observados no Ofício nº 14, de 30 de abril de 1946, que tratou da Festa do Índio, realizada em 20 de abril daquele ano, um sábado que antecedia à celebração da Páscoa.

> Convidei todos os índios desta reserva, para naquele dia virem para assistirem sua festa, porém, este ano vieram poucos relativamente, pelo motivo de estarem quase na maioria, em suas pescarias, que é de costume todos os anos pela Semana Santa. Só estiveram na festa 43 índios, entre homens e mulheres e crianças. A estes foi oferecido um farto almoço, composto de carne de porco, feijão, arroz, mandioca, abóbora, batata doce, etc. Para sobremesa foi dado leite com cangica e moranga. [...] A noite foi oferecido um grande baile embaixo de um empalisado 'ramada'. Para o baile forneci café com pão e querosene para os lampiões (SPI, 30/04/1946, Filme 47, Fotogramas 1771-1772).

Se por um lado, uma parte pequena da comunidade indígena local participou da Festa do Dia do Índio, aproveitando toda a alimentação, doces e o próprio baile preparados pelo PI, por outro lado, as práticas tradicionais, como a pesca, mantinham-se vivas entre os índios, que conheciam o território, os rios e realizavam suas pescarias para a subsistência. Além disso, a informação do encarregado sobre o fornecimento de querosene para acender os lampiões que iluminavam o baile, possibilita refletir o quanto a chegada da eletricidade poderia trazer vantagens ao PI Apucarana. Destarte, esse contexto colabora na compreensão da instalação da Usina do Apucaraninha.

Em 1953, a Festa do Dia do Índio foi descrita pelo Relatório Mensal enviado a IR7, com a organização de uma grandioso almoço para os índios do PI Apucarana e de outros Postos, com longas rodas de conversa entre os índios e a noite um baile, em que foi exibida a dança do engenho "[...] e outras mais de seus primitivos dias" (SPI, 30/04/1951, Filme 48, Fotograma 1701). Dessa forma, a comunidade indígena do Apucaraninha apropriava-se da festa organizada pelo órgão indigenista e realizava suas danças e rituais tradicionais, recebendo seus parentes e amigos de outros PIs, prática ainda hoje comum na TI Apucaraninha.

Em 26 de fevereiro de 1950, por meio do Ofício nº 42, o inspetor Deocleciano de Souza Nenê sugeriu ao chefe da IR7, a construção de um cômodo para os índios em Curitiba, entrando em contato com a Prefeitura Municipal da capital, para solicitar um lote de terras "[...] no quadro suburbano, cedido ou aforado, em último caso comprado, em lugar não muito distante, para

nesse lote mandar cercar e construir um galpão de uns 12x9 metros, ou seja, 98 m^2" (SPI, 26/02/1950, Filme 70, Fotogramas 77-78). A justificativa do inspetor Nenê era:

> Não há como vedar as constantes visitas de grupos de índios vindos de várias regiões, não se devendo culpar os Encarregados dos Postos, porque, como nós que já convivemos com os índios em Postos, bem conhecemos como eles fazem para se sustentarem, ora com caçadas, ora com pescas ou ainda em visita a outros toldos, e nessas ocasiões rumam para esta capital e até para o Rio, como é disso conhecedora a nossa Diretoria, e aqui chegam sempre sujos, rotos, muitas vezes em dias de feriados, que as casas comerciais estão fechadas, [...] e por esse motivo nenhum hotel ou pensão querem arranjar cômodo, sendo como sabeis incomodo, aborrecimentos e acrescendo despesas (SPI, 26/02/1950, Filme 70, Fotograma 77).

Como se vê, os índios se deslocavam para Curitiba e até para o Rio de Janeiro, fazendo determinadas exigências junto ao órgão indigenista. O Memorando nº 314, enviado pela Diretoria do SPI, no Rio de Janeiro, para a IR7, em Curitiba, no dia 12 de julho de 1956, revelou um dos motivos das idas e vindas dos representantes indígenas por aquelas localidades.

> Com o presente, apresento-vos os Índios Kaingang: Sebastião Kaingang, Francisco Índio do Brasil e Tonico Bório, os quais compareceram a esta Diretoria, a fim de pleitearem medidas protetoras com respeito às terras aonde residem, para o que peço a vossa atenção (SPI, 12/07/1956, Filme 70, Fotograma 838).

Os índios tinham conhecimento das instâncias superiores do órgão indigenista e se articulavam realizando os deslocamentos à Diretoria do SPI, caso achassem necessário. Até mesmo se portavam diretamente ao presidente da República, como demonstra o Telegrama nº 344, de 30 de outubro de 1944, enviado pela Assessoria da Presidência à Diretoria do SPI.

> Joaquim Gabriel França, Francelina Donaria Donalícia solicitaram passagens presidência da república três índios e um guia para virem a esta capital expor o maus tratos infligidos agente PI Apucarana. Informai máxima urgência o que verdade há afim esclarecer a respeito (SPI, 30/10/1944, Filme 71, Fotograma 535).

Essas ações causavam transtornos as diferentes instâncias do órgão indigenista e revelam as estratégias dos indígenas perante as medidas adotadas pelo encarregado do Posto e demais representantes do SPI. Inúmeras vezes, o órgão indigenista visou barrar esses deslocamentos, orientando seus empregados a não deixar os indígenas saírem de suas áreas delimitadas e terem um controle regulado das eventuais necessidades dos deslocamentos.

Entretanto, os índios elaboravam estratégias para obter autorização do PI, oficializando suas saídas, sendo que, muitas vezes, demoravam para o retorno ou nem retornavam, como demonstra o Ofício nº 4 de 26 de abril de 1961, enviado pelo PI à IR7.

> Todavia, para maior esclarecimento desta Administração, solicitaria dessa IR, informar se podemos continuar fornecendo ordens para os nossos índios venderem seus produtos e faserem comprar nas Vilas de nosso Distrito conforme vinha sendo feito, ou devemos seguir o rigor da Guia de Licença oficial (SPI, 26/04/1961, Filme 68, Fotograma 1990).

Outra ação adotada pelos índios eram as solicitações de transferência para outros PIs, que não era apenas uma forma de punição pelo órgão indigenista, mas também utilizada pelos indígenas, para o encontro e convívio com seus parentes, entre outros objetivos. Essas transferências eram comuns, como revela o Relatório Mensal, de 31 de maio de 1966, indicando a transferência de 7 índios, do PI Apucarana para o PI Duque de Caxias (SPI, 31/05/1966, Filme 69, Fotograma 40) e a chegada de outros 7 Kaingang no PI Apucarana, conforme Relatório Mensal de 30 de setembro de 1966 (SPI, 30/09/1966, Filme 69, Fotograma 47).

2.3.4 As tensões, os conflitos e as relações acirradas no PI Apucarana

Se por um lado, convergências de interesses aproximavam índios e agentes do órgão indigenista e dos colonos, por outro, objetivos divergentes acirravam as relações na área do PI Apucarana, com momentos de tensões e conflitos, que vão muito além da polarização índios *versus* brancos e que merecem ser analisadas, pois são situações de embates entre órgão indigenista e comunidade indígena, índios contra colonos, índios contra índios, colonos contra colonos, índios e colonos contra o SPI, SPI e índios contra colonos etc.

Por exemplo, a morte do encarregado Francisco Gracia, em 1943, quando indígenas e intrusos da área do PI Apucarana procuraram influenciar na decisão do novo encarregado. A Correspondência de 3 de março de 1943, do inspetor do SPI, Odilon Cunha Sprenger, à IR7, tratou da impossibilidade de entregar encomendas ao PI Apucarana, devido à morte de Gracia e a situação de tensão no Posto pela indicação do novo encarregado.

> Outrossim, comunico-vos que o Snr. Paulino Bonfim, que auxiliava na administração do Posto, por informações seguras e observações minhas, insuflou os índios para que não aceitassem novo Encarregado e que dissessem que desejavam a ele como Encarregado, tendo mesmo o Capitão Índio Luiz Pereira logo após a minha chegada esbravejado que não queriam eles índios

> outro Encarregado, assim como alguns nacionais residentes na Fazenda terem dito o mesmo (SPI, 03/03/1943, Filme 73, Fotograma 1527).

Como já abordado, o novo encarregado não foi Paulino Bonfim, mas tais acontecimentos denotam um clima de relações acirradas no interior da área do PI Apucarana. Uma outra situação de tensão é revelada pelo Recibo de Pagamento, de 31 de março de 1945, em que Cr$ 45,00 foram pagos pelo encarregado do Posto para a compra de "[...] remédios e curativos fornecidos ao índio Antero, por ocasião da que o mesmo foi vítima de ferimentos produzidos por faca, em mês de dezembro de 1944" (SPI, 31/03/1945, Filme 47, Fotograma 710). Embora sem condições de levantar o causador dos ferimentos, esse episódio revela que as relações no interior do território indígena estavam distantes de serem harmoniosas.

Um caso mais detalhado refere-se ao índio João Braz. O primeiro documento que citou este indígena Guarani foi o Telegrama de 20 de fevereiro de 1946, enviado pelo inspetor Deocleciano de Souza Nenê, para a chefia da IR7.

> Comunico vos Joao Braz intitulado índios mestiço, sempre gosando dessa regalia neste PI, para ser agradável foreiros intrusos reserva indígena, que não se conformaram lançamento a foramente, seguiu para rio com recursos arranjado foreiros desobedientes, fazendo grande numero rendeiros se recusarem pagar esperando regressar dito Joao Braz. Seja conveniente caso mesmo continue considerado índio como vem sendo, seja deixado algum tempo si possível junto índio Francsico Brasil, ou em outro estabelecimento deciplinar, virtude confusão esta causando neste PI (SPI, 20/02/1946, Filme 69, Fotograma 1743).

Nota-se que houve uma articulação entre o índio e alguns intrusos para o não pagamento dos foros e que João Braz havia se deslocado para o Rio de Janeiro, para tratar com a instância máxima do SPI, de suas reivindicações. Ciente dessas ocorrências a IR7, por meio do Memorando nº 109, em 29 de março de 1946, deu a seguinte orientação ao encarregado do PI Apucarana:

> Quanto ao João Braz, conforme me comunicaste, está perturbando os trabalhos desse Posto, deveis providenciar junto às autoridades competentes para o afastamento do mesmo dessa área indígena. Segundo me comunicaram os Snrs. Deocleciano S. Nenê e Vismar C. Lima, esse indivíduo não é índio, pois nem siquer sabe falar o idioma indígena (SPI, 29/03/1946, Filme 73, Fotograma 1603).

Aqui se evidencia uma tentativa do SPI de colocar João Braz nas mãos das autoridades policiais locais, descaracterizando-o enquanto índio. Após uma política indigenista, de mais de

quatro séculos, buscando privar os índios de falar sua língua, esse argumento era utilizado como um subterfúgio, para justamente evitar os problemas ocasionados pela relação de João Braz com os intrusos foreiros.

O Ofício nº 19, de 17 de junho de 1946, enviado por João Martins Neto à IR7, apresenta novas informações sobre o caso:

> Outro-sim, o João Braz consta que foi ao Rio e trouxe ordem do Dr. José Maria para não sair da fazenda. Procurei o mesmo para mostrar-me a referida ordem. Recusou-se a mostrar-me. Eu não posso acreditar que o Dr. José Maria assim o fizesse. O que tenho a lhe dizer é o seguinte: Si o João Braz continuar aqui na fazenda, para o ano que vem, é muito pouca gente que pagará fôro (SPI, 17/01/1946, Rôlo 47, Fotograma 1835-1836).

O Ofício evidencia a relação conflituosa entre o encarregado do PI e o indígena João Braz. Este não costumava alinhar-se às ações do primeiro e estabelecia relações com os arrendatários, para não pagarem o valor do arrendamento das terras ao Posto. Como se vê, os indígenas mantinham diferentes estratégias em relação ao órgão indigenista, revelando suas divisões e clivagens internas: ora se alinhando e se aproximando do órgão indigenista, fornecendo informações da área, executando os trabalhos no PI a pedido do encarregado; ora desafiando a autoridade indigenista local e promovendo situações conflituosas e dúbias como no caso citado, quando João Braz alegava ter ordem do diretor do SPI para permanecer na área. Tais informações permitem estabelecer analogias com a abordagem de Hannerz (2001), quando argumenta que é nas *Fronteiras* que as coisas realmente acontecem, como um local de fluxos e interfluxos de diferentes indivíduos e grupos étnicos, promovendo ambiguidades, incertezas e transformações.

Em 20 de agosto de 1946, o índio João Braz foi novamente motivo de Correspondência entre o PI Apucarana e a IR7.

> Já são passados vários meses dessa ocorrência, não sendo providenciado o afastamento desse máo elemento, que vem perturbando a bôa marcha e ordem reinante entre os índios e civilizados aqui residentes. Venho mais uma vez a vossa presença, comunicar-lhe que o índio (como deseja ser) continua praticando os maiores desatinos possíveis, desrespeitando toda e qualquer ordem a si transmitida. Caso não seja tomada uma urgente e enérgica providência, no sentido de afastamento desse indivíduo que pretende ser índio mas eu acho que não é, assim como os componentes de sua família (mulher e dois filhos) de maior idade, solteiros, poderei afirmar na decadência de tudo que se tem feito para o bem dos índios e do Serviço (SPI, 20/08/1946, Filme 47, Fotograma 1843).

Pelo visto, as ações de João Braz incomodavam veemente o encarregado do PI Apucarana, que solicitava o afastamento daquele indígena. Muito provavelmente esse afastamento acabou não ocorrendo e João Braz viveu alguns anos de forma clandestina no Posto, em sua área ou nas imediações, pois novamente foi motivo de conflitos com o novo encarregado, Alan Cardec, conforme demonstrou o Ofício nº 6, de 21 de junho de 1951.

> Com esta vos entrego o índio Guarany João Braz da Silva, indiciplinado remitente desde administrações anteriores, que por esse motivo há mais de 3 anos habituava clandestinamente fora desta reserva indígena, o qual, em companhia de mais quatro indivíduos civilizados, foreiros intrusos hostis ao SPI, apresentaram-me em estado de embriagues, horas impróprias, na sede deste Posto, exigindo direitos que o nosso regulamento não os faculta, como modos incovinientes e desrespeitosos, motivo porque fui obrigado, a bem da diciplina do Serviço, passar dito índio a essa chefia, para os fins que se fizerem necessários (SPI, 21/06/1951, Filme 48, Fotograma 1569).

Em 30 de julho de 1951, Alan Cardec enviou nova Correspondência à Lourival da Mota Cabral, afirmando que o indígena João Braz havia conseguido uma reportagem no *Jornal O Dia* para criticar a administração do PI Apucarana. O encarregado solicitou direito de resposta "[...] para esclarecer melhor, por esta mesma imprensa, os fatos verídicos que veem se registrando em torno de minha pessoa, ou seja, do SPI, aqui neste sector" (SPI, 30/07/1951, Filme 48, Fotograma 1572). Dessa forma, Alan Cardec rebateu as acusações afirmando que:

> Em primeiro lugar quero frisar que, a casa estampada no jornal, não pertence, e nem nunca pertenceu ao índio João Braz conforme consta no artigo: trata-se de uma casa pertencente ao patrimônio indígena, e a longos anos esta administração cedeu para o índio Galdêncio residir juntamente com sua família. A referida casa está situada no toldo Rio Preto, no Bairro da Igrejinha, e ultimamente passando por uma reforma, para em uma das salas, instalarmos uma escola, afim de atender os índios daquela zona, bem assim, todas as demais crianças filhos de civilizados, cujo o número eleva-se a mais de 50 (SPI, 30/07/1951, Filme 48, Fotograma 1572).

O encarregado prosseguiu seu esclarecimento, buscando descaracterizar a ação do indígena João Braz, informando que o mesmo vivia em Faxinal de São Sebastião e:

> Segundo as ocorrências que se acham registradas no arquivo deste PI, trata-se de um elemento que na qualidade de índio, nunca respeitou o regulamento interno do SPI, sempre viveu clandestinamente em promiscuidade com civilizados corruptos, a beber cachaça, e embriagar os demais índios que juntavam-se a ele. Ultimamente, induzido por elementos prevaricadores, os quaes foram busca-lo lá em sua residência, Faxinal, a mando de uma pústula residente no Patrimônio de Tamarana, o qual vivem incutindo os índios deste

> Posto a se rebelarem contra minha administração. Não obstantes com os desrespeitos e provocações que vinham desencadeando contra este PI, fizeram com que o índio João Braz da Silva se incorporasse a uma turma de indivíduos irresponsáveis e em horas improprias da noite, viessem até o Posto, afim de me assassinarem-me (SPI, 30/07/1951, Filme 48, Fotograma 1573).

Alan Cardec comentou sobre a ação do grupo, composto por José Maria Bueno, conhecido como Mariano, Leonidas da Silva França, Raul Pinto Pires, Justino Paula e o índio João Braz da Silva, que, na noite de 21 de junho de 1951, tentaram lhe matar. Conforme o encarregado, estavam no posto José Miranda Gomes, Bevenuto Pereira, Joaquim dos Santos Amorim, Martinho Menck e Luiz Leonardo, que o defenderam do pior e que podiam ser testemunhas da ação.

Novamente, exemplos de tensão e relações conflituosas, em que ocorriam alianças entre índios e não índios, mostrando a dinâmica presente no PI Apucarana, muito mais complexa do que simplesmente colocar a versão dualista índios *versus* brancos. A história envolvendo o indígena João Braz se encerrou de maneira trágica, conforma denota o Telegrama nº 160, de 9 de novembro de 1962, enviado pela IR7 à Diretoria do SPI em Brasília.

> Comunico-vos que dia 29 outubro findo, localidade Tamarana, este Estado, Índio Bernardo Timoteo Rêri Rêri, Capitão índios PI Dr Xavier da Silva, matou com uma facada, segundo alega e parece em legítima defesa índio João Braz, do mesmo Posto, seu filho adotivo, que havia ido localidade Tamarana companhia índia Eva Nifén, mulher do assassino. Ocorrência foi na época comunicada esta IR através radio por Encarregado Posto Alan Cardec Martins Pedroza, qual então recebeu instruções sentido manter preso no posto índio criminoso após ser devidamente medicado pois em luta recebera três ferimentos a faca, sendo-lhe dito então que atendesse qualquer solicitação emanada de autoridade policial local. [...] Referido Encarregado informa que Sargento José Neves, Delegado Polícia Distrito Tamarana, que atendeu ocorrência, lhe entregando cadáver vítima e o criminoso e sua mulher, que então conduziu de volta ao Posto, nada registrou a respeito por se tratar de crime cometido entre índios. [...] Essa Diretoria está acordo assunto deva assim ser encarado e dado por encerrado, face bons antecedentes índio criminoso conforme salienta Encarregado ou se haverá necessidade inquérito policial (SPI, 09/11/1962, Filme 71, Fotograma 1667).

Primeiramente, vale destacar que mais de uma década após a tentativa de assassinato do encarregado Alan Cardec, o índio João Braz continuava vivendo na área do PI Apucarana, mesmo com todas as tentativas de ser retirado dali. E nesse momento acabou sendo vítima do Capitão dos índios, após uma aparente briga. Interessante é perceber a parcialidade do encarregado ao tratar a ocorrência, conduzindo a IR7 no mesmo pensamento de deixar o caso sem abordar, já que o *índio criminoso* tinha bons antecedentes. Pode-se inferir que era uma

forma de encerrar o caso, já que o índio morto vivia dando trabalho ao órgão indigenista. De toda forma, houve a comunicação à Diretoria do SPI, porque algum indígena aliado de João Braz, ou mesmo algum intruso, poderia fazer isso com outras palavras, exigindo futuros esclarecimentos do PI e da IR7.

As tentativas de punições aos índios considerados insubmissos eram muito comuns nos PIs, revelando um clima de tensão no interior das áreas indígenas. Entre as punições, estava a prática de transferência dos índios indisciplinados de seu Posto de origem para outro, como forma de penalizá-los, como foi o caso do índio Antonio Carvalho Doble, que havia sido transferido do PI Cacique Doble, situado no Rio Grande do Sul, para o PI Apucarana, a fim de cumprir sua pena. Conforme o Ofício nº 1, de 16 de janeiro de 1950, Martins Neto solicitou a redução da pena do índio Antonio Doble:

> Desde o mês de Janeiro de 1949 permanece neste Posto, conforme determinação dessa IR, o Índio Antonio Carvalho Doble, indisciplinado do PI Cacique Doble, que deveria cumprir pena neste Posto pelo espaço de dois anos consecutivos. Como portou-se dignamente durante o tempo que permaneceu aqui, e em vista de sua regeneração completa nesse espaço de tempo, considerando que o dito Índio é casado e pai de sete filhos, venho por intermédio do presente solicitar que seja comutado o castigo imposto ao mesmo, permitindo ao Índio supra-citado regressar ao seio de sua família (SPI, 16/01/1950, Filme 48, Fotograma 1459).

O índio Antonio Doble, após um ano cumprindo a pena, devia estar muito doente e acabou falecendo no dia 26 de janeiro de 1950, "[...] vitimado por pneumonia dupla, que apesar dos esforços empregados não foi possível salva-lo" (SPI, 31/01/1950, Filme 48, Fotograma, 1389). Sepultado no Cemitério Municipal da Vila de Tamarana, Doble nem mesmo foi levado para seu Posto de origem, junto com seus familiares.

Um novo caso de cumprimento de pena envolveu o índio Pedro Pinto, do PI Ligeiro, do Rio Grande do sul, conforme Ofício nº 5, de 7 de março de 1953, em que Alan Cardec informou a IR7 que o citado índio "[...] já tendo concluído seu tempo de castigo neste Posto, passo a disposição de V.S." (SPI, 07/03/1953, Filme 48, Fotograma 1681). E assim foram muitas as transferências para o PI Apucarana e deste para outros PIs.

Os conflitos também se davam mesmo no período eleitoral, conforme demonstra o Ofício nº 157, de 26 de junho de 1951, da IR7 ao Juiz Eleitoral da Comarca de Londrina.

> Estando ciente das ocorrências de sérias irregularidades e incidentes nas terras do Posto Indígena de Apucarana, por foreiros orientados por cabos eleitorais, fatos esses que poderão degenerar em sérios conflitos armados, afim de

> resguardar a ordem e a paz, naquela região, que se digne requisitar um contingente da Polícia Militar para fazer o policiamento e impedir a repetição de tais incidentes, em virtude da aproximação das eleições municipais e das paixões partidárias que estão muito acirradas (SPI, 26/06/1951, Filme 73, Fotograma 1761).

Nota-se um grande receio dos agentes do órgão indigenista quanto a falta de segurança e a possibilidade de graves conflitos durante aquelas eleições. O cenário ficou ainda mais tenso com o assassinato de um empregado do PI Apucarana, como mostra o Telegrama nº 183, de 27 de julho de 1951, enviado pela IR7 à Diretoria do SPI.

> Comunico-vos dias vinte quatro corrente mês fio assassinado traiçoeiramente trabalhador do Posto Apucarana nome Luiz Leonardo da Silva, por elementos inimigos gratuitos SPI pretendem se apossar terras daquele Posto. Pessoalmente solicitei providencias Chefe de Polícia bem como Governador Estado e conforme autorização anterior Ministro da Guerra me dirigi Comandante Quinta Região Militar que exigiu destes enérgicas e imediatas medidas manter segurança pessoal nossos funcionários e abertura rigoroso inquérito afim apurar responsabilidade perversos criminosos (SPI, 27/07/1951, Filme 73, Fotograma 1766).

As negociações em virtude do Acordo de 1949 e a definição da nova área destinada aos Kaingang e do local da nova sede do PI Apucarana inflamaram ainda mais os ânimos na localidade. O SPI expediu Avisos Internos comunicando aos moradores não-índios da necessidade de se retirarem da área reservada aos indígenas, dando início as atividades do Posto, com a construção de sua nova sede e na estruturação de toda a área. Entretanto, índios e não-índios já mantinham relações históricas nessa localidade, resistindo aos mandos do órgão indigenista. Isso fica comprovado conforme leitura do Ofício nº 15, de 28 de julho de 1952, enviado por Alan Cardec à IR7:

> Dentre todos os moradores que ficaram em nossa faixa, um que é o Snr. Manoel Modesto Duetto, acha-se com o direito de continuar com sua bodega aberta, fornecendo bebidas alcoólicas aos índios, criando dessa maneira, um estado gravíssimo entre os índios e a administração. Sendo chamado a atenção pelo encarregado do Posto, portou-se de maneira bastante desrespeitosa, ofendendo as Leis e autoridades do SPI (SPI, 28/07/1952, Filme 48, Fotograma 1602).

Como imaginar a relação do dono da bodega com os índios? Como o SPI elaborava suas ações para a retirada dos não índios? Como os índios participavam deste processo? São questões a se pensar, não sendo aprofundadas neste momento. Lembrando que o prazo inicial para a saída dos donos de bodega da área indígena era 30 de maio, ou seja, dois meses já tinham

passado. Dois dias após, Alan Cardec enviou novo Ofício, nº 17, retomando o assunto do dono da bodega, Manoel Modesto Duetto.

> Conforme meu Ofício n. 15, com data de 28 de corrente, volto mais uma vez a fazer ciência a V.S., que o Snr. Manoel Modesto Duetto, continua introduzindo aguardente na reserva indígena, afim de desmoralizar o SPI. Os recursos que existiam nesta administração, para repelir as arbitrariedades do supra-citado, foram todos esgotados (SPI, 30/07/1952, Filme 48, Fotograma 1605).

Na verdade, o órgão indigenista tinha que lidar com a retirada de todas as famílias de não-índios da área acordada do PI Apucarana. O Aviso Interno de 15 de fevereiro de 1952 cedia prazo até 31 de dezembro daquele ano para terminar de colher suas roças e safras. Entretanto, por meio do Ofício nº 12, de 31 de julho de 1953, Alan Cardec, apesar de citar que entre janeiro e julho de 1953, oito famílias de não indígenas tinham deixado as terras do Posto, totalizando 54 pessoas, revelou que ainda haviam muitas outras presentes na referida área (SPI, 31/07/1953, Filme 48, Fotograma 1689).

Os anos se passaram e o intrusos mantiveram-se na área destinada aos indígenas, como demonstra o Ofício nº 8, de 8 de abril de 1965, do encarregado do PI Apucarana à IR7.

> [...] reuni todos os intrusos que param nesta área indígena, aos quais retransmiti as determinações dessa Chefia, no seguinte teor: das roças já existentes eles teriam que pagar uma porcentagem ao Posto [...] quanto as futuras roças será na forma de contrato na ocasião da reunião com a presença do Sr. Chefe da Inspetoria e que as condições de pagamento na forma de contrato, seria resolvido também na ocasião. Os quais recusaram-se pagar porcentagem das roças que possuem e naturalmente foram fazer queixas ao Sr. Diretor do escritório de assistência judiciária em Londrina, a qual passo as vossas mãos para a devida apreciação (SPI, 08/04/1965, Filme 69, Fotograma 13).

Tantos anos após o Acordo de 1949 e a área indígena ainda com a presença dos intrusos. Esses ainda buscavam apoio dos sindicatos rurais e escritórios de advocacias para garantirem suas posses e não pagarem as porcentagens das roças acima citadas. A Correspondência enviada pela Fundação de Assistência do Trabalhador Rural, situada em Londrina, no começo de abril de 1965, por meio do advogado Ruy Cunha, ao encarregado do PI Apucarana, demonstra as incertezas quanto a questão das rendas das roças e o embate entre o órgão indigenista e os colonos.

> Temos recebido a visita de diversos lavradores que moram em terras consideradas do SPI, cujo Posto está sob sua responsabilidade. Reclamam-nos sobre uma determinada renda que V.S. lhes será cobrada, e que nem eles e nem nós sabemos ser legal ou não. Por umas três vezes convidamos V.S. para comparecer a este escritório, a fim de que pudéssemos ter conhecimento exato dos fatos, para orientar os consulentes. Gostaríamos, desta vez, de contar, ou com a honra de sua presença, ou, ao menos, uma satisfação, por meio de uma carta (SPI, 01/04/1965, Filme 69, Fotograma 14).

A situação permaneceu tensa, tanto que em 14 de março de 1966, a advogada Ana Carlota, do Escritório Modelo de Assistência Judiciária de Londrina, enviou nova Correspondência ao PI Apucarana, intimando o encarregado João Garcia Lima a comparecer na sede do Escritório acima, para "[...] solucionar certos problemas que vem surgindo, evitando [...] de levar o caso ao conhecimento do DD. Major Aviador Danton Pinheiro Machado" (SPI, 14/03/1966, Filme 69, Fotograma 148).

Já no dia seguinte e após contato via rádio com a IR7, João Garcia Lima enviou a Correspondência a sua instância superior, por meio do Ofício nº 11, listando a relação dos intrusos da área indígena que não aceitavam pagar o arrendamento das terras, sendo eles João de Oliveira (vulgo João Mineiro) líder dos agitadores; Francisco Albino de Oliveira (sub líder); Antonio Rodrigues Vieira (vulgo Notório); Valdomiro de Oliveira (vulgo Fihiú); Maurílio de Oliveira (vulgo Fihiú); João Pires de Faria (vulgo Danga); Levino de Oliveira Lima (vulgo Levinão) (SPI, 15/03/1966, Filme 69, Fotograma 147).[89]

O encarregado João Garcia Lima descreveu a situação:

> Senhor Chefe, os referidos intrusos foram intimados a comparecer no Escritório do Posto, não deram satisfação e dizem que constituíram advogado e Deputado que garante legalização a eles, através do IBRA e que já se consideram donos da área onde param. Em virtude destes fatos ocorridos por parte dos intrusos desobedientes e agitadores que param nesta área indígena, a população indígena vive intranquila, assim sendo Senhor Chefe, a fim de que volte a tranquilidade nesta área, solicito à V.Sa., juntamente com o advogado da IR7, fazer o despejo dos referidos intrusos e agitadores (SPI, 15/03/1966, Filme 69, Fotograma 147).

Como se sabe, existiam alianças entre os *intrusos rebeldes* e membros da comunidade indígena, devido à historicidade das relações sociais travadas no PI Apucarana. Intrusos e indígenas elaboravam estratégias em conjunto para contestar as ações do encarregado do Posto. Em contrapartida, também tinham os indígenas próximos ao órgão indigenista, que não

[89] Os apelidos Fihiú tem relação com a localidade onde se instalou a terceira turbina da Usina do Apucaraninha, formando a Represa do Fihú, no território indígena.

aceitavam a permanência dos intrusos na área indígena, conforme mostra o Telegrama enviado à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, em 25 de março de 1966, pelo delegado Arlindo Godoy, da Delegacia de Londrina.

> Informo que deu entrada nesta SDP requerimento assinado por João de Oliveira, residente Tamarana, Município de Londrina, solicitação abertura inquérito contra José Garcia de Lima, Encarregado Posto Indígena, virtude o mesmo estar instigando índios, atacarem moradores e destruírem lavouras, estando esta SDP tomando providências cabíveis (SPI, 25/03/1966, Filme 69, Fotograma 149).

Ainda no que tange ao levante dos intrusos, em 17 de novembro de 1966, o agente de proteção aos índios, Francisco José Vieira dos Santos, esteve no PI Apucarana e elaborou um Relatório sobre a viagem e o que viu naquele Posto.

> Encontrei a vida administrativa do Posto Indígena um tanto tumultuada no que diz respeito à intromissão dos intrusos na comunidade indígena. Interesses alheios ao nosso Serviço, elementos estranhos, induzem os intrusos e até mesmo os índios a se insurgirem contra o a administração do Posto, dizendo que aqueles elementos são posseiros e não intrusos, com direitos de posse, garantidos pela lei de Reforma Agrária. Assim prova uma cópia anexa de um memorando da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (SPI, 17/11/1966, Filme 69, Fotograma 164).

Exaltando sua viagem, o agente disse ter conseguido amenizar a situação tensa no PI Apucarana, conversando com os intrusos, esclarecendo-os sobre o SPI e suas atividades na área indígena, sobre as terras pertencentes ao órgão federal, encerrando o Relatório afirmando que os intrusos se conformaram a se retirar logo após a colheita de suas roças.

Torna-se essencial compreender a complexidade das relações entre índios, agentes do órgão indigenista e colonos em geral (madeireiros, intrusos, proprietários de terras e representantes de empresas, como da EELSA por exemplo). Não são relações previamente estabelecidas pela abordagem dicotomizada índios *versus* brancos, mas que precisam ser analisadas na perspectiva de tratar todos os envolvidos como sujeitos históricos, portadores de histórias, em suas devidas *Situações Históricas*.

Se o órgão indigenista teve dificuldades em lidar com a retirada dos não índios da área destinada ao PI Apucarana, também encontrou impedimentos para conseguir manter os índios no interior da área reservada. Como os conflitos eram constantes no interior e nas imediações da área indígena, o SPI buscou ações para combater as graves ocorrências que não paravam de ser registradas. Como exemplo, em 28 de novembro de 1953, Alan Cardec, por meio do Ofício

nº 26, sugeriu à IR7 a criação de uma cantina no interior das terras do Posto, "[...] cuja finalidade prende-se exclusivamente a concentrar o índio dentro da área, e zelar pela economia e moral de todos" (SPI, 28/11/1953, Filme 48, Fotograma 1693). Como justificativa, o encarregado disse:

> Em face das graves ocorrências que verificam-se constantemente em torno de nossos índios, em face dos mesmos para fazer suas compras e vendas de seus produtos terem que procurar Districtos e povoados bem distantes desta Reserva Indígena, sendo a maioria das transações feitas em comerciantes inescrupulosos, os quais não só burlam nos preços como sobretudo, no fornecimento de bebidas alcoólicas (SPI, 28/11/1953, Filme 48, Fotograma 1693).

Como enfatizado, essa passagem demonstra o deslocamento dos indígenas, seus trabalhos e a resistência em não se submeter aos mandos do SPI, para permanecer no interior da área indígena. O encarregado finaliza o documento descrevendo que a cantina funcionaria como uma Cooperativa, recebendo produtos fabricados pelos índios, de suas lavouras, entre outros, para serem vendidos, sobretudo, no comércio de Londrina. Da mesma forma, receberia as mercadorias para a compra dos índios, com preços de custo, acrescido de 10% para cobrir as despesas com os transportes das mesmas.

Alan Cardec mantinha a esperança de fixar os índios na área reservada e elaborou nova estratégia neste sentido. No Relatório Mensal de 31 de julho de 1954, o encarregado comentou sobre o citado pedido de verbas para plantação de café, alegando que "[...] até o presente não encontrou outro caminho na completa concentração dos seus índios, a não ser [...] em uma plantação de café" (SPI, 31/07/1954, Filme 48, Fotograma 1765).

Essa ação apenas ratificava o pensamento de Alan Cardec, que em 25 de janeiro de 1954, já havia apresentado o plano de plantio do café, como forma de:

> Evitar que o índio saia de sua área para fazendas visinhas e as vezes distantes, alegando que as colheitas do referido produto lhes dão maiores condições que as dispomos até o presente momento. Em parte eles estão com toda a razão; porquanto o padrão de vida de nossa zona, é o mais elevado do paíz, e as lavouras que o Posto vem desenvolvendo, vem dando muito mal para irmos conservando o que temos feito. Assim como os índios do sul do paíz trabalham em coletividade no desenvolvimento da lavoura de trigo, por ser esse produto de maior desenvolvimento naquela região, o mesmo poderemos fazer aqui com os nossos, no desenvolvimento do café que é o predominante em nosso sector (SPI, 25/01/1954, Filme 48, Fotograma 1838).

É evidente o trabalho indígena nas propriedades vizinhas, ou mesmo distantes da área reservada aos índios, que aproveitavam do conhecimento do território, fruto dos seus históricos

deslocamentos, para obterem melhores condições de trabalho e maior renda. Quando o debate em torno do plantio do café ganhou novos capítulos, Alan Cardec utilizou da seguinte justificativa: "evitar a evasão dos índios para propriedades particulares limítrofes, atraídos, naturalmente, pelos maiores ganhos que a lida com a cultura do café propicia (SPI, 31/07/1957, Filme 49, Fotograma 78). Novamente, a ideia do órgão indigenista em querer agrupar os índios no interior das terras, como já tinham tentado, sem sucesso, os padres jesuítas nos séculos XVI e XVII, os chefes dos aldeamentos no XIX e o próprio Governo do Paraná, quando das reservas de terras no início do XX.

Ainda no que tange ao plano de plantação do café, Alan Cardec demonstrou a relação nada amistosa entre índios e não-índios na área do PI Apucarana, desistindo do plantio de café, pelo menos na modalidade *Compensação*, que envolvia a presença de terceiros no território indígena.

> Outrossim, a modalidade de compensação é impraticável; da mesma decorreriam graves prejuízos ao regime disciplinar dos índios e entraves à administração geral do Posto, dado a que em tal modalidade é inevitável o concurso de extranhos, terceiros esses que via de regra acompanhados de familiares, nunca vivem em boa harmonia com a população indígena (SPI, 13/01/1958, Filme 49, Fotograma 83).

Essa busca incessante pela harmonia na área indígena e pelo fim das graves ocorrências pareciam muito distantes da capacidade e do controle do órgão indigenista. Muitas vezes, os indígenas se articulavam contra o encarregado do Posto, como mostra Ofício nº 73/52, de 1º de outubro de 1952, enviado pelo delegado Ladislau Bukowski Filho, de Londrina, para a IR7, comunicando o comparecimento dos índios Antonio Candido, Joaquim Gabriel, Domingos Grana e Francisco Diogo, todos moradores da área do PI Apucarana, que:

> [...] apresentaram queixa que estavam sendo ameaçados de prisão naquela localidade em razão do que, esta autoridade, viu por bem, solicitar do Snr. Alan Cardec Martins Pedroza, informes sobre o caso, com o intuito único e exclusivo, de procurar evitar dissabores futuros que pudessem advir, de que deveria comunicar-me, toda e qualquer irregularidades que houvesse com aqueles indígenas, tendo aquele cidadão, se negado em prestar informações, alegando que só o faria a essa Inspetoria (SPI, 01/10/1952, Filme 70, Fotograma 481).

De um lado os índios com suas estratégias para contestarem as ações do encarregado. Do outro, a resistência de Alan Cardec em prestar esclarecimentos ao delegado, sendo necessária uma Correspondência deste à IR7.

O órgão indigenista ainda lidava com os crimes praticados pelos índios contra os colonos. Um desses casos envolveu o índio João Maria, acusado pelas autoridades de Tamarana de ter assassinado um não-índio naquele Distrito, fora da área indígena, mas bem próximo da divisa com esta. Alan Cardec solicitou, por meio do Ofício nº 11, de 25 de julho de 1957, instruções do que deveria ser feito naquele caso, fazendo suas considerações.

> Inicialmente, verificando o fichário deste Posto, não foi encontrado registro com o nome do índio João Maria; segundo, reunindo todos os índios da nossa tribo, e processada uma sindicância meticulosa, ficou constatado que possivelmente trata-se de índio que passou por esta Reserva Indígena sem dar conhecimento a esta Administração (SPI, 25/07/1957, Filme 49, Fotograma 75).

Evidencia-se que o órgão indigenista não tinha o controle de todos os índios que circulavam entre os PIs. O encarregado continuou a descrição dos fatos que levaram ao índio João Maria a cometer o crime em questão.

> O índio João Maria, em companhia de sua mulher [...] viajava de uma das vendas do bairro do Arroio Grande, com destino ao aldeamento Apucarana; isto mais ou menos ao lusco-fusco, do domingo para a segunda feira, quando percebeu que estava sendo perseguido por 3 indivíduos que se dizem civilizados. [...] a fim de se livrar do seus algozes, entrou em uma pequena estrada que cruza um pinhal bastante fechado e escondeu-se no mato juntamente com sua mulher; porém os 3 indivíduos que naturalmente estavam mal intencionados, continuando sua caçada localisaram o casal de índios. Dando-se o encontro, dois dos civilizados procuraram segurar o índio, enquanto o terceiro, lutava com a mulher índia, tentando dessa maneira subjuga-la. Evidentemente o índio vendo a mulher em condições tão precária, procurou defende-la sacrificando sua própria vida, afim de salvar sua moral e dignidade (SPI, 25/07/1957, Filme 49, Fotogramas 75-76).

Alan Cardec encerrou o Ofício comunicando que as autoridades policiais prenderam um dos envolvidos, que confessou toda a história e levou a polícia ao local do ocorrido, onde foi encontrado o corpo de um *civilizado*, supostamente assassinado pelo índio João Maria. Embora não se tenha o desfecho de todo o processo, este é mais um exemplo da instabilidade social, configurada pelos sujeitos históricos presentes no PI Apucarana, caracterizada por alianças, traições, conflitos, crimes e ações meticulosamente planejadas.

O Ofício nº 35, de 13 de agosto de 1966, revela mais uma situação de conflito entre índios e não-índios no PI Apucarana. Segundo o encarregado, tratavam-se de "[...] bandidos, tarados e maus elementos que vivem perturbando a população indígena" (SPI, 13/08/1966, Filme 69, Fotograma 153), citando os nomes Francisco Pereira (vulgo Chicão) e seu irmão Ildo

Pereira. Na mesma data, João Garcia de Lima elaborou o Relatório Mensal do Posto, caracterizando os nomes acima como "[...] indivíduos petulantes, tarados e maus elementos, contra a população indígena" (SPI, 13/08/1966, Filme 69, Fotograma 154).

O encarregado comunicou que houve uma tentativa de homicídio cometida por Francisco e Ildo Pereira, ferindo gravemente o índio Antero Crespo. Disse ainda ter levado o fato às autoridades policiais de Tamarana, que se deslocaram para o interior da área indígena, onde estavam os bandidos, mas não foram presos, pois fugiram na mata.

> Senhor chefe, em virtude de toda essa cena, a população indígena revoltaram-se pela não prisão [...] veio comunicar-me que iriam matar os referidos bandidos [...] que eles tinham fugidos para a o paiol do índios mestiço Osvaldo Pereira Gomes. Os índios indignados já que estavam, aliás, com muita razão, queriam matar os bandidos e o mestiço Osvaldo (SPI, 13/08,1966, Filme 69, Fotograma 154).

Seguindo o relato, João Garcia de Lima informou que os índios conseguiram prender os supostos criminosos em um paiol, próximo à área do Posto, entregando-os a polícia de Tamarana, que os conduziram para a Delegacia de Londrina. No entanto, devem ter sido liberados de forma breve, porque dias depois o encarregado comunicou "[...] que os bandidos encontravam-se dentro desta área indígena e reuniram-se com os parentes que são intrusos desta área e fazem promessas de matar os índios e o encarregado do Posto" (SPI, 13/08/1966, Filme 69, Fotograma 154).

Assim, a situação permanecia tensa. Alguns índios se aproximavam do encarregado do Posto e auxiliavam nas estratégias de retirada dos intrusos, outros enfrentavam o agente do órgão indigenista, que, muitas vezes, acabava pedindo a transferência desses indígenas *indisciplinados*, conforme mostra o Ofício nº 29, de 30 de junho de 1966, com o assunto *Recolhimento de índio*.

> Para o bom andamento da administração desta unidade, venho por meio deste solicitar a V.Sa., o recolhimento à uma colônia disciplinar, do índio Osvaldo Pereira Gomes, por ser considerado prejudicial a comunidade indígena e consequentemente a administração deste Posto Indígena (SPI, 30/06/1966, Filme 69, Fotograma 152).

Essa forma de punição aos índios não submissos ao encarregado do PI Apucarana passou a ser mais contínua a partir do Golpe Civil Militar de 1964. Destarte, o Ofício nº 41, de 27 de setembro de 1966, solicitava o recolhimento de 6 índios de uma só vez.

> Para o bom andamento desta administração, venho por meio deste, solicitar a V.Sa. o recolhimento a uma colônia disciplinar, dos seguintes índios: Júlio de Almeida, Otávio de Almeida, Adriano Marcolino, Armando Bonifácio, Benedito Marcolino e Clarindo Pereira, por serem considerados prejudiciais a comunidade indígena e consequentemente a administração deste Posto Indígena (SPI, 27/09/1966, Filme 69, Fotograma 161).

Também ocorreram as situações de conflitos entre os indígenas. O Ofício nº 30, de 30 de novembro de 1952, enviado pelo encarregado do Posto à IR7, exemplifica um caso.

> Levo ao conhecimento de V.S., que no dia 18 do corrente as 6 horas da manhã no local denominado Pari, Rio Apucarana, o índio Antonio Candido matou seu companheiro José Carvalho. O índio José Carvalho fora aquele local intimar Antonio Candido a comparecer na Administração do Posto, para prestar esclarecimentos a respeito denuncias feitas contra Antonio Candido, por ter ameaçado, deitar fogo na serraria do Snr. Moacyr Vianna. O índio Antonio Candido acha-se foragido, no entretanto estou no encalço do mesmo, e tão cedo seja preso, solicito de V.S. a prisão do mesmo no presídio de Icatu, pelo menos 3 anos, visto se tratar de um criminoso, e sobretudo, nocivo a ordem do SPI (SPI, 30/11/1952, Filme 48, Fotograma 1617).

Como se percebe, membros da comunidade indígena tratavam alianças com os agentes do órgão indigenista, auxiliando nas atividades do encarregado, inclusive, notificando o comparecimento de outros índios na sede do Posto. Vale enfatizar que o Rio Apucarana, local do episódio, era distante da sede do PI. Por outro lado, existiam também os indígenas que não se aproximavam da estrutura do Posto, do seu representante, provocando situações de conflitos e relações acirradas, com o agente indigenista, com o madeireiro, com demais colonos e mesmo com outros índios.

Em 30 de novembro de 1955, por meio do Ofício nº 7, Alan Cardec voltar a notificar a IR7, sobre dois acontecimentos envolvendo os índios João Arlindo e Gregorio Timóteo, ambos da etnia Kaingang, moradores do PI Apucarana.

> O primeiro, embriagando-se juntamente com seus companheiros no local denominado Igrejinha, quando de volta para o Toldo, já dentro da nossa área, ficando atrasado, mata inexplicavelmente seu camarada índio Antonio Pedro (Onean), com 42 anos de idade. O índio falecido deixou uma viúva com dois filhos menores (SPI, 30/11/1955, Filme 48, Fotograma 1970).

Quanto ao índio Gregorio Timóteo:

> Embriagando-se no Districto de Tamarana, faz uso de um revolver calibre 38, e da um tiro no meio do povo: quando tentava dar o segundo, um rapaz que estava a seu lado procurando segurar o revolver, foi atingido na mão. Em

> seguida, o delegado que se encontrava ali nas imediações, desarmou e prendendo, procurou comunicar imediatamente a esta Administração. Ciente dos factos, dirigi-me ao local, tomei contacto com o índio Gregorio, e procurando recambia-lo para a Sede deste PI, este se portou de modos um tanto agressivo, forçando-me dessa maneira a deixa-lo ficar no mesmo lugar [...] resta-me apenas solicitar de V.S seja o índio Gregorio conservado fora deste PI, o maior tempo possível (SPI, 30/11/1955, Filme 48, Fotograma 1970).

Não se pode afirmar que este índio, Gregorio Timóteo, era o mesmo Gregório que em meados da década de 1940 era elogiado pelo antigo encarregado do PI Apucarana, recebendo, inclusive, uma cangalha, como prêmio por seus trabalhos e atitudes. De toda forma, demonstra a relação dúbia dos indígenas com os representantes do órgão indigenista, intercruzando relações ora amistosas, ora conflituosas. Se por um lado, em alguns momentos os índios recebiam objetos e elogios, sendo chamados de trabalhadores e civilizados, por outro lado, não eram bem quistos na área do Posto, por suas ações belicosas, sendo conduzidos para outros PIs, sob a jurisdição da IR7, ou sofrendo outras punições.[90]

As clivagens internas e as disputas entre os membros da comunidade indígena também motivavam uma série de conflitos entre os indígenas, pois não podem ser tratados como uma sociedade homogênea, sem divergências de interesses, ainda mais da forma como vem sendo narrados os acontecimentos históricos do PI Apucarana, envolvendo diversos sujeitos históricos, travando múltiplas relações sociais, caracterizando a ideia de *Situação Colonial*.

Concluindo, essas complexas relações, envolvendo a comunidade indígena do PI Apucarana, os representantes do órgão indigenista e todos os demais sujeitos históricos ali presentes, como arrendatários, madeireiros, colonos etc., possibilitam melhores condições para a compreensão da construção e instalação da Usina do Apucaraninha e a chegada de um novo sujeito social: os representantes da empresa de energia elétrica.

[90] Muitos dos acontecimentos revelados pela documentação analisada serão ratificados pelos depoimentos dos indígenas do Apucaraninha, constantes no capítulo 4.

CAPÍTULO 3

O órgão indigenista e a EELSA: os interesses na construção da UHE do Apucaraninha

> Enfatizamos a contribuição e relevância histórica desta UHE para o desenvolvimento socioeconômico da cidade de Londrina e de toda a região Norte do Estado do Paraná, em especial para a época de sua construção, quando a energia elétrica era um recurso sumamente escasso. Inclusive, não seria demasiado afirmar que, sem a unidade, a cidade de Londrina teria uma conformação econômica diferente da atual, possuindo, certamente, menor centralidade relativamente ao interior do Estado do Paraná (COPEL, 2006, Fl. 39).

Esta citação está no relatório intitulado *A COPEL e a Terra Indígena Apucaraninha: subsídios para uma política consistente e relacionamento de longo prazo*, publicado pela COPEL em 2006, que mostra a importância da Usina do Apucaraninha para a região Norte do Paraná, especialmente à cidade de Londrina, sobretudo, em meados do século XX, quando foi construída. Trata-se da elaboração de um discurso que exalta as ações dos responsáveis pelo planejamento e pela execução das obras do empreendimento hidrelétrico, como nas abordagens apologéticas descritas no capítulo 1, em relação à EELSA e à Usina do Apucaraninha.

De forma semelhante, o texto intitulado *Campanha de esclarecimento aos Kaingang sobre a área de segurança e os riscos da Usina do Apucaraninha, na TI Apucarana, PR e em seu entorno*, elaborado por Cecília Helm, em setembro de 2004, a pedido da COPEL, traz informações sobre o momento histórico da construção da usina.

> Por volta de 1946, decidiram os administradores do município de Londrina (criado em 1934), com o apoio do governo federal, ser necessário projetar e construir uma usina hidrelétrica, para serem atendidas as necessidades dos novos povoadores, que compraram lotes de terras na região, para abastecer vilas, sedes de fazendas e cidades que estavam sendo criadas e para garantir o êxito do projeto de colonização da Companhia de Terras de Londrina. [...] Foram abertas estradas para ser possível a construção da UHE Apucaraninha (COPEL, 2004, Fl. 101).

Nota-se a importância da Usina do Apucaraninha para aquele momento histórico, em que energia elétrica era algo escasso e considerada fundamental para o desenvolvimento da região Norte do Paraná. É preciso relembrar os vínculos entre os representantes da EELSA e da CMNP (Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná) e suas relações com o Governo do Paraná, para entender o processo de negociação entre a empresa de eletricidade e o órgão indigenista, na construção e instalação da UHE Apucaraninha, em território indígena. Quais os interesses dos agentes do SPI e da EELSA nesse processo de negociação? Como se deram os

acordos entre ambos? Quais foram as estratégias estabelecidas pelos dois lados? E as consequências de todo esse processo? São questões abordadas neste capítulo, que precisam considerar o Acordo de 1949, em virtude das definições da área pertencente aos índios Kaingang do Apucarana.

3.1 As primeiras negociações entre o órgão indigenista e a empresa elétrica

O SPI se interessou pela presença da usina no Território Indígena Apucarana e buscou estabelecer negociações com a EELSA. Inicia-se esta discussão com o Relatório elaborado pelo inspetor do SPI, Deocleciano de Souza Nenê, apresentado ao chefe da IR7, Paulino de Almeida, em 20 de julho de 1943, após a visita efetuada ao PI Apucarana.

> Em seguida tratei de organizar o inventário inicial, serviço esse um tanto demorado para se coordenar tudo em ordem em seus devidos títulos, e nestes tempos de inverno, que apesar de não estar um inverno forte, não deixa com tudo de fazer frio pela manhã e a noite, impossibilitando de se fazer serviço o dia o dia inteiro, e não se podendo trabalhar a noite não só por este motivo, como por falta de luz, os dias já com poucas horas, razão que demorei-me mais que o necessário pelo serviço a fazer (SPI, 20/07/1943, Filme 47, Fotograma 158).

A notícia da construção da UHE Apucaraninha demonstrou ser interessante ao órgão indigenista, possibilitando a eletricidade para os trabalhos no PI Apucarana, como também as rendas financeiras pelo arrendamento das terras à EELSA. Esses interesses do SPI também eram visíveis com a construção da Usina Hidrelétrica do rio Tigres, no PI Barão de Antonina, situado na outra margem do rio Tibagi.

3.1.1 O exemplo da Usina Hidrelétrica do rio Tigres no PI Barão de Antonina

Os documentos do SPI, que tratam sobre a Usina do rio Tigres, no PI Barão de Antonina, permitem maiores esclarecimentos em relação as negociações e o desenrolar das obras da Usina do Apucaraninha. Em 20 de junho de 1947, o chefe substituto da IR7, Deocleciano de Sousa Nenê, enviou o Ofício nº 99 ao diretor do SPI no Rio de Janeiro, cujo assunto era a *Pretensão de instalação de luz elétrica no PI Barão de Antonina*.

> O encarregado do PI Barão de Antonina, em ofício nº 46, de 17 do corrente, comunica a esta IR de que um engenheiro estuda as possibilidades do assentamento de uma usina elétrica n´uma cascata no tio Tigre nas terras da

> reserva indígena, próximo aquele Posto, tendo já feito picadas e alguma desmatação junto do salto, não tendo esse engenheiro feito nenhuma comunicação ao Posto, motivo que o encarregado consulta o que deve fazer. Esta IR também nada foi consultada. Em ofício hoje mandado a esse encarregado, determina esta IR que o mesmo indague minuciosamente de quem a pretensão, e com que base o engenheiro está assim procedendo. A intenção desta IR em firmar o acordo das terras com este Estado, para este mandar medir e demarcar dois mil alqueires (48.400.000 m^2) em duas glebas, uma delas será no aonde esta o atual Posto, para se aproveitar as invernadas fechadas com arame farpado, sendo essa gleba de 500 alqueires (12.100.000 m^2) e a divisa será pela margem esquerda do referido rio Tigre, atingindo nessa margem, o salto pretendido. Essa parte, que, como disse, será para aproveitar as invernadas, algumas benfeitorias e especialmente cerca de 8 a 10 casas de índios, e nessa área tem boas pastagens nativas, e boas terras de cultura, ambas separadas por cercas de arame. O restante 1.500 alqueires (36.300.000 m^2) para ser tirado no lugar denominado "Pedrinhas", distante dali cerca de 10 a 12 quilometros onde se encontra a maioria dos índios e aonde está assentado e localizado o lugar para transferir o PI Barão de Antonina. A montagem de uma usina, uma vez combinado e de acordo, com certas e determinadas obrigações possíveis com o SPI, trará alguma vantagem, tendo em vista ainda que feito o acordo do SPI com o Estado a Vila Araiporanga (ex-S.Jeronimo), necessita de força e luz, que só poderá obter no salto de que se trata sobre o rio Tigre. Será mais um motivo de se abreviar as providencias no sentido de se realizar o acordo e ficar para sempre solucionado a questão (SPI, 20/06/1947, Filme 73, Fotogramas 123-124).

Nota-se que o encarregado do PI Barão de Antonina, foi surpreendido com a presença de um engenheiro elaborando estudos para o aproveitamento hidráulico de uma queda d´água no rio Tigre, já com desmatamentos e aberturas de estradas em andamento, sem qualquer comunicação ao PI e também à IR7, em Curitiba. Como será demonstrado, essa surpresa também ocorreu no PI Apucarana, quando da descoberta das obras em andamento para a construção da Usina do Apucaraninha. Isso reforça a tese de que as empresas de energia elétrica entravam em acordo com a Divisão de Águas, obtendo as autorizações, cumprindo o determinado pelo Código de Águas e demais legislações do setor elétrico. Caso de quedas d´água em territórios indígenas poderia ser comunicado apenas a Diretoria do SPI, com sede no Rio de Janeiro, que, assim como a Divisão de Águas, era lotada no Ministério da Agricultura.

Soma-se ao fato de que estava em andamento o Acordo entre a União e o Governo do Paraná para a reestruturação dos territórios indígenas.[91] No caso das áreas citadas no Ofício, tratavam-se das terras *doadas* pelo Barão de Antonina, ainda em 1859, para o Governo Provincial do Paraná, para a instalação do Aldeamento Indígena de São Jerônimo. Conforme já

[91] Refere-se ao Acordo de 1949, citado no capítulo anterior, na descrição da histórica presença dos Kaingang no rio Tibagi. As relações do Acordo de 1949 com a Usina do Apucaraninha serão retomadas neste e no próximo capítulo, porque não há como abordar de forma isolada estes dois assuntos.

abordado, essa área foi reduzida em duas áreas que correspondem as atuais Terras Indígenas São Jerônimo e Barão de Antonina.

O interessante é perceber que um dos limites desse território indígena era justamente o rio Tigres, onde estava a queda d´água pretendida para o aproveitamento hidráulico. O Ofício mostra o vislumbrar do chefe da IR7 com a concretização da construção da usina, possibilitando acordos com o SPI, gerando novas rendas, bem como o fornecimento de energia elétrica às instalações do PI local, além da eletricidade à Vila de Araiporanga (atual cidade de São Jerônimo da Serra), que não teria outra forma de obter energia elétrica, se não fosse pelo salto do rio Tigres.

Por último, o agente do SPI tinha a esperança de resolver a questão das limitações das áreas reservadas aos indígenas, que já se estendia há alguns anos. Dessa forma, pode-se afirmar que assim como no PI Barão de Antonina, também no PI Apucarana a possibilidade da construção de uma usina hidrelétrica poderia interessar diversos sujeitos sociais envolvidos, dependendo das articulações, negociações e acordos firmados.

O inspetor Deocleciano de Sousa Nenê ainda informou à Diretoria do SPI que havia enviado uma Correspondência ao encarregado do PI Barão de Antonina, solicitando maiores informações com o engenheiro, sobre os planos de construção da usina no salto do rio Tigres. Essa Correspondência refere-se ao Ofício nº 100, também datado de 20 de junho de 1947, emitido pelo inspetor Nenê ao Sr. Claudio Carneiro Martins, com os seguintes dizeres:

> Acuso o recebimento de vosso ofício nº 46 de 17 do corrente do qual ficou ciente esta IR sobre a pretensão do Snr. engenheiro encarregado da instalação de luz na Vila de Araiporanga, o que já cientifiquei a Diretoria deste serviço e pedi instruções. Queira indagar minuciosamente as pretensões dessa instalação e comunicar esta IR. A instalação de luz ahi é um melhoramento que devemos fazer para facilitar o que seja possível, pois, que, até para o nosso Posto poderá trazer vantagens não havendo má vontade da parte dos empresários, é no entanto preciso que ele, ou eles deve ou devam dar satisfação, porquanto o acordo ainda não esta realizado e as terras pertencem ao Patrimônio Indígena (SPI, 20/06/1947, Filme 73, Fotograma 125).

O objetivo era obter detalhes de qual era a empresa de eletricidade, que pessoas responsáveis pela empresa, se tinham alguma autorização para o aproveitamento hidráulico, quem tinha autorizado, entre outros questionamentos, e que poderia trazer benefícios também ao PI. Entretanto, o documento deixa claro que as terras pertenciam ao órgão indigenista e que nenhum acordo ainda havia sido firmado, pelo menos não do conhecimento no âmbito da IR7.

A resposta ao Ofício nº 99 ocorreu em 7 de julho de 1947, pelo diretor substituto do SPI, no Rio de Janeiro, Jaguanharo Tinoco do Amaral, por meio do Ofício nº 823, endereçado à Lourival da Mota Cabral, inspetor da IR7, em Curitiba.

> Assunto: Instalação de usina elétrica no PI Barão de Antonina
> Com relação ao vosso Ofício nº 99 de 20 de junho último, esta Diretoria determina que sejam sustadas quaisquer providências que estranhos ao SPI estejam tomando no salto do rio tigre, devendo essa Chefia entrar em entendimento com os responsáveis pela construção da usina, no sentido de que esclareçam as condições, de quem a autorização para a referida instalação a fim de que o SPI verifique da possibilidade de um acordo de contrato (SPI, 07/07/1947, Filme 74, Fotograma 1620).

A Diretoria do SPI estabeleceu a suspensão de qualquer ação de terceiros, fora do quadro de empregados do órgão indigenista, no salto do rio Tigres, enquanto não fossem negociadas as condições do aproveitamento hidráulico no local, entre os representantes da empresa de eletricidade envolvida e a chefia do SPI, com a elaboração de um acordo e assinatura de um contrato. Ao que tudo indica, nesse caso, também a alta direção do SPI não sabia dos estudos para a construção da usina no rio Tigres.

Não é o objetivo desta pesquisa continuar descrevendo e analisando o ocorrido com essa usina no PI Barão de Antonina. Apenas procurou-se demonstrar que havia interesse do SPI na eventual energia elétrica gerada, bem como nos contratos de arrendamento para a utilização de terras dentro das áreas pertencentes ao Patrimônio Indígena. Os objetivos das empresas de energia elétrica nem precisam ser citados, já que a demanda de eletricidade era cada vez maior, sobretudo, na região Norte do Paraná, com o surgimento das cidades e das vilas, prometendo vultuosos lucros às concessionárias. As quedas d´água, como os saltos do rio Tigre e do Apucaraninha, passaram a ser alvos dessas empresas para a geração de energia elétrica e sua distribuição aos núcleos urbanos das proximidades. Sem contar os anseios da União e do governo estadual em assegurar condições para o desenvolvimento econômico conforme já apontados. Além disso, é preciso destacar também os interesses dos grupos indígenas e seu envolvimento e articulações com os sujeitos presentes na construção de uma usina hidrelétrica dentro dos seus territórios, que serão demonstrados no próximo capítulo. Isso precisa ser considerado para compreender todo o processo histórico de construção e instalação da Usina do Apucaraninha, ou seja, revelando a *Situação Histórica* daquele momento, as ações de todos os sujeitos presentes, as relações entre si, conforme destaca Oliveira (1988).

3.1.2 O início das obras da Usina do Apucaraninha e as tentativas de acordo entre o SPI e a EELSA

A primeira comunicação do PI Apucarana sobre a construção da Usina do Apucaraninha, se deu por meio do Ofício nº 19, datado em 17 de junho de 1946, assinado por João Martins Neto, encarregado do Posto, direcionado à Paulino de Almeida, chefe da IR7, em Curitiba.

> Cumpre-me comunicar a V.S. o seguinte: a Empresa de Eletricidade de Londrina, está construindo uma grande Usina no Salto do Apucaraninha nesta fazenda. A começo estavam acampados na margem esquerda do referido Salto. Porém, sendo o proprietário o Dr. Gustavo. Este porém não admitio que construíssem benfeitorias de espécie alguma na margem esquerda do Salto. Hoje fui informado por pessoas que merecem fé, que mudaram o acampamento para o lado direito do Salto. De onde estão com diversas construções e derrubando grande quantidade de madeiras, etc. Talves, estejam com ordem daí da chefia, mas, como não tenho ciência disso, peço o S. me comunicar alguma coisa a respeito, para meu governo (SPI, 17/06/1946, Filme 47, Fotogramas 1835-1836).

O Ofício deixa claro que a princípio os representantes da EELSA instalaram seu canteiro de obras na margem esquerda do rio Apucaraninha, mas não chegaram a um acordo com o proprietário daquelas terras, Dr. Gustavo Avelino Correia. Assim, a empresa ordenou a mudança das obras para a margem direita, justamente em terras reservadas aos indígenas desde 1900 e administradas pelo SPI. Alguns questionamentos podem ser feitos ao conteúdo do documento: quem seriam essas pessoas informantes do encarregado do PI sobre as obras e a derrubada de árvores para a construção da usina? Será que eram lideranças indígenas mais próximas do encarregado do PI e que conheciam muito bem todo o território, mantendo seus deslocamentos com os Toldos e aldeias existentes naquelas terras? Mas também não poderiam ser os arrendatários de terras de confiança do PI que há anos negociavam seus arrendamentos e conheciam toda a região? Ou ainda, proprietários vizinhos da área indígena, como o próprio Dr. Gustavo?[92]

É importante relembrar que o governo federal autorizou o aproveitamento hidráulico do Salto Apucaraninha em 9 de agosto de 1944, por meio do Decreto nº 16.313, atendendo a uma

[92] São questões que precisam ser melhor exploradas. Pode ser que a EELSA tenha avaliado que nas terras da margem direita, que ainda não estava definida se seriam dos índios, não necessitaria pagar indenização e/ou o projeto técnico poderia ficar mais barato. Dessa forma, a análise do projeto de engenharia de construção da Usina do Apucaraninha pode revelar se um canal pela margem esquerda poderia ter um custo maior que pela margem direita.

solicitação da Empresa Stahlke Irmãos, e que em 17 de janeiro de 1946, pelo Decreto nº 20.418, ocorreu a transferência dessa concessão para a EELSA. Dessa forma, o Ofício nº 19 em questão, encaminhado pelo encarregado do PI Apucarana foi posterior aos dois Decretos citados e revela um desconhecimento do órgão indigenista, no que tange à tramitação para a construção da Usina do Apucaraninha.

O fato é que João Martins Neto, assim que soube dessas informações, tratou de comunicar seus superiores da IR7, em Curitiba, solicitando esclarecimentos a respeito da construção da empreendimento hidrelétrico. Essa solicitação provocou a troca de correspondências entre a IR7, a Diretoria do SPI no Rio de Janeiro e a EELSA. Em 24 de julho de 1946, o chefe da IR7, Paulino de Almeida, enviou o Ofício nº 82, ao diretor da EELSA em São Paulo, Ricardo Davids, com a seguinte descrição:

> Ciente do vosso ofício de 18 do corrente e solicito de V. S. a finesa de mandar a esta Inspetoria copias dos decretos nº 5.874 e 13.168 no mesmo citados, para serem aqui arquivados. Pelo correio enviarei breve a V. S, um exemplar do Regulamento deste Serviço, cujas prescrições solicito sejam observadas pelo pessoal executante dos trabalhos dessa Empresa dentro da área reservada aos índios. Com elevada estima e muito apreço apresento a V. S. Atenciosas Saudações (SPI, 24/07/1946, Filme 69, Fotograma 1788).

Este Ofício revela que a EELSA já tinha entrado em contato com a IR7 no dia 18 de julho de 1946, por meio de um Ofício, citando os Decretos nº 5.874 e 13.168 em que o governo federal concedia a permissão para a expansão dos sistemas elétricos da EELSA, bem como novas áreas de concessão na região Norte do Paraná, nas proximidades de Londrina. Além disso, o Ofício nº 82 demonstra que os agentes da EELSA executavam os trabalhos para a construção da usina, sem conhecimento do Regulamento do SPI, pois este seria encaminhado pela IR7 e deveria ser obedecido pelos representantes da concessionária, a partir daquele momento, nos trabalhos em andamento dentro do território indígena.

Iniciava uma longa negociação entre a empresa de eletricidade e o órgão indigenista em relação à construção, instalação, ampliação e operação da Usina do Apucaraninha, caracterizada também pela presença da comunidade indígena local, cujas ações serão detalhadas no próximo capítulo.

Enquanto trocava correspondências com a EELSA, a IR7 buscava verificar maiores informações sobre a construção da Usina do Apucaraninha, conforme demonstra o Relatório do inspetor especializado do SPI, Deocleciano de Sousa Nenê, encaminhado ao chefe Paulino de Almeida, em 30 de março de 1947.

> Satisfazendo seu pedido verbal para informar sobre a construção ou montagem da usina da "Empreza Elétrica de Londrina S/A", em terras do P.I.T. de Apucarana, assim como de eu ter dito ao Inspetor Snr. Mota Cabral de que não sabia quem autorizou essa construção, cumpre-me informar o seguinte: Em fins do ano próximo passado, estive duas vezes naquele Posto – em Setembro e Novembro, (....). Quanto eu ter dito ao Inspetor Snr. Mota Cabral, de que não sabia quem autorizou essa construção, devo esclarecer que de fato disse isso porque não era de meu conhecimento, e isso porque nos meses em que houve a troca de correspondência entre o Posto e esta I.R. eu estive a serviço na zona de Palmas, neste Estado, tendo partido desta no dia 18 de Junho, e voltado só no dia 9 de Agosto, não tendo lido nem tido ciência que se montava usina em terras do P.I.T. de Apucarana, sabendo de que uma Empreza estava construindo e montando usina, tive ocasião de ler a cópia do oficio do Encarregado daquele Posto a esta Chefia, e os telegramas por esta expedidos ao Encarregado, não podendo por isso dizer que sabia quem autorizou, atribuindo apenas que essa Empreza devia ter se dirigido a Diretoria, conforme dissera um dos engenheiros ao Snr. Cesar Martins, quando foi protestar a execução dos serviços, conforme ordem telegráfica desta Chefia. Só agora também tive conhecimento da carta desta Empreza a esta I.R., dizendo estar executando a obra, escudada no artigo 151, do Decreto n. 24.643, de 10/7/1934, letra "A". (SPI, 30/03/1947, Filme 73, Fotograma 1644).

Como se observa, a EELSA procurava se escudar nos Decretos Federais, perante qualquer iniciativa do SPI que procurasse ameaçar a execução do empreendimento hidrelétrico, ao mesmo tempo enumerando conversas e acordos com o órgão indigenista, em instância superior ao PI e a IR7.

Esse Relatório do SPI é essencial para analisar a participação dos sujeitos históricos envolvidos na construção da Usina do Apucaraninha. Primeiramente, é visível o desencontro de informações em relação à autorização para a construção da usina no interior da área indígena. O Ofício encaminhado pelo encarregado do PI à IR7, em junho de 1946, provocou um debate na sede da Inspetoria sobre quem havia autorizado tais obras. A afirmação do inspetor Nenê, ao inspetor Cabral, do não conhecimento de quem tinha feito a autorização, gerou uma ação do chefe da IR7, Paulino de Almeida, que cobrou verbalmente explicações de Deocleciano de Sousa Nenê. A explicação de Nenê é que esteve em Palmas, por quase dois meses, entre junho e agosto de 1946, não tendo acesso às Correspondências trocadas entre o PI Apucarana e a IR7 e nem mesmo a Carta emitida pela EELSA à sua Inspetoria, tratando da construção da usina.

No Relatório, o inspetor Nenê afirma ter dito que a empresa de eletricidade deveria ter obtido a autorização no Rio de Janeiro, junto à Diretoria do SPI, pois tal informação foi repassada por um dos engenheiros da EELSA à César Martins, Auxiliar do encarregado do PI Apucarana, quando foi reclamar dos serviços que estavam sendo executados no interior do

território indígena. Outrossim, o inspetor Nenê, quando cita a Carta da empresa, demonstra que esta amparava a construção da usina no Código de Águas, de 1934, especificamente em seu Art. 151, que dava regalias e demais favores à concessionária, para executar projetos de empreendimento hidráulico, em sua área de concessão, assegurando ainda os seguintes direitos:

> a) utilizar os terrenos de dominio publico e estabelecer as servidões nos mesmos e atravéz das estradas, caminhos e vias publicas, com sujeição aos regulamentos administrativos;
> b) desapropriar nos predios particulares e nas autorizações pré-existentes os bens, inclusive as aguas particulares sobe que verse a concessão e os direitos que forem necessarios, de accôrdo com a lei que regula a desapropriação por utilidade publica, ficando a seu cargo a liquidação e pagamento das indenizações;
> c) estabelecer as servidões permanentes ou temporarias exigidas para as obras hydraulicas e para o transporte e distribuição da energia electrica;
> d) construir estradas de ferro, rodovias, linhas telephonicas ou telegraphicas, sem prejuizo de terceiros, para uso exclusivo da exploração;
> e) estabellecer linhas de transmissão e de distribuição (BRASIL, 1934a).

É importante frisar que tanto a política indigenista, quanto a política de energia elétrica, estavam centradas no Ministério da Agricultura, situado no Rio de Janeiro, ou seja, tanto o SPI, quanto a Divisão de Águas, tinham seus trabalhos controlados pelo Ministro da Agricultura. Não se pode duvidar da possibilidade do acordo entre os representantes máximos do órgão indigenista e da Divisão de Águas, juntamente com os agentes da EELSA, sem prévias informações aos funcionários do SPI em seus órgãos locais: PI e IR7. Dessa forma, compreende-se as desavenças e os desencontros das informações nessas instâncias locais sobre a autorização da construção da usina.

As trocas de correspondências entre a EELSA e a IR7 iniciaram com certa lentidão nas respostas e nas tomadas de ações combinadas. O Ofício nº 82, enviado pela IR7 à EELSA, em julho de 1946, apenas foi respondido em 10 de maio de 1947, pelo diretor Ricardo Davids. A possibilidade dos acertos entre os diretores da EELSA, situados na sua sede em São Paulo, com a alta cúpula do SPI no Rio de Janeiro, deve ser considerada. A resposta de Ricardo Davids à Paulino de Almeida dizia:

> Recebemos o vosso ofício nº 82 de 24 de Julho próximo passado. Infelizmente, por um lamentável lapso de um dos nossos auxiliares, a nossa resposta não foi enviada imediatamente, o que pedimos desculpas. Em anexo remetemos as folhas D.O.U. contendo o decreto 13.168 pedido e mais os de nº 11.085 e 20.418, que julgamos possa interessa-los. O decreto nº 5.874 vai em cópia autenticada, visto só possuirmos um exemplar do D.O.U que o publicou. Aguardamos com interesse o recebimento do Regulamento dêsse

> Serviço (se possível em duas vias) para que possamos tomar as providências necessárias. Com toda estima e consideração, subscrevemo-nos (SPI, 10/05/1947, Filme 69, Fotograma 1914).

Além dos Decretos solicitados pela IR7, a EELSA encaminhava também uma cópia de outros dois Decretos: o de nº 11.805, de 1943, que concedia à EELSA a Usina do rio Três Bocas, em Londrina; e o de nº 20.418, de 1946, que transferia a concessão do aproveitamento hidráulico do Salto Apucaraninha, da Empresa Stahlke Irmãos para a EELSA. Era uma forma de demonstrar aos agentes locais do SPI que a Usina do Apucaraninha tinha autorização do governo federal e que a empresa continha outros empreendimentos na região Norte do Paraná, portanto, se consolidando no ramo da geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Fotografia 3 – Salto Apucaraninha (final dos anos 1940)

Fonte: Acervo Museu Histórico de Londrina – UEL.

A resposta do diretor Ricardo Davids evidencia uma certa morosidade e desatenção para com as correspondências do SPI, acusando o lapso de um funcionário como motivo da demora em responder o Ofício da Inspetoria Regional. Também nota-se o atraso do envio da cópia do Regulamento do SPI, prometida por Paulino de Almeida ou até mesmo o seu extravio, pois a resposta da EELSA deixa claro que ainda aguardava o recebimento do citado Regulamento.

Após o conhecimento do SPI sobre as obras de construção da Usina do Apucaraninha, as primeiras trocas de correspondências entre os representantes da EELSA e o SPI e as verificações *in loco* dos agentes do órgão indigenista para acompanhar o andamento das obras, as negociações pareceram tomar caminhos controversos. Isto é visível no Ofício nº 156, datado de 22 julho de 1948, enviado por Lourival da Mota Cabral, para a Diretoria do SPI, que entre outros assuntos, listava a seguinte solicitação:

> [...] Aproveitando o ensejo, solicito autorização dessa Diretoria para seguir à cidade de São Paulo, após a realização da concorrência pública para venda de pinheiros desvitalizados do PI Antonio Estigarribia, afim de pessoalmente entender-me com os Diretores da Companhia Hidro-Elétrica de Londrina que até agora não deram solução ao caso do assentamento da Usina em terras do PI Apucarana (SPI, 22/07/1948, Filme 75, Fotograma 3049).

O chefe da IR7 demonstrava impaciência com o desenrolar dos acontecimentos e a não definição do acordo entre a EELSA e o SPI, no tocante à construção da Usina do Apucaraninha, no interior do território indígena, propondo a sua ida até São Paulo para tentar solucionar a questão diretamente com os diretores da EELSA.

Poucos dias depois, Cabral cobrou novamente a Diretoria do SPI sobre a autorização para a viagem a São Paulo, conforme Ofício nº 168, de 3 de agosto de 1948.

> [...] Aguardo autorização dessa Diretoria para, junto aos Diretores da Empreza Elétrica de Londrina S/A., solucionar o caso relacionado ao Posto Indígena de "Apucarana" (SPI, 03/08/1948, Filme 73, Fotograma 1699).

Cabral recebeu a autorização e imediatamente se deslocou a São Paulo, no escritório sede da EELSA, para negociar o acordo em relação à construção da Usina do Apucaraninha. Isso pode ser confirmado pela Correspondência enviada por Nelson de Godoy Pereira, inspetor geral da EELSA, postada na cidade de São Paulo em 24 de agosto de 1948, endereçada a Lourival Mota Cabral, em Curitiba, que inicia justamente agradecendo a visita do chefe da IR7 ao escritório da EELSA.

> Antes de tudo, agradecemos a visita que V.S. fêz em seu nome e no do Dr. Modesto Donatini Dias da Cruz ao nosso escritório. De acordo com a nossa conversa, vimos por meio desta esclarecer o seguinte: Em quatro de julho de 1947, dirigimos ao Exmo. Sr. Chefe do Serviço de Proteção aos Índios um ofício, no qual pedimos um prazo de um ano para apresentarmos as plantas das terras necessárias aos nossos serviços, que, como V.S. sabe, são de utilidade pública, e não obtivemos resposta, a não ser verbal, quando da visita do Dr. Donatini ao local de nossas obras. Acontece ainda que a falta de pessoa

> habilitada para proceder ao levantamento, foi outra dificuldade, pois, em se tratando de zona de sertão, é difícil encontrar-se pessoa disposta ao sacrifício para esse trabalho. Nessas condições solicitamos a V.S. um prazo de seis meses a contar do dia primeiro de setembro próximo futuro, para que possamos apresentar as plantas combinadas. Queremos reafirmar a V.S. a nossa melhor atenção para resolver o caso, sem prejuízo a qualquer das partes e, para isso, aguardamos a sua próxima viagem a Londrina, para completarmos os entendimentos necessários. Sem outro no momento, aproveitamos a oportunidade para, com os nossos agradecimentos, apresentar a V.S. as nossas atenciosas saudações (SPI, 24/08/1948, Filme 69, Fotograma 2094).

O inspetor geral da EELSA agradeceu a visita de Cabral e deixou claro que as terras necessárias para a construção da usina eram consideradas de utilidade pública, conforme Código de Águas de 1934 e Constituição Federal de 1946. Portanto, Nelson de Godoy Pereira fez questão de ressaltar a legalidade do empreendimento hidrelétrico para dar andamento às negociações com o órgão indigenista. Além disso, Pereira cobrou a resposta formal do SPI em relação ao prazo para a confecção das plantas da área utilizada pela EELSA para o aproveitamento hidráulico, que desde 4 de julho de 1947 era aguardada. Apenas destacou um retorno verbal do diretor do SPI, Modesto Donatini Dias da Cruz, indicando que concordava com o prazo de um ano para a elaboração de tais plantas.

É importante observar que o próprio diretor do SPI, o Sr. Modesto Donatini, esteve no local das obras da Usina do Apucaraninha. Isso revela o interesse do SPI em levantar detalhes, pormenores do empreendimento, pois, além do encarregado do PI Apucarana e dos representantes da IR7, membros da própria Diretoria do órgão indigenista, situada no Rio de Janeiro, visitaram as obras do aproveitamento hidráulico do Salto Apucaraninha, em território indígena.

Além disso, o representante da EELSA citou a dificuldade de encontrar pessoas para a elaboração das plantas em região chamada de *sertão*, solicitando um prazo maior (6 meses) para a confecção das plantas. Pereira encerrou a Correspondência demonstrando que as negociações entre a concessionária de energia elétrica e o órgão indigenista estavam em andamento e que aguardaria o retorno de Cabral, agora no escritório da EELSA em Londrina.

No dia 30 de agosto de 1948, por meio do Ofício nº 184, Cabral encaminhou ao diretor do SPI, Modesto Donatini Dias da Cruz, a Correspondência da EELSA acima descrita, tratando do prazo solicitado e de outras questões.

> Com o presente passo às mãos de V.S. o ofício a mim dirigido, pela Empreza Elétrica de Londrina S/A. Estou de pleno acordo com a praso solicitado para a regularização dessa pendência, pois tive oportunidade de observar que a referida Empreza conta com sérias dificuldades, conforme documentação que

> me foram exibidas. No próximo mês de setembro pretendo seguir ao norte do Paraná e nessa ocasião completarei os entendimentos necessários para a solução do assunto. Entretanto submeterei tudo a vossa apreciação e sem o vosso consentimento nada de definitivo resolverei. Atenciosas saudações (SPI, 30/08/1948, Filme 69, Fotograma 2096).

Após sua visita ao escritório da EELSA, em São Paulo, Cabral consentiu com o prazo maior, de seis meses, solicitado para a elaboração das plantas da área de construção da Usina do Apucaraninha, encaminhando à Diretoria do SPI as razões para a aprovação daquela solicitação da empresa de eletricidade. É mister abordar a nova ida do chefe da IR7 para o Norte do Paraná, no escritório da EELSA, programada para setembro de 1948, com a finalidade de solucionar o caso do empreendimento hidrelétrico em território indígena.

Como já dito, o órgão indigenista tinha grande interesse nesse acordo, tanto pelo provável arrendamento das terras utilizadas para o aproveitamento hidráulico, gerando renda para o SPI, quanto pela energia elétrica que poderia ser fornecida às instalações do PI Apucarana. Embora Cabral demonstrasse a intenção de solucionar finalmente as questões com a EELSA, deixava claro que sem a aprovação dos seus superiores, ou seja, da Diretoria do SPI, nada de efetivo seria acordado.

Em relação ao PI Apucarana, o interesse em obter energia elétrica, principalmente para a sua sede, era notável e, mesmo sem a conclusão das obras da usina, o órgão indigenista já estava procurando formas de promover a iluminação do Posto, conforme demonstra o Recibo abaixo, datado em 31 de julho de 1948.

> Recebi do Snr. João Martins Neto, Encarregado do Posto Indígena Apucarana, a quantia acima de dois mil cruzeiros (Cr$ 2.000,00) proveniente da compra que fiz em Londrina do material para a iluminação do Posto, sendo o material seguinte: uma róda de férro, eixo de ferro, mancais, polias, correia, parafusos, etc. Para clareza passo o presente recibo em três vias para um só efeito, sendo todas devidamente seladas (SPI, 31/07/1948, Filme 48, Fotograma 747).

Logo abaixo da assinatura constante no Recibo, encontrava-se a mensagem do encarregado do PI Apucarana, João Martins Neto, com sua assinatura, atestando que havia sido comprado o material listado e entregue na sede do Posto.

Alguns meses depois, um novo Recibo ratificou o interesse do PI Apucarana na produção de eletricidade para utilização em sua sede. Tratava-se da compra de uma turbina de ferro, realizada em 6 de novembro de 1948, junto a Eurides Ferreira, que assinou o Documento.

> Recebi do Senhor Lourival da Mota Cabral, chefe da 7ª Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios – Ministério da Agricultura, a quantia acima de seis mil cruzeiros (Cr$ 6.000,00), proveniente da venda que fiz ao Posto Indígena de Apucarana, da referida Inspetoria, de uma (1) turbina de ferro (completa) de 73X72 polegadas para produção de energia elétrica, perfazendo o valor acima de Cr$ 6.000,00. Para clareza, passo o presente recibo em quatro (4) vias, para um só efeito, sendo todas elas devidamente seladas (SPI, 06/11/1948, Filme 73, Fotograma 1705).

Como a compra foi realizada pelo inspetor da IR7 – Lourival Mota Cabral –, o encarregado do PI Apucarana, João Martins Neto, confirmou o recebimento da turbina (SPI, 06/11/1948, Filme 73, Fotograma 1706). Essas ações foram celebradas pelos representantes do órgão indigenista local, que fizeram questão de comunicar à Diretoria do SPI, no Rio de Janeiro, conforme demonstra o Memorando nº 210, emitido pelo chefe da IR7, em 20 de setembro de 1948:

> Comunico há dias foram inauguradas instalações elétricas PI Apucarana e Mangueirinha, próximos sessenta dias PI Rio das Cobras também terá luz elétrica tudo dentro possibilidades orçamentárias concedidas esta IR vossa profícua administração (SPI, 20/09/1948, Filme 76, Fotograma 129).

Também foram elencadas no Relatório dos Trabalhos realizados em 1948, elaborado pela IR7, com as realizações nos PIs dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, datado em 30 de janeiro de 1949, enviado ao diretor do SPI:

> Cumprindo prescrições regulamentares, tenho a honra de apresentar-vos o relatório da principais ocorrências verificadas e dos trabalhos realizados por esta Inspetoria, em 1948.
> [...]
> Nos PI Apucarana, Rio das Cobras e Mangueirinha foram instalados serviços completos de iluminação, das sedes, fato inédito nos Postos desta Inspetoria, prova do desenvolvimento e engrandecimento dos trabalhos nesses Postos (SPI, 30/01/1949, Filme 76, Fotogramas 162-163/173).

Não se tem a pretensão de debater a apologética intenção do órgão indigenista em exaltar suas realizações nos Postos Indígenas por todo o país, no caso especial, nos três Estados da região sul, que era a área de atuação da IR7. O objetivo é evidenciar o interesse do SPI na provável instalação de uma hidrelétrica dentro do território indígena, pois poderia trazer vantagens também ao órgão indigenista.

Entremeio às questões envolvendo o Acordo de 1949 e as definições dos limites da área a ser demarcada aos indígenas do PI Apucarana, o SPI continuou suas negociações com a

EELSA para acordar um contrato de arrendamento em relação à área de terras utilizadas pela Usina do Apucaraninha. Como já se viu, era um contexto de múltiplos interesses, cujos representantes do órgão indigenista buscavam se beneficiar da presença da hidrelétrica, tanto para obtenção de renda, quanto para o fornecimento de energia elétrica para as instalações do Posto. Além disso, mantinham as articulações contrárias à reestruturação da área indígena, refutando a proposta definida pelo Acordo de 1949.

Por outro lado, os donos da EELSA, atentos ao andamento da reestruturação do território reservado aos indígenas e amparados na legislação do setor elétrico, que considerava áreas de utilidade pública aquelas necessárias para os empreendimentos hidráulicos, desejava um acordo sem grande ônus junto ao SPI, em relação as terras utilizadas para a construção e instalação da UHE do Apucaraninha.

Ainda deve-se destacar o interesse do governo estadual, da companhia colonizadora da região, dos fazendeiros e moradores locais, no que tange aos benefícios prometidos pela geração de energia elétrica na região. Nesse interim, também os indígenas da localidade mantinham relações diversas com os agentes da empresa de eletricidade e demais sujeitos presentes naquele momento, que serão analisadas no capítulo 4. A definição da área indígena e da ampliação da usina, a estrutura em torno dela, como estradas de rodagens, bem como vilarejos próximos, indústrias como serrarias, tudo precisa ser compreendido; considerando a presença e a participação de todos os sujeitos sociais acima elencados, devidamente contextualizados, partindo da análise de Balandier (1987), em que todas as sociedades humanas produzem políticas e compreendem as transformações devido a um novo contexto histórico.

Destarte, as negociações entre EELSA e SPI caminhavam para um desfecho. Em 21 de dezembro de 1951, o diretor presidente da EELSA, Ricardo Davids, encaminhou um Ofício a Lourival da Mota Cabral, chefe da IR7, com o seguinte conteúdo:

> Em aditamento à nossa carta de 28 de novembro p. p., vimos pela presente, em primeiro lugar, agradecer a colaboração de V. S.a e de seu digno auxiliar, Sr. Alan Cardec Martins Pedrosa, pelo alto espírito público revelado nos entendimentos que tivemos e dos quais chegamos ao seguinte resultado:
> Em consequência da necessidade de água para alimentar a caldeira da serraria e, ainda, como só iremos encher a bacia de acumulação dentro de dois anos, será a serraria montada provisoriamente dentro da área que será alagada, sendo futuramente removida para outro lugar, em virtude da necessidade do enchimento da bacia de acumulação. Durante este tempo das nossas obras e serviços. V. S.as irão derrubando e serrando as madeiras situadas dentro dessa área. Logo que tenhamos concluído os nossos estudos, enviaremos a esse Serviço uma cópia da planta dos terrenos, assinalando a área necessária aos nosso serviços, como concessionários que somos do governo federal. Logo que possamos, entraremos em atendimento com V. S.a para a extensão de uma

> linha de alta tensão a fim de abastecer a serraria, já então montada em outro lugar.Pedimos a V. S.as o favor de acusar o recebimento desta para que tenhamos a certeza da chegada da mesma às suas mãos (SPI, 21/12/1951, Filme 70, Fotograma 364).

As correspondências e encontros entre os representantes da EELSA e do SPI revelam os interesses da empresa de eletricidade e o órgão indigenista, com debates entre a alta direção da EELSA, na figura do diretor presidente, Ricardo Davids, e Lourival da Mota Cabral, chefe da IR7, além do encarregado do PI Apucarana, Alan Cardec, como na citada Carta de 28 de novembro de 1951. No Ofício em questão, Davids cita a montagem de uma serraria na área que seria alagada para a operação da terceira turbina da Usina do Apucaraninha. Tal serraria, pertencente ao SPI, faria o serviço de derrubada da mata e corte das madeiras até o momento de inundação da área. Para a EELSA, a limpeza do terreno em vista às obras para a terceira etapa da hidrelétrica; para o SPI, a renda com as atividades da serraria, movida por energia elétrica.

Ricardo Davids também foi enfático ao informar a conclusão dos estudos em breve e a apresentação ao SPI das plantas com a área necessária para todo o empreendimento hidráulico, em sua nova fase, citando o aval da União para aquela concessão à EELSA. Novamente, a empresa de eletricidade destacou a legislação do setor elétrico, reforçando a legalidade do empreendimento e buscando impedir qualquer ação contrária do órgão indigenista, em relação às obras da Usina do Apucaraninha. Apesar disso, estabelecia a troca de favores com o SPI, informando a construção de uma rede de extensão para levar eletricidade até o novo local da serraria, após a inundação da área pretendida para a ampliação da capacidade geradora do empreendimento hidrelétrico.

Essa serraria vinha sendo idealizada pelo SPI há algum tempo e com a possibilidade de contar com energia elétrica foi efetivamente planejada, como mostra o Ofício nº 207, enviado por Cabral, em 8 de setembro de 1951, ao encarregado do PI Apucarana, Alan Cardec.

> Pelo presente autorizo-vos permitir que o Snr. Jorge Constantino Miguel, madeireiro estabelecido em Joaquim Távora, neste Estado, proceda à montagem de uma serraria nessa Reserva Indígena, tendo em vista as instruções e determinações contidas no Processo SPI nº 4.353/49. Nestas atividades deverão ser observadas as Normas e Regulamentos que regem o Serviço de Proteção aos Indios (SPI, 08/09/1951, Filme 73, Fotograma 1769).

Esse Ofício demonstra o desejo do órgão indigenista pela construção da serraria, ressaltando a obediência às normas e regulamentos do SPI, bem como as instruções e determinações presentes no Processo nº 4.353, que tramitava desde 1949.

Em meio aos debates sobre a delimitação da área indígena, a EELSA fez nova solicitação da planta do terreno pertencente aos indígenas. Isso se deu em 29 de dezembro de 1951, por meio do seu inspetor geral, Nelson de Godoy Pereira, que encaminhou uma Correspondência a Lourival da Mota Cabral, com os seguintes termos:

> Pela presente vimos solicitar de V. S.a o especial favor de nos mandar três vias da planta do terreno pertencente ao Patrimônio dos Índios e situados junto ao ribeirão Apucaraninha. Motiva este nosso pedido a necessidade de compararmos a planta levantada por nós com a dessa Inspetoria e ainda para que possamos localizar nessa planta a área de terras que será alagada em consequência da construção da usina elétrica. Pedimos o favor de nos mandar dizer a importância das despesas para que possamos reembolsar-lhes pela volta do correio. Sem outro motivo, antecipamos nossos agradecimentos e subscrevemo-nos muita atenciosamente (SPI, 29/12/1951, Filme 73, Fotograma 1804).

Como os debates em torno dos limites da área destinada aos indígenas ainda não estavam encerrados, a EELSA procurava confirmar se realmente a ampliação da Usina do Apucaraninha alagaria terras dentro do território pertencente aos indígenas. Dessa forma, somente celebraria o contrato de arrendamento com o SPI, após a constatação de qual área e de qual tamanho seria utilizada pela hidrelétrica, na margem direita do rio Apucaraninha.

Em 2 de fevereiro de 1952, foi a vez de Lourival da Mota Cabral enviar o Ofício nº 38 ao diretor presidente da EELSA em São Paulo.

> Com este apresento a V. S. o snr. Alan Cardek Martins Pedrosa, funcionário do SPI e encarregado do P.I. Apucarana, que vae autorizado por esta Chefia, a fim de tratar e solucionar os assuntos que essa Empreza mantêm com o nosso Serviço, referente ao fornecimento de energia elétrica para às nossas indústrias no P.I. Apucarana, conforme pessoalmente foi combinado com os Senhores Diretores dessa Empreza, quando estiveram no local da uzina Apucaraninha (SPI, 02/02/1952, Filme 73, Fotograma 1805).

Esse documento revela novamente a presença dos representantes do SPI e dos diretores da EELSA no local do empreendimento hidrelétrico do Apucaraninha, ressaltando a importância que a usina representava naquele instante à empresa elétrica e ao próprio órgão indigenista. O encarregado do PI Apucarana, Alan Cardec, que já negociava com a EELSA sobre o arrendamento das terras, também foi indicado pela IR7 para tratar das questões

relacionadas ao fornecimento de energia elétrica às indústrias do Posto, reforçando o interesse do SPI no acordo com a empresa de eletricidade.

Somente após a mudança da sede do PI Apucarana para mais próximo da Usina do Apucaraninha, se estabeleceu o acordo entre o SPI e a EELSA, mesmo que os debates em torno do Acordo de 1949, no que tange aos limites territoriais da área indígena do Apucarana, ainda estivessem em andamento. A sede do PI Apucarana ficava a aproximadamente 25 km do local onde estava sendo construído o empreendimento hidrelétrico. A presença deste, entre outros fatores, foi decisivo para a mudança de localização da sede do Posto, instalando-se nas proximidades da usina.

3.2 A reorganização do PI Apucarana nas proximidades da Usina do Apucaraninha

Os documentos analisados permitem afirmar que a Usina do Apucaraninha influenciou o processo de reestruturação a qual o PI Apucarana estava passando, em decorrência do Acordo de 1949, bem como nos deslocamentos e rearranjos dos indígenas em seus territórios.

Enquanto negociava com a EELSA, sobre as questões da área utilizada para a Usina do Apucaraninha, o SPI buscava se defender do processo de reestruturação dos territórios indígenas, proposto pelo Acordo de 1949. Como visto, um desses territórios era justamente o PI Apucarana, reservado em 5 de julho de 1900, por meio do Decreto Estadual nº 6, totalizando uma área com mais de 68 mil hectares de terras.

Como demonstrado, embora reservados, os territórios indígenas não haviam sido medidos e demarcados. Assim, em 1949, o Governador do Paraná, Moisés Lupion, acordou com a União, propondo a redução das áreas indígenas. No caso da área do PI Apucarana, a proposta era a redução para 6.300 hectares. Essa reestruturação interferiu nas negociações entre a EELSA e o SPI, visto que os limites da nova área foram definidos de maneira conflitante e demorada, sem clareza se ficaria em terras utilizadas pela EELSA, para a construção e instalação da Usina do Apucaraninha. Dessa forma, as constantes solicitações da concessionária de energia elétrica, junto ao órgão indigenista, para o envio das plantas das áreas reservadas aos indígenas, tinha a finalidade de saber o grau de impacto do empreendimento hidrelétrico e se necessitaria de um contrato de arrendamento entre a empresa elétrica e o SPI.

A não medição e demarcação da área indígena, após o Decreto em 1900, somada ao avanço das frentes colonizadoras na primeira metade do século XX, levou a inúmeras invasões por intrusos, além dos arrendamentos das terras pertencentes aos índios, pelo próprio órgão

indigenista. Nesse sentido, a IR7 encaminhou uma sugestão à Diretoria do SPI, em 6 de outubro de 1948, por meio do Ofício nº 206.

> Existindo diversas irregularidades limítrofes na área do PI Apucarana e mesmo nos cartórios daquele município existem muitos casos em andamento, sobre pretensos proprietários das terras reservadas aos índios, um topógrafo de nome Fioravante Guglieme, admirador do SPI e da causa indígena, querendo conhecer aquela região, propôs-me proceder à demarcação da referida área indígena, cobrando unicamente as despesas de viagem e de sua manutenção, no montante de Cr$ 10.000,00 (SPI, 06/10/1948, Filme 73, Fotograma 1701).

Além dessas irregularidades, membros do órgão indigenista pareciam prever o Acordo de 1949, antes mesmo de sua concretização, como demonstra a Correspondência enviada pela IR7 à Diretoria do SPI, em 21 de outubro de 1948, em que relatava a existência de *áreas inaproveitadas* dentro dos PIs, "[...] até merecendo a tomada pelo Governo do Estado" (SPI, 21/10/1948, Filme 69, Fotogramas 2124-2125).

Outrossim, o Acordo de 1949 foi firmado e assinado pelo Governo do Paraná e da União em 12 de maio de 1949, recebendo críticas dos oposicionistas ao Governo Lupion no Estado, como revela a reportagem do *Jornal Diário da Tarde*, de 7 de junho de 1949, *Acordo contra os índios*, de autoria do deputado estadual Dr. Oscar Lopes Munhós, crítico das ações de Lupion (SPI, 07/06/1949, Filme 69, Fotograma 2278). E, como já abordado, o SPI também se posicionou contra o Acordo, gerando calorosos debates e clima tenso junto ao governo estadual. Entretanto, as relações de Lupion com o Ministério da Agricultura e com a União garantiram, por ora, a execução do Acordo. A IR7, mesmo não satisfeita, enviou o Ofício nº 243, em 30 de setembro de 1949, à Diretoria do SPI.

> Dando cumprimento às determinações contidas no vosso telegrama n. 1574, de ontem, informo-vos que estamos somente aguardando a chegada nesta capital, dentro de 3 dias, do governador Moisés Lupion, que se encontra no Rio, para iniciarmos a determinação das áreas que deverão ser medidas e demarcadas pelo Governo do Estado do Paraná, para usofruto dos índios (SPI, 30/09/1949, Filme 69, Fotograma 2332).

Iniciaria, naquele momento, o processo de negociação do tamanho da área e sua localidade destinada aos índios. Primeiramente, dividiu-se em duas áreas distintas, aproveitando a sede do Posto existente e procurando atender a maior concentração dos Toldos indígenas. Em um segundo momento, ocorreu a mudança do local da sede do Posto e a proposta de uma área apenas, concentrada mais nas proximidades da Usina do Apucaraninha.

3.2.1 A primeira proposta de reestruturação do PI Apucarana e sua relação com a Usina do Apucaraninha

Torna-se mister relatar o desenrolar inicial na demarcação da área aos indígenas do Apucarana, após a assinatura do Acordo de 1949. Essas novas definições da área pertencente aos índios ocorrem já com as obras da Usina do Apucaraninha em andamento, conforme as informações contidas no Relatório do inspetor do SPI, Deocleciano de Sousa Nenê, em 30 de março de 1947, enviado ao chefe da IR7, Paulino de Almeida, trazendo detalhes sobre o local das obras do empreendimento hidrelétrico.

> A usina fica pouco mais de um quilometro acima da barra do rio Apucaraninha no rio Tibagí, tudo lado direito, em terras da reserva indígena como já disse. Notei que não tem embaraçado em nada a marcha dos serviço do Posto, pois, fica distante deste cerca de 25 quilometros. [...] Não obstante ser distante do toldo mais próximo de 12 a 15 Kts. Penso que assim tendo prestado as informações pedidas e prestado esclarecimentos precisos (SPI, 30/03/1947, Filme 73, Fotograma 1644).

‘

O inspetor Deocleciano de Souza Nenê enfatizou que as obras em nada prejudicavam o andamento dos serviços do Posto, já que este ficava a aproximadamente 25 km do local das obras da Usina do Apucaraninha e que o Toldo indígena mais próximo da hidrelétrica estava de 12 a 15 km de distância. Em outra parte do Relatório, o inspetor Nenê evidenciou que o órgão indigenista buscava verificar maiores informações sobre a construção da hidrelétrica.

> Em fins do ano próximo passado, estive duas vezes naquele Posto – em Setembro e Novembro, que fui inspecionar e fazer lançamento dos foreiros ocupantes das terras, vendo mais ou menos seguinte: Uma ponte feita em base de canoas, sobre o rio Apucaraninha, a uns 20 metros acima da grande queda dágua desse rio, e uma vala grande já começada ao lado direito do mesmo, em terras da reserva indígena, para o encanamento da água, em tubos, indo dar uma altura de mais de 170 metros até chegar onde vae ser assentada a usina, já embaixo da serra, descendo a estrada serpenteada a mencionada serra, indo atingir até a usina com mais de dois quilômetros; vi diversas casas de madeira já prontas, e outras em construção. [...] (SPI, 30/03/1947, Filme 73, Fotograma 1644).

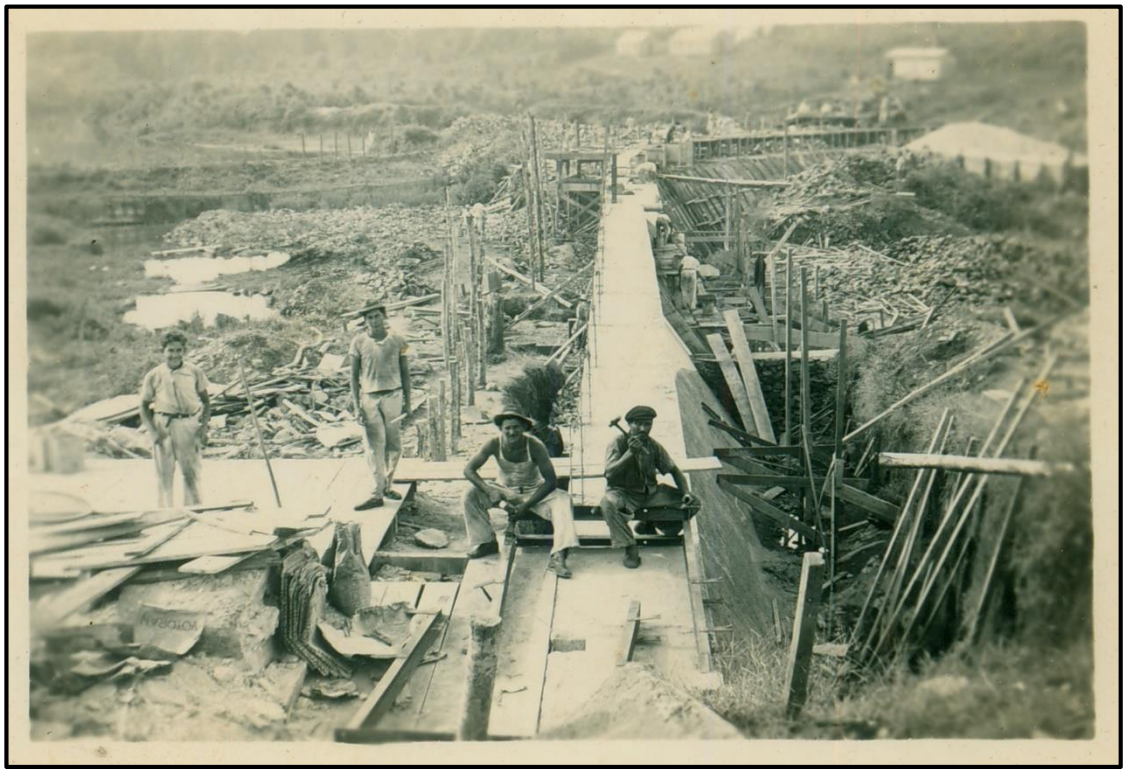
O Relatório do inspetor Nenê fornece informações detalhadas sobre o local e as obras já realizadas e em andamento da construção da usina. Vale observar que o Relatório, enviado no final de março de 1947, foi baseado em duas viagens que Nenê realizou para fazer o lançamento dos arrendamentos em setembro e novembro de 1946 e, que, portanto, as obras já

deveriam estar mais adiantadas no momento da emissão do Relatório à IR7. Conforme relato, uma ponte já estava pronta, cerca de 20 metros acima do Salto Apucaraninha e as obras para o encanamento da água estavam em andamento, o que resultaria num canal de aproximadamente 170 metros de altura e que lá embaixo da serra, no lado direito do rio Apucaraninha, dentro da área indígena, se localizaria a usina, distante pouco mais de um Km da foz daquele afluente no rio Tibagi.

Fotografia 4 – Instalações técnicas, área de residência e duto em construção da Usina do Apucaraninha

Fonte: Acervo Museu Histórico de Londrina – UEL.

Fotografia 5 – Construção da barragem do Apucaraninha



Fonte: Acervo Museu Histórico de Londrina – UEL

Fotografia 6 – Caminhões sobre a ponte do rio Apucaraninha

Fonte: Acervo Museu Histórico de Londrina – UEL

O Relatório ainda cita uma estrada em construção, que descia serpenteando a serra até chegar no local da hidrelétrica, com mais de dois Km, bem como uma grande quantidade de casas de madeira já construídas ou em andamento, evidenciando a presença de muitos trabalhadores para a construção da usina desde o início das obras.

Fotografia 7 – Área de alojamento da construção da Usina do Apucaraninha

Fonte: Acervo Museu Histórico de Londrina – UEL

Após a assinatura do Acordo, o Estado do Paraná e a União, auxiliados pelo SPI, procuraram delimitar a área a ser demarcada definitivamente aos índios, conforme Ata lavrada em 14 de março de 1950, na sede da IR7, em Curitiba, entre os membros da Comissão do SPI e do representante do Estado do Paraná.

> Para desincumbência do que lhes foi designado, respectivamente pelos Snrs. Diretor do SPI e Governador deste Estado, para localização das áreas de terras a serem medidas, demarcadas e tituladas para os índios habitantes dos Postos Indígenas de Apucarana, Queimadas, Faxinal, Ivaí, Rio das Cobras e Mangueirinha, de conformidade com a cláusula quarta do termo do acordo assinado entre os Snrs. Ministro da Agricultura e Governador do Paraná (SPI, 14/03/1950, Filme 76, Fotogramas 247-248).

Como representante do Estado, esteve presente João Vialle, designado pelo Governador Moisés Lupion. Pelo SPI, participaram Paulino de Almeida, Lourival da Mota Cabral e

Deocleciano de Souza Nenê, indicados para fazer parte da Comissão, conforme Portaria no 75, de 20 de julho de 1949, emitida pela Diretoria do órgão indigenista. Após a reunião, ficou acordado o seguinte:

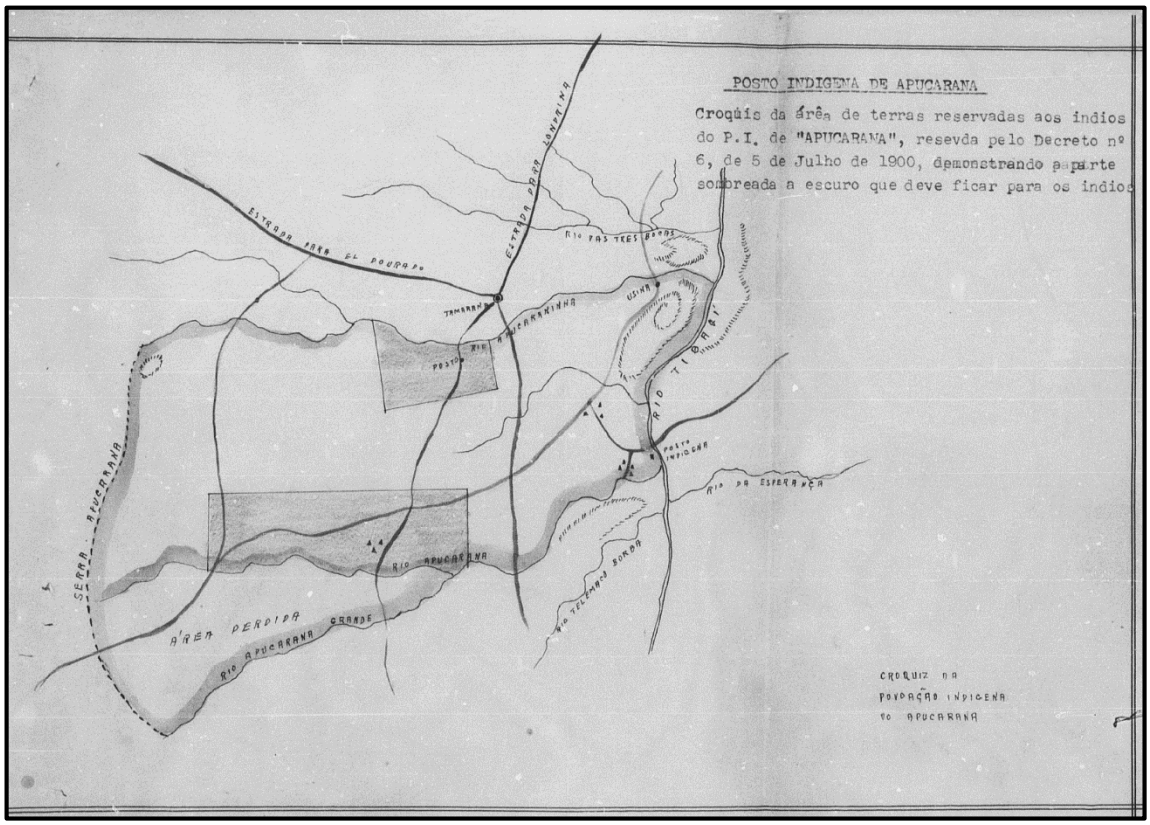
> Posto Indígena de Apucarana: Os seis mil e trezentos (6.300) hectares a serem medidos e demarcados para os índios e para o Posto, deverão ser em duas glebas: uma de 5.300 hectares à margem esquerda do rio Preto, a começar na confluência deste rio no rio Apucarana Grande, rio Preto acima até abranger a igrejinha do bairro do Rio Preto, onde deverá ser localizado o novo Posto, no lugar denominado "RUA", pouco abaixo da dita igrejinha; outra de 1.000 hectares, à margem direita do rio Apucaraninha, abrangendo a casa situada na Campininha e todas as suas dependências, inclusive invernadas, de conformidade com o croquis anexo, que demonstra, mais ou menos, em sombreado mais escuro, as situações dessas glebas (SPI, 14/03/1950, Filme 76, Fotogramas 247-248).

Essa proposta reduzia em mais de 60 mil hectares o território reservado aos indígenas em 1900, delimitando duas áreas distintas, conforme Croqui presente na Imagem 13.[93] A menor das áreas, aproveitando a localização da sede do PI Apucarana, construída a partir de 1942, quando da criação do Posto, situava-se na região então denominada de Campininha ou Toldo da Campina. Como se observa no Croqui, vários Toldos dos indígenas ficariam de fora das áreas demarcadas, principalmente mais próximos da margem esquerda do rio Apucarana, em direção a sua foz no rio Tibagi. Também é notório a quantidade de caminhos/estradas que já cortavam todo o território indígena. Além disso, é possível observar a indicação da localização da Usina do Apucaraninha, que, pelo Croqui, ficaria fora das áreas delimitadas aos indígenas. Esse fato é essencial para entender a morosidade das negociações entre a EELSA e o SPI, sobre as terras utilizadas pela Usina do Apucaraninha, como a solicitação da EELSA, em 7 de agosto de 1950, desejando a planta da área de terras pertencentes aos índios (SPI, 07/08/1950, Filme 70, Fotograma 165).

A Ata da reunião de 14/03/1950 e o Croqui acima foram encaminhados para a Diretoria do SPI no dia seguinte, por meio do Relatório elaborado pelos representantes da IR7, com as informações e descrições de todos os territórios indígenas reestruturados pelo Acordo de 1949, inclusive as terras do PI Apucarana (SPI, 15/03/1950, Filme 76, Fotogramas 243-246).

[93] Parte dessa área proposta para reduzir já havia sido perdida antes de 1943, como destacado no capítulo 2 (Ver Mapa 6). O próprio Croqui, em questão, revela uma parte da *Área perdida*, entre o rio Apucarana e o rio Preto.

Imagem 13 – Croqui das áreas delimitadas aos índios do PI Apucarana em 14/03/1950



Fonte: SPI, 14/03/1950, Filme 76, Fotograma 251.

Entretanto, uma indicação de erro nos limites da área de 5.300 hectares foi levantada meses depois pela própria IR7. Destarte, em 12 de outubro de 1950, o inspetor Deocleciano de Souza Nenê encaminhou o Ofício nº 26 à Paulino de Almeida e Lourival da Mota Cabral, depois da visita ao PI Apucarana, no mês de agosto, para confirmar o aparente equívoco.

> Pelo presente venho prestar-vos conta da incumbência que me confiaram, para ir até o Posto Indígena de Apucarana e ali verificar in-lóco, se houve ou não engano na discrição de como deve ser tirada a gleba de 5.300 hectares de terras para os índios do rio Preto, cuja forma fui eu quem dei, em falta de melhores esclarecimentos, e que ficou constatada na ata lavrada em 14 de março do ano em curso, e verificação esta, por mim mesmo provocada, em virtude da informação que obtive do agrimensor Snr. Daniel Martins, que fez os levantamentos dos rios, Apucarana Grande, desde sua barra no rio Tibagi, até a barra do rio Preto, e por este acima até sua cabeceira, levantamento este, posterior a data de 14 de março, assim é que, segui em princípio de agosto último para aquele Posto, ali entrando no mato, em companhia do auxiliar de sertão Cezar Martins, e do Snr. Eduardo Stein, velho morador naquela área, tendo sido fiscal desta IR desde 1925, quando estava aquele mesma reserva jurisdicionada a povoação indígena de São Jerônimo, conhecedor perfeito daqueles matos e rios, por onde entrou várias vezes, caçando, e, com esses dois companheiros, percorremos, não só à cavalo, com à pé, a aquela região, me certificando que de fato me enganei no ter prestado informação da forma

> que ficou descrito, porquanto, a ser da maneira que foi feita, os índios ficarão fora da área (SPI, 12/10/1950, Filme 76, Fotograma 269).

Portanto, o inspetor Deocleciano de Souza Nenê precisou se deslocar até ao PI Apucarana e constatar que houve falha na delimitação das terras daquele Posto e que, daquela forma, deixaria grande parte dos indígenas de fora da área. O inspetor Nenê informou que até o momento da reunião, de 14 de março de 1950, ainda não havia sido realizado o levantamento dos rios do PI Apucarana, principalmente devido às fortes chuvas que insistiam em acontecer no início daquele ano e a urgência do Governo do Estado do Paraná em definir imediatamente as áreas a serem demarcadas para os indígenas e as liberadas para a colonização, consideradas como terras devolutas (SPI, 12/10/1950, Filme 76, Fotograma 269-270). Reconhecendo o erro, o inspetor Nenê afirmou:

> [...] porque eu fui quem errei na informação descrita na Ata, da área a ser tirada para os índios, pelo que venho agora, ainda em tempo solicitar retificação, devendo a parte para os índios, ser da barra do rio Preto para baixo no rio Apucarana, e não para cima, como foi dito, pois, eu calculei que a dita barra do rio Preto no Apucarana, fosse muito abaixo da Igrejinha, quando dita barra é desta bem próximo, o que só depois dos levantamentos dos rios, serviço feito posteriormente pelo Snr. Daniel Martins, é que ficou esclarecido (SPI, 12/10/1950, Filme 76, Fotograma 270).

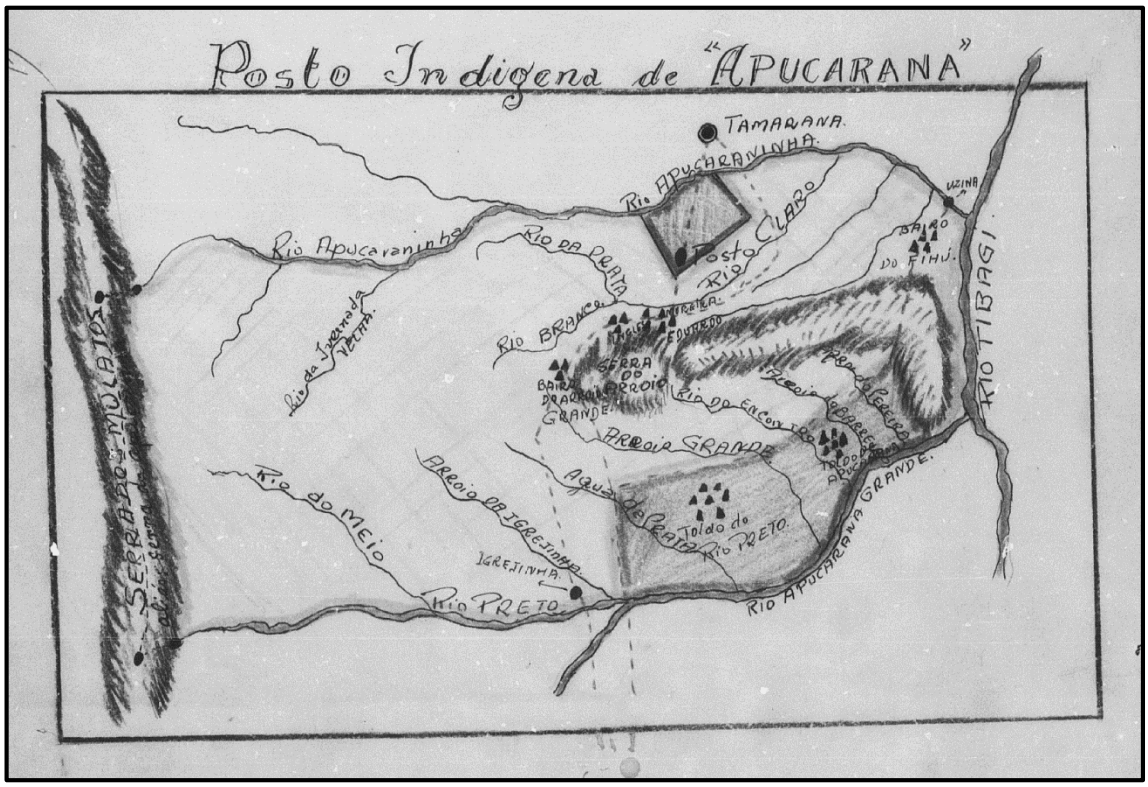
Após o reconhecimento do próprio erro, o inspetor Nenê pronunciou quanto aos novos limites da área destinada aos indígenas:

> De maneira que muito justamente a área para os índios deve ser da seguinte forma: ao sul, pelo rio Apucarana Grande, sua margem esquerda; ao poente, pelo caminho que indo de Natingui a Tamarana, atravessa a rio Apucarana Grande da direita para esquerda, abaixo da barra do rio Preto, ou podendo também ser pelo arroio denominado Agua da Prata, desde sua confluência no Apucarana Grande, pelo dito arroio até o caminho que foi citado; ao norte pelo mesmo caminho, que vindo dos bairros do rio Preto e Arroio Grande, se dirige ao bairro Fihú e Usina; ao nascente pela Serra que vindo do poente a nascente, contorna-se para rumo sul, paralela com o rio Tibagi, ou também poderá ser pelo arroio do Pereira, uma vez que, dentro dos limites acima, seja suficiente para sair os 5.300 hectares para os índios, de conformidade com o novo croquis que junto a este, destacando-se toda a área, e o sombreado a verde, as duas glebas para os índios, tratando-se o presente, somente da gleba maior, nada alterando a de 1.000 hectares na Campininha, margem esquerda do rio Apucaraninha. Desta forma os dois toldos maiores de índios ficarão dentro da área, evitando-se os inconvenientes, e o que é mais impossível de transferir todos esses índios, ainda que perto como é, relativamente, isso eu o afirmo porque tive ocasião de observar dos índios dali. Diante disto sugiro se convide o Snr. João Vialle, como representante do Governo do Estado, demarcando

> dia e hora, para reunir-mos, afim de se lavrar uma outra ata em aditamento a que foi dada [...] (SPI, 12/10/1950, Filme 76, Fotogramas 270-271).

A nova área destinada aos indígenas referenciava os bairros Fihú e a usina como novos limites ao norte. A localidade denominada bairro do Fihú era comumente uma área arrendada para terceiros não indígenas. Essa nova proposta colocava a Usina do Apucaraninha dentro do território indígena, ou seja, incorporando a localidade ocupada de arrendatários (Ver Imagem14). Entretanto, percebe-se que alguns Toldos indígenas continuariam fora da nova área a ser demarcada definitivamente como PI Apucarana, bem como a presença dos índios nas proximidades da hidrelétrica, não evidenciada no Croqui da Imagem 13.[94]

Imagem 14 – Croqui das áreas delimitadas aos índios do PI Apucarana em 12/10/1950



Fonte: SPI, 12/10/1950, Filme 76, Fotograma 272.

Essa retificação foi relatada pelo inspetor Nenê, quando enviou o Ofício nº 209/34, em 16 de novembro de 1950, para Otacílio Rochedo, representante da IR7, abordando as consequências do Acordo de 1949, no que tange a área de terras do PI Apucarana:

[94] Essa questão dos Toldos dos índios será retomada no último capítulo para entender seus deslocamentos e sua relação com a Usina do Apucaraninha e a reorganização da sede do PI Apucarana.

> A qual calculava-se com cerca de 15.000 alqueires, ou sejam 36.300 hectares, mas em face o mencionado acordo vai ficar reduzida em 6.300 hectares para os índios, que, conforme entendimentos posteriores com esta Inspetoria, esses 6.300 hectares deverão serem medidos e demarcados em duas glebas; uma de 1.000 hectares aonde está o atual Posto, e outra de 5.300 hectares à margem esquerda do rio Apucarana Grande, abaixo da barra do rio Preto. De formas que reverterá para o Estado cerca de 30.000 hectares, que, de conformidade com a clausula sétima do referido acordo, o Governo do Estado, se utilizará para fins de colonização, e localização de imigrantes (SPI, 16/11/1950, Filme 70, Fotograma 192).

Essa proposta, desenhada no Croqui da Imagem 14, foi avaliada em 22 de dezembro de 1950, durante a:

> Reunião dos membros da comissão designada para escolher e localizar as glebas a serem medidas e demarcadas para os índios, dentro das atuais áreas reservadas para os mesmos, abrangidas pelo acordo assinado pelos Snrs. Ministro da Agricultura e o Governador do Paraná, reunião essa para retificação das divisas da gleba de 5.300 hectares a ser medida e demarcada no Posto Indígena Apucarana (SPI, 22/12/1950, Filme 48, Fotograma 1468).

A Ata dessa reunião evidenciou novamente a presença de João Vialle, representante do Estado do Paraná, e os três empregados da IR7 já citados. Durante a reunião, Lourival da Mota Cabral comunicou a Vialle o erro na delimitação da área destinada de 5.300 hectares aos indígenas do PI Apucarana, em 14 de março de 1950. Disse ainda que tal erro havia sido confirmado in loco pelo inspetor Nenê e que se mantivesse daquela forma:

> [...] os índios ficariam fora da terra a ser-lhes demarcada, a qual abrangeria também o bairro da Igrejinha, povoado de sertanejos. Este fato, causaria grandes despesas para o Estado, e para a Inspetoria, e sérios aborrecimentos, devido a dificuldade de mudança dos índios como também dos sertanejos a serem transferidos (SPI, 22/12/1950, Filme 48, fotograma 1468).

Essa passagem da Ata evidencia novamente que o território, reservado aos indígenas do Apucarana desde 1900, estava povoado com muitos não-índios, como os sertanejos citados no documento. Os novos limites propostos pelo órgão indigenista foram aceitos pelo representante do Governo do Paraná, inclusive os limites ao norte (Bairro Fihú e Usina), sendo elaborada a retificação necessária e o Termo de Aditamento à Ata de 14 de março de 1950. Dessa forma, a área indígena reestruturada, devido ao Acordo de 1949, estava dividida em duas localidades: uma na Campininha, onde estava a sede do Posto; e a outra na margem esquerda dos rios Apucarana e Tibagi, até limites com a usina, na margem direita do rio Apucaraninha.

Se, por um lado, o SPI e os Kaingang elaboravam suas estratégias perante a presença da hidrelétrica, por outro, a EELSA continuava com as obras de construção da hidrelétrica, estando ciente das questões territoriais em andamento, em virtude do Acordo de 1949. Em 6 de abril de 1949, foi inaugurada a primeira turbina da usina, iniciando suas atividades de operação, gerando eletricidade para a área de concessão da EELSA. Além disso, os engenheiros da empresa elaboravam novos estudos para a ampliação da capacidade geradora, com a instalação de uma segunda turbina.

Esse planejamento pode ser constatado na Correspondência datada de 7 de agosto de 1950, enviada por Nelson de Godoy Pereira, diretor da EELSA, ao chefe da IR7, Lourival Mota Cabral:

> Prezado Senhor: Tendo chegado ao conhecimento desta Empreza que a Repartição dignamente dirigida por V.S. tem um levantamento dos terrenos pertencentes aos índios, à margem direita do ribeirão Apucaraninha, município de Londrina, distrito de Tamarana (antigo São Roque), vimos, pela presente, solicitar de V.S. uma cópia da planta referida. Essa planta muito irá auxiliar no estudo de um melhor aproveitamento do potencial hidráulico do Apucaraninha. Segundo informação que tivemos do Sr. Alcantara, o Sr. Mota, dessa Inspetoria, tem a planta do levantamento aéreo feito nos terrenos em questão. Pedimos também a V.S. que nos mande dizer a importância das despesas para que possamos mandar o numerário necessário pela volta do correio. Certos de merecer, como de costume, a sua atenção, subscrevemo-nos, muito atenciosamente (SPI, 07/08/1950, Filme 70, Fotograma 165).

A solicitação da EELSA pela planta da área pertencente aos indígenas era para auxiliar nos estudos em andamento para o aumento da capacidade geradora da Usina do Apucaraninha. Dessa forma, obter do próprio órgão indigenista os mapas da área indígena, especialmente detalhando os limites na margem direita do rio Apucaraninha, onde se encontrava o empreendimento hidrelétrico, era uma maneira de ter conhecimento da área que seria alagada pela ampliação da geração de energia elétrica, já antevendo os acordos e as negociações com o SPI. Por isso, a EELSA desejava obter uma cópia da planta do território indígena, inclusive do levantamento aéreo realizado naquelas terras, se comprometendo a pagar os custos para a emissão das cópias das plantas solicitadas.

Vale ressaltar que as negociações entre EELSA e SPI, naquele momento, ainda não estavam finalizadas, mesmo no que tange as áreas utilizadas para a primeira turbina já instalada e em funcionamento desde 6 de abril de 1949. Com a segunda turbina, já encomendada e em fase de estudos, os diálogos entre a empresa de energia elétrica e o órgão indigenista ganharam

novos capítulos, deixando claro que o Acordo de 1949 influenciava a celebração do contrato entre a empresa e o órgão indigenista.

Outrossim, os Croquis apresentados, bem como as informações descritas, evidenciam que a presença da Usina do Apucaraninha foi um fator que influenciou na decisão do órgão indigenista quanto à indicação das áreas de terras aos índios do PI Apucarana. Se, no primeiro instante, 1946/1947, a construção da hidrelétrica pareceu ser indiferente ao órgão indigenista, pois a sede do Posto estava distante e não se tinha notícia do Acordo de 1949; num segundo momento, 1949/1950, decorrente do Acordo e da própria ação dos índios, evidenciada no próximo capítulo, o órgão indigenista considerou a presença da hidrelétrica, na necessidade de reestruturação da área. E, por último, 1951/1952, o SPI levou a sede do PI Apucarana exatamente ao lado da usina, deixando de lado a região denominada Campininha, onde se encontrava a sede do Posto desde sua criação, em 1942.[95]

3.2.2 Os debates em torno da reestruturação da área indígena e a nova localidade da sede do PI Apucarana

Com a mudança do Governo do Estado do Paraná, no início de 1951, o SPI procurou reverter o Acordo de 1949, buscando assegurar maior quantidade de terras aos indígenas. Isso fica evidente quando analisado o Ofício nº 112, de 11 de maio de 1951, enviado pela IR7 ao Governador Bento Munhoz da Rocha Neto:

> Conforme entendimento pessoal que tive a honra de tratar com V. Excia, comunico que estou apenas aguardando autorização da Diretoria deste Serviço, à qual foram prestados todos os informes necessários, para novamente me dirigir à V. Excia, afim de serem iniciadas as démarches para revogação do Acordo sobre as terras dos índios neste Estado e a realização de novo Acordo, com cláusulas mais honrosas e humanas aos índios e civilizados que habitam as reservas indígenas. Valho-me do ensejo para solicitar de V. Excia. a fineza de determinar a anulação do Decreto Estadual nº 13.722, de 19-1-51, medida que solicitei de V. Excia, e que reputo de suma importância para o bom êxito do novo Acordo. Contando com o espírito justiceiro que V. Excia, tem demonstrado em todos os atos tomados à frente do Executivo Estadual, pode V. Excia, acreditar, desde já, na imorredoura gratidão dos selvícolas paranaenses, reconhecimento sincero do Serviço de Proteção aos Índios bem como os nossos apoucados préstimos em colaborar, irrestritamente, com o Governo profícuo e esclarecido de V. Excia. (SPI, 11/05/1951, Filme 70, Fotograma 279).

[95] O último capítulo demonstrará os locais por onde passou a sede do PI Apucarana (Ver Mapa 9).

Aproveitando do jogo político no Estado, em que Bento Munhoz era oposicionista de Moisés Lupion, o órgão indigenista procurou negociar novamente o tamanho das áreas destinadas aos indígenas, reivindicando a revogação do Acordo de 1949. Um dos motivos argumentado pelo SPI era a questão dos conflitos envolvendo índios e não-índios na reestruturação das áreas, conforme se verifica no Telegrama nº 124, de 22 de junho de 1951, enviado pela IR7 à Diretoria do SPI.

> Conhecimento dessa Diretoria comunico ontem novamente mantive entendimento senhor Governador Estado Paraná, ficou estudar caso reconsideração Acordo juntamente Diretor Fundação Colonização e Imigração. Sigo amanhã PI Apucarana apreciar in-loco situação Posto e tomar medidas necessárias evitar se propale aquela área indígena conflitos sangrentos todo norte Estado motivados questão terras. Solicito vossa aprovação (SPI, 22/06/1951, Filme 73, Fotograma 1757).

O citado Telegrama deixa claro o clima de tensão no PI Apucarana, em virtude da questão territorial. Usando-se desse argumento e adotando diferentes estratégias, os representantes da IR7 procuravam convencer o novo governo estadual a rever o Acordo de 1949. Uma dessas estratégias era contar com o prestígio do Marechal Rondon, conforme revela o Telegrama no 129, de 23 de junho de 1951, enviado pela IR7 ao SPI no Rio de Janeiro.

> Sou opinião será grande conveniência SPI General Rondon telegrafar Governador deste Estado invocando espírito esclarecido ilustre paranaense anular ou reconsiderar nefando acordo terras índios. Tal medida além tudo servirá alertar entendimentos esta IR (SPI, 23/06/1951, Filme 70, Fotograma 290).

Contando com a aparente aliança junto a Bento Munhoz, o órgão indigenista procurou agilizar um novo acordo, assegurando áreas maiores que as propostas por Lupion em 1949. Em se tratando das terras do PI Apucarana, o Ofício nº 214, de 13 de setembro de 1951, enviado pela IR7 ao diretor do SPI, traz importantes informações.

> Da exposição feita pelo nosso Ofício no 173, de 29-8-51, apenso ao processo S.O. no 2.108/49, constou como de 50.000 hectares a área total aproximada do Posto Indígena Apucarana, da qual reivindicamos 12.100 hectares; levantado o perímetro daquela reserva indígena encontrou-se 45.864,92 hectares. Entrando em entendimentos com o Dr. Djalma Rocha Al-Chuyer, Diretor da Fundação Paranaense de Colonização e Imigração (Departamento que ficará de posse das terras ligadas ao Acordo), afim de apressar as démarches levadas a efeito, após consultar por telefone e obter aprovação, esta Inspetoria concordou, em estabelecer uma proporção justa e razoável da área que reivindicamos de 12.100 para 11.100 hectares, o que ficou devidamente

> assentado. Nestes próximos 3 ou 4 dias serão atacados os serviços da demarcação da área de 11.100 hectares que nos caberá no PI Apucarana e logo a seguir idêntica medida será tomada nos demais Postos atingidos pelo Acordo (SPI, 13/09/1951, Filme 73, Fotograma 1770).

Entremeio aos debates dos limites e tamanho da área destinada aos índios do PI Apucarana, o SPI optava pela mudança da sede do Posto, retificando as duas áreas propostas anteriormente, que somavam 6.300 hectares, para uma área somente, com a perspectiva de 11.100 hectares, mudando a sede de localidade. O Ofício nº 216, de 14 de setembro de 1951, enviado pela IR7 à Direção do SPI, sinalizou essa mudança.

> Conforme vos expliquei verbalmente, bem como ao Snr. Assistente Jurídico deste Serviço, esta Inspetoria era de parecer que, para evitar maiores delongas, devia cooperar com o Governo deste Estado para o cabal cumprimento das cláusulas do Acordo que atingiu as terras pertencentes aos índios, responsabilizando-se pela construção das benfeitorias a serem feita no PI Apucarana, o único dos Postos atingidos pelo Acordo que terá de transferir sua sede para outro local, em virtude da nova localização das terras à serem demarcadas para os índios, assunto que, mediante vossa aprovação, ficou devidamente assentado junto à Fundação Paranaense de Colonização e Imigração (SPI, 14/09/1951, Filme 73, Fotograma 1773).

Na verdade, sob o pretexto de cooperação com o governo estadual, o SPI buscava garantir áreas que contemplassem a maior parte dos Toldos dos índios, bem como da localidade próximo à Usina do Apucaraninha. Além disso, o Processo SPI nº 2.330/48, citado pela IR7, em 24 de setembro de 1951, apontou outros motivos para a mudança da sede do Posto e da área escolhida para o PI Apucarana.

> Senhor Diretor, a área invadida pela firma J. Sguario & Cia, em corte de pinheiros, está localizada na parte que reverterá ao Estado pelo Acordo em efetivação, e atualmente nenhuma providencia requer desta IR. Ao escolher a gleba destinada aos índios, no PI Apucarana, tivemos o máximo cuidado não só em separar zonas de pinhais e ótimas terras para agricultura, como também observar as questões de limites, que em sua maioria, foram feitos por volumosos cursos d´água, o que nos assegurará a maior tranquilidade futuramente (SPI, 24/09/1951, Filme 73, Fotograma 1777).

As zonas de pinheiros e as terras de boa qualidade para a agricultura eram para garantir o desenvolvimento econômico do PI Apucarana, na perspectiva do órgão indigenista, livrando-se de áreas invadidas por madeireiras, colonos e intrusos, que há anos exploravam e esgotavam os recursos naturais do Território Indígena Apucarana, sobretudo, a madeira. Sobre essa perspectiva, Alan Cardec, então encarregado do Posto, enviou o Ofício nº 13, em 8 de outubro

de 1951, expondo a IR7 as dificuldades financeiras enfrentadas pelo PI Apucarana, após o Acordo de 1949.

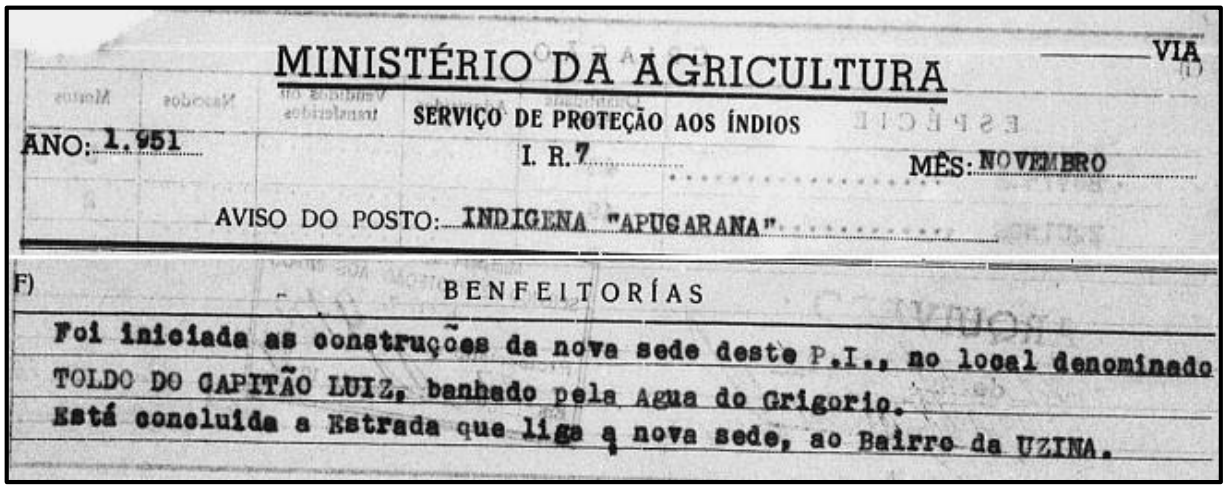
> Originadas pelo acordo efetuado entre o Ministério da Agricultura e o Governo do Estado do Paraná, as atividades deste Posto tiveram paralisação quase que completa, principalmente com a extinção se sua maior fonte de renda: cobrança de foro aos intrusos que habitavam a área indígena. [...] São estas as perspectivas que temos de enfrentar ao iniciarmos os trabalhos de reorganização deste Posto, agora em terras definitivamente regularizadas e tituladas e em local previamente estabelecido. Esperamos, dentro de poucos meses estar com todos os serviços concluídos e o Posto em pleno funcionamento, para atender às nossas finalidades neste setor (SPI, 08/10/1951, Filme 73, Fotograma 1780).

Buscando superar essas dificuldades e entremeio aos debates sobre os limites da área indígena e as negociações com a EELSA, o SPI iniciou as obras para a construção da nova sede e de uma estrada que ligasse esta à usina, conectando com a estrada que vai à cidade de Londrina, conforme Recibo datado em 23 de agosto de 1951, assinado por Roberto (não foi possível decifrar o sobrenome) com o seguinte conteúdo:

> Recebi do Snr. Lourival da Mota Cabral [...] a quantia acima de cincoenta mil cruzeiros (CR$ 50.000,00), proveniente de serviços por mim prestados no Posto Indígena de Apucarana, referente a construção de uma estrada carroçável com 4 metros de leito, ligando o local da nova sede do Posto à estrada geral da uzina que vai à cidade de Londrina, n´uma extensão de cinco mil metros, à razão de dez cruzeiros (CR$ 10,00) cada metro, perfazendo o total acima de CR$ 50.000,00 (SPI, 23/08/1951, Filme 73, Fotograma 1768).

O Relatório Mensal de Novembro de 1951, elaborado pelo encarregado Alan Cardec Martins Pedrosa, informava sobre a construção iniciada da nova sede e da conclusão da estrada que a ligava ao empreendimento hidrelétrico, reforçando a tese de que a Usina do Apucaraninha tornou-se referência para o processo de definição da nova sede do Posto e das obras em construção, como as estradas. O Relatório indicou também o local da nova sede do Posto, banhada pela Água do Gregório, no Toldo do Capitão Luiz.

Imagem 15 – Relatório mensal de novembro de 1951 do PI Apucarana



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

VIA

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

ANO: 1.951 I. R. 7 MÊS: NOVEMBRO

AVISO DO POSTO: INDIGENA "APUCARANA"

F) BENFEITORÍAS

Foi iniciada as construções da nova sede deste P.I., no local denominado TOLDO DO CAPITÃO LUIZ, banhado pela Agua do Grigorio.

Está concluida a Estrada que liga a nova sede, ao Bairro da UZINA.

Fonte: SPI, 30/11/1951, Filme 48, Fotogramas 1491-1492.

Entretanto, em pouco tempo, o encarregado Alan Cardec constatou a necessidade de uma nova mudança do local da sede do Posto, agora sim, mais próximo da Usina do Apucaraninha. Primeiramente, em 15 de fevereiro de 1952, emitiu um Aviso Interno com o seguinte comunicado:

> Por motivo de irmos dar início na construção da nova Administração do PI Apucarana, a qual será nos limites do Bairro do Fiú com a Empresa Elétrica, avisamos aos Snrs. moradores desta zona, que só poderão permanecerem no referido local, até o dia 30 de junho do corrente (SPI, 15/02/1952, Filme 48, Fotograma 1604).

Esse Aviso Interno reforça a ideia da presença dos intrusos e arrendatários na região próxima à hidrelétrica, no Bairro do Fiú, que teriam de sair da localidade, em virtude do novo deslocamento da sede do Posto para aquela região. Qual o principal motivo dessa nova alteração de localidade? Definitivamente a presença da Usina do Apucaraninha foi decisiva para aquela tomada de ação. Em 16 de fevereiro de 1952, Alan Cardec, enviou o Ofício nº 3 à IR7, solicitando alteração do local da nova sede do PI, devido aos altos custos para as obras destinadas ao fornecimento de eletricidade.

> Conforme ficou determinado por V.S. no ano próximo passado, o local onde deveria ser instalado a nova sede deste P.I., no local denominado Toldo do Apucarana, a administração deste Posto, dando inicio as determinações desta Chefia, em primeiro lugar, construiu a estrada que liga a Uzina, aquele local, conforme consta em documentos anteriores. No entretanto, na época dessas determinações, não fora previsto o montante das despesas no que diz respeito a instalação de Luz e Força, fornecida pela Empreza Elétrica de Londrina, o que; dado a distancia que ficou da Uzina ao referido lugar, de conformidade

> com o orçamento criterioso que fizemos, vem alcançar a casa de Cr$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros). Assim sendo, tomei a liberdade de estudar um outro local mais próximo a citada Empreza, a qual não só vêm reduzir 50% nas despesas de instalação elétrica, como sobretudo, boas aguas potáveis, ótima invernada, e instalação do Posto propriamente dito. Resta-nos Snr. Chefe; a visita de V. S. neste P.I., para que possamos continuar com a marcha de nossos serviços, de conformidade com a aprovação que V. S. julgar (SPI, 16/02/1952, Filme 48, Fotograma 1591).

No Ofício, Alan Cardec fez referência a estrada construída para ligar a sede do Posto à Usina do Apucaraninha. Além disso, deixou evidente que já havia algum acordo com a EELSA para o fornecimento de energia elétrica ao PI Apucarana, bastando executar as obras para a instalação de eletricidade. Entretanto, os custos seriam muito elevados devido à distância entre a sede do Posto e a hidrelétrica, ultrapassando os Cr$ 100.000,00. Dessa forma, Alan Cardec propôs uma nova alteração no local da sede do PI Apucarana, reduzindo os custos pela metade, enfatizando outros motivos para tal proposta, como a existência de água potável e invernadas de boa qualidade, inclusive, contando com a ida do chefe da IR7 ao local, para corroborar com a mudança sugerida.

A proposta foi aprovada e, em 6 de outubro de 1952, o encarregado encaminhou o Ofício no 24 para Lourival da Mota Cabral, da IR7, apresentando o projeto para organização da nova sede do PI Apucarana e de toda a área definida aos indígenas.

> Tendo em vista a construção deste P.I. está a cargo da minha administração, e em face da mesma, constante de meu ofício nº 9, de 20 de maio do corrente ano, já estar prestes a ser concluída, afim de que este Posto não venha parar a marcha de seus serviços, venho mais uma vês a presença de V. S., por intermédio deste, apresentar um segundo projeto, o qual tem por base, completar a organização desta Reserva, conforme abaixo passo a descrever:
> [...]
> Instalação Elétrica: Instalação elétrica nas dependências do Posto, assim discriminadas: em duas casas de trabalhadores, casa de administração, casa escolar, enfermaria, estábulo, galpão, páteo e demais pequenas benfeitorias; inclusive aquisição de um transformador de 15 KVA., para-raios, segurança-fuziveis, fios, bocais, chaves roldanas, rosetas, isoladores, pitos, lâmpadas, postes-farquejados de 8X8 por 9,00 metros de comprimento, bem como, extensão de uma linha, na distancia de 800,00 metros, ligando a Séde do Posto à Uzina elétrica de Apucaraninha, com 11.000 Volts., trifásico, com chaves de inicio e fim de ramal de 12.000 Volts., 3 fases, linha de 3 fios no 6, no valor total, (inclusive mão de obra) de ..... Cr$ 102.000,00.
> [...]
> Em se tratando de benfeitorias indispensáveis a organização deste P.I., aguardo o julgamento criterioso de V. S. no que acabo de expor (SPI, 06/10/1952, Filme 73, Fotogramas 1808-1810).

O projeto apresentava uma soma total de Cr$ 500.000,00 para execução de obras como estradas de rodagem, construção de invernadas para animais, piquetes, casas para indígenas, casa de diversão e instalação de água, além da instalação de energia elétrica, com uma previsão de custo de Cr$ 102.000,00. Alan Cardec considerava medidas indispensáveis para o funcionamento do PI Apucarana na nova localidade, após a reestruturação do território indígena, em virtude do Acordo de 1949.

No que tange a proposta da energia elétrica, Alan Cardec descreveu as instalações que receberiam eletricidade na sede do PI Apucarana, listando também todos os equipamentos necessários, inclusive a mão de obra e o valor total para fornecimento de energia elétrica ao Posto. Além disso, o encarregado informou a distância entre a sede do Posto e a Usina do Apucaraninha: 800 metros, que seria a extensão da rede elétrica.

Ao mesmo tempo que negociava com a EELSA o fornecimento de energia elétrica, o órgão indigenista continuava o diálogo com o Governo do Paraná em relação ao Acordo de 1949. Embora solicitasse a revogação ou pelo menos a revisão do Acordo, o SPI cobrava a cláusula em que o Estado era obrigado a fazer construções nos PIs, como demonstra o Ofício nº 414, de 4 de novembro de 1952, enviado pela IR7 à Fundação Paranaense de Colonização e Imigração.

> Conforme o acordo firmado entre o Serviço de Proteção aos Índios e o Governo do Estado do Paraná, ficou este obrigado a construir nas áreas indígenas abrangidas pelo supra-citado acordo, ficando o SPI, com direito de apresentar a relação das respectivas obras (SPI, 04/11/1952, Filme 73, Fotograma 1812).

Após um período de intenso diálogo com o Governo Bento Munhoz, finalmente, chegou-se ao consenso em relação às áreas indígenas reestruturadas pelo Acordo de 1949. O Telegrama nº 55, de 20 de maio de 1954, enviado pela IR7 para a Diretoria do SPI, apresentou detalhes dessa negociação.

> Tenho grata satisfação comunicar que em data de hontem Excelentissimo Senhor Governador do Estado Paraná, homologou processo doação area de vinte e sete mil e quinze hectares de terras, favoravel SPI Postos Apucarana, Ivaí, Queimadas, Mangueirinha, Rio das Cobras e Faxinal, deste Estado, reivindicação superior ao acordo firmado entre Ministério Agricultura e Governo Paraná ano mil novecentos e quarenta e nove, por cujo acordo Serviço receberia somente vinte e três mil seiscentos e trinta hectares, somando com a doação atual uma area de cincoenta mil seiscentos e quarenta e cinco hectares favor SPI. Resta somente assinatura escrituras definitivas as quais estão sendo providenciadas. Não posso deixar de louvar espírito público

> Senhor Governador Estado Doutor Bento Munhoz da Rocha Neto e Djalma Rocha Alchueyr, Presidente Fundação Paranaense Colonização e Imigração, os quais tudo fizeram fim ser reconhecido direitos indios aludidos Postos (SPI, 20/05/1954, Filme 70, Fotograma 630).

Dessa forma, a relação aparentemente amistosa do SPI com o Governo Bento Munhoz garantiu provisoriamente áreas maiores aos seis PIs envolvidos no Acordo de 1949. Em relação ao PI Apucarana, a IR7 desejava assegurar os 11.100 hectares conforme já exposto. Entretanto, alguns incidentes estremeceram a relação amistosa entre o órgão indigenista e o Governo do Paraná. A Correspondência da Fundação Paranaense de Colonização e Imigração à Diretoria do SPI, em 3 de novembro de 1955, exemplifica um desses incidentes.

> Tem chegado ao conhecimento desta Presidência que o SPI vem procedendo derrubadas de pinheiros em lotes da Colônia Apucaraninha de propriedade desta Fundação, sob a invocação de contrato existentes entre as duas instituições, como ocorre, entre outros com o lote nº 467 da Gleba nº 3 compromissado ao senhor Ermiro Lemes. Como efetivamente não existe nenhum contrato de vendas de pinheiros desta Fundação para o SPI, é o presente para solicitar as urgentes providências de V. Exa., no sentido de mandar suspender imediatamente o corte de pinheiros naquela Colônia (SPI, 03/11/1955, Filme 73, Fotograma 1905).

Destarte, os limites territoriais e as atividades em andamento provocavam desentendimentos entre os representantes do Governo do Paraná e os agentes do SPI, bem como das madeireiras, colonos, intrusos e também os indígenas ali presentes. A resposta da IR7, ao questionamento acima, ocorreu pelo Ofício nº 262, em 5 de novembro de 1955.

> Não existe qualquer contrato de venda de pinheiros da FPCI ao SPI, mas sim que conforme acordo entre este Serviço e esta Repartição tocou a este, naquela região, uma área de 12.100 ha. para a instalação do Posto Indígena Apucarana, área essa que seria medida e demarcada pela Fundação (SPI, 05/11/1955, Filme 73, Fotograma 1907).

O inspetor da IR7, Dival José de Souza, citou a demora na medição e demarcação das terras destinadas aos índios, após o acordo entre o SPI e FPCI, onde seria instalada a sede do PI Apucarana, conforme gleba escolhida pelo órgão indigenista, "[...] abrangendo, ainda, a mesma área, os índios ali residentes, para posteriormente, então, ser objeto de um levantamento exato" (SPI, 05/11/1955, Filme 73, Fotograma 1907). Durante o período, foi firmado um acordo com a serraria Moacyr Vianna & Cia Ltda para a exploração de pinheiros na área escolhida

pelo SPI. Entretanto, com os acertos nas divisas da área pertencente ao Posto, alguns pinheiros ficaram de fora, mas já estavam comprometidos com a empresa citada.

> Nestas condições, acredita esta chefia que face aos presentes esclarecimentos, manterá esta presidência o critério anteriormente adotado, levando ao conhecimento dos compradores de lotes a necessidade de serem respeitados todos os pinheiros marcados pelo SPI, muito embora ditos lotes não integrem mais a área do PI de Apucarana, agora já delimitada em definitivo (SPI, 05/11/1955, Filme 73, Fotograma 1908).

Com o retorno de Moisés Lupion ao Governo do Paraná, no início de 1956, as negociações referentes ao Acordo de 1949 foram encerradas, retornando às suas determinações iniciais. Em 21 de fevereiro de 1956, a FPCI enviou uma Correspondência a IR7, com o seguinte comunicado:

> Pelo presente solicito que Vossa Senhoria indique um representante do Serviço de Proteção aos Índios para acompanhar e indicar aos funcionários desta Fundação o local, na Colônia Apucaraninha, em que deverá ser demarcada a área de 6.300 hectares constitutiva de reserva indígena, conforme Acordo assinado com o Estado do Paraná (SPI, 21/02/1956, Filme 73, Fotograma 1910).

Dessa forma, a área de 11.100 hectares, para o PI Apucarana, acertada com o governo anterior, já não era mais cogitada pelos comandados de Lupion. Além disso, a FPCI cobrou a IR7 pela não execução da retirada dos intrusos na área indígena do Apucarana, conforme cláusula do Acordo de 1949. O Ofício nº 265, de 11 de outubro de 1956, enviado pela IR7 à FPCI, respondeu esse questionamento da seguinte forma:

> Quanto à ocorrência no mesmo mencionada, relativa á infiltração de intrusos na área do PI Apucarana, esclareço a V. S.a que tal fato não é, propriamente, o que está sucedendo, pois, um dos maiores cuidados de todos os responsáveis pelas unidades componentes do SPI, é justamente, o de evitar o intrusamento das respectivas áreas. Sucede sim que a gleba do PI apucarana, entregue a este serviço como resultante do Acordo a propósito firmado com este Estado, já tinha em seu meio alguns intrusos, gente de poucos recursos e que dado a isso, não foram dela alijados por uma medida de caráter social e humano, apesar do supracitado Acordo estipular a entrega da área livre e desembaraçada dos mesmos (SPI, 11/10/1956, Filme 73, Fotograma 1922).

As divergências, as contradições e os litígios permaneceriam constantes na área destinada ao PI Apucarana, bem como no seu entorno, sobretudo, nas terras outrora reservadas aos indígenas. As fronteiras do novo território demorariam para ser fixadas, com intensa

resistência dos índios, que habitavam seus tradicionais Toldos nas mais diferentes localidades daquela região, como será abordado no próximo capítulo.[96]

Retomando a questão da eletricidade na sede do PI Apucarana, foi nesse clima de tensão pela definição dos limites da área, que, embora considerada de alto custo, se aprovou a instalação de energia elétrica na sede do Posto, com aval da chefia da IR7 e da Diretoria do SPI, conforme demonstra o Recibo dos Serviços para o fornecimento de eletricidade e aquisição dos materiais elétricos, datado em 31 de dezembro de 1954.

> Recebi do Snr. Alan Cardec Martins Pedroza, Encarregado do Posto Indigena Apucarana, do Serviço de Proteção aos Indios, Ministério da Agricultura, a importância supra de oitenta e cinco mil cruzeiros (Cr$ 85.000,00) proveniente das instalações elétricas nas dependências do referido Posto, assim descriminadas. Em duas casas de trabalhadores, casa de Administração, casa Escolar, Enfermaria, Estabulos, galpão, Garage, páteo e demais pequenas benfeitorias, inclusive aquisição de um transformador de 15 KVA, com para-raios, segurança fuziveis, fios, bocais, chaves, roldanas, rosetas, isoladores, pinos, lâmpadas e postes farquejados, com as dimensões de 8x8 polegadas de grossura, e 9 metros de comprimento, bem como, extensão de uma linha trifásica com 850 mts. ligando a sede do Posto à Uzina Eletrica, com 11.000 voltes, com chaves de inicio e fim de ramal, de 12.000 voltes, 3 fases, mais uma rede de baixa tensão, 4 fios, com 180 mts. Para clareza passe o presente recibo em cinco vias, para um só efeito, sendo a primeira devidamente selada (SPI, 31/12/1954, Filme 73, Fotograma 1886).

Houve uma certa demora, pois foram mais de dois anos entre o projeto apresentado pelo encarregado do PI Apucarana, até a finalização das obras para o fornecimento de energia elétrica às instalações da nova sede, descritas no Recibo, que ainda cita a construção da rede de alta tensão de 850 metros de comprimento, ligando a usina à sede do Posto. No verso do Recibo, há o atestado de prestação de conta, assinado por Dival José de Souza, inspetor da IR7, em Curitiba (SPI, 31/12/1954, Filme 73, Fotograma 1887).

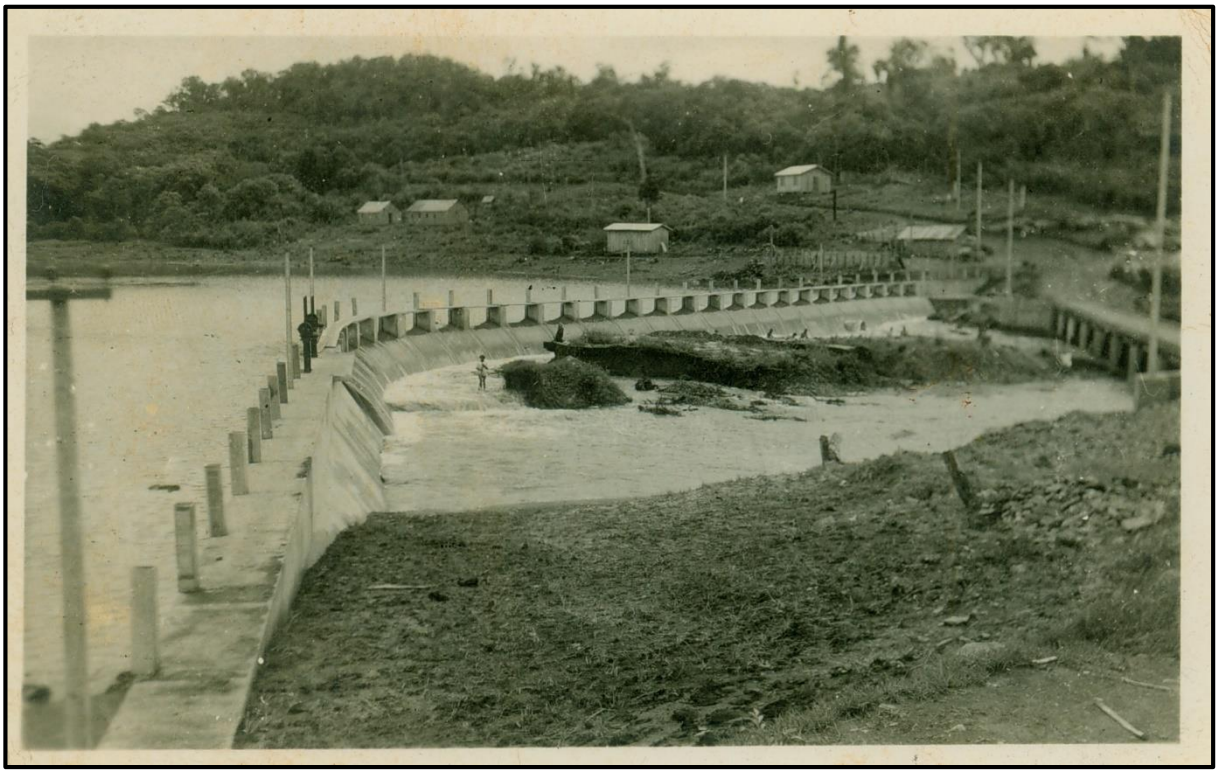
Outra solicitação constante no projeto apresentado por Alan Cardec, em outubro de 1952, tratava-se das estradas no interior da área indígena. Uma dessas estradas era a que ligava a sede do PI com a Usina do Apucaraninha, que passou por obras no momento da formalização do acordo entre a EELSA e o SPI, conforme Recibo assinado por Benedito Ferraz, datado em 4 de outubro de 1954, na localidade de Tamarana, que apresentava os seguintes dizeres:

[96] Pelas regras do Acordo de 1949, a área do PI Apucarana teria 6.300 hectares. Em parte anterior deste texto, demonstrou-se um documento do SPI que aponta esse total em 1967, devidamente medidos e demarcados. Entretanto, atualmente, a Terra Indígena Apucaraninha tem 5.574 hectares, ou seja, no decorrer das últimas décadas, mais de 700 hectares foram espoliados da comunidade indígena local.

> Recebi do Sr. Lourival da Mota Cabral [...] a importância de sete mil e oitocentos cruzeiros (Cr$ 7.800,00) provenientes de meus serviços prestados ao Posto Indígena de Apucarana, referente a reconstrução de um trecho da estrada de rodagem que liga a Séde do supra-citado Posto até a estrada que demanda para a Uzina Elétrica, com serviços de alargamento, desmatação, corte, raspagens e nivelação, n´uma extensão de mil e trezentos (1.300) metros, à razão de seis cruzeiros (Cr$ 6,00) cada metro, perfazendo o total acima de Cr$ 7.800,00. Para clareza, passo o presente recibo em quatro vias, para um só efeito, sendo a primeira via, devidamente selada (SPI, 04/10/1954, Filme 76, Fotograma 1079).

Tais obras nessa estrada de rodagem demonstram a importância da usina para os agentes do órgão indigenista, interessados no fornecimento de energia elétrica para as instalações do PI, como casas, escola, enfermaria, galpões e também suas indústrias, como a citada serraria. Além disso, o interesse nas próprias estruturas físicas, como pontes e estradas, que facilitariam seus deslocamentos até as núcleos urbanos mais próximos. Era preciso estreitar as relações com os representantes da EELSA, presentes no empreendimento hidrelétrico, encurtando distâncias e facilitando o acesso, física e pessoalmente. Outrossim, fica evidente a importância da hidrelétrica para o processo de reestruturação do Território Indígena Apucarana, decorrente do Acordo de 1949, contextualizado por múltiplos sujeitos históricos, com divergências de interesses, movendo as ações e reações dos envolvidos.

Fotografia 8 – Índios Kaingang na barragem da Usina do Apucaraninha



Fonte: Acervo Museu Histórico de Londrina – UEL

Fotografia 9 – Ponte do rio Apucaraninha (próximo à barragem do Fihú)

Fonte: Acervo Museu Histórico de Londrina – UEL

3.3 A celebração do contrato de arrendamento e novas questões entre o órgão indigenista e a empresa de eletricidade

Se por um lado as negociações entre o SPI e o Governo do Paraná, em 1954, ainda não estavam concluídas, quanto ao tamanho da área destinada aos indígenas do Apucarana, por outro, já estava definido que as terras utilizadas pela Usina do Apucaraninha compreendiam parte do território pertencente aos índios, inclusive, com a sede do PI Apucarana presente nas proximidades do empreendimento hidrelétrico. Diante disso, procurou-se agilizar as regras do contrato de arrendamento entre o órgão indigenista e a EELSA.

Com as obras da usina em sua terceira e última fase e com a conclusão da instalação da rede elétrica para o fornecimento de eletricidade à sede do PI Apucarana, finalmente, chegou-se a um consenso entre a EELSA e o SPI, formalizando o Contrato de Arrendamento das terras da área indígena, utilizadas pelo empreendimento hidrelétrico no Salto Apucaraninha. Em 21 de outubro de 1954, Lourival da Mota Cabral enviou o Ofício nº 265 ao diretor do SPI no Rio de Janeiro, José Maria da Gama Malcher, citando o Contrato de Arrendamento, que acabara de ser acordado com a empresa de eletricidade.

> Junto ao presente, remeto-vos, em duas vias, o contrato que será firmado entre o Serviço de Proteção aos Índios e a Empreza Elétrica de Londrina S.A., referente a concessão de uma área de terras onde foi construída a Uzina Elétrica daquela Empreza, inclusive o alagamento, conforme plantas anexas. Nestas condições, solicito-vos, a devida autorização afim de ser assinado o referido contrato, bem como ultimar outros detalhes, concernentes ao mesmo. Valho-me da oportunidade para vos apresentar os meus protestos de alta estima e distinta consideração (SPI, 21/10/1954, Filme 70, Fotograma 653).

Após oito anos do início das obras para a construção da Usina do Apucaraninha, na margem direita do rio homônimo, dentro do território indígena, o acordo foi assinado pela EELSA e SPI. Durante o período, duas turbinas já tinham entrado em operação e a obras para a ampliação e a instalação da terceira turbina estavam quase finalizadas, inclusive com a inundação da área necessária, conforme Ofício citado. Este deixa claro que o Contrato de Arrendamento deveria ser aprovado pela Diretoria do SPI, no Rio de Janeiro, após analisar todos os detalhes e cláusulas constantes no mesmo.

Essa aprovação ocorreu em poucos dias, pois em 6 de novembro de 1954, o Contrato de Arrendamento era devidamente assinado, na cidade de Londrina – PR, pelo gerente da EELSA, Maurício Soares Botellho, e pelo chefe da IR7, Lourival da Mota Cabral, além de duas testemunhas, Rui Barbosa de Castro e Octavio Battini, com o reconhecimento de firma de todas as assinaturas, realizado pelo Tabelião J. C. Rocha, na mesma data em que foi realizado o acordo. Alguns meses depois, especificamente em 11 de fevereiro de 1955, o Contrato de Arrendamento (Quadro 13) era registrado no Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição, do 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, da Comarca de Curitiba, Paraná, com a Certidão nº 29, no Livro B-12, sob nº 14.252, por meio do Serventuário Ruy Ferreira da Luz. Abaixo segue o Contrato de Arrendamento na íntegra, com suas sete cláusulas.

Primeiramente, devido à política indigenista do período na qual o SPI buscava desenvolver a tutela e ações assistencialistas para com os indígenas, estes não tiveram participação enquanto partes do Contrato de Arrendamento, que foi assinado apenas pelo representante do órgão indigenista e da empresa de eletricidade.[97] O enunciado do Contrato deixa claro que além de tratar do arrendamento de uma área de terras, também estava sendo acordado as regras para o fornecimento de energia elétrica para a sede do PI Apucarana.

[97] A política indigenista do período considerava a capacidade civil relativa do índio. Ver mais detalhes em Souza Lima (1992).

Quadro 13 – Contrato de arrendamento entre a EELSA e o SPI (06/11/1954)

Contrato de Arrendamento de uma área de terras e fornecimento de energia elétrica que fazem, de um lado o Serviço de Proteção aos Índios, representado pelo Snr. LOURIVAL DA MOTA CABRAL, brasileiro, maior, casado, Chefe da 7ª Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios – Ministério da Agricultura, e de outro lado a EMPRESA ELÉTRICA LONDRINA S/A., concessionária de serviço público de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, representada pelo seu gerente em Londrina, Snr. MAURÍCIO SOARES BOTELHO, brasileiro, maior, casado, engenheiro.

I – O Serviço de Proteção aos Índios, na qualidade de titular de uma área de terras situadas na margem direita do rio Apucarananinha, no Município de Londrina, Estado do Paraná, área esta, em parte, já ocupada pela Empresa Elétrica de Londrina S/A., em virtude da concessão federal de exploração do serviço público de produção de energia elétrica, no Salto do rio Apucarananinha, objeto do decreto federal nº 20.418, de 17/01/1946, da em arredamento pelo preço certo e ajustado de Três Mil Cruzeiros (Cr$ 3.000,00) mensais a referida Empresa Elétrica de Londrina S/A a área de terras presentemente ocupada com seus serviços, bem como a área de terras necessárias as obras e serviços de represamento do rio Apucarananinha, no local denominado Santo do Fiú, tendo como limite o termino do refluxo das águas provocado pela construção da barragem, no mencionado local, conforme as folhas nºs. 1 e 2 da planta, tendo somente a ressalvar o que consta da folha nº 3 da mesma planta que a divisa será tirada em linha reta da estaca nº 44 até a estaca nº 61, continuando a área compreendida entre as estacas nºs. 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60 e 61, para uso exclusivo dos Serviço de Proteção aos Índios, cuja planta feita em duas vias, assinada por ambas as partes, constitue parte integrante do presente contrato.

II – A Empresa Elétrica de Londrina S/A., por outro lado, se obriga a fornecer para uso exclusivo do Serviço de Proteção aos Índios e seus prepostos, nas terras do Posto Indígena Apucarana, energia elétrica na potência máxima de 120 KVA.

III – O fornecimento será feito na tensão de 11 KV, mediante a tarifa e condições normais existentes para os demais consumidores dessa classe de fornecimento, ficando por conta do Serviço de Proteção aos Índios as despesas de construção da linha necessária, bem como dos transformadores, para-ráios e demais materiais necessários ao fornecimento, ora contratado.

IV – A energia a ser fornecida não poderá ser negociada nem transferida pelo consumidor não podendo também ser utilizada fora da área atual do Serviço de Proteção aos Índios, obedecidas também quanto ao mais as regras e condições existentes para os demais consumidores da fornecedora.

V – Os pagamentos mensais, tanto arrendamento das terras como o do consumo de energia, deverão ser efetuados, nos dez dias seguintes ao mês vencido, na sede da Empresa Elétrica de Londrina S/A. na cidade de Londrina, fazendo-se o encontro de contas, mediante compensação, fornecendo as partes contratantes, uma à outra, recibos assinados por pessoas devidamente credenciadas para isso.

VI – O prazo da duração do presente contrato é o da duração da concessão federal outorgada a Empresa Elétrica de Londrina S/A., prorrogando-se concomitantemente com a mesma.

VII – O presente contrato foi lavrado por estarem as partes justas e acordadas no acima estipulado, pelo que foi este lavrado em duas vias, devidamente assinadas, pelos contratantes e pelas testemunhas abaixo.

O presente contrato está isento do imposto do sêlo, em virtude do disposto no artigo 1º, do decreto lei nº 2.281, de 5 de junho de 1940. Londrina, 6 de novembro de 1954.

Empresa Elétrica de Londrina S/A – Mauricio Soares Botelho (gerente)

Lourival da Mota Cabral

Testemunhas: Rui Barbosa de Castro e Octavio Battini

Fonte: SPI, 11/02/1955, Fl. 18-19.

Em sua Cláusula I, o Contrato definiu o valor mensal – Cr$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) – a ser pago pela EELSA ao SPI, a partir da data de assinatura do acordo, pelas terras que já estavam ocupadas pela empresa, desde o início das obras da hidrelétrica, em 1946, e por aquela área que ainda seria ocupada até finalizar as obras da barragem para o represamento das águas na terceira etapa da usina, que estava em andamento (Barragem do Fihú).

Fotografia 10 – Obras de construção da represa do Fihú no rio Apucaraninha

Fonte: Acervo Museu Histórico de Londrina – UEL

Fotografia 11 – Construção da barragem do Fihú

Fonte: Acervo Museu Histórico de Londrina – UEL

Nota-se ainda, na Cláusula I, que não se firmou um acordo retroativo sobre a utilização das terras na margem direita do rio Apucaraninha, em território indígena, há mais de oito anos com obras para a construção e a instalação do empreendimento hidrelétrico. A ênfase ao Decreto Federal nº 20.418, de 17 de janeiro de 1946, que transferiu a exploração hidráulica do Salto Apucaraninha à EELSA, reforça o interesse desta empresa em definir a área utilizada como de utilidade pública, para exploração do serviço de produção de eletricidade, conforme legislação do setor elétrico naquele instante, isentando-se de pagamentos de arrendamentos ao SPI. Como é dito no contrato, a EELSA já ocupava uma área de terras devido à concessão federal, ou seja, não havia o que questionar sobre valores retroativos.

Outra observação em relação a esta Cláusula I é a não delimitação da área arrendada em hectares ou alqueires. O contrato cita apenas a planta da área, inclusive com uma parte no seu interior, que ficaria para uso do SPI, onde estava instalada a serraria citada anteriormente. Define também uma fronteira seca, demarcada com estacas, mas sem citar qual era o tamanho da área.

A Cláusula II abordou a contrapartida da EELSA, que além dos Cr$ 3.000,00 mensais, deveria fornecer energia elétrica ao PI Apucarana, em potência máxima de 120 KVA. Entretanto, conforme Cláusula III, o órgão indigenista deveria pagar por esse fornecimento, seguindo as condições tarifárias e classes de consumo, estabelecidas pela legislação do setor elétrico vigente no período e estabelecida pela EELSA. Além de pagar pelo fornecimento, o SPI tinha que providenciar, por conta própria, a construção da rede elétrica e todos os equipamentos necessários para receber a eletricidade. Ações, contudo, que o órgão indigenista já estava providenciando, conforme já demonstrado.

O Contrato de Arrendamento estabeleceu ainda, em sua cláusula IV, que a energia elétrica fornecida ao PI Apucarana não poderia ser repassada a outros consumidores, nem ser utilizada fora da área pertencente aos indígenas. Além disso, era necessário seguir as regras e normas de fornecimento igualmente aos demais consumidores, estipuladas pela concessionária.

A Cláusula V tratou das regras para o pagamento, tanto do valor do arrendamento, quanto do fornecimento de energia elétrica, definindo que todo dia 10 de cada mês, no escritório da EELSA, em Londrina, seria realizado o encontro de contas, com emissão e assinatura de recibos pelas duas partes. Como será demonstrado, o valor do arrendamento pago pela concessionária era sempre equivalente ao valor pago pelo órgão indigenista, ou seja, Cr$ 3.000,00, como se não houvesse uma medição da energia elétrica efetivamente consumida, mas simplesmente um acordo entre as partes, que nem repassava entre si o valor em espécie, já que

nos balancetes de prestação de contas do PI Apucarana, os três mil cruzeiros que entravam como arrendamento, saíam como pagamento à EELSA.

Outro ponto importante do Contrato de Arrendamento era a sua duração, que corresponderia ao prazo de concessão do governo federal, presente no Decreto nº 20.418, de 1946, que estabelecia um prazo de 30 anos para a concessionária explorar os serviços de produção de energia elétrica, ou seja, a validade do contrato entre EELSA e SPI seria até o ano de 1976. Contudo, definia que caso ocorresse a prorrogação da concessão, se daria também a prorrogação do Contrato de Arrendamento, conforme sua Cláusula VI.

Por último, conforme Cláusula VII, reafirmou-se o acordo entre as partes e suas assinaturas. Importante relembrar que não houve a participação de nenhum representante indígena, mas apenas do órgão indigenista, considerado o regime tutelar da política indigenista do período.

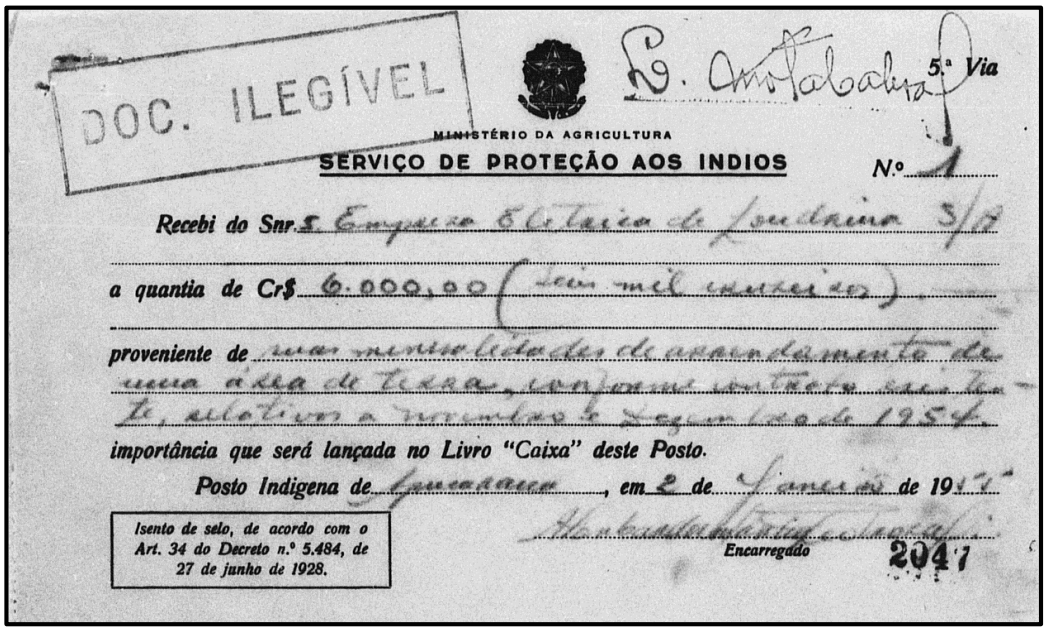
3.3.1 As prestações de contas do PI Apucarana e o fornecimento de energia elétrica ao Posto

Após a celebração do acordo e assinatura do Contrato de Arrendamento entre a EELSA e o SPI, iniciava-se os trâmites para os acertos financeiros mensais estabelecidos. O primeiro Recibo emitido pelo PI Apucarana, data de 2 de janeiro de 1955, praticamente dois meses após a assinatura do Contrato. Nele consta o pagamento da EELSA, no total de Cr$ 6.000,00, referente ao arrendamento das terras nos meses de novembro e dezembro de 1954. O Recibo, conforme Imagem 16, era assinado pelo encarregado do PI Apucarana, Alan Cardec.

A partir desse primeiro recibo, todo final de mês era emitido um novo, com o valor mensal de Cr$ 3.000,00, como o exemplo da Imagem 17, assinado em 30 de janeiro de 1955.

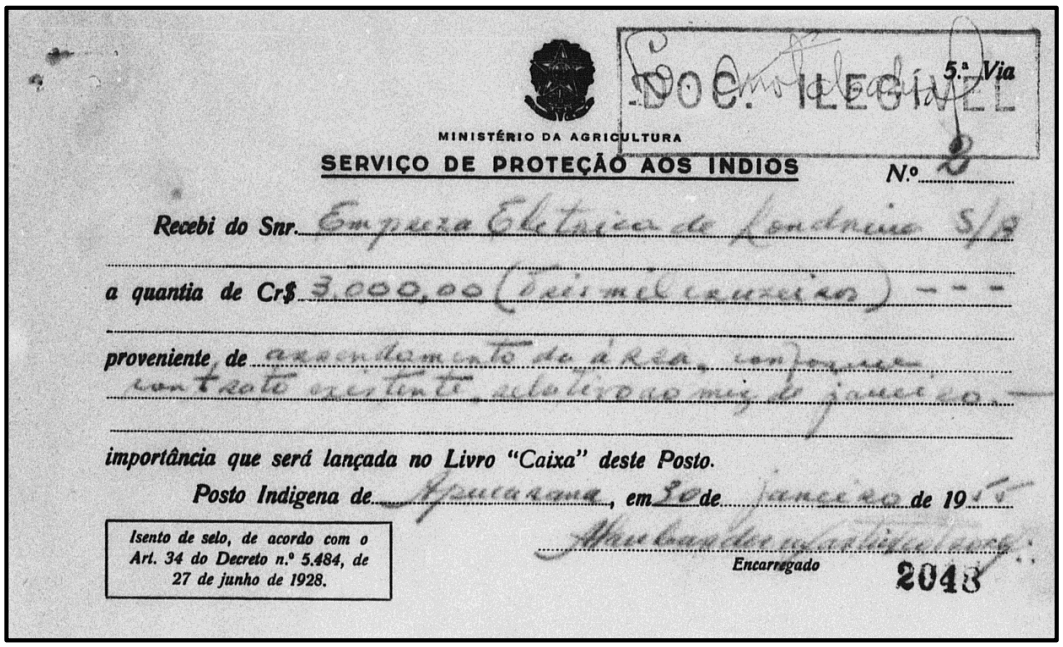
Semestralmente, o encarregado do PI Apucarana emitia a prestação de contas com as receitas e as despesas do período. Como já mencionado, as prestações de contas do PI Apucarana evidencia um acordo entre o órgão indigenista e a EELSA, pois os valores de entrada e de saída, referentes ao arrendamento das terras e ao fornecimento de energia elétrica, eram os mesmos. A exceção encontra-se na prestação de contas do primeiro semestre de 1955, emitida por Alan Cardec, em 30 de junho de 1955, conforme Imagem 18.

Imagem 16 – Recibo de pagamento da EELSA assinado por Alan Cardec em 02/01/1955



Fonte: SPI, 02/01/1955, Filme 48, Fotograma 1896.

Imagem 17 – Recibo de pagamento da EELSA assinado por Alan Cardec em 30/01/1955

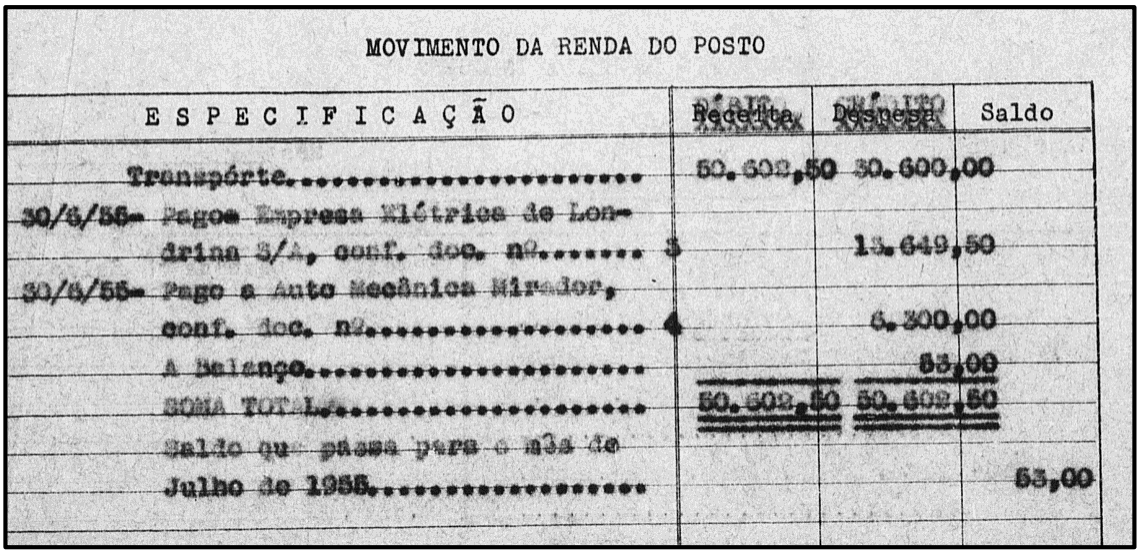


Fonte: SPI, 30/01/1955, Filme 48, Fotograma 1896.

O denominado Movimento da Renda Indígena do primeiro semestre de 1955 demonstra sete pagamentos da EELSA, sendo seis de Cr$ 3.000,00 (janeiro a junho de 1955) e um de Cr$ 6.000,00 (novembro a dezembro de 1954), somando um total de Cr$ 24.000,00, referente ao arrendamento das terras nesse período de oito meses. Entretanto, o valor pago pelo SPI à EELSA, devido ao fornecimento de energia elétrica, nesse mesmo período, foi de Cr$

13.649,50. Esta informação está presente tanto no Movimento da Renda Indígena, quanto nos Recibos assinados pelo gerente da EELSA, em Londrina, Fernando de Barros Pinto.

Imagem 18 – Movimento da renda indígena: primeiro semestre de 1955 (parte I)



MOVIMENTO DA RENDA DO POSTO

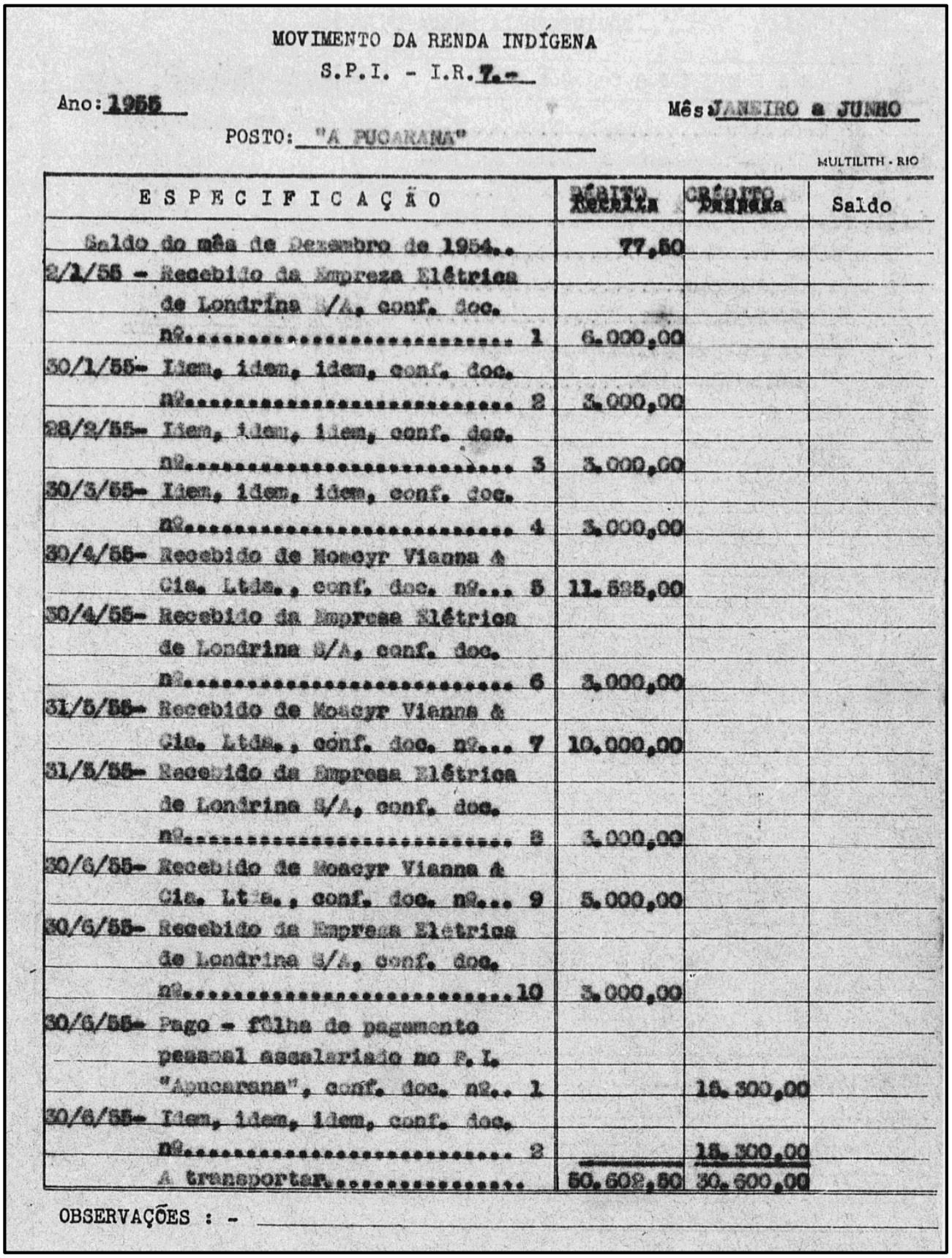
ESPECIFICAÇÃO	Receita	Despesa	Saldo
Transporte.....	50.602,50	30.600,00	
30/6/55- Pagos Empresa Elétrica de Londrina S/A, conf. doc. nº..... 3		13.649,50	
30/6/55- Pago a Auto Mecânica Mirador, conf. doc. nº..... 4		6.300,00	
A Balanço.....		53,00	
SOMA TOTAL.....	50.602,50	50.602,50	
Saldo que passa para o mês de Julho de 1955.....			53,00

Fonte: SPI, 30/06/1955, Filme 48, Fotograma 1895.

A análise dessa prestação de contas permite afirmar que, em comparação com a receita proveniente do Contrato de Arrendamento com a EELSA, o PI Apucarana recebeu Cr$ 10.350,50 a mais do que pagou pelo consumo de energia elétrica entre novembro de 1954 a junho de 1955. Como demonstrado nas próximas prestações de contas, esse período foi o único que apresentou essa distinção de valores, pois em todas as demais, as entradas, referentes ao Contrato de Arrendamento das terras pela EELSA, se equivaleriam às saídas oriundas do pagamento do SPI pelo consumo de eletricidade.

Uma possibilidade foi a não conexão da rede elétrica, construída pelo órgão indigenista, ao sistema elétrico da concessionária, constante na Usina do Apucaraninha, no momento da celebração do Contrato de Arrendamento. Pode ser que o fornecimento tenha se estabelecido apenas no decorrer do semestre em questão e a cobrança ter sido proporcional, embora no Recibo esteja claro que o valor pago corresponderia ao período de novembro de 1954 a junho de 1955.

Imagem 19 – Movimento da renda indígena: primeiro semestre de 1955 (parte II)



MOVIMENTO DA RENDA INDÍGENA

S.P.I. - I.R. 7.-

Ano: 1955 Mês JANEIRO a JUNHO

POSTO: "A PUCARANA"

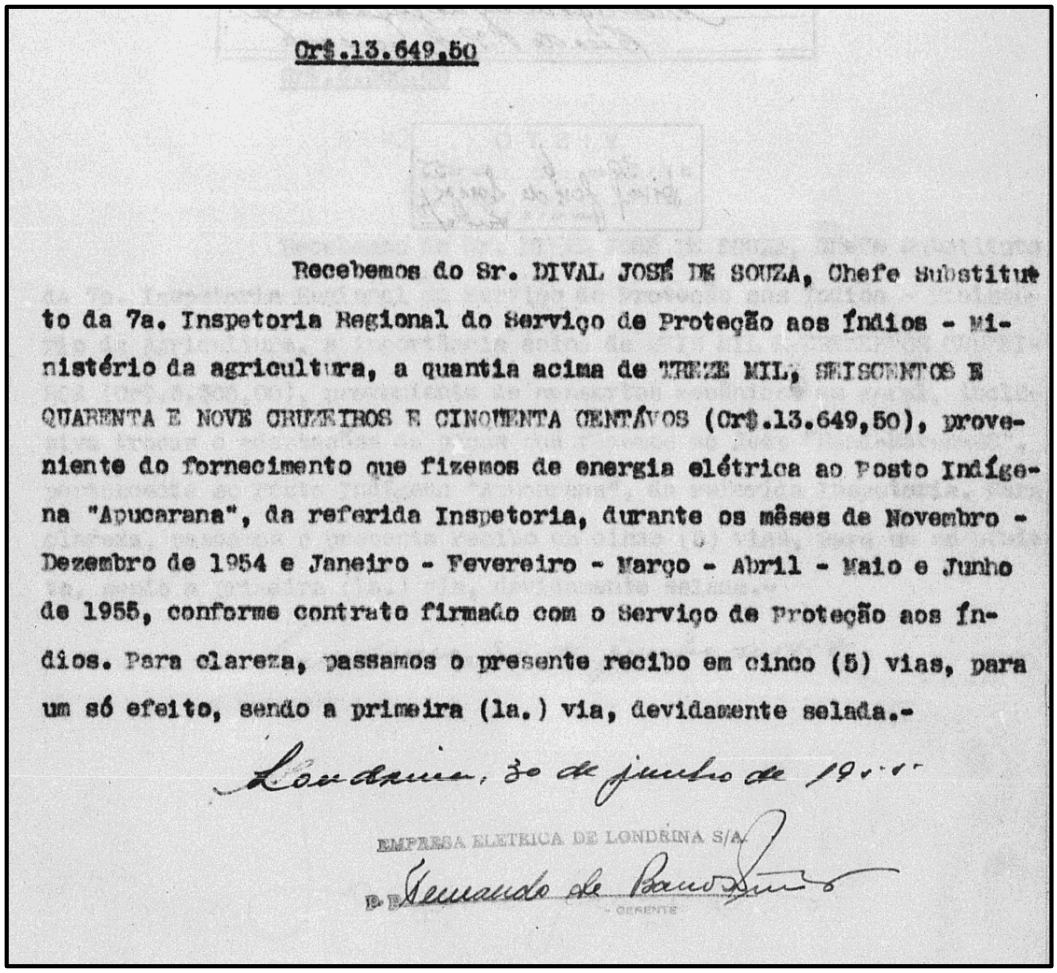
MULTILITH - RIO

ESPECIFICAÇÃO	DÉBITO Receita	CRÉDITO Despesa	Saldo
Saldo do mês de Dezembro de 1954..	77,50		
2/1/55 - Recebido da Empreza Elétrica de Londrina S/A, conf. doc. nº..... 1	6.000,00		
30/1/55- Idem, idem, idem, conf. doc. nº..... 2	3.000,00		
28/2/55- Idem, idem, idem, conf. doc. nº..... 3	3.000,00		
30/3/55- Idem, idem, idem, conf. doc. nº..... 4	3.000,00		
30/4/55- Recebido de Moacyr Vianna & Cia. Ltda., conf. doc. nº... 5	11.585,00		
30/4/55- Recebido da Empresa Elétrica de Londrina S/A, conf. doc. nº..... 6	3.000,00		
31/5/55- Recebido de Moacyr Vianna & Cia. Ltda., conf. doc. nº... 7	10.000,00		
31/5/55- Recebido da Empresa Elétrica de Londrina S/A, conf. doc. nº..... 8	3.000,00		
30/6/55- Recebido de Moacyr Vianna & Cia. Ltda., conf. doc. nº... 9	5.000,00		
30/6/55- Recebido da Empresa Elétrica de Londrina S/A, conf. doc. nº.....10	3.000,00		
30/6/55- Pago - fôlha de pagamento pessoal assalariado no P.I. "Apucarana", conf. doc. nº.. 1		16.300,00	
30/6/55- Idem, idem, idem, conf. doc. nº..... 2		15.300,00	
A transportar.....	50.662,50	30.600,00	

OBSERVAÇÕES : -

Fonte: SPI, 30/06/1955, Filme 48, Fotograma 1894.

Imagem 20 – Recibo de pagamento do SPI datado em 30/06/1955



Cr$.13.649,50

Recebemos do Sr. DIVAL JOSÉ DE SOUZA, Chefe Substituto da 7a. Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios - Ministério da agricultura, a quantia acima de TREZE MIL, SEISCENTOS E QUARENTA E NOVE CRUZEIROS E CINQUENTA CENTÁVOS (Cr$.13.649,50), proveniente do fornecimento que fizemos de energia elétrica ao Posto Indígena "Apucarana", da referida Inspetoria, durante os mêses de Novembro - Dezembro de 1954 e Janeiro - Fevereiro - Março - Abril - Maio e Junho de 1955, conforme contrato firmado com o Serviço de Proteção aos Índios. Para clareza, passamos o presente recibo em cinco (5) vias, para um só efeito, sendo a primeira (1a.) via, devidamente selada.-

Londrina, 30 de junho de 19..

EMPRESA ELETRICA DE LONDRINA S/A.

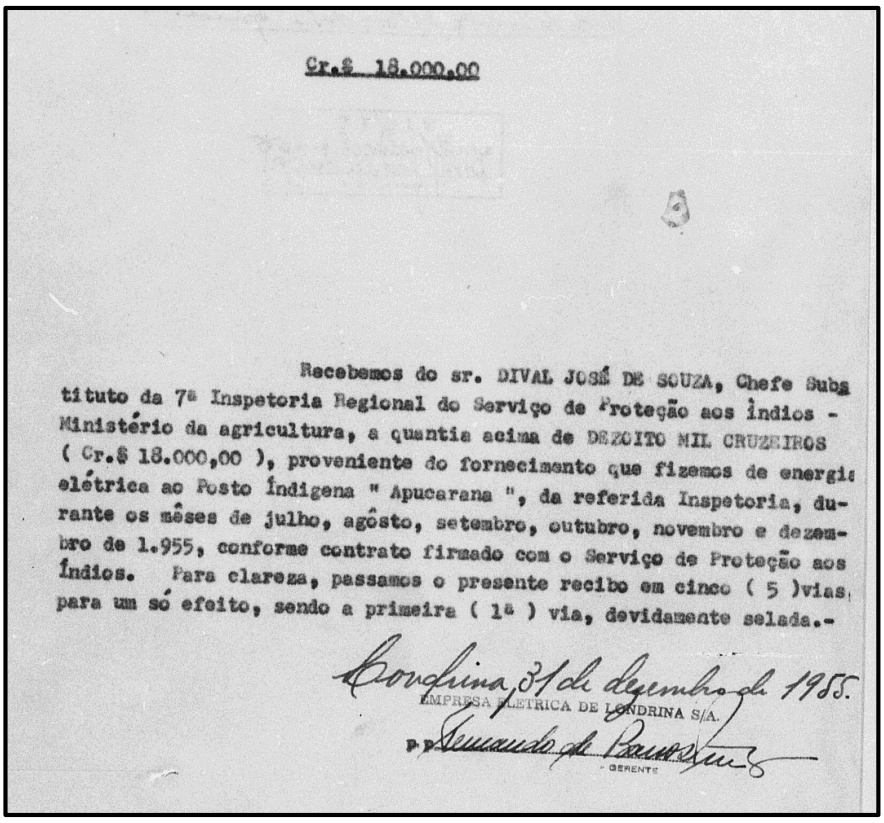
P. Fernando de Barros Pinto

GERENTE

Fonte: SPI, 30/06/1955, Filme 48, Fotograma 1905.

Cumprindo com as determinações da IR7, o encarregado do PI Apucarana, Alan Cardec, emitiu novo Movimento da Renda Indígena, em 31 de dezembro de 1955, referente ao segundo semestre daquele ano. Todo último dia de cada mês do período tem o lançamento do pagamento da EELSA de Cr$ 3.000,00, referente ao arrendamento das terras para a Usina do Apucaraninha, totalizando Cr$ 18.000,00 (SPI, 31/12/1955, Filme 48, Fotograma 1910-1911). Exatamente o valor pago à concessionária pelo fornecimento de energia elétrica no semestre, conforme Recibo datado em 31 de dezembro de 1955, assinado novamente pelo gerente da EELSA, Fernando de Barros Pinto.

Imagem 21 – Recibo de pagamento do SPI datado em 31/12/1955



Cr.$ 18.000,00

Recebemos do sr. DIVAL JOSÉ DE SOUZA, Chefe Substituto da 7ª Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios - Ministério da agricultura, a quantia acima de DEZOITO MIL CRUZEIROS (Cr.$ 18.000,00), proveniente do fornecimento que fizemos de energia elétrica ao Posto Índigena " Apucarana ", da referida Inspetoria, durante os mêses de julho, agôsto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 1.955, conforme contrato firmado com o Serviço de Proteção aos Índios. Para clareza, passamos o presente recibo em cinco (5)vias, para um só efeito, sendo a primeira (1ª) via, devidamente selada.-

Londrina, 31 de dezembro de 1955.

EMPRESA ELETRICA DE LONDRINA S/A.

p.p. Rui Barbosa de Castro

GERENTE

Fonte: SPI, 31/12/1955, Filme 48, Fotograma 1932.

Durante o ano de 1956, continuaram as prestações de contas. Contudo, a primeira somente ocorreu em 30 de setembro daquele ano, quando Alan Cardec preencheu o Movimento da Renda Indígena do PI Apucarana, referente aos nove primeiros meses. Novamente, todo último dia de cada mês havia o lançamento dos Cr$ 3.000,00 pagos pela EELSA relacionado às terras utilizadas pela Usina do Apucaraninha, totalizando Cr$ 27.000,00. Esse mesmo valor foi registrado como despesa, em virtude do consumo de energia elétrica, pago à empresa de eletricidade, referente ao período de janeiro a setembro de 1956 (SPI, 30/09/1956, Filme 48, Fotograma 1980-1981). O Recibo, datado em 29 de setembro de 1956, assinado por Rui Barbosa de Castro, empregado da EELSA, no escritório em Londrina, comprova esse pagamento (SPI, 29/09/1956, Filme 73, Fotograma 1920). Ao final do ano, em 31 de dezembro, Alan Cardec concluiu a prestação de contas de 1956, citando as entradas dos Cr$ 3.000,00, referente ao arrendamento das terras pela EELSA, nos meses de outubro, novembro e dezembro de 1956 e no mesmo dia foi emitido o recibo de pagamento à EELSA de Cr$ 9.000,00, referente ao consumo de energia elétrica no PI Apucarana (SPI, 31/12/1956, Filme 73, Fotograma 1927).

E assim continuaram os acertos entre o órgão indigenista e a empresa de energia elétrica, expostos de forma sucinta na Tabela 8.

Tabela 8 – Prestações de contas entre a EELSA e o PI Apucarana (1957-1967)

Ano	Mês	Valor pago pela EELSA	Valor pago pela SPI	Fonte
1957	Jan-Jun	Cr$ 18.000,00	Cr$ 18.000,00	SPI, 30/06/1957, Filme 49, Fotogramas 92-93
1957	Jul-Set	Cr$ 9.000,00	Cr$ 9.000,00	SPI, 30/09/1957, Filme 49, Fotogramas 94-95
1957	Out-Dez	Cr$ 9.000,00	Cr$ 9.000,00	SPI, 31/12/1957, Filme 49, Fotogramas 96-97
1958	Jan-Jun	Cr$ 18.000,00	Cr$ 18.000,00	SPI, 30/06/1958, Filme 49, Fotogramas 240-241
1958	Jul-Nov	Cr$ 15.000,00	Cr$ 15.000,00	SPI, 30/11/1958, Filme 49, Fotogramas 274-297
1958	Dez	Cr$ 3.000,00	Cr$ 3.000,00	SPI, 31/12/1958, Filme 49, Fotogramas 373-374
1959	Jan	Cr$ 3.000,00	Cr$ 3.000,00	SPI, 31/01/1959, Filme 49, Fotogramas 383-384
1959	Fev-Set	Cr$ 24.000,00	Cr$ 24.000,00	SPI, 30/09/1959, Filme 49, Fotogramas 352-353
1959	Out-Dez	Cr$ 9.000,00	Cr$ 9.000,00	SPI, 31/12/1959, Filme 71, Fotogramas 1574-1575
1960	Jan-Jun	Cr$ 18.000,00	Cr$ 18.000,00	SPI, 30/06/1960, Filme 71, Fotogramas 1580-1584
1960	Jul-Ago	Cr$ 6.000,00	Cr$ 6.000,00	SPI, 31/08/1960, Filme 71, Fotogramas 1586-1590
1960	Set-Dez	Cr$ 12.000,00	Cr$ 12.000,00	SPI, 31/12/1960, Filme 71, Fotogramas 1597-1601
1961	Jan-Abr	Cr$ 12.000,00	Cr$ 12.000,00	SPI, 30/04/1961, Filme 71, Fotogramas 1603-1604
1961	Mai-Jul	Cr$ 9.000,00	Cr$ 9.000,00	SPI, 31/07/1961, Filme 71, Fotogramas 1614-1615
1961	Ago-Nov	Cr$ 12.000,00	Cr$ 12.000,00	SPI, 30/11/1961, Filme 71, Fotogramas 1620-1621
1961	Dez	Cr$ 3.000,00	Cr$ 3.000,00	SPI, 31/12/1961, Filme 71, Fotogramas 1626-1627
1962	Jan-Dez	Cr$ 36.000,00	Cr$ 36.000,00	SPI, 1962, Filme 71, Fotogramas 1632-1685
1963	Jan-Dez	Cr$ 36.000,00	Cr$ 36.000,00	SPI, 1963, Filme 68, Fotogramas 2112-2126
1964	Jan-Dez	Cr$ 36.000,00	Cr$ 36.000,00	SPI, 1964, Filme 68, Fotogramas 2199-2223
1965	Jan-Dez	Cr$ 36.000,00	Cr$ 36.000,00	SPI, 1965, Filme 68, Fotogramas 2330-2361
1966	Jan-Jun	Cr$ 18.000,00	Cr$ 18.000,00	SPI, 30/06/1966, Filme 69, Fotogramas 110-143
1966	Jul-Dez	NCr$ 18,00	NCr$ 18,00	SPI, 31/12/1966, Filme 69, Fotogramas 268-269
1967	Jan-Jun	NCr$ 18,00	NCr$ 18,00	SPI, 30/06/1967, Filme 69, Fotogramas 270-271
1967	Jul-Dez	NCr$ 18,00	NCr$ 18,00	SPI, 31/12/1967, Filme 69, Fotograma 272; Filme 71, Fotograma 1722

Fonte: Elaborada pelo autor após análise da documentação do SPI.

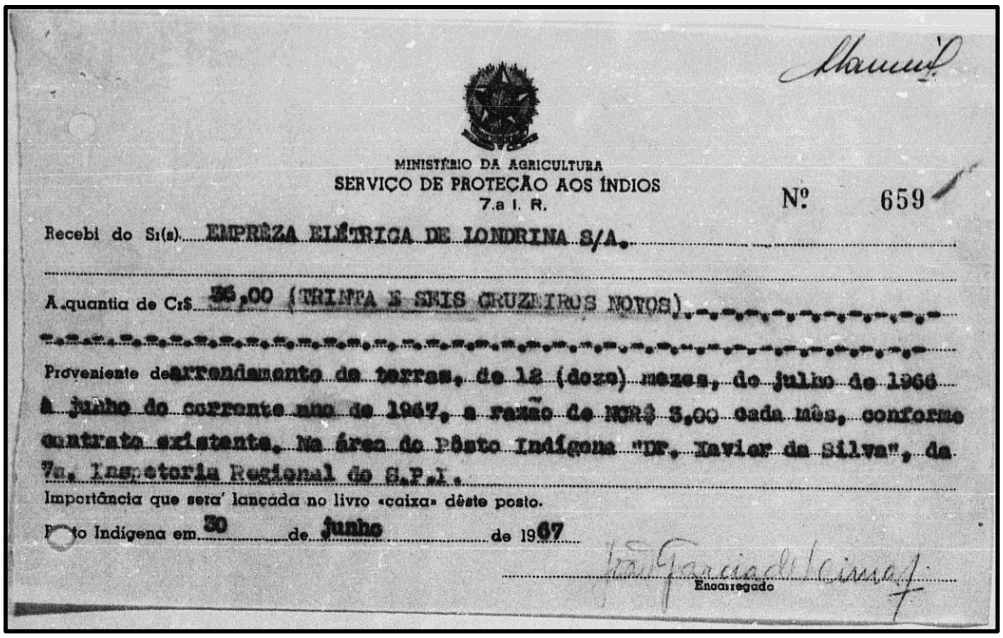
Outrossim, visivelmente não se cumpria uma das cláusulas do Contrato de Arrendamento, pois diversas vezes não ocorria o pagamento mensal, ou o acerto de contas todo mês, acumulando alguns meses, tanto nos pagamentos da EELSA pelas terras arrendadas, quanto nos pagamentos do SPI, pela energia elétrica consumida no PI Apucarana. Os Recibos,

assinados pelas partes, comprovam que ambos os pagamentos entre o órgão indigenista e a empresa de eletricidade não ocorriam de forma mensal.

Exemplificando, em 1964, os recibos emitidos e assinados pelo representante da concessionária e pelo recém nomeado encarregado do PI Apucarana, João Garcia de Lima, evidenciam um longo período sem a realização do encontro de contas em questão, sendo realizado apenas ao final daquele ano. Em outros anos, isso também acabou ocorrendo. Destaca-se a mudança política no Brasil, após o Golpe de 1964, que promoveu alterações no comando do SPI e consequentemente nos próprios PIs, como foi o caso do PI Apucarana. Como demonstra Souza Lima (1992), era uma forma do governo federal buscar uma visibilidade positiva dos aparelhos de Estado no Brasil, desejando assegurar financiamentos externos, expansão econômica e avanço das fronteiras agrícolas no país.

Como será demonstrado, o órgão indigenista passou a ver com mais detalhes o Contrato de Arrendamento junto a EELSA, buscando levantar informações mais detalhadas, para encaminhar novas negociações. Em 31 de dezembro de 1964, o encarregado do PI Apucarana, João Garcia de Lima, enviou o Ofício nº 3, ao chefe da IR7, em Curitiba, que, entre outras informações, comunicava a emissão da "[...] prestação de contas, referente arrendamento de terras, conforme contrato existente entre o SPI e a Empresa Elétrica de Londrina" (SPI, 31/12/1964, Filme 68, Fotograma 2226).

Imagem 22 – Recibo de pagamento da EELSA (julho/1966 a junho/1967)



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS
7.a I. R.

Nº 659

Recebi do Sr(a) EMPRÊZA ELÉTRICA DE LONDRINA S/A.

A quantia de Cr$ 36,00 (TRINTA E SEIS CRUZEIROS NOVOS).

Proveniente de arrendamento de terras, de 12 (doze) mezes, de julho de 1966 à junho do corrente ano de 1967, a razão de NCR$ 3,00 cada mês, conforme contrato existente, No área do Pôsto Indígena "Dr. Xavier da Silva", da 7a. Inspetoria Regional do S.P.I.

Importância que será lançada no livro «caixa» dêste posto.

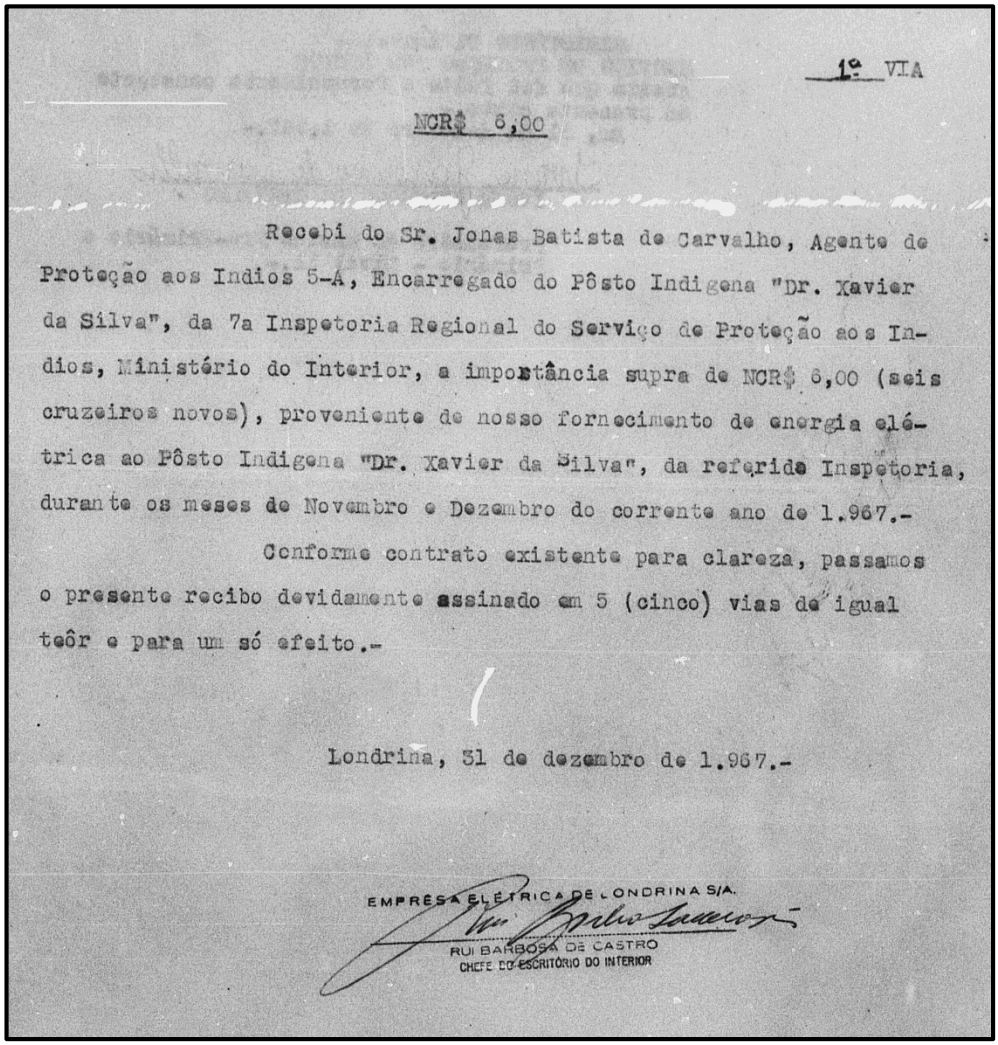
Posto Indígena em 30 de junho de 1967

Encarregado

Fonte: SPI, 30/06/1967, Filme 69, Fotograma 268.

A partir do segundo semestre de 1966, ocorreu uma mudança na moeda, passando a ser o Cruzeiro Novo (NCr$), exemplificado pelo Recibo de Pagamento da EELSA, constante na Imagem 22, referente ao arrendamento de terras pela Usina do Apucaraninha, no período de julho de 1966 a junho de 1967. Apesar das mudanças na estrutura administrativa do órgão indigenista, permanecia inalterado o encontro de contras entre a EELSA e o PI Apucarana, que pagava NCr$ 3,00 mensais a empresa de eletricidade, devido ao fornecimento de energia elétrica a sede do Posto. O Recibo de Pagamento do SPI, datado em 31 de dezembro de 1967 (Imagem 23), assinado pelo chefe de escritório da EELSA, em Londrina, Rui Barbosa de Castro, exemplifica o valor mensal, totalizando NCr$ 6,00, referente aos meses de novembro e dezembro de 1967.

Imagem 23 – Recibo de pagamento do SPI em 31/12/1967



1ª VIA

NCR$ 6,00

Recebi do Sr. Jonas Batista de Carvalho, Agente de Proteção aos Indios 5-A, Encarregado do Pôsto Indigena "Dr. Xavier da Silva", da 7a Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Indios, Ministério do Interior, a importância supra de NCR$ 6,00 (seis cruzeiros novos), proveniente de nosso fornecimento de energia elétrica ao Pôsto Indigena "Dr. Xavier da Silva", da referida Inspetoria, durante os meses de Novembro e Dezembro do corrente ano de 1.967.-

Conforme contrato existente para clareza, passamos o presente recibo devidamente assinado em 5 (cinco) vias de igual teôr e para um só efeito.-

Londrina, 31 de dezembro de 1.967.-

EMPRESA ELÉTRICA DE LONDRINA S/A.

RUI BARBOSA DE CASTRO
CHEFE DO ESCRITÓRIO DO INTERIOR

Fonte: SPI, 31/12/1967, Filme 71, Fotograma 1722.

Da mesma forma, em 31 de dezembro de 1967, a EELSA pagou ao órgão indigenista NCr$ 6,00, referente ao arrendamento das terras pela empresa, nos meses de novembro a dezembro daquele ano, conforme Recibo abaixo, assinado pelo encarregado do PI Apucarana, Jonas Batista de Carvalho. Naquele momento, as mudanças no contexto político nacional, bem como a extinção do SPI e a criação da FUNAI, promoveram alterações na composição do órgão indigenista, destacando a mudança na chefia da IR7, que estava nas mãos de Sebastião Lucena da Silva.[98]

Imagem 24 – Recibo de pagamento da EELSA em 31/12/1967

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS
7.a I. R.

Nº 670

Recebi do Sr(s) EMPRÊSA ELÉTRICA DE LONDRINA S.A.-

A quantia de Cr$ 6,00 (seis cruzeiros novos).-

Proveniente de arrendo de uma area de terras com aproximadamente 50 (cinquenta) alqueires, referente aos meses de novembro e dezembro do corrente ano de 1.967.- Conforme contrato existente.-

Importância que será lançada no livro «caixa» dêste posto.

Pôsto Indígena em 31 de dezembro de 1967

Jonas Batista de Carvalho
Encarregado

Fonte: SPI, 31/12/1967, Filme 69, Fotograma 272.

Esses últimos Recibos, novamente revelam o acordo entre o órgão indigenista e a empresa de energia elétrica, na realização apenas do encontro de contas. Como destacado, quando da análise do Contrato de Arrendamento, nem sequer o tamanho da área utilizada pela Usina do Apucaraninha foi mencionada, como se não houvesse preocupação com tal informação. Entretanto, a situação se modificaria com o passar dos anos, sobretudo, com a vertiginosa valorização das terras em toda região Norte do Estado Paraná, somado ao fato que, desde a elaboração do Contrato de Arrendamento, não havia ocorrido nenhum acréscimo ao valor pago pela EELSA ao órgão indigenista, além das demandas de eletricidade do PI Apucarana, não atendidas totalmente pela concessionária de energia elétrica.

[98] Na verdade, com a criação da FUNAI, as Inspetorias Regionais (IRs) passaram a se chamar Delegacias Regionais (DRs). Ver mais detalhes em: Oliveira; Freire (2006).

3.3.2 Questionamentos sobre o contrato de arrendamento entre EELSA e SPI

No contexto de múltiplos sujeitos envolvidos, a convergência de interesses não foi a única relação existente entre os agentes do órgão indigenista e da concessionária, além, é claro, da própria comunidade indígena. Em muitos momentos, prevaleceram as divergências de interesses, resultando em questionamentos calorosos, debates tensos e clima de instabilidade. Dentro do próprio SPI, os contratos de arrendamento eram um assunto considerado polêmico e que acirrou ainda mais com as denúncias de irregularidades e favorecimentos ilícitos. Essa questão somada a precariedade do fornecimento de energia elétrica no PI Apucarana, bem como novas demandas por eletricidade e encarecimento vertiginoso das terras daquela região, onde se assentou a Usina do Apucaraninha, provocaram novos olhares ao Contrato de Arrendamento entre a EELSA e o SPI.

Os arrendamentos eram muito comuns entre o SPI e terceiros, tanto de área de terras para lavoura, quanto para extração de madeiras e demais recursos naturais. O contrato celebrado com a EELSA era mais um acordo entre o órgão indigenista e um elemento externo (não-indígena), embora tenha sido o primeiro dessa natureza (empreendimento hidráulico), em que uma parte das terras oficialmente destinada aos indígenas, fosse arrendada para a construção e instalação de uma hidrelétrica.

Destarte, esses contratos eram motivos de muitos debates entre os representantes do SPI e de todo o Ministério da Agricultura, devido as irregularidades presentes nos arrendamentos, as suspeitas de desvio de verbas, privilégios para alguns arrendatários, prejuízo aos indígenas, entre outros. A Portaria nº 450, de 24 de abril de 1956, revela essas tensões, ao decidir pela proibição da exploração de madeiras e outras riquezas naturais em terras pertencentes ao órgão indigenista. Assinado pelo então Ministro da Agricultura, Ernesto Dornelles, a Portaria assim determinava:

> [...] Considerando que constitui dever do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), como órgão tutelar do índio, nos termos da legislação específica que rege o assunto, prestar-lhe proteção e assistência, resguardando-o da opressão e espoliação da sua propriedade; Considerando que [...] a exploração da riquezas naturais existentes nas áreas indígenas, das indústrias extrativistas, inclusive madeiras, ou de quaisquer outras fontes de rendimento relacionadas com o patrimônio indígena, constitui atribuição do próprio serviço, em colaboração com os órgãos técnicos do Ministério; Considerando que [...] não se justifica que o serviço contrate com terceiros a exploração dessas riquezas, em detrimento do índio seu legítimo proprietário e que, por isso mesmo, deve ele mesmo, com a assistência direta dos órgãos competentes deste Ministério,

> se encarregar dessa exploração, para que as rendas apuradas possam reverter em seu próprio benefício; Considerando, enfim, os grandes inconvenientes decorrentes do regime de contratos com estranhos para exploração dessas riquezas, não só no que diz respeito aos prejuízos de ordem material, mas, sobretudo, de ordem moral, em consequência dos abusos praticado contra o índio indefeso, resolve: A) Proibir terminantemente a celebração de novos contratos para exploração de madeiras e outra riquezas naturais por ventura existentes nas áreas que integram o patrimônio indígena, respeitados os celebrados até a presenta data, que serão considerados caducos, desde que os concessionários respectivos deixem de cumprir quaisquer das suas cláusulas; B) Determinar que o próprio Serviço, em colaboração com órgãos técnicos do Ministério, se encarregue dessa exploração, na qual serão utilizado preferentemente o elemento indígena, em cujo benefício deverá reverter a renda decorrente dessa exploração (SPI, 24/04/1956, Filme 74, Fotograma 1424).

A proibição determinada por essa Portaria evidencia as irregularidades e graves problemas decorrentes dos contratos de arrendamento celebrados pelo SPI com terceiros, na exploração dos recursos naturais existentes nos territórios pertencentes aos indígenas, com prejuízos para estes e ao órgão tutelar, destacando ainda os abusos contra os indígenas, desde a exploração da sua mão de obra, aos atos de violência e perseguição no interior das suas terras. Determinou-se ainda que o próprio SPI, auxiliado por demais órgãos técnicos do Ministério da Agricultura, realizasse diretamente os serviços de exploração, sem envolvimento de terceiros. Dessa forma, ao estipular a utilização do sujeito indígena, nas atividades de exploração dos recursos naturais, pregava o pagamento justo da sua mão de obra. Como demonstrado, esse era justamente o principal objetivo da política indigenista da época: integrar o indígena na sociedade nacional, por meio principalmente do trabalho.

Essa foi a justificativa, por exemplo, do órgão indigenista quando do Relatório de Deocleciano de Souza Nenê, após sua visita às obras da Usina do Apucaraninha, em 1947. A presença de mão de obra indígena na construção da hidrelétrica foi citada pelo inspetor Nenê, como forma de concordar com a continuação das obras, pois corroborava com a política indigenista de assimilação e a visão integracionista do SPI naquele momento.[99] Embora a Portaria nº 450 não tenha definido pormenores sobre a exploração de quedas d'água, não dá para negar sua relação direta também com esse recurso natural. Contudo, não se tratava de uma atividade ao alcance do órgão indigenista, sem contar que a EELSA, enquanto concessionária, tinha respaldo do governo federal e de toda a política do setor elétrico. Vale relembrar que tanto

[99] Essa questão sobre o trabalho com mão de obra indígena na construção da Usina do Apucaraninha será melhor tratada no próximo capítulo.

a Divisão de Águas, quanto o SPI, estavam lotados no Ministério da Agricultura. Esta organização administrativa mudou após a criação do Ministério de Minas e Energia (MME).

Exatamente um mês após a publicação da Portaria nº 450, o chefe substituto da IR7, Dival José de Souza, por meio da Circular nº 66, enviou para todos os PIs da sua jurisdição, o Memorando nº 159, elaborado por Lincoln Allison Pope, chefe da Seção de Orientação e Assistência (SOA) do SPI, que mencionava os cuidados para a interpretação da citada Portaria, "[...] evitando, assim, equivocas interpretações por parte dos servidores responsáveis" (SPI, 24/05/1957, Filme 76, Fotograma 1817), acrescentando o seguinte:

> Fica proibida a celebração de novos contratos para:
> a) a exploração de madeira, compreendendo cortes, derrubadas, desdobramentos e outra qualquer atividade, no ramo da indústria madeireira;
> b) a exploração de minérios, sob qualquer espécie de etapa da indústria extrativa mineral;
> c) a exploração de culturas agrícolas, em sentido geral;
> d) o arrendamento de terras para cultura agrícola, ou outro fim qualquer;
> e) enfim, a exploração de qualquer bem ou riqueza natural, pertencente ao patrimônio indígena (SPI, 24/05/1957, Filme 76, Fotograma 1817).

Dessa forma, o órgão indigenista, que vinha sofrendo graves críticas em sua atuação, procurava enrijecer a política dos arrendamentos, concentrando a exploração dos recursos naturais dentro do próprio SPI, contando com apoio técnico do pessoal lotado no Ministério da Agricultura. Novamente, não se faz presente menção direta à exploração de quedas d'água e a área de terras utilizadas por empreendimentos hidráulicos em território indígena. Como já descrito, a legislação do setor elétrico e a própria Constituição Federal do período não abordavam ainda a questão *hidrelétricas e povos indígenas*. Este debate apenas se deu a partir de meados da década 1970. Entretanto, o contrato celebrado com a EELSA poderia se enquadrar na letra *e* do Memorando acima exposto, que ainda dizia:

> Serão respeitados, porém os contratos já existentes, celebrados em época anterior à Portaria Ministerial, com a ressalva de que terão sua vigência anulada ou rescindida, desde que os concessionários respectivos deixem de cumprir quaisquer das duas cláusulas (SPI, 24/05/1957, Filme 76, Fotograma 1817).

Essas novas diretrizes obrigaram os representantes do SPI a olhar com mais atenção para o Contrato de Arrendamento celebrado com a EELSA. Soma-se a isso, outro fator preponderante para o desenvolvimento das atividades do PI Apucarana: o fornecimento de energia elétrica, bastante precário e insuficiente.

O Relatório Mensal de dezembro de 1960, enviado pelo encarregado Alan Cardec ao chefe da IR7, Dival José de Souza, informou a presença de uma população de 224 indígenas, bem como prestou detalhes da produção de leite e milho, além da criação de animais e uma área de roçada para o plantio de batata doce, mandioca e cana de açúcar, destinada aos indígenas. No que tange ao tema eletricidade, o Relatório mencionava "[...] a reforma da rede elétrica de baixa tensão, com substituição de todos os postes, num total de nove (9), e outros reparos mais que se apresentaram nessa oportunidade" (SPI, 31/12/1960, Filme 68, Fotogramas 1955-1956). Outrossim, a mesma rede construída logo após a reorganização da sede do Posto nas proximidades da usina e que entrou em funcionamento no momento da assinatura do Contrato de Arrendamento, em 1954, passava por uma reforma, após seis anos, com a troca dos postes.

Embora essa obra de manutenção na rede de baixa tensão tenha sido executada, o fornecimento de energia elétrica no PI Apucarana parecia bastante precário, sendo pontual em escassas instalações, não atendendo nem mesmo a estrutura do órgão indigenista no local, como demonstra o Memorando nº 15, de 24 de maio de 1963, enviado pelo chefe da IR7, Dival José de Souza, ao encarregado Alan Cardec, com os seguintes dizeres:

> Solicito vosso máximo empenho em manter a estação de rádio desse Posto, funcionando regularmente, a fim de manter contato diário e normal com a estação central desta Repartição. Prende-se tal solicitação, tendo em vista, que com a criação da Delegacia Federal do Ministério da Agricultura, neste Estado e com sede nesta capital, esta chefia tem encontrado dificuldades em responder de imediato as solicitações sobre atividades em geral de cada Posto Indígena e que são feitas pela referida Delegacia. Apesar de reconhecer a deficiência do nosso Serviço, no que tange aos recursos necessários para manutenção e recuperação, tanto dos motores que geram energia, como dos aparelhos transceptores, assim mesmo, acredito, que com a iniciativa que por certo não vos faltará, no sentido de sanar tal deficiência, d'oravante será restabelecido o serviço de rádio deste Posto, o que virá contribuir para maior rendimento de nossos trabalhos e sentido de melhor organização do serviço (SPI, 24/05/1963, Filme 71, Fotograma 1686).

É interessante observar que passados quase nove anos após a assinatura do Contrato de Arrendamento com a EELSA, o PI Apucarana ainda permanecia sem energia elétrica para alimentar a estação de rádio, utilizando-se de precários motores, provavelmente a diesel, para obter eletricidade, que pelo jeito, deixavam de mãos amarradas o encarregado do Posto, que, muitas vezes, não se comunicava com a IR7. A criação da Delegacia Federal do Ministério da Agricultura, com sede em Curitiba, foi fruto da investida de denúncias e irregularidades, que promoveram o estabelecimento de normas mais rígidas sobre as atividades do órgão indigenista, principalmente sobre os contratos de arrendamentos com terceiros, conforme exposto

anteriormente. Concomitantemente, o SPI passou a ver com mais atenção a Usina do Apucaraninha e a questão do acordo celebrado com a concessionária de energia elétrica, já que estava tendo dificuldades com a falta de eletricidade, mesmo tão próximo de uma hidrelétrica, construída dentro do território indígena, somado ao contexto de pressões e fiscalização intensa sobre as atividades nos PIs, sobremaneira, os arrendamentos.

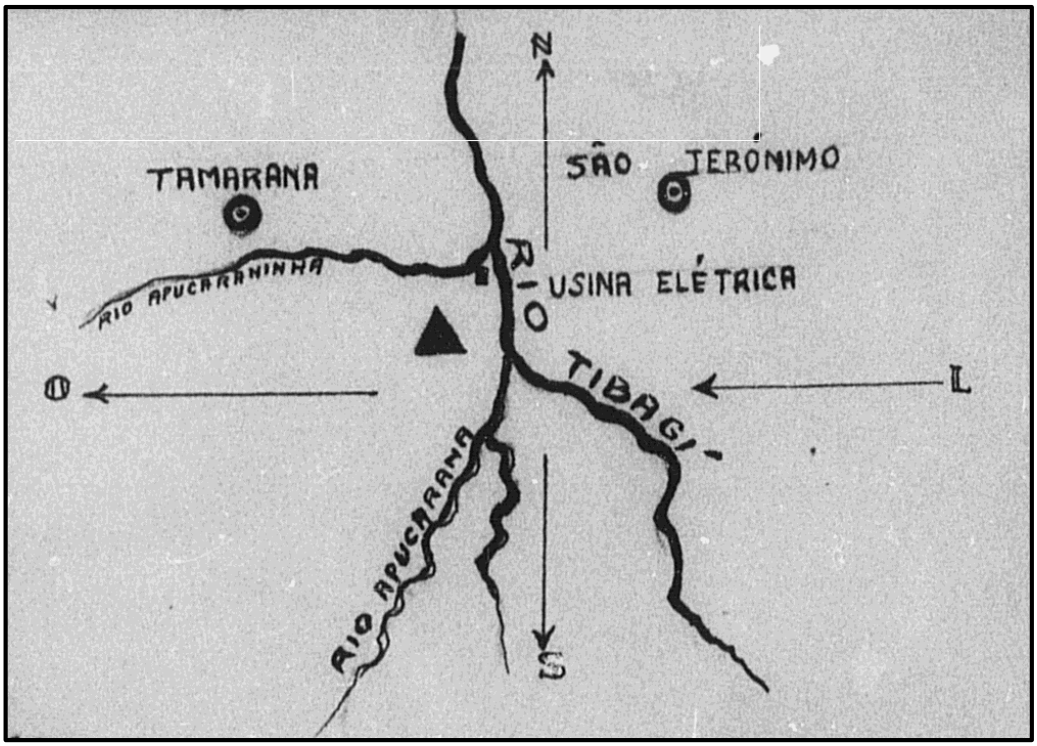
Como citado, o fornecimento de energia elétrica no PI Apucarana dependia ainda da geração própria, como demonstra o Inventário dos Bens Móveis, preenchido por Alan Cardec, em 28 de junho de 1963, que cita uma "[...] turbina de ferro, completo, para produção de energia elétrica, medindo 0,72X0,72m., no valor de Cr$ 6.000,00" (SPI, 28/06/1963, Filme 68, Fotograma 2136). Além disso, um "[...] gerador de 6 volts, marca Windorfer, no valor de Cr$ 2.736,00" (SPI, 28/06/1963, Filme 68, Fotograma 2136). Resumindo, a energia fornecida pela EELSA era reduzida, insuficiente e precária.

Soma-se a tais condições o fato do incêndio de grandes proporções, ocorrido em muitas regiões do Paraná, em 1963, ter afetado várias pontos do PI Apucarana, inclusive, as instalações da Usina do Apucaraninha e a rede que abastecia à sede do Posto, como demonstra o Ofício nº 5, enviado por Alan Cardec à IR7, em 13 de setembro de 1963.

> [...] Venho mais uma vez por intermédio do presente [...] apresentar um relato final dos danos causados pelos incêndios em nossa área indígena, visto tudo nos parecer, ter voltado a reinar em nosso PI, a paz e tranquilidade. Procurando integralizar-me-nos detalhadamente de todos os factos ocorridos, em termo dos acontecimentos, verificamos o seguinte:
> [...]
> e) Zona Apucaraninha, onde fica instalada a sede deste PI e a Uzina da E. E. de Londrina, tivemos nossas invernadas incendiadas, inclusive, mil e duzentos metros de cerca queimada (SPI, 13/09/1963, Filme 68, Fotogramas 2165-2166).

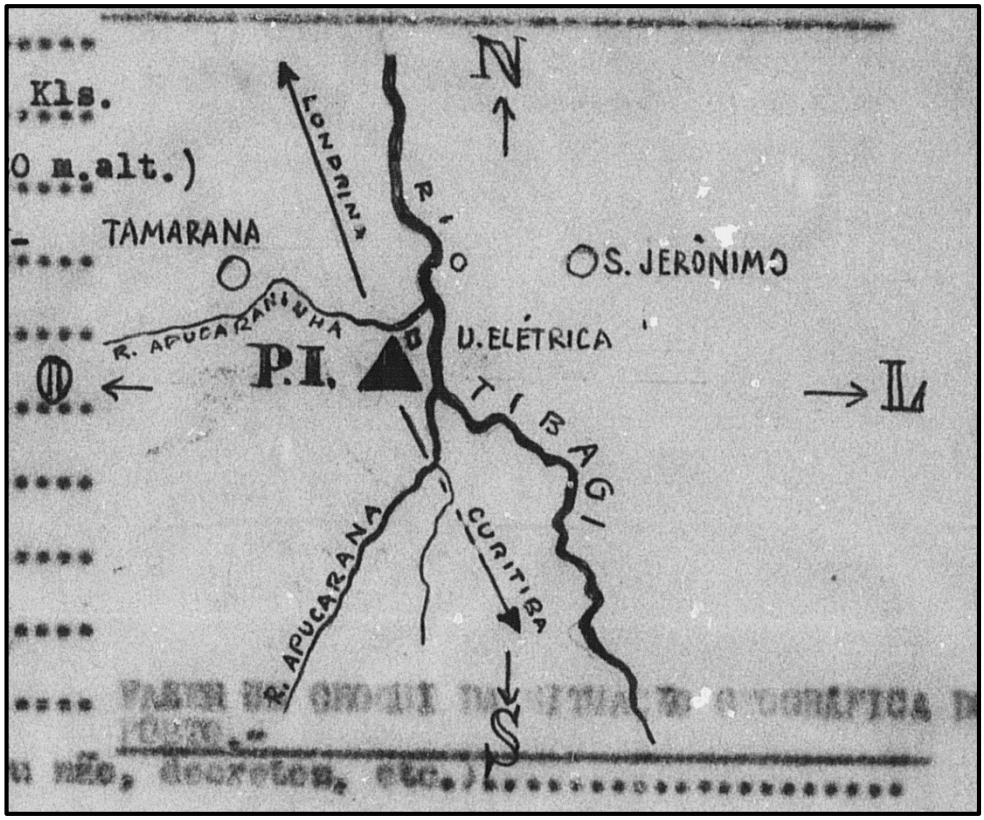
É notório a relação do PI Apucarana com a presença da Usina do Apucaraninha. Exemplificando, em 5 de março de 1962, Alan Cardec preencheu um Relatório sobre o Posto, encaminhando-o para a IR7, no qual informava dados gerais do Posto, como endereço, roteiro e duração de viagem para quem saísse de Curitiba, citando as empresas de ônibus, descrevendo todas as benfeitorias existentes, dados sobre a escola, a enfermaria, os equipamentos, a produção agropecuária e informação sobre a população do local que era de 290 indígenas Kaingang. Outra informação a enfatizar é que as terras estavam sendo medidas para demarcação, após as negociações referentes ao Acordo de 1949, para depois ser expedido o título de posse definitiva aos indígenas (SPI, 05/03/1962, Filme 68, Fotogramas 2049-2050).

Imagem 25 – Croqui com o desenho do mapa da área indígena do PI Apucarana em 1962



Fonte: SPI, 05/03/1962, Filme 68, Fotograma 2049.

Imagem 26 – Croqui com o desenho do mapa do Território Indígena Apucarana em 1962



Fonte: SPI, 05/03/1962, Filme 68, Fotograma 2051.

Além disso, o Relatório possuía o campo *Acidentes Geográficos*, contendo a informação da existência do Salto Apucaraninha, com 120 metros de altura, distante a 2 km da sede do PI Apucarana (SPI, 05/03/1962, Filme 68, Fotograma 2051). E, por último, trazia ainda dois Croquis com o desenho do mapa, onde estava a área indígena, destacando a existência da Usina do Apucaraninha, conforme Imagens 25 e 26.

Em 8 de março de 1962, Alan Cardec enviou o Ofício nº 2 ao chefe da IR7, em que repassava novas informações gerais sobre o PI Apucarana. Na descrição das benfeitorias existentes, destacou, entre outras coisas:

> Uma rede elétrica de 11.000 volts, transformada para 110 e 220 volts. Um transformador de 15 KVA. [...] Existe instalada e funcionando, na área deste Posto, com aproveitamento hidráulico do Salto Apucaraninha, a Uzina que fornece energia para o município, conforme contrato entre a Empresa Elétrica de Londrina e este Serviço (SPI, 08/03/1962, Filme 68, Fotograma 2053).

Evidentemente, o tema energia elétrica marcava presença nas Correspondências das diferentes instâncias do SPI. No caso do PI Apucarana, a Usina do Apucaraninha era uma importante referência para os representantes do órgão indigenista, destacada nos Mapas, Croquis e nos Relatórios Mensais e Anuais, demonstrando o local do Salto Apucaraninha, as estradas, as terras de particulares, a sede do PI, a área represada pela barragem da usina, entre outras informações.

Soma-se a isso o fato da escassez de energia elétrica nas instalações da sede do Posto, como já citado, permitindo novas ideias e negociações com a EELSA, para tratar novamente o Contrato de Arrendamento. Isso fica claro na leitura do Ofício nº 9, encaminhado por Alan Cardec, ao chefe da IR7, em 14 de novembro de 1962, em resposta ao Memorando nº 80, anteriormente emitido por Dival José de Souza, ao encarregado do PI Apucarana.

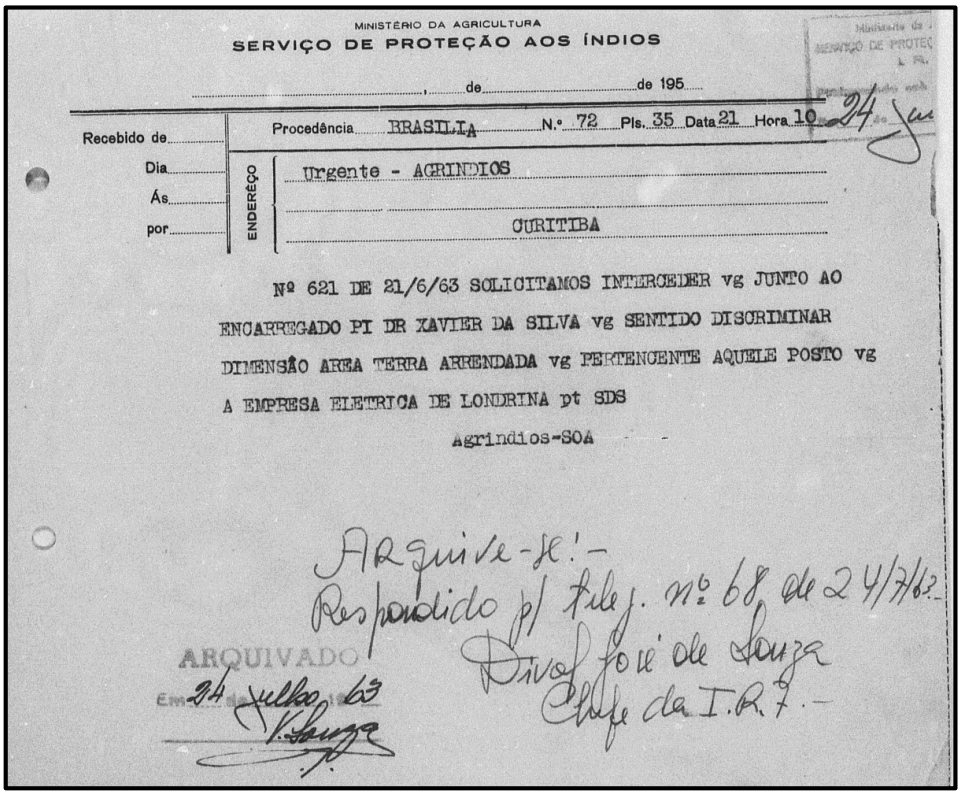
> Sr. Chefe, conforme recebimento do vosso memorando n. 80, passo a responder o seguinte.
> a) Área arrendada deste P.I. – oitenta (80) alqs. aproximadamente.
> b) Prazo indeterminado.
> c) Preço estipulado – Cr$ 3.000,00 (treis mil cruzeiros) mensal.
> d) Um arrendatário – Empresa Elétrica de Londrina S/A.
> A administração deste P.I. deixa de fornecer maiores detalhes em torno do presente arrendamento, visto o contrato existente não se encontrar em seus arquivos, acreditando achar-se o referido contrato nessa I.R., ou Diretoria. Cordiais saudações (SPI, 14/11/1962, Filme 68, Fotograma 2062).

É mister observar, primeiramente, a cobrança da IR7, por meio do Memorando nº 80, em que Dival José de Souza solicitou informações sobre a Usina do Apucaraninha, com detalhes do Contrato de Arrendamento celebrado com a EELSA, como o tamanho da área arrendada, qual prazo e valor. A resposta do encarregado do PI Apucarana indicava uma área de 80 alqueires, citando um prazo indeterminado do arrendamento, que na verdade, era o prazo da concessão da hidrelétrica à EELSA (prazo de 30 anos a partir de 1946). Além disso, o Ofício apontou o valor de Cr$ 3.000,00 mensais, pagos pela concessionária ao SPI, devido à área de terras utilizadas pela usina, o mesmo valor desde a celebração do contrato há mais de oito anos.

Alan Cardec indicou que a IR7 gostaria de mais informações sobre o arrendamento, mas não foi possível dar maiores esclarecimentos, em virtude de não encontrar o contrato na sede do PI Apucarana, sugerindo que poderia estar em Curitiba, na sede da IR7, ou mesmo na Diretoria do SPI, no Rio de Janeiro.

Essas Correspondências foram encaminhadas à Diretoria do SPI, mas não convenceram a alta direção do órgão indigenista, que meses após, solicitaram a IR7, que exigisse do encarregado do PI Apucarana a medição da área de terras utilizadas pela EELSA, conforme Telegrama nº 621, de 21 de junho de 1963, exposto na Imagem 27.

Imagem 27 – Telegrama nº 621 de 21 de junho de 1963



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

..... de ..... de 195...

Recebido de .....
Dia .....
Ás .....
por .....

Procedência BRASILIA N.º 72 Pls. 35 Data 21 Hora 10

ENDEREÇO: Urgente - AGRINDIOS
CURITIBA

Nº 621 DE 21/6/63 SOLICITAMOS INTERCEDER vg JUNTO AO ENCARREGADO PI DR XAVIER DA SILVA vg SENTIDO DISCRIMINAR DIMENSÃO AREA TERRA ARRENDADA vg PERTENCENTE AQUELE POSTO vg A EMPRESA ELETRICA DE LONDRINA pt SDS

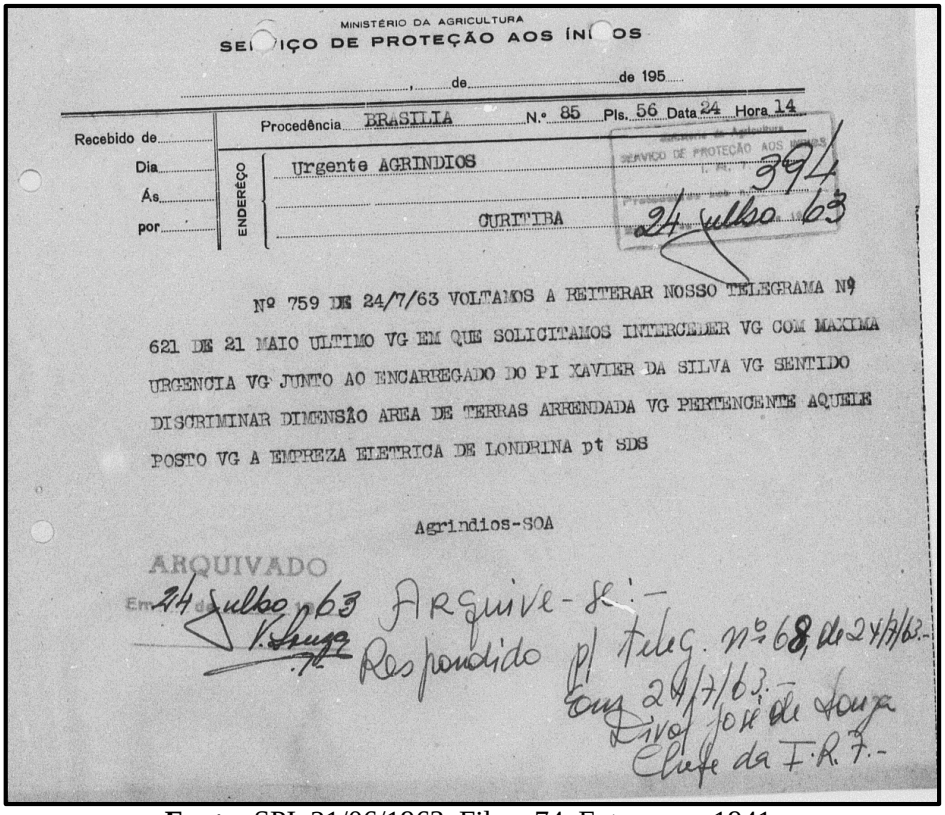
Agrindios-SOA

Arquive-se!-
Respondido p/ Telg. nº 68 de 24/7/63.-
Dival José de Souza
Chefe da I.R.7.-

ARQUIVADO
24 Julho 63

Fonte: SPI, 21/06/1963, Filme 74, Fotograma 1939.

Imagem 28 – Telegrama nº 759 de 24 de julho de 1963



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

..... de ..... de 195....

Recebido de .....
Dia .....
Às .....
por .....

Procedência BRASILIA N.º 85 Pls. 56 Data 24 Hora 14

ENDEREÇO: Urgente AGRINDIOS

CURITIBA

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS
Pl. 394
24 julho 63

Nº 759 DE 24/7/63 VOLTAMOS A REITERAR NOSSO TELEGRAMA Nº 621 DE 21 MAIO ULTIMO VG EM QUE SOLICITAMOS INTERCEDER VG COM MAXIMA URGENCIA VG JUNTO AO ENCARREGADO DO PI XAVIER DA SILVA VG SENTIDO DISCRIMINAR DIMENSÃO AREA DE TERRAS ARRENDADA VG PERTENCENTE AQUELE POSTO VG A EMPREZA ELETRICA DE LONDRINA pt SDS

Agrindios-SOA

ARQUIVADO
Em 24 de julho de 63
V. Souza
Arquive-se.-
Respondido pl/ Teleg. nº 68, de 24/7/63.-
Em 24/7/63.-
Dival José de Souza
Chefe da I.R. 7.-

Fonte: SPI, 21/06/1963, Filme 74, Fotograma 1941.

O pedido de urgência descrito no Telegrama nº 621, pela instância máxima do SPI, somente foi respondido por Dival José de Souza, após um mês da solicitação. A resposta se deu pelo Telegrama nº 68, conforme anotações manual do chefe da IR7, em 24 de julho de 1963, constantes no documento. Destarte, essa resposta ocorreu no mesmo dia em que a Diretoria do órgão indigenista cobrava a resposta solicitada há mais de um mês, conforme o novo Telegrama nº 759, demonstrado na Imagem 28.

Entretanto, essas Correspondências trocadas pelas instâncias do órgão indigenista não resultaram em modificações nas cláusulas do Contrato de Arrendamento com a EELSA, até a extinção do SPI. Como demonstrado, até o final de 1967, o PI Apucarana continuou recebendo o mesmo valor acordado no contrato inicial (Cr$ 3.000,00). Ao mesmo tempo, repassava idêntico valor a EELSA, por meio de um encontro de contas, pelo fornecimento da energia elétrica às suas instalações na sede do Posto.

Obviamente, essas informações não podem ser desconectadas das mudanças no regime político brasileiro, em 1964, acrescidas das denúncias e crises do SPI, que promoveram sua extinção em 1967 e a criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Soma-se a isso, o

processo de estatização do setor elétrico, por todo o país, que levaram à incorporação da EELSA pela COPEL, em 1974. Esse contexto acabou retardando as novas negociações entre o órgão indigenista e a empresa de eletricidade, embora o PI Apucarana continuasse com suas dificuldades financeiras e com o fornecimento de eletricidade aquém de suas demandas.

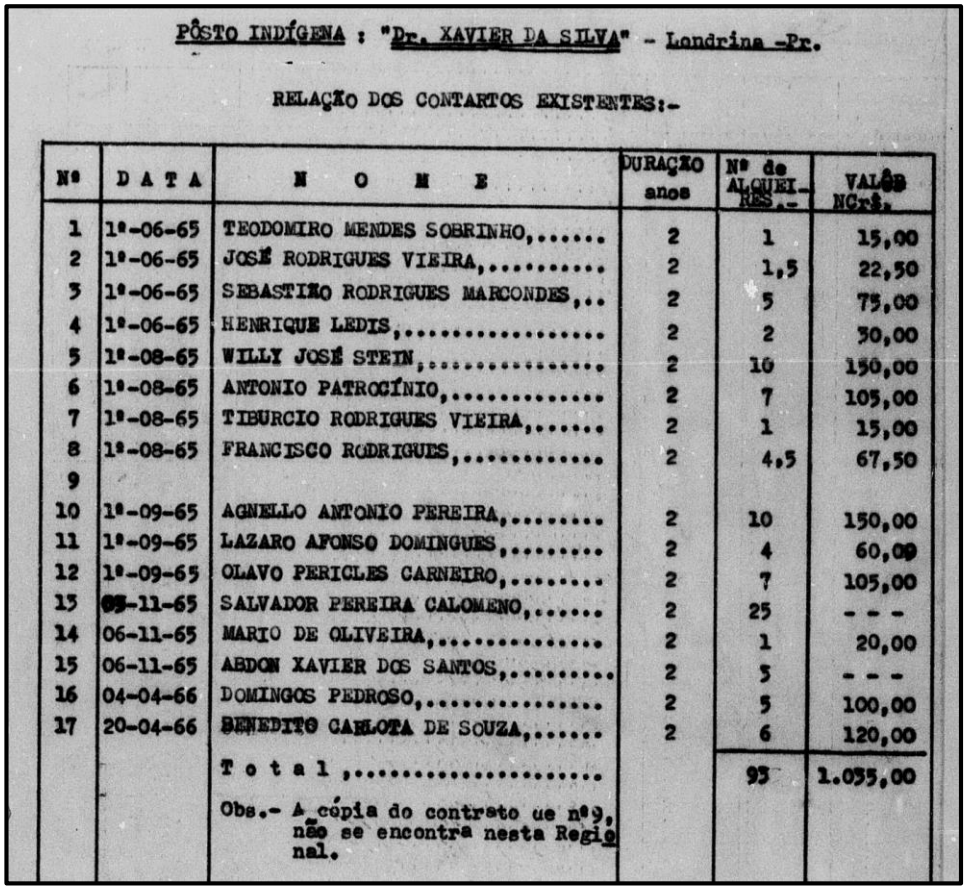
O Inventário dos Bens do PI Apucarana, preenchido por João Garcia de Lima, em 28 de junho de 1967, comunicou a existência de "[...] uma rede elétrica de alta tensão, com 11.000 volts, equipada com um transformador de 13 KVA, a qual distribui uma corrente elétrica de 110 e 220 volts" (SPI, 28/06/1967, Filme 69, Fotograma 282), mas ao mesmo tempo também "[...] um motor elétrico trifásico, marca HUFALOE, tipo 7,5 AB4, nr. A253761, 7,5 HP, 220/369 volts." (SPI, 28/06/1967, Filme 69, Fotograma 285), que era utilizado para gerar eletricidade para as atividades do órgão indigenista. Ou seja, no ano da extinção do SPI e criação da FUNAI, continuava a precariedade do fornecimento de energia elétrica, por parte da EELSA, não atendendo as necessidades do PI Apucarana, bem como não se obteve a revisão dos valores do Contrato de Arrendamento, em virtude da área utilizada pela Usina do Apucaraninha.

O documento constante na Imagem 29 demonstra uma relação dos contratos de arrendamentos existentes no PI Apucarana, ao final da administração do SPI. Por um lado, nem cita o contrato com a EELSA e, por outro, deixa claro que o alqueire de terra estava sendo negociado (biênio 1965-1967) entre NCr$ 15,00 a NCr$ 20,00 anual, enquanto a EELSA pagava NCr$ 3,00 mensais, por toda a área destinada à Usina do Apucaraninha, com o encontro de contas com o mesmo valor pago pelo órgão indigenista, em virtude do consumo de eletricidade, insuficiente às demandas do Posto.

As irregularidades nos contratos de arrendamentos permaneceram após a criação da FUNAI, como demonstra a Correspondência enviada pelo advogado do órgão indigenista, Irnério Rubens de Vasconcellos, em 12 de fevereiro de 1969, ao chefe da ajudância em Curitiba.

> [...] Convém, s. mj. que V. S. também fizesse referências ao constante no Proc. nº FNI/BSB/1.496/68, que trata de possíveis irregularidades havidas no Posto Indígena de Dr. Xavier da Silva no recebimento de arrendamentos, na gestão do Sr. Jonas Batista de Carvalho, atual requerente neste Processo. O Processo neste item referido, está sendo encaminhado a V.S. na mesma data e mesma remessa (FUNAI, 12/02/1969, Filme 70, Fotograma 1534).

Imagem 29 – Relação dos contratos de arrendamentos do PI Apucarana em 1967



PÔSTO INDÍGENA : "Dr. XAVIER DA SILVA" - Londrina -Pr.

RELAÇÃO DOS CONTARTOS EXISTENTES:-

Nº	D A T A	N O M E	DURAÇÃO anos	Nº de ALQUEIRES.-	VALÔR NCr$.
1	1º-06-65	TEODOMIRO MENDES SOBRINHO,.....	2	1	15,00
2	1º-06-65	JOSÉ RODRIGUES VIEIRA,.....	2	1,5	22,50
3	1º-06-65	SEBASTIÃO RODRIGUES MARCONDES,..	2	5	75,00
4	1º-06-65	HENRIQUE LEDIS,.....	2	2	30,00
5	1º-08-65	WILLY JOSÉ STEIN,.....	2	10	150,00
6	1º-08-65	ANTONIO PATROCÍNIO,.....	2	7	105,00
7	1º-08-65	TIBURCIO RODRIGUES VIEIRA,.....	2	1	15,00
8	1º-08-65	FRANCISCO RODRIGUES,.....	2	4,5	67,50
9					
10	1º-09-65	AGNELLO ANTONIO PEREIRA,.....	2	10	150,00
11	1º-09-65	LAZARO AFONSO DOMINGUES,.....	2	4	60,00
12	1º-09-65	OLAVO PERICLES CARNEIRO,.....	2	7	105,00
13	05-11-65	SALVADOR PEREIRA CALOMENO,.....	2	25	- - -
14	06-11-65	MARIO DE OLIVEIRA,.....	2	1	20,00
15	06-11-65	ABDON XAVIER DOS SANTOS,.....	2	5	- - -
16	04-04-66	DOMINGOS PEDROSO,.....	2	5	100,00
17	20-04-66	BENEDITO CARLOTA DE SOUZA,.....	2	6	120,00
		T o t a l ,.....		93	1.035,00

Obs.- A cópia do contrato ue nº9, não se encontra nesta Regional.

Fonte: SPI, 1967, Filme 77, Fotograma 703.

É notório o jogo de interesses entre os representantes do órgão indigenista, em suas várias instâncias, acrescido das mudanças políticas, bem como suas negociações com a concessionária de eletricidade, sobre a UHE do Apucaraninha. A EELSA queria maior geração de energia elétrica, para obter lucros com sua venda aos moradores de sua zona de concessão, com o menor custo possível, incluindo valores reduzidos para o arrendamento das terras no interior do território pertencente aos indígenas, enquanto o SPI buscava se beneficiar com a presença da usina, buscando lucrar com a prática arrendatária, além de receber parte do consumo para suas próprias instalações no PI Apucarana.

Como se viu, com o passar dos anos, o valor do arrendamento pago pela EELSA ficou irrisório, devido ao aumento dos preços das terras em toda a região, bem como o fornecimento de energia elétrica aquém das necessidades do PI Apucarana. Iniciaria um longo processo de negociação, a partir da criação da FUNAI, intensificado a partir da incorporação da EELSA pela COPEL e com maior fundamentação após as discussões em torno da temática *Hidrelétricas e Povos Indígenas*, em virtude das grandes usinas construídas a partir de meados da década de 1970.

Já na existência da FUNAI, em 4 de abril de 1968, o gerente da EELSA no escritório de Londrina, Fernando de Barros Pinto, enviou uma Correspondência ao encarregado do PI Apucarana, dizendo o seguinte:

> Prezado Senhor: com a presente segue, por cópia, uma via da certidão do contrato firmado entre o Serviço de Proteção aos Índios e esta Empresa. Segue também, um jogo de nosso desenho nº 367 e um jogo do desenho no 392. O primeiro é que faz parte do contrato. O segundo, o nº 392, nada mais é que o primeiro, apenas feito com mais detalhes e incluindo as curvas de nível. No mesmo, colorimos as áreas inundadas e secas, para maior facilidade de observação. Sem mais, subscrevemo-nos, apresentando-lhe nossas cordiais saudações (EELSA, 04/04/1968, Caixa N30711, Fl. 17).

Primeiramente, vale destacar a cobrança do PI Apucarana pelas plantas da área utilizada pela EELSA para a instalação e operação da Usina do Apucaraninha, bem como da cópia do Contrato de Arrendamento, já que não havia sido encontrado na sede do Posto. Essa cobrança se associava ao desejo do órgão indigenista de rever o acordo entre a EELSA e o SPI, celebrado em 1954, que não especificou a área utilizada pelo empreendimento hidrelétrico e suas instalações, portanto, sem as suas delimitações.

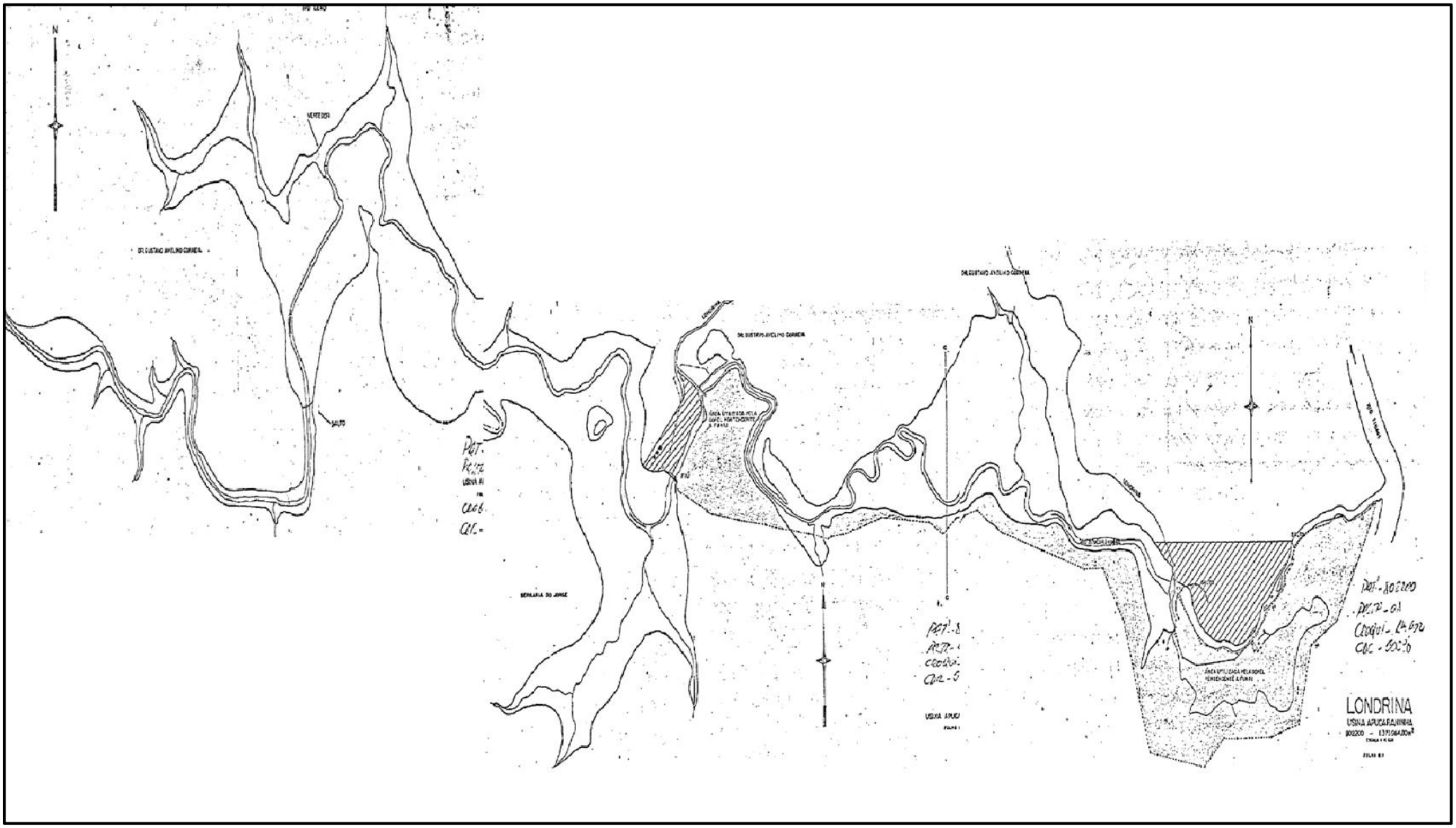
As plantas foram enviadas ao órgão indigenista pelo gerente da EELSA e estão presentes na Imagem 30. São 3 plantas que demonstram qual era a área utilizada pela usina em 1968. A Tabela 9 evidencia esta área com um total de 2.767.300 m^2. A imagem orbital obtida pelo Satélite Landsat-5, adquirida Instituto Nacional de Pesquisas Especiais (INPE), em 2008, permite uma melhor visualização das represas e do local da aldeia sede da Terra Indígena Apucaraninha, conforme Imagem 31.

Tabela 9 – Total da área indígena utilizada pela Usina do Apucaraninha

Descrição	**Área Alagada**	**Área Seca**	**Total**
Planta 1	52.800 m^2	991.300 m^2	1.044.100 m^2
Planta 2 Jusante Fiú	40.000 m^2	463.000 m^2	503.000 m^2
Planta 2 Montante	748.400 m^2	-	748.400 m^2
Planta 3	471.800 m^2	-	471.800 m^2
TOTAL GERAL			2.767.300 m^2

Fonte: EELSA, 04/04/1968, Caixa N30711, Fl. 24 (elaborada pelo autor).

Imagem 30 – Plantas da área utilizada pela Usina do Apucaraninha (1968)



Fonte: EELSA, 04/04/1968, Caixa N30711, Fls. 21-23.

Imagem 31 - Imagem orbital das represas da usina e aldeia sede da TI Apucaraninha (2008)

Fonte: Vẽnh Kar, 2010, p. 24.

Legenda

1 - Aldeia Sede
2 - Salto e Represa do Apucaraninha
3 - Represa do Fihú
4 - Limite territorial leste da TI Apucaraninha

Dessa forma, a área total utilizada pela usina era equivalente a 114,35 alqueires ou 276,73 hectares. Outrossim, tratava-se, então, de uma área maior que a informada por Alan Cardec no Ofício nº 9, de 14 de novembro de 1962, quando respondeu à IR7, que era um total de aproximadamente 80 alqueires. Se um hectare estava sendo arrendado pela FUNAI no preço de NCr$ 15,00 a NCr$ 20,00 anual, toda essa área arrendada para a EELSA por apenas NCr$ 3,00 mensais, totalizando NCr$ 36,00 anualmente. Ou seja, se fosse equiparar esses valores, mesmo atribuindo o valor de NCr$ 15,00 o hectare, daria um total de mais de NCr$ 4.150,00 por ano, o custo do arrendamento das terras pertencente aos indígenas, utilizadas pela EELSA.

Não obstante, além do limitado fornecimento de energia elétrica ao PI Apucarana, os agentes do órgão indigenista passaram a criticar o valor pago pela EELSA, devido ao encarecimento das terras e à própria escassez de energia elétrica destinada à sede do Posto. Esses fatores levaram a constantes reivindicações da FUNAI junto a concessionária para a revisão dos valores e do Contrato de Arrendamento celebrado em 1954.

3.3.3 As negociações entre COPEL e FUNAI: apontamentos para novos estudos

Não se pretende aqui aprofundar as relações entre a COPEL e a FUNAI, no que tange as negociações referentes a presença da Usina do Apucaraninha em território indígena. Apenas sinalizar alguns debates em torno do Contrato de Arrendamento celebrado pela EELSA e SPI, em 1954, já que continuou vigente até 12 de setembro de 1979. Debates que colaboram na compreensão de algumas questões presentes durante a gestão da EELSA, antes de sua incorporação pela COPEL, em 1974. Além disso, indicar caminhos para novas pesquisas, visando compreender as sucessivas negociações entre a COPEL, a FUNAI e a comunidade indígena, presentes ainda na atualidade.

Primeiramente, o Ofício nº 3223/75, enviado pelo 4º delegado regional da FUNAI, Francisco Neves Brasileiro, para o presidente da COPEL, Arturo Andreoli, no dia 15 de dezembro de 1975, tratando da revisão do Contrato de Arrendamento das terras do PI Apucarana, com os seguintes dizeres:

> Senhor Presidente, de ordem, sirvo-me do presente para submeter à alta apreciação de V. Sª proposta de revisão do contrato de arrendamento de área de terras e fornecimento de energia elétrica firmado em 06 de novembro de 1954, entre o então Serviço de Proteção aos Índios, a que sucedeu esta Fundação, e a Empresa Elétrica de Londrina S.A., ora incorporada a essa Companhia. De conformidade com esse contrato, o extinto SPI deu em arrendamento, pelo preço de três mil cruzeiros (Cr$ 3.000,00), hoje três cruzeiros (Cr$ 3,00), por mês, área constituída de terras do Posto Indígena

> Apucarana, no Distrito de Tamarana, Município de Londrina, e ocupadas pelos serviços e necessárias à obras e serviços de represamento do rio Apucaraninha, no local 'Santo do Fiú' obrigando-se, de sua parte, a arrendatária Empresa Elétrica de Londrina S.A. a fornecer, para uso exclusivo do citado Posto Indígena, energia elétrica na potência máxima de 120 Kva, na tensão de 11 Kv, mediante o pagamento da tarifa normal, fazendo-se compensação dos créditos mediante encontro de contas mensal. Vê-se do exposto que, enquanto o aluguel de vasta área de terras se manteve imutável ao longo de mais de vinte (20) anos, reduzindo-se hoje à irrisória quantia de Cr$ 3,00 (Três cruzeiros), as tarifas de energia elétrica, mercê da política realista em execução, majoraram-se substancialmente, o que explica a apresentação, por essa companhia, de contas mensais de fornecimento de energia elétrica ao referido Posto Indígena, em valor oscilante entre Cr$ 700,00 e Cr$ 1.000,00 (FUNAI, 15/12/1975, Caixa N30711, Fl. 49).

As reivindicações do órgão indigenista junto à concessionária de energia elétrica, expressas no Ofício, demonstram uma tentativa de negociação para a revisão de um contrato inicial que estava com valores obsoletos e que colocavam o PI Apucarana em extrema desvantagem, pois já não conseguia mais pagar pelo fornecimento de eletricidade, enquanto recebia da EELSA e, depois da incorporação, da COPEL, valor insignificante da área de terras arrendada para a Usina do Apucaraninha. Francisco Neves justifica as dificuldades para pagamento do consumo de energia elétrica da seguinte forma:

> Em outros termos, o extinto SPI e, posteriormente, a FUNAI, apesar de explorarem serraria naquela área indígena nada ficavam a dever à Empresa Elétrica de Londrina S.A. até pouco tempo, ao passo que atualmente, paralisada a atividade madeireira, a conta mensal se apresenta em montante superior aos recursos financeiros postos à disposição da chefia do Posto Indígena, para manutenção dos serviços, inclusive de transporte e atendimento médico dos silvícolas, e na importância mensal de Cr$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros). (FUNAI, 15/12/1975, Caixa N30711, Fl. 49).

O delegado deixa claro que a verba mensal do PI Apucarana era inferior ao custo do fornecimento de energia elétrica, sobretudo, após o fim da exploração da madeira e inativada a serraria ali presente, enfatizando a necessidade de atender as demandas dos indígenas com a citada verba. Francisco Neves encerra seu Ofício com tom de ameaças a COPEL, citando o Estatuto do Índio, de 1973, que proibia e tornava nulo qualquer arrendamento de terras de posse indígena. Entretanto, colocava o exemplo do PI Xapecó, como forma de rever o contrato inicial, tornando-o mais vantajoso ao PI Apucarana, reivindicando o consumo gratuito de energia elétrica, citando ainda o encarecimento das terras daquela região, que deixava ainda mais injusto o Contrato de Arrendamento em vigor.

> Enquanto isso, entrou em vigor a Lei nº 6001, de 19.12.73 (Estatuto do Índio) que, interpretando preceito constitucional, dispõe, no artigo 18, que as terras indígenas não poderão ser objeto de arrendamento ou de qualquer ato ou negócio jurídico que restrinja o pleno exercício da posse direta pela comunidade indígena ou pelos silvícolas, declarando outrossim, no artigo 62, a nulidade e a extinção dos efeitos jurídicos dos atos de qualquer natureza que tenham por objeto o domínio, a posse ou a ocupação das terras habitadas pelos índios ou comunidades indígenas. Urge, por conseguinte, a revisão do contrato em referência, mormente em se considerando que o Posto Indígena Xapecó, em Xanxerê (SC), em compensação por simples permissão de represamento do rio que serve de linha divisória da área e, pois, sem ocupação de terras indígenas, recebe gratuitamente energia elétrica na potência de 85 Kva, com a qual faz funcionar serraria, granja, etc., com direito ao pagamento do consumo excedente à base da tarifa estipulada para órgão público. No caso do Posto Indígena Apucarana, solvido o problema da proibição do arrendamento, seria justo assegurar-se à FUNAI o direito ao consumo gratuito de energia elétrica em potência substancialmente superior a 120 Kva, tendo-se em conta a extraordinária elevação do valor de aquisição e arrendamento de terras no derradeiro decênio (FUNAI, 15/12/1975, Caixa N30711, Fl. 49).

Vale ressaltar, que aquele era o momento também de renovação da concessão da Usina do Apucaraninha, que havia sido autorizada pelo governo federal, em 1946, cujo prazo era de 30 anos. Esse fator, somado às contínuas reivindicações do órgão indigenista, fez com que a COPEL aumentasse o limite de consumo de energia elétrica a que tinha direito o PI Apucarana. Primeiramente, em 14 de maio de 1976, e após, em 27 de outubro do mesmo ano, em que foi ampliado para 4.000 Kwh/mês tal limite de consumo, conforme demonstrou a Correspondência do diretor presidente da COPEL, Arturo Andreoli, enviado ao delegado regional da FUNAI, em Curitiba, Francisco Neves Brasileiro (COPEL, 27/10/1976, Caixa N30711, Fl. 12).

Outra questão eram os limites da área utilizada pelas instalações da hidrelétrica. Tais limites acordados nem sempre eram respeitados pela concessionária de energia elétrica, como mostra o Relatório de Viagem do técnico Telmir Alberti, realizada entre os dias 21 a 23 de dezembro de 1976, para verificação das divisas na Usina do Apucaraninha, evidenciando o avanço das instalações da hidrelétrica, além da área destinada para a empresa de eletricidade.

> [...] Mantivemos contato também com o Engº Fernando de B. Pinto (SRL), pois como ex-gerente da ex-EELSA poderia nos fornecer alguns dados. À Usina Apucaraninha fomos acompanhado pelo Sr. Angelin (encarregado da usina) e outros funcionários mais antigos que acompanharam o levantamento. Baseado em todas as informações e dados que obtivemos temos a considerar o seguinte:
> Baseado no que consta na "Planta Geral da Us. APC" de nº 392 Fl. 1 e que é citada como parte integrante do acordo, e em medição por nós efetuada no local, e ainda, confirmada por funcionários e ex-funcionários (aposentados) da usina, a linha de divisa passa na frente da casa do Sr. Joaquim Pires, ou seja, exatamente onde estão colocados os piquetes de nºs 08, 09, 10, 11, e 12

> do levantamento onde está projetada a vila. Neste caso o Centro Recreativo, parte do arruamento, parte de uma residência (32) e uma residência (40) estariam fora dos limites de divisa. [...] Neste caso, toda a vila projetada estaria aquém da divisa, pois inclusive um ribeirão passa a 26,00 m da estaca 12 do levantamento, atrás da casa do Sr. Joaquim Pires (FUNAI, 27/12/1976, Caixa N30711, Fls. 10-11).

Assinado também pelo engenheiro da COPEL, Odin Amaral Filho, o Relatório de Viagem deixa claro que ainda durante a administração da EELSA, os limites acordados na celebração do contrato com o SPI foram desrespeitados, porque parte das instalações da vila dos empregados da concessionária estava além dos marcos divisórios definidos no contrato. Essa afirmação é sustentada pela consulta e participação da visita ao local da usina, tanto por Fernando de Barros Pinto, ex-gerente da EELSA, que passou a fazer parte do quadro de empregados da COPEL, após o processo de incorporação, e de outros empregados mais antigos, que também passaram a integrar a lista de copelianos ou já aposentados.

É notório que ainda na gestão da EELSA, devido à construção da vila para os empregados e seus familiares, e demais instalações, como campos, quadra, igreja, espaço para plantio de horta, criação de gado etc. ocorreu a ultrapassagem dos limites acordados inicialmente. Sem contar, que a ideia da COPEL, após o processo de incorporação, era a construção de uma nova vila para seus empregados, que trabalhavam na Usina do Apucaraninha, e seus familiares, trazendo novos questionamentos, pelo fato de estar projetada totalmente fora da área destinada à empresa de eletricidade.

Essas questões sobre os problemas de limites da área de terras do PI Apucarana, usadas pela usina, continuaram gerando tensões entre os envolvidos. A COPEL se via pressionada a dar tratativa em relação ao arrendamento das terras utilizadas pelo empreendimento hidrelétrico no Salto Apucaraninha, como demonstra o Memorando Interno, enviado por Fernando de Barros Pinto (engenheiro), em 11 de fevereiro de 1976, ao advogado Carlos C. M., com o assunto *Terreno dos Índios – Usina Apucaraninha* (COPEL, 11/02/1976, Caixa N30711, Fl. 13).[100]

Outro documento da FUNAI, elaborado após o processo de incorporação da EELSA, mas que traz relevantes informações sobre o período aqui estudado, trata-se do Parecer nº 3, referente ao Processo FUNAI/BSB/291/78, feito pelo procurador geral do órgão indigenista Gdálio de Barros Barreto, em 19 de dezembro de 1978. Este Parecer aborda a presença de

[100] O desrespeito às marcas divisórias durante a gestão da EELSA geraria uma série de tensões entre a FUNAI, a COPEL e a comunidade indígena, que serão abordadas posteriormente, em outros estudos.

representantes da COPEL e seus familiares, no interior da área indígena Apucarana. Primeiramente, aponta um histórico das negociações entre o órgão indigenista e a concessionária de energia elétrica:

> De acordo com o contrato firmado entre o então SPI e a Empresa da qual a COPEL é sucessora, ficaram estabelecidas obrigações recíprocas, conforme se vê no doc. de fls. 9 do Processo no FUNAI/BSB/291/78. Posteriormente, precisamente na data de 09.02.055, o pré-dito contrato original, foi objeto de alteração, devidamente registrada em Cartório, conforme nos dá notícia o documento fls. 37 do Processo FUNAI/BSB/0103/78. Em referidos instrumentos, houveram sido estabelecidos, no primeiro, a concessão de área pelo SPI, indispensáveis aos serviços e instalação da produção de energia elétrica, no Salto do Rio Apucaraninha, com arrimo no Decreto Federal nº 20.418, de 17.01.46. Em contraprestação, a empresa se obriga a fornecer energia elétrica ao Posto Indígena, na potência máxima de 120 Kva. No segundo, foi estabelecido um preço pela utilização das terras do Posto Indígena cujo pagamento seria objeto de confronto de contas com o limite de energia consumida pelo Posto. Posteriormente a esses instrumentos, foram acordados, mediante expedientes entre as partes e não mais através de contrato em cartório, aumento de potência em favor da FUNAI, no consumo de energia (fls. 38 e 39 do processo FUNAI/BSB/0103/78). Referidos expedientes datam de 14.05.76 e 27.10.76 (FUNAI, 19/12/1978, Caixa N30711, Fl. 39).

Outrossim, as descrições de Gdálio de Barros Barreto apresentam, de forma sucinta, o histórico do acordo e das revisões entre o órgão indigenista e a concessionária de energia elétrica. O procurador geral continuou seu parecer concordando com o encontro de contas. Entretanto, uma questão importante está presente na sequência do seu relato.

> Contudo, merece relevo no presente, o exame em questão, para o futuro. Os processo atinentes ao caso, nos dão notícia da existência de inúmeras pessoas quer vinculadas ou não a empresa, que de muito se estabeleceram na área indígena. Evidencia-se, com isso, restrição à posse indígena, que não podemos deixar de repudiar, à luz dos dispositivos assecuratórios da posse plena do índio em suas terras. Vê-se que o Decreto que autorizou o cerceamento à posse indígena foi desobedecido, situação essa a merecer restauração. Com efeito, impõe-se seja admitida a presença de pessoas, unicamente, sob condição de prepostos da COPEL, pessoas essas que, inclusive não terão direito à utilização das terras indígenas. Somente de aceitar-se como limite de cerceamento à posse indígena, o estritamente indispensável aos serviços e instalações da produtora de energia. Sobre o consumo de energia, que seja devidamente compensada a FUNAI, na potência de seus interesses e na medida do quantum de terras indígenas, não disponíveis, em razão da instalação referida. Assim, que seja remetido o processo ao ilustre Delegado Alvaro Vilas Boas, que, com suas sempre ciosas colocações, saberá conduzir o presente problema, com os parâmetros aqui estabelecidos, não sendo de admitir-se arrendamento, conforme Art. 18 da lei 6.001/73 (FUNAI, 19/12/1978, Caixa N30711, Fl. 39).

Como se vê, outras pessoas viviam na área indígena, além dos empregados da concessionária e seus familiares, e de longa data afirma o documento, podendo afirmar que muitas famílias estavam instaladas nas terras do PI Apucarana, ainda durante a gestão da EELSA. A aparente preocupação do parecerista é quanto à não desobediência do acordo em relação ao cerceamento da posse indígena, ao acerto do valor do arrendamento referente às terras ocupadas pela usina e ao valor do consumo de energia, sem permitir novos arrendamentos para terceiros e sem a presença de pessoas que não sejam prepostas da COPEL.

Em 6 de novembro de 1978, o engenheiro da COPEL, Estácio Gavinho, elaborou um relatório intitulado *Terreno da Usina de Apucaraninha – Problemas com a FUNAI*, no qual remonta ao período da construção do empreendimento hidrelétrico, com informações que auxiliam na compreensão das relações entre órgão indigenista, empresa elétrica e comunidade indígena. Destaca-se abaixo algumas passagens desse documento:

> Quando da incorporação da EELSA em 30 de maio de 1974, esta companhia assumiu os direitos e obrigações da incorporação relativos às terras onde está situada a Usina supra citada. Esclarecemos que parte do terreno era de propriedade da EELSA, porém as terras onde se localizam as construções (casas de moradia, casas de máquina, etc) eram utilizadas mediante Contrato de Arrendamento, devidamente averbado no Registro de Imóveis em 09.02.55 (COPEL, 06/11/1978, Caixa N30712, Fl. 7).

O engenheiro Gavinho ainda fez menção à solicitação da FUNAI atendida pela COPEL, em 27 de outubro de 1976, autorizando o consumo de 4.000 KWh/mês pelo PI Apucarana. Além disso, citou a reclamação do chefe do Posto, Carlos Severo, denunciando que a COPEL ultrapassou as divisas da área arrendada, ao projetar e executar as obras de construção da nova vila residencial aos seus empregados, durante o ano de 1977, bem como críticas devido a "[...] proibição de pesca e trânsito, falta de atendimento, mau fornecimento de energia e outros" (COPEL, 06/11/1978, Caixa N30712, Fl. 8).

É notória também a preocupação do engenheiro da COPEL em resolver as pendências com a FUNAI, no que tange à Usina do Apucaraninha, como se não deixasse questões para serem tratadas no futuro:

> Para evitar posteriores reclamações por parte da FUNAI, temos procurado nos manter informados sobre o andamento da questão, tendo nos comunicado que estavam sanadas as ocorrências causadoras da manifestação da Fundação. Recentemente estivemos no local e na falta do Chefe do Posto Indígena, conversamos com a sua esposa que nos informou estar tudo em ordem, e que realmente tinham sido atendidas as exigências formuladas (COPEL, 06/11/1978, Caixa N30712, Fl. 8).

Além disso, Gavinho citou a realização de uma reunião com o assessor jurídico da FUNAI de Brasília, advogado Rogério Cordeiro Tavares, demonstrando interesse de enviar um representante da COPEL até a capital federal, "[...] para resolver o assunto" (COPEL, 06/11/1978, Caixa N30712, Fl. 9). Entretanto, nem tudo foi dado um ponto final, quando diz que:

> O advogado mencionado, de posse das cópias que lhe entregamos, ficou de pesquisar em Brasília, para ficar em condições de elaborar um parecer sobre o processo, cujas conclusões nos comunicaria posteriormente. Nos esclareceu, ainda, que segundo sua opinião, o contrato de arrendamento teria se tornado nulo, de acordo com o artigo 62 da Lei 6001 de 19.12.73. Ficou de estudar também este ponto mais detalhadamente, e que possivelmente a solução seria a emissão de novo decreto que ratificasse o acordo já existente. Mas qualquer que fosse a conclusão, nos comunicaria no devido tempo (COPEL, 06/11/1978, Caixa N30712, Fls. 9-10).

Essas negociações levaram a um novo acordo entre FUNAI e COPEL, ocorrido somente em 12 de setembro de 1979, por meio do Termo Aditivo nº 001/79, alterando o valor mensal do arrendamento das terras utilizadas pela Usina do Apucaraninha, que passou a ser de Cr$ 350.000,00. Obviamente, esse não seria o capítulo final das negociações entre o órgão indigenista, a comunidade indígena e a concessionária de energia elétrica, que durante toda a década de 1980 e 1990 travaram momentos de tensão, conflitos e acordos que culminaram nos TACs assinados em 2002 e 2006.

As negociações entre EELSA e SPI, iniciadas durante a fase de construção da Usina do Apucaraninha, acordadas no Contrato de Arrendamento de 1954, bem como as incertezas, desavenças e tensões por desrespeito aos limites territoriais arrendados, além do fornecimento precário e insuficiente de energia elétrica, promoveram momentos de acirramento nas relações entre o órgão indigenista e a empresa de eletricidade, ainda na fase do SPI e EELSA, mas também desta com a FUNAI e que perduraram (e ainda perduram) após o processo de incorporação pela COPEL em 1974. Toda esta história ficaria incompleta se não evidenciasse os interesses e a participação dos Kaingang do Território Indígena Apucarana, abordados no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4

O protagonismo indígena diante da presença da Usina do Apucaraninha e do processo de reestruturação dos seus territórios

Os breves estudos sobre a história da Usina do Apucaraninha, já realizados, não demonstraram a participação dos indígenas durante o processo de construção e de instalação do empreendimento hidrelétrico em território reservado aos Kaingang do Apucarana. Primeiramente, algumas exaltações foram elaboradas ao projeto hidrelétrico no Salto Apucaraninha, omitindo qualquer informação sobre os indígenas da localidade, destacando apenas as ações da EELSA e da COPEL, como as exemplificadas no primeiro capítulo.

Em segundo, as discussões em torno da questão *Hidrelétricas e Povos Indígenas,* a partir de meados da década de 1970, promoveram alguns estudos e a produção de laudos e relatórios, na perspectiva de criticar a construção e a presença da Usina do Apucaraninha, mantendo uma visão essencialista sobre a história e a cultura da comunidade indígena local, reproduzindo uma análise dicotômica de todo o processo e vitimizadora, na qual os indígenas perderam suas terras, seus costumes, suas rendas, seus alimentos etc. e não estabeleceram estratégias políticas frente àquele contexto.

> Um Decreto, assinado em 1949, determinou a redução, no Paraná, das áreas de terras ocupadas por grupos Kaingang e guarani. Um acordo formalizado entre o Ministério da Agricultura/SPI e a Fundação de Terras e Colonização do Estado do Paraná, reduziu drasticamente as reservas indígenas. Uma parte significativa da Terra Apucarana em que viviam os Kaingang que habitavam o local da Fundação Velha foi retaliada e os índios transferidos e assentados, junto ao rio Apucaraninha, nas proximidades da usina, sendo que os pioneiros passaram a explorar as terras que foram retiradas dos Kaingang (HELM, 2005, p. 7).

A abordagem de Helm (2005) não denota qualquer protagonismo aos Kaingang do Apucarana, que parecem não agir para a defesa dos seus interesses. Além disso, reforça o dualismo branco e índios quando diz:

> Os Kaingang não foram consultados sobre a implantação da UHE Apucaraninha, instalada no rio Apucaraninha, que corre em suas terras e sobre a exploração do Salto localizado na entrada da Terra Indígena. A usina criou impactos para os Kaingang [...], gerou atritos interétnicos, devido ao uso de uma parte das terras indígenas e quanto ao pagamento da área "arrendada". A atualização anual dos valores a serem pagos e a proibição do uso pelos índios da parte "arrendada" pela Copel, são fatos que criaram atritos, que são visíveis

> nas relações conflituosas que opõem índios e brancos, caracterizadas pela situação de contato (HELM, 2005, p. 4).

Helm (2005) afirma que as frentes colonizadoras atingiram os territórios Kaingang, no Norte do Paraná, a partir da década de 1930, demonstrando de forma simplista que os índios, "[...] na década seguinte, foram transferidos do local em que estava erguida a maioria de suas aldeias, para junto do Salto Apucaraninha" (HELM, 2005, p. 8). Segundo a autora, em virtude dos projetos de colonização "[...] os Kaingang foram transferidos desse local e assentados junto ao rio Apucaraninha, nas proximidades da usina, construída em 1946" (HELM, 2005, p. 10).[101]

Por último, alguns pesquisadores têm se interessado por questões atuais da TI Apucaraninha, fazendo breves menções sobre o período de construção e de instalação da Usina do Apucaraninha, sem pormenorizar a relação da comunidade indígena local com os representantes do empreendimento hidrelétrico. São pesquisas que apresentam brevemente o histórico dos Kaingang do Apucarana e acabam dando informações avulsas sobre a Usina do Apucaraninha, a EELSA e a COPEL.[102]

Outrossim, tanto as abordagens apologéticas em relação à Usina do Apucaraninha, que destacam sua importância para a região Norte do Paraná, quanto às versões essencialistas e vitimizadoras, expressas em relatórios e em laudos ou pequenos textos, não colocam os indígenas enquanto sujeitos históricos, em sua relação com a construção e a instalação da UHE, a partir de meados do século XX; muito menos contextualizam aquele acontecimento com a política de reestruturação dos territórios indígenas, vivenciada, inclusive, pelo Território Indígena Apucarana. São análises que acabam omitindo ou reduzindo consideravelmente a participação da comunidade indígena local em todo o processo histórico estudado. É como enfatiza Almeida (2010), os povos indígenas ainda seguem demonstrados apenas nos bastidores da história, distantes dos palcos e das cenas principais.

Não se trata de negar os interesses da concessionária de energia elétrica, do Governo do Paraná, das frentes colonizadoras e do órgão indigenista. Nem tampouco recusar os danos provocados pela Usina do Apucaraninha e por todo o processo de esbulho do Território Indígena Apucarana. Entre os documentos presentes na Biblioteca da COPEL, encontra-se um

[101] Sobre essa abordagem dualista e vitimizadora dos Kaingang do Apucarana, ver também: Helm (2003); (2001); (1998); (1977).

[102] Os conflitos entre a comunidade indígena e a COPEL, sobretudo a partir do final dos anos 1990 e início do século XXI, repercutidos pela mídia local, que levaram as assinaturas dos TACs em 2002 e 2006, despertaram o interesse de alguns pesquisadores em estudar a TI Apucaraninha em diversas áreas. Entre esses estudos mais recentes estão: Stefanes (2016); Andrade (2015); Biasetto (2014); Cimbaluk (2013); Ramos (2008); Rodrigues (2008); Duarte (2004).

Laudo de Averiguação, datado em 2 de abril de 2003, que traz entrevistas com alguns pesquisadores, membros da comunidade indígena, empregados da concessionária de energia elétrica, representantes do órgão indigenista, entre outros. Nas falas da antropóloga Kimiye Tommasino, fica evidente a preocupação com o fim do modelo tradicional de vida indígena, devido à instalação da usina na margem direita do rio Apucaraninha.

> Considerando que os índios, sob o ponto de vista econômico, valem-se de método não capitalista de sobrevivência, a construção da usina hidrelétrica alterou significativamente a economia deles, afetando, principalmente, um de seus fundamentais meios de subsistência, que é a pesca, pois, os dois lagos construídos (Represa do Fiú e Reservatório 2) impedem a reprodução natural dos peixes maiores e de maior significância econômica, destacando-se as várias espécies de cascudos, pintado, piapara e surubim. Ademais a construção dos lagos eliminou cinco grandes "paris" (armadilhas utilizadas para a captura de peixes, instaladas em queda d´água). Cada "pari" pertencia a uma família, que se compunha de, aproximadamente, 40 (quarenta) pessoas. A perda de um "pari", além da perda de uma fonte de sobrevivência, determina prejuízo moral, dado que o prestígio dos líderes é determinada pela generosidade deles, expressada na disponibilização, por eles, de comida para as respectivas famílias e para os demais integrantes da comunidade indígena (Moralmente quem mais distribui terá mais prestígio). Com a reserva mantida e explorada segundo os costumes e tradições indígenas (sem a usina) os índios tiravam da natureza todos os recursos necessários à sobrevivência (alimentação, remédios) o que lhes garantia melhor qualidade de vida (destacando-se a saúde), tinham supridas todas as suas necessidades (COPEL, 02/04/2003, Fls. 89-90).[103]

Destarte, não se pode omitir os impactos da Usina do Apucaraninha na forma de vida dos indígenas da localidade, mas de historicizar a sua presença, demonstrando as relações entre a concessionária de energia elétrica, o órgão indigenista e a comunidade indígena, tratando todos os envolvidos enquanto protagonistas, que elaboraram suas estratégias perante o novo contexto histórico, promovido pelo empreendimento hidrelétrico, sem perder de vistas a conexão desse acontecimento com o processo de esbulho das terras indígenas, em virtude do Acordo de 1949, decorrente do avanço das frentes colonizadoras. Como afirmou a própria Tommasino em seus estudos sobre os Kaingang do Tibagi:

> Interessa-nos apreender esta dinâmica sociocultural que a história Kaingang percorreu da conquista aos dias atuais. Tiveram de adotar padrões de subsistência alienígenas e se subordinaram ao mercado regional. Mesmo adotando padrões ocidentais, estes foram reinterpretados segundo seus

[103] Uma definição de pari é encontrada em Mota; Noelli; Silva (1996, p. 435): "Armadilhas de pesca constituídas por duas paredes de pedra instaladas para afunilar trechos rasos de rios, conduzindo os peixes para cestos elaborados com taquara ou galhos".

> objetivos e necessidades. Nos conflitos sociais, ficou claro que o passado continua um elemento ativo na produção cultural do presente. No processo permanente de produção de novos significados e valores, os Kaingang, conscientemente, recriaram o passado para afirmarem a sua identidade indígena e assim reivindicarem os seus direitos constitucionais (TOMMASINO, 2002, p. 19).

Dessa forma, a proposta é superar as abordagens essencialistas e apresentar as ações estratégicas dos Kaingang do Apucarana, no decorrer da construção e da instalação da Usina do Apucaraninha, para assegurar parte dos seus territórios, estabelecendo relações com os representantes e os empregados da usina. Esse jogo de interesses precisa ser considerado ao analisar as afirmações contidas nos documentos e nos depoimentos, suas intenções e propósitos, convergências e contradições.

Não obstante, este capítulo demonstra os indígenas estabelecendo ações e relações diante da presença da usina no Salto Apucaraninha, considerado o primeiro empreendimento hidrelétrico, no país, situado em território oficialmente reservado a um grupo indígena. Após evidenciados os objetivos da EELSA com a Usina do Apucaraninha e demonstradas as possibilidades e os interesses vislumbrados pelo órgão indigenista com a existência da usina em terras pertencentes ao patrimônio indígena, bem como suas relações com o processo de reestruturação do território estabelecida pelo Acordo de 1949, torna-se primordial expor as estratégias da comunidade indígena do Apucarana: qual foi a leitura realizada pelos Kaingang daquele contexto? Quais suas ações perante a presença da usina e seus representantes? E suas articulações em virtude do processo de reestruturação dos seus territórios e do avanço das frentes colonizadoras, somado ao fato da construção do empreendimento hidrelétrico? E suas relações com os empregados da usina?

As respostas a esses questionamentos revelam um intercruzamento de ações da comunidade indígena local, superando a visão polarizada da história, que coloca de um lado os indígenas e do outro os não-indígenas, bem como as interpretações vitimizadoras, que tratam a história como uma via de mão única, não compreendendo as estratégias políticas dos povos indígenas. O emaranhado de ações e os múltiplos interesses entre os sujeitos envolvidos no processo de construção e instalação da UHE Apucaraninha, durante a gestão da EELSA, demonstra uma história como via de mão dupla, que se cruza, com rupturas, alianças, traições, com relações complexas e dinâmicas, caracterizando o que Balandier (1972) chamou de *Situação Colonial*.

Como abordado no capítulo 2, os indígenas do Tibagi tinham o conhecimento do território e vinham mantendo diferentes formas de relação com os não índios: desde os séculos

XVI e XVII, com os viajantes europeus, padres jesuítas, bandeirantes; com os descobridores de ouro e de diamantes nas margens do rio Tibagi no século XVIII; com missionários nos aldeamentos e os primeiros fazendeiros do século XIX; com o órgão indigenista, arrendatários, camponeses, imigrantes e demais sujeitos históricos presentes na primeira metade do século XX, fruto do avanço das frentes colonizadoras em ambas as margens do rio Tibagi. Outrossim, essa historicidade é essencial para a compreensão da chegada de um novo sujeito social no interior da área indígena do Apucarana: os representantes da EELSA que construíram a UHE, aproveitando a queda d´água do Salto Apucaraninha. Dessa forma, compreender como os índios se relacionaram com esse novo sujeito.

> Buscar compreender melhor [...] as motivações e significados das ações realizadas por indígenas implica lançar outra luz sobre eventos e personagens da história nacional. As repercussões disso frequentemente vão muito além da temática indígena e dos objetos usuais da etnologia (OLIVEIRA, 2016, p. 8).

Esse protagonismo indígena será revelado na análise sustentada pela etno-história, que o revela tanto na documentação escrita analisada, quanto pelos depoimentos orais dos próprios indígenas, coletados in loco, valorizando seus conhecimentos, suas tradições e sua memória (MOTA, 2014a). Essas fontes tornaram concreta a hipótese de participação dos Kaingang em todo o processo de construção e instalação da Usina do Apucaraninha, revelando suas estratégias na reestruturação do seu território. Ao considerar a presença do empreendimento hidrelétrico, os índios construíram suas relações sociais com os representantes e os empregados da EELSA e da Usina do Apucaraninha, travando uma luta histórica de resistência e de reivindicações junto ao órgão indigenista e à concessionária de energia elétrica. Esta luta despertou nos indígenas o sentimento de apropriação da usina, movimentando suas ações no presente.

4.1 O processo de reestruturação do Território Indígena Apucarana: a Usina do Apucaraninha e os deslocamentos dos índios

É mister retomar as negociações para a reestruturação do Território Indígena Apucarana, em virtude do Acordo de 1949, pois, como abordado, se a presença da usina acabou promovendo que os representantes do órgão indigenista tomassem a decisão de mudar a sede do PI Apucarana para perto do Salto Apucaraninha, essa decisão também foi influenciada pela ação indígena, pois algumas famílias Kaingang se deslocaram para as proximidades do empreendimento hidrelétrico, imediatamente após o início das obras.

As ações dos indígenas, quanto ao processo de territorialização da área indígena do Apucarana e sua relação com a Usina do Apucaraninha, estão presentes na documentação escrita analisada, como também na própria memória da comunidade local, expressa nos depoimentos orais coletados em pesquisa de campo.

4.1.1 O que dizem os documentos?

Primeiramente, se faz necessário retomar o Relatório de Viagem elaborado pelo inspetor Deocleciano de Souza Nenê, em março de 1947, após suas idas ao PI Apucarana em setembro e novembro de 1946.

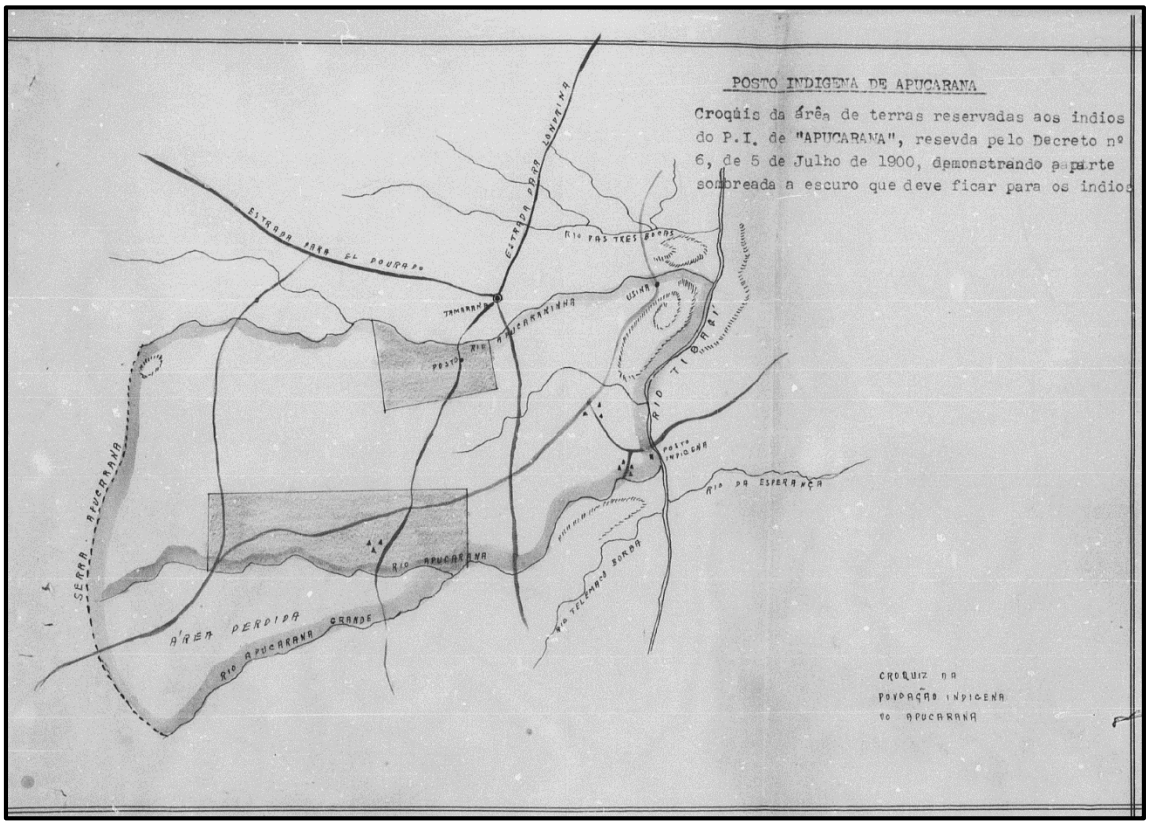
> A usina fica pouco mais de um quilometro acima da barra do rio Apucaraninha no rio Tibagí, tudo lado direito, em terras da reserva indígena como já disse. Notei que não tem embaraçado em nada a marcha dos serviços do Posto, pois, fica distante deste cerca de 25 quilometros [...] Não obstante ser distante do toldo mais próximo de 12 a 15 Kts. Penso que assim tendo prestado as informações pedidas e prestado esclarecimentos precisos (SPI, 30/03/1947, Filme 73, Fotograma 1644).

Conforme o Relatório, o Salto Apucaraninha, local aproveitado para a execução do empreendimento hidráulico, ficava de 12 a 15 km do Toldo indígena mais próximo. Certamente, essas distâncias não consideravam os deslocamentos constantes dos grupos indígenas que habitavam historicamente aquela região, sua forma de vida diferenciada, sua relação com a natureza, seus ranchos temporários de caça, coleta, pesca etc. e que possibilitava a passagem de grupos indígenas no local das obras da usina. Entretanto, é nítido o não reconhecimento pelo órgão indigenista, da presença indígena nas proximidades do local onde se encontrava a grande queda d'água, pelo menos em seus formatos tradicionais de Toldos.

Quando o SPI passou a cumprir, as determinações do Acordo de 1949 consideraram as informações dos Relatórios dos inspetores da IR7 e do encarregado do PI Apucarana. Situados os Toldos dos índios naquela área, elaboraram a proposta inicial, dividindo o território em duas áreas, conforme Croqui abaixo, de 14 de março de 1950.

O Croqui da Imagem 32 demonstra os Toldos indígenas espalhados pela área, conforme levantamentos anteriores realizados pelos agentes do SPI. Nota-se uma concentração de Toldos próxima da confluência do rio Apucarana com o rio Tibagi e na margem esquerda do rio Tibagi, que ficariam de fora das áreas reservadas. Mas não há Toldos nas proximidades do Salto Apucaraninha, onde estava em andamento as obras da usina.

Imagem 32 – Croqui dos Toldos e das áreas propostas ao PI Apucarana em 14/03/1950



Fonte: SPI, 14/03/1950, Filme 76, Fotograma 251.

É importante relembrar os limites dessas áreas representadas no Croqui acima:

> Posto Indígena de Apucarana: Os seis mil e trezentos (6.300) hectares a serem medidos e demarcados para os índios e para o Posto, deverão ser em duas glebas: uma de 5.300 hectares à margem esquerda do rio Preto, a começar na confluência deste rio no rio Apucarana Grande, rio Preto acima até abranger a igrejinha do bairro do Rio Preto, onde deverá ser localizado o novo Posto, no lugar denominado "RUA", pouco abaixo da dita igrejinha; outra de 1.000 hectares, à margem direita do rio Apucaraninha, abrangendo a casa situada na Campininha e todas as suas dependências, inclusive invernadas, de conformidade com o croquis anexo, que demonstra, mais ou menos, em sombreado mais escuro, as situações dessas glebas (SPI, 14/03/1950, Filme 76, Fotogramas 247-248).

Entretanto, como visto, poucos meses após, o órgão indigenista reconheceu o erro nas delimitações de uma das áreas e propôs a revisão dos limites. Isto se deu após nova visita do inspetor Deocleciano de Souza Nenê ao PI Apucarana, no início de outubro de 1950, que em seu Relatório afirmou "[...] certificando que de fato me enganei no ter prestado informação da

forma que ficou descrito, porquanto, a ser da maneira que foi feita, os índios ficarão fora da área" (SPI, 12/10/1950, Filme 76, Fotograma 269).

Isso gerou preocupações ao órgão indigenista, que tratou de convocar os representantes do Governo do Paraná, para nova reunião, conforme já exposto, revendo o limite de uma das áreas. Novamente, vale relembrar os novos limites propostos:

> De maneira que muito justamente a área para os índios deve ser da seguinte forma: ao sul, pelo rio Apucarana Grande, sua margem esquerda; ao poente, pelo caminho que indo de Natingui a Tamarana, atravessa a rio Apucarana Grande da direita para esquerda, abaixo da barra do rio Preto, ou podendo também ser pelo arroio denominado Agua da Prata, desde sua confluência no Apucarana Grande, pelo dito arroio até o caminho que foi citado; ao norte pelo mesmo caminho, que vindo dos bairros do rio Preto e Arroio Grande, se dirige ao bairro Fihú e Usina; ao nascente pela Serra que vindo do poente a nascente, contorna-se para rumo sul, paralela com o rio Tibagi, ou também poderá ser pelo arroio do Pereira, uma vez que, dentro dos limites acima, seja suficiente para sair os 5.300 hectares para os índios, de conformidade com o novo croquis que junto a este, destacando-se toda a área, e o sombreado a verde, as duas glebas para os índios, tratando-se o presente, somente da gleba maior, nada alterando a de 1.000 hectares na Campininha, margem esquerda do rio Apucaraninha (SPI, 12/10/1950, Filme 76, Fotogramas 270-271).

Mas qual o principal motivo dessa revisão? E por que a referência agora ao bairro Fihú e Usina nos novos limites da área destinada aos índios? O inspetor Deocleciano de Souza Nenê apresentou respostas a tais questões, quando assumiu o erro na definição da área de 5.300 hectares, expondo a localização da nova área.

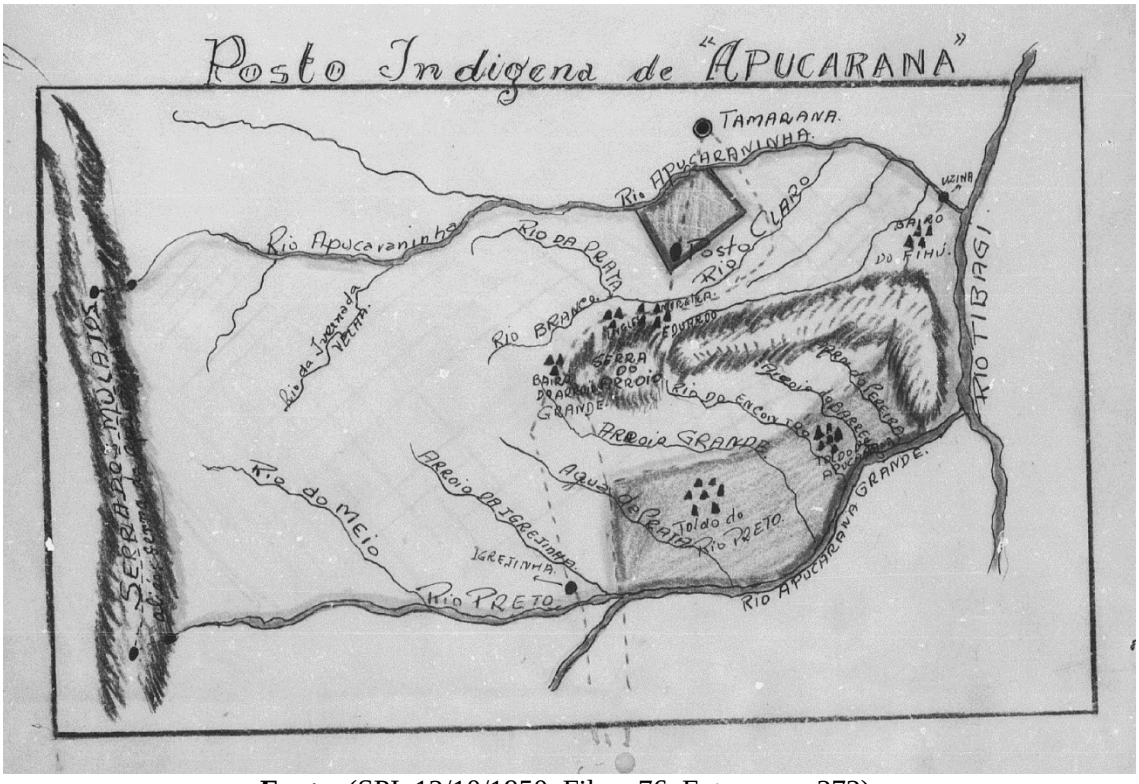
> Desta forma os dois toldos maiores de índios ficarão dentro da área, evitando-se os inconvenientes, e o que é mais impossível de transferir todos esses índios, ainda que perto como é, relativamente, isso eu o afirmo porque tive ocasião de observar dos índios dali. Diante disto sugiro se convide o Snr. João Vialle, como representante do Governo do Estado, demarcando dia e hora, para reunir-mos, afim de se lavrar uma outra ata em aditamento a que foi dada [...] (SPI, 12/10/1950, Filme 76, Fotograma 270-271).

Destarte, o inspetor deixa evidente a resistência dos grupos indígenas em sair dos seus territórios tradicionalmente ocupados, sendo praticamente impossível transferi-los para outros locais. Essa afirmação destaca mais uma vez a articulação dos indígenas, suas estratégias políticas e sua luta frente ao processo de expropriação das suas terras. Essa ideia se confirma com o trecho abaixo retirado da Ata de Reunião dos membros do SPI e do Governo do Paraná, que acertou os novos limites da área de 5.300 hectares do PI Apucarana.

> [...] os índios ficariam fora da terra a ser-lhes demarcada, a qual abrangeria também o bairro da Igrejinha, povoado de sertanejos. Este fato, causaria grandes despesas para o Estado, e para a Inspetoria, e sérios aborrecimentos, devido a dificuldade de mudança dos índios como também dos sertanejos a serem transferidos (SPI, 22/12/1950, Filme 48, fotograma 1468).

Outrossim, o órgão indigenista tinha experiências frustrantes na tentativa de deslocar os índios para outros locais, com extrema dificuldade de retirá-los dos seus Toldos tradicionais. Na verdade, os indígenas continuavam com suas moradas mesmo em áreas não reservadas a eles, como destacado anteriormente. A viagem de Deocleciano de Souza Nenê ao PI Apucarana, em outubro de 1950, possibilitou a confecção de um novo Croqui com os Toldos dos índios daquela localidade. Este revela o porquê dos novos limites da área de 5.300 hectares destinada aos índios incluir as referências ao bairro do Fihú e à Usina. Como se vê na Imagem 33, uma parte dos índios tinha se deslocado para as proximidades da usina em construção, embora tantos outros Toldos ainda permanecessem espalhados por toda a área reservada em 1900.

Imagem 33 – Croqui dos Toldos e das áreas propostas ao PI Apucarana em 12/10/1950



Fonte: (SPI, 12/10/1950, Filme 76, Fotograma 272).

A ação dos índios revela uma estratégia de assegurar seus Toldos tradicionais, mas também estabelecer moradas em outros locais, com alguns membros do grupo, movidos por algum interesse. Apesar dos agentes do SPI afirmarem que era muito difícil a locomoção dos

indígenas para novos locais, alguns índios procuraram se fixar nas proximidades da usina em construção, local até então apontado pelo órgão indigenista como área arrendada a terceiros e sem Toldos indígenas até aquele momento.[104]

Torna-se mister afirmar que essa ação indígena influenciou de forma direta a decisão do SPI em definir os novos limites da área a ser destinada aos Kaingang do Apucarana, decorrentes do Acordo de 1949. Dessa forma, se o órgão indigenista optou em se aproximar da usina, devido aos interesses já mencionados, concomitantemente, algumas famílias indígenas também se deslocaram e concentraram seus Toldos próximos à usina, como revelou a análise dos Croquis. Esse deslocamento e fixação de moradias no local perto do empreendimento hidrelétrico devem ser compreendidos como ação estratégica dos índios daquela área, que perceberam a possibilidade de obter algum ganho e vantagens, nas relações com os representantes da EELSA e os operários que construíam a usina. Lembrando que o Acordo de 1949 ainda estava em processo de negociação entre o Governo do Paraná e o SPI, ou seja, antes mesmo da definição da área (ou das áreas) destinada aos índios, estes já haviam se deslocado para as proximidades das obras do empreendimento hidrelétrico.

Como será demonstrado, com mais detalhes, possibilidades de trabalho, de trocas comerciais, de novas relações sociais, bem como o aproveitamento da estrutura edificada em torno da usina e na nova sede do Posto, como estradas e pontes, mas também casas, escola, postinho de saúde, inclusive, instalações com energia elétrica fornecida pela usina, despertaram o interesse dos indígenas, que viram a possibilidade de obter determinadas vantagens, além de facilitar seus deslocamentos e seu cotidiano por toda aquela região.

É importante enfatizar, que essa concentração de Toldos nas proximidades da usina, não apenas influenciou a decisão do órgão indigenista na revisão dos limites de uma das áreas destinada aos índios, como também a decisão do SPI em abandonar a sede do PI Apucarana na região denominada Campininha, deslocando-a, incialmente, em 1951, para próximo do Posto Velho e, na sequência, em 1952, para junto do empreendimento hidrelétrico. Além dos interesses do órgão indigenista, em sua relação com a EELSA e com a usina, não se pode negar a ação dos próprios Kaingang, que também tinham seus interesses e que interferiram no processo de negociação da área de terras a ser demarcada como Território Indígena Apucarana, em decorrência do Acordo de 1949.

[104] Havia um Toldo na margem esquerda do rio Apucaraninha, em 1910, mais próximo de sua confluência com o rio Tibagi, conforme apontado pelo estudo de Mota (2014b). Entretanto, como será demonstrado pelos depoimentos dos índios, na década de 1930, esse local não estava mais habitado pelos indígenas. Quanto à margem direita do rio Apucaraninha, próximo ao Salto, não existiam moradias indígenas até o início das obras da usina.

Foram duas décadas de acertos e desacertos, após 1949, para a definição dos 6.300 hectares destinados aos indígenas do Apucarana, com grande resistência desses em deixar os seus Toldos tradicionais, como a própria memória indígena revela, por meio dos seus depoimentos orais, analisados na sequência. Não resta dúvida sobre a participação dos índios neste processo de definição do Território Indígena Apucarana, assim como, categoricamente, se pode afirmar que a concentração de Toldos na região próxima a usina foi decisiva para o seu processo de territorialização. E, como evidenciado ao final deste capítulo, essa ação indígena acabou se tornando primordial para as relações e negociações da comunidade indígena com as concessionárias de energia elétrica, seus representantes e seus empregados: primeiramente com a EELSA, até 1974; após isso, com a COPEL, permanecendo até hoje. Além disso, permitiu o despertar, entre os índios, da ideia de apropriação da usina, pois está localizada em território indígena, desde o início de sua construção. Essa ideia vem alimentando as exigências e reivindicações da comunidade indígena junto à COPEL, à FUNAI e ao MPF.

4.1.2 A memória e os relatos dos indígenas

Como já afirmado, se por um lado, houve o deslocamento de alguns grupos indígenas do Apucarana para próximo da usina em construção, fixando Toldos naquela região, por outro lado, os índios não abandonaram os seus Toldos de outrora, estabelecendo suas políticas para fazer frente ao novo processo de esbulho dos seus territórios, em virtude do Acordo de 1949 e do avanço das frentes colonizadoras. As ações dos índios, o jogo de interesses, as alianças, os conflitos, suas lutas, suas conquistas e suas perdas estão presentes na memória da comunidade, que conta suas histórias para as novas gerações, contemplando sentimentos diversos: indignação pela perda substancial das terras; saudosismo dos seus locais antigos de moradias, de rituais e de festas; tristeza pela morte de parentes e de amigos; mas também sentimentos de força pela histórica de luta do seu povo, de esperança em obter novamente seus territórios perdidos e de luta pela melhoria da qualidade de vida da comunidade, mantendo-se enquanto população de cultura diferenciada, que prima por suas origens e suas raízes, mas que se reinterpreta, em virtude dos novos contextos históricos e das relações com os não-indígenas, seguindo a perspectiva de *Fronteiras Étnicas* e de *Relações Interétnicas* apresentadas por Barth (1976).

Tudo isso foi percebido nas entrevistas orais realizadas com alguns membros da comunidade indígena do Apucaraninha, durante os trabalhos da pesquisa etnográfica.[105] Esses depoimentos foram realizados no campo, a céu aberto, visitando os locais de outrora ocupados pelos índios, como seus cemitérios antigos, os locais de encontro para festas e para rituais, proporcionando momentos especiais para a equipe de pesquisadores e para os próprios indígenas, considerando a orientação da *Observação Participante*, constante em Oliveira (2006), que dá encaminhamentos de como o pesquisador deve olhar, ouvir e escrever, durante a elaboração do seu trabalho, verificando "[...] as questões epistemológicas que condicionam a investigação empírica tanto quanto a construção do texto, resultante da pesquisa" (OLIVEIRA, 2006, p. 18).

No que tange ao objeto desta pesquisa, as falas dos indígenas entrevistados evidenciam a sua resistência e dos seus ancestrais em deixar seus Toldos tradicionais e que determinados interesses acabavam promovendo as mudanças dos seus locais de outrora. É importante relembrar que a fase inicial da concentração de Toldos perto da usina ocorreu entre 1946 a 1950, antes mesmo das definições do Acordo de 1949, ou seja, não podem ser tratados meramente como deslocamentos impostos pelas frentes colonizadoras ou por determinações do órgão indigenista. É mister destacar as ações e os interesses de algumas famílias indígenas no deslocamento para próximo da Usina do Apucaraninha.

Durante a pesquisa de campo alguns membros da comunidade fizeram o papel de guia, conduzindo aos locais de suas antigas moradias e outros pontos de interesse para esta pesquisa, como cemitérios, igreja, locais de encontros, entre outros. Além disso, conduziram a equipe de pesquisa até as casas dos indígenas que foram entrevistados. Os próprios guias também deram seus depoimentos enquanto ocorriam os deslocamentos para a realização da pesquisa de campo e ainda exerceram o papel de tradutores, nos casos em que os entrevistados não falavam o português, mas apenas a língua materna, o Kaingang.[106] Novamente, se recorre aos fundamentos de Oliveira (2006), quando explica o *Olhar Etnográfico* do pesquisador, que vem previamente definido sobre seu objeto de pesquisa, devido à leitura de outras fontes e bibliografias sobre o tema, e que, portanto, compreender os locais e tudo aquilo que se vê

[105] Optou-se por não elaborar um item para tratar de História Oral. A fundamentação teórica e metodológica para a realização das entrevistas orais está constante no decorrer da análise dos depoimentos, quando considerada necessária e pertinente. Alguns teóricos e seus debates sobre História Oral fundamentaram a realização das entrevistas orais presentes neste estudo. Obras como as de Amado e Ferreira (2005), Alberti (2005), Thompson (1992) e Oliveira (2006) foram essenciais para o planejamento, execução e análise das entrevistas orais.

[106] A escolha dos membros da comunidade indígena que seriam entrevistados partiu da experiência com outros trabalhos realizados na TI Apucaraninha, buscando os mais antigos moradores e as principais lideranças.

durante os trabalhos de campo exige que o pesquisador ouça os seus entrevistados. Dessa forma, olhar e ouvir não podem ser tomados como algo independente da investigação empírica, porque não se dissociam, mas conectam-se. Além disso, Oliveira (2006) ressalta a dificuldade dos *Idiomas Culturais*, que são os diferentes mundos do entrevistador e do entrevistado. É, neste último mundo, que o pesquisador deseja entrar, destaca o autor, mas sua compreensão está limitada pelas categorias explicativas ocidentais que ele tem em sua formação.

- Identificando os indígenas entrevistados

Um dos guias foi o Sr. João Krág Mág Cardoso Neto, Kaingang, nascido em 3 de março de 1954, no Toldo Apucarana, mais conhecido como Posto Velho. Este local, até recentemente contemplava algumas famílias indígenas moradoras, pois ficou dentro da atual TI Apucaraninha. O Sr. João Cardoso descreveu fatos de sua infância e das histórias que seu pai lhe contava, importantes para compreender a constituição do Território Indígena Apucarana e a instalação da nova sede do Posto próxima à usina, no início da década de 1950. Ele foi guia e conduziu a equipe de pesquisa até aos antigos Toldos Campininha, dos Moreiras e do Inglês, além de demonstrar o local da antiga sede do PI Apucarana e conduzir a equipe de pesquisa até a residência do Sr. Raul Pereira.

O Sr. João Cardoso também foi o tradutor da conversa realizada com o Sr. Raul Pereira, um dos Kaingang mais antigo da TI Apucaraninha, com 87 anos de idade, que praticamente não fala a língua portuguesa, fazendo seu relato em Kaingang. As perguntas do entrevistador e as respostas do entrevistado eram traduzidas pelo Sr. João Cardoso. O Sr. Raul Pereira nasceu no Toldo dos Moreiras e durante o processo de reorganização da sede do PI Apucarana, nos anos 1950, acabou se mudando para perto da Usina do Apucaraninha, onde se edificava a nova sede do Posto. Suas falas foram essenciais para entender o processo de territorialização da comunidade indígena do Apucarana, durante as negociações do Acordo de 1949 e diante da presença da usina.

Outro integrante da TI Apucaraninha entrevistado foi o Sr. João Maria Rodrigues Tapixi, de 75 anos de idade. Apesar de ser morador recente do Apucaraninha o Sr. Tapixi é experiente, sendo uma liderança de destaque do movimento indígena, com várias ações na segunda metade do século XX, especialmente dos Kaingang que viveram/vivem nos territórios da bacia hidrográfica do rio Tibagi. Cacique, durante muitos anos da Terra Indígena Barão de

Antonina, o Sr. Tapixi deu grandes contribuições para compreender o contexto de construção da Usina do Apucaraninha e suas relações com a comunidade indígena local.[107]

O Sr. José Ekór Bonifácio também realizou o papel de guia da equipe de pesquisa, prestando depoimentos ao longo dos deslocamentos por toda a área do antigo Território Indígena Apucarana. Com mais de 60 anos de idade o Sr. José Bonifácio nasceu no Toldo Apucarana (Posto Velho), viveu a infância próximo às margens do rio Apucarana e aos 14 anos de idade sua família foi para a sede do Posto, próximo à Usina do Apucaraninha. Ele demonstrou onde eram muitos Toldos dos índios, não apenas os indicados pelo órgão indigenista, inclusive, apontando locais de moradias de famílias indígenas fora da área reservada aos índios em 1900.

Dona Gilda Kuitá também acompanhou os deslocamentos na companhia do Sr. José Bonifácio, fazendo seus depoimentos e observações. Nascida no Estado de Santa Catarina, pertencente a etnia Xokleng, Dona Gilda chegou no Território Indígena Apucarana com apenas um ano de idade, junto com sua família. Hoje, aos 61 anos, tem muita história para contar sobre o processo de reestruturação da área reservada aos índios do Apucarana e sobre a presença da usina e as relações entre a comunidade indígena e os empregados da EELSA.

Outro entrevistado foi o Sr. Elói Zacarias Nogueira Pipir, com 88 anos de idade, sempre morador na região do Território Indígena Apucarana, passando por diferentes Toldos, mas que nasceu próximo ao rio Taquara, que estaria fora da área reservada aos índios em 1900. Contou que foi no Toldo Rio Preto, onde passou a maior parte da infância e depois se deslocou para a sede nova do Apucaraninha ainda jovem para trabalhar junto ao encarregado do Posto, Alan Cardec. Primeiramente, o Sr. Elói morou no chamado Posto Velho (Toldo Apucarana) e, em seguida, na nova sede no Apucaraninha.

O último foi entrevistado o Sr. Pedro Kagre Kãg Candido de Almeida, com 61 anos de idade, professor na escola da TI Apucaraninha e que cuida do espaço chamado de Casa do Índio, na cidade de Londrina – PR, ficando a maior parte da semana neste local. O Sr. Pedro de Almeida nasceu próximo ao rio Taquara e com dois anos de idade sua família mudou para a área próxima a Usina do Apucaraninha, onde estava situada a nova sede do PI Apucarana.

[107] O Sr. Tapixi realizou um depoimento para a Comissão Estadual da Verdade do Paraná, em 2014, na Câmara Municipal de Vereadores de Maringá – PR, para o Eixo *Graves Violações Contra Povos Indígenas*, testemunhando muitos casos de violência contra os Kaingang do Tibagi, pelos agentes do SPI, FUNAI, entre outros.

- A memória indígena em relação aos seus antigos Toldos

Os depoimentos coletados in loco revelaram o conhecimento dos indígenas em relação aos seus antigos locais de moradia. O Sr. João Cardoso guiou a equipe de pesquisa em parte da área que correspondia ao Território Indígena Apucarana, como no local do antigo Toldo Campininha e da primeira sede do Posto, edificada em 1942. Todos os entrevistados demonstraram saber exatamente onde eram esses locais, revelando a memória e a oralidade presentes na comunidade Kaingang do Apucaraninha, que compreende sua historicidade. Os depoimentos corroboram as informações do SPI, que colocam o Toldo Campininha bem próximo da primeira sede do PI Apucarana. São locais distantes da atual TI Apucaraninha.

Fotografia 12 – Antigo local do Toldo Campininha

Fonte: Foto de Lúcio Tadeu Mota.

O Sr. José Bonifácio também realizou o papel de guia e conduziu os pesquisadores até o local da primeira sede do PI Apucarana e do Toldo Campininha, acompanhados da Dona Gilda Kuitá. As localidades são as mesmas apontadas pelo Sr. João Cardoso e corrobora as informações contidas nos documentos do órgão indigenista. No local, foram encontradas algumas construções antigas, que podem ter relações com as estruturas originais do PI Apucarana, construídas a partir de 1942.

Fotografia 13 – Sr. José Bonifácio apontando o antigo local do Toldo Campininha

Fonte: Foto de Isabel Cristina Rodrigues.

Fotografia 14 – Dona Gilda e Sr. José apontando o antigo local da primeira sede do Posto

Fonte: Foto de Isabel Cristina Rodrigues.

Fotografia 15 – Construção no local da primeira sede do PI Apucarana

Fonte: Foto de Isabel Cristina Rodrigues.

Durante os trabalhos de campo, o Sr. João Cardoso levou os pesquisadores até a residência do Sr. Raul Pereira. Este, quando questionado sobre os antigos locais ocupados pelos índios daquela região, respondeu o seguinte:

> Fui nascido aqui, lugar onde era toldo também, lá do Moreira [...] era uma carreira assim, onde era riozinho que desce assim [...] no lado, para cá também tinha, eles fizeram até carreira nos ranchos deles, onde nós viu, onde nós paremo e daí falei pra ele onde a gente mora é aqui, naquele riozinho que desce, que cada lado tinha um [...] É tinha, nessa base, mais ou menos, doze ou vinte casas de índios. Tinha um riozinho que desce, lá onde eu falei pra vocês, quando passemo assim, que não era inglês né. Aquele riozinho que vem de lá [...] Pra cima onde é sede lá, então já tinha assim, a carreira das casas dos índios, os ranchos né (RAUL PEREIRA, 28/03/2017).

Fotografia 16 – Raul Pereira (centro), João Cardoso (esquerda) e Éder Novak (direita)

Fonte: Foto de Lúcio Tadeu Mota.

Fotografia 17 – Antigo local do Toldo dos Moreiras com João Cardoso e Éder Novak

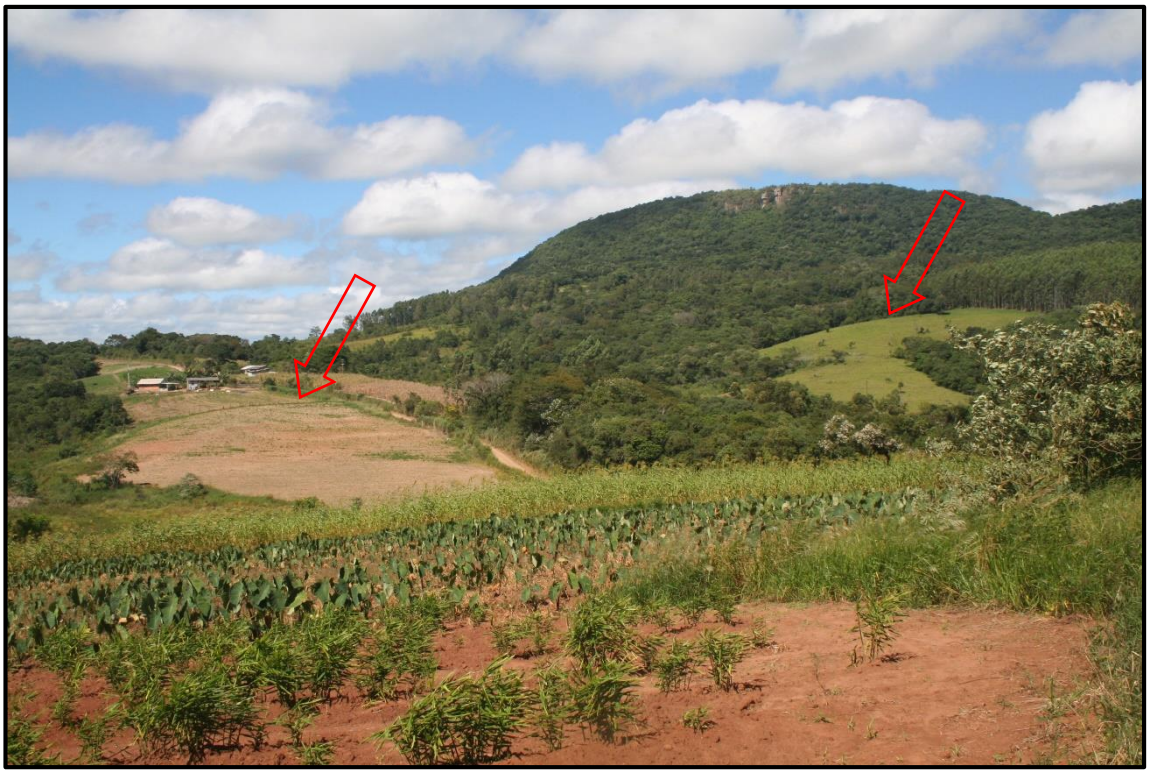
Fonte: Foto de Lúcio Tadeu Mota.

Durante as traduções, o Sr. João Cardoso considerava os deslocamentos já realizados durante a pesquisa de campo e acrescentava algumas informações ao depoimento do Sr. Raul Pereira. Nessa passagem da entrevista, nota-se a citação a dois Toldos reconhecidos pelos dados demográficos do órgão indigenista: o dos Moreiras e o do Inglês, ambos em localidades fora da atual TI Apucaraninha. A memória do Sr. Raul Pereira em descrever a localização das casas, citando os rios, a posição dos ranchos, demonstra como os índios tinham (e ainda têm) o conhecimento do seu território outrora ocupado, que passou pelo processo de esbulho, com seu auge, durante as negociações referentes ao Acordo de 1949.

Ao final desse trecho do depoimento, o Sr. Raul afirmou que os Toldos dos Moreiras e do Inglês eram próximos, *tudo perto* confirmou a tradução do Sr. João Cardoso. Além disso, o Sr. Raul também informou que foi morador, durante pouco tempo, do Toldo Campina (a Campininha), que estava situado mais próximo da primeira sede do PI Apucarana, quando então se deslocou para o local onde se assentou a nova sede do Posto e ali vive até hoje.

Na companhia do Sr. José Bonifácio e Dona Gilda Kuitá, a equipe de pesquisa se deslocou com destino ao antigo local do Toldo Rio Preto, fazendo inúmeras paradas a pedido dos indígenas para demonstrar outros locais e realizar seus depoimentos. Uma dessas paradas se deu próximo da Serra do Arreio, local de antigas moradias dos índios.

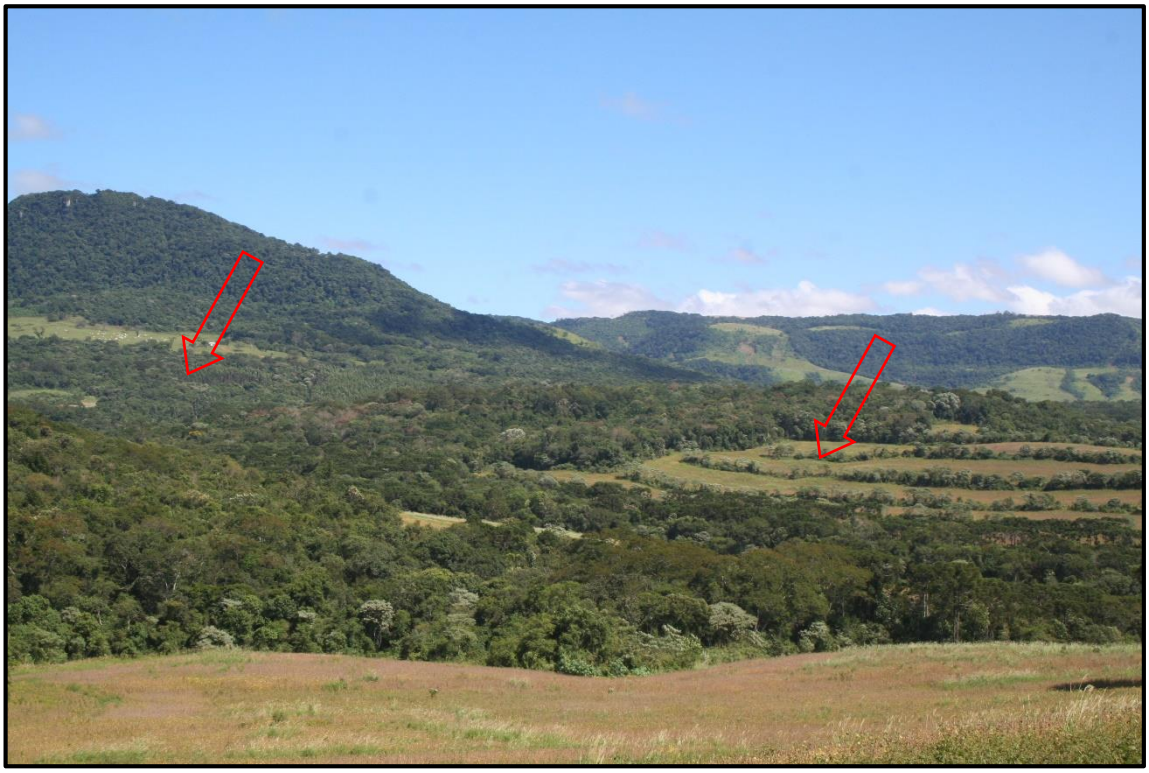
Fotografia 18 – Local do antigo Toldo Serra do Arreio



Fonte: Foto de Lúcio Tadeu Mota.

Durante o percurso, o Sr. José Bonifácio demonstrou um novo local de antiga moradia dos índios, conhecido como Toldo do Arroio Grande, afirmando que muitas famílias indígenas viviam naquele local.

Fotografia 19 – Antigo local do Toldo Arroio Grande



Fonte: Foto de Lúcio Tadeu Mota.

Ao completar o percurso, chegou-se ao Toldo Rio Preto, onde está localizada a Igrejinha e o cemitério, com muitos índios enterrados. Local de muitas lembranças para o Sr. José Bonifácio e Dona Gilda e de muitas histórias para os Kaingang da TI Apucaraninha. Próximo à Igrejinha foram encontrados alguns fragmentos de cerâmica, que reforçam a presença de moradias dos índios naquele lugar em tempos mais remotos. Esses artefatos despertaram o interesse dos informantes indígenas, promovendo um longo diálogo com a equipe de pesquisa sobre a finalidade das vasilhas cerâmicas, as formas de sua elaboração etc.

Fotografia 20 – Cemitério Indígena do Toldo Rio Preto

Fonte: Foto de Lúcio Tadeu Mota.

Fotografia 21 – Igrejinha no local do antigo Toldo Rio Preto

Fonte: Foto de Lúcio Tadeu Mota.

Após a visita ao cemitério e a igrejinha do Rio Preto, a equipe se deslocou para as margens do rio Apucarana, onde o Sr. José Bonifácio afirmou que eram moradias dos índios, nas duas margens do rio, desde aquele ponto, até a sua foz no rio Tibagi, contando algumas histórias da sua infância. Toda a margem direita do rio Apucarana não pertence à TI Apucaraninha, enquanto uma grande parte da margem esquerda foi retirada dos índios após as negociações do Acordo de 1949.

Fotografia 22 – Rio Apucarana e o antigo Toldo Apucarana Grande

Fonte: Foto de Lúcio Tadeu Mota.

O Sr. José Bonifácio também levou a equipe até ao Toldo Apucarana (Posto Velho), muito próximo da Água do Gregório, citada nos documentos como local do PI Apucarana, logo após sua saída de próximo do Toldo Campininha em 1951. Nesse local, muitas famílias indígenas viveram até recentemente. Hoje, porém, há apenas uma casa da neta do antigo Cacique Gregório, muito citado nos Relatórios dos encarregados do Posto, nos anos 1940 e 1950. Esse local e o Toldo Barreiro permaneceram na área que constitui a atual TI Apucaraninha.

Fotografia 23 – Residência da neta do antigo Cacique Gregório no Posto Velho

Fonte: Foto de Isabel Cristina Rodrigues.

Todos esses locais apontados pelos índios estavam compreendidos no interior do território indígena reservado aos Kaingang desde 1900. Apenas o Posto Velho e o Toldo Barreiro ficaram no interior das áreas destinadas aos índios após as negociações do Acordo de 1949. Entretanto, existiam ainda os Toldos fora daquela área, como revelaram o Sr. Elói Zacarias e o Sr. Pedro de Almeida, entre outros entrevistados. O primeiro informou ter nascido na aldeia do rio Taquara (Toldo Barra do Taquara) e que ainda menino foi para o Toldo Rio Preto. O segundo narrou algumas histórias dos índios do Apucarana, iniciando com a de sua família:

> [...] A minha vó, os meus parentes, a minha família é de Taquara, fica ali perto dá, aqui perto de Londrina mesmo. Ali tinha uma área indígena, uma aldeia que os índios moravam ali e minha família são dali mesmo e aí eu nasci, dali mesmo né, aí quando, diz minha vó, falava, quando eu tava com dois anos aí eles, o chefe branco, o chefe do posto pediu pra todos índios morarem lá no Apucaraninha (PEDRO ALMEIDA, 30/03/2017).

A família de Pedro de Almeida tem suas origens no Toldo Taquara, hoje próximo de onde fica a ponte sobre o rio Taquara, na chamada Estrada Velha que liga Londrina à Usina do Apucaraninha, passando pelos Distritos de Irerê, Paiquerê e Guairacá. Tanto o Toldo Taquara,

quanto o lugar de origem da família do Sr. Elói Zacarias, não estavam situados no Território Indígena Apucarana, reservado aos índios em 1900. Entretanto, conforme o Sr. Pedro de Almeida, o Toldo Taquara contemplava algumas famílias indígenas ainda na década de 1950. Nascido em 1955, ele revelou que com dois anos de idade, portanto em 1957, sua família mudou-se para o Apucaraninha, seguindo o processo de concentração dos índios nas proximidades da nova sede do Posto e da Usina do Apucaraninha.

Também o Sr. José Bonifácio e a Dona Gilda Kuitá informaram a presença de seus familiares nas margens do rio Taquara na década de 1950. Esses dois indígenas acompanharam a equipe de pesquisa até a ponte da Estrada Velha, sob o citado rio. Ali foi encontrado um antigo *Pari*, armadilha de pesca Kaingang, que segundo o Sr. José Bonifácio pertencia ao índio Francisco Diogo. O Sr. José Bonifácio disse também que daquele ponto até a foz no rio Tibagi, existiam muitas moradias indígenas, sobretudo, na margem direita do rio Taquara.

Fotografia 24 – Antigo *Pari* no rio Taquara e Toldo Taquara

Fonte: Foto de Isabel Cristina Rodrigues.

Além dos Toldos presentes no rio Taquara, os indígenas citaram o antigo Toldo na margem esquerda do rio Apucaraninha, do lado oposto onde se assentou a usina, também situado fora do Território Indígena Apucarana reservado em 1900. Como já descrito, trata-se de uma antiga moradia dos índios, ainda habitada em 1910, conforme os estudos de Mota

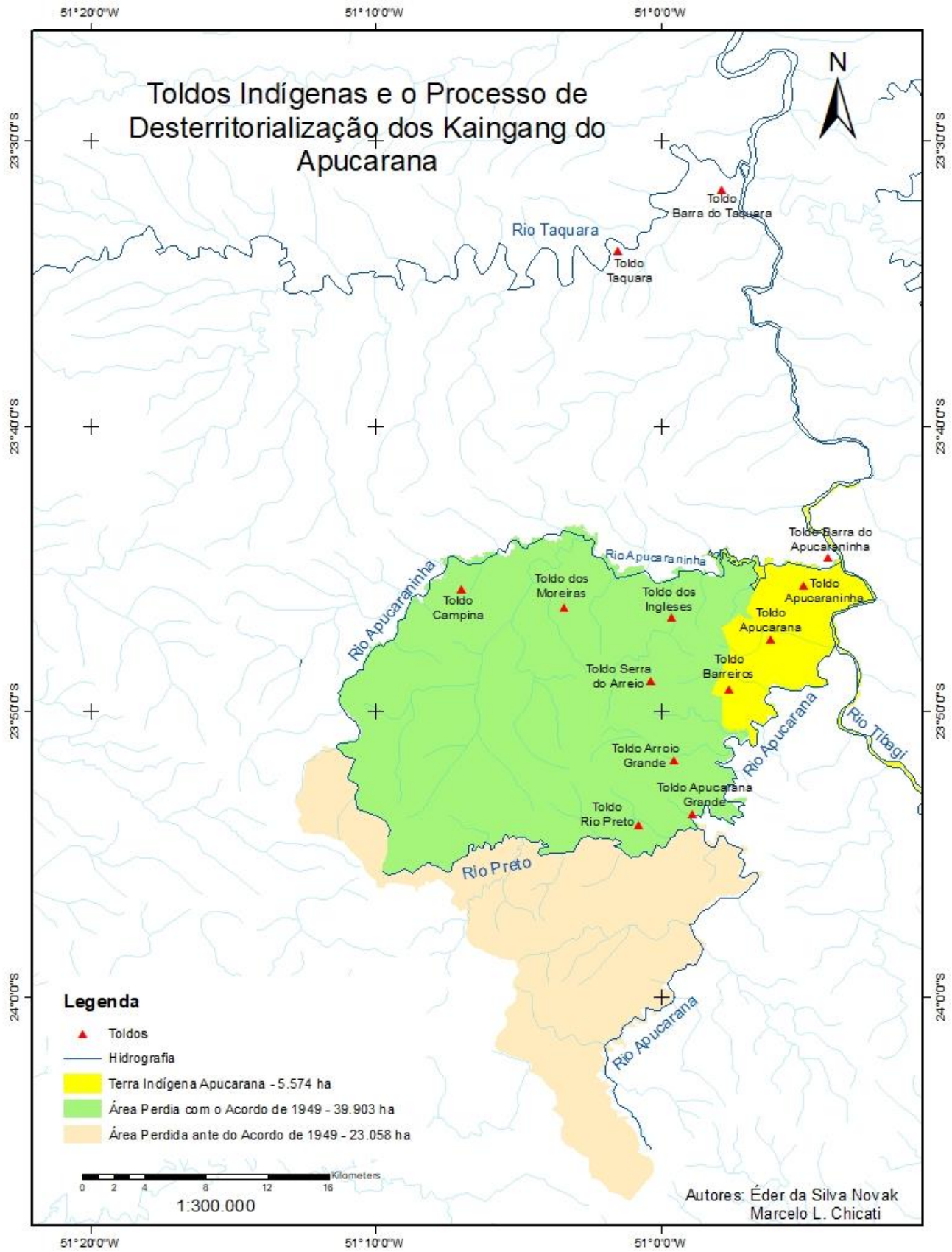
(2014b), mas que nos 1930 já não contava mais com moradores indígenas. A equipe de pesquisa também se deslocou até ao antigo cemitério deste Toldo Apucaraninha, na companhia também do Sr. José Bofinácio e da Dona Gilda Kuitá. Esta apontou o local de uma sepultura, conforme foto abaixo.

Fotografia 25 – Sepultura no cemitério do antigo Toldo Apucaraninha

Fonte: Foto de Isabel Cristina Rodrigues.

Os depoimentos e os deslocamentos por todo o Território Indígena Apucarana, na companhia dos índios, permitem afirmar que eram muitos os locais habitados por eles no momento em que se iniciou a construção da Usina do Apucaraninha. O Mapa 7 apresenta todos os Toldos informados pelos indígenas. Um número muito maior do que simplesmente os seis Toldos elencados pelo órgão indigenista, inclusive, com os que estavam fora do território reservado em 1900. Dessa forma, mesmo após meio século, as políticas indigenistas ainda não haviam conseguido concentrar os índios na área a estes destinadas, evidenciando a resistência e as ações dos indígenas em defesa dos seus territórios.

Mapa 7 – Os Toldos do Território Indígena Apucarana



Autores: Éder da Silva Novak e Marcelo L. Chicati.

- As festas e os deslocamentos narrados pelos indígenas

A memória indígena também evidencia os locais de suas festas, encontros, rituais e como ocorriam seus deslocamentos por toda a bacia do rio Tibagi, interligando os Kaingang das duas margens desse grande rio. Os pesquisadores, na companhia do Sr. José Bonifácio e Dona Gilda Kuitá, foram até um pequeno rio, com o nome de Água do Encontro, onde o Sr. José Bonifácio realizou o seguinte depoimento:

> E o caminho antigo saia ali, ia por aqui, nós cruzava por aqui sabe, então até o rio do Encontro, que os índios que morava no Toldo Velho, aí eles limpava o caminho né, eles encontrava aqui, aqui que morava, na, na, no Rio Preto, eles vinha de lá limpando o caminho e encontrava tudo aqui, encontrava com os de lá pra cá, eles encontrava tudo ali com o pessoal do Toldo tudo ali, sabe, e então, aqui era o encontro deles, aqui eles fazia a dança deles, cantava, sabe. Ficava, aqui eles almoçava, eles fazia a dança deles aqui, então, aqui era rio do Encontro. Nos encontrava tudo aqui no rio, aí eles fazia a dança deles aqui, eles cantava, apresentava a cultura deles, eu vi duas vez. É, por isso que é rio do Encontro. Então, aí, então era tudo, era só um caminho (JOSÉ BONIFÁCIO, 29/03/2017)

A memória da comunidade indígena ainda guarda com saudosismo esses encontros e festas, na época em que o território era extenso e farto de alimentos, frutos, peixes, animais para caça etc. Segundo o Sr. Bonifácio, eles ficavam uns dois dias em festas, celebrando seus rituais, cantando, dançando.

> Tinha comida, peixe, mel, pescava, caçava, aí tinha, aí as mulheres se encontrava tudo ali e fazia, assava carne, os peixes [...] lambari, então, daí eles pescava e comia peixe e carne assada, aquele tempo tinha muito bicho, cateto. O que vinha, os que morava perto ali vinha ajudar eles pra fazer a limpa, limpar o caminho do Toldo velho. Muita gente, era tudo esparramado por aqui assim (JOSÉ BONIFÁCIO, 29/03/2017).

Esses encontros contavam com grande quantidade de indígenas, que vinham de longe para celebrar com seus amigos e parentes índios. A Dona Gilda conta mais detalhes sobre esses momentos:

> Naqueles tempos eles tinham os costumes de roçar os caminhos, mas hoje eles já desistiram dessa ideia, mas todos os caminhos eles ia limpando, então, tinha época do ano que eles fazia isso, daí aqui era um ponto de encontro deles, vinha de lá do Rio Preto, do Toldo Velho, da Serra do Arreio, vinha do toldo, vinha lá da Campininha, se encontravam aqui (GILDA KUITÁ, 29/03/2017).

Fotografia 26 – Água do Encontro

Fonte: Foto de Isabel Cristina Rodrigues.

Fotografia 27 – Equipe de pesquisa e os guias indígenas na Água do Encontro

Fonte: Foto de Isabel Cristina Rodrigues.

Esse local, Água do Encontro, era um ponto estratégico para unir todos os indígenas dos diferentes Toldos do Território Indígena Apucarana, pois era centralizado e oferecia diversas opções de alimentos para os participantes daquele momento festivo. O Sr. José Bonifácio relatou que naquela época não se passava fome, "[...] se eu andar hoje o dia inteiro, eu acho que eu vou passar fome. É, não acha o que comer, não tem fruta nenhuma" (JOSÉ BONIFÁCIO, 29/03/2017). Outrossim, encerrou seu depoimento afirmando que "[...] hoje tem só soja né, inhame, hoje você não vê nenhuma fruta, nem coco não tem pra você fazer um suco, é, nós fazia suco do coco maduro, eles socava no pilão" (JOSÉ BONIFÁCIO, 29/03/2017).[108]

Durante a passagem pelas margens do rio Apucarana, o Sr. José Bonifácio e a Dona Gilda Kuitá também contaram algumas histórias antigas das travessias e idas e vindas dos índios por todo aquele território.

> Esse caminho que entra aqui era um trilho sabe, nós andava a cavalo, por aqui, e saía lá na frente lá, saía lá na frente lá, onde depois nós passa lá eu falo pra vocês onde saía, nós vai passar por lá agora. Então, vai lá até no rio do Encontro, esse caminho aqui, chega lá no rio do Encontro, o pessoal chegava aqui limpava o caminho e se encontrava lá, lá eles fazia a dança deles, canto e tudo, então, lá era o rio do Encontro, então, mas daí eles entrava por aqui e tem outro caminho que sai lá também, eles cruza de a cavalo lá e vai lá no Mococa (JOSÉ BONIFÁCIO, 29/03/2017).

O Sr. Bonifácio explicou com detalhes os caminhos que eram percorridos e que havia três lugares onde passavam os índios com seus cavalos, atravessando o rio Apucarana e seguindo em direção à Mococa, atual Terra Indígena Mococa. As travessias eram próximas aos *Pari* e "[...] aí também tem o acampamento dos índios, quando eles para lá, quando é longe, por lá, eles acampa, aí eles chega nesse rio, rio Igrejinha, parece, não, é rio Rosário" (JOSÉ BONIFÁCIO, 29/03/2017). O nome rio Rosário foi lembrado pela Dona Gilda. O Sr. Bonifácio continuou o relato:

> É o Rosário, na barra daqui, quando eles cai no Tibagi aí os índios tem acampamento que sempre eles vão pra Mococa, eles posa por lá, pesca por lá, fica por lá, passa um dia e depois que eles vão continuar a viagem de novo aí até que eles chega em Mococa também. Meus parentes, meu avô, sempre andava ali, eu também andei muito ali quando eu era mulequinho, então, sabe, andava com meus avôs, meu pai tudo, né e nós ia pra Mococa de a cavalo, parava lá, nós ficava lá, um dia, dois dias, três pescando, depois nós

[108] Popularmente esse coquinho é conhecido como Macaúba, Macaíba, Macaúva, Coco de Espinho, entre outros. O nome científico é Acrocomia Aculeata, mais encontrado em áreas de Mata Atlântica.

> continuava a viagem nossa até chegar em Mococa (JOSÉ BONIFÁCIO, 29/03/2017).

O depoimento é marcado pela emoção do Sr. José Bonifácio ao lembrar dos tempos de infância, demonstrando as relações entre os diferentes Toldos e seus integrantes, o conhecimento de todo aquele território, as conexões que ultrapassavam as fronteiras da área reservada aos índios, ligando também a Mococa, Queimadas e do outro lado do rio Tibagi, com Barão de Antonina e São Jerônimo, como já evidenciado pela documentação e ratificados pelos relatos.

Fotografia 28 – Sr. José Bonifácio contando suas histórias na margem do rio Apucarana

Fonte: Foto de Lúcio Tadeu Mota.

O Sr. José Bonifácio afirmou que tudo era moradia dos índios, a partir daquele ponto onde estava, até a foz do rio Apucarana no Tibagi, em suas duas margens. Outrossim, lembrava mais histórias:

> É por que daí eu era um rapaz novo sabe, eu me criei na beira desse rio aqui, me criei na beira desse rio, junto com meu avô, meu pai, armava pari, pegava peixe, chamava ao outros pra vir comer peixe na beira do rio, sabe e quando tava caindo muito peixe no pari, daí eles convida o povo lá pra vir comer os peixe na beira do rio, eles já vinha com a comida deles, é, é bolo azedo, eles trazia tudo, emi, tudo, a comida da gente, trazia milho, sabe. Trazia e nós

> ficava aí uns par de dia na beira do rio, sempre nós vivia junto, a cultura da gente é viver junto e matar um bichinho, matar um cateto e eles chama os velhinho e come tudo junto na beira do rio, quando eles vão achar, que já tem um índio que já é preparado, sabe, pra, pra ver onde tem o mel, tem a abelha, sabe, e ele já sabia onde tem o mel, ele pegava ali, ia lá furava, pegava mel e trazia, fazia guarapa na beira do rio, depois que eles comia peixe assado, tudo, eles fazia aquelas guarapa de mel tudo e bebia tudo junto ali, esse era a vida deles, sabe, nesse tempo, sabe, e eu fui criado na beira desse rio, quando eu tava com 14 anos aí que eu fui lá para o posto lá na sede do Apucaraninha, daí (JOSÉ BONIFÁCIO, 29/03/2017).

Durante a presença nas margens do rio Apucarana, além de várias histórias da infância, o Sr. José Bonifácio lembrou de algumas músicas que seus avôs cantavam na época.

> Do tempo que a gente andava a pé, ia para Tamarana né, tem vez que eles fazia fogo, fazia comida na beira da estrada, tem vez que eles cantava, [...] daí ficava alegre aí sempre eles cantava daí, eu era mulequinho né eu só escutava eles cantar sabe, daí eu vou cantar uma música, eu vou cantar com a Gilda aqui (JOSÉ BONIFÁCIO, 29/03/2017).

Após cantar, o Sr. José Bonifácio explicava o significado da música, que seu avô gostava da sua avó e esta também cantava porque gostava do seu avô. As entrevistas corroboravam com a ideia de que a história oral e a pesquisa etnográfica/arqueológica apresentam possibilidades de entender um acontecimento histórico, pois como afirma Thompson:

> [...] a natureza da entrevista implica uma ruptura da fronteira entre a instituição educacional e o mundo, e entre o profissional e o público comum. Pois o historiador vem para a entrevista para aprender: sentar-se ao pé de outros que, por provierem de classe uma social diferente, ou por serem menos instruídos, ou mais velhos, sabem mais a respeito de alguma coisa. A reconstrução da história, torna-se ela mesma, um processo de colaboração muito mais amplo, em que não profissionais devem desempenhar papel crucial (THOMPSON, 1992, p. 32-33).

Nessa perspectiva, conforme Oliveira (2006), o entrevistado não pode ser tratado como um mero informante, que responderá perguntas previamente definidas pelo pesquisador. As respostas do entrevistado não podem ser imaginadas como algo pontual e necessário para o objeto de pesquisa, antes mesmo de ocorrer a entrevista. É preciso pensar o entrevistado como um interlocutor, em relação dialógica com o entrevistador, promovendo o *Encontro Etnográfico*, em que "[...] o ouvir ganha em qualidade e altera uma relação, qual estrada de mão única, em uma outra de mão dupla, portanto, uma verdadeira interação" (OLIVEIRA, 2006, p. 24).

Em todos os depoimentos, constatou-se a emoção de relembrar as histórias de outrora e dos seus antigos territórios. Como exemplo, o Sr. Raul Pereira e o Sr. João Cardoso contaram que os índios tinham muito apego aos seus locais de moradias, descrevendo algumas atividades realizadas no dia a dia, como a citada abaixo em relação ao Toldo Barreiro.

> Lá do Barreiro, os índios parava muito, eu lembro […] aqui tinha um pocinho, diz que é, é lugar onde os anta vai né, descer beber água, cruzava, não sei como que ia, falava barreiro antigamente e já tinha um pocinho lá também, os índios fizeram até a mão lá. Um poço redondo assim (RAUL PEREIRA, 28/03/2017).

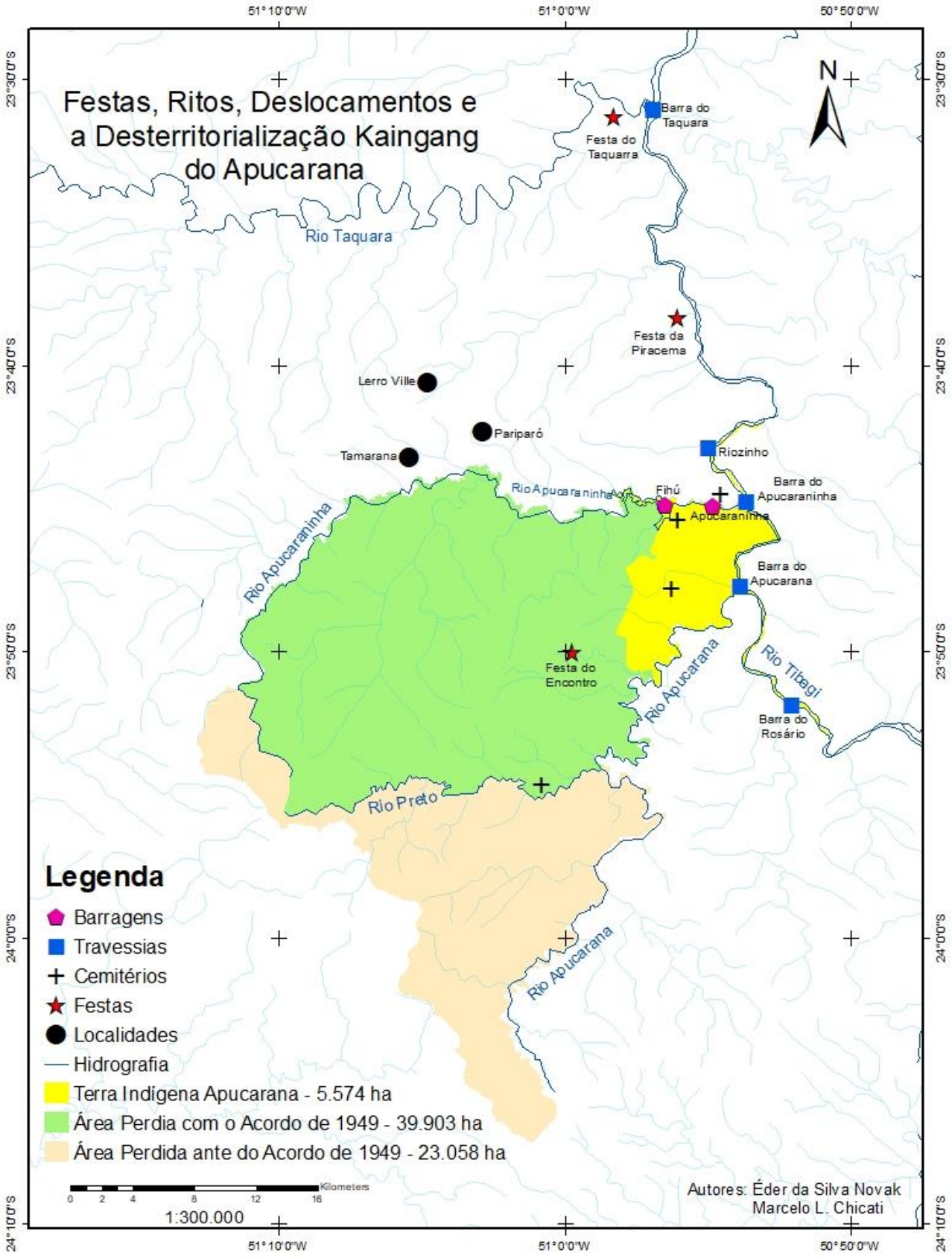
Este local apontado no depoimento se situava na Água do Encontro, muito próximo ao Toldo Barreiro. Há informações de que no percurso desse rio tem pontos que contém sal e que os animais vinham comer. Portanto, era um local de caça dos índios, facilitando as festas promovidas à beira da Água do Encontro.

O Sr. Tapixi ratifica as festas e os encontros dos índios do rio Tibagi, evidenciando seus deslocamentos e pontos onde cruzavam o rio Tibagi, para rever seus familiares que moravam nos diferentes Toldos daquela região. Segundo ele eram 5 pontos de travessia no rio Tibagi: na barra do rio Taquara, para pescar no leito deste rio; num local chamado de riozinho, onde tinha um porto, para acesso ao Toldo Campininha; no barra do rio Apucaraninha, para ida aos Toldos dos Moreiras, Inglês, entre outros; na barra do rio Apucarana, em direção ao Posto Velho e ao Toldo Rio Preto; e na barra do rio Rosário, para acesso aos índios de Mococa e Queimadas. Desses pontos de travessia apenas dois ficavam no Território Indígena Apucarana, justamente na barra do rio Apucaraninha e na barra do rio Apucarana.

Além disso, o Sr. Tapixi descreveu a Festa da Piracema, que ocorria todo ano, nos dias 28 a 30 de setembro, no rio chamado Água do Piracema. Segundo ele, muitos índios participavam daquele momento, aproveitando e enchendo seus balaios de peixes. Ali mesmo, já comiam uma parte desses peixes e levavam o restante para suas casas, após os três dias de festas.

Durante a estadia nas margens do rio Taquara, o Sr. José Bonifácio também citou uma grandiosa festa no Toldo Barra do Taquara, quando os índios que tinham *Pari* naquele rio e também no rio Tibagi, recebiam seus parentes, para as comemorações, com muitas danças, cantos e rituais.

Mapa 8 – Os pontos de travessia e as festas dos Kaingang do Apucarana



Autores: Éder da Silva Novak e Marcelo L. Chicati.

Diante disso, pode-se afirmar que os índios realizavam suas festas e encontros, mantendo seus relacionamentos com os parentes de outros territórios. Os locais das festas citadas – Barra do Taquara, Água do Piracema e Água do Encontro – não se encontram mais situados na atual TI Apucaraninha, conforme Mapa 8. Na verdade, os dois primeiros locais não estavam presentes nem no território reservado aos índios em 1900. Dessa forma, o avanço das frentes colonizadoras, a reestruturação promovida pelo Acordo de 1949, as negociações da área destinadas aos índios, influenciada pela própria presença da Usina do Apucaraninha, transformaram o modo de vida da comunidade indígena do Apucarana.

- As relações com os agentes do SPI: aproximações e tensões

Os depoimentos também confirmam muitos fatos apresentados pela documentação do SPI, em torno das relações entre a comunidade indígena e os agentes do órgão indigenista, marcadas por alianças e por conflitos, conforme cada momento histórico. Essas relações precisam ser analisadas para a compreensão das negociações entre o SPI e os Kaingang, no que tange a reestruturação da área destinada aos índios, diante do Acordo de 1949 e da presença da usina.

Exemplificando, o Sr. Raul Pereira tem lembranças das atividades corriqueiras da vida indígena nos antigos Toldos. Ele lembrou da morte do encarregado Francisco Gracia, que havia sido assassinado, "[...] os brancos mataram ele, o chefe" (RAUL PEREIRA, 28/03/2017). Em relação a Alan Cardec, os depoimentos revelam uma certa revolta para com suas ações:

> Agora eu morava aqui, em 63, que o Alan tomava conta, eu morava aqui, só que daí meu pai não gostava do Alan, ninguém daqui gostava daquele lá, ixi, sofreu muito os nossos pais, pagava só depois mixaria pra trabalhar pra ele. Não gostava, daí nós, daí todo mundo ia, aí esparramou né, os índios já foi no outro canto, só que o posto não acabou aqui, sempre teve, ajudando o Alan, esse tal de filho do Gregório que chamava Bernardo, ajudava o chefe, era mais próximo e mais amigo do Alan, trabalhava mais pro Alan (JOÃO CARDOSO, 28/03/2017).

Visivelmente, nota-se um intercruzamento de ações dos índios. A atuação de Alan Cardec, como encarregado do PI Apucarana, ocorreu justamente no contexto de reestruturação daquele Posto, em decorrência do Acordo de 1949, e da continuidade da construção e instalação da Usina do Apucaraninha. Dessa forma, a política indigenista buscou agrupar os indígenas nos 6.300 hectares destinados a eles, especialmente na nova sede do Posto, nas proximidades da

usina. Retirar os índios dos seus Toldos antigos não era tarefa fácil para o SPI e seus agentes, como já demonstrado. Alguns índios se aproximavam do encarregado e da estrutura do órgão indigenista para obter alguns benefícios e vantagens, como o clã do Cacique Gregório, mas outros acabavam se esparramando, como diz o depoimento, voltando para seus antigos locais ou buscando novos lugares na área delimitada para si ou até mesmo se deslocando para outras áreas indígenas. O valor baixo pago pelo encarregado aos trabalhos dos indígenas reforçava a insatisfação e a busca por outros locais para melhores condições de vida.

Essa situação acabou gerando muitos conflitos entre índios e os agentes do órgão indigenista e entre os próprios indígenas, como no caso já evidenciado pela documentação do SPI, envolvendo os índios Antônio Candido e José Tavares.[109]

> Eu lembro que no tempo do Alan já foi matado um índio também, por causa do, do Alan. Minha mãe contava, é, não sei o nome dele, era um rapaz novo, que o Alan falou que não, um tal de Antônio Candido, é morava pra lá do Barreiro, em Apucarana, daí não sei que jeito o Antônio Candido queria assim, conversar tudo, fazer tudo certinho e o Alan estava contra, aí não sei que lado que se encontraram aí brigaram. É dois índios brigaram e até o Elói contava tudo certinho também, o Elói também é da mesma idade também, ele mora ali, ele fala muito mais melhor que ele, falo, eu lembro que a mãe contava pra mim que de tarde, ah Zé Tavares que se foi matado, que o Alan falou não, seis vão, vão agora hoje vão matar Cândido, ali naquele lugar que ele mora, aí deu tudo, espingarda, carabina, aí deram pra turma do Gregório, o filho do Gregório que chamava Bernardo né, aí pegaram aí que levaram lá, posaram lá perto, na descida do Apucaraninha, pra lá do barranco, aí dormiu, aí posaram lá, quando daí no outro dia esse Zé Tavares aí falou hoje é dia de morrer, hoje. Aí desceu lá então conversar com ele, desceu né, daí quando desceu lá, mas o Antônio Candido já é assim sabido, desconfiava tudo né, eles tava tudo com a espingarda carregadinha, chegou lá aí o Zé Tavares já entrou, conversando, daí de repente a turma descendo, aí a mulher já viu na pressa já, aí disse os homens já estão aqui, aí o Antônio Candido, homem grande, pegou a espingarda dele, aí o Zé Tavares não, não faz isso não, não vamos brigar com você não, que nada, você que tá vindo pra matar eu, então, você que vai morrer, aí carcou fogo, matou na hora (JOÃO CARDOSO, 28/03/2017).

As clivagens internas na própria comunidade indígena, os interesses entre o órgão indigenista e os índios, as estratégias políticas de ambos, suas ações e articulações configuram a ideia de *Situação Colonial* (BALANDIER, 1972), complementada pelo conceito de *Situação Histórica* (OLIVEIRA 1988), refutando as abordagens dualistas entre índios e brancos e revelando as complexas relações entre os diversos sujeitos presentes em um determinado

[109] Na documentação do SPI, aparece como José Carvalho e não Tavares como informado nos depoimentos. O capítulo 2 apresentou maiores detalhes desse acontecimento.

contexto histórico, colocando os indígenas como portadores de políticas próprias e de uma cultura que se transforma conforme suas historicidades.

No exemplo citado, o grupo aliado à Alan Cardec foi para eliminar Antonio Candido, pois este desobedecia as ordens do encarregado, não se sujeitando a mudar para próximo da usina, onde estava a nova sede do PI Apucarana, e ainda liderava um grupo de indígenas para fazer resistência às ações de Cardec. Nesse caso, quem acabou sendo assassinado foi Zé Tavares, aliado de Alan Cardec, pois Antonio Candido estava ciente do que podia acontecer e foi mais rápido na ação. Para os entrevistados – e aqui precisa-se destacar os interesses constantes nessa afirmação, considerando a ideia de *Discurso* de Foucault (1996), presente em todo o documento, no caso um depoimento oral – a responsabilidade foi toda do Alan Cardec, "[...] por causa do Alan aconteceu isso aí, os índios se matou, o índio matou, mas por culpa do Alan" (JOÃO CARDOSO, 28/03/2017).

Os depoimentos confirmam outras histórias apresentadas pela documentação do órgão indigenista, como a do índio mordido por um cachorro, que foi levado a Curitiba, recebido pelo inspetor Dival José de Souza.

> Então, eu, no tempo de SPI, esse Dival era de lá de Curitiba né. De Curitiba eu lembro que o cachorro louco mordeu meu irmão e meu pai levou ele lá, meu irmão pra poder cura, o Alan mandou pra lá, meu pai ficou lá 24 dias. E eu com a minha mãe ficava lá em casa. [...] Ele levou lá, mandou pra Curitiba. [...] Foi mordido por um cachorro louco é, e se salvou. [...] É voltou bem, e daí o cachorro louco mordeu meu irmão, ai foi e sarou né, ai virou quase rapazinho daí que foi faleceu né, na barragem, ele tava pescando, em 65. [...] É ali na barragem (JOÃO CARDOSO, 28/03/2017).

O Sr. Tapixi também lembra dos encarregados do PI Apucarana, como o João Martins, e também dos inspetores da IR7, como o Deocleciano de Souza Nenê e Dival José de Souza. Quando interrogado sobre o Alan Cardec, assim se expressou:

> Lembro dele, um chefe ruim, ruim, ruim, ruim (risos). Se eu soubesse onde era a sepultura dele, ia queimar a sepultura dele. Ele ficou um tempão aqui, um tempão, um tempo, tempo, muito tempo. Ele que, que acabou com, com a campina, com Moreira, foi ele que transferiu os índios pra cá, ele e o sogro dele, Benvenutti, o sogro dele. Eles foram vendendo lá e ajeitando, colocando o povo e trazendo os índios pra cá, os índios mais sabidos eles eliminavam. Não podia pintar um índio sabido [...] eu estou vivo, eu sou do tempo do SPI, de Barão de Antonina, lá eles fizeram coisas do arco da veia sabe, eu sou vivo lá, porque eu dei uma de tonto (TAPIXI, 28/03/2017).

Novamente, a indignação em relação ao encarregado Alan Cardec, por ter sido o responsável pela determinação da nova sede do PI Apucarana. O Sr. Tapixi deixou evidente conhecer a história da TI Apucaraninha e o momento em que os territórios foram reduzidos, perdendo os Toldos antigos, como o Campininha e dos Moreiras, citados em sua fala. Da mesma forma, é visível a atuação indígena, tanto ir para um enfrentamento junto ao órgão indigenista, pelo fato de não desejar sair dos antigos territórios e desobedecer uma ordem do encarregado, o que provocou conflitos e mortes, quanto se submeter intencionalmente aos mandos do chefe, *se fazendo de tonto*, como afirmou o Sr. Tapixi. Este ainda citou mais um exemplo de conflito dos índios com o órgão indigenista:

> Eu fazia de conta que não via, mas eu via cada coisa errada, assim quando eu era pequeno, eu não tenho estudo, eu nunca estudei na minha vida, mas eu via cada coisa errada, que eu pensava, mas esse negócio não tá certo, mas aí tinha um companheiro meu que era um índio mestiço guarani, a mãe era guarani e o pai era carioca, então ele chamava-se Eurides, ele é pai do Elvis aqui, aí o carinha deu uma de esperto, eles mandaram matar ele, mataram o cara (TAPIXI, 28/03/2017).

Os conflitos, portanto, eram constantes. Como já dito, apesar do SPI existir para proteger os índios, acabava favorecendo os interesses das frentes colonizadoras, buscando liberar terras para a colonização, vendendo madeiras, arrendando terras, querendo agrupar os índios em áreas mais remotas e cada vez menores. Essa era a política indigenista do SPI, em praticamente todo o Brasil, como demonstrou Oliveira e Freire (2006). Entretanto, essa atitude indigenista sofreria reações da política indígena (CUNHA, 1992), pois os indígenas não aceitavam de forma pacífica sair dos seus territórios de outrora ocupados e perdê-los. Essa ação dos índios gerava uma reação dos agentes do SPI, conforme descreveu o Sr. Elói Zacarias:

> Trabalhava de Capitão dos índios, fazia, quando os índios fazia erro castigava, certo, mandava castigar e aquele tempo e aquele tempo a usina já tava novo aquele tempo, quando eu era 16 anos parece que a usina já tá com oitenta e poucos anos agora, eu to com oitenta e oito anos eu, índio que tem mais idade aqui é eu, eu que sei tudo, o que que tem acontecido aqui no tempo [...] no tempo do usina eu é que sei tudo (ELÓI ZACARIAS, 29/03/2017).

Em 2016, a usina completou 70 anos do início de suas obras. Exercendo o papel de liderança da comunidade indígena, o Sr. Elói Zacarias teve contato direto com os agentes do órgão indigenista e também da empresa construtora e operadora da usina, assim como seus empregados. Ele afirmou que Alan Cardec o nomeou enquanto capitão dos índios:

> É, ele que me nomeou eu pra trabalhar de cacique, trabalhei cinco anos com ele, despois ele saiu, saiu mas, ele saiu, entrou mais chefe [...] Despois que o Alan saiu entro o, o João Serrano, ele veio lá do Pinhalzinho, lá do Posto dos índios também, lá do outro que era dos índios também, no Pinhalzinho né, ele veio de lá, despois que o Alan saiu, ele morou aí também dois anos. É, depois ele saiu também, daí ele, daí entrou o Jonas [...]. É, ele fez eu de Cacique pros índios, ele saiu também, trabalhei com ele dois anos também, depois que ele saiu daí entrou Joãozinho Garcia, ele veio de lá do Marreca, Igarapó, ele veio de lá, veio trabalhar com os índios aqui também, naquele tempo eu era ainda capitão dos índios lá. É, antes da Funai, aí depois que o Joãozinho saiu, daí, entrou Capitão, Capitão do Exército diz que foi, aquele tempo foi tirado o SPI, diz que né, daí entraram esse do Exército né, daí esse Capitão do Exército morou comigo também quatro ano (ELÓI ZACARIAS, 29/03/2017).

O Sr. Elói informou que ficou nessa função em torno de 16 anos, lembrando os nomes dos encarregados do Posto, inclusive, demonstrando conhecimento do processo de extinção do SPI e também do momento em que o governo militar assumiu o país e colocou os seus agentes também no órgão indigenista. São breves narrativas que evidenciam as incertezas, as ambiguidades, os interesses convergentes e divergentes e as complexidades nas relações entre os representantes do SPI e os membros da comunidade indígena do Apucarana, muito distantes das visões polarizadas que simplesmente opõem indígenas *versus* não índios.

- As serrarias e a extração de madeiras

Os depoimentos também confirmam a ação indigenista estabelecendo parcerias para a instalação de serrarias no interior do Território Indígena Apucarana e a extração em larga escala dos pinheirais existentes nas terras dos índios. Durante o percurso da viagem, em companhia do Sr. José Bonifácio e Dona Gilda Kuitá, o primeiro solicitou uma parada no local em que era a Serraria do Moacir Vianna, que fez muitos contratos com o PI Apucarana para a compra de madeiras, conforme já descritos.

O Sr. Raul Pereira, quando citou os nomes dos antigos encarregados do PI Apucarana, ao falar de Alan Cardec, informou "[...] que tempo do Alan é que começou a vender é ... os pinheiros. Do João Martins também" (RAUL PEREIRA, 28/03/2017). Estas informações corroboram com a documentação analisada, que descreve as vendas dos pinheirais e o assentamento das serrarias e madeireiras, no interior do Território Indígena Apucarana, desde a gestão do encarregado João Martins Neto (1943-1951). Vendas que se sucederam com Alan Cardec (1951-1964) e continuaram após o Golpe Civil Militar.

Fotografia 29 – Local da antiga Serraria do Moacir Vianna demonstrado pelo Sr. José Bonifácio

Fonte: Foto de Lúcio Tadeu Mota.

Fotografia 30 – Antigas instalações da Serraria do Moacir Viana

Fonte: Foto de Lúcio Tadeu Mota.

Outrossim, o Sr. Elói Zacarias tem em sua memória o momento de transferência da sede do Posto e a presença das serrarias no interior do Território Indígena Apucarana.

> Foi ele (Alan Cardec) que fez esse posto dos índios aqui e primeiro de tudo, tudo, dos índios antigos era aqui na frente de Tamarana, pro lado de cá de Apucaraninha. Eu morava ali em cima, aqui em cima. Eu era assim ó pequeno, aquele tempo, então, o posto dos índios era pra cá, no tempo que eu era assim. É e aqui era um corturão, madeira, madeira de primeira, agora não tem mais madeira. Tinha sim, a madeira morava no meio dos índios, mas depois quando mudaram o posto aqui, daí, foi sentado bem ali, não sei se o senhor passou ali, tem um cemiteriozinho bem ali, daí sentaram serraria, pra serrar madeira, peroba, cedro, europinha, depois tinha outro serraria lá em cima oh, diz que tinha dois serraria, de um dono só, do Moacir Vianna, depois tinha outro serraria lá perto de Tamarana, pra cá também, eles falavam "serraria do Natim" eles falava né. É certo, depois tinha uma outra serraria pro lado de lá de Apucaraninha, eles falava serraria do Kantor, eles falava (ELÓI ZACARIAS, 29/03/2017).

O Sr. Elói Zacarias cita várias serrarias que aparecem na documentação do SPI e que exploraram madeiras no interior da área indígena. Evidentemente, o processo de extração de madeiras foi uma das fases da conquista dos territórios indígenas pelos representantes das frentes colonizadoras, muitas vezes, com a conivência do SPI, que também lucrava com tal prática. O Sr. Elói relatou o papel das serrarias no processo de exploração da madeira e trouxe mais detalhes da ação do órgão indigenista, na reestruturação daquela área destinada aos índios.

> Foi ele que raparam a madeira dos índios, foi ele, não tinha, aí eles entraram aí com a serraria, com motosserra, entraram com um monte de coisa aí, carro, e aí naquele tempo os índios não tinha [...] então, aqui já era serraria, tem serraria, serraram muita madeira (ELÓI ZACARIAS, 29/03/2017).

Esta passagem do depoimento revela a extração de madeira no local da nova sede do PI Apucarana, ao lado da Usina do Apucaraninha. Segundo o Sr. Elói Zacarias, havia um acordo entre o órgão indigenista e as serrarias para a construção de casas aos índios. Entretanto, deixavam as partes mais ruins dos pinheiros para a construção das casas às famílias dos índios e levavam as toras de boa qualidade, em grande quantidade, para vender fora da área indígena.

Ao tratar dessas casas aos índios, o Sr. Pedro de Almeida afirmou que foi feita uma colônia perto do lago da Represa Fihú e do local onde foi instalada inicialmente a serraria. E, para trazer os índios, muitas promessas foram enunciadas pelo encarregado do Posto:

> Então, daí o chefe tornou a conversar com o pessoal lá, que vai, que vai puxar água lá dentro da casa, que eles vão viver confortável igual os brancos, diz

> que eles vão usar gravata, aquela coisa toda (risos). E os índios não entendia bem a língua português, então, eles confiaram na conversa do chefe, aí no final não fizeram nada, só destruíram a aldeia. E levaram as madeira tudo embora, toda lá pra fora e o índio tá lá agora, até agora [...] era tudo araucária, aí eu sou criado do meu tio, aí meu tio um dia chegou a tarde, aí ele chegou e disse oh o chefe, o chefe fez reunião com nós, aí ele falou que vai montar uma serraria agora e diz que ele vai cortar esses pinheiros agora, essas madeiras de lei pra serrar pra construir as casas pros índios e realmente construíram lá as casas, aí eles cortaram aquelas madeiras, peroba, pinheiro, aquelas madeiras de lei, cortaram e serraram né aí, bom, naquela época eu já estava com doze anos, eles tirava aquelas madeiras boa, mandava pra fora e o tronco do pinheiro, as pontas do pinheiro eles mandava pra serraria pra serrar e as madeiras levava pra fora (PEDRO ALMEIDA, 30/03/2017).

Confiança, na verdade, não pode ser a palavra mais correta para explicar o ocorrido. Inegavelmente, a exploração da madeira mudou o aspecto da área indígena, ressaltando que o pinhão, fruto das grandes árvores de pinheirais, era muito utilizado na dieta alimentar dos índios, além de servir de alimento para os animas que eram caçados pelos indígenas. As razões que levaram muitas famílias indígenas se deslocar para a proximidade da nova sede do PI Apucarana e da Usina do Apucaraninha serão apontadas abaixo, adiantando que esse deslocamento não deve ser tratado como algo impositivo pelo órgão indigenista, como se a história se desse como uma via de mão única. A política indígena possibilitou um história de via dupla, marcada por relações acirradas, renhidas e ambíguas, no lento e gradual processo de constituição da TI Apucaraninha, junto a usina.[110]

- A mudança para perto da Usina do Apucaraninha na nova sede do PI Apucarana

Os depoimentos esclarecem as razões para os deslocamentos dos índios junto à nova sede do PI Apucarana, nas proximidades da Usina do Apucaraninha. Quando perguntado sobre o local da nova sede do Posto, antes da usina, o Sr. Raul Pereira informou: "[...] era vazia lá antes, depois que construiu essa usina e é antiga né [...] eles tinha morado tudo já pra cá" (RAUL PEREIRA, 28/03/2017). Obviamente, considerando a dificuldade do diálogo e as partes traduzidas pelo Sr. João Cardoso, fica claro que a região para onde se deslocou a nova sede do PI Apucarana no início dos anos 1950 não era habitada pelos índios antes da presença das obras da usina. Ou seja, os índios começaram a mudar para aquela localidade quando se iniciou a construção do empreendimento hidrelétrico, confirmando o constante nos documentos do SPI.

[110] Novas informações sobre as serrarias instaladas próximo da Represa do Fihú e da sede do PI Apucarana serão retomadas quando for tratada a mão de obra indígena nas obras de construção da usina e nas atividades do Posto.

Certamente, com a instalação da nova sede do Posto, as migrações e os deslocamentos dos indígenas para essa localidade se intensificaram.

O Sr. Raul Pereira deixa claro a relação entre o início das obras da usina e o deslocamento dos índios para a proximidade do Salto Apucaraninha, quando diz que "[...] é a usina, começou [...] não foi começado ainda naquele tempo, daí depois, depois quando vieram, eles começou a fazer a usina" (RAUL PEREIRA, 28/03/2017). Há ainda a informação traduzida pelo Sr. João Cardoso, "[...] que o patrão tinha falado para eles, no passado, vir pra cá" (RAUL PEREIRA, 28/03/2017). Quando questionado se este patrão era o Alan Cardec, o Sr. Raul disse "[...] não, era o João Martins". E complementou: "[...] o João Martins que tomava conta lá, depois que ele foi embora daí eles que desceu pra cá, ele morou lá também" (RAUL PEREIRA, 28/03/2017). A memória do Sr. Raul revela com precisão a saída do encarregado João Martins e sua substituição por Alan Cardec, que, no final de 1951, decidiu mudar o local da sede do Posto.[111] Se antes das obras da usina, em 1946, não havia Toldos dos índios naquele local, em 1952, a decisão de levar a sede do Posto para as proximidades do empreendimento hidrelétrico é devido, entre outros fatores, à presença dos indígenas naquela localidade.[112]

Novamente, o intercruzamento de ações e dos interesses dos índios e do órgão indigenista. Os primeiros sempre com muita resistência em mudar dos seus antigos Toldos. Já os agentes do SPI, com a histórica política de tentar agrupar os indígenas, facilitando o arrendamento das terras, a venda de madeiras, enfim, favorecendo o processo de colonização. Revelar esse jogo de interesses e suas complexidades exige do historiador um método que utilize os recursos como a polifonia e a linguística, para não apenas descobrir o passado, mas interpretá-lo e explicá-lo, como demonstrou Hobsbawm (1998). Interpretar uma fonte histórica por meio do uso da hermenêutica, elaborando um jogo de questões e de respostas, que permitem o diálogo entre os sujeitos envolvidos, contextualizando-os, assim como os documentos por eles produzidos (RICOEUR 1988).

[111] Como será demonstrado ainda neste subitem, essa nomeação de Alan Cardec e a decisão de mudança do local da sede do PI Apucarana, imediatamente após a sua posse, não podem ser tratadas como mera coincidência. Relações entre o órgão indigenista e o Governo do Estado do Paraná precisam ser consideradas, bastando citar que o sogro do encarregado Alan Cardec foi o responsável pelo loteamento das áreas liberadas pelo Acordo de 1949, no que tange ao Território Indígena Apucarana, a serviço do governo estadual.

[112] Entre outros fatores, o interesse do SPI ao vislumbrar rendas financeiras e o próprio fornecimento de energia elétrica, com a presença da usina, além da instalação de serrarias para a exploração de madeira e a liberação das terras próximas a antiga sede do Posto para o loteamento e avanço da colonização.

Os depoimentos demonstram as complexas relações e os múltiplos interesses na concentração dos índios nas terras próximas a usina. Sobre essa questão, o Sr. Raul Pereira assim se manifestou:

> O Alan que deixou essa sede aqui primeiro [...] Aqui também os índios morava aí, esse Alan Kardec que começou a fazer posto aqui né. [...] É daí que veio mais tudo pra cá [...] cabô lá, aí veio pra cá e o diz que o Gregório falava que agora diz que o terreno lá tava tudo vendido aí já, já reuniu tudo aqui (RAUL PEREIRA, 28/03/2017).

O depoimento corrobora com as discussões apresentadas, nas quais alguns grupos indígenas se deslocaram para próximo da usina e somente depois o SPI mudou a sede do Posto para aquela localidade. É importante frisar as relações de alguns índios, como o Cacique Gregório, que era próximo do encarregado do Posto, como mostrado no capítulo 2, recebendo, inclusive, prêmios por sua atuação junto ao órgão indigenista. No depoimento do Sr. Raul, o Cacique Gregório aparece como um interlocutor de Alan Cardec, comunicando aos índios a necessidade de mudar dos seus antigos Toldos, pois essas áreas estavam vendidas, e deslocar para perto da nova sede do PI Apucarana. O Sr. João Cardoso complementou que o Gregório era um dos líderes dos índios, residente no Toldo Barreiro, que não chegou morar na atual sede do Posto, mas vinha constantemente a serviço do encarregado, "[...] não, pra morar não. Ele ficou lá sempre, ele morreu lá. Eu sei onde mais ou menos ele morava lá, pra cá do Barreiro" (JOÃO CARDOSO, 28/03/2017).

Se por um lado, o Cacique Gregório procurou colaborar com o órgão indigenista nos deslocamentos dos índios para o novo território destinado para os índios, por outro, conseguiu, com essa relação com o encarregado do PI Apucarana, assegurar que o Toldo Barreiro e o Posto Velho permanecessem enquanto área indígena e sob sua liderança.[113] Destarte, como vem sendo demonstrado, os índios dos Toldos que ficaram de fora da área negociada resistiram por muitos anos para sair das terras. Somente em fins da década de 1960, após a transição SPI/FUNAI, é que os índios foram concentrados na área de 6.300 hectares a eles demarcados.[114]

[113] Até hoje o Toldo Barreiro é habitado por famílias Kaingang, sendo uma das aldeias situada nos 5.574 hectares da TI Apucaraninha.

[114] Entretanto, as ações dos índios do Território Apucarana, na verdade, de toda a bacia do Tibagi, pela reconquista de suas terras, geraram muitos conflitos e embates na década de 1970, conforme descrito por Tommasino (1995). Especificamente, a área do Apucaraninha perderia ainda mais de 700 hectares para fazendeiros da região, ficando com seus atuais 5.574 hectares. A luta indígena de reconquista segue atualmente, pois na pesquisa de campo, constatou-se que algumas famílias indígenas ocuparam essa área de mais de 700 hectares, como estratégia para reivindicar sua posse e obter a retomada dessas terras.

Dessa forma, não se pode afirmar que todos os índios se deslocaram para a área próxima da usina em construção, já que muitos permaneceram em seus Toldos durante anos. Se num primeiro momento algumas famílias indígenas migraram para perto da usina, com seus interesses e razões, influenciando a decisão do órgão indigenista quanto à área delimitada aos índios, bem como quanto ao local da sede do Posto; num segundo momento, muitos grupos resistiram em sair de suas áreas tradicionalmente ocupadas e alguns que se deslocaram inicialmente para próximo da usina, acabaram retornando para seus Toldos ou outras áreas destinadas aos índios, como São Jerônimo, Mococa, Queimadas, Ivaí, entre outras. Essas informações aparecem nos depoimentos e ainda serão retomadas.

Os depoimentos dos indígenas também revelam com precisão onde se situava a sede do PI Apucarana, após sua instalação nas proximidades da Usina do Apucaraninha. O Sr. João Cardoso apontou o local, muito próximo da residência do Sr. Raul Pereira.

> Era aqui mais ou menos, era o posto veio era aqui, aqui, embaixo dessa casa aí. Posto veio, era, era pra baixo dessa casa aí. Aqui era casona de tábua antigamente, daí tinha uma carreira de casa ali pra baixo assim, uma colônia, aí a iluminação era só ali, só ali (JOÃO CARDOSO, 28/03/2017).

Quando questionado se morava algum índio nessas casas citadas, o Sr. João Cardoso respondeu que não, que os índios não moravam ali, mas somente o Alan Cardec e alguns funcionários dele, e que essas casas eram as únicas que tinham energia elétrica, advinda da usina. Ao ser perguntado sobre quem havia instalado a rede elétrica entre a usina e a sede do Posto, o Sr. Raul Pereira lembrou de um nome, *Doutor André*, disse espontaneamente.[115]

Dessa forma, os depoimentos permitem incluir novos elementos que as demais fontes analisadas não permitiram, utilizando a história oral como pressuposto metodológico, que possibilita a coleta e análise de dados, trabalhando em conjunto com as demais fontes, pois "[...] se o emprego da história oral significa voltar a atenção para as versões dos entrevistados, isso não quer dizer que se possa prescindir de consultar as fontes já existentes sobre o tema escolhido". (ALBERTI, 2005, p. 30). Assim, procurou-se sempre comparar as informações contidas nos documentos escritos e expressas nas entrevistas orais, para a realização da análise, interpretação e textualização, destacando a responsabilidade do pesquisador "[...] que não pode ficar obscurecido ou substituído pelas transcrições das falas dos entrevistados. Mesmo porque,

[115] André Kotchetkoff era o nome da subestação construída perto de Tamarana para receber a energia elétrica gerada pela Usina do Apucaraninha e transportá-la para toda a área de concessão da EELSA. Ele devia ser um dos engenheiros da EELSA, que acompanhava as obras do empreendimento hidrelétrico.

sabemos, um bom repórter pode usar tais transcrições com muito mais arte" (OLIVEIRA, 2006, p. 30).

O diálogo com o Sr. José Bonifácio também apresentou esclarecimentos quanto aos deslocamentos dos índios para a nova sede do Posto, junto a Usina do Apucaraninha. Durante a estadia no Toldo Rio Preto, foi perguntado o que moveu os índios a sair daquele local e ir até a nova sede do PI Apucarana.

> É por que daí, não tinha, aí não tinha aquela sede lá, aí era tudo morava assim ali perto da sede ali, tudo tinha lugar de morar, onde né, tem vez que eles se junta né aí entra a família, o genro, eles faz uma moradia junto pra eles poder plantar alguma coisa, fazer uma rocinha, então, assim foi, sabe, porque aquele tempo não tinha escola né, então, daí nós era tudo esparramado, não tinha lugar de morar tudo sabe, então, daí foi assim sabe aí nós fomos, aí o chefe do posto entrou lá, foi um tal de Joãozinho parece, conheceu o Alan tudo, aí depois o Joãozinho entrou lá aí que juntaram, juntaram, fizeram uma escola, posto de saúde, aí que começou a juntar os índios naquele lugar ali, aí foram se juntando, aí foram construindo uma casa, montaram uma serraria aí foram construindo uma casinhas pros índios, aí eles foram juntando, por causa da escola, posto saúde, daí que veio o posto de saúde também, fizeram uma [...] aí que começamos a se juntar ali. Mais ou menos, mais ou menos, uns 60, 63 por aí, que o Elói foi cacique e eu lembro que o meu tio Elói foi cacique ali e eu lembro bem que ele entrou de cacique, sabe, acho que foi mais ou menos por aí 60 [...] Aí que ele entrou de cacique, aí foram juntando os índios já começou a trabalhar, uns entraram na serraria trabalhar junto com o chefe do posto, sabe, foi assim, sabe (JOSÉ BONIFÁCIO, 29/03/2017).

Novamente, um depoimento que corrobora com a ideia da resistência dos índios perante as definições do Acordo de 1949, pois deixa claro que durante os anos 1960, famílias indígenas ainda moravam no Toldo Rio Preto, mesmo o local não sendo mais considerado território indígena pelo Governo do Paraná e pelo próprio SPI. Se por um lado, no final na década de 1940, parte dos índios do Apucarana se deslocou para o Apucaraninha, por outro lado, foi somente no decorrer da década de 1960, que os índios se concentraram em maior quantidade nessa localidade próximo da usina e da nova sede do Posto. Contudo, deve se considerar a mudança da sede do PI Apucarana, a estrutura em torno dela e as negociações para a concretização do Acordo de 1949. Apesar disso, muitas famílias indígenas, continuaram (e ainda continuam) ocupando locais mais distantes da sede do Apucaraninha, como foi o Toldo Apucarana (Posto Velho) e o Barreiro.

Nas imediações do rio Apucarana, o Sr. José Bonifácio apresentou detalhes do seu dia a dia enquanto um jovem índio nas margens daquele rio. A informação de sua saída deste local, aos 14 anos de idade, para a sede do Posto Apucaraninha, foi a oportunidade de questioná-lo se

houve um deslocamento de todas as famílias ao mesmo tempo ou se algumas ainda permaneceram ali próximo ao rio Apucarana. Então ele respondeu:

> Não, ficou, ficou um tio meu na beira do rio, lá embaixo lá, lá na barra lá, onde um o rio Apucarana cai no Tibagi lá, lá tem um pari que é um tio meu que morava lá, o pai do Lourival, você conhece o Lourival né? (Perguntou à Dona Gilda) É o pai dele que morava lá, tem o pari dele lá até agora, Henrique, daí o pai dele morava, ele morreu lá, nós fomo buscar ele lá na beira do rio, puxemos ele lá no cemitério, nós fomos buscar ele lá na beira do rio, ele morreu lá mesmo na beira do rio (JOSÉ BONIFÁCIO, 29/03/2017).

Outra vez as ações intercruzadas dos índios no processo de territorialização da área indígena são evidenciadas. Os índios foram se aproximando da estrutura da nova sede, perto da Usina do Apucaraninha, de forma lenta e gradual, com alguns casos que permaneceram nas suas antigas moradias, até a morte, como citado pelo Sr. José Bonifácio. Ressaltando, que pela idade deste entrevistado e pelas informações fornecidas, o deslocamento de sua família se deu por volta de 1970, ou seja, mais de 20 anos após o Acordo de 1949, relatando ainda a permanência de outras famílias no local. No decorrer do diálogo, foi perguntado por que o pai do Sr. José Bonifácio decidiu pegar a família, e ele ainda tão jovem, e ir para a sede do Apucaraninha.

> Não, é que o, naquele tempo o Cacique não era o Cacique era o Capitão, então, foi no tempo do SPI, então, daí eles chamaram os nossos pais, pros filhos ir estudar, mas é que já tinha escola, era pra gente estudar, sabe, até eu não consegui estudar, aí eu andava né descalço, meio peladão, eu era mulecão né, daí eu, até eu fui falar com falecido tio Bernardo eu vou sair, eu vou sair trabalhar, eu não sabia nem conversar na língua do português, sabe, aí eu fui falar com o Capitão aí ele falou: então, se quiser trabalhar, vai trabalhar. Eu não vou estudar mais, eu falei pra ele, aí ele falou: então, se quiser ir trabalhar, então, vai. Daí eu saí (JOSÉ BONIFÁCIO, 29/03/2017).

Evidentemente, o órgão indigenista procurava agrupar os índios na nova sede do Apucaraninha e uma das formas de convencimento era a possibilidade de estudar na escola do Posto. Esta proposta pode ter despertado o interesse de algumas famílias indígenas, ao mesmo tempo renegada por tantas outras. Destarte, mesmo no caso da família do Sr. José Bonifácio, que se deslocou para sede do Apucaraninha, ele próprio não quis saber de estudar, com o argumento que iria trabalhar. E com quem, onde e no que ele foi trabalhar?

> Aí eu fui trabalhar com um tal de, já era conhecido do meu avô, era conhecido do meu pai, do meu pai tudo, aí eu cheguei na casa dele, o eu pai levou eu lá,

> aí ele empregou eu lá e eu fiquei trabalhando e eu nem conversava, tinha vez que a muié do tal de, de, acho que a Gilda lembra, um tal de "Duilo", a mulher dele falava pra mim vai buscar lenha pra mim, e eu saía com a foice, eu não sabia o que era lenha, eu trazia umas folha verde, é, ué, eu trazia umas folha verde, daí ela me levava, voltava comigo mostrava a lenha pra mim, essa aqui que é lenha, isso aqui que é lenha, mostrava umas madeira seca, você tem que cortar isso aqui oh, aí que eu fui aprendendo conversar, é. Quando eu estava com, com 21 anos aí eu saí de lá e vim embora pra reserva de novo, daí eu casei, é (JOSÉ BONIFÁCIO, 29/03/2017).[116]

O Sr. José Bonifácio ficou alguns anos trabalhando fora da área indígena, nas fazendas vizinhas da área indígena e acabou voltando com 21 anos de idade para o Apucaraninha. Ele revelou algumas informações sobre esse retorno ao meio da comunidade indígena:

> É, aí eu casei, casei e quando eu tava com casamento, daí que eu fui, o pessoal já me escolheram pra eu ser Cacique, sabe, eu já estava com 22 anos, aí que eu entrei de Cacique, aí que eu fui conversando com o povo, fez amizade com prefeito, é vereador, eu andei muito, eu fui oito vez em Brasília, no tempo que eu era Cacique, andei pro Rio de Janeiro, conheço tudo. Aí que eu aprendi mais a lei do branco e eu já sabia a cultura indígena, do tempo que a gente já sabia direito pra conversar com as pessoas, aí eu fui conversando, explicando as verdades, a lei do índio, sabe, aí eu fui até hoje, tudo que meu avô conversava eu explicava pro povo né, conversava com a Funai, tudo (JOSÉ BONIFÁCIO, 29/03/2017).

Portanto, ele exerceu o papel de Cacique da comunidade indígena local, ainda muito jovem, e revelou informações de suas viagens para o Rio de Janeiro, Brasília, Curitiba e como isso lhe proporcionou conhecer as leis da sociedade não-indígena, ao mesmo tempo, se percebe a valorização do conhecimento e cultura indígena, com as lições aprendidas junto ao seu avô. Como mostra Almeida "[...] participar intensamente da sociedade dos brancos e aprender seus mecanismos de funcionamento não significa deixar de ser índio e sim a possibilidade de agir, sobreviver e defender seus direitos" (ALMEIDA, 2010, p. 20). Nesse sentido, a aproximação junto ao órgão indigenista, à nova sede do Posto e à usina, permitiu aos indígenas possibilidades de negociação e de brechas para garantir seus interesses, graças a sua política adotada.

O Sr. Tapixi prestou informações importantes sobre as perdas territoriais e os deslocamentos dos índios do Apucarana para a proximidade da usina, na nova sede do Posto.

> [...] O índio, eles começaram a vir pra cá, porque eles esparramaram os índios, eles formava briga de índio com índio e os índios se esparramava, ia pra

[116] Não foram obtidas mais informações sobre este nome "Duilo", não encontrado nas listas de arrendatários do PI Apucarana. Provavelmente, tratava-se de um proprietário de terras, nas imediações do Território Indígena Apucarana.

> Mococa, ia pra Queimada, ia lá pra Manoel Ribas, lá pro Ivaí e depois que eles formaram a sede nova aqui os índios daqui, que foram embora daqui, eles foram voltando, inclusive o pai dele aí foi embora para o Barão, pra São Jeronimo (apontou o guia João Cardoso), eles viveram lá em São Jeronimo, porque eles foram corrido daqui, aí depois que foi apaziguando as coisas, depois que o Alan foi embora, aí eles vieram voltando, aí eles voltaram tudo de lá pra cá, entendeu? É por isso que o índio, você quer ver o que eu falo pra você, o índio ele tá acostumado com a luz elétrica, hoje ele vai achar falta da luz elétrica, mas hoje eles fizeram uma briga aqui, a metade quase dos índios correram pra água branca, que não tem água encanada lá pra eles, ficaram sem luz lá não sei quantos anos e não abriram mão, isso prova, que o índio não é muito assim não, se ele resolver ir ele vai, se tiver luz vai se não tiver ele vai (TAPIXI, 28/03/2017).

Evidentemente, a partir do Acordo de 1949, sobretudo, após as negociações e a definição dos 6.300 hectares em área única e com a gestão do encarregado Alan Cardec no PI Apucarana, as tentativas de agrupar os índios se intensificaram, promovendo os conflitos e, muitas vezes, os deslocamentos dos índios para outras áreas indígenas, como citado pelo Sr. Tapixi e também pela análise dos dados demográficos daquele Posto, que, em alguns momentos, apresentavam diferenças significativas entre a população indígena de um ano para outro, conforme descritos no capítulo 2.

Isso não contradiz a ideia dos deslocamentos de parte dos índios do Apucarana para próximo da usina, assim que as obras iniciaram, como deixa evidente a documentação já analisada. O próprio depoimento do Sr. Tapixi diz o seguinte, em outra passagem:

> Os índios eles estavam em Campina e Moreira e eu não lembro que tinha índio aqui, eu não lembro, nunca minha mãe, falou vamos nos índios ali no Apucaraninha, ela sempre falava Toldo Moreira e Campina, esses três lugares e o Rio Preto era muito falado também (TAPIXI, 28/03/2017).

Como será demonstrado, a família do Sr. Tapixi morou entre 1946 e 1947 na margem esquerda do rio Apucaraninha, no local denominado de Pari Paró, próximo do Distrito de Lerroville, em Tamarana.[117] Por meio de sua fala, as visitas aos índios, quando atravessavam o rio Apucaraninha, eram para os Toldos Campininha, dos Moreiras e Rio Preto, este último bem mais distante. Mas deixa claro que não havia Toldo na região próximo da usina, que somente passou a contar com a presença dos indígenas, após o início das obras do empreendimento hidrelétrico.

[117] Pari Paró trata-se de uma localidade banhada pelas águas do rio Papiparó, perto da estrada que liga o distrito de Lerroville à Usina do Apucaraninha. Está bem mais próximo de Lerroville do que do empreendimento hidrelétrico.

Outrossim, não se trata de um simples interesse por energia elétrica, mas uma nova estratégia de luta pela terra e de sobrevivência, adotada pelos indígenas naquele momento, aproximando da usina, trabalhando, fazendo trocas comerciais, promovendo relações sociais com os empregados, assegurando a propriedade daquela faixa territorial, que possibilitaram as reivindicações diversas junto à concessionária de energia elétrica, inclusive, o próprio fornecimento de eletricidade, alguns anos após.

Fotografia 31 – Entrevista com o Sr. Tapixi (à direita)

Fonte: Foto de Isabel Cristina Rodrigues.

O Sr. Tapixi disse que famílias de índios dos diferentes Toldos acabaram se mudando para as proximidades da nova sede do Posto e tantas outras famílias foram para outras áreas indígenas. Entretanto, "[...] tem umas famílias lá, tem na Serrinha, no Barreiro e na Água Branca [...] Rio Preto hoje ficou só o nome [...] A minha finada vó, mãe da minha mãe, ela nasceu no Rio Preto, nasceu no Rio Preto, daqui que ela cruzou e foi embora" (TAPIXI, 28/03/2017). Quando observado que o Toldo do Rio Preto não faz mais parte da atual Terra Indígena, o Sr. Tapixi foi bem enfático ao afirmar:

> Não é mais, mas é território indígena, é terra indígena, você conhece a Branca? Antropóloga de Brasília da Funai? Então, ela fez um levantamento por aí tudo aí, eu acompanhei ela lá do lado de lá e lado de cá, que ela foi em casa e falou pra mim você conhece bem a bacia do Rio Tibagi, eu disse eu conheço de Telêmaco Borba até Frei Timóteo que é um patrimoniozinho que tem pra baixo de Jataizinho, e falou se andou, eu andei, ela falou assim os índios transitavam e eu digo nem tanto transitava como morava índio na beira do Rio Tibagi, dos dois lados, ela falou ah é, eu digo é, desse jeito, então, nós descia de canoa aqui do Barão ia na barra da Apucarana , da [...] como que fala lá, Taquara, Taquara e nós subia pra cima, tinha cinco pari dos índios, nós ficava mês lá comendo peixe, trabalhando lá, safrinha, tinha muito safrinha aquele tempo, então, eu conheço de lado a lado, tinha índios dos dois lados, aí ela fez o levantamento, acompanhamos ela, o Ferdinando junto, o Ferdinando junto, sei lá, tinha mais uns três pessoas juntos, aí foi comprovado, o Ferdinando sabe umas histórias boas lá da Campina viu, o Ferdinando sabe, O Ferdinando fotografou o posto veio, viu, caindo aos pedaços, fotografou, ele mostrou pra mim, foi assustador a foto, ele mostrou pra mim lá tem uma cerca feito de pedras que os índios fizeram, que os chefes fizeram os índios fazer uma cerca de pedra muito alta e grande uma cerca de pedra (TAPIXI, 28/03/2017).

Esta passagem do depoimento corrobora a tese da presença dos índios Kaingang em vários locais nas duas margens do rio Tibagi, mesmo em áreas não reservadas a eles pelo Governo do Paraná, com suas práticas de pesca, utilizando-se dos *Pari*, com seus acampamentos, suas roças e suas formas de vida. Também mostra a articulação dos índios com os pesquisadores e seus estudos, em defesa dos seus interesses, sobretudo, na luta pela terra, elaborando estratégias para novas reivindicações territoriais, sabendo até onde eram os limites de suas áreas, como no caso do Toldo Campininha e a primeira sede do PI Apucarana.

Sobre o Toldo Rio Preto o Sr. Tapixi ainda declarou:

> No Rio Preto tinha uma igreja, não sei se hoje ainda tem. Igrejinha do Rio Preto, os índios sempre iam enterrar gente lá. Vieram tudo pra cá. [...] Mas claro que foi forçado, não tem nem discussão, foi forçado, eles corriam de lá, depois que mataram o chefe eles corriam, a turma se esparramara, um fui para um lado, foi pro outro, não falei pra você que o pai dele cruzou lá (novamente apontou o guia João Cardoso). Muitas histórias (TAPIXI, 28/03/2017).

O Sr. Elói Zacarias também citou com precisão os limites do antigo Território Indígena Apucarana. Informou de forma exata o perímetro da atual área da TI Apucaraninha, desde a sua reestruturação, com o total de 2.600 alqueires, equivalentes aos 6.300 hectares estabelecidos pelo Acordo de 1949. O Sr. Elói sabe do imenso território retirado dos índios naquele contexto, mas ressaltou a luta e a resistência desses em sair dos seus antigos Toldos.

> [...] daí eles abriu muita estrada, aí o Alan quando entrou lá, entrou lá né, casou lá, casou, quando ele casou ele mudou esse posto aqui, daí já fizeram essa

> medida, aqui é Tibagi. Tibagi e aqui é Apucarana que veio de lá de Ortigueira e daí, pra cá era dos índios e pra cá era Apucaraninha também, aqui desce por aqui, aqui ó, aqui era posto velho dos índios [...] então diz que, diz que eu não sei porque, nesse tempo eu era pequeno, tudo, tudo aqui era dos índios, aqui já caiu no Tibagi também dos índios, mas depois quando lotearam, lotearam aqui, deram só isso aqui pros índios, só isso aqui, aí isso aqui diz que era dois mil e seiscentos alqueires, isso aqui já era sobra [...] depois quando o Alan veio de cá, morou aqui, porque tão fazendo usina ainda (ELÓI ZACARIAS, 29/03/2017).

Nesta passagem, o Sr. Elói Zacarias citou o deslocamento da sede do Posto no momento em que se realizavam as obras da Usina do Apucaraninha e afirma que havia índios naquele local antes mesmo da ação do SPI em levar a estrutura do Posto para próximo do empreendimento hidrelétrico. Local ainda com muitas árvores, como enfatizou o Sr. Elói, mas que foram extraídas com a presença das serrarias, instaladas pelo órgão indigenista, com a utilização de energia elétrica fornecida pela usina e contando com mão de obra indígena.

Fotografia 32 – Sr. Elói Zacarias (centro), José Bonifácio (à direita) e Éder Novak (à esquerda)

Fonte: Foto de Lúcio Tadeu Mota.

Também foi questionado ao Sr. Elói Zacarias como ocorreu o processo de saída dos indígenas dos Toldos mais distantes, deslocando-se para próximo da usina e da sede do Posto.

> Naquele tempo os índios morava no mato, tudo no mato, tudo, tudo, daí o Alan fez, o Alan fez muitas casas aí de madeira serrado né, fez umas casas boa e fez escola, daí ele fez cruz pros índios, fez igreja pros índios, daí o índio que tava fora no mato ele mandava vir, mandava vir, mora aí, mora aí, que esse aqui, esse divisa foi sogro do Alan que fez também, sogro do Alan, daí um dia ele falou pra mim, naquele tempo eu era novo e não sabia ainda de nada, ele falou pra mim, meu sogro pegou empreita do governo, ele falava assim do governo, pegou empreita, ele sabe tudo, tudo esses área dos índios, então, meu sogro pegou, peguei pra ele, ele falou pra mim, peguei pra ele, o governo mandou eu empreitar pra ele, então, o governo pagou pra ele, eu conheço ele, chamava Benvenutti, sogro do Alan, daí fizeram o que ele fez aí, esse divisa primeiro, despois outro ano fizeram mais outra divisa, mais pra cá e outra divisa de primeira era mais um pouquinho, mas daí entraram os brancos também lá, não sei se foi vendido e foi muito branco que entrou aí e os índios que morava lá, algum, vinha morar aí, algum índio vinha morar aí, daí o Alan falava aqui tem sessenta casa pros índios morar, mas pode vir morar, mas tinha muitos índios que não queria vir, outros ia pro Barão, Mococa, Faxinal, outros pro Ivaí e ficou pouco índio aí e quase metade dos outros índios foram pra outro posto pra não ir aí, daí eu que vim, eu que vim (ELÓI ZACARIAS, 29/03/2017).

Esta passagem do depoimento do Sr. Elói Zacarias permite algumas reflexões. Primeiramente, as relações entre os membros do órgão indigenista e o Governo do Paraná, pois o sogro do encarregado do Posto foi quem recebeu a empreitada para lotear a área liberada pelo Acordo de 1949. Lembrando que este nome – Benvenutti – foi citado também pelo Sr. Tapixi. Dessa forma, não pode ser descartada a interferência do Governo do Paraná na escolha do novo encarregado do PI Apucarana, justamente no momento de reestruturação do Território Indígena Apucarana, com o objetivo de facilitar a liberação das terras, retirando os índios dos seus Toldos antigos e levando-os para próximo da nova sede. Isso é reforçado quando se vê que uma das primeiras medidas adotadas por Alan Cardec, assim que assumiu a chefia do Posto, foi mudar a sede para a região do Apucaraninha e definir que a área destinada aos indígenas não seria mais repartida em duas, como vinha sendo negociado.[118]

Em segundo, demonstra a resistência dos índios em sair dos seus Toldos de origem e já ocupados desde tempos imemoriais por seus ancestrais. Dessa forma, o SPI precisou ofertar algo para atrair as famílias indígenas, como a construção de casas, escola, postinho de saúde, igreja, ofertar trabalho, entre outras ações, como também a presença de energia elétrica nessas instalações do Posto, inclusive, em algumas casas dos índios, como aparece na documentação, citada adiante. Entretanto, como vem sendo dito, esse processo de agrupar os índios não se deu

[118] Será preciso um novo estudo para identificar este sogro do Alan Cardec, com nome Benvenutti, citado pelos índios. Ele deve ter agido como mediador do Governo do Paraná para negociar as terras liberadas após a reestruturação do Território Indígena Apucarana. Uma hipótese é que se trata de Bevenuto Pereira que aparece no capítulo 2 como integrante do grupo que defendeu Alan Cardec diante das ameaças do índio João Braz da Silva.

de forma rápida, sendo que muitos permaneceram nos Toldos antigos até fins dos anos 1960. Por outro lado, como diz o Sr. Elói Zacarias, quando saíram dos seus Toldos, nem todos foram para a nova sede nas proximidades da Usina do Apucaraninha, procurando outras áreas, como o Ivaí, Mococa, Faxinal, Barão de Antonina, entre outras, como já tinha assinalado o Sr. Tapixi.

Em terceiro, o depoimento revela que aos poucos foram sendo definidos os limites da área pertencente aos índios, seja pelas negociações entre o órgão indigenista e o Governo do Paraná, seja pela ação e resistência dos indígenas do Apucarana. Novamente, se evidencia o intercruzamento das estratégias dos índios: um deslocamento inicial de algumas famílias para próximo da usina, definindo um novo local de morada, mas também a permanência de outros grupos nos seus Toldos de outrora; também o deslocamento de grupos indígenas para a nova sede, após a estrutura já edificada, com casas, escola etc., ao mesmo tempo que a resistência e permanência de outros nos seus Toldos tradicionais; por fim, a concentração dos índios na área dos 6.300 hectares, mesmo que não apenas próximos a nova sede, mas também com famílias presentes nos Toldos Apucarana (Posto Velho) e Barreiro, que ficaram na área destinada ao patrimônio indígena. Ao mesmo tempo, muitos se deslocaram para outros territórios indígenas, constantes nas bacias dos rios Tibagi e Ivaí. Destarte, a luta pela terra e as ações adotadas lhes garantiram a posse das terras adjacentes a Usina do Apucaraninha, após terem influenciado a decisão do órgão indigenista em definir os limites da nova área e a nova sede do Posto.

Além disso, o Sr. Elói Zacarias deixa claro que muitos índios que se deslocaram até a nova sede do Posto não permaneciam ali para sempre:

> Naquele tempo os índios também não tinha parada aquele tempo, eles ia nos postos, ia nos Toldos, saía mais longe, depois voltava, era assim né, então quando eu era pequeno tinha outra morada dos índios, não sei se o senhor já foram lá em cima? Lá tinha muitos índios também, aqueles de lá que não quiseram vir pra cá. É, pra cá, lá que os índios morava, pertinho Rio preto, que eu era pequeninho, era perto lá, lá tinha muitos índios de lá que não queria vir aqui né. Tinha muito índios aqui também onde era posto velho dos índios, pra frente de Tamarana. Mas, hein, eles não quis vim também foram pro Ivaí, não sei aonde, foram pra Faxinal, então, ficou poucos índios (ELÓI ZACARIAS, 29/03/2017).

Diante disso, enfatiza-se a resistência dos indígenas do Apucarana e suas estratégias para não perderem seus Toldos tradicionais, bem como seus deslocamentos e não submissões aos mandos e desmandos do órgão indigenista. O Sr. Pedro de Almeida também deu mais detalhes sobre a tentativa de agrupar os índios no Apucaraninha:

> É, aí eles recolheram aqueles índios que moravam, antigamente, eles moravam isolados, longe da outra, umas famílias morava lá na Igrejinha, Serra de Arreio e uns morava aqui no rio Taquara, então, eu, diz que eu nasci ali, aí levaram nós pra lá, o caminhão da aldeia vinha buscar o pessoal e levava a gente pra lá, recolheram tudo os índios que moravam isolados né, aí lá eu cresci, de lá mesmo eu cresci, me casei, tô lá até agora (PEDRO ALMEIDA, 30/03/2017).

O Sr. Pedro de Almeida fez referências aos Toldos antigos e continuou relatando mais informações daquele contexto, citando a presença da usina, fazendo novos esclarecimentos:

> Não, quando eu, eu conheço um pouco da história que meu sogro falava né, que na época que eles construíram aquela usina aí naquele tempo, naquela época os índios moravam longe do outro, isolado né, aí depois que eles construíram usina ali, o chefe de posto reuniu o pessoal, reuniram o pessoal e eu me lembro que nós morava lá perto do Tibagi, no ano de 65 por aí, 65 nós morava lá perto do Tibagi, eu já tava com nove anos pra dez, então, uma vez naquela época era floresta mesmo, não tinha plantação, essas plantações que tem agora (PEDRO ALMEIDA, 30/03/2017).

Conforme apontado no relato, a própria família do Sr. Pedro de Almeida, após sair do rio Taquara, mudou-se para perto da barra do rio Apucarana, não exatamente na nova sede do Apucaraninha. Reforça-se a tese de que o processo de agrupamento dos índios, nas proximidades da nova sede, foi lento e se desenrolou por toda a década de 1960, com a promessa do órgão indigenista em construir casas para os índios e outras benfeitorias.

Inegavelmente, a redução do Território Indígena Apucarana provocou o empobrecimento da comunidade indígena local e inúmeras dificuldades para manter suas formas de vida. Entretanto, foram décadas de resistência para não sair dos seus Toldos antigos, mesmo num contexto muito desfavorável, com as articulações políticas entre o órgão indigenista e os governos federal e estadual. Ressaltando que somente após o Golpe Civil Militar e a extinção do SPI, o novo órgão indigenista (FUNAI), com suas ações intensas de perseguição, ameaças e mortes, utilizando a força dos seus coronéis e generais, conseguiu delimitar a área indígena em seus 6.300 hectares, estabelecidos pelo Acordo de 1949. Portanto, após praticamente duas décadas.

Fotografia 33 – Entrevista com o Sr. Pedro de Almeida

Fonte: Foto de Lúcio Tadeu Mota.

O Sr. Pedro de Almeida também respondeu a questão sobre o porquê dos índios se deslocarem dos seus Toldos antigos para habitarem nas proximidades do Apucaraninha.

> Então, é por ali que eles moravam, ali que era o Toldo né, ali morava o Cacique, mais um pouco pra lá morava mais gente, aí depois que eles construíram essa colônia que eu falei vieram tudo ali morar perto do posto. Porque a intenção do governo era reunir tudo, esses pessoal lá perto do posto pra diminuir a terra dos índios. A divisa da Terra Indígena passava ali perto de Tamarana, passava lá não sei aonde, a serra de arreio dentro da área, igrejinha dentro da área, aí eles diminuíram, começaram, de certo eles lotearam, venderam. A intenção de trazer pra perto do posto era de diminuir a área indígena, aí eles começaram a apertar os índios né. É, aí foram pra perto do posto, pra lotear aquela área que era dos índios (PEDRO ALMEIDA, 30/03/2017).

Como já enfatizado, esse deslocamento dos índios não foi uniforme e simultâneo, mas lento e gradual, intercruzando suas ações.

> É uma parte foram lá pra Ortigueira, uns foram, o pessoal que morava aqui no Rio, no Rio Taquara, uma parte cruzaram pra lá. São Jeronimo, Barão de Antonina e nós, a minha família foi pro Apucaraninha (PEDRO ALMEIDA, 30/03/2017).

Outrossim, não se trata de negar o processo de esbulho do Território Indígena Apucarana, mas destacar as estratégias dos índios, como sujeitos, antenados a cada contexto histórico. Destarte, a política indígena não se baseou apenas na resistência e na luta por seus territórios ancestrais. Como já visto, a aproximação de algumas famílias nas terras adjacentes ao Salto Apucaraninha, quando do início das obras da hidrelétrica, influenciou as decisões do órgão indigenista quanto ao local da área pertencente ao patrimônio indígena. Dessa forma, assegurou o direito à medição e demarcação daquelas terras aos índios. Além disso, a estrutura edificada em torno da nova sede do Posto e as possibilidades imaginadas nas relações com os empregados da usina despertaram o interesse de outros grupos indígenas.

Obviamente, é preciso entender que a Usina do Apucaraninha representou uma nova fase da *Guerra de Conquista* das frentes colonizadoras (SOUZA LIMA, 1995), avançando junto ao Território Indígena Apucarana. Mas por isso a necessidade de reduzir a escala de abordagem, como sugere Bensa (1998), com um olhar etnológico mais denso e minucioso, que analise as particularidades e as questões locais, não apenas as situações comuns, centrais e permanentes, mas também as excepcionais, periféricas e temporárias, de todo um contexto histórico, estabelecendo uma conexão entre o micro e o macronível (WOLF, 2005), compreendendo o processo de transformações culturais e as relações sociais dos sujeitos envolvidos, pois "[...] os povos que reivindicam a história como sendo sua própria história e os povos a quem a história foi negada surgem como participantes de uma mesma trajetória histórica" (WOLF, 2005, p. 48). Só assim, para evidenciar o protagonismo indígena e superar as abordagens que insistem em colocar os índios apenas nos bastidores da história do Brasil.

4.2 A política dos indígenas em relação à Usina do Apucaraninha

A leitura dos documentos e os depoimentos orais evidenciam a política dos indígenas perante a presença da Usina do Apucaraninha. Dessa forma, distante de abordagens polarizadas da história, que simplesmente dicotomizam a relação indígenas e não-indígenas, a proposta desta tese é revelar as ações estratégicas dos primeiros, considerando-os enquanto sujeitos históricos, demonstrando, em consonância com Cunha (1992), que frente à política indigenista também está presente à política indígena.

Como demonstrado, os indígenas tinham forte resistência em sair dos seus territórios, causando inúmeras dificuldades aos representantes do SPI, quando estes desejavam deslocar alguns grupos de índios para outras localidades. Logicamente, em casos de convergências de interesses, esses deslocamentos poderiam ocorrer com maior facilidade. É preciso considerar a

organização social dos Kaingang, suas clivagens, suas disputas internas, seu faccionalismo, para compreender porque algumas famílias optaram para ir para perto da usina e outras não.[119]

Dessa forma, a presença da Usina do Apucaraninha, em terras pertencentes aos Kaingang do Apucarana, não pode ser analisada como se a hidrelétrica impusessem aos indígenas uma mudança dos seus territórios, como se o canteiro de obras e a área destinada à instalação de redes, subestações, equipamentos etc., além do espaço alagado pela formação das represas, tivessem expelidos grupos indígenas das proximidades do empreendimento hidrelétrico. Na verdade, o que se viu foi o deslocamento de famílias indígenas para mais próximo da usina, com a formação de alguns Toldos perto das obras, durante sua fase inicial.

Se por um lado, a ação colonizadora não pode ser esquecida, em todas as suas fases da conquista, por outro, não se tem como negar que a presença da usina despertou o interesse de alguns grupos indígenas, que fizeram sua leitura do ocorrido e elaboraram suas políticas próprias para se relacionarem com o novo sujeito ali presente. É importante frisar que, apesar da Usina do Apucaraninha ser o primeiro empreendimento hidrelétrico do país dentro de um território legalmente reservado aos índios, esta seria a única novidade à comunidade indígena local. Esta afirmação parte do sentido que os Kaingang do PI Apucarana, assim como de toda a bacia do rio Tibagi, já tinham estabelecido históricas relações com outros sujeitos – do próprio órgão indigenista, arrendatários, madeireiros, exploradores de pedras, agentes públicos, entre outros – o que permite dizer que os representantes da EELSA compunham mais um grupo de pessoas a estabelecer relações socioculturais com os indígenas daquela localidade.

Mas o que promoveu o deslocamento de grupos indígenas para próximo do local de construção da Usina do Apucaraninha? Quais foram os seus interesses? Como se deram as relações socioculturais entre indígenas e empregados da EELSA, sem esquecer também dos agentes do SPI? São questionamentos que permitem revelar a política indígena e suas estratégias para a defesa dos seus objetivos. Os índios foram para perto da hidrelétrica com a finalidade de desempenhar trabalhos remunerados no canteiro de obras da usina e também realizar suas trocas comerciais. Com o estabelecimento do contato com os empregados da EELSA, os índios passaram a participar de atividades cotidianas de lazer, como os bailes, o futebol, entre outras, juntamente com o novo sujeito presente em seu território. Estas ações asseguraram aos indígenas a posse das terras onde se localiza a hidrelétrica. Este fator desenvolveu na comunidade indígena local o sentimento de apropriação da usina,

[119] Sobre a organização social e o faccionalismo Kaingang ver: Fernandes (2003b); (2004).

fundamentando suas contínuas reivindicações junto à concessionária de energia elétrica e ao órgão indigenista.

4.2.1 A mão de obra indígena na construção da Usina do Apucaraninha e outros trabalhos

O trabalho remunerado nas obras de construção da usina foi um dos interesses de alguns membros da comunidade indígena do Apucarana. O Relatório de Deocleciano de Sousa Nenê, de 30 de março de 1947, enviado a IR7, evidenciou que a EELSA, desde o início das obras do empreendimento hidrelétrico, contava com a mão de obra indígena em algumas atividades.

> Satisfazendo seu pedido verbal para informar sobre a construção ou montagem da usina da "Empreza Elétrica de Londrina S/A", em terras do P.I.T. de Apucarana, [...] vendo mais ou menos seguinte: [...] assim como observei que os Engenheiros e empreiteiros de vários serviços, dão preferencia de trabalho aos índios que por ali aparecem, assim como fui informado que os administradores não admitem a venda de bebidas alcóolicas, principalmente aos índios, medida que a muito vem este serviço adotando (SPI, 30/03/1947, Filme 73, Fotograma 1644).

Quando diz *aos índios que por ali aparecem*, o inspetor Deocleciano de Souza Nenê deixa claro a não existência de Toldos na região até o momento de sua visita no PI Apucarana, no segundo semestre de 1946. Entretanto, em seu retorno no ano de 1950, evidenciou por meio do Croqui já demonstrado, a existência de alguns Toldos na proximidade da usina. Por um lado, aos olhos dos representantes do SPI, a presença da hidrelétrica poderia colaborar com a política indigenista de integração e assimilação do indígena, por meio da prática do trabalho, reforçado pela constatação de que os operários do empreendimento hidrelétrico não forneciam bebidas alcóolicas aos indígenas, conforme estabeleciam os regulamentos do órgão indigenista. Por outro lado, os indígenas também se interessaram pelas atividades no canteiro de obras, oferecendo-se como mão de obra em vários serviços, conforme constatação do inspetor Nenê.

> Devo dizer mais uma ves, que não ouvi nenhuma queixa de que essa Empreza esta perturbando a marcha dos serviços do Posto ou dos índios, de certo modo até tem dado alguns resultados, dando serviços e comprando os produtos dos índios, não obstante ser distante do toldo mais próximo de 12 a 15 Kts. Penso que assim tendo prestado as informações pedidas e prestado esclarecimentos precisos (SPI, 30/03/1947, Filme 73, Fotograma 1644).

Na verdade, com o andamento das obras, as relações indígenas e empregados da usina se intensificaram, sendo que a distância de 12 a 15 Km apontadas no Relatório do inspetor

Nenê, entre a usina e os Toldos mais próximos, foi encurtada devido à ação dos próprios indígenas que se aproximaram das obras na perspectiva de obterem alguns benefícios, como o pagamento em dinheiro por sua mão de obra em diversas atividades. Não obstante, o Relatório denota que, além dos serviços, os indígenas vendiam e trocavam seus produtos junto aos empregados da usina e agentes da EELSA. Dessa forma, os índios estabeleceram políticas próprias em relação à presença da usina, traçando ações para obterem vantagens, sobretudo, econômicas, perante aos novos sujeitos presentes em seu território, tanto na venda e trocas de seus produtos confeccionados aos representantes da concessionária de energia elétrica, quanto nas atividades remuneradas do empreendimento hidrelétrico.

É interessante observar que, enquanto os agentes do órgão indigenista, tanto do PI Apucarana, quanto da IR7, debatiam sobre a autorização para a construção da usina, mostrando de início desconhecimento em relação as obras, como abordado no capítulo anterior, alguns indígenas já estavam envolvidos com os trabalhos na proximidade do Salto Apucaraninha, negociando sua mão de obra, realizando suas vendas e trocas, obtendo demais vantagens com a presença dos representantes da EELSA.

O SPI buscou constantemente regularizar a chamada mão de obra indígena, com várias Circulares, Portarias etc., relacionando-a com as prestações de contas e a renda dos PIs. Um exemplo foi a Circular nº 808, de 11 de novembro de 1957, assinada pelo diretor coronel José Luis Guedes, estabelecendo orientações para os encarregados dos PIs.

> 1. Toda a operação oriunda do labor coletivo, do índio, sob o estímulo e a administração do Posto Indígena, em qualquer campo de atividades, pertence, obrigatoriamente, à Renda Indígena, ao movimento financeiro-econômico do Patrimônio Indígena.
> 2. A produção individual, indígena, é obra exclusiva do orçamento doméstico do índio, servindo, tão somente, à sua subsistência, sendo, apenas, controlada pela Administração do Posto, como medida de prevenção e defesa dos interesses individuais, dos índios produtores.
> 3. As rendas do trabalho coletivo, são aplicadas em benefício do índio, como um todo, como sociedade, de forma indiscriminada. Tais rendas, tanto podem ser úteis aos índios que, de fato, produziram, como podem suprir necessidades de índios distantes, por força de contingência especial.
> 4. As rendas individuais pertencem, unicamente, ao índio produtor, como indivíduo, para manutenção de sua subsistência, não podendo ser administradas como operação oficial.
> 5. Não há, portanto, Renda do Posto. O que há, sim, é a obrigação primordial de cada Posto Indígena, de promover e desenvolver suas atividades, em torno da utilização dos bens do Patrimônio Indígena, empregando, para tal, de preferência, o braço indígena, como fator decisivo de aculturação (SPI, 11/11/1957, Filme 70, Fotograma 975).

É notório o destaque à utilização da mão de obra indígena como forma de integração a chamada sociedade nacional. Também fica evidente o poder tutelar, de caráter assistencialista do SPI, como se os indígenas não tivessem condições de exercer suas ações e atividades junto aos concessionários dos serviços de exploração dos recursos naturais no interior dos PIs.[120] Desde o início da construção da UHE do Apucaraninha, os indígenas se relacionavam com os representantes da EELSA, trabalhando no canteiro de obras, trocando mercadorias, vendendo seus produtos, entre outras ações. Estaria o órgão indigenista interessado em ter acesso e controle das rendas oriundas das atividades na margem direita do rio Apucaraninha, fruto das relações entre indígenas e membros da empresa de eletricidade? Conforme a Circular acima, essas rendas obtidas pelos indígenas na construção da usina, seriam consideradas coletivas ou individuais? São questões que precisam ser analisadas antes de determinar o controle absoluto do SPI sobre os indígenas do Apucarana ou de caracterizar a exploração impositiva da EELSA sobre os indígenas.

Qual a leitura dos próprios indígenas de todo esse contexto? Trabalhar nos projetos do PI, tendo que repassar todo o ganho para o encarregado, para depois aguardar a distribuição coletiva dos recursos adquiridos, percebendo as irregularidades constantes dos agentes do órgão indigenista, como já revelaram os depoimentos dos indígenas entrevistados? Produzir para sua subsistência em espaços delimitados pela chefia do Posto, altamente controlados por esta? Ou buscar outras formas de ganho, diretamente com o elemento externo, sem a tutela do órgão indigenista? O relatório de Deocleciano de Souza Nenê, de 1947, evidencia a total falta de conhecimento dos representantes do SPI, sobre as relações dos indígenas com os representantes da EELSA, seus trabalhos, suas trocas comerciais, suas interações.

Entre a tentativa de controle do órgão indigenista sobre os indígenas e seu real controle, existiam consideradas distâncias. Por outro lado, não se pode negar a intenção da EELSA em explorar a mão de obra do trabalhador indígena, como também não se pode omitir os interesses e as ações estratégicas dos indígenas em se envolver com os empregados da concessionária. Os acontecimentos narrados até aqui, por meio dos documentos citados, permitem dizer que não dá para simplificar o processo histórico que foi a construção e instalação da UHE do Apucaraninha, utilizando-se da visão dualista ou da ideia de história como uma mão de via única, em que EELSA e SPI impuseram seus interesses sobre o grupo indígena local. É preciso demonstrar os múltiplos sujeitos históricos envolvidos, suas diversas ações, com uma

[120] Ver mais detalhes dessa política indigenista do SPI em: Oliveira e Freire (2006); Rocha (2003); Souza Lima (1992); Gagliardi (1989).

perspectiva que supere a análise dualista e que demonstre a história como uma mão de via dupla, com jogos de interesses, com submissões intencionais, com alianças e traições meticulosamente planejadas, com tensões e conflitos, conforme cada *Situação Histórica*, ou seja, como afirma Hannerz (2001), perceber que os diversos sujeitos presentes promovem uma zona de *Fronteiras*, como um local de fluxos e interfluxos, promovendo transformações, incertezas e ambiguidades, quando se entram em contato.

Nesse sentido, nada mais revelador que ouvir os próprios índios em relação aos seus trabalhos desenvolvidos na época da construção da usina. O Sr. Tapixi relatou detalhes das atividades realizadas para a abertura dos caminhos para o assentamento do empreendimento hidrelétrico, em sua fase inicial.

> Em 1947 eu morava no Pari Paró, quando começou a fazer o picadão, pra começar a fazer a usina, eu morava ali. Tinha umas tapera veia, nós se acampemos em umas casas veias, tudo caído assim, que eu não sei nem explicar pra você de quem que era aquelas moradias. Eu via eles passando e fazendo os picadão e tal. Nós cortava tora, meu pai pegou uma empreita de corta tora, um trançador sabe, aí nos acampamo no Pari Paró, fica entre meio Tamarana e Apucaraninha. Aí nos acampemo ali e aí eles começaram a fazer os picadão, aí eles trouxeram uns postes de madeira sabe, eles trazia no picadão e trazia arrastados esses postes. Pra fazer esses buracão e colocar esses postes, em uma terra bem vermelha e cada buraco daquele deixava um poste (TAPIXI, 28/03/2017).

Trata-se da estrada que hoje liga Tamarana ao local da usina, na margem esquerda do rio Apucaraninha. Estrada que continua sendo utilizada pela COPEL para as manutenções periódicas e visitas constantes ao empreendimento hidrelétrico. Durante a narrativa, o Sr. Tapixi contou com detalhes a participação do seu pai na abertura dessa estrada.

> Aí aqui, por exemplo, era o nosso rancho e daí meu pai vinha pelo picadão e derrubava um pinheiro pra lá, derrubava outro pra cá, derrubava e ia traçando com o trançador, aí eu vinha trazer almoço para o meu pai e era uma terra bem vermelha. De manhã cedo amanhecia cerração, neblina, aí eu vim, aí chegava naqueles buracos eu andava , aí eu andava por cima daqueles postes, descalço, então ficava bem o sinal do meu rastro em cima do poste, então quando eu voltava aí meu pai não deixava voltar aí eu ficava com ele até a tarde no mato, era ele mais dois índios, aí eu ficava até a tarde com ele lá no mato, aí quando nos voltava a onça tinha passado em cima do meu rastro dentro do poste, aí estava o rastro da onça que pisou em cima do meu rastro (TAPIXI, 28/03/2017).

Como se observa, além do pai do Sr. Tapixi, dois índios executaram os serviços de limpeza e abertura do caminho e de buracos para a fixação dos postes que mais tarde

conduziriam a eletricidade para a cidade de Londrina e outras localidades atendidas pela EELSA. Mesmo ainda criança, naquele contexto, o Sr. Tapixi afirmou: “[...] aí eu me lembro bem dessas passagens sabe, aí ele falava, aí o meu pai falava vocês vão fazer usina aqui nessa área do Apucaraninha” (TAPIXI, 28/03/2017).

Fotografia 34 – Estrada de acesso à Usina do Apucaraninha ligando a Tamarana - PR

Fonte: Foto de Éder da Silva Novak.

Segundo o Sr. Tapixi, eram utilizados caminhões, chamados Chevrolet, carregados de postes. O pai do Sr. Tapixi se chamava Antônio Rodrigues dos Santos e em relação aos outros dois índios o entrevistado disse:

> Bonifácio, pai do Pedro aqui, Pedro de Almeida, Bonifácio Candido e o outro chamava, deixa eu lembrar, capaz que eu lembro o nome Kaingang dele, “Gmu” Zacarias parece que era o nome dele, e o indígena era “Gmu”. Eles morava, morava [...] nós saía [...] eles morava lá na campina. Eles morava lá na campina, lá na campina, de lá eles vinha trabalhar com o meu pai ali, mas eles acampava e ficava com nós, o índio não tem esse negócio, eles ficava bastante tempo com nós, nós fiquemos dois anos ali. [...] Fazendo esse caminho, cortando madeira, fazendo esse caminho, fiquemos dois anos ali (TAPIXI, 28/03/2017).

É notório o deslocamento dos índios para o trabalho nas obras necessárias para a construção do empreendimento hidrelétrico, como a abertura de estradas e picadões, sendo que os dois índios citados eram moradores do Toldo Campininha, o mais próximo da primeira sede do PI Apucarana. Destarte, eles montavam acampamento junto com a família do Sr. Tapixi, ficando um período naquela localidade, porque não dava para retornar todo dia para o Toldo Campininha.

Outrossim, o depoimento do Sr. Tapixi apresenta detalhes das atividades de abertura da estrada e a construção da rede elétrica e o manuseio com os postes:

> Não, vinha em cima da [...], vinha arrastado, como é que chamava o nome, hoje ela é "patrola", mas naquele tempo não é "patrola", "quatrepilha", parece. Tinha, uma máquina dessa que arrastava os postes e tinha um, era tipo um trator de esteira mas, não era bem um trator de esteira, mas ele ia fuçando os mato. Quatrepilha, chamava (TAPIXI, 28/03/2017).

Também foi perguntado ao Sr. Tapixi sobre os empregados e representantes da EELSA, que era a concessionária responsável pela construção da usina. Assim ele respondeu:

> O nosso patrão morava em São Roque que não era Tamarana. Tinha o São Roque véio que era perto da campina e daí estava construindo o São Roque novo que hoje é Tamarana sabe, então, nosso patrão ficava em Tamarana, o nome dela era seu Eugênio Machado, um sujeitinho pequeno, baixinho, já de idade, ele vinha fazer o pagamento pra nós, de quinze em quinze dias, ele vinha a cavalo numa mula, ele vinha a cavalo não de carro, ele vinha a cavalo (TAPIXI, 28/03/2017).

Dessa forma, os pagamentos eram realizados quinzenalmente, por um representante da EELSA, chamado Eugênio Machado, que residia no antigo São Roque, atualmente Tamarana. Conforme o Sr. Tapixi, o pagamento era pela derrubada de peroba e de pinheiros, com a utilização de traçadores, e pela abertura dos caminhos para chegar até ao local das obras da usina. Segundo o entrevistado "[...] eu sei que pagar os índios eles pagavam, porque os índios que trabalhava com meu pai, meu pai recebia certinho" (TAPIXI, 28/03/2017).

O Sr. Tapixi tem na memória o momento exato da construção da estrada e da rede elétrica até ao Salto Apucaraninha.

> Porque nós fiquemos ali, nós fiquemos ali de quarente e sete, nós cheguemos, por exemplo, em quarente e seis ali, quarenta e sete nós fiquemos aí no fim de quarenta e sete nós fomos embora, a minha vó veio de lá do Barão de Antonina, veio buscar a minha mãe. Nós fomos juntos. (Pai) Trabalhou um

> tempo, quando eles começaram a chegar no Salto de Apucaraninha, que acabou o trabalho, nós foi embora (TAPIXI, 28/03/2017).

Quando perguntado se os demais índios também tinham se deslocado para o território indígena do Barão de Antonina, o entrevistado respondeu: "Não, eles foram, ficou esse tal que eu falo pra você que era Zacarias, ficou, ficou que ele era daqui, mas esse tal de Bonifácio cruzou porque ele era de lá também" (TAPIXI, 28/03/2017). Cruzar o rio Tibagi era muito comum entre os índios do Apucarana e de São Jerônimo, como já demonstrado.

Antes de prosseguir a descrição e a análise dos demais depoimentos, cabe esclarecer algo que foi notado durante as entrevistas. O entendimento inicial dos indígenas, quando interrogados se os índios trabalharam na usina, é o trabalho técnico na operação e na manutenção da mesma, após estar em funcionamento. Dessa forma, no diálogo com o Sr. Raul Pereira, traduzido pelo Sr. João Cardoso, quando questionado se algum índio trabalhou na usina, o tradutor respondeu antes mesmo de repassar a questão ao Sr. Raul, afirmando:

> O índio não trabalhou não, eu lembro que, eu lembro que só o meu, que um índio que trabalhou junto aqui na Copel, e saiu daqui, mas só que não era daqui, ele era filho de pernambucano, que veio lá dos Pernambuco e pegou a portaria, chegou aqui e mostrou a portaria pro chefe né, aí ele virou assim, ele tava formando rapazinho, estudou com nós aqui, aí ele já começou a entrar na Copel, eu lembro, um tal de Zé Carlos. Só que lá, naquele tempo era [...] só que a usina já tinha feito já era em 74 [...] Na usina não foi índio que trabalhou, diz que era pros índios trabalhar naquele tempo, mas não trabalhou [...] (JOÃO CARDOSO, 28/03/2017).

Ou seja, o entendimento do Sr. João Cardoso era o trabalho na usina, após a sua construção, operando as máquinas e demais equipamentos e instalações do empreendimento hidrelétrico. Ele prosseguiu seu depoimento dizendo que os índios nem sequer foram avisados sobre as obras da usina, quando do início de sua construção, nem por representantes da EELSA, nem pelo encarregado do Posto.

> Não, eles não avisaram os índios, ele não avisou índio, eles entrou aí sem aviso, mas diz que esse usina era para os índios trabalhar, mas só que não tinha leitura, eu ouvi na reunião esses dias também, isso que o Cacique falou, naquele tempo não tinha assim pessoa estudada que trabalha assim na usina assim, eles queria mais estudado, ninguém era estudado, mas diz que era para os índios trabalhar, eles falaram sempre, mas não tinha ninguém né. Eu lembrei também quem construiu primeiro, mas diz que não era, ninguém fez reunião pra essas coisas também (JOÃO CARDOSO, 28/03/2017).

Esta informação sobre o estudos aparece também em outros depoimentos, revelando as conversas e as trocas de informações entre os índios e os agentes da EELSA e da usina, que se por um lado não houve uma reunião entre as partes, para o início das obras, como enfatiza o Sr. João Cardoso, por outro lado, durante a construção da usina e a partir da chegada de mais indígenas naquela localidade, as conversas passaram a ser frequentes, como serão evidenciadas adiante.

Quando finalmente traduziu a pergunta ao Sr. Raul, este respondeu em Kaingang, com a seguinte tradução pelo Sr. João Cardoso:

> O pai dele trabalhava, o vô também, o Zeca diz que trabalhava lá também, ele era piazão ele disse, no tempo que o pai dele trabalhava com mais esse outro que também trabalhou. É na usina, começou [...] Diz que não foi começado ainda naquele tempo, daí depois, depois quando vieram, eles começou a fazer a usina. Ele falou o nome de uma pessoa que começou a construir uma usina aí, ele está falando o nome deles, acho que é até veinho também (RAUL PEREIRA, 28/03/2017).

O nome não foi lembrado pelo entrevistado, mas a informação de que os índios trabalharam na usina foi confirmada pelo Sr. Raul Pereira, cujos pai e avô desenvolveram algum trabalho na época da construção do empreendimento hidrelétrico. O próprio seu Raul também exerceu algumas atividades, afirmou. Após esta informação, o Sr. João Cardoso fez o seguinte comentário:

> Agora eu lembro de tempo de Nivaldo que também tinha aqui serraria. [...] Aqui mesmo, aqui mesmo na aldeia, pra baixo dessa casa aí, tinha uma serraria aí, eu lembro que tem, de um tal de capitão Nivaldo, ele tomava conta também, chefe dos índios, eu lembro também daquele tempo, aí ele tinha, puseram até como que é, cerâmica, só que ele não pagava [...] Uma Olaria, então esse eu lembro, uma serraria, teve uns índios que trabalhou aí, eu não, aquele tempo eu era piazão ainda, aí até meus primos trabalho aqui, só que não pagava com dinheiro não, pagava só com mercadoria (JOÃO CARDOSO, 28/03/2017).

Visivelmente, além de tarefas para a construção da usina, os indígenas trabalharam nas fábricas instaladas na localidade, como a serraria e a olaria, que aproveitaram da presença de energia elétrica para facilitar suas atividades. O questionamento era em torno do pagamento, realizado por meio de trocas, por meio de mercadorias, e não em espécie, como relatou o Sr. João Cardoso.

Fotografia 35 – Sr. José Bonifácio apontando o antigo local da Serraria na Represa do Fihú

Fonte: Foto de Lúcio Tadeu Mota.

O Sr. José Bonifácio também relatou os trabalhos realizados pelos indígenas na serraria, que foi alterada de local, quando da enchente da represa do Fihú, para a terceira fase de construção da usina.

> Essa serraria foi que depois [...] Porque, porque o pai dela (pai da Gilda) morava perto da represa ali, sabe, então, tinha uma serraria na baixada, na baixada tinha uma serraria, aí fizeram a represa, aí começou a encher, aí juntaram a água, aí eles mudaram pra cima aqui perto da [...] Onde é o cemitério, mudaram ali, aí depois daí que depois mudou dali, aí acabou o pinheiro tudo, acabaram com as madeiras tudo, aí eles mudaram lá dentro da aldeia daí, ponharam a serraria dentro da aldeia, que os índios começaram a trabalhar ali também, com o chefe do posto tudo, sabe. Tinha uns índios que trabalhava, fazia algum serviço, o chefe arrumou uns serviços aí (JOSÉ BONIFÁCIO, 29/03/2017).

Fotografia 36 – Local da serraria após a enchente da Represa do Fihú

Fonte: Foto de Lúcio Tadeu Mota.

Como diz o depoimento, em um terceiro momento, a serraria é retirada de perto da Represa do Fihú e instalada ao lado da sede do PI Apucarana, próximo ao Salto Apucaraninha. Isso se deu na segunda metade da década de 1960. O momento em que a serraria foi para o interior da nova sede do Posto foi narrado pela Dona Gilda Kuitá:

> Lá dentro da sede a serraria entrou quando entrou a Funai. A FUNAI que trouxe. Segundo a ideia era fazer casa pros índios e nisso eles tirava os restos dos pinheiros que tinha ainda e fazia, serrava ali mesmo, a madeira de primeira eles vendiam, o refugo fazia, mais ruim fazia, fizeram meia, aquelas casas assim meia água que fala pra todo mundo, fizeram até uma vila (GILDA KUITÁ, 29/03/2017).

Evidentemente, a mão de obra indígena foi utilizada nas atividades das serrarias, já movidas por eletricidade obtida da usina. A promessa de construir casas aos índios também foi uma forma de atraí-los para a nova sede do Posto, buscando evitar os conflitos nas áreas tomadas pelo Estado para as frentes colonizadoras. Também se pode afirmar que a madeira extraída no território indígena foi utilizada para a construção das casas da vila dos operários da usina, tanto em sua fase de construção, quanto de operação.

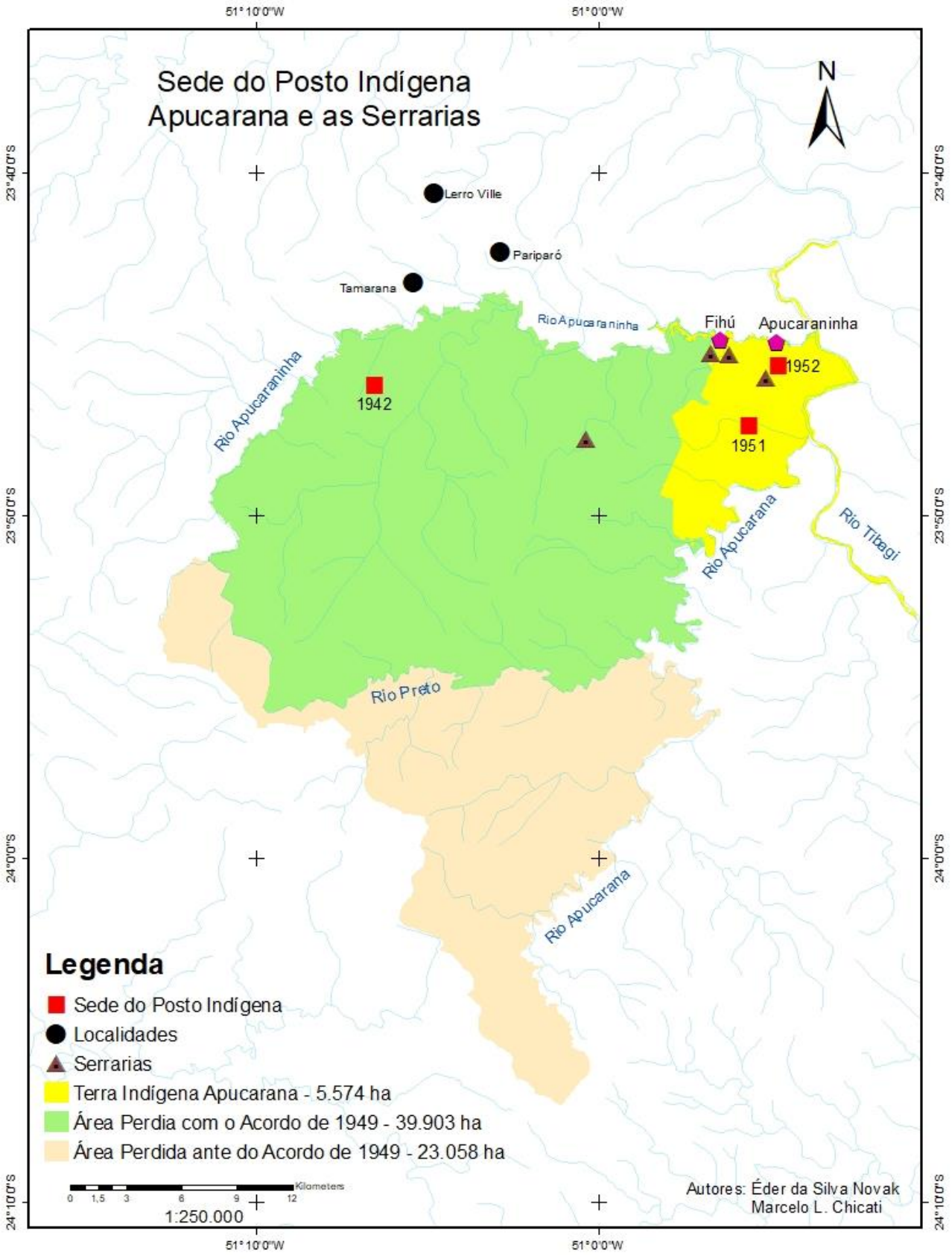
Fotografia 37 – Estrutura da serraria instalada na sede do PI Apucarana no final dos anos 1960

Fonte: Foto de Éder da Silva Novak.

Fotografia 38 – Pequena área de pinheiros plantada próximo à Aldeia Água Branca

Fonte: Foto de Éder da Silva Novak.

Mapa 9 – As serrarias e as sedes do Posto Indígena Apucarana



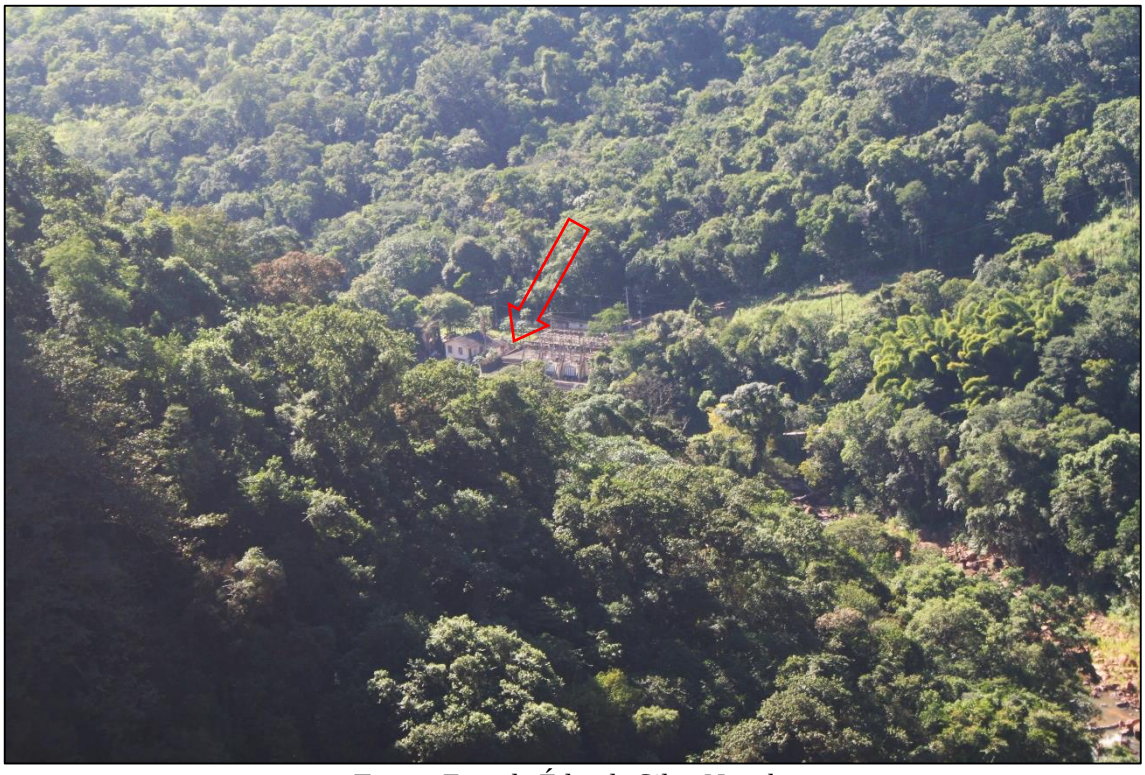
Autores: Éder da Silva Novak e Marcelo L. Chicati.

Assim como disse o Sr. Tapixi, o Sr. José Bonifácio também confirmou o trabalho dos índios nas obras para a construção da Usina do Apucaraninha. Segundo ele:

> [...] Foi, foi. Que meu avô sempre contava essa história, sabe, trabalhou uns par de índio ali dentro, [...] na estrada que descia lá embaixo, onde tem a sede lá embaixo. Onde tem a casinha de força. Tem um veio que ajudou lá e ainda ta vivo né, tá bem veinho já, o Raul. Só que ele não sabe conversar bem agora. Então, ele trabalhou muito ali sabe, ele ganhava diária, a Copel pagava diária pra ele, ele ajudou a construir, a fazer a estrada, com enxadão e picareta assim, depois que entrou as máquinas ali, depois que eles tiraram tudo as pedras redondas que tinha ali, eles rancava tudo, sabe, então, daí depois entrou as máquinas lá e limparam, então, daí quem trabalhou hoje lá dentro é um tal de Raul. Raul Pereira, ele está bem velhinho já ele não sabe nem conversar tem que ter uma pessoa pra traduzir as palavras que ele passa pra gente (JOSÉ BONIFÁCIO, 29/03/2017).

O Sr. José Bonifácio contou que os índios colaboraram na construção da usina, inclusive, na duas barragens que foram erguidas, com ajuda de mão de obra indígena, "mas depois que terminou, acabou" (JOSÉ BONIFÁCIO, 29/03/2017). Pode parecer redundante, mas o que ele quis dizer é que com o final das obras, os trabalhos na usina naquele momento exigiam estudos que os índios não possuíam, conforme já foi explicado.

Fotografia 39 – Casa de força e subestação em território indígena no Salto Apucaraninha



Fonte: Foto de Éder da Silva Novak.

Quando a equipe de pesquisa estava ao lado da represa do Fihú, novamente foi perguntado ao Sr. José Bonifácio se havia escutado histórias de índios que trabalharam nos desmatamentos e abertura de caminhos quando foi construída a usina.

> Tem uns mais antigos que eles pagava que hoje já não existe mais já faleceu tudo. Mas, sempre tem um tio meu que sempre conta a história, o Raul. Raul trabalhou junto a Copel, abriu a estrada, abriu o caminho, tudo, trabalhou ali junto com eles, fazendo a limpeza tudo, eles pagava a diária pra ele, sempre ele falava pra mim, sabe, então, ele trabalhou muito com eles, sabe, abriu a estrada que desce na máquina lá embaixo né, sempre ele conta essa história pra mim. Quem trabalhou mais aí que tá vivo é ele só que o resto já faleceram tudo (JOSÉ BONIFÁCIO, 29/03/2017).

O Sr. José Bonifácio corrobora a utilização da mão de obra indígena na construção da UHE do Apucaraninha. Ainda próximo da represa e demonstrando os locais onde se situava a serraria, foi indagado ao Sr. José Bonifácio sobre o trabalho dos índios na serraria.

> [...] só depois que eles mudaram lá pra sede né, daí que entrou uns índios trabalhar, até meu cunhado, Moacir Gordo que eles fala, trabalhou pouco tempo lá, sabe, aí trabalhou uns índios lá, foram pagando as diárias, não sei se é por mês que eles ganhava né, foi assim que o chefe do posto juntava os índios e fazia os índios trabalhar ali né, só que depois daí eu não sei o que aconteceu daí, parou também. É, que daí eles começaram a fazer umas casinha, a Gilda falou, fizeram umas casinha com umas madeiras de segunda que eles fazia umas casinha pros índios, né? Aí que foi juntando gente lá, por causa da escola né, pra gente estudar, os filhos estudar, até eu não estudei não, eu parei né que eu falei pra você. É, eu larguei mão de estudar, eu fui trabalhar (JOSÉ BONIFÁCIO, 29/03/2017).

Novamente, é revelador o fato de que houve uma migração de algumas famílias indígenas no momento inicial da construção da usina, ainda em 1946 e 1947, criando alguns Toldos, antes não existentes naquela localidade próxima ao Salto Apucaraninha. Entretanto, uma concentração maior de indígenas nesse local, perto da usina, ocorreu com o passar dos anos, após muita resistência e luta dos índios em sair dos seus Toldos tradicionais. Dessa forma, no que tange ao Território Indígena Apucarana, o Acordo de 1949 demorou praticamente duas décadas para ser concretizado, definindo a área dos 6.300 hectares de terra somente no final da década de 1960.

Fotografia 40 – Barragem da represa da Usina do Apucaraninha

Fonte: Foto de Éder da Silva Novak.

Fotografia 41 – Vazão da água na barragem da represa do Fihú

Fonte: Foto de Isabel Cristina Rodrigues.

Evidentemente, deve-se considerar também o interesse indígena pela estrutura em torno da sede do Posto, com escolas, postinho de saúde, oferta de casas, trabalho na serraria, no próprio Posto, nas relações sociais com os empregados da usina, as trocas comerciais e a própria presença da eletricidade no local, já que os documentos demonstram que algumas casas para os indígenas, com o passar dos anos, também tiveram energia elétrica, embora os depoimentos orais não tenham confirmado essa informação, "[...] aí começou a produzir energia elétrica, mas não pros índios, só pro escritório da FUNAI, do SPI né, então, daí eles começaram a trabalhar ali" (JOSÉ BONIFÁCIO, 29/03/2017).

O Sr. Pedro Almeida também abordou o trabalho dos índios nas serrarias no momento da construção das casas para as famílias indígenas na nova sede do Posto. Segundo ele, "[...] os índios começaram a trabalhar e gostaram também, aí depois eles construíram uma colônia lá embaixo, uma casinha de uma banda só, de uma água" (PEDRO ALMEIDA, 30/03/2017).

Os depoimentos convergem quanto ao trabalho indígena não apenas na construção da usina, mas também em demais atividades do PI Apucarana, ou mesmo fora deste, como foi o caso do Sr. José Bonifácio, que trabalhou em fazendas vizinhas. Seja pelo pagamento em dinheiro ou em mercadorias, muitos índios se interessaram por esses trabalhos e se deslocaram para a área próxima ao Salto Apucaraninha. É interessante também revelar, fundamentado pelos dados escolares apresentados anteriormente, que o número de alunos indígenas na escola do Posto aumentou com o passar dos anos. Entre outros fatores, também o indígena não poderia ter o interesse em estudar na escola do Posto para arranjar melhores ocupações, com maior ganho, como por exemplo, trabalhar na usina? Esta questão será retomada no subitem abaixo.

4.2.2 As relações socioculturais entre os indígenas e os empregados da usina e o cotidiano na nova sede do PI Apucarana

Como demonstrado pelo Relatório do inspetor Deocleciano de Souza Nenê, em 1947, desde o início das obras da usina ocorreu o contato entre indígenas e representantes e indígenas e empregados da concessionária, em virtude dos trabalhos desenvolvidos por ambos e pelas trocas e compras de produtos, como os balaios confeccionados pelos indígenas. Os depoimentos orais revelaram detalhes dessas relações socioculturais entre os sujeitos presentes na região do Salto Apucaraninha, a partir de 1946, quando iniciou a construção da usina. Relações que foram intensificadas a partir de 1952, com a instalação da nova sede do PI Apucarana.

Fotografia 42 – Salto Apucaraninha

Fonte: Foto de Éder da Silva Novak.

O Sr. Raul Pereira confirmou também que os índios confeccionavam balaios naquela época para venda e troca com a sociedade não-indígena. No diálogo com a Dona Gilda Kuitá e o Sr. José Bonifácio, também foi abordado o assunto sobre as trocas entre os índios e os empregados da usina. Quando questionados se realmente ocorreram essas trocas, eles responderam:

> Sim, por que eles sempre fazia as trocas né, até hoje. Levava lá, as vezes queria alguma coisa daí dava o balaio, aí eles dava as coisas que eles queria né, até hoje é assim né (GILDA KUITÁ, 29/03/2017).
> É sempre eles, é sempre a gente se dava bem com, pra não ter confusão com ninguém, amizade (JOSÉ BONIFÁCIO, 29/03/2017).

Neste momento do diálogo, foi perguntado como era o convívio entre os índios e os empregados da usina, que moravam em uma vila residencial, no interior da área indígena. A Dona Gilda Kuitá fez as seguintes observações:

> Eu não sei, tinha uma família lá, que tinha uma casa, que minha mãe gostava de ir lá visitar, eu não lembro o nome, mas ela sempre ia lá. Eles tinha um salão lá embaixo, você lembra aquele salão lá? (Reportando-se ao Sr. José Bonifácio) Porque era muita gente. Lá embaixo eles tinha um campinho lá, uma igreja, um salãozinho. Aí os índios iam lá, antes disso, quando eles não tinham salão, começaram a construir, eles vinham aqui nos índios, dança aqui no Toldo. Tinha essa integração, eles vinham aqui no Toldo (GILDA KUITÁ, 20/03/2017).

De fato, ocorreu essa integração entre os Kaingang e os empregados da usina, além dos próprios representantes do órgão indigenista. Lembrando também da presença dos agentes das serrarias, arrendatários e camponeses intrusos, que ainda insistiam em permanecer na área indígena, algumas vezes, até com a conivência do SPI, como já demonstrado. O Sr. José Bonifácio também revelou essa aproximação dos índios com os funcionários da EELSA, afirmando assim: "[...] é que nós tinha amizade com eles. Jogo de futebol, um campinho, uma igreja" (JOSÉ BONIFÁCIO, 20/03/2017).

Fotografia 43 – Lago da represa do Fihú

Fonte: Foto de Éder da Silva Novak.

Perto da represa do Fihú, a Dona Gilda Kuitá voltou a falar sobre as interações da sua família com os operários da hidrelétrica, apontando o caminho que a mãe dela e ela (ainda criança) fazia de bote para visitar as casas dos empregados.

> Então, a gente pegava o bote e descia ali nas comportas, aí lá a gente deixava o bote e ia pé, dava o que, uns 100 metros. Tinha umas quatro, cinco casas. É, eles se dava com os índios, porque também era os únicos, não tinha outras pessoas (GILDA KUITÁ, 29/03/2017).

A Dona Gilda informou que não havia muitas outras famílias não-indígenas nas proximidades e que as atividades cotidianas dos empregados da usina e suas relações socioculturais ocorriam com os índios, travando relações de aproximação e de amizades.

Fotografia 44 – Indígenas e empregados da usina em dia de festa no Posto Indígena Apucarana

Fonte: Acervo Museu Histórico de Londrina – UEL

O depoimento do Sr. Elói também trouxe informações sobre esse convívio entre os índios e os operários da hidrelétrica.

> Eles eram amigos dos índios. É, era, quando os índios fazia baile aí eles vinha e dançava com índios, era assim, mas despois eles tinham campo de bola, naquele tempo também jogava muita bola, eu ajudava jogar bola com eles, bola assim, um dia eles falaram assim pra mim Elói você tá jogando muito com nós, mas parece que nós vai embora agora, eu falei pra eles assim, por que? É porque Elói nós somos bastante na usina que trabalha, mas diz que

> quem fez primeiro esse usina diz que era outro governo né, daí outro governo, não sei qual é, mas naquele tempo eles não sabia de nada, nem os índios sabia de nada, eles falava assim Elói, eles falava assim, eu não sei, mas eu não conheço eles né, Elói o governo federal já tá vendo pro Governo do Estado, então, o Governo do Estado vai deixar pouco trabalhando na usina e o resto ele vai mandar embora tudo, foram mesmo, foram mesmo, só a turma do usina era bastante, quando fazia jogo com eles era dois times que dava, agora é só um pouquinho que trabalha lá. Então, mudou pra Tamarana esse que trabalha na máquina, todo dia ele vem aí, todo dia. Todo dia ele vem de carro agora, mas de primeiro ele morava aí, trabalhava aí, posava e era assim (ELÓI ZACARIAS, 29/03/2017).

Os bailes, o jogo de futebol e outras atividades rotineiras estreitavam as relações entre os sujeitos ali presentes. Nessas interações, os diálogos sobre o andamento das atividades da usina também acabavam acontecendo. O Sr. Elói destaca o momento de encampação da EELSA pela COPEL, em 1974, quando da estatização do setor elétrico por quase todo o país. Além disso, ele se reporta a consequente redução do quadro de empregados na hidrelétrica, em que muitos foram mandados embora ou transferidos para outros locais, no decorrer da década de 1980. Ao enfatizar aquele momento de saída de grande parte dos empregados da usina, o Sr. Elói relatou que foi mais difícil ter o jogo de futebol no campinho da vila dos empregados, relembrando as vitórias do seu time:

> Oi eu ganhava de Tamarana, só o time dos índios ganhava de Tamarana, ganhava dos outros por aí, nós era jogador bom. Ah! O meu time era time do Apucaraninha, quando nós saía fora falava, vem vindo o time do Apucaraninha, falava assim, de primeiro quem tomava conta do time era um índio também, ele sabia (ELÓI ZACARIAS, 29/03/2017).

Ao ser questionado como eles se deslocavam para jogar fora, em outros locais, qual meio de transporte utilizado, ele respondeu que para viagens mais longas, utilizavam-se os caminhões da EELSA.

> Quando nós ia jogar perto nós ia de a cavalo, mas quando ia longe, como aqui de Tamarana, arrumava carro. Pegava no tempo que tinha carro, mas agora não tem mais carro grande. Antigamente, tinha muito trabalhado da usina, tinha carro grande né, então, se algum dia o chefe arrumava pra ir jogar bola né, daí, agora não tem mais carro grande, eles só anda no carro pequeno (ELÓI ZACARIAS, 29/03/2017).

O Sr. Elói também confirmou que os índios faziam seus balaios para venda e troca com outros produtos e que alguns empregados da usina adquiriam os artesanatos dos índios e que

“[...] o balaio pra vender naquele tempo os índios só fazia balaio pra vender, trocava alguma coisa” (ELÓI ZACARIAS, 29/03/2017).

Obviamente essas relações não foram apenas harmoniosas. A Dona Gilda fez o seguinte relato:

> Fizeram, os operários, os operários né, quem tava trabalhando lá, porque na usina assim vai muita gente né. Isso deu muito transtorno né. Assim, com as índias né, os encontros com as índias (GILDA KUITÁ, 29/03/2017).

A Dona Gilda Kuitá afirmou que ocorreram muitos relacionamentos entre os operários da usina e membros da comunidade indígena, gerando situações conflituosas no interior da comunidade indígena local. Essas questões são importantes para compreender as disputas internas e o jogo político que caracterizam as comunidades indígenas. Suas relações com o não-indígena e entre os seus membros devem ser mediadas pela compreensão da sua historicidade.

A Dona Gilda Kuitá informou que foi montada uma vila para os funcionários da Usina do Apucaraninha:

> Então, tem uma estrada que vai até lá embaixo onde é o as máquinas lá, onde fica as turbinas lá, tinha casas dos funcionários que resta ainda duas ali em cima. Ali na entrada, você cruza a ponte tem as casinhas, casas daquele tipo. Tinha várias descendo assim. Na época que eu era aluna da escolinha, já tinha bastante gente morando que trabalhava pra usina (GILDA KUITÁ, 20/03/2017).

Neste ponto, a Dona Gilda acrescentou que também foram construídas algumas casas para os operários que trabalhavam na represa do Fihú, narrando alguns acontecimentos entre a sua família e a dos empregados da usina.

> Eu lembro também das casas ali do Fihú, quando eu era criança, meu pai morava ali na barragem, no Fihú. Tinha casa dos operários ali também. Mais ou menos quatro lá, quatro ou cinco. É, eu lembro que eu e minha mãe, nós descia de bote pra visitar, sempre buscar as coisas, igual tá falando, trocar as coisas, minha sempre ia lá. A gente morava ali, a gente ia pra lá de bote, desembarcava lá e ia na casa lá (GILDA KUITÁ, 20/03/2017).

O Sr. Pedro Almeida disse que eram muitas famílias dos empregados da usina que moravam no interior do território indígena.

> É, no começo eles morava lá embaixo, pra baixo do salto lá, você conhece o salto né? Então, eles moravam lá na máquina mesmo, a vila deles era lá

> embaixo, aí com o tempo eles mudaram pra cima ali perto do posto, aí eles fizeram aquelas casas pra eles, aí eles mudaram tudo lá pra cima, depois eles foram embora pra cidade, de certo eles aposentaram, então, foram embora (PEDRO ALMEIDA, 30/03/2017).

Como já citado, no momento em que a COPEL encampou a Usina do Apucaraninha iniciou o processo de redução dos funcionários presentes ali na hidrelétrica e com o processo de automatização das máquinas, a vila acabou sendo destruída e os materiais das casas foram dados à FUNAI para a construção de casas aos índios, mas isso já em fins dos anos 1980. Além desta vila próximo ao Salto Apucaraninha, o Sr. Pedro Almeida também confirmou que "[...] tinha alguns operários que morava lá, tinha bastante casa lá também" (PEDRO ALMEIDA, 30/03/2017), se referindo à represa do Fihú. A Imagem 34 demonstra com mais detalhes a represa do Fihú e o Salto Apucaraninha, onde estavam as residências dos empregados da usina, e evidencia o local onde os índios se concentraram, constituindo a aldeia sede do Apucaraninha.

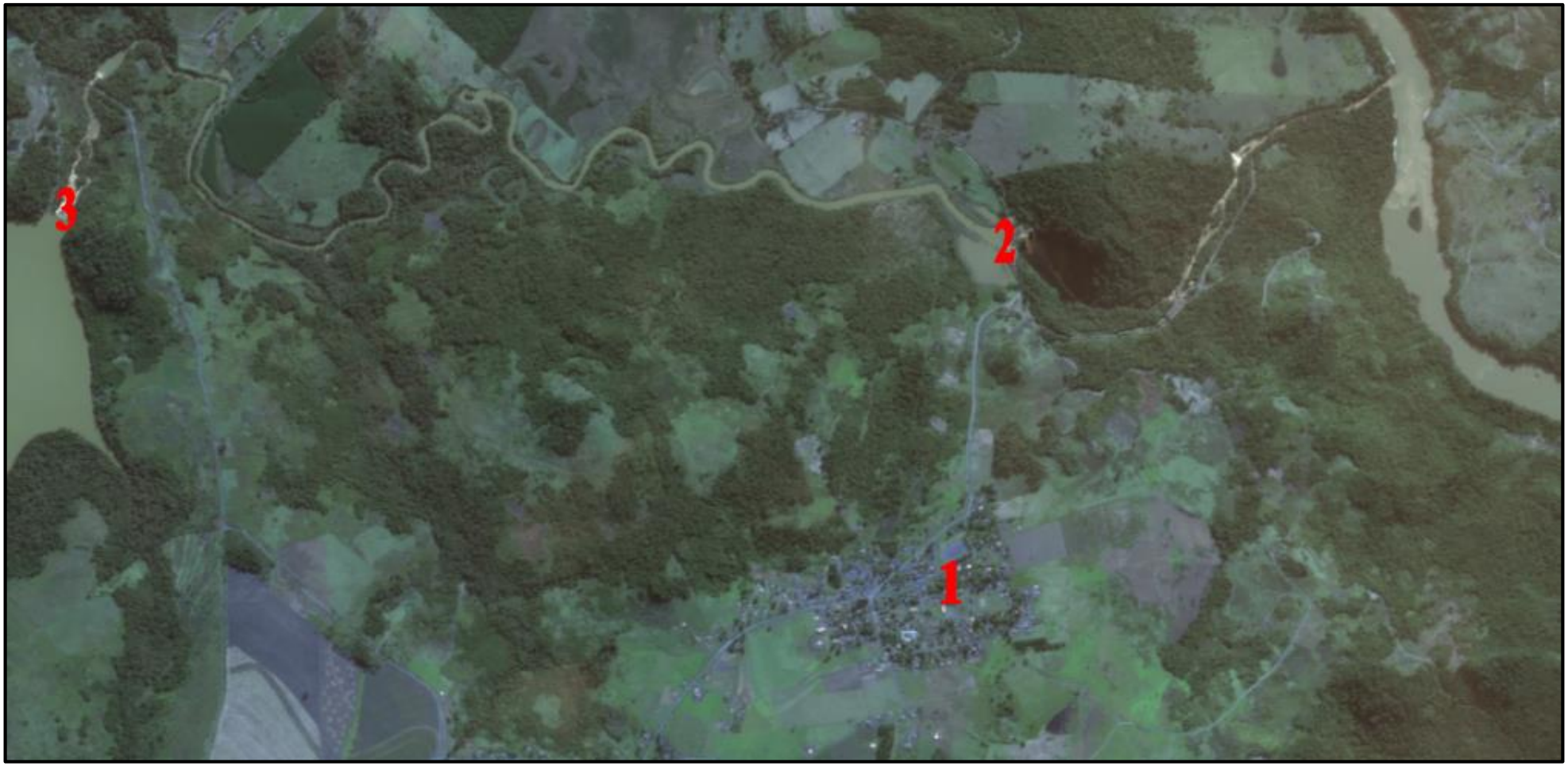
Os depoimentos dos indígenas revelam com precisão os locais da sede do Posto, quando esta foi deslocada para próximo da usina. O Sr. José Bonifácio apontou que "[...] era um pouco mais pra baixo" (JOSÉ BONIFÁCIO, 29/03/2017), em relação a onde está hoje o Posto de Saúde e as escolas da TI Apucaraninha. Em relação à energia elétrica nas dependências do Posto, a Dona Gilda Kuitá assim relatou:

> Tinha, eu acho que desde quando eles montaram a usina, que quando começou a construir, a funcionar, eu acho que a sede do posto já tinha, a casa né, a casa, a escola, é o que tinha, quando eu era pequena. Então, eu acho que quando montou as máquinas, que funcionou, eu acho que teve luz porque eu me lembro (GILDA KUITÁ, 29/03/2017).

A Dona Gilda Kuitá e o Sr. João Cardoso aparecem como alunos da escola do PI Apucarana, conforme dados escolares, a partir do início da década de 1960. O fornecimento de energia elétrica à sede do Posto, além da iluminação elétrica, trouxe outros benefícios para as atividades cotidianas, como o serviço de rádio, "[...] é porque naquele tempo eles usava era aqueles telefones era do rádio" (GILDA KUITÁ, 29/03/2017), agilizando os trabalhos dos agentes do órgão indigenista.

Segundo o Sr. José Bonifácio, "[...] nós passou muito sem luz ali, muitas vezes, ali que começou a iluminar as casas, ali era do escritório, da escola" (JOSÉ BONIFÁCIO, 29/03/2017). Também o Sr. Elói afirmou que havia energia elétrica no salão do baile, na sede do Posto, na casa do Alan Cardec e outras casas, mas "[...] fora do posto não tinha não" (ELÓI ZACARIAS, 29/03/2017).

Imagem 34 – Imagem orbital das barragens, da aldeia sede e do Salto Apucaraninha



Fonte: Vẽnh Kar, 2010, p. 24.

Legenda

1 - Aldeia Sede
2 - Salto e Represa do Apucaraninha
3 - Represa do Fihú

A Dona Gilda complementou:

> Tinha um casarão ali, ali pra baixo ali, aonde, deixa eu lembrar, a onde a estrada desce ali pro lado debaixo tinha uma casa enorme. Tinha, como é que fala, um lugar em cima e embaixo, embaixo era tipo um barracão, muito alto e uma casa grande, ali funcionava o escritório e uma salinha de aula, foi ali que começou a escola (GILDA KUITÁ, 29/03/2017).

O Sr. João Cardoso demonstrou o local exato de onde ficava esse casarão, descrevendo as instalações no seu interior e outras casas menores a sua volta. Relatou ainda que a energia elétrica estava apenas presente na sede do PI Apucarana, na casa do encarregado Alan Cardec e outras instalações do Posto, não chegando às moradias dos indígenas e muito menos aos outros Toldos.

> Naquele tempo não tinha energia, não tinha energia. [...] Aí eu lembro, eu lembro, que aquele tempo que era 63, era 63 e a usina começou, tava funcionando já. Eu lembro aquele tempo, só que, era só no posto aqui mesmo, só o posto aqui mesmo, iluminava, mas pra lá não tinha nada. Veio de Londrina e já colocou esse usina, aí funcionou aqui, já trouxe pra cá, eu lembro naquele tempo que era piá também, naqueles brincadeiras de baile que eles fazia (JOÃO CARDOSO, 28/03/2017).

Novamente, os bailes foram lembrados como um momento que reunia índios e empregados da usina. Apesar das histórias de aproximação, amizade e convívio entre os indígenas e não-indígenas, o órgão indigenista buscava controlar os deslocamentos dos primeiros, criando normas para evitar suas saídas do interior da área do Posto. O Sr. Pedro Almeida relatou que o encarregado procurava privar os índios do contato com os empregados da usina, afirmando que "[...] naquela época o chefe branco ele não autorizava os índios chegar perto dos brancos" (PEDRO ALMEIDA, 30/03/2017). E concluiu sua fala sobre essa questão dizendo:

> Então, eles (os índios) pra sair pra fora, pra fazer as compras lá fora, tinha que pegar a autorização do chefe do posto, portaria, portaria, então, pra lá do rio Apucaraninha tinha umas vendas, pessoal ia fazer compra lá, então, eles tinham que pegar autorização, chama portaria que eles falava, se o índio for lá na venda sem portaria, na volta o chefe do posto pega e prende na cadeia, de dia, a noite ele vai pra cadeia, de dia ele pega cabo de enxada pra trabalhar pro chefe do posto, com trinta dias, com trinta dias eles já solta o índio, aí ele trabalhava de graça pro chefe do posto, era um escravo né. O chefe se não tiver serviço de enxada, de foice, eles lenhava pro chefe do posto e cortava com o machado, o dia inteiro, todo dia tinha que trabalhar com enxada, com o machado (PEDRO ALMEIDA, 30/03/2017).

Logicamente, o órgão indigenista buscava controlar todos os passos dos indígenas, procurando colocar em prática a política integracionista dos índios, sob a tutela do SPI e dos seus representantes, atribuindo penalidades aos considerados infratores. Contudo, como demonstrado, essa tentativa de controle não foi muito eficiente, já que os índios continuavam com seus deslocamentos, mantendo relações diversas com os não-indígenas.

Uma das ações do encarregado, na perspectiva de tutela, era a atuação da escola. O Sr. Pedro Almeida informou ter estudado na escolinha do Apucaraninha, junto com a Dona Gilda Kuitá e o Sr. João Cardoso.

> Aí naquela época o governo era o SPI né. É tinha criança branca, tinha, os funcionários do chefe, tinha criança pra estudar ali. Porque naquela época era sofrido né, a professora braba, né o chefe. As vez nós na hora do recreio, nós, as crianças brinca no terreiro do chefe ali né, o chefe chegava ali o criançada, cachorrada vai brincar pra lá, chamava. Xingava os alunos de cachorro (PEDRO ALMEIDA, 30/03/2017).

O Sr. Pedro Almeida continuou narrando histórias da escola, que era muito rígida com os alunos índios.

> Eu lembro que quando começou a escola ali os alunos não sabia nem falar português e a professora braba né e eles nem sabia pedir licença pra sair pra ir no banheiro, então, os alunos, tinha um aluno lá que tinha medo da professora e ele urinava dentro da sala. Antigamente, tinha umas réguas de madeira, agora, essas réguas de madeira, batia na carteira ou falava pra fazer assim e pá, ou as vezes ela colocava quirela no canto do quadro lá, pegava orelha do aluno, vem aqui, agora você vai ficar aqui de joelho. [...] Pois é, quase arrancaram minha orelha (risos) (PEDRO ALMEIDA, 30/03/2017).

Também confirmou que a escola contava com energia elétrica naquele momento, com algumas lâmpadas, assim como na enfermaria e outras instalações apenas na sede do Posto, mas não lembrou de alguma casa de índio com eletricidade. Ainda citou que, na hora de cantar o hino nacional e o hino da bandeira, a professora ligava uma vitrola, que também era movida a energia elétrica.

Ressaltando, os dados escolares revelam um aumento de alunos indígenas matriculados na escola, a partir da final da década de 1950 e anos 1960. Nas falas da Dona Gilda, é perceptível a relação ambígua dos índios com a escola. Quando perguntado se o fato da nova sede do Posto ter escola, ter posto de saúde, somado ao fato da presença de energia elétrica, se isso pode ter

motivado que um maior número de índios se deslocasse para essa localidade, assim ela se expressou:

> Não, porque tinha que levar, eles obrigaram, era obrigado a levar os filhos a estudar, tinha uma família que não queria, mas não, tem que pôr os filhos pra estudar e tinha outros que dizia que queria que os filhos estudava pra aprender a falar o português (GILDA KUITÁ, 29/03/2017).

Novamente, se exige um olhar atento aos interesses e ao intercruzamento de ações dos indígenas do Apucarana, que não podem ser considerados como um grupo homogêneo e compacto, mas que possui suas clivagens, suas disputas e seus objetivos divergentes, como qualquer outro grupo étnico.[121] Quando as obras da usina foram encerradas, o engenheiro responsável disse aos índios que a hidrelétrica lhes pertenciam, que era para eles trabalhar nela, mas eles não tinham estudos. Isso aparece nos depoimentos dos Srs. João Cardoso, Raul Pereira, Elói Zacarias e Tapixi. Embora algumas famílias não aceitassem colocar seus filhos na escola, outras despertaram interesses em aprender o português e conseguir trabalhos com melhor remuneração e mais espaços na sociedade não-indígena. Torna-se mister retomar a abordagem de Almeida (2010), quando afirma que as sociedades indígenas sempre buscaram conhecer os mecanismos de funcionamento da sociedade não-indígena, desde os tempos coloniais, buscando assegurar seus direitos e obter novas conquistas.

Na escola, estudavam também alunos não-índios, como já relatado anteriormente pelos dados escolares. Segundo a Dona Gilda, eram alunos filhos de pessoas que "[...] morava ali do outro lado da usina né" (GILDA KUITÁ, 20/03/2017).

Evidentemente, a presença da usina promoveu mudanças na forma de vida da comunidade indígena local. A Dona Gilda Kuitá descreveu um fator preponderante para entender essas mudanças. Segundo ela:

> A minha tia mesmo, ela, a minha tia é vó da mulher dele (do Sr. José Bonifácio), porque daí, a ex-mulher dele, ela contava pra mim, antes deles fazer aquela usina lá, aquele deposito ali (represa), disse que era um riozinho cheio de pedra, quando eles ia no cemitério que ele falou do outro lado fazer enterro, eles cruzava por ali por dentro da água, aí ele cantava a música pra mim que eles cantava a música do enterro né, a gente cruzava o rio com o morto pra levar lá no cemitério lá em cima onde ele falou que ele sabe, então, antes de fechar era um riozinho, dava pra atravessa mesmo sem ponte (GILDA KUITÁ, 29/03/2017).

[121] Este debate pode ser aprofundado com as discussões de Poutignat e Streiff-Fenart (1998), em suas Teorias de Etnicidade, em que criticam as perspectivas de homogeneização dos grupos étnicos.

Nesse momento da conversa, a Dona Gilda revelou a vontade de conhecer os cemitérios antigos, onde estavam enterrados seus antepassados. Dessa forma, a equipe de pesquisa, na companhia do Sr. José Bonifácio e Dona Gilda, visitaram o cemitério do Rio Preto, perto da Igrejinha e também o cemitério na margem esquerda do rio Apucaraninha, ambos fora da atual Terra Indígena, como já foi demonstrado.

Próximo da represa do Fihú o Sr. José Bonifácio esclareceu que quando retornou para a sede do Apucaraninha, após os trabalhos fora da aldeia, em algumas fazendas, o lago já estava cheio e a usina em funcionamento, "[...] quando eu entrei aqui, porque eu me criei fora né, quando eu cheguei aqui já estava cheio" (JOSÉ BONIFÁCIO, 29/03/2017), apontando para a represa. Também foi questionado se no rio Apucaraninha tinha *Pari* e locais de travessia a cavalo para deslocamento dos índios antes da construção da hidrelétrica.

> Usava muito aqui, tinha o pari, tinha tudo, as armação deles pra pescar, tudo, tinha na, no Apucaraninha tinha, é, tinha e ainda tem o sinal lá em cima que eu mostrei lá pra você onde eu morava, onde morou o índio velho lá também e tem um pari lá. E lá tem um caminho que cruza, cruza o rio Apucaraninha pra ir pra Tamarana de a cavalo, de a pé, é (JOSÉ BONIFÁCIO, 29/03/2017).

Neste momento, foi questionado sobre a atividade de pesca no local, se era proibido pela empresa e pelos empregados da usina.

> Não, sempre eles não deixava os índios pescar, mas sempre os índios pedia, pedia pra pescar aí o gerente deixava eles pescar daí. Conversava com os funcionários pra deixar pescar, sabe. Ajudava também, aí eles deixava os índios pescar. Tomar banho, sempre. Só que lá perto do Salto eles não deixava, mas você sabe que o povo é né. É dava um jeito, pra eles brincar lá, tomar um banho né, então, sempre contornava com os índios (JOSÉ BONIFÁCIO, 29/03/2017).

Compreende-se que existia uma determinação de proibir a pesca nas represas, buscando impedir acidentes com os indígenas e não deixá-los se aproximar dos lagos. Entretanto, no cotidiano e devido às relações entre os empregados da usina e a comunidade indígena, a pesca acabava acontecendo, assim como as atividades de recreação, como os banhos.

Da mesma forma, foi questionado ao Sr. Raul Pereira se quando encheu o lago das represas e foram construídas as barragens houve danos na atividade de pesca dos índios. O Sr. João Cardoso repassou a questão ao Sr. Raul, que respondeu não ter dificultado a pesca, dizendo que se "[...] pescava a vontade lá" (RAUL PEREIRA, 28/03/2017).

Também se notou que, algumas vezes, as atividades de pescaria contavam com a participação em conjunto de índios e os empregados da usina. Esta informação foi descrita pelo Sr. Elói Zacarias, quando perguntado sobre a pesca no rio Apucaraninha e nas represas.

> Porque nós pescava aí no tempo, na represa, não proibia, nós pescava no antigamente né, eles não proibia né assim, até os brancos pescava. Não, não, não proibiram não nós pescava aí (ELÓI ZACARIAS, 29/03/2017).

Ainda sobre a atividade de pesca, o Sr. Tapixi tem uma impressão mais da atualidade, afirmando que praticamente não tem mais peixes, citando um episódio recente:

> Eu não sei se você está sabendo, tá com um ano e pouco, um ano e pouco, um ano e pouco eles esgotaram as usinas, as represas, os índios ia pescar lambari lá né João, tomava porre, hoje eles vão pegar, mas não pega, eles esgotaram tudo, esgotaram a de cima e a de baixo pra fazer limpeza, os peixes foi tudo embora (TAPIXI, 28/03/2017).

A atividade de pesca ainda é realizada nas represas, inclusive, a equipe de pesquisa de campo presenciou crianças e mulheres com as varinhas de pesca na barranca do lago. Entretanto, já não se tem peixes em farta quantidade como antigamente, destacou o Sr. Tapixi.

Por um lado, a usina trouxe mudanças na forma de vida dos indígenas, com o contato com os empregados e seus familiares, as questões relacionadas à pesca e aos caminhos que eram utilizados em seus deslocamentos, além do próprio fato da hidrelétrica se configurar como uma nova etapa de conquista do território indígena, associada ao processo de reestruturação e de redução da área pertencente aos índios, acrescido da extração de madeira e outros recursos naturais. Inegavelmente, foram questões que impactaram a sobrevivência dos Kaingang do Apucaraninha.

Por outro lado, como destacou Tommasino (1995), Mota e Novak (2013), Mota (2014b; 1997), entre outros estudos, os Kaingang dos vales do rio Tibagi sempre reinventaram formas de viver, recriando práticas de subsistência, reinterpretando os novos contextos históricos, definindo suas estratégias na luta por seus direitos e traçando suas reivindicações. Dessa forma, as relações estabelecidas com o órgão indigenista e com os agentes e empregados da usina possibilitaram que os índios continuassem com suas práticas de outrora, como a pesca e seus deslocamentos pelo território, entre outros, mesmo que de maneira diferenciada, porque são portadores de uma cultura dinâmica, que se transforma conforme sua historicidade.

4.2.3 O sentimento de apropriação da usina e as reivindicações junto à concessionária de energia elétrica

Os deslocamentos de parte dos indígenas para a proximidade da usina, a instalação da nova sede do PI Apucarana, as definições do Acordo de 1949 e as relações dos Kaingang com os agentes e empregados da EELSA possibilitaram o despertar do sentimento de apropriação da usina por parte dos indígenas. Claramente, em seus depoimentos, não se conformam com as cobranças de energia elétrica, considerando reduzido o valor repassado pela COPEL e criticando os aumentos das tarifas cobradas pela concessionária, em virtude do fornecimento de eletricidade às residências dos índios e às instalações do Posto.

Como o desafio de uma pesquisa histórica é sempre esclarecer algo do tempo presente, a história narrada por este tese permite a compreensão desse sentimento de apropriação da Usina do Apucaraninha por parte dos indígenas, que passaram a fazer constantes reivindicações junto à concessionária de energia elétrica, em defesa dos seus interesses, e continuam articulando ações para assegurar benefícios para a sua comunidade, em virtude da presença histórica da usina em seu território. Os TACs assinados em 2002 e 2006, respectivamente, que definiram os valores mensal e o da indenização a serem repassados aos índios do Apucaraninha, não colocaram um ponto final às negociações entre a COPEL e os Kaingang, que continuamente apresentam novas demandas, pertinentes a legislação do setor elétrico e outras leis do país.

Durante o diálogo com o Sr. Tapixi, ficou evidente o sentimento de apropriação da usina por parte dos indígenas, além de outros importantes esclarecimentos.

> Você já conversou com Elói? O Elói sabe detalhadamente da usina, o cara que fez a usina chamava Luís Gaúcho, o Elói sabe do começo até o fim da usina, ele lembra quando começou a usina, quando o cara, o engenheiro terminou a usina, ele veio e entregou para o chefe do posto e falou lá tá terminado a usina e assim o Elói passou para mim, tá terminado a usina e a usina é dos índios e tá na terra dos índios e eu tô indo embora construir uma usina em Itaipu. O Elói nesse tempo era cacique, mas nesse tempo já tinha a sede do posto aqui. Já era aqui. Ele conhece o final da usina sabe. Na usina ele sabe tudo, o Elói (TAPIXI, 28/03/2017).

O depoimento do Sr. Tapixi demonstra sintonia com a cronologia dos fatos, pois ao final das obras da usina, em sua terceira fase, realmente a sede do PI Apucarana já se encontrava nas proximidades do empreendimento hidrelétrico. O Sr. Elói Zacarias era a liderança indígena naquele momento, mantendo conversas com o engenheiro chamado Luís Gaúcho, que foi categórico ao afirmar que a usina estava situada no território indígena, portanto, pertencente à

comunidade Kaingang local. E, desse sentimento de apropriação, a conversa com o Sr. Tapixi caminhou para outras direções.

> Oh, o que que vem a significar, o que vem a ser essas perguntas [...] O que é por exemplo, nos índio, por exemplo, vai ter alguma vantagens nessas conversas que tamos falando ou vamos ou vai ficar só para a história do passado, para meus bisnetos, tataraneto, falar assim, tal dia foi feito uma entrevista, assim, assim, assim, na casa dos teus avós, bisavós, vai ficar só pra isso? Porque aqui tem uma coisa que eu não concordo sabe, não concordo, que eu sou novo no lugar, por enquanto eu tô vendo como que é o povo aqui, como que pode acontecer, como que uma coisa que eu não concordo aqui é o índio pagar luz. Eu não concordo, a usina tá dentro do território indígena, é indígena, como é que a gente vai poder pagar, eles faz uma fortuna, eles tem, como é que eu vou falar para o senhor, eles tem um troféu de ouro dentro da comunidade indígena, que mina dinheiro minuto por minuto, segundo por segundo, hora por hora, dia por dia, ano por ano. Dia e noite sem parar, como é que a gente vai ter que pagar essa luz meu Deus do céu? (TAPIXI, 28/03/2017).

Esta passagem deixa claro o sentimento de injustiça e de indignação, pelo fato dos índios ter que pagar por algo que está dentro do território indígena. Certamente, essa percepção orienta os Kaingang a traçarem novas estratégias para as negociações junto à COPEL. Quando explicado ao Sr. Tapixi que a pesquisa tem o objetivo de contar como foi o processo de construção e de instalação da Usina do Apucaraninha, durante a gestão da EELSA, destacando a participação e a ação da comunidade indígena naquele contexto, considerando a reestruturação proposta pelo Acordo de 1949 e a mudança de local da sede do Posto e a definição da área destinada aos índios, e que poderia esclarecer e contribuir com a luta da comunidade indígena nas negociações com a COPEL, o entrevistado lançou alguns questionamentos e reflexões:

> Mas, viu, o Eder, mas eu vou falar outra coisa. Eu sou um cara muito sofrido no meio da comunidade indígena, sofrido, sofrido assim, que eu vou falar pra você uma coisa, sofrido na unha de vocês, você entendeu? Você está entendendo o que eu quero falar? Então, de repente eu tô falando uma conversa pra você verdade que não tem nenhum pinguinho de mentira nas minhas conversas, de repente eu tô falando uma coisa pra você proteger os donos da usina. Eu conheço, não é de hoje, faz muitos anos que eu conheço o professor Lúcio, mas você sabe que nós, nós somos enganados pelos não índios, muitas vezes nos vemos sofrendo pelo não índio, hoje Apucaraninha, tá cheio de gente, cheio de criança e crianças nascendo e nossas terras diminuiu, acabou o nosso lugar de sobreviver, de sobreviver, eu já vivi a minha vida , eu tenho 75 anos, eu já vivi a minha vida, mas eu tenho a vida dos meus fios, dos meus netos, dos meus tataranetos, dos meus amigos, dos meus parentes que morava em todo o território indígena do Apucaraninha, então, enquanto eu tiver podendo lutar, eu vou lutar por isso aí, as vez eu não

> tô lutando pra mim eu tô lutando pelos meus filhos né, eu tive uma luta no Barão de Antonina, em 85 se eu não me engano e despois eu tive que sair corrido de lá do Barão de Antonina por que o pessoal queria me matar, o não índio sabe, e tudo que eu fiz lá, eu voltei lá esses tempos e o meu irmão falou assim pra mim, você não tem vontade de voltar morar aqui no barão e eu digo nenhum pouquinho, nenhum pouquinho, nenhum pouquinho, digo aqui eu fiz o prato pra vocês comer o que vocês tão comendo, mas eu sei que eu não perdi, não perdi, por que aqui tá meus irmãos, minhas irmãs, meus sobrinhos e eu vou receber o que eu fiz aqui no Barão, eu vou receber, hoje graças a Deus me pegaram duas netas pra ser professora lá, então é o meu lucro, é o meu ganho que eu tô tendo. Não tem coisa melhor, é a herança que eu tô deixando para os meus filhos (TAPIXI, 28/03/2017).

Há uma compreensiva relação de desconfiança dos índios para com os não-índios. Evidentemente, o histórico processo de conquista de suas terras, com muitas traições, mortes, conflitos etc. permite entender as ressalvas e reflexões apontadas pelo Sr. Tapixi. Ele sabe, assim como toda a comunidade Kaingang do Apucaraninha, que as negociações com a COPEL continuam e ficam receosos de que as informações prestadas em pesquisas como esta, podem comprometer suas reivindicações e suas estratégias de luta frente à concessionária elétrica.

O sentimento de apropriação da usina delineou as ações da comunidade indígena local e seguirá orientando suas próximas estratégias, pois conforme o Sr. Tapixi:

> Tá muita coisa errada, muita coisa errada. Então, eu tô pensando aqui, se um dia a gente for reivindicar qualquer coisa da Copel, qualquer retomada de terra, retomada, por que a gente vai pegar o que é da gente né, a gente não está tomando nada de ninguém, a gente vai pegar o que é nosso mesmo, daí, por exemplo, esse estudo de vocês, por exemplo, ajuda muito a gente, eu tô pensando aqui tá, que ajuda muito a gente (TAPIXI, 28/03/2017).

Por último, o Sr. Tapixi ainda orientou a repassar as informações para as lideranças da TI Apucaraninha, destacando a importância do Cacique ter o conhecimento de toda essa história, para tomar decisões enquanto representante da comunidade.

> Então, tem que ter no meio disso aí, como vocês estão aqui, no meio disso aí, tem que, vocês tem que passar isso aí pro Cacique viu, o Cacique tem que tá sabendo dessas coisas, o cacique é, em vista de mim, ele é um menino novo né. Ele é um menino novo, daí vocês vem tirando essas experiências comigo, com o João, vão falar com o Elói, com a Dona Gilda. É né, depois vocês vão [...] eu acho que tinha também por último conversar com o Cacique, por que não adianta nada vocês pescar as nossas conversas e o cacique [...] (TAPIXI, 28/03/2017).

Novamente, destaca-se a articulação dos indígenas, mesmo quando prestando informações aos pesquisadores e tantos outros não-indígenas que organizam viagens e visitas

às TIs. As informações prestadas, as histórias contadas, todos os depoimentos precisam ser analisados na perspectiva de jogo de interesses, daquilo que quer ser dito pelo entrevistado ou que quer ser ouvido pelo entrevistador. Quais as intencionalidades do entrevistado? O que ele quer que seja escrito sobre ele e sobre a história contada por ele? São questões que precisam ser consideradas pelo pesquisador porque não há uma imparcialidade do entrevistado, como também do entrevistador, porque ambos são mediados pela subjetividade em narrar e analisar os fatos descritos. Dessa forma, Thompson (1992) enfatiza a criticidade da fonte documental gerada pelos depoimentos, não adotando os conteúdos da entrevista como verdade absoluta, mas conectando-os com as demais fontes utilizadas, contextualizando cada depoimento, interpretando-o a partir da subjetividade em que foram produzidos.

Destarte, o Sr. Tapixi reafirmou uma informação dada pelo depoimento do Sr. João Cardoso, que os índios não foram avisados sobre a construção da usina em suas terras. Dessa forma, "[...] aí é uma invasão que eles fizeram dentro da área indígena, é uma invasão cara. É uma invasão" (TAPIXI, 28/03/2017).

O Sr. Elói Zacarias, que era liderança indígena na época da construção da usina, também demonstrou o sentimento de posse da Usina do Apucaraninha, por ela estar no interior da Terra Indígena.

> Eu conheço quem sentou a usina, chamava, ele chamava Luís, Luís Gaúcho, parece que já é morto. É, quando estava trabalhando com o Alan, um dia, ele veio, aí tinha muito, muito branco ali que tava trabalhando na usina, agora um pouquinho, são pouco agora. Porque quando estava, porque quando era o Alan eu era rapazote ainda quando o Alan estava fazendo esse posto aqui eu era guri ainda, [...] e quando o Alan tá né, quando ele tava morando aqui usina ele tava trabalhando com usina também lá embaixo daí um dia eu vi Gaúcho vim umas horas assim, mais tarde um pouco, vinha subindo com três, o Alan mandou ele sentar aí, o Alan falou pra ele, não, o Luís falou assim o Alan agora vou trabalhar pro senhor, só que o serviço eu já fiz tudo, tudo, olha essa usina eu trabalhei pra mim assentar, tudo, tudo, a usina tá novo, ói trabalhei cinco anos, trabalhei cinco ano aí, mas essa usina tá no terreno dos índios, os índios ganharam, então, os índios que vão trabalhar, mas naquele tempo não tinha nem professor pra estudar os índios que nem sabia de ler, não sabia de nada, nada, nada, naquele tempo, o Alan abaixou a cabeça daí ele falou pro Luís, mas Luís os índios não é estudado, não sabe trabalhar na máquina, não sabe ler, não sabe nada, esse que tá duro pra mim, daí entraram os brancos, entraram os brancos, não sei se naquele tempo eles ganhava, é, foi assim, foi assim (ELÓI ZACARIAS, 29/03/2017).

Nota-se a participação do Sr. Elói, chamado de capitão dos índios naquela época, nas reuniões entre o encarregado do Posto e os representantes da usina. Ele lembrou muitos detalhes do Sr. Luís Gaúcho, engenheiro de obras, enfatizando o momento em que as obras foram

finalizadas e o fato de ter dito que a usina pertencia aos índios, pois estava no terreno destes. Novamente, se percebe a ideia de que o trabalho na usina é compreendido pelos índios como as atividades após o fim das obras do empreendimento hidrelétrico. Dessa forma, entende-se que quando indagados se os índios trabalharam na usina, a princípio a resposta é *não*, porque lembram desse episódio e dessa conversa citada, em que a falta de estudo e de leitura não permitiram aos índios operar as máquinas e realizar outras atividades na hidrelétrica. Entretanto, ficou claro que os índios trabalharam nas obras de construção, abrindo caminhos e estradas, entre outras atividades, conforme já exposto.

Seguindo o diálogo, o Sr. Elói demonstrou um sentimento de frustação com a presença da usina em território indígena e a impossibilidade dos índios executarem as atividades remuneradas no empreendimento hidrelétrico.

> Daí o Gaúcho falou assim pro Alan, os índios que podia, eles que ia trabalhar, por que tá no terreno deles aí, terreno deles, o terreno é deles, então, a usina já tá pronto aí, então, eles que ia trabalhar, daí, mas ninguém não sabia nem trabalhar, ler né, não sabia de nada, aí branco que entrou né, oitenta anos o branco ganhando e os índios ficou sem nada. É muito tempo. É muito dinheiro, naquele tempo parece que, não sei qual é que tava cobrando, eles não contava nada pra nós também, se o Sergio falavam assim, oh falava assim a usina tá ganhando tanto assim por tá no terreno de vocês, tá ganhando tanto assim, então, eles ganha dos índios, então, eles podia falar assim e eles não fala nada, nada, nada (ELÓI ZACARIAS, 29/03/2017).

Portanto, o sentimento dos indígenas de apropriação da Usina do Apucaraninha se intensificou. Graças as suas ações e seus deslocamentos ainda nos fins da década de 1940, que garantiram a posse daquelas terras, como também às relações sociais travadas com os empregados da usina e o próprio conhecimento dos mecanismos jurídicos da sociedade não-indígena, que os índios foram obtendo de forma mais intensa, sobretudo, em virtude dos seus estudos e do convívio mais acentuado com a sociedade não-indígena. Dessa forma, esse sentimento de apropriação promoveu novas ações da comunidade indígena, cada vez mais por dentro dos conteúdos dos contratos entre o órgão indigenista e a concessionária, participando ativamente das negociações e buscando conhecer as legislações pertinentes à questão, para fundamentar suas reivindicações e assegurarem seus interesses e novos benefícios à comunidade.

As fontes históricas analisadas revelam as constantes reclamações e reivindicações da comunidade indígena por questões relacionadas com a Usina do Apucaraninha e com a concessionária de energia elétrica, além de fornecer informações de outros objetivos

pretendidos pelos indígenas. Alguns documentos serão aqui apresentados como exemplos da participação dos indígenas na defesa dos seus interesses.[122] O primeiro documento é uma Carta encaminhada pelo chefe do PI Apucarana, Carlos Wagner Silva Severo, em 31 de outubro de 1977, às instâncias superiores da FUNAI, que traz importantes esclarecimentos sobre o debate apresentado.

> Deve remontar à década de 40 a assinatura de um contrato entre o extinto Serviço de Proteção ao Índio e a Empresa Londrinense de Eletricidade, hoje Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e Companhia Paranaense de Eletricidade (COPEL), pelo qual esta última usa em área indefinida da União neste Posto Indígena para represar, no Rio Apucaraninha, a água que aciona os geradores de uma usina hidrelétrica. Além dessa represa, a jusante do mesmo rio, existem: a represa de regulagem, a cada de máquinas, a rede de transmissão, diversas residências de funcionários, armazém, clube social, escola, campo de futebol, pastagens, estradas, cercas, alguma lavouras e terras inaproveitadas. Em troca a COPEL fornece a energia elétrica para os seguintes prédios deste Posto: casa sede, enfermaria, escola, igreja, salão social, armazém, 5 residências de índios e 3 residências de servidores (FUNAI, 31/10/1977, Caixa N30711, Fl. 63).

Primeiramente, o chefe do PI Apucarana descreve características da usina e todas as suas instalações, afirmando não saber com precisão a área utilizada pela COPEL em território indígena. Além disso, deixa claro que a energia elétrica era fornecida para as instalações do Posto, entre elas 5 residências de indígenas. Dessa forma, se por um lado, no contexto de instalação da nova sede do Posto e de início das atividades da usina, os depoimentos orais revelam que não havia energia elétrica nas casas dos índios, por outro lado, evidencia-se que com o passar dos anos algumas famílias obtiveram o fornecimento de eletricidade, mediante suas articulações com o órgão indigenista e com a concessionária. Tratava-se de mais uma negociação para trazer benefícios à comunidade indígena, recebendo energia elétrica na enfermaria, escola, igreja, salão de festas e, inclusive, em algumas de suas casas.

Outrossim, a Carta demonstra as tensões e acirramentos nas relações entre os sujeitos históricos envolvidos, da comunidade indígena, da concessionária e do órgão indigenista.

> Está ocorrendo que, na falta de cópia do protocolo firmado entre as partes, no qual devem estar estabelecidos os limites da área ocupada pela COPEL e os direitos e deveres dos contratantes, estão sucedendo conflitos de interesses que

[122] Não se pretende aprofundar essas reivindicações da comunidade indígena do Apucaraninha posterior ao processo de encampação da EELSA pela COPEL. Apenas será citado alguns acontecimentos para demonstrar o sentimento de posse da Usina do Apucaraninha, desenvolvido pelos Kaingang daquela localidade. Um estudo mais detalhado, com análise do acervo documental da FUNAI e da COPEL, é necessário para entender o Movimento Indígena e suas ações a partir da década de 1970 aos dias atuais, passando pelos TACs assinados em 2002 e 2006.

> trazem desvantagens para a comunidade indígena local. Não é só a questão econômica que pode ser discutida: cerca de 6.000 quilowatts anuais de energia permutados pelos entre 100 e 200 alqueires, a rede elétrica do posto está em condições que ameaçam a integridade física de índios e funcionários e o patrimônio da FUNAI e a COPEL não presta nenhuma assistência técnica, nem move uma palha para colaborar com a comunidade aborígine, recusando até mesmo transporte gratuito em suas viaturas (FUNAI, 31/10/1977, Caixa N30711, Fl. 63-64).

Primeiramente, fica claro que os limites da área utilizada pela usina não estavam precisos, não sabendo sua totalidade. Se por um lado, historicamente, os indígenas buscavam adquirir benefícios com a presença da usina e dos empregados da EELSA em seu território, por outro, pressionavam o representante do órgão indigenista, exigindo melhorias no fornecimento da energia elétrica, cobrando reparos nas redes, assistência etc., como o chefe do PI Apucarana deixa muito claro na Carta, citando os conflitos de interesses. Além disso, enfatiza-se a utilização dos carros da concessionária pelos indígenas, pegando carona para se deslocar até aos distritos e cidades próximas e que passaram a reclamar da recusa dos empregados da COPEL em transportá-los nos carros da empresa. Reclamações que não eram apenas quanto à negação das caronas:

> O grave, por ferir frontalmente os princípios antropológicos e filosóficos da FUNAI é o cerceamento da sagrada liberdade do índio, porquanto ele é escorraçado de sua própria terra, proibindo que está de pescar na gleba cedida à COPEL; já houve casos de índios terem ido pescar em cevas feitas nos rios Tibagi e Apucaraninha para deleite de engenheiros e funcionários da COPEL e de lá terem sido expulsos como invasores ou ladrões; ao contrário, paris recolhidos por pessoas estranhas à comunidade; de outra parte, civilizados já foram surpreendidos por esta chefia pescando a até 8 quilômetros a montante do rio Tibagi, o qual, juntamente com o Apucaraninha e o Apucarana Grande, formam três das linhas divisórias desta reserva indígena (FUNAI, 31/10/1977, Caixa N30711, Fl. 64-65).

Isto demonstra que os indígenas utilizavam a área destinada à usina para suas atividades, como por exemplo a pesca, aproveitando-se, inclusive, das cevas feitas pelos empregados da concessionária. Como demonstrado pelos depoimentos orais, indígenas e operários chegavam a pescar juntos, pois mantinham suas relações socioculturais naquela área.

Todas essas reclamações chegaram a COPEL, como demonstra o Ofício nº 027, de 16 de novembro de 1977, enviado pelo assessor jurídico da COPEL, Kiyossi Kanayama, à Divisão Técnica de Patrimônio da COPEL, solicitando esclarecimentos quanto às reclamações do chefe do PI Apucarana, elencando os seguintes assuntos:

> Propósito de indevida ampliação da área arrendada; Ausência de assistência técnica da COPEL à rede elétrica do Posto Indígena; Falta de colaboração da COPEL à comunidade indígena, à qual recusa, até, transporte em suas viaturas; Cerceamento da liberdade do índio, expulso frequentemente das terras arrendadas, e proibido de pescar nos rios que as banham, com perda de peixes inclusive, enquanto servidores da COPEL pescam livremente, apesar da proibição do Estatuto do Índio (COPEL, 16/11/1977, Caixa N30711, Fl. 72).

A resposta da COPEL se deu em 29 de novembro de 1977, por meio do diretor Antonio Soares Diniz, que buscou amenizar os questionamentos e demonstrar as ações da concessionária frente aos apontamentos da assessoria jurídica da FUNAI. Primeiramente, informou que estava em construção novas residências para os empregados da Usina do Apucarananinha, visto que os alojamentos estavam em condições precárias, mas que o projeto tinha previsão de utilizar apenas a área arrendada e que seria realizada uma vistoria no local para rever qualquer possível extrapolação. Disse ainda que os serviços de manutenção na rede elétrica do PI Apucarana foram solicitados ao departamento responsável. No que tange à recusa de transporte aos indígenas, nos veículos da COPEL, argumentou:

> O problema de transporte realmente existe, mas não somente para o caso de terceiros, como também para nossos próprios empregados. A propósito, cabe-nos observar que, a par da falta de veículos, há as exigências das Companhias Seguradoras, relativas ao transporte de pessoas estranhas ao quadro de empregados desta Companhia. Entretanto, em vista das circunstâncias, e reconhecendo as dificuldades locais, transmitimos instruções para que, nos casos de real necessidade (doença, transporte de encomendas de pequeno porte, compras, etc.), sejam atendidas as solicitações do Posto da FUNAI, mediante entendimentos entre as partes, no local (COPEL, 29/11/1977, Caixa N30711, Fl. 73-75).

Em consideração ao cerceamento do indígena, respondeu apenas que havia solicitado informações ao setor local de Londrina e que havia determinado que a situação fosse contornada de maneira a atender ambas as partes. É notória as constantes ações da comunidade indígena para a defesa dos seus interesses, estabelecendo relações variadas com os agentes da concessionária e do órgão indigenista. A convergência ou a divergência de interesses entre os envolvidos moviam as relações entre si, ora mais harmoniosas e brandas, ora mais tensas e conflituosas.

O Parecer de nº 11, de 27 de fevereiro de 1978, elaborado por Lourival Silvestre Sobrinho, referente aos Processos FUNAI 103/78 e 291/78, que tratavam da regularização da confrontação de contas a serem efetuadas entre o órgão indigenista e a COPEL, revela

irregularidades existentes em relação ao contrato de arrendamento entre SPI e EELSA, demonstrando também as ações constantes dos Kaingang do Apucaraninha, no que tange a garantia dos seus direitos.

> Na verdade, isto já deveria ter acontecido, pois, além do fator econômico-financeiro a ser discutido entre as partes, temos também a discutir, o consumo de energia elétrica que vem sendo permutado pelo uso das terras indígenas naquela área ocupadas pela COPEL. Por outro lado, temos as constantes reclamações daquela comunidade indígena, sobre o cerceamento da liberdade do índio e os constantes abusos por parte de servidores daquela Companhia de Eletricidade. Diante de tais fatos, e do não cumprimento por parte da COPEL do que ficou consignado no contrato lavrado entre as partes em 09.02.1955, e registrado no livro de Títulos e Documentos sob o nº 14.252, na Comarca de Curitiba – Estado do Paraná, sugiro a V. Sa. seja pedido a rescisão do mesmo e, elaborado outro de acordo com as condições e necessidades do momento, não ferindo a legislação. Sugiro mais, seja feito um levantamento geral na área, para apurar, se possível, as denúncias feitas pelo Chefe daquele PI, bem como, o estado de conservação das instalações da rede elétrica local (FUNAI, 27/02/1978, Caixa N30711, Fl. 42-43).

Este Parecer deixa evidente os protestos dos indígenas, que historicamente se queixavam com o chefe do PI Apucarana, sobre prováveis irregularidades cometidas pelos empregados da EELSA e, após a incorporação, da COPEL, que em algumas situações tentavam privar os indígenas de se deslocarem na área utilizada pela usina e ainda cometiam determinados abusos sobre os índios.

Há também um documento que revela outras ações e interesses dos indígenas em suas relações com a concessionária e o órgão indigenista. Trata-se do Ofício nº 35, enviado pelo chefe do PI Apucarana à COPEL, em 14 de maio de 1978.

> Recebi ontem um inusitado pedido do Sr. Domingos de Oliveira, funcionário da COPEL lotado na Usina do Apucaraninha, a qual, Vossa Senhoria sabe, foi construída em terras deste Posto Indígena cedidas a essa Companhia: preocupado, ele me pediu, em nome da amizade que cultivamos, que eu o ajudasse a não ser prejudicado em seu emprego e no seu relacionamento com seus superiores. Ocorreu que há alguns dias, devido à estiagem que praticamente acabou com as pastagens, ele me pediu para eu autorizá-lo a colocar 10 vacas de leite num pasto existente na área deste Posto Indígena, com o que concordei. Nesse meio tempo, entretanto, o sub-gerente da usina, Sr. Antonio Siena Filho, pleiteou junto ao Cacique Re Tóg Vergílio, também outra faixa de terra do Posto para o pastoreio de 24 reses, tendo Re Tóg concordado mas esquecido de me cientificar. Sendo de meu dever fiscalizar a terra dos índios, pedi ao Sr. Domingos que falasse ao Sr. Antonio Siena Filho para vir até a Sede do Posto me solicitar oficialmente a cessão da área que já estava sendo cercada. Ele transmitiu minha solicitação e o Sr. Antonio, acompanhado do Sr. José Catisti, compareceu aqui e eu lhe dei autorização

> para o gado ficar na terra indígena até que viessem chuvas que recuperassem os pastos da COPEL (FUNAI, 14/05/1978, Caixa N30711, Fl. 76-77).

É interessante perceber as alianças reveladas por este documento. Primeiramente, o acordo entre um empregado da concessionária e do órgão indigenista. Em segundo, algo semelhante entre um sub-gerente da usina e o Cacique da comunidade indígena, sendo que este nem comunicou ao chefe do Posto sobre o acordo. Então, o chefe do Posto exigiu a presença do sub-gerente na sua sede, para obter a sua autorização. Esse exemplo de negociação revela as estratégias dos indígenas frente à estrutura indigenista, evidenciando assim que a comunidade indígena mantinha estreitas relações com os empregados da concessionária de energia, conforme relatado nas entrevistas, mesmo em desobediência ou de forma omissa em relação ao representante do órgão indigenista. E o citado Ofício revela ainda outros interesses e ações:

> Sucedeu, todavia, que, segundo o Sr. Domingos, logo depois o Sr. Antonio passou a chamá-lo de puxa saco do chefe do Posto e que estaria desempenhando a função de leva e traz fuxicos, além de ter proibido que ele usasse o pasto que eu lhe cedi, forçando-o, então, a desfazer-se de suas vacas leiteiras, que vendeu pelo aviltado preço de Cr$ 15.000,00, justamente para não criar problemas com seus superiores. Assim, a bem da verdade, desejo consignar que o Sr. Domingos é um simples amigo meu e fornecedor de verduras de sua horta, não existindo nada mais além disso, mesmo porque eu não me valeria de expediente de natureza escusa para colher informações, tanto que sempre me dirigi por escrito à gerência da usina quando foi necessário. Ademais, considerei insultuoso o comentário do Sr. Antonio Siena Filho de que seu eu quisesse saber de alguma coisa devia 'descer lá na usina e não ficar usando outros para transmitir recadinhos'. Gostaria, assim, para que o episódio não descambe para lambanças ou pendengas, que Vossa Senhoria procurasse amenizar a situação do Sr. Domingos, homem que, pelo que sei, preocupa-se somente em cumprir seu dever e colaborar conosco, com quem mantemos uma boa amizade, elemento indispensável para que COPEL e FUNAI convivam na mesma terra e possam cumprir satisfatoriamente suas funções sociais (FUNAI, 14/05/1978, Caixa N30711, Fl. 76-77).

Novamente, a tradicional dicotomização brancos *versus* índios não se sustenta. As clivagens e divergências de interesses estavam no interior da concessionária de energia elétrica, nas relações desta com o órgão indigenista e com os próprios indígenas. Entretanto, aproximações, acordos e alianças também eram estabelecidos, conforme cada *Situação Histórica*, bem como rompidos, devido à dinâmica dos acontecimentos. O documento acima demonstra uma outra vantagem ao PI Apucarana e, consequentemente, à comunidade indígena, que recebia verduras da horta de um dos empregados da concessionária, evidenciando que as trocas de produtos e de favores eram constantes, caracterizando as relações socioculturais entre os sujeitos envolvidos.

As discussões aqui apresentadas colaboram com a superação da ideia de vitimização que se tem sobre os povos indígenas na história do Brasil, como transparece no Relatório intitulado *A COPEL e a Terra Indígena Apucaraninha: subsídios para uma política consistente e relacionamento de longo prazo*, publicado pela COPEL em 2006.

> Do ponto de vista humano a maior particularidade da unidade vem a ser o fato de ela estar parcialmente localizada no interior da TI Apucaraninha, a qual possui 5.575 hectares e é habitada por cerca de 1.300 indígenas da etnia Kaingang. Sua presença no local seguramente constitui um incômodo para a vida do grupo, pois ocupa uma área de 39,9 hectares de suas terras e restringe a utilização dos cursos d´água existentes. Cominada com as intervenções de outras agências governamentais, esta UHE representou também uma interferência muito prejudicial para a conservação ambiental da área. Em função disso assinalamos que, sob o presente quadro institucional, na forma como ele regula as relações do Estado brasileiro com as minorias étnicas que vivem no seio do seu território, esta usina muito dificilmente seria construída. Não obstante isto, sua retirada da TI Apucaraninha não é reivindicada por nenhum dos atores sociais envolvidos (COPEL, 2006, Caixa N30712, Fl. 40).

Um incômodo que os próprios Kaingang não querem retirar? O próprio excerto do documento se contradiz. Enfatizando, não se trata de negar os impactos de uma UHE em áreas ocupadas por povos indígenas, ressaltando que a Usina do Apucaraninha tem dimensões muito menores e impactos insignificantes se comparada aos grandes empreendimentos hidrelétricos, a partir de meados da década de 1970. Outrossim, é preciso analisar as ações e estratégias dos Kaingang frente ao empreendimento e seus representantes, enquanto protagonistas de suas próprias histórias. O Relatório continua da seguinte forma:

> A EELSA e depois a COPEL usufruíam dos recursos naturais da comunidade, os quais viabilizavam o aproveitamento, sem dar, provavelmente, a suficiente contrapartida, pois a remuneração parece ter sido pouco significativa, tanto perante o retorno propiciado pela UHE Apucaraninha, quanto em relação às necessidades materiais da comunidade. Desse modo, em possível contradição com princípios de justiça mais recentemente assumidos pela empresa em pactos de sustentabilidade que subscreveu (Agenda 21, que incorpora a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, esta ratificada pelo Brasil em 25/07/2002), a comunidade não possuía justo acesso à riqueza produzida com a utilização de sua área. Com o tempo a percepção de injustiça cresceu entre indígenas, técnicos e agentes institucionais envolvidos em trabalhos de assessoria naquela área (FUNAI, universidades, ongs, igrejas, etc.), daí um certo ressentimento presente nas referências a COPEL de parte destes atores. Esta situação e a correlata insatisfação da comunidade e de seus parceiros era prejudicial à imagem da empresa (COPEL, 2006, Caixa N30712, Fl. 42-43).

Neste tocante, não se pode afirmar que apenas mais recentemente os Kaingang do Apucaraninha estabeleceram suas políticas frente a concessionária de energia elétrica, em virtude da presença da usina em seu território. Eles não agiram somente após a publicação dos documentos internacionais citados – Agenda 21 e Convenção 169 da OIT – ou de toda a discussão sobre *Hidrelétricas e Povos Indígenas*, que surgiram a partir de meados dos anos 1970. A narrativa aqui apresentada demonstrou as ações dos indígenas desde os tempos iniciais da construção da usina e durante toda a gestão da EELSA, antes da incorporação pela COPEL. Obviamente, que o sentimento de apropriação da usina foi crescendo no interior da comunidade indígena, que se sentiu injustiçada e passou a definir uma nova política, promovendo constantes reivindicações à concessionária de energia elétrica.

> Com os estímulos de membros da sociedade envolvente, que localizam no indígena o depositário de uma autenticidade perdida e de uma relação mais franca com a natureza, mas também com a redemocratização do país, o novo estatuto de autonomia assegurado aos povos indígenas, e as novas políticas implementadas a partir da entrada em vigor da Constituição Federal de 1988, têm início um processo de reflexividade dos indígenas acerca de sua condição. O despertar de processos de reconstrução de sua identidade, com a apropriação de ideais de direitos foram, pois, a base para as reivindicações a partir daí apresentadas (COPEL, 2006, Caixa N30712, Fl. 47).

Não há dúvidas de que o contexto mais recente permitiu aos grupos indígenas novas estratégias de luta por seus direitos. O conhecimento dos mecanismos de funcionamento da sociedade não-indígena também é um fator que precisa ser considerado, pois cada vez mais os índios procuraram (procuram) se inteirar das leis e normas para organizar sua luta. As últimas décadas têm demonstrado muito debate em torno da temática *Hidrelétricas e Povos Indígenas*, sendo que estes tem acompanhado de perto e participado das discussões e formulações da normatização e da regulamentação. Entretanto, mesmo anterior a tal contexto, os indígenas também se portaram como protagonistas, cujas ações precisam ser historicizadas. O caso aqui analisado evidencia sua percepção do elemento novo presente em seu território – a usina e seus representantes – e uma série de ações e de reivindicações para assegurar seus direitos e obter benefícios com essa novidade, por meio de acordos e alianças, mas também conflitos e tensões, conforme afirmação do Relatório Gerencial da COPEL nº 004/2003, de 6 de outubro de 2003, intitulado *Delimitação dos áreas de segurança do território da Usina do Apucaraninha*.

> A UHE Apucaraninha possui uma história bastante conturbada, sendo palco de vários conflitos de interesses, tendo por um lado a Comunidade Indígena reivindicando constantemente reajustes nos valores pagos anualmente pela

> utilização da área onde está localizada a usina, e do outro a COPEL que sempre procurou atender, dentro do possível e da legalidade, as reivindicações apresentadas (COPEL, 06/10/2003, Caixa N30711, Fl. 110).

Em todo esse processo conflituoso, a participação da comunidade indígena do Apucaraninha precisa ser destacada. Como visto, desde o princípio das obras da usina, os indígenas buscaram se relacionar com os empregados da EELSA, trocando e vendendo seus balaios e outras mercadorias, realizando determinadas atividades enquanto mão de obra, recebendo por esse trabalho. Antes mesmo dos representantes do órgão indigenista ter ciência das obras da usina no território dos indígenas, estes já se articulavam com o novo sujeito presente em seu cotidiano, como já faziam com os madeireiros, arrendatários e outros que marcavam presença em sua área há séculos, como os viajantes portugueses e espanhóis, jesuítas, bandeirantes, mineradores, fazendeiros etc.

Além das trocas comerciais e da mão de obra exercida na construção da usina, algumas famílias indígenas buscaram utilizar-se da estrutura criada pela presença do empreendimento hidrelétrico, como as estradas e pontes, que os levaram, entre outros motivos, a decidir pela mudança dos seus Toldos para mais próximo da hidrelétrica, estabelecendo novos locais de moradias. Esse interesse é corroborado no último exemplo de documento analisado neste estudo. Trata-se da Ata da Reunião, realizada em 16 de dezembro de 1993, na sede da Prefeitura Municipal de Londrina, envolvendo a participação desta, da COPEL e da FUNAI, cujo principal motivo era a definição de responsabilidade na reconstrução das pontes situadas na área da TI Apucaraninha.

> [...] Apesar do interesse inicialmente manifestado pela COPEL, do fornecimento de material apenas para a ponte existente próximo ao Salto do Apucaraninha, a Prefeitura entende que a Empresa também deva contribuir com o material para a ponte próxima à Barragem do Fiú, dada a vital importância dessa ponte para a comunidade indígena, que inclusive mantem laços comerciais e de convivência antiga com a COPEL. Essa posição foi referendada pelo representante da FUNAI presente à reunião, que ressaltou a importância da ponte no deslocamento das famílias indígenas, sem que as mesmas tenham a necessidade de adentrar à área da usina, pois aumentaria consideravelmente as distâncias percorridas (COPEL, 16/12/1993, Caixa N30711, Fl. 41).

Como visto, a Ata cita a importância da ponte para os indígenas, que mantém laços comerciais antigos com a concessionária e de convivência com seus empregados, além de demonstrar o seu uso no deslocamento das famílias indígenas, reduzindo distâncias. Lembrando que essa ponte havia sido construída contemporaneamente ao início das obras da Usina do

Apucaraninha e que, dessa forma, desde aquela época o Kaingang buscavam se beneficiar da estrutura advinda com o empreendimento hidrelétrico, como pontes e estradas, facilitando os seus deslocamentos, tornando-se mais um aspecto de atração dos grupos indígenas para a saída dos seus Toldos antigos e o deslocamento para próximo da usina e da nova sede do Posto.

Fotografia 45 – Ponte sobre o rio Apucaraninha

Fonte: Foto de Éder da Silva Novak.

Diante disso, os documentos revelam as complexidades no relacionamento entre os indígenas, o órgão indigenista e a concessionária de energia elétrica desde a fase inicial da construção da Usina do Apucaraninha. Nessas relações socioculturais, os indígenas buscaram garantir benefícios, desde a carona nos veículos da empresa, a manutenção da pesca na área arrendada para a instalação do empreendimento hidrelétrico, as trocas comerciais, as negociações, como a cessão do pasto pelo Cacique ao sub-gerente da usina, o trabalho remunerado, entre outros. Quando essas relações se apresentavam com interesses que agradavam de forma mútua os sujeitos envolvidos, os acordos eram comuns e amistosos. Mas, qualquer desavença de interesses, as relações se acirravam, gerando conflitos e tensões. E o mais importante de todo esse processo, foi a ação de algumas famílias indígenas em se deslocarem para próximo da usina, assim que começaram as obras, influenciando a ação do órgão indigenista em definir a nova sede do Posto e a delimitação da área pertencente aos índios,

assegurando a posse das terras adjacentes a hidrelétrica. Essa ação e as relações com a concessionária de energia elétrica e seus empregados possibilitou o despertar do sentimento de apropriação da usina, movimentando suas lutas e fundamentando suas reivindicações.

Finalizando, a instalação da Usina do Apucaraninha, em meados do século XX, no Território Indígena Apucarana, não pode ser analisada com um visão maniqueísta da história ou com teorias previamente elaboradas, que dicotomizam as relações entre indígenas e não-indígenas, adjetivando os sujeitos envolvidos como bons ou maus, conforme pressupostos ideológicos utilizados. As relações socioculturais entre indígenas e não-indígenas não devem ficar ancoradas nessas versões simplificadoras da história, que promovem os dualismos normalmente perceptíveis quando se aborda a história indígena no Brasil. Também não se deve utilizar daquela visão essencialista, não recorrente à ideia de dinamicidade cultural e ao processo de transformação na forma de vida dos indígenas. A relação com a usina foi mais um episódio de readequação da forma de vida dos indígenas, como tantos outros enfrentados ao longo de sua história. Compreender essa historicidade é o único caminho para evitar análises do presente, que ainda insistem em enfatizar a ideia de oportunismo dos índios, superando os velhos estereótipos sobre a história e cultura indígena, contextualizando, assim, sua luta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações dos índios Kaingang com os agentes e empregados da Usina do Apucaraninha, demonstradas no decorrer da narrativa apresentada, revelam o protagonismo indígena durante uma nova fase da conquista e do avanço das frentes colonizadoras: a construção e a instalação de usinas hidrelétricas nas áreas destinadas aos indígenas. Essas relações dos Kaingang envolveram diversos sujeitos históricos, desde os presentes na conjuntura local, passando pelos representantes políticos do Estado do Paraná, da concessionária de energia elétrica, do SPI e da própria União, atingindo também alguns agentes transnacionais responsáveis pelos investimentos das obras planejadas pelas companhias de colonização, que era de origem inglesa, cujos proprietários também figuravam no quadro societário da EELSA. Nesse sentido, a primeira UHE, em território legalmente reservado aos índios, no Brasil, promoveu um entrelace de diferentes sujeitos, participantes de uma mesma trajetória histórica, embora esta possa ter sido mais favorável para uns e um tanto limitada para outros. Portanto, as ações de todos esses sujeitos não foram analisadas de forma desconectada, mas articulada, devidamente, contextualizadas.

Se por um lado foram enfatizadas as estratégias políticas dos Kaingang do Território Indígena Apucarana, diante da presença do empreendimento hidrelétrico em suas terras, por outro, foram demonstrados os interesses dos demais sujeitos envolvidos, sobretudo, os representantes do órgão indigenista e da empresa responsável pela Usina do Apucaraninha. O intercruzamento dessas ações e objetivos revelou uma história marcada por alianças, aproximações, submissões em alguns momentos intencionadas, acordos, mas também por conflitos, traições, insubordinações, mortes, conforme a *Situação Histórica* de convergências ou divergências de interesses.

Dessa forma, foi pertinente demonstrar o contexto histórico da energia elétrica no Brasil, por meio da legislação e da regulamentação do setor elétrico, durante seu processo de estatização, em meados do século passado. A análise desse contexto evidenciou a importância atribuída pela União à geração de eletricidade, considerada essencial para garantir as políticas desenvolvimentistas do período. Também ficou visível a dependência do capital estrangeiro para executar, mesmo de forma lenta, os projetos de eletrificação no país.

O contexto da eletricidade no Paraná revelou o papel de destaque que o poder público atribuiu às políticas de eletrificação do Estado, como forma de garantir o avanço da colonização por todo o seu território. A história da EELSA e do seu maior empreendimento – a Usina do

Apucaraninha – está interligada aos contextos nacional e estadual. Essas conexões permitiram a compreensão do processo de construção e de instalação da usina, cuja finalidade era gerar energia elétrica para o desenvolvimento da cidade de Londrina (a pequena Londres) e região, dentro da área de concessão da EELSA. Esse contexto pode ser percebido também na análise da história dos Kaingang do Território Indígena Apucarana e suas ações e relações com a presença da usina em seus territórios.

A descrição dessa contextualização histórica revelou também a ausência de qualquer legislação que tratasse das questões envolvendo *Hidrelétricas e Povos Indígenas*. Os atos legais da União e as próprias Constituições do período analisado não fizeram qualquer referência ou distinção sobre a construção de empreendimentos hidráulicos em território indígena. A política adotada pelo Estado do Paraná, indireta ou diretamente relacionados à Usina do Apucaraninha, também não indicaram qualquer menção aos indígenas da área utilizada para a construção e instalação da maior usina do Norte do Paraná naquele momento.

O referido contexto era caracterizado pelo pensamento de transitoriedade do indígena e a política indigenista marcada pelas ideias assimilacionista e integracionista, nas quais os índios deixariam de ser índios. Nessa perspectiva, não havia a pretensão de valorização da diversidade cultural indígena e o reconhecimento de suas alteridades étnicas. Portanto, não havia uma regulamentação específica que abordasse a existência de um empreendimento hidrelétrico em área pertencente aos índios. Assim, a decisão da construção e da instalação da Usina do Apucaraninha não foi comunicada aos Kaingang daquela localidade, nem sequer ao SPI, em suas esferas locais, como o PI Apucarana e a IR7.

Esse pensamento homogeneizante, que não concebia qualquer distinção na tratativa com os povos indígenas do Brasil, era a base do regime de tutela, controlado pelos representantes do SPI. Destarte, as ações coordenadas pelo encarregado do PI Apucarana revelaram as tentativas de transformar o índio num sujeito *civilizado e trabalhador*, que auxiliava nas atividades do Posto, nas plantações, no trabalho com os animais, colocando os filhos na escola etc. Não obstante, ao ter conhecimento da presença da usina na área do PI Apucarana, o representante do órgão indigenista emitiu um parecer favorável, afirmando que os agentes da hidrelétrica davam trabalhos aos índios e não forneciam bebidas alcoólicas, corroborando com as práticas assimilacionista do SPI.

De forma semelhante, o órgão indigenista aproveitava da extração da madeira, da exploração de pedras e do próprio arrendamento das terras do território indígena, cujas atividades também contavam com a mão de obra indígena, justificada em nome da integração

do índio à sociedade nacional. Por outro lado, claramente estava o interesse econômico do PI Apucarana, que tinham seus ganhos financeiros nos contratos junto às serrarias e aos arrendamentos de terras pertencentes aos índios. A presença da usina despertou o interesse do órgão indigenista, não apenas pela possibilidade do arrendamento das terras utilizadas pela concessionária de energia elétrica, como pelo próprio fornecimento de eletricidade às instalações da sede do Posto, sendo um dos fatores responsáveis pelo deslocamento da sede do PI Apucarana para a proximidade da usina e também influenciando na definição da área destinada aos índios, em virtude das negociações do Acordo de 1949.

Entretanto, a falta de uma política específica para tratar a questão *Hidrelétrica e Povos Indígenas*, não significou a ausência das ações dos Kaingang do Território Indígena Apucarana, diante da presença da usina e dos seus representantes. A historicidade dos Kaingang, situados na bacia do rio Tibagi, evidenciou as estratégias constante deste grupo étnico, há quase três mil anos habitando aqueles territórios. A partir do século XVI e até os dias atuais, suas lutas foram contra a conquista de suas terras, travando diversas formas de relações com viajantes, jesuítas, espanhóis, portugueses, bandeirantes, mineradores, fazendeiros, agentes públicos, imigrantes, migrantes, camponeses, madeireiros etc. Em todo esse período, enquanto sujeitos históricos, os Kaingang fizeram sua leitura de mundo, desenvolvendo a política indígena, a partir da compreensão da política indigenista.

As ações dos indígenas do PI Apucarana revelam esse protagonismo. Inicialmente alguns índios se aproximaram da estrutura da sede do Posto, realizando alguns trabalhos e obtendo algumas vantagens com a presença do órgão indigenista, recebendo alguns objetos, prêmios, vestimentas, alimentos, remédios, entre outros. Entretanto, muitos outros permaneceram distantes, em seus Toldos tradicionalmente ocupados, que raramente eram visitados pelos agentes do SPI. A história do PI Apucarana deixou evidente a impossibilidade de caracterizar as relações entre índios e não-índios de forma simplesmente polarizada. A narrativa demonstrou as complexidades, as nuances, os conflitos, as alianças, as clivagens e o jogo de interesses entre os sujeitos envolvidos, revelando a ideia de *Situação Colonial.*

A historicidade Kaingang e as políticas indigenistas e indígena presentes no PI Apucarana, no contexto de construção e de instalação da Usina do Apucaraninha, foram fundamentais para entender a ação dos Kaingang diante do empreendimento hidrelétrico em seus territórios. Ações que não podem ser abordadas de forma isolada do processo de reestruturação da área indígena, em virtude do Acordo de 1949, cujas negociações ocorriam de forma simultânea às obras de construção da usina.

Ações que não foram uniformes, mas que se intercruzaram em diferentes estratégias, desde o início das obras do empreendimento hidrelétrico. Primeiramente, o deslocamento de alguns índios até as proximidades do canteiro de obras, participando da retirada de árvores e da abertura de caminhos e de estradas para o assentamento da usina e das redes de transmissão e de distribuição de energia elétrica. Esses deslocamentos permitiram a concentração de alguns Toldos na margem direita do rio Apucaraninha, próximo à grande queda d'água do rio, onde estava presente a hidrelétrica. Nesse local, os índios ali presentes, além de realizarem determinadas atividades no canteiro de obras, também estabeleceram suas relações sociais com os empregados da usina, fazendo trocas comerciais, vendendo seus balaios, adquirindo alimentos, entre outros.

Como se viu, este local, na margem direita do Salto Apucaraninha, não era Toldo indígena antes de 1946. Essa informação foi revelada tanto pelos documentos analisados, como pelos depoimentos dos índios entrevistados, sendo representada nos mapas ao longo da pesquisa. O próprio órgão indigenista não tinha conhecimento da presença indígena naquele local, apenas constatada após a visita de um integrante do SPI, em 1947.

Em segundo, a documentação e os depoimentos demonstraram a continuidade de vários grupos indígenas em seus Toldos de outrora, compreendendo uma vasta área geográfica, inclusive, fora dos limites da área reservada aos índios em 1900, como por exemplo, os Toldos nas margens do rio Taquara. Os documentos do SPI deixam claro a dificuldade de concentrar os índios em determinado local e retirá-los de suas moradias e de seus territórios. A edificação de novas moradias e a instalação de Toldos nas proximidades da usina iniciaram antes mesmo do Acordo de 1949 e devem ser compreendidas como ações indígenas, que fizeram análise daquele momento, traçando estratégias para assegurar a ocupação de um novo local, obtendo suas trocas comercias e realizando suas atividades na hidrelétrica.

Terceiro, esse deslocamento indígena e construção de Toldos na margem direita do rio Apucaraninha influenciou decisivamente a ação do órgão indigenista em mudar a sede do PI Apucarana para outro local, retirando-a de onde havia sido instalada em 1942, quando foi criada, enquanto estrutura administrativa do SPI. Obviamente que este também tinha outros interesses, como os ganhos financeiros com o arrendamento das terras para a EELSA, o fornecimento de energia elétrica para suas instalações, facilitando seus serviços de rádio, suas atividades nas serrarias, na escola, postinho de saúde etc. As próprias relações do SPI com o Governo do Paraná e a liberação de terras devido o Acordo de 1949 não podem passar despercebidas. Entretanto, a definição dos 6.300 hectares pertencentes aos índios, somente em

uma área, com a sede do Posto perto da usina, teve evidente participação indígena, após o seu deslocamento e a edificação dos Toldos perto da hidrelétrica.

Quarto, a resistência indígena em se concentrar na nova área a eles destinada. Como demonstrado, foram duas décadas de lutas e de negociações com o órgão indigenista, em que grande parte dos índios se manteve fora dos limites de 6.300 hectares estabelecidos pelo Governo do Paraná e da União. Famílias indígenas ainda viviam nos Toldos distantes da área reservada no final da década de 1960, como a do Sr. José Bonifácio, no Toldo Rio Preto. Outras tinham se deslocado do rio Taquara, no final dos anos 1950, como revelou o Sr. Pedro de Almeida. Portanto, essa concentração na nova área foi um processo lento e gradual, com muitas negociações, conflitos, desavenças e interesses divergentes. Mesmo após os anos 1970, esse processo de concentração dos índios no local da nova sede do Posto não ocorreu de forma total. Alguns Toldos continuaram ocupados pelos índios, como o Barreiro e o Toldo Apucarana (Posto Velho), que ficaram dentro dos limites territoriais da área destinada aos índios e até hoje contam com algumas famílias indígenas.

Quinto, nem todos os índios que se deslocaram para a proximidade da nova sede do PI Apucarana e da usina ficaram ali permanentemente. As saídas para os Toldos Barreiro e Posto Velho, assim como para outros territórios indígenas da bacia do rio Tibagi e Ivaí, eram constantes, contrariando as expectativas dos agentes do órgão indigenista, que não conseguiam ter o total controle dos deslocamentos das famílias indígenas.

Sexto, à medida que o órgão indigenista foi estruturando a sede do PI Apucarana, nas proximidades com a usina, um número maior de indígenas foi se concentrando nas imediações do Posto. Os documentos e os depoimentos revelam os interesses dos índios em estudar na escola, em ter atendimento de saúde, em receber casas concedidas pelo SPI, em trabalhar de forma remunerada nas serrarias e nas demais atividades cotidianas da sede do Posto, enfim, em obter alguma vantagem das instalações do PI Apucarana, que contavam com a presença de energia elétrica fornecida pela usina. Com o passar dos anos, algumas residências dos índios também foram recebendo eletricidade, conforme apontado pela documentação. Esses interesses nem sempre eram compartilhados por todos os índios, como o exemplo do Sr. José Bonifácio, que optou por não estudar na escola. Já a Dona Gilda, o Sr. João Cardoso e Pedro de Almeida foram colegas de sala na escola do Posto, durante os anos 1960.

Por último, os Toldos construídos pelos primeiros Kaingang, que se aproximaram das obras do empreendimento hidrelétrico, foram decisivos nas negociações do Acordo de 1949 e asseguraram aos índios a posse das terras adjacentes à usina. As relações sociais estabelecidas

com os empregados e familiares da EELSA foram diversas, sejam amistosas, como os bailes e festas, o jogo de futebol, as trocas comerciais, os trabalhos remunerados; como também as conflituosas, devido à relação dos empregados da usina com as índias, as divergências nas disputas pelos limites da área, entre outras. Essas ações despertaram na comunidade indígena local o sentimento de apropriação da usina, situada desde o início em área pertencente a eles. Esse sentimento movimentou (e ainda movimenta) os Kaingang daquela localidade em suas reivindicações junto à concessionária de energia elétrica. Estas reivindicações foram (são) fundamentadas por toda a historicidade Kaingang, que obtiveram algumas conquistas nas revisões dos contratos junto à empresa de eletricidade e nas assinaturas dos TACs em 2002 e 2006, que, respectivamente, definiram um novo valor mensal pago pela COPEL à comunidade indígena e uma indenização pela histórica presença da hidrelétrica em seu território. Os sentimentos de indignação e de injustiça expressos pelos entrevistados, como o Sr. Tapixi e o Sr. Elói Zacarias, quanto aos valores pagos aos índios pela COPEL e a cobrança desta pelo fornecimento de energia elétrica, revelam que as ações e as relações, geralmente tensas e conflituosas, entre a concessionária, os Kaingang e o órgão indigenista, não tem data para acabarem.

Inegavelmente, o processo de esbulho do Território Indígena Apucarana trouxe mudanças e impactos consideráveis na forma de vida de todos os Kaingang daquele local. O ápice dessa expropriação das terras indígenas ocorreu justamente com o Acordo de 1949, que após ser concretizado, reduziu substancialmente uma área de quase 70 mil hectares de terras, legalmente reservadas em 1900, para os 6.300ha estipulados pelo citado Acordo. Não bastasse esta redução, mais de 700ha foram retirados dos índios durante a segunda metade do século XX, deixando-a com os 5.574ha da atualidade. O crescimento demográfico do grupo indígena, o desgaste do solo, a ausência dos recursos naturais e o descaso do poder público são alguns fatores da dificuldade de sobrevivência na Terra Indígena Apucaraninha, com casos extremos de miserabilidade.

A presença da Usina do Apucaraninha também promoveu mudanças na forma de vida dos Kaingang do Apucaraninha, afetando alguns dos seus caminhos e travessias, sobretudo, no rio Apucaraninha, que teve dois pontos represados para o funcionamento da hidrelétrica. As próprias relações com os empregados da EELSA transformaram o cotidiano da comunidade indígena local, apresentando novos valores, comportamentos, costumes etc. Entretanto, essas transformações precisam ser compreendidas com a ideia de dinamicidade cultural, pois os

povos indígenas não são portadores de uma cultura estática, mas que se transformam a cada novo contexto histórico, promovendo novas interpretações e recriando suas formas de vida.

A narrativa ora apresentada procurou distanciar-se das abordagens dicotômicas e dualistas, que polarizam índios e não-índios, como se a história não possibilitasse a interligação de suas ações. A análise também não compartilhou da ideia de história de mão única, em que os não-índios, representados neste estudo pelos agentes da EELSA e do SPI, teriam impostos suas decisões sobre os Kaingang do Território Indígena Apucarana, tratando estes últimos, como meros coadjuvantes da história. Em contraponto, a história aqui proporcionada evidenciou o protagonismo indígena, suas ações diferenciadas perante ao contexto de uma nova fase da *Guerra de Conquista.* Enquanto sujeitos históricos, os Kaingang desenvolveram suas políticas próprias para defender seus territórios e reivindicar seus direitos, mantendo-se enquanto um grupo étnico portador de cultura diferenciada em relação aos outros povos indígenas e à sociedade envolvente. Finalmente, espera-se ter contribuído para o entendimento das questões atuais, envolvendo os Kaingang da Terra Indígena Apucaraninha e os representantes da COPEL, retirando alguns estereótipos que buscam descaracterizar a luta desta comunidade indígena. Ao mesmo tempo, estima-se ter cooperado com o presente debate em torno da questão *Hidrelétrica e Povos Indígenas*.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de *et al*. (Org.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930.* 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). *A ordem do progresso.* Cem anos de política econômica republicana. 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

ADUM, Sonia Maria Sperandio Lopes. *Imagens do progresso: civilização e barbárie em Londrina (1930-1960).* 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História do ILPH, Universidade Estadual Paulista, Assis.

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na história do Brasil.* Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

ALVES, Maria H. Moreira. *Estado e oposição no Brasil – 1964-1984.* Bauru: Edusc, 2005.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes**.** *Usos e Abusos da História Oral.* Rio de Janeiro. 7. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

ANDRADE, Eduardo Tardeli de Jesus. *Kaga ín Rara no HA E: Processos de enfermidade e cura entre os Kaingang da Terra Indígena Apucarana*. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

ANDREOLI, Arturo. *A história da energia elétrica no Estado do Paraná.* Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL). Histórico. Curitiba: 2004.

ARIAS NETO, José Miguel. *O Eldorado:* representação da política em Londrina (1930-1975). Londrina: Eduel, 1998.

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões:* entre a história e a memória. São Paulo: EDUSC, 2000.

_____. *Descendo o rio:* alguns apontamentos para uma história ambiental do rio Tibagi-PR. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

ARRUDA, Gilmar; PROENÇA, Wander de Lara. A historiografia do Paraná e o espaço simbólico da universidade: os historiadores, seus lugares e suas regiões (1970-2012). *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, vol. 18(1), p. 240-260, 2013.

BALANDIER, Georges. *Antropologia política.* Lisboa: Editorial Presença, 1987.

_____. *As dinâmicas sociais: sentido e poder.* São Paulo: Difel, 1976.

_____. *El concpeto de situación colonial.* Ciudad de México: [s.n.], 1972.

BALHANA, Altiva Pilatt. Política migratória do Paraná. *Revista Paranaense de Desenvolvimento,* Curitiba, n. 87, p. 65-80, mai./jun.1989.

BARTH, Frederik. *Los grupos étnicos y sus fronteras.* México: Fondo de Cultura Económica, 1976.

BARTLO, Roger Henrique. *Padrões da segregação residencial em Londrina – PR: 1930-2010.* 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *O governo Kubitschek.* Desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BENSA, Alan. Da micro-história a uma antropologia crítica. In: REVEL, Jacques. *Jogos de Escala.* Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 39-76.

BIASETTO, Eliane Aparecida. *O Rio Tibagi e suas representações: a polêmica da água e o desenvolvimento do Projeto Tibagi (1970-2000).* 2014. Dissertação (Mestrado em História Social), Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro:* o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BONI, Paulo César (Org.). *Memórias fotográficas:* a fotografia e fragmentos da história de Londrina. Londrina: Midiograf, 2013.

_____. (Org.). *Certidões de nascimento da história:* o surgimento de municípios no eixo Londrina – Maringá. Londrina: Planográfica, 2009.

_____. (Org.). *Fincando estacas!* A história de Londrina (década de 30) em textos e imagens. Londrina: [s.n.], 2004.BOSI, Alfred. *Dialética da colonização.* 4. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

BRITO, Marilza Elizardo (Coord.). *Energia elétrica no Brasil:* breve histórico (1880-2001). Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2001.

CABRAL, Ligia Maria Martins (Coord.). *A intervenção dos governos estaduais no setor de energia elétrica***:** os casos do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e do Paraná. Rio de Janeiro, 2005.

CACHAPUZ, Paulo Brandi de Barros (Coord.). *Eletrificação rural no Brasil: uma visão histórica.* Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2016.

_____ (Coord.). *Panorama do setor de energia elétrica no Brasil.* Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2006.

_____ (Coord.). *História da operação do sistema interligado nacional.* Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2003.

_____ (Coord.). *O planejamento da expansão do setor de energia elétrica:* a atuação da Eletrobrás e do Grupo Coordenador do Planejamento dos Sistemas Elétrico (GCPS). Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade, 2002.

CANCIAN, Nadir Aparecida. *Cafeicultura paranaense – 1900/1970.* Curitiba: Grafipar, 1981.

CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena:* propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas: Papirus, 1998.

CASTRO, Demian; LEÃO, Igor Z. C. Carneiro. Reorganização da infraestrutura: o caso do Paraná. In: CASTRO, Demian; LEÃO, Igor Z. C. Carneiro. (Org) *Infraestrutura:* perspectivas de reorganização, casos estaduais. Brasília: IPEA, 1997. Vol. 8.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. *História* [online], São Paulo, v. 30, n. 1, p. 349-371, jan./jun., 2011.

CIMBALUK, Lucas. *A criação da aldeia Água Branca na Terra Indígena Kaingang Apucaraninha: "política interna", moralidade e cultura*. 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de "vidas inundadas". *Revista NERA.* Presidente Prudente, ano 12, n. 15, p. 34-65, 2009.

CTNP. *Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná.* Publicação comemorativa do cinquentenário da Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná. 1975.

CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). *História dos índios no Brasil.* São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *O Estado Novo.* Rio de Janeiro: Jorge Zaha, 2000.

_____. (Org.). *Visões do golpe:* memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. *O segundo governo Vargas* – 1951/54. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

DECCA, Edgar de. *1930: o silêncio dos vencidos.* São Paulo: Brasiliense, 1981.

DEPRÁ, Giseli. *O lago de Itaipu e a luta dos Avá-Guarani pela terra:* representações na imprensa do oeste do Paraná (1976-2000). 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo. *Maringá e o Norte do Paraná:* estudos de história regional. Maringá: Eduem, 1999.

DIAS, Renato Feliciano. Paraná: Descrição da situação energética e racionamento de energia elétrica. In: DIAS, Renato Feliciano. (Coord.). *Notas sobre racionamento de energia elétrica*

no Brasil (1940-1980). Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1996. p.114-117.

DUARTE, Amauri. *Projeto da Usina Hidrelétrica São Jerônimo: conflitos e contrastes.* 2004. 99 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

ELETROBRÁS. *A energia elétrica no Brasil:* da primeira lâmpada à Eletrobrás. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930:* história e historiografia. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FERNANDES, Ricardo Cid. Uma contribuição da antropologia política para a análise do faccionalismo kaingang. In: TOMMASINO, Kimiye; MOTA, Lúcio Tadeu. NOELLI, Francisco Silva (Orgs.). *Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang.* Londrina: EDUEL, 2004. p. 83-144.

_____. *Política e Parentesco entre os Kaingang: uma análise etnológica.* 2003a, 303 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Terra, tradição e identidade: os Kaingang da aldeia Condá no contexto da UHE Foz do Chapecó. In: SANTOS, Sílvio Coelho dos; NACKE, Aneliese (Orgs.). *Hidrelétricas e Povos Indígenas.* Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2003b. p. 159-176.

FERREIRA, Jorge. *O Brasil republicano.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. vols. 01, 02, 03 e 04.

_____. *O populismo e sua história:* debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FICO, Carlos. *Além do Golpe:* Versões e Controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. São Paulo: Record, 2004.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso.* Rio de Janeiro, 1996.

GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena e a república.* São Paulo: Hucitec, 1989.

GOMES, Ângela de Castro. *Vargas e a crise dos ano 50.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GREGORY, Valdir. Os eurobrasileiros e o espaço colonial. Migrações no Oeste do Paraná. Cascavel: Edunioeste, 2002.

HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras chaves da antropologia transnacional. *Mana*, v. 1, n. 3, p. 7-39. 1997.

_____. Fronteras. *Revista de Antropología Experimental*. Jaén/Espanha, vol. 1. p. 498-507, 2001. ISSN: 1578-4282.

HELM, Cecília M. Vieira. *Conflitos Sociais entre Indígenas e não Indígenas no Processo de Negociação sobre Compensações de Usinas Hidrelétricas implantadas em Terras Indígenas.*

Texto apresentado no 1º Encontro "Ciências Sociais e Barragens". Universidade Federal do Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro, 08 a 10 de junho de 2005.

_____. A Consulta aos Índios da Bacia do rio Tibagi, PR, a Usina Hidrelétrica São Jerônimo e a Questão Ética. In: SANTOS, Sílvio Coelho dos; NACKE, Aneliese. (Orgs.). *Hidrelétricas e Povos Indígenas.* Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2003. p. 111-134.

_____. *Os Kaingang da TI Apucarana e a Usina Hidrelétrica Apucaraninha.* Estudo antropológico – Relatório para a Soma/Meio Ambiente. Curitiba, 2001.

_____. *Laudo antropológico:* Povos indígenas da Bacia do rio Tibagi, Kaingang e Guarani, e os Projetos das Usinas Hidrelétricas Cebolão e São Jerônimo. Curitiba: Gráfica oficial/CNIA/COPEL, 1998. 78p.

_____. *O Índio Camponês Assalariado em Londrina:* Relações de Trabalho e Identidade Étnica. Tese concurso Professor titular. Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 1977.

HOBSBAWM, Eric. A história de baixo para cima. *Sobre História.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 216-231.

LAFER, Celso. *JK e o programa de metas 1956-1961:* processo de planejamento e sistema político no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber:* eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Tradução de Júlio Cezar Casarin Barroso Silva. Buenos Aires: Clacso, 2005.

LEÃO, Igor Zanoni C. Carneiro. *O Paraná nos anos setenta.* Curitiba. 1989.

LEITE, Antonio Dias. *A energia do Brasil.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LIMA, José Luiz. *Políticas de governo e desenvolvimento do setor de energia elétrica:* do Código de Águas à crise dos anos 80 (1934-1984). Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 1995.

_____. *Estado e energia no Brasil:* das origens à criação da Eletrobrás (1890-1962). São Paulo: USP/IPE, 1984.

LISBOA, João Francisco Kleba. Terra indígenas, laudo antropológico e hidrelétrica no sul do Brasil. In: *Anais do XVII Congresso Nacional do CONPEDI.* Brasília: 20, 21 e 22 de novembro de 2008.

LOPES, Márcio Augusto Falcão. *O fracasso da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) e os rumos da política econômica no segundo governo Vargas (1951-54).* 2009. 273f. Dissertação (Mestrado em Economia Política) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

LOUREIRO, Felipe Pereira. O Plano Trienal no contexto das relações entre Brasil e Estados Unidos (1962-1963). *Revista de Economia Política*, vol. 33, n. 4. São Paulo: out./dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572013000400008>. Acesso em: 10 mar. 2016.]

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral.* 7. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005. p. 15-26.

MONTEIRO, John Manuel. Armas e armadilhas: história e resistência dos índios. In: NOVAES, Adauto. *A outra margem do Ocidente.* São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 237-249.

_____. *Os negros da terra:* índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOTA, Lúcio Tadeu. 2014a. Etno-história: uma metodologia para abordagem transdisciplinar da história de povos indígenas. *Patrimônio e Memória.* Assis, v. 10, n. 2. p. 5-16.

_____. 2014b. A presença indígena no vale do Rio Tibagi/PR no início do século XX. *Antíteses.* Londrina, v. 7, n. 13, p. 358-391.

_____. *As guerras dos índios Kaingang:* a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924). 2. ed. Maringá: Eduem, 2009.

_____. *As colônias indígenas no Paraná provincial.* Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.

_____. A Guerra de Conquista nos Territórios dos Índios Kaingang do Tibagi. *Revista de História Regional 2.* Ponta Grossa, **v**ol.1, p. 187-207, jan./jun. 1997.

_____. *A guerra dos índios Kaingang:* a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1796-1924). Maringá: Eduem, 1994.

MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva. Exploração e guerra de conquista dos territórios indígenas nos vales dos rios Tibagi, Ivaí e Piquiri. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo. (Org.) *Maringá e o Norte do Paraná.* Maringá: EDUEM, 1999. p. 21-50.

MOTA, Lúcio Tadeu; NOVAK, Éder da Silva. Desiguais e combinados: índios e brancos no vale do Rio Tibagi – PR na primeira metade do século XX. *Campos: Revista de Antropologia Social***.** Dossiê Antropologia e Desenvolvimento. v.14, i. 1-2, p. 77-113. 2013.

MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva; SILVA, Fabíola Andréa. Pari: armadilhas de pesca no sul do Brasil e a arqueologia. In: KERN, Arno Alvarez. *Coleção Arqueologia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, n· 1, v. 2, p. 435-446. 1996.

NOELLI, Francisco Silva; MOTA, Lúcio Tadeu. A pré-história da região onde se encontra Maringá, Paraná. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo. (Org.) *Maringá e o Norte do Paraná.* Maringá: EDUEM, 1999, p. 05-19.

NOVAK, Éder da Silva. A Povoação Indígena de São Jerônimo no Paraná (1911-1922). In: *Anais do XV Encontro Regional de História.* 100 anos da guerra do Contestado. Historiografia, acervos e fontes. ISSN: 1808-9690. De 26 a 29 de julho de 2016. UFPR, Curitiba, PR. Disponível em: http://www.encontro2016.pr.anpuh.org/resources/anais/45/1468841866_ARQUIVO_APovoacaoIndigenadeSaoJeronimonoParana(1911-1922).pdf Acesso em: 03 abr. 2017.

_____. *Tekohá e Emã: a luta das populações indígenas por seus territórios e a política indigenista no Paraná da Primeira República – 1889 a 1930.* 2006. 208 f. Dissertação (Mestrado em história). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

NOVAK, Éder da Silva; MOTA, Lúcio Tadeu. A política indigenista e os territórios indígenas no Paraná (1900-1950). *Revista Fronteiras.* Dourados, MS. v. 18, n. 32. p. 76-97. jul./dez. 2016. Disponível em: http://ojs.ufgd.edu.br/index.php?journal=FRONTEIRAS&page=article&op=view&path%5B%5D=5824&path%5B%5D=2968. Acesso em: 03 abr. 2017.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *O nascimento do Brasil e outros ensaios:* "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

_____. *Ensaios em antropologia histórica.* Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999.

_____. (Org.) *Indigenismo e territorialização:* poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

_____. *O nosso governo:* os Ticunas e o regime tutelar. São Paulo: Marco Zero, 1988.

_____. Contexto e horizonte ideológico: reflexões sobre o Estatuto do Índio. In: SANTOS, Sílvio Coelho dos (Org.). *Sociedades indígenas e o direito:* uma questão de direitos humanos. Florianópolis: Ed. UFSC: CNPq, 1985, p.17-30.

OLIVEIRA, João Pacheco de; COHN, Clarice (Orgs.). *Belo Monte e a questão indígena.* Brasília: ABA, 2014.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *A presença indígena na formação do Brasil.* Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. LACED/Museu Nacional, 2006.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). *Estado Novo: ideologia e poder.* Rio de Janeiro: Sahar, 1982.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O trabalho do antropólogo.* 3. ed. Brasília: Paralelo15; São Paulo: Editora Unesp, 2006.

PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica:* o caso do Paraná. São Paulo/Curitiba: Editora Hucitec/SECE-PR,1981.

PAIXÃO, Letícia Aparecida da. *Seca, geada e fogo:* considerações sobre um desastre ambiental (Paraná, 1963). 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade.* São Paulo: Editora UNESP, 1998.

RAMOS, Luciana Maria de Moura. *Vénh Jykré e Ke Há Han Ke:* Permanência e Mudança do Sistema Jurídico dos Kaingang no Tibagi. 2008. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília.

RECCO, Rogério. *Clareira Flamejante:* o Norte do Paraná antes e após o advento da energia elétrica. Maringá: Gráfica e Editora Midiograf, 2007.

REICHMANN NETO, Frederico. A Copel: origem e perfil atual. In: SANTOS, Silvio Coelho dos; REIS, Maria José (Orgs.). *Memória do setor elétrico na região sul.* Florianópolis: Editora da UFSC, 2002. p. 185-198.

REIS, Daniel Aarão. *O golpe militar e a ditadura 40 anos depois.* Bauru: Edusc, 2004.

REIS, Maria José; BLOEMER, Neusa Maria Sens. A eletricidade como suporte da modernidade no cotidiano. In: SANTOS, Silvio Coelho dos; REIS, Maria José (Orgs.). *Memória do setor elétrico na região sul.* Florianópolis: Editora da UFSC, 2002. p. 77-95.

REIS, Maria José; BLOEMER, Neusa Maria Sens; NACKE, Aneliese. Empreendimentos pioneiros na produção de energia elétrica. In: SANTOS, Silvio Coelho dos; REIS, Maria José (Orgs.). *Memória do setor elétrico na região sul.* Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002. p. 185-198.

RIBEIRO, Thiago Reis Marques. *Desenvolvimentismo e capital-imperialismo:* ideologia e projeto nos trabalhos da "missão abbink" (1948) e da comissão mista Brasil-Estados Unidos (1951-1953). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011.

RICOUER, Paul. *Interpretação e ideologias.* 3. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988.

ROCHA, Leandro Mendes. *A política indigenista no Brasil: 1930-1967.* Goiânia: Editora da UFG, 2003.

RODRIGUES, Diego Campos Arruda. *Concepções e práticas agroflorestais na terra indígena Kaigang Apucaraninha (Paraná).* 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

SANTOS, Silvio Coelho dos. A história da eletricidade no sul. In: SANTOS, Silvio Coelho dos; REIS, Maria José (Orgs.). *Memória do setor elétrico na região sul*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002. p. 19-30.

SANTOS, Silvio Coelho dos; NACKE, Aneliese (Orgs.). *Hidrelétricas e Povos Indígenas.* Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2003.

_____. *Informe sobre os índios Avá-Guarani, ocupantes da AI Ocoí (PR) relocalizados pela UHE Binacional Itaipu.* Florianópolis, 1994.

SILVA, Edson Armando. Conflitos entre a comunidade pontagrossense e a Prada. In: *Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH).* São Paulo, 1994.

SIQUEIRA, Márcia D. *et al*. *Um século de eletricidade no Paraná.* Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1994.

SKIDMORE, Thomas. *Uma história do Brasil.* São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____. *Brasil: De Castelo a Tancredo, 1964-1985.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964).* 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Fundação Nacional do Índio (FUNAI). In: ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-30.* Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 2426-2432.

_____. A 'identificação' como categoria histórica. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). *Indigenismo e territorialização:* poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998, p.171-220.

_____. *Um grande cerco de paz:* poder tutelar e indianidade no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. O governo dos índios sob a gestão do SPI. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil.* São Paulo: Cia. das Letras: SMC/SP: FAPESP, 1992. p. 155-172.

STEFANES, Juliana. *Conflitos territoriais em torno da Usina Hidrelétrica de Apucaraninha:* levantamento de fontes, perspectivas sobre o espaço e natureza entre 1949-2006. XV Encontro Regional de História. 100 anos da Guerra do Contestado: historiografia, acervos e fontes. UFPR: Curitiba. 26 a 29 de julho de 2016.

THOMAZ DE ALMEIDA, Rubem. *Laudo antropológico sobre a comunidade Guarani* – Ñandeva do Oco'y/Jacutinga – PR. Rio de Janeiro, 1995.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum:* estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

THOMPSON. Paul. *A voz do passado:* História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64.* São Paulo: Brasiliense, 1982.

TOMAZI, Nelson Dacio. Construções e silêncios sobre a (re)ocupação da região Norte do Estado do Paraná. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo. *Maringá e o Norte do Paraná.* Maringá: EDUEM, 1999. p. 51-85.

_____. *Norte do Paraná: histórias e fantasmagorias.* Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.

_____. *Certeza de lucro e direito de propriedade: o mito da Companhia de Terras do Norte do Paraná.* 1989. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História do ILPH, Universidade Estadual Paulista, Assis.

TOMMASINO, Kimiye. Homem e natureza na ecologia dos Kaingang da bacia do Tibagi. In: MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva; TOMMASINO, Kimiye. (Orgs.). *Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang.* Londrina: Eduel, 2004.

_____. A ecologia dos Kaingang da bacia do Tibagi. In: MEDRI, Moacyr E. *et al*. *A bacia do rio Tibagi.* Londrina: M. E. Medri, 2002. p. 81-100.

_____. Território e Territorialidade Kaingang. Resistência cultural e historicidade de um grupo Jê. In: MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva; TOMMASINO, Kimiye. (Orgs.). *Uri e Wãxi: estudos interdisciplinares dos Kaingang.* Londrina: Eduel, 2000.

_____. *A história dos Kaingang da bacia do Tibagi: uma sociedade Jê meridional em movimento.* 1995. Tese (Doutorado em Antropologia) – Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

TOMMASINO, Kimiye; ALMEIDA, Ledson Kurtz de. Territórios e Territorialidades Kaingang: a reinvenção dos espaços e das formas de sobrevivência após a conquista. In: *Revista Mediações.* Londrina, v. 19 n. 2, p. 18-42, jul./dez. 2014.

TRINTIN, Jaime Graciano. *A nova economia paranaense 1970-2000.* Maringá: EDUEM, 2006.

TUANI FILHO, Fábio; WIIK, Flávio Braune. Territorialidades, espacialidades e temporalidades Kaingang. *Revista Brasileira de Iniciação Científica,* Itapetininga, v. 3, n. 4, p. 46-75. 2016.

VÊNH KAR. 2010. Diagnóstico socioeconômico e cultural da população e ambiental da Terra Indígena Apucaraninha. Área de Agronomia. Coordenadores: Marcos Rafael Nanni e Lúcio Tadeu Mota. COPEL/FAUEL/FADEC – nº 44715/2010. Produto 9, Vol. 2, 2010.

WACHOWICZ, Ruy. *História do Paraná.* Curitiba: Gráfica Vicentina, 1988.

_____. *Norte velho, Norte pioneiro.* Curitiba: Gráfica Vicentina, 1987.

_____. *Paraná sudoeste.* Curitiba: Litero Técnica, 1985.

WEBER, Max. Comunidades Étnicas. In: *Economia y sociedad.* México: Fondo de Cultura Económica, 1944. p. 315-327.

WEGNER, Robert. *A conquista do oeste:* a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

WESTPHALEN, Cecília M.; MACHADO, Brasil P.; BALHANA, Altiva P. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. In: *Boletim da UFPR,* Departamento de História, nº 7, 1968.

WOLF, Eric R. *A Europa e os povos sem história.* Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: EDUSP, 2005.

_____. Etnicidade e nacionalidade. In: FELDMAN-BIANCO B.; RIBEIRO, G. L. (Orgs.) *Antropologia e poder:* contribuições de Eric R. Wolf. São Paulo: UNB, UNICAMP, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

FONTES

ACERVO MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA – UEL. Coleção Luiz Muraska.

BRASIL, 1904. Decreto nº 5.407, de 27 de dezembro de 1904. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-5407-27-dezembro-1904-527509-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13 dez. 2015.

BRASIL, 1931. Decreto nº 20.395, de 15 de setembro de 1931. Publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 - 7/10/1931, Página 15799. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20395-15-setembro-1931-519312-republicacao-83770-pe.html>. Acesso em: 18 jan. 2016.

BRASIL, 1933a. Decreto nº 23.016, de 28 de julho de 1933. Publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 - 1/8/1933, Página 15251. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23016-28-julho-1933-520860-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 21 jan. 2016).

BRASIL, 1933b. Decreto nº 23.501, de 27 de novembro de 1933. Publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 - 30/11/1933, Página 22538. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23501-27-novembro-1933-500678-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 21 jan. 2016.

BRASIL, 1934a. Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934. Publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 - 20/7/1934, Página 14738 e na Coleção de Leis do Brasil - 1934, Página 679 Vol. 4. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24643-10-julho-1934-498122-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 jan. 2016.

BRASIL, 1934b. Constituição Federal de 16 de julho de 1934. Publicada no Diário Oficial da União - Seção 1 - Suplemento - 16/7/1934, Página 1 e no Diário da Câmara dos Deputados - 19/12/1935, Página 9253. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 18 jan. 2016).

BRASIL, 1937. Constituição Federal de 10 de novembro de 1937. Publicado no Diário Oficial da União de 10/11/1937. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=94882&tipoDocumento=COF&tipoTexto=PUB>. Acesso em: 18 jan. 2016.

BRASIL, 1938a. Decreto Lei nº 852, de 11 de novembro de 1938. Publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 - 12/11/1938, Página 22565 e na Coleção de Leis do Brasil - 1938, Página 98 Vol. 4. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-852-11-novembro-1938-344873-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 jan. 2016.

BRASIL, 1938b. Decreto nº 938, de 8 de dezembro de 1938. Publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 - 10/12/1938, Página 24940. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-938-8-dezembro-1938-349356-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 22 jan. 2016.

BRASIL, 1939a. Decreto nº 1.285, de 18 de maio de 1939. Publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 - 20/5/1939, Página 11710. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1285-18-maio-1939-349181-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 jan. 2016.

BRASIL, 1939b. Decreto nº 4.253, de 14 de junho de 1939. Publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 - 14/7/1939, Página 16.031. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-4253-14-junho-1939-346983-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 abr. 2016.

BRASIL, 1939c. Decreto Lei nº 1.699, de 24 de outubro de 1939. Publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 - 26/10/1939, Página 254171. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1699-24-outubro-1939-411731-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 jan. 2016.

BRASIL, 1940a. Decreto Lei nº 2.059, de 5 de março de 1940. Publicado na Coleção de Leis do Brasil 1940 V001 PÁG 000216 COL 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del2059.htm>. Acesso em: 22 jan. 2016.

BRASIL, 1940b. Decreto nº 2.281, de 5 de junho de 1940. Publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 - 7/6/1940, Página 10830. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2281-5-junho-1940-412337-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 jan. 2016.

BRASIL, 1940c. Decreto nº 5.874, de 26 de junho de 1940. Publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 - 29/7/1940, Página 14.577. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-5874-26-junho-1940-324016-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 abr. 2016.

BRASIL, 1941. Decreto Lei nº 3.128, de 19 de abril de 1941. Publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 - 21/3/1941, Página 5891. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3128-19-marco-1941-413070-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 jan. 2016.

BRASIL, 1942a. Lei Constitucional nº 6, de 12 de maio de 1942. Publicado no Diário Oficial da União em 13/05/1942. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lct/lct006.htm>. Acesso em: 22 jan. 2016.

BRASIL, 1942b. Decreto nº 10.077, de 24 de julho de 1942. Publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 - 21/8/1942, Página 12897. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-10077-24-julho-1942-464580-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 jan. 2016.

BRASIL, 1943a. Decreto nº 11.805, de 5 de março de 1943. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/133274-outorga-u-empresa-elutrica-de-londrina-sociedade-anunima-concessuo-o-aproveitamento-da-energia-hidruulica-de-um-desnuvel-existente-no-rio-trus-bocas-no-distrito-de-londrina-municupio-do-mesmo-nome.html>. Acesso em: 22 abr. 2016.

BRASIL, 1943b. Decreto nº 13.168, de 13 de agosto de 1943. Publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 - 19/8/1943, Página 12.515. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-13168-13-agosto-1943-464329-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 abr. 2016.

BRASIL, 1943c. Decreto nº 5.764, de 19 de agosto de 1943. Publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 - 21/8/1943, Página 12595. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5764-19-agosto-1943-415930-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 jan. 2016.

BRASIL, 1944a. Decreto nº 16.313, de 9 de agosto de 1944. Publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 - 31/8/1944, Página 15.177. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-16313-9-agosto-1944-462177-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 abr. 2016.

BRASIL, 1944b. Decreto Lei nº 6.824, de 25 de agosto de 1944. Publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 - 28/8/1944, Página 14985. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6824-25-agosto-1944-386409-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 jan. 2016.

BRASIL, 1944c. Decreto nº 7.062, de 22 de novembro de 1944. Publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 - 24/11/1944, Página 19865. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7062-22-novembro-1944-453643-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 jan. 2016.

BRASIL, 1945. Decreto Lei nº 8.031, de 3 de outubro de 1945. Publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 - 9/10/1945, Página 15929. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8031-3-outubro-1945-416648-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 02 fev. 2016.

BRASIL, 1946a. Decreto nº 20.418, de 17 de janeiro de 1946. Publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 - 8/2/1946, Página 2.015 e na Coleção de Leis do Brasil - 1946, Página 156 Vol. 2. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-20418-17-janeiro-1946-328599-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 abr. 2016.

BRASIL, 1946b. Decreto nº 21.724, de 23 de agosto de 1946. Publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 - 10/9/1946, Página 12.588 e na Coleção de Leis do Brasil - 1946, Página 248 Vol. 6. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-21724-23-agosto-1946-378324-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 abr. 2016.

BRASIL, 1946c. Constituição Federal de 18 de setembro de 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm>. Acesso em: 15 fev. 2016.

BRASIL, 1947. Decreto nº 23.491, de 9 de agosto de 1947. Publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 - 3/9/1947, Página 11.755. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-23491-9-agosto-1947-409630-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 abr. 2016.

BRASIL, 1948. Plano SALTE, de 10 de maio de 1948. Disponível em: <http://bibspi.planejamento.gov.br/handle/iditem/321>. Acesso em: 15 fev. 2016.

BRASIL, 1949. Portaria nº 11, de 4 de janeiro de 1949. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2256347/pg-40-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-25-01-1949/pdfView>. Acesso em: 25 abr. 2016.

BRASIL, 1950. Lei nº 1.102, de 18 de maio de 1950. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1102-18-maio-1950-363354-normaatualizada-pl.html>. Acesso em: 15 fev. 2016.

BRASIL, 1951. Mensagem apresentada ao Congresso Nacional, pelo presidente Getúlio Vargas, em 15 de março de 1951. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&id=GOQnAQAAIAAJ&focus=searchwithinvolume&q=energia>. Acesso em: 15 fev. 2016.

BRASIL, 1952. Decreto nº 31.515, de 2 de outubro de 1952. Publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 - 30/10/1952, Página 16.753. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-31515-2-outubro-1952-323490-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 abr. 2016.

BRASIL, 1953a. Lei nº 1.886, de 11 de junho de 1953. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1886.htm>. Acesso em: 15 fev. 2016.

BRASIL, 1953b. Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L2004.htmimpressao.htm>. Acesso em: 15 fev. 2016.

BRASIL, 1953c. Decreto nº 34.154, de 12 de outubro de 1953. Publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 - 4/11/1953, Página 18.644 e na Coleção de Leis do Brasil - 1953, Página 339 Vol. 8. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-34154-12-outubro-1953-324385-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 abr. 2016.

BRASIL, 1954a. Lei nº 2.308, de 31 de agosto de 1954. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2308-31-agosto-1954-355125-normaatualizada-pl.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2016.

BRASIL, 1954b. Projeto de Lei nº 4.277 de 1954. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD23ABR1954.pdf#page=24>. Acesso em: 15 fev. 2016.

BRASIL, 1954c. Projeto de Lei nº 4.280 de 1954. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD24ABR1954.pdf#page=38>. Acesso em: 15 fev. 2016.

BRASIL, 1955. Decreto nº 37.399, de 27 de maio de 1955. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-37399-27-maio-1955-334501-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 04 mar. 2016.

BRASIL, 1956a. Decreto nº 38.856, de 13 de março de 1956. Publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 - 9/9/1957, Página 21.453 e na Coleção de Leis do Brasil - 1957, Página 832 Vol. 6. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-38856-13-marco-1956-327891-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 abr. 2016.

BRASIL, 1956b. Lei nº 2.944, de 8 de novembro de 1956. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l2944.htm>. Acesso em: 15 fev. 2016.

BRASIL, 1956c. Projeto de Lei nº 1.898 de 1956. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=197440>. Acesso em: 22 fev. 2016.

BRASIL, 1957. Decreto nº 41.019, de 26 fevereiro de 1957. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-41019-26-fevereiro-1957-380053-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 fev. 2016.

BRASIL, 1958. Decreto nº 45.014, de 4 de dezembro de 1958. Publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 - 11/12/1958, Página 26.166 e na Coleção de Leis do Brasil - 1958, Página 445 Vol. 8. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-45014-4-dezembro-1958-384097-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 abr. 2016.

BRASIL, 1959. Decreto nº 47.205, de 7 de novembro de 1959. Publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 - 10/11/1959, Página 23.702. Decreto disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-47205-7-novembro-1959-386335-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 abr. 2016.

BRASIL, 1960. Lei nº 3.782, de 22 de julho de 1960. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3782-22-julho-1960-354459-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 22 fev. 2016.

BRASIL, 1961a. Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3890-a-25-abril-1961-353665-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 22 fev. 2016.

BRASIL, 1961b. Decreto nº 50.719, de 31 de maio de 1961. Publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 - 14/6/1961, Página 5340 e na Coleção de Leis do Brasil - 1961, Página 391 Vol. 4. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50719-31-maio-1961-390457-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 abr. 2016.

BRASIL, 1961c. Decreto nº 51.058 de 26 de julho de 1961. Plano Nacional de Eletrificação. Publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 - 27/7/1961, Página 6796. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-51058-26-julho-1961-390779-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 mar. 2016).

BRASIL, 1962a. Decreto nº 1.106, de 30 de maio de 1962. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decmin/1960-1969/decretodoconselhodeministros-1106-30-maio-1962-353086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 mar. 2016.

BRASIL, 1962b. Decreto nº 1.178, em 13 de junho de 1962. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decmin/1960-1969/decretodoconselhodeministros-1178-13-junho-1962-353214-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 fev. 2016.

BRASIL, 1964a. Decreto nº 54.937, de 4 de novembro de 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D54937.htm>. Acesso em: 10 mar. 2016.

BRASIL, 1964b. Lei nº 4.454, de 6 de novembro de 1964. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4454-6-novembro-1964-376693-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 10 mar. 2016.

BRASIL, 1965. Lei nº 4.904, de 17 de dezembro de 1965. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4904-17-dezembro-1965-369009-norma-pl.html>. Acesso em: 10 mar. 2016.

BRASIL, 1967a. Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm>. Acesso em: 10 mar. 2016.

BRASIL, 1967b. Decreto nº 60.824, de 7 de junho de 1967. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60824-7-junho-1967-401750-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 mar. 2016.

BRASIL, 1968. Decreto nº 62.724, de 17 de maio de 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D62724.htm>. Acesso em: 10 mar. 2016.

BRASIL, 1971. Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5655-20-maio-1971-357738-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 10 mar. 2016.

BRASIL, 1973. Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5899-5-julho-1973-358011-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 10 mar. 2016.

BRASIL, 1975. Decreto nº 76.432, de 13 de outubro de 1975. Publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 - 14/10/1975, Página 13.603 e na Coleção de Leis do Brasil - 1975, Página 88 Vol. 8. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-76432-13-outubro-1975-425002-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 abr. 2016.

CASTRO JORNAL, 1946. Quanta empresa para tão pouca energia. Castro, 26 jan. 1946. p. 1. Arquivo Público do Paraná. Curitiba, Paraná.

CASTRO JORNAL, 1959. De mal a pior ... Castro, 1º ago. 1959. p. 1. Arquivo Público do Paraná. Curitiba, Paraná.

CASTRO JORNAL, 1961. Aumento tarifário da Prada. ANULADO! Castro, 29 abr. 1961. p. 1. Arquivo Público do Paraná. Curitiba, Paraná.

CASTRO JORNAL, 1962. A Cia Prada de Eletricidade – sobre as taxas e baixa voltagem. Castro, 22 abr. 1962. p. 1. Arquivo Público do Paraná. Curitiba, Paraná.

CNAEE – Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica. *Diretivas Gerais do Plano Nacional de Eletrificação.* Águas e Energia Elétrica. n. 10, out. 1951.

COPEL, 1973a. Protocolo de Intenções entre a COPEL e a EELSA de 14 de dezembro de 1973. Processo de Incorporação. Caixa B76-001, Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

COPEL, 1973b. Ata da 78º Assembleia Geral Extraordinária da COPEL, de 21 de dezembro de 1973. Processo de Incorporação. Caixa B76-001, Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

COPEL, 1974a. Ata da 79º Assembleia Geral Extraordinária da COPEL, de 20 de março de 1974. Processo de Incorporação. Caixa B76-001, Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

COPEL, 1974b. Ata da 82º Assembleia Geral Extraordinária da COPEL, de 30 de maio de 1974. Processo de Incorporação. Caixa B76-001, Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

COPEL, 11/02/1976. Memorando Interno, enviado por Fernando de Barros Pinto, em 11 de fevereiro de 1976, ao advogado Carlos C. M., com o assunto "Terreno dos Índios – Usina Apucaraninha". Caixa N30711, Fl. 13. Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

COPEL, 27/10/1976. Correspondência do diretor presidente da COPEL, Arturo Andreoli, para Francisco Neves Brasileiro, delegado regional da FUNAI, em Curitiba, em 27 de outubro de 1976. Caixa N30711, Fl. 12. Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

COPEL, 16/11/1977. Ofício nº 027, de 16 de novembro de 1977, enviado pelo assessor jurídico da COPEL, Kiyossi Kanayama, à Divisão Técnica de Patrimônio da COPEL. Caixa N30711, Fl. 72. Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

COPEL, 29/11/1977. Resposta da COPEL, em 29 de novembro de 1977, através do diretor Antonio Soares Diniz. Caixa N30711, Fl. 73-75. Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

COPEL, 06/11/1978. Relatório intitulado "Terreno da Usina de Apucaraninha – Problemas com a FUNAI", elaborado pelo Engenheiro da COPEL, Estácio Gavinho, em 6 de novembro de 1978. Caixa N30712, Fls. 7-10. Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

COPEL, 16/12/1993. Ata da Reunião realizada em 16 de dezembro de 1993, na sede da prefeitura municipal de Londrina. Caixa N30711, Fl. 41. Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

COPEL, 02/04/2003. Laudo de Averiguação. Caixa N30712, Fl. 89-92. Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

COPEL, 06/10/2003. Relatório gerencial da COPEL nº 004/2003, de 6 de outubro de 2003, intitulado "Delimitação dos áreas de segurança do território da Usina do Apucaraninha". Caixa N30711, Fl. 110. Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

COPEL, 2004. Campanha de esclarecimento aos Kaingang sobre a área de segurança e os riscos da Usina do Apucaraninha, na TI Apucarana, PR e em seu entorno. Elaborado por Cecília Helm. Caixa N30712, Fl. 101. Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

COPEL, 2006. Relatório intitulado "A COPEL e a Terra Indígena Apucaraninha: subsídios para uma política consistente e relacionamento de longo prazo". Caixa N30712, Fl. 40-47. Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

CORREIO DA MANHÃ, 1942. Decretos do presidente da república. Rio de Janeiro, 22 ago. 1942, p. 5. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_05&pagfis=29652&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em: 22 abr. 2016.

CORREIO DA MANHÃ, 1943. Decretos do presidente da república. Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1943, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_05&pagfis=29652&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em: 22 abr. 2016.

CORREIO DA MANHÃ, 1945. Aproveitamento da Cachoeira de Salto Grande. Rio de Janeiro, 02 de março de 1945, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_05&pagfis=29652&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em: 22 abr. 2016.

CORREIO DA MANHÃ, 1947. Decretos do presidente da república. Rio de Janeiro, 10 ago. 1947, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_05&pagfis=29652&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em: 25 abr. 2016.

CORREIO DA MANHÃ, 1952. Decretos nas pastas da aeronáutica, educação e relações exteriores. Rio de Janeiro, 02 de outubro de 1952, p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_06&pasta=ano%20195&pesq=eletrica%20londrina>. Acesso em: 25 abr. 2016.

CORREIO DA MANHÃ, 1953. O Banco Internacional aprovou dois créditos ao Brasil para empreendimentos de transporte ferroviário e hidrelétrico. Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1953, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_06&pasta=ano%20195&pesq=eletrica%20londrina>. Acesso em: 25 abr. 2016.

CORREIO DA MANHÃ, 1956. Atos oficiais. Rio de Janeiro, 15 de março de 1956, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_06&pasta=ano%20195&pesq=eletrica%20londrina>. Acesso em: 25 abr. 2016.

CORREIO DA MANHÃ, 1957. Luz e força para o Norte do Paraná. Rio de Janeiro, 1º de setembro de 1957, p. 9. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_06&pasta=ano%20195&pesq=eletrica%20londrina>. Acesso em: 25 abr. 2016.

CORREIO DA MANHÃ, 1959. Decretos assinados. Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1959, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_06&pasta=ano%20195&pesq=eletrica%20londrina>. Acesso em: 25 abr. 2016.

CORREIO DA MANHÃ, 1962. Superior a 3,5 milhões de Kw a p.i. da região Centro-Sul. Rio de janeiro, 21 de outubro de 1962, p. 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano%20196&pesq=eletrica%20londrina>. Acesso em 25 abr. 2016.

CORREIO DA MANHÃ, 1964. CNPS. Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1964, p. 11. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano%20196&pesq=eletrica%20londrina>. Acesso em: 25 abr. 2016.

CORREIO DA MANHÃ, 1967. Xavantes. Rio de Janeiro, 23 de julho de 1967, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano%20196&pesq=eletrica%20londrina>. Acesso em: 25 abr. 2016.

CORREIO DA MANHÃ, 1970. Mascarados assaltaram em Londrina. Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1970, p. 14. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_08&pasta=ano%20197&pesq=eletrica%20londrina>. Acesso em: 25 abr. 2016.

CORREIO DA MANHÃ, 1974. Em lotes. Eletrobrás. Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1974, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_08&pasta=ano%20197&pesq=eletrica%20londrina>. Acesso em: 25 abr. 2016.

CORREIO DA NOITE, 1959. Minhas despesas não param de subir. Curitiba, 1º jun. 1959. p. 11. Arquivo Público do Paraná. Curitiba, Paraná.

DIÁRIO DOS CAMPOS, 1968. Energia elétrica motiva reclamos. Ponta Grossa, 7 dez. 1968. Arquivo Público do Paraná. Curitiba, Paraná.

DOU, 1942. Diário Oficial da União. Processo de Transformação da Firma Mesquita & Davids em Sociedade Anônima, com a constituição da Empresa Elétrica de Londrina S/A. Diário Oficial da União. Ano LXXXI, nº 195 – 21/08/1942, Página 12.897-12.903. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2458812/pg-5-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-21-08-1942>. Acesso em: 23 mar. 2016.

EELSA, 1942. Relatório da Diretoria e Balanço Geral da EELSA de 1941. Relatório de 23 de março de 1942. Caixa B78-012, Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

EELSA, 1943. Relatório da Diretoria e Balanço Geral da EELSA de 1942. Relatório de 22 de fevereiro de 1943. Caixa B78-012, Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

EELSA, 1944. Relatório da Diretoria e Balanço Geral da EELSA de 1943. Relatório de 20 de fevereiro de 1944. Caixa B78-012, Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

EELSA, 1945. Relatório da Diretoria e Balanço Geral da EELSA de 1944. Relatório de 20 de fevereiro de 1945. Caixa B78-012, Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

EELSA, 1946. Relatório da Diretoria e Balanço Geral da EELSA de 1945. Relatório de 19 de março de 1946. Caixa B78-012, Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

EELSA, 1947a. Relatório da Diretoria e Balanço Geral da EELSA de 1946. Relatório de 18 de março de 1947. Caixa B78-012, Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

EELSA, 1947b. Atas e Pareceres do Conselho Fiscal da EELSA (1941-1974). Parecer de 10 de junho de 1947. Caixa B19-001, Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

EELSA, 1948. Relatório da Diretoria e Balanço Geral da EELSA de 1947. Relatório de 31 de março de 1948. Caixa B78-012, Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

EELSA, 1949. Relatório da Diretoria e Balanço Geral da EELSA de 1948. Relatório de 31 de março de 1949. Caixa B78-012, Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

EELSA, 1950. Relatório da Diretoria e Balanço Geral da EELSA de 1949. Relatório de 23 de março de 1950. Caixa B78-012, Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

EELSA, 1952. Relatório da Diretoria e Balanço Geral da EELSA de 1951. Relatório de 5 de abril de 1952. Caixa B78-012, Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

EELSA, 1953. Relatório da Diretoria e Balanço Geral da EELSA de 1952. Relatório de 8 de abril de 1953. Caixa B78-012, Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

EELSA, 1954. Relatório da Diretoria e Balanço Geral da EELSA de 1953. Relatório de 31 de março de 1954. Caixa B78-012, Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

EELSA, 1955. Relatório da Diretoria e Balanço Geral da EELSA de 1954. Relatório de 31 de março de 1955. Caixa B78-012, Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

EELSA, 1956. Relatório da Diretoria e Balanço Geral da EELSA de 1955. Relatório de 7 de março de 1956. Caixa B78-012, Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

EELSA, 1957. Relatório da Diretoria e Balanço Geral da EELSA de 1956. Relatório de 7 de março de 1957. Caixa B17-001, Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

EELSA, 1958. Relatório da Diretoria e Balanço Geral da EELSA de 1957. Relatório de 25 de março de 1958. Caixa B17-001, Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

EELSA, 1959. Relatório da Diretoria e Balanço Geral da EELSA de 1958. Relatório de 21 de março de 1959. Caixa B17-001, Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

EELSA, 1960. Relatório da Diretoria e Balanço Geral da EELSA de 1959. Relatório de 9 de março de 1960. Caixa B17-001, Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

EELSA, 1961. Relatório da Diretoria e Balanço Geral da EELSA de 1960. Relatório de 11 de março de 1961. Caixa B17-001, Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

EELSA, 1962. Relatório da Diretoria e Balanço Geral da EELSA. Caixa B17-001, Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

EELSA, 1963. Relatório da Diretoria e Balanço Geral da EELSA. Caixa B17-001, Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

EELSA, 1964a. Atas e Pareceres do Conselho Fiscal da EELSA (1941-1974). Ata de 20 de janeiro de 1964. Caixa B19-001, Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

EELSA, 1964b. Manifesto de 31 de março de 1964. Caixa B17-001, Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

EELSA, 1964c. Atas e Pareceres do Conselho Fiscal da EELSA (1941-1974). Ata de 4 de abril de 1964. Caixa B19-001, Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

EELSA, 1964d. Relatório da Diretoria e Balanço Geral da EELSA. Caixa B17-001, Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

EELSA, 1965. Relatório da Diretoria e Balanço Geral da EELSA de 1964. Relatório de 22 de março de 1965. Caixa B17-001, Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

EELSA, 1966. Relatório da Diretoria e Balanço Geral da EELSA. Caixa B17-001, Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

EELSA, 1967. Relatório da Diretoria e Balanço Geral da EELSA. Caixa B17-001, Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

EELSA, 1968. Relatório da Diretoria e Balanço Geral da EELSA. Caixa B17-001, Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

EELSA, 04/04/1968. Área do PI Apucarana utilizada pela Usina do Apucaraninha. Caixa N30711, Fl. 24. Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

EELSA, 04/04/1968. Correspondência enviada pelo gerente da EELSA, Fernando de Barros Pinto, do escritório de Londrina, ao encarregado do PI Apucarana. Caixa N30711, Fl. 17. Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

EELSA, 04/04/1968. Planta 1, 2 e 3 da área utilizada pela Usina do Apucaraninha. Caixa N30711, Fls. 21-23. Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

EELSA, 1969. Relatório da Diretoria e Balanço Geral da EELSA de 1968. Relatório de 14 de março de 1969. Caixa B17-001, Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

EELSA, 1970. Relatório da Diretoria e Balanço Geral da EELSA de 1969. Relatório de 16 de março de 1970. Caixa B17-001, Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

EELSA, 1971. Relatório da Diretoria e Balanço Geral da EELSA. Caixa B17-001, Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

EELSA, 1974a. Ata da Assembleia Geral Ordinária da EELSA, de 15 de fevereiro de 1974. Processo de Incorporação. Caixa B76-001, Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

EELSA, 1974b. Ata da Assembleia Geral Extraordinária da EELSA, de 21 de fevereiro de 1974. Processo de Incorporação. Caixa B76-001, Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

EELSA, 1974c. Ata da Assembleia Geral Extraordinária da EELSA, de 21 de março de 1974. Processo de Incorporação. Caixa B76-001, Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

EELSA, 1974d. Ata da Assembleia Geral Extraordinária da EELSA, de 31 de maio de 1974. Processo de Incorporação. Caixa B76-001, Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

FUNAI, 1969. Correspondência do PI Apucarana à chefia da DR4, Aloisio de Carvalho. Filme 70, Fotogramas 1573-1588. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

FUNAI, 12/02/1969. Correspondência enviada pela advogado da FUNAI, Irnério Rubens de Vasconcellos, em 12 de fevereiro de 1969, ao chefe da ajudância em Curitiba. Filme 70, Fotograma 1534. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

FUNAI, 15/12/1975. Ofício nº 3223/75, enviado pelo 4º delegado regional da FUNAI, Francisco Neves Brasileiro, para o presidente da COPEL, Arturo Andreoli, no dia 15 de dezembro de 1975, para tratar da revisão do Contrato de Arrendamento das terras do PI Apucarana. Caixa N30711, Fl. 49. Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

FUNAI, 27/12/1976. Relatório de Viagem do técnico Telmir Alberti, realizada entre os dias 21 a 23 de dezembro de 1976, para verificação das divisas na Usina Apucaraninha. Caixa N30711, Fls. 10-11. Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

FUNAI, 31/10/1977. Carta encaminhada pelo chefe do PI Apucarana, Carlos Wagner Silva Severo, em 31 de outubro de 1977, às instâncias superiores da FUNAI. Caixa N30711, Fl. 63-65. Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

FUNAI, 27/02/1978. Parecer nº 11, de 27 de fevereiro de 1978, elaborado por Lourival Silvestre Sobrinho. Caixa N30711, Fl. 42-43. Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

FUNAI, 14/05/1978. Ofício nº 35, enviado pelo chefe do PI Apucarana, em 14 de maio de 1978, à COPEL. Caixa N30711, Fl. 76-77. Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

FUNAI, 19/12/1978. Parecer nº 3, referente ao Processo FUNAI/BSB/291/78, feito pelo procurador geral da FUNAI, Gdálio de Barros Barreto, em 19 de dezembro de 1978. Caixa N30711, Fl. 39. Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba.

GAZETA DO POVO, 1931. O problema da luz em Ponta Grossa. Curitiba, 17 mar. 1931. p. 7. Arquivo Público do Paraná. Curitiba, Paraná.

GAZETA DO POVO, 1932. Economia na luz ... Curitiba, 1º jun. 1932. Arquivo Público do Paraná. Curitiba, Paraná.

GAZETA DO POVO, 1933a. Resolvida a séria preocupação dos compradores de lâmpadas elétricas. Curitiba, 1º ago. 1933. Arquivo Público do Paraná. Curitiba, Paraná.

GAZETA DO POVO, 1933b. Reclamações do público – porque será que não existe iluminação pública naquelas ruas? Curitiba, 10 nov. 1933. Arquivo Público do Paraná. Curitiba, Paraná.

GAZETA DO POVO, 1953a. O encarecimento da energia elétrica. Curitiba, 29 ago. 1953. p. 7. Arquivo Público do Paraná. Curitiba, Paraná.

GAZETA DO POVO, 1953b. Fator decisivo do progresso paranaense. Curitiba, 19 dez. 1953. p. 11. Arquivo Público do Paraná. Curitiba, Paraná.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 1940.* Rio de Janeiro, 1950. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_v2_br.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 1950.* Rio de Janeiro, 1956. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v1_br.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 1960.* Rio de Janeiro, s.d. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_br.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 1970.* Rio de Janeiro, 1973. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/69/cd_1970_v1_br.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2016.

MISSÃO COOKE. *Relatório*, 1948. Disponível em: <https://ia601902.us.archive.org/3/items/missocookenobras1949cook/missocookenobras1949cook.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2016.

O TIBAGI, 1962. Curitiba vive o drama da falta de energia elétrica. Telêmaco Borba, 21 jun. 1962. Arquivo Público do Paraná. Curitiba, Paraná.

PARANÁ, 05/07/1900. *Decreto nº 6, de 5 de julho de 1900.* Arquivo Público do Paraná, Curitiba, Paraná.

PARANÁ, 1929. Lei nº 2.691, de 23 de abril de 1929. Arquivo Público do Paraná. Curitiba, Paraná.

PARANÁ, 1931. Mensagem dirigida ao chefe do Governo Provisório da República, Getúlio Vargas, em 5 de outubro de 1931, pelo Interventor Federal do Paraná, General Mario Tourinho. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1931_Governo_Republica_MFN_937.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2016.

PARANÁ, 1935. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em 16 de maio de 1935, pelo governador Manoel Ribas. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Ano_1935_MFN_938.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2016.

PARANÁ, 1948. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1948, pelo Governador Moisés Lupion, em 01/05/1948. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Ano_1948_MFN_941.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2016.

PARANÁ, 1950. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1950, pelo Governador Moisés Lupion, em 01/05/1950. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Ano_1950_MFN_942.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2016.

PARANÁ, 1951. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1951, pelo Governador Bento Munhoz da Rocha Neto, em 01/05/1951. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Ano_1951_MFN_944.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2016.

PARANÁ, 1953. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1953, pelo Governador Bento Munhoz da Rocha Neto, em 01/05/1953. Arquivo Público do Paraná. Curitiba, Paraná.

PARANÁ, 1955. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1955, pelo Governador Bento Munhoz da Rocha Neto, em 01/05/1955. Arquivo Público do Paraná. Curitiba, Paraná.

PARANÁ, 1956. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1956, pelo Governador Moisés Lupion, em 01/05/1956. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Ano_1956_MFN_945.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2016.

PARANÁ, 1957. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1957, pelo Governador Moisés Lupion, em 01/05/1957. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1957_Governo_MFN_946.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2016.

PARANÁ, 1958. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1958, pelo Governador Moisés Lupion, em 01/05/1958. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1958_Governo_MFN_947.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2016.

PARANÁ, 1960a. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado, pelo Governador Bento Munhoz da Rocha Neto, em 01/02/1960. Arquivo Público do Paraná. Curitiba, Paraná.

PARANÁ, 1960b. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1960, pelo Governador Ney Braga, em 01/05/1960. Arquivo Público do Paraná. Curitiba, Paraná.

PARANÁ, 1961. Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, pelo governador Ney Braga, em 01/05/1961. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1961_Governo_MFN_1663.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2016.

PARANÁ, 1962. Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, pelo governador Ney Braga, em 01/05/1962. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1962_Governo.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2016.

PARANÁ, 1963. Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, pelo governador Ney Braga, em 01/05/1963. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1963_MFN_1664.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2016.

PARANÁ, 1964. Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, pelo governador Ney Braga, em 01/05/1964. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1964_Governo_MFN_948.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2016.

PARANÁ, 1965. Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, pelo governador Ney Braga, em 01/05/1965. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1965_MFN_1667.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2016.

PARANÁ, 1967. Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, pelo governador Paulo Pimentel, em 15/03/1967. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1967_mfn_1669.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2016.

PARANÁ, 1968. Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, pelo governador Paulo Pimentel, em 01/03/1968. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1968_mfn_1662.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2016.

PARANÁ, 1970. Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, pelo governador Paulo Pimentel, em 31/03/1970. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1970_mfn_1661.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2016.

SPI, 1937. Recenseamento dos Índios Domiciliados nos Toldos do Apucarana e Rio Preto, situados no Distrito de São Roque, município de Tibagi, em 1937. Filme 47, Fotogramas 13-17. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 1940. Planta da área reservada aos índios da região do Apucarana em 1900. Filme 75, Fotograma 1466. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 1942-1967. Fotografias do Posto Indígena Apucarana. Serviço de Proteção aos Índios. Documento Audiovisual. Inspetoria Regional 7. Posto Indígena Apucarana (54 imagens). 1942-1967. Museu do Índio, Rio de Janeiro.Disponível em: http://base.museudoindio.gov.br/memoteca/srav/fotografia/unesco_ftp/13d_ap/index.html. Acesso em: 24 mai. 2017.

SPI, 06/01/1942. Memorando nº 1 enviado pela IR7 ao encarregado do PI Apucarana. Filme 73, Fotograma 1512. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 24/04/1942. Ofício nº 46, de 24 de abril de 1942, envido pelo encarregado do PI Apucarana à IR7. Filme 73, Fotogramas 1514-1515. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 21/05/1942. Telegrama nº 76, de 21 de maio de 1942, enviado pela Diretoria do SPI ao PI Apucarana. Filme 73, Fotograma 1516. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 22/06/1942. Ofício nº 73, de 22 de junho de 1942, enviado pela IR7 ao encarregado do PI Apucarana. Filme 73, Fotograma 1518. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 01/01/1943. Relatório Anual dos Serviços do PI Apucarana de 1942, enviado pelo encarregado à IR7, em 1º de janeiro de 1943. Filme 47, Fotogramas 23-24/136-137. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 01/01/1943. Relatório Anual de 1942, enviado pelo PI Apucarana à IR7. Filme 47, Fotogramas 27-28. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 01/01/1943. Relatório Anual de 1942, enviado pelo encarregado do PI Apucarana à IR7. Filme 47, Fotograma 135. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 01/01/1943. Relatório Anual de 1942, enviado pelo encarregado do PI Apucarana, em 1º de janeiro de 1943, à IR7. Filme 47, Fotogramas 136-137. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 18/01/1943. Memorando nº 4, de 18 de janeiro de 1943, enviado pela IR7 ao PI Apucarana. Filme 73, Fotograma 1524. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 13/02/1943. Telegrama nº 112 enviado pelo delegado regional Milton Menezes ao secretário Fernando Flores. Filme 69, Fotograma 1399. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 13/02/1943. Carta enviada por João Martins Neto ao seu parente e amigo Alvaro Albuquerque. Filme 69, Fotograma 1401. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 17/02/1943. Correspondência da Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública do Paraná, enviada à Paulino de Almeida, chefe da IR7. Filme 69, Fotograma 1398. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 17/02/1943. Correspondência enviada por Alvaro Albuquerque da 15ª Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em Curitiba, para a chefia da IR7. Filme 69, Fotograma 1400. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 01/03/1943. Relatório Mensal de Fevereiro de 1943, enviado pelo PI Apucarana à IR7. Filme 47, Fotogramas 33-34. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 03/03/1943. Correspondência, de 3 de março de 1943, enviada pelo inspetor do SPI, Odilon Cunha Sprenger, à IR7. Filme 73, Fotograma 1527. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 30/05/1943. Demonstrativo de Renda Indígena do Mês de Maio de 1943, apresentado pelo encarregado João Martins Neto. Filme 47, Fotograma 38. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 30/06/1943. Demonstrativo de Renda Indígena do Mês de Junho de 1943, apresentado pelo encarregado do PI Apucarana. Filme 47, Fotograma 44. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 19/07/1943. Recibo de Pagamento do PI Apucarana, apresentado pelo encarregado do João Martins Neto. Filme 47, Fotograma 52. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 20/07/1943. Relatório de Viagem apresentado pelo inspetor do SPI, Deocleciano de Souza Nenê, ao chefe da IR7, Paulino de Almeida. Filme 47, Fotograma 158. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 20/07/1943. Relatório apresentado ao Snr. Paulino de Almeida, por Deocleciano de Souza Nenê, inspetor do SPI, dos trabalhos efetuados no PI Apucarana. Filme 47, Fotogramas 159-165. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 20/07/1943. Relatório apresentado à IR7, em 20 de julho de 1943, pelo inspetor Deocleciano de Souza Nenê, após visita ao PI Apucarana. Filme 47, Fotogramas 159-161/168-187. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 20/07/1943. Relatório da Visita do inspetor do SPI, Deocleciano de Souza Nenê, ao PI Apucarana, em 20 de julho de 1943. Filme 47, Fotograma 162-163. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 20/07/1943. Relatório da Visita do inspetor Deocleciano de Souza Nenê, ao PI Apucarana, em 20 de julho de 1943. Filme 47, Fotograma 163. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 20/07/1943. Relatório da Visita do inspetor Deocleciano de Souza Nenê, ao PI Apucarana, em 20 de julho de 1943. Filme 47, Fotograma 164. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 24/07/1943. Relação nominal dos trabalhadores na construção da estrada de rodagem da sede do Posto em Campinas à Vila de São Roque, em 24 de julho de 1943. Filme 47, Fotograma 55. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/07/1943. Demonstrativo da Renda Indígena de Julho de 1943, apresentado pelo encarregado do PI Apucarana. Filme 47, Fotograma 48. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/08/1943. Recibo de Pagamento do PI Apucarana, em 31 de agosto de 1943. Filme 47, Fotograma 68. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/08/1943. Folha de Pagamento do PI Apucarana, em Agosto de 1943. Filme 47, Fotograma 69. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 30/09/1943. Folha de Pagamento do PI Apucarana, em Setembro de 1943. Filme 47, Fotograma 91. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 30/11/1943. Recibo de Pagamento do PI Apucarana, ao comerciante Otavio Lima, pelo encarregado João Martins Neto. Filme 47, Fotograma 127. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/12/1943. Relatório Anual dos Serviços Prestados no PI Apucarana, durante o ano de 1943, apresentado pelo encarregado João Martins Neto. Filme 47, Fotograma 221. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/12/1943. Relatório Anual das Ocorrências e dos Serviços do PI Apucarana, em 1943, apresentado por João Martins Neto à IR7. Filme 47, Fotograma 224. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 07/02/1944. Telegrama enviado por João Martins Neto para a IR7. Filme 47, Fotograma 582. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 13/07/1944. Ofício nº 14 encaminhado por João Martins Neto à IR7. Filme 47, Fotograma 586. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 30/10/1944. Telegrama nº 344, de 30 de outubro de 1944, enviado pela Assessoria da Presidência da República à Diretoria do SPI. Filme 71, Fotograma 535. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 16/12/1944. Relatório Anual das Ocorrências e Serviços do PI Apucarana, enviado pelo PI Apucarana à IR7, em 16 de dezembro de 1944. Filme 47, Fotogramas 589-590. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 16/12/1944. Relatório Anual das ocorrências e serviços do PI Apucarana, enviado pelo encarregado ao chefe da IR7, Paulino de Almeida. Filme 47, Fotogramas 591-592. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 20/12/1944. Correspondência enviada pelo encarregado do PI Apucarana à IR7, em 20 de dezembro de 1944. Filme 73, Fotograma 1588-1591. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 04/02/1945. Correspondência enviada pelo encarregado do PI Apucarana à IR7, em 04 de fevereiro de 1945. Filme 47, Fotograma 900. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 23/02/1945. Relatório Mensal de Fevereiro, enviado pelo PI Apucarana à IR7. Filme 47, Fotogramas 901-902. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/03/1945. Recibo de Pagamento do PI Apucarana, apresentado à IR7, em 31 de março de 1945. Filme 47, Fotograma 710. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 04/09/1945. Relatório Mensal de Agosto de 1945, enviado por João Martins Neto ao diretor do SPI, José Maria de Paula, no Rio de Janeiro. Filme 47, Fotogramas 937-940. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 30/11/1945. Relatório Mensal de Novembro de 1945, do PI Apucarana, enviado por João Martins Neto à IR7. Filme 49, Fotograma 417. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 17/01/1946. Ofício nº 19, de 17 de junho de 1946, enviado por João Martins Neto à IR7. Filme 47, Fotograma 1835-1836. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/01/1946. Relatório Mensal de Janeiro de 1946, enviado por João Martins Neto ao diretor do SPI, José Maria de Paula, no Rio de Janeiro. Filme 47, Fotogramas 1694-1696. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 17/02/1946. Relatório Mensal de Fevereiro de 1946, enviado pelo PI Apucarana à IR7. Filme 47, Fotograma 1707. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 20/02/1946. Telegrama de 20 de fevereiro de 1946, enviado pelo inspetor Deocleciano de Souza Nenê, para a chefia da IR7. Filme 69, Fotograma 1743. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 23/02/1946. Correspondência enviada pelo encarregado do PI Apucarana, em 23 de fevereiro de 1946, à IR7. Filme 47, Fotogramas 1714-1717. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 25/02/1946. Ofício nº 4, de 25 de fevereiro de 1946, enviado pelo PI Apucarana à IR7. Filme 47, Fotogramas 1718. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 28/02/1946. Relatório Mensal de Fevereiro de 1946, das Atividades no PI Apucarana, apresentado a IR7, em 28 de fevereiro de 1946. Filme 47, Fotogramas 1719-1721. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 04/03/1946. Ofício nº 11, enviado pelo encarregado do PI Apucarana à IR7. Filme 47, Fotogramas 1722-1723. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 25/03/1946. Ofício nº 8, de 25 de março de 1946, enviado pelo PI Apucarana à IR7. Filme 47, Fotogramas 1764-1766. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 25/03/1946. Correspondência enviada pelo PI Apucarana à IR7, em 25 de março de 1946. Filme 47, Fotograma 1765. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 29/03/1946. Memorando nº 109, de 29 de março de 1946, enviado pela IR7 ao encarregado do PI Apucarana. Filme 73, Fotograma 1603. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/03/1946. Ofício nº 10, de 31 de março de 1946, enviado por João Martins Neto ao diretor do SPI, no Rio de Janeiro. Filme 47, Fotograma 1709. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/03/1946. Ofício nº 10, de 31 de março de 1946, enviado por João Martins Neto ao diretor do SPI, no Rio de Janeiro. Filme 47, Fotograma 1759. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/03/1946. Ofício nº 10, de 31 de março de 1946, enviado por João Martins Neto ao diretor do SPI, no Rio de Janeiro. Filme 47, Fotograma 1770. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/03/1946. Ofício nº 10, em 31 de março de 1946, enviado por João Martins Neto, ao diretor do SPI, no Rio de Janeiro, Dr. José Maria de Paula. Filme 47, Fotograma 1769. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 30/04/1946. Ofício nº 14, de 30 de abril de 1946, enviado pelo encarregado do PI Apucarana à IR7. Filme 47, Fotogramas 1771-1772. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 30/04/1946. Ofício nº 14, de 30 de abril de 1946, enviado pelo encarregado do PI Apucarana ao diretor do SPI, Dr. José Maria de Paula. Filme 47, Fotograma 1830. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/05/1946. Ofício nº 17, de 31 de maio de 1946, enviado pelo encarregado do PI Apucarana à IR7. Filme 47, Fotograma 1834. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 17/06/1946. Ofício nº 19, de 17 de junho de 1946. Filme 47, Fotogramas 1835-1836. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 30/06/1946. Ofício nº 22, de 30 de junho de 1946, enviado por João Martins Neto o ao Dr. José Maria de Paula, diretor do SPI. Filme 47, Fotograma 1838. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 24/07/1946. Ofício no 82, de 24 de julho de 1946, enviado pelo chefe da IR7, Paulino de Almeida. Filme 69, Fotograma 1788. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 20/08/1946. Correspondência enviada pelo PI Apucarana à IR7, em 20 de agosto de 1946. Filme 47, Fotograma 1843. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 30/03/1947. Relatório do inspetor especializado do SPI, Deocleciano de Sousa Nenê, encaminhado ao chefe Paulino de Almeida, em 30 de março de 1947. Filme 73, Fotograma 1644. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 10/05/1947. Correspondência do diretor da EELSA, Ricardo Davids, em 10 de maio de 1947. Filme 69, Fotograma 1914. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 21/05/1947. Ofício nº 84, de 21 de maio de 1947, enviado pela IR7 à Diretoria do SPI. Filme 73, Fotograma 1645. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 20/06/1947. Ofício nº 99, de 20 de junho de 1947, enviado pelo chefe substituto da IR7, Deocleciano de Sousa Nenê, ao diretor do SPI. Filme 73, Fotogramas 123-124. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 20/06/1947. Ofício nº 100, de 20 de junho de 1947, emitido por Deocleciano de Sousa Nenê, ao senhor Claudio Carneiro Martins. Filme 73, Fotograma 125. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 07/07/1947. Ofício nº 823, de 7 de julho de 1947, do diretor substituto do SPI, no Rio de Janeiro, Jaguanharo Tinoco do Amaral, à Lourival da Mota Cabral, inspetor da IR7. Filme 74, Fotograma 1620. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 22/07/1947. Telegrama nº 168, de 22 de julho de 1947, enviado pela IR7 à Diretoria do SPI. Filme 73, Fotograma 1651. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 06/01/1948. Recibo de Pagamento do PI Apucarana. Filme 48, Fotograma 544. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 18/02/1948. Relatório da visita ao PI Apucarana, realizada pelo inspetor Deocleciano de Souza Nenê, em 18 de fevereiro de 1948. Filme 71. Fotogramas 312-313. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 29/02/1948. Recibo de Pagamento do PI Apucarana, apresentado pelo encarregado João Martins Neto, em 29 de fevereiro de 1948. Filme 48, Fotograma 628. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/03/1948. Ofício nº 7, de 31 de março de 1948, enviado pelo encarregado do PI Apucarana, ao diretor do SPI, no Rio de Janeiro. Filme 48, Fotograma 807. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/03/1948. Nota Fiscal emitida pela Empresa Casa São Paulo, de Curitiba, em nome do SPI. Filme 48, Fotograma 634. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 11/05/1948. Ofício nº 95, de 11 de maio de 1948, enviado pela IR7 à Diretoria do SPI. Filme 73, Fotograma 1670. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/05/1948. Folha de Pagamento de 31 de maio de 1948 do PI Apucarana. Filme 48, Fotograma 715. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 07/06/1948. Correspondência enviada pelo PI Apucarana à Diretoria do SPI, no Rio de Janeiro, em 7 de junho de 1948. Filme 69, Fotograma 2043. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 22/07/1948. Ofício no 156, de 22 de julho de 1948, enviado por Lourival da Mota Cabral, para a Diretoria do SPI. Filme 75, Fotograma 3049. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/07/1948. Recibo datado em 31 de julho de 1948. Filme 48, Fotograma 747. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 03/08/1948. Ofício no 168, de 3 de agosto de 1948. Filme 73, Fotograma 1699. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 24/08/1948. Correspondência enviada por Nelson de Godoy Pereira, inspetor geral da EELSA, em 24 de agosto de 1948, à Lourival Mota Cabral. Filme 69, Fotograma 2094. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 30/08/1948. Ofício no 184, de 30 de agosto de 1948, enviado por Lourival da Mota Cabral, ao diretor do SPI, Modesto Donatini Dias da Cruz. Filme 69, Fotograma 2096. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 20/09/1948. Memorando no 210, emitido pelo chefe da IR7, em 20 de setembro de 1948. Filme 76, Fotograma 129. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 06/10/1948. Ofício nº 206, de 6 de outubro de 1948, enviado pela IR7 à Diretoria do SPI. Filme 73, Fotograma 1701. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 21/10/1948. Correspondência enviada pela IR7 à Diretoria do SPI, em 21 de outubro de 1948. Filme 69, Fotogramas 2124-2125. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 21/10/1948. Ofício nº 213, em 21 de outubro de 1948, enviado pela IR7 à Empresa J. Sguario & Cia. Filme 69, Fotograma 2126. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/10/1948. Recibo de Pagamento do PI Apucarana. Filme 48, Fotograma 782. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 06/11/1948. Recibo da compra de uma turbina de ferro, realizada em 6 de novembro de 1948, assinado por Eurides Ferreira. Filme 73, Fotograma 1705. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 06/11/1948. Atestado de confirmação do recebimento da turbina, por João Martins Neto. Filme 73, Fotograma 1706. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 30/01/1949. Relatório dos trabalhos realizados em 1948, elaborado pela IR7, datado em 30 de janeiro de 1949. Filme 76, Fotogramas 162-163/173. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 07/06/1949. Acordo contra os índios. Reportagem do Jornal Diário da Tarde, de 7 de junho de 1949, de autoria do deputado estadual Dr. Oscar Lopes Munhós. Filme 69, Fotograma 2278. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 17/06/1949. Carta enviada por Brasilio Neto a João Martins Neto, em 17 de junho de 1949. Filme 69, Fotograma 2275. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 22/06/1949. Ofício nº 11, de 22 de junho de 1949, enviado pelo encarregado do PI Apucarana ao chefe da IR7, Lourival da Mota Cabral. Filme 48, Fotograma 1378. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 27/06/1949. Carta enviada por João Martins Neto aos inspetores lotados na IR7, Deocleciano de Souza Nenê e Dival José de Souza, em 27 de junho de 1949. Filme 48, Fotograma 1379. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 20/10/1949. Correspondência de 20 de outubro de 1949, enviada por João Martins Neto à IR7. Filme 48, Fotograma 1383. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 1950. Relatórios Mensais de Janeiro a Dezembro de 1950, enviado pelo encarregado do PI Apucarana à IR7. Filme 48, Fotogramas 1495-1515. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 16/01/1950. Ofício nº 1, de 16 de janeiro de 1950, enviado por João Martins Neto à IR7. Filme 48, Fotograma 1459. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/01/1950. Relatório Mensal de Janeiro de 1950, do PI Apucarana, enviado pelo encarregado à IR7, em 31 de janeiro de 1950. Filme 48, Fotograma 1388-1389. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/01/1950. Movimento da Renda Indígena de Janeiro de 1950, enviado pelo PI Apucarana à IR7, em 31 de janeiro de 1950. Filme 48, Fotograma 1518. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 26/02/1950. Ofício nº 42, de 26 de fevereiro de 1950, enviado pelo inspetor Deocleciano de Souza Nenê, ao chefe da IR7. Filme 70, Fotogramas 77-78. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 14/03/1950. Ata lavrada em 14 de março de 1950, na sede da IR7, em Curitiba, entre os membros da Comissão do SPI e do representante do Estado do Paraná. Filme 76, Fotogramas 247-248. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 14/03/1950. Croqui das áreas delimitadas ao PI Apucarana, em 14 de março de 1950. Filme 76, Fotograma 251. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 15/03/1950. Relatório elaborado pelos representantes da IR7, sobre os territórios indígenas reestruturados pelo Acordo de 1949. Filme 76, Fotogramas 243-246. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 30/04/1950. Relatório Mensal de Abril de 1950, enviado pelo PI Apucarana à IR7. Filme 48, Fotograma 1395. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 12/07/1950. Ofício nº 11, de 12 de julho de 1950, enviado por João Martins Neto à IR7. Filme 48, Fotograma 1462. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 07/08/1950. Correspondência enviada por Nelson de Godoy Pereira, diretor da EELSA, em 7 de agosto de 1950, ao chefe da IR7, Lourival Mota Cabral. Filme 70, Fotograma 165. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 10/10/1950. Ofício nº 190/24, de 10 de outubro de 1950, enviado pelo inspetor Nenê, ao diretor do Departamento de Geografia, Terras e Colonização, Almir Miró Carneiro, do Estado do Paraná. Filme 70, Fotograma 176. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 12/10/1950. Ofício nº 26, de 12 de outubro de 1950, enviado pelo inspetor Deocleciano de Souza Nenê, à Paulino de Almeida e Lourival da Mota Cabral. Filme 76, Fotograma 269-271. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 12/10/1950. Croqui das áreas delimitadas ao PI Apucarana, em 12 de outubro de 1950. Filme 76, Fotograma 272. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 14/11/1950. Recibo de Pagamento do PI Apucarana. Filme 73, Fotograma 1731. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 16/11/1950. Ofício nº 209/34, de 16 de novembro de 1950, enviado pelo inspetor Deocleciano de Souza Nenê, ao representante da IR7, Otacílio Rochedo. Filme 70, Fotograma 192. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 15/12/1950. Relação dos Intrusos Domiciliados na Reserva Indígena Apucarana, com os nomes de 367 foreiros, em 15 de dezembro de 1950. Filme 48, Fotogramas 1465-1467. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 22/12/1950. Ata da Reunião dos membros da comissão designada para escolher e localizar as glebas a serem medidas e demarcadas para os índios. Filme 48, Fotograma 1468. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 17/01/1951. Recibo de Pagamento do PI Apucarana, emitido pelo encarregado. Filme 48, Fotograma 1519. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/01/1951. Relatório Mensal de Janeiro de 1951 do PI Apucarana, enviado pelo encarregado à IR7, em 31 de janeiro de 1951. Filme 48, Fotograma 1471. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 15/03/1951. Ofício nº 49, de 15 de março de 1951, enviado pela IR7 ao diretor do SPI, no Rio de Janeiro. Filme 73, Fotograma 1739. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 30/04/1951. Relatório Mensal de Abril de 1951 do PI Apucarana, apresentado pelo encarregado à IR7. Filme 48, Fotograma 1478. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 30/04/1951. Relatório Mensal de Abril de 1951, enviado pelo PI Apucarana à IR7, em 30 de abril de 1951. Filme 48, Fotograma 1701. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 11/05/1951. Ofício nº 112, de 11 de maio de 1951, enviado pela IR7 ao Governador Bento Munhoz da Rocha Neto. Filme 70, Fotograma 279. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 06/06/1951. Ofício nº 30/51, de 6 de junho de 1951, enviado pelo subdelegado de Polícia de Tamarana, Antonio Farias Ferreira, ao PI Apucarana. Filme 48, Fotograma 1567. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 07/06/1951. Ofício nº 5, de 07 de junho de 1951, enviado por Alan Cardec à IR7. Filme 48, Fotograma 1566. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 15/06/1951. Ofício nº 145, em 15 de junho de 1951, enviado pela IR7 ao PI Apucarana. Filme 73, Fotograma 1752. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 21/06/1951. Ofício nº 6, de 21 de junho de 1951, enviado pelo encarregado do PI Apucarana, Alan Cardec, à IR7. Filme 48, Fotograma 1569. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 22/06/1951. Telegrama nº 124, de 22 de junho de 1951, enviado pela IR7 à Diretoria do SPI. Filme 73, Fotograma 1757. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 23/06/1951. Telegrama nº 129, de 23 de junho de 1951, enviado pela IR7 ao diretor do SPI no Rio de Janeiro. Filme 70, Fotograma 290. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 26/06/1951. Ofício nº 157, de 26 de junho de 1951, enviado pela IR7, ao Juiz Eleitoral da Comarca de Londrina. Filme 73, Fotograma 1761. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 27/07/1951. Telegrama nº 183, de 27 de julho de 1951, enviado pela IR7 à Diretoria do SPI, no Rio de Janeiro. Filme 73, Fotograma 1766. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 30/07/1951. Correspondência enviada por Alan Cardec, em 30 de julho de 1951, à Lourival da Mota Cabral, chefe da IR7. Filme 48, Fotograma 1572-1573. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 23/08/1951. Recibo do Pagamento realizado pela construção de uma estrada carroçável, datado em 23 de agosto de 1951. Filme 73, Fotograma 1768. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 08/09/1951. Ofício no 207, de 8 de setembro de 1951, enviado por Lourival da Mota Cabral, ao encarregado do PI Apucarana, Alan Cardec. Filme 73, Fotograma 1769. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 13/09/1951. Ofício nº 214, de 13 de setembro de 1951, enviado pela IR7 ao diretor do SPI. Filme 73, Fotograma 1770. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 14/09/1951. Ofício nº 216, de 14 de setembro de 1951, enviado pela IR7 à direção do SPI. Filme 73, Fotograma 1773. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 24/09/1951. Correspondência enviada pela IR7, em 24 de setembro de 1951, à direção do SPI no Rio de Janeiro. Filme 73, Fotograma 1777. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 27/09/1951. Ofício Circular nº 2, de 27 de setembro de 1951, enviado pela IR7 ao PI Apucarana. Filme 70, Fotograma 337. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 08/10/1951. Correspondência enviada por Alan Cardec à IR7, em 08 de outubro de 1951. Filme 48, Fotograma 1582-1583. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 08/10/1951. Ofício nº 13, de 8 de outubro de 1951, enviado pelo encarregado Alan Cardec, à IR7. Filme 73, Fotograma 1780. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 08/10/1951. Ofício nº 13, enviado pelo PI Apucarana à IR7. Filme 48, Fotograma 1582. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 10/11/1951. Movimento da Renda Indígena de Novembro de 1951, emitido pelo PI Apucarana. Filme 48, Fotograma 1555-1557. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 30/11/1951. Relatório Mensal de Novembro de 1951, elaborado pelo encarregado do PI Apucarana, Alan Cardec Martins Pedrosa, enviado à IR7. Filme 48, Fotogramas 1491-1492. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 21/12/1951. Ofício encaminhado pelo diretor presidente da EELSA, Ricardo Davids, para Lourival da Mota Cabral, chefe da IR7, em 21 de dezembro de 1951. Filme 70, Fotograma 364. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 29/12/1951. Correspondência do inspetor geral da EELSA, Nelson de Godoy Pereira, para Lourival da Mota Cabral, em 29 de dezembro de 1951. Filme 73, Fotograma 1804. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/01/1952. Relatório Mensal de Janeiro de 1952 do PI Apucarana, enviado pelo encarregado à IR7, em 31 de janeiro de 1952. Filme 48, Fotograma 1622. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 15/01/1952. Aviso Interno emitido pelo encarregado do PI Apucarana aos moradores intrusos da área indígena. Filme 48, Fotograma 1603. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 02/02/1952. Ofício nº 38, de 2 de fevereiro de 1952, enviado por Lourival da Mota Cabral ao diretor presidente da EELSA. Filme 73, Fotograma 1805. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 15/02/1952. Aviso Interno emitido pelo encarregado do PI Apucarana aos moradores intrusos da área indígena. Filme 48, Fotograma 1604. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 16/02/1952. Ofício nº 3, de 16 de fevereiro de 1952, do encarregado Alan Cardec, para Lourival da Mota Cabral. Filme 48, Fotograma 1591. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 30/06/1952. Relatório Mensal de Junho de 1952, do PI Apucarana, enviado pelo encarregado Alan Cardec à IR7. Filme 48, Fotograma 1634. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 28/07/1952. Ofício nº 15, de 28 de julho de 1952, enviado por Alan Cardec à IR7. Filme 48, Fotograma 1602. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 30/07/1952. Ofício, nº 17, de 30 de julho de 1952, enviado por Alan Cardec à IR7. Filme 48, Fotograma 1605. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 01/10/1952. Ofício nº 73/52, de 1º de outubro de 1952, enviado pelo delegado Ladislau Bukowski Filho, de Londrina, à IR7. Filme 70, Fotograma 481. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 06/10/1952. Ofício nº 24, de 6 de outubro de 1952, do encarregado Alan Cardec para Lourival da Mota Cabral, da IR7. Filme 73, Fotograma 1808-1810. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 04/11/1952. Ofício nº 414, de 4 de novembro de 1952, enviado pela IR7 à Fundação Paranaense de Colonização e Imigração. Filme 73, Fotograma 1812. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 30/11/1952. Ofício nº 29, de 30 de novembro de 1952, enviado pelo PI Apucarana à IR7. Filme 48, Fotograma 1615. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 30/11/1952. Ofício nº 30, de 30 de novembro de 1952, enviado pelo encarregado do PI Apucarana à IR7. Filme 48, Fotograma 1617. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/12/1952. Relatório Mensal de Dezembro de 1952, enviado por Alan Cardec à IR7, em 31 de dezembro de 1952. Filme 48, Fotograma 1646. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/01/1953. Relatório Mensal de Janeiro de 1953 do PI Apucarana, enviado pelo encarregado à IR7, em 31 de janeiro de 1953. Filme 48, Fotograma 1694. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 07/03/1953. Ofício nº 5, de 7 de março de 1953, enviado por Alan Cardec à IR7. Filme 48, Fotograma 1681. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/03/1953. Relatório Mensal de Março de 1953, enviado pelo encarregado do PI Apucarana à IR7. Filme 48, Fotograma 1699. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/07/1953. Ofício nº 12, de 31 de julho de 1953, enviado por Alan Cardec à IR7. Filme 48, Fotograma 1689. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 28/11/1953. Ofício nº 26, de 28 de novembro de 1953, enviado por Alan Cardec à IR7. Filme 48, Fotograma 1693. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/12/1953. Relatório Mensal de Dezembro de 1953, enviado por Alan Cardec à IR7. Filme 48, Fotograma 1740. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 25/01/1954. Relatório Anual dos Serviços Prestados no PI Apucarana, referente ao ano de 1953, apresentado por Alan Cardec à IR7, em 25 de janeiro de 1954. Filme 48, Fotograma 1838. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/01/1954. Relatório Mensal de Janeiro de 1954 do PI Apucarana, enviado pelo encarregado à IR7, em 31 de janeiro de 1954. Filme 48, Fotograma 1754. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 28/02/1954. Relatório Mensal de Fevereiro de 1954, enviado pelo PI Apucarana à IR7. Filme 48, Fotograma 1752. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 20/05/1954. Telegrama nº 55, de 20 de maio de 1954, enviado pela IR7 para a Diretoria do SPI. Filme 70, Fotograma 630. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/07/1954. Relatório Mensal de Julho de 1954, apresentado pelo encarregado do PI Apucarana à IR7, em 31 de julho de 1954. Filme 48, Fotograma 1765. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 04/10/1954. Recibo assinado por Benedito Ferraz, em 4 de outubro de 1954. Filme 76, Fotograma 1079. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 21/10/1954. Ofício nº 265, de 21 de outubro de 1954, enviado por Lourival da Mota Cabral, ao diretor do SPI no Rio de Janeiro, José Maria da Gama Malcher. Filme 70, Fotograma 653. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 15/12/1954. Recibo de Pagamento da Empresa de Moacyr Vianna ao PI Apucarana. Filme 48, Fotograma 1837. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/12/1954. Recibo dos serviços para o fornecimento de eletricidade e aquisição dos materiais elétricos do PI Apucarana, de 31 de dezembro de 1954. Filme 73, Fotograma 1886. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/12/1954. Atestado de prestação de conta, assinado por Dival José de Souza. Filme 73, Fotograma 1887. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 1955. Movimento da Renda Indígena do PI Apucarana do ano de 1945. Filme 48, Fotogramas 1910-1933. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 02/01/1955. Recibo emitido pela EELSA, em 2 de janeiro de 1955, assinado pelo encarregado do PI Apucarana, Alan Cardec. Filme 48, Fotograma 1896. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 30/01/1955. Recibo emitido pela EELSA, em 30 de janeiro de 1955, assinado pelo encarregado do PI Apucarana, Alan Cardec. Filme 48, Fotograma 1896. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/01/1955. Relatório Mensal de Janeiro de 1955 do PI Apucarana, enviado pelo encarregado à IR7, em 31 de janeiro de 1955. Filme 48, Fotograma 1840. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 11/02/1955. Contrato de Arrendamento entre EELSA e SPI, de 11 de fevereiro de 1955. Caixa N30711, Fls. 18-19. Biblioteca da COPEL, Polo Atuba, Curitiba – PR.

SPI, 30/06/1955. Movimento da Renda Indígena de 30 de junho de 1955. Filme 48, Fotograma 1895. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 30/06/1955. Movimento da Renda Indígena do Primeiro Semestre de 1955, emitida pelo encarregado Alan Cardec, em 30 de junho de 1955. Filme 48, Fotograma 1894. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 30/06/1955. Recibo de pagamento do SPI, assinado por Fernando de Barros Pinto, datado em 30 de junho de 1955. Filme 48, Fotograma 1905. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/08/1955. Recibo de Pagamento executado pela Serraria Moacyr Vianna e Cia Ltda, ao PI Apucarana, em 31 de agosto de 1955. Filme 48, Fotograma 1919. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/10/1955. Relatório Mensal de Outubro de 1955, enviado pelo encarregado do PI Apucarana à IR7, em 31 de outubro de 1955. Filme 48, Fotograma 1859-1960. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 03/11/1955. Correspondência enviada pela Fundação Paranaense de Colonização e Imigração à Diretoria do SPI, em 3 de novembro de 1955. Filme 73, Fotograma 1905. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 05/11/1955. Ofício nº 262, de 5 de novembro de 1955, enviado pela IR7 à Fundação Paranaense de Colonização e Imigração. Filme 73, Fotogramas 1907-1908. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 30/11/1955. Ofício nº 7, de 30 de novembro de 1955, enviado por Alan Cardec à IR7. Filme 48, Fotograma 1970. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/12/1955. Movimento da Renda Indígena, em 31 de dezembro de 1955, emitido pelo encarregado Alan Cardec. Filme 48, Fotogramas 1910-1911. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/12/1955. Recibo de Pagamento do SPI assinado por Fernando de Barros Pinto, datado em 31 de dezembro de 1955. Filme 48, Fotograma 1932. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 21/02/1956. Correspondência enviada pela Fundação Paranaense de Colonização e Imigração à IR7, em 21 de fevereiro de 1956. Filme 73, Fotograma 1910. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 13/04/1956. Ofício nº 102, enviado pela IR7 ao PI Apucarana. Filme 48, Fotograma 1972. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 24/04/1956. Portaria nº 450, de 24 de abril de 1956. Proibição da exploração de madeiras e outras riquezas naturais em terras pertencentes ao órgão indigenista. Filme 74, Fotograma 1424. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 30/06/1956. Relatório Mensal de Junho de 1956, enviado pelo PI Apucarana à IR7. Filme 49, Fotograma 11. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 12/07/1956. Memorando nº 314, de 12 de julho de 1956, enviado pela Diretoria do SPI, no Rio de Janeiro, para a IR7, em Curitiba. Filme 70, Fotograma 838. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/07/1956. Relatório Mensal de Julho de 1956, enviado pelo PI Apucarana à IR7. Filme 49, Fotograma 13. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/07/1956. Relatório Mensal de Julho de 1956, enviado pelo PI Apucarana à IR7, em 31 de julho de 1956. Filme 49, Fotograma 14. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 04/08/1956. Ofício nº 9, de 4 de agosto de 1956, enviado por Alan Cardec à IR7. Filme 48, Fotograma 1977. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 29/09/1956. Recibo de Pagamento, datado em 29 de setembro de 1956, assinado por Rui Barbosa de Castro, empregado do escritório da EELSA, em Londrina. Filme 73, Fotograma 1920. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 30/09/1956. Movimento da Renda Indígena do PI Apucarana referente ao período de janeiro a setembro de 1956. Filme 48, Fotogramas 1980-1981. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 11/10/1956. Ofício nº 265, de 11 de outubro de 1956, enviado pela IR7 à Fundação Paranaense de Colonização e Imigração. Filme 73, Fotograma 1922. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/12/1956. Recibo de Pagamento à EELSA, em 31 de dezembro de 1956. Filme 73, Fotograma 1927. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 1957. Mapa da Frequência Escolar de 1957, do PI Apucarana, enviado por Alan Cardec à IR7. Filme 49, Fotogramas 135-158. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/01/1957. Relatório Mensal de Janeiro de 1957, enviado pelo encarregado à IR7, em 31 de janeiro de 1957. Filme 49, Fotograma 102. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 24/05/1957. Circular nº 66, enviada por Dival José de Souza para todos os PIs da jurisdição da IR7. Filme 76, Fotograma 1817. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 25/05/1957. Ofício nº 10, de 25 de maio de 1957, enviado por Alan Cardec à IR7. Filme 49, Fotograma 73. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 30/06/1957. Recibo de Pagamento ao PI Apucarana, em 30 de junho de 1957. Filme 49, Fotograma 74. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 30/06/1957. Movimento da Renda Indígena de 30 de junho de 1957. Filme 49, Fotogramas 92-93. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 25/07/1957. Ofício nº 11, de 25 de julho de 1957, enviado por Alan Cardec à IR7. Filme 49, Fotogramas 75-76. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/07/1957. Relatório Mensal de Julho de 1957, apresentado por Alan Cardec à IR7, em 31 de julho de 1957. Filme 49, Fotograma 78. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/07/1957. Ofício nº 14, de 31 de julho de 1957, enviado por Alan Cardec à IR7. Filme 49, Fotograma 78-80. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/07/1957. Circular nº 159, de 13 de maio de 1957, enviada aos PIs da jurisdição da IR7. Filme 49, Fotograma 80. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 30/09/1957. Movimento da Renda Indígena de 30 de setembro 1957. Filme 49, Fotogramas 94-95. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/10/1957. Relatório Mensal de Outubro de 1957, enviado pelo encarregado do PI Apucarana, à IR7, em 31 de outubro de 1957. Filme 49, Fotograma 122. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 11/11/1957. Circular nº 808, de 11 de novembro de 1957, assinada pelo diretor coronel José Luis Guedes, estabelecendo orientações para os encarregados dos PIs. Filme 70, Fotograma 975. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 09/12/1957. Ofício nº 379, de 9 de dezembro de 1957, enviado pelo PI Apucarana à IR7. Filme 73, Fotograma 1940. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/12/1957. Movimento da Renda Indígena de 31 de dezembro de 1957. Filme 49, Fotogramas 96-97. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 13/01/1958. Correspondência enviada à IR7, pelo encarregado do PI Apucarana, em 13 de janeiro de 1958. Filme 49, Fotograma 83. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 13/01/1958. Relatório Anual dos Serviços Prestados no PI Apucarana, referente ao ano de 1957, apresentado por Alan Cardec à IR7, em 13 de janeiro de 1958. Filme 49, Fotograma 83. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 28/02/1958. Relatório Mensal de Fevereiro de 1958, enviado pelo encarregado à IR7, em 28 de fevereiro de 1958. Filme 49, Fotograma 161-162. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 30/06/1958. Movimento da Renda Indígena de 30 de junho de 1958. Filme 49, Fotogramas 240-241. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/07/1958. Relatório Mensal de Julho de 1958, enviado pelo PI Apucarana à IR7. Filme 49, Fotograma 171. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 30/11/1958. Relatório Mensal de Novembro de 1958, apresentado por Alan Cardec à IR7, em 30 de novembro de 1958. Filme 49, Fotograma 180. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 30/11/1958. Movimento da Renda Indígena de 30 de novembro de 1958. Filme 49, Fotogramas 274-297. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/12/1958. Mapa Demonstrativo de Extração e Produção de Madeiras, de 31 de dezembro de 1958, do PI Apucarana. Filme 49, Fotograma 91. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/12/1958. Movimento da Renda Indígena de 31 de dezembro de 1958. Filme 49, Fotogramas 373-374. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/01/1959. Relatório Mensal de Janeiro de 1959, enviado pelo encarregado à IR7, em 31 de janeiro de 1959. Filme 49, Fotograma 310. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/01/1959. Movimento da Renda Indígena de 31 de janeiro de 1959. Filme 49, Fotogramas 383-384. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 30/09/1959. Movimento da Renda Indígena de 30 de setembro de 1959. Filme 49, Fotogramas 352-353. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/12/1959. Movimento da Renda Indígena de 31 de dezembro de 1959. Filme 71, Fotogramas 1574-1575. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 30/01/1960. Ofício nº 33, em 30 de janeiro de 1960, enviado pelo encarregado do PI Apucarana à IR7. Filme 49, Fotograma 394-395. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 18/03/1960. Ofício nº 35, de 18 de março de 1960, enviado por Alan Cardec à IR7. Filme 49, Fotograma 396. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 23/03/1960. Ordem de Serviço Interna nº 62, enviada pela IR7 aos PIs de sua jurisdição. Filme 76, Fotograma 2166. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/05/1960. Relatório Mensal de Maio de 1960, enviado pelo encarregado à IR7, em 31 de maio de 1960. Filme 68, Fotograma 1941. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 30/06/1960. Movimento da Renda Indígena em 30 de junho de 1960. Filme 71, Fotogramas 1580-1584. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/08/1960. Movimento da Renda Indígena em 31 de agosto de 1960. Filme 71, Fotogramas 1586-1590. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/12/1960. Movimento da Renda Indígena em 31 de dezembro de 1960. Filme 71, Fotogramas 1597-1601. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/12/1960. Relatório Mensal de Dezembro de 1960, assinado pelo encarregado Alan Cardec e pelo chefe da IR7, Dival José de Souza. Filme 68, Fotogramas 1955-1956. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/01/1961. Relatório Mensal de Janeiro de 1961, enviado pelo encarregado à IR7, em 31 de janeiro de 1961. Filme 68, Fotograma 1962. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 26/04/1961. Ofício nº 4, de 26 de abril de 1961, enviado pelo PI Apucarana à IR7. Filme 68, Fotograma 1990. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 30/04/1961. Movimento da Renda Indígena em 30 de abril de 1961. Filme 71, Fotogramas 1603-1604. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 15/05/1961. Recenseamento dos Índios do PI Apucarana, enviado pelo PI Apucarana à IR7, em 15 de maio de 1961. Filme 68, Fotograma 1994. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/07/1961. Movimento da Renda Indígena em 31 de julho de 1961. Filme 71, Fotogramas 1614-1615. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 30/11/1961. Movimento da Renda Indígena em 30 de novembro de 1961. Filme 71, Fotogramas 1620-1621. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/12/1961. Movimento da Renda Indígena em 31 de dezembro de 1961. Filme 71, Fotogramas 1626-1627. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 1962. Movimento da Renda Indígena de 1962. Filme 71, Fotogramas 1632-1685. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/01/1962. Relatório Mensal de Janeiro de 1962, enviado pelo encarregado à IR7, em 31 de janeiro de 1962. Filme 68, Fotograma 2000. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 05/03/1962. Relatório sobre o PI Apucarana, em 5 de março de 1962, por Alan Cardec. Filme 68, Fotogramas 2049-2051. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 08/03/1962. Ofício nº 2, de 8 de março de 1962, enviado por Alan Cardec ao chefe da IR7. Filme 68, Fotograma 2053. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 08/03/1962. Desenho manual da área indígena Apucaraninha. Filme 68, Fotograma 2055. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 14/08/1962. Ofício nº 7, de 14 de agosto de 1962, enviado pelo encarregado do PI Apucarana, à IR7, apresentando um Plano de Assistência Agrícola para a Comunidade Indígena do PI Apucarana. Filme 68, Fotograma 2060-2061. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 09/11/1962. Telegrama nº 160, de 9 de novembro de 1962, enviado pela IR7 à Diretoria do SPI, em Brasília. Filme 71, Fotograma 1667. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 14/11/1962. Ofício nº 9, de 14 de novembro de 1962, encaminhado por Alan Cardec, ao chefe da IR7. Filme 68, Fotograma 2062. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 1963. Movimento da Renda Indígena de 1963. Filme 68, Fotogramas 2112-2126. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 28/02/1963. Relatório Mensal de Fevereiro de 1963, enviado pelo encarregado à IR7, em 28 de fevereiro de 1963. Filme 68, Fotograma 2066. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 24/05/1963. Memorando nº 15, de 24 de maio de 1963, enviado pelo chefe da IR7, Dival José de Souza, ao encarregado Alan Cardec. Filme 71, Fotograma 1686. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 21/06/1963. Telegrama nº 621, de 21 de junho de 1963, sobre medição da área de terras utilizadas pela EELSA. Filme 74, Fotograma 1939. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 21/06/1963. Telegrama nº 759, de 24 de julho de 1963, sobre medição da área de terras utilizadas pela EELSA. Filme 74, Fotograma 1941. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 28/06/1963. Inventário dos Bens Móveis, preenchido por Alan Cardec, em 28 de junho de 1963. Filme 68, Fotograma 2136. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 22/07/1963. Correspondência enviada por Dival José de Souza, em 22 de julho de 1963, ao diretor do SPI. Filme 70, Fotograma 1470. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 28/08/1963. Ofício nº 2, de 28 de agosto de 1963, enviado pelo encarregado do PI Apucarana à IR7. Filme 68, Fotograma 2163. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 13/09/1963. Ofício nº 5, de 13 de setembro de 1963, enviado pelo encarregado do PI Apucarana à IR7. Filme 68, Fotogramas 2165-2166. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 1964. Movimento da Renda Indígena de 1964. Filme 68, Fotogramas 2199-2223. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/01/1964. Relatório Mensal de Janeiro de 1964, enviado pelo encarregado à IR7, em 31 de janeiro de 1964. Filme 68, Fotograma 2167. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 08/04/1964. Ofício nº 18 enviado pelo general Dário Coelho, Comandante da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Infantaria, ao inspetor do SPI em Curitiba. Filme 70, Fotograma 1510. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 08/04/1964. Termo de Intervenção na Sede da IR7, assinado pelo novo Interventor Vevongel da Silva e por Dival José de Souza, além de outros inspetores e testemunhas. Filme 70, Fotograma 1512. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 27/05/1964. Ofício nº 129 enviado pelo general Dário Coelho, à Vevongel da Silva, com o assunto "Informação sobre Intervenção". Filme 70, Fotograma 1516. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/12/1964. Ofício nº 3, de 31 de dezembro de 1964, enviado pelo encarregado do PI Apucarana, João Garcia de Lima, ao chefe da IR7, em Curitiba. Filme 68, Fotograma 2226. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 1965. Movimento da Renda Indígena de 1965. Filme 68, Fotogramas 2330-2361. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/01/1965. Relatório Mensal de Janeiro de 1965, enviado pelo encarregado à IR7, em 31 de janeiro de 1965. Filme 68, Fotograma 2227. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 01/04/1965. Correspondência enviada pela Fundação de Assistência do Trabalhador Rural, situada em Londrina, através do advogado Ruy Cunha, ao encarregado do PI Apucarana, em 1º de abril de 1965. Filme 69, Fotograma 14. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 07/04/1965. Telegrama nº 376, de 7 de abril de 1965, enviado pela Diretoria do SPI à IR7. Filme 70, Fotograma 1590. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 08/04/1965. Ofício nº 8, de 8 de abril de 1965, enviado pelo encarregado do PI Apucarana à IR7. Filme 69, Fotograma 13. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 28/05/1965. Ordem de Serviço Interna nº 11, de 28 de maio de 1965. Filme 71, Fotograma 1691. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/05/1965. Requerimento enviado em 31 de maio de 1965, pelo encarregado do PI Apucarana à IR7. Filme 69, Fotogramas 20-21. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 09/07/1965. Ordem de Serviço Interna nº 41, de 9 de julho de 1965, assinado por José Fernando da Cruz, chefe da IR7. Filme 71, Fotograma 1693. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 17/07/1965. Ofício nº 2, de 17 de julho de 1965, do Agente de Proteção aos Índios, Durval Antunes Machado, ao chefe da IR7, com o assunto "Retirada de pinheiros (suspende)". Filme 70, Fotograma 1639. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 06/08/1965. Memorando nº 83, de 6 de agosto de 1965, enviado por José Fernando da Cruz, para Durval Antunes Machado. Filme 71, Fotograma 1694. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/08/1965. Ofício nº 23, de 31 de agosto de 1965, enviado por Alan Cardec à IR7. Filme 69, Fotograma 027. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 30/09/1965. Relatório Mensal de Setembro de 1965, apresentado pelo encarregado do PI Apucarana à IR7. Filme 68, Fotograma 2244. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 27/10/1965. Memorando nº 137, de 27 de outubro de 1965, de José Fernando da Cruz, da IR7, para o encarregado do PI Apucarana. Filme 71, Fotograma 1700. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 22/11/1965. Ofício nº 35, de 22 de novembro de 1965, enviado pelo PI Apucarana à IR7. Filme 69, Fotograma 31. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 01/12/1965. Ofício nº 43, enviado pelo chefe do Serviço de Repressão ao Tráfico de Pessoas, Hilton Brandão, ao Sr. Major Aviador Luis Vinhas Neves, diretor do SPI. Filme 70, Fotograma 1710. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/01/1966. Relatório Mensal de Janeiro de 1966, enviado pelo encarregado à IR7, em 31 de janeiro de 1966. Filme 69, Fotograma 32. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 14/03/1966. Correspondência enviada pela Advogada Ana Carlota, do Escritório Modelo de Assistência Judiciária de Londrina, ao encarregado PI Apucarana, João Garcia Lima. Filme 69, Fotograma 148. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 15/03/1966. Ofício nº 11, de 15 de março de 1966, enviado por João Garcia Lima à IR7. Filme 69, Fotograma 147. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 25/03/1966. Telegrama enviado pelo delegado Arlindo Godoy, da Delegacia de Londrina, à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, em 25 de março de 1966. Filme 69, Fotograma 149. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 02/05/1966. Telegrama Circular a todos os encarregados dos PIs do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, enviado por Dival José de Souza, chefe da IR7. Filme 70, Fotograma 1852. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/05/1966. Relatório Mensal de Maio de 1966, apresentado pelo PI Apucarana à IR7, em 31 de maio de 1966. Filme 69, Fotograma 40. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 07/06/1966. Ofício nº 24, de 7 de junho de 1966, enviado pelo PI Apucarana à IR7. Filme 49, Fotogramas 150-151. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 30/06/1966. Mapa de Caixa do primeiro semestre de 1966. Filme 69, Fotogramas 110-143. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 30/06/1966. Ofício nº 29, de 30 de junho de 1966, enviado pelo encarregado do PI Apucarana à IR7, com o assunto "Recolhimento de índio". Filme 69, Fotograma 152. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 13/08/1966. Ofício nº 35, de 13 de agosto de 1966, enviado pelo encarregado do PI Apucarana à IR7. Filme 69, Fotogramas 153-154. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 08/09/1966. Ofício nº 40, de 8 de setembro de 1966, enviado pelo PI Apucarana à IR7. Filme 69, Fotograma 159. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 27/09/1966. Ofício nº 41, de 27 de setembro de 1966, enviado pelo PI Apucarana à IR7. Filme 69, Fotograma 161. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 30/09/1966. Relatório Mensal de Setembro de 1966, enviado pelo PI Apucarana à IR7, em 30 de setembro de 1966. Filme 69, Fotograma 47. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 10/10/1966. Ofício nº 46, de 10 de outubro de 1966, enviado pelo encarregado do PI Apucarana à DR4. Filme 69, Fotograma 162-163. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 17/11/1966. Relatório da viagem do Agente de Proteção aos Índios, Francisco José Vieira dos Santos, ao PI Apucarana, em 17 de novembro de 1966. Filme 69, Fotograma 164. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/12/1966. Mapa de Caixa do segundo semestre de 1966. Filme 69, Fotogramas 268-269. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 1967. Relação dos Contratos de Arrendamentos do PI Apucarana em 1967. Filme 77, Fotograma 703. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/01/1967. Relatório Mensal de Janeiro de 1967, enviado pelo encarregado à IR7, em 31 de janeiro de 1967. Relatório. Filme 69, Fotograma 178. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 28/06/1967. Inventário dos bens do PI Apucarana, preenchido por João Garcia de Lima, em 28 de junho de 1967. Filme 69, Fotograma 282-285. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 30/06/1967. Recibo de Pagamento da EELSA referente a julho de 1966 a junho de 1967. Filme 69, Fotograma 268. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 30/06/1967. Mapa de Caixa do primeiro semestre de 1967. Filme 69, Fotogramas 270-271. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 21/08/1967. Ofício nº 31, de 21 de agosto de 1967, enviado pelo encarregado do PI Apucarana à IR7. Filme 69, Fotogramas 295-297. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 05/12/1967. Ofício nº 13, de 5 de dezembro de 1967, enviado pelo encarregado Jonas Batista Carvalho à DR4. Filme 69, Fotograma 324. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 07/12/1967. Relatório Mensal de Novembro de 1967. Filme 71, Fotograma 1720. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/12/1967. Recibo de Pagamento da EELSA, de 31 de dezembro de 1967. Filme 69, Fotograma 272. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 31/12/1967. Recibo de Pagamento do SPI, de 31 de dezembro de 1967. Filme 71, Fotograma 1722. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

ENTREVISTAS

ELÓI ZACARIAS (2017). Depoimento de Elói Zacarias Nogueira Pipir. Entrevistador: NOVAK, Éder da Silva. Terra Indígena Apucaraninha – Município de Tamarana, 29 de março de 2017.

GILDA KUITÁ (2017). Depoimento de Gilda Kuitá. Entrevistador: NOVAK, Éder da Silva. Terra Indígena Apucaraninha – Município de Tamarana, 29 de março de 2017.

JOÃO CARDOSO (2017). Depoimento de João Krág Mág Cardoso Neto. Entrevistador: NOVAK, Éder da Silva. Terra Indígena Apucaraninha – Município de Tamarana, 28 de março de 2017.

JOSÉ BONIFÁCIO (2017). Depoimento de José Ekór Bonifácio. Entrevistador: NOVAK, Éder da Silva. Terra Indígena Apucaraninha – Município de Tamarana, 29 de março de 2017.

PEDRO ALMEIDA (2017). Depoimento de Pedro Kagre Kãg Candido de Almeida. Entrevistador: NOVAK, Éder da Silva. Terra Indígena Apucaraninha – Município de Tamarana, 30 de março de 2017.

RAUL PEREIRA (2017). Depoimento de Raul Pereira. Entrevistador: NOVAK, Éder da Silva. Terra Indígena Apucaraninha – Município de Tamarana, 28 de março de 2017.

TAPIXI (2017). Depoimento de João Maria Rodrigues Tapixi. Entrevistador: NOVAK, Éder da Silva. Terra Indígena Apucaraninha – Município de Tamarana, 28 de março de 2017.